

**Marlene de Fáveri**

**Memórias de uma (outra) guerra.  
Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra  
em Santa Catarina.**

**Universidade Federal de Santa Catarina  
2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Memórias de uma (outra) guerra.  
Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra  
em Santa Catarina.**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História, da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial e último para  
obtenção do grau de Doutora em História Cultural,  
sob a orientação da professora Doutora Joana  
Maria Pedro.**

**Marlene de Fáveri**

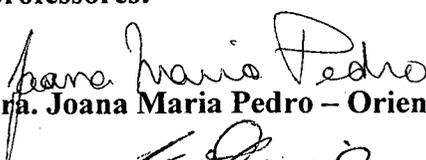
**Florianópolis  
2002**

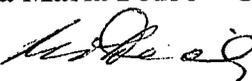
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Memórias de uma (outra) guerra.  
Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra  
em Santa Catarina.**

**Marlene de Fáveri**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração em História Cultural, pela Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

  
Profa. Dra. Joana Maria Pedro – Orientadora (UFSC)

  
Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias (USP)

  
Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo (UFU)

  
Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos (UFSC)

  
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari - Suplente (UFSC)

Florianópolis, 29 de abril de 2002.

*À Tashi, pequena mulher a me fazer  
perguntas difíceis de responder  
enquanto tentava eu conciliar papéis de  
mãe e historiadora, e me cuidou...  
agora teremos mais tempo para nossos  
encontros. Te amo!*

## Agradecendo...

Joana Maria Pedro, sua lúcida orientação me fez desejar ainda mais. Obrigada!

Afetos que transbordaram: Cristiane Manique Barreto, Regina Bittencourt Souto, Luiz Felipe Falcão, José Roberto Severino, Paulo Rogério Oliveira; estes que, além de colos e ouvidos atentos, foram abrigos de abraços e silêncios! Raquel Sena Venera, com carinho. E Isaias: nem te conto o quanto me ajudou com suas palavras tranquilas, trocando idéias e a arte de saber fazer do computador um brinquedo!

À amiga que encontrei por email. Não a conheço pessoalmente, mas é como se estivéssemos juntas: Priscila Perazzo, nossos curiosos caminhos temáticos nos ligaram e nada será como dantes!

Aos professores da UFSC, Joana Maria Pedro, Arthur Cesar Isaia, Cynthia M. Campos, Cristina Scheibe Wolff, Élio Cantalício Serpa e, especialmente, Maria Bernardete Ramos, sempre apostando em mim - te gosto tanto!

Aos professores que aceitaram participar da Banca Examinadora: Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Bernadete Ramos, Hermetes Reis de Araújo, Cristina Scheibe Wolff e Eunice Nodari, meus agradecimentos sinceros.

Aos colegas de trabalho da UNIVALI e UDESC: Paulo, Cristiane, José Roberto, José Bento (Axé!, que conforto sua força!), Marlus, Lourival (porque a vida é um teatro!), Itamar, Silvia, Normélio, Emerson, Raquel (porque descobrir vale a pena!), Cristiane, Márcia Alves, Chico Braun, Ivan, Janice Gonçalves, Luiz Felipe, Norberto, Sérgio, Paula Marimonn, Bárbara, Maria Teresa, Normélio, Osmar de Souza, Áurea, Léu (porque existe poesia!), e Mersilda.

Sérgio Schmitz, sua briga para que eu tivesse um ano de licença foi fundamental, obrigada!

Aos alunos que ajudaram e trocaram, mais especialmente a Raquel Mara Martins, Liliane Brignol, Thiago J. Sayão, Lúcia Regina Pereira, Alessandra Doose do Prado, Olga Marcília Grimm, Aracy de Medeiros Pinto, Marineusa Doerner Olivo, Glória Alejandra G. Luna, Anderson Sartori, Juliana Maes de Carvalho, Janiani Cinara Dolzan, Mario Kuehne, Manoel da Silva, Paulicéia Martins, Ana Cristina Diamantaras, Joelma Kersbaumer, Angela Maria Theiss, Horst Dieter Hardt, Luciane Schulz Muniz Teixeira e Marilene Volpato

Aos amigos que torceram muito: Urda Klueger, Ivana Severino, Jorge Luiz Cardouso, Ilisabeth Pradi, Adriana Berretta, Luciana Rossato, Carla Rodeghero, Alejandro Raul Labale, Vera Schappo, Valma Isoppo, Ivana Teixeira (*in memoriam*, com saudade), Antonio Morga,

Karla Nunes, Marilange Nonemmacher, Liliam, Eva Gavron, Jonas Cadorin e Onice Sansonowicz.

Aos funcionários da secretaria da UFSC, especialmente a Nazaré, obrigada mesmo!

Aos funcionários do Arquivo do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Arquivo Histórico de Itajaí, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (Blumenau), especialmente Sueli Petry, e de outros arquivos, atenciosos, sempre.

Ao Mauro Lerner Markowski, do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro); jamais esquecerei seu empenho e dedicação para que eu pudesse ler os processos. E também a Luiz Felipe Falcão, auxiliando para que eu encontrasse esses documentos.

João Batista Ramos Ribas, que disponibilizou o acervo familiar, atenciosamente me recebeu. Carlos Renato Carola, Norberto Dallabrida, Janine Gomes da Silva e Janete Bolzan, por auxiliar-me com dicas e fontes preciosas, obrigada.

À Maristela Carvalho, obrigada por ler e revirar meus verbos! Você foi fundamental. Aos depoentes, pela atenção com que me receberam e por aceitarem falar sobre um assunto dolorido e tão delicado, mostrando-me que estar vivo é lembrar e emociona-se; a estes, minha infinita gratidão.

À minha irmã Marigênia, pelo cantinho que dividimos no início disso tudo, o meu carinho; e Sandra Lima, obrigada! Márcio, meu irmão, que me acompanhou pelas andanças em Timbé do Sul, e às crianças que “puxaram” minhas roupas, sobrinhos lindos: Matnay, Luiz Henrique e João Vitor; também a Maíra, Lenir e Maria. À minha mais perfeita arte: Tashi, que seria de mim sem tuas perguntas, tirando-me do meu mundo e levando-me para o teu???

Antonio Carlos Torres, porque sem seus cuidados e força eu não teria chegado até aqui.

Minha mãe Therezinha e minha nona Henriqueta; outras mulheres da minha vida.

Um lugar: *Casa Aberta*, porque ali todos os ventos se cruzam!

Um tempo de viver alegria: *Bloco do Galo*, porque sonhar não custa nada!

À CAPES, com a bolsa, à UNIVALI, pelo auxílio, e à UDESC, pelo único ano para fazer isto tudo.

“A história faz-se de documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e as ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com a análise dos metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

“Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito?”

Lucien Febvre  
(*Combats pour l'histoire*, Colin, Paris, 1953.  
Citado em LE GOFF, J. (1996, 4. ed., p.540).

“Quando o homem perder a esperança,  
é melhor acabar com o arco-íris”.

Mário Lago

**Ficha Catalográfica:**

FÁVERI, Marlene de.

**Memórias de uma (outra) guerra:** cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis, 2002. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Orientadora: Dra. Joana Maria Pedro.

Defesa: 29 / 04 / 2002.

Estudo percebendo como foi vivida a [Segunda Guerra Mundial] no Estado de Santa Catarina, observadas as relações na [vida cotidiana], tendo como fonte principal as [memórias] de depoentes e como fio condutor o [medo] provocado pelas normatizações advindas da política repressora à [língua], conectado ao ideário de [segurança nacional], principalmente sobre os estrangeiros e descendentes.

## Resumo

Este trabalho procura compreender, principalmente, como a população civil de Santa Catarina viveu o tempo da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), observadas, nas franjas do cotidiano, as resistências e os múltiplos papéis sociais vividos por homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, percebendo diferenças com relação à repressão, tendo como fio condutor os sentidos do medo. Percebe sujeitos que se constroem, quer através das narrativas orais, quer através de ofícios, cartas, leis, processos crime, jornais, numa luta de interpretações que aparece o tempo todo, interferindo decisivamente nas relações cotidianas. No entrelaçamento entre a memória – as narrativas orais, o cotidiano, as múltiplas resistências e vivências, e a interpretação – versões dadas aos acontecimentos, procuro mostrar que esta foi efetivamente uma “outra” guerra, diferente daquela que até então era mostrada pela historiografia.

No primeiro capítulo, capta produção dos medos, entremeados aos espetáculos na construção de sujeitos patriotas e brasileiros, imagens de “amigos” e “inimigos” que tornaram a vida das pessoas mais vulnerável. No segundo, partindo dos processos crime, instaurados no Tribunal de Segurança Nacional, percebe a criminalização da fala/língua no processo de nacionalização forçada, suas memórias e sentidos. O terceiro capítulo pontua as tensões entre o clero católico e o Estado, num claro jogo de forças e poder, e entre o Estado e o clero evangélico, este que foi banido sem possibilidades de negociações, bem como as desavenças pessoais, vinganças, abusos de autoridade e denúncias envolvendo homens que estavam nas relações de prestígio e poder nas localidades do interior, onde se percebe uma “guerra de nervos”.

As prisões e os campos de concentração de prisioneiros em Santa Catarina, os lugares de confinamento/afastamento para os nazistas e supostos “eixitas” estão no quarto capítulo, onde também mostra as cicatrizes da violência física e psicológica a que foram submetidos muitos homens e algumas mulheres, por força das leis em vigor, sendo que parte destes foram parar no Tribunal de Segurança Nacional. No quinto capítulo, são abordadas as demissões, extorsões, apreensões e outras ações do Estado naquele momento, fazendo com que pessoas escrevessem cartas e reclames às autoridades instituídas, bem como o controle da imprensa, com destaque para o rádio, motivo de muitas denúncias. E, finalizando, o sexto capítulo mostra como foi vivida esta “outra” guerra nas entranhas do cotidiano, as resistências e enfrentamentos com as autoridades, as mulheres nas suas lides, a dor e o desconsolo com as perdas materiais e simbólicas vividas nas relações concretas.

Percebo que as tensões do momento fizeram por instalar redes de intrigas, denúncias, revanchismos, perdas econômicas, ganhos pessoais, desavenças entre vizinhos; reforçaram preconceitos étnicos, de gênero e classe. Também, esta “outra” guerra reforçou estereótipos e papéis sexuais e sociais normativos, na medida em que das mulheres exigiu ainda mais cuidados com a honra, tendo no medo um elemento recrudescedor para o conservadorismo, o que impediu mudanças significativas nas relações de gêneros.

## Abstract

This aim of this work is to understand how the civil population of the State of Santa Catarina lived during the period of the Second World War (1939 to 1945), observing, on the fringes of daily life, the resistances and the multiple social roles lived out by national and foreign men and women. Differences are perceived in relation to repression, as gauged by the feeling of fear. It observes subjects who constructed themselves through oral narratives, documents, letters, laws, criminal lawsuits and newspapers, in a constant struggle between different interpretations which decisively influenced everyday relations. In the interrelationship between memory - oral narratives-, everyday life - multiple resistances and experiences -, and interpretation -different versions of events, I seek to demonstrate that this was, effectively an “alternative” war, which was quite different from that which historiography had shown up until that time.

In the first chapter, I try to portray the production of fears that mingled with events in the construction of patriotic, Brazilian subjects, and of images of “friends” and “enemies” that made people’s lives more vulnerable. The second chapter is based on the criminal lawsuits that were taken to the National Security Court. I observe the criminalization of speech/language in the process of forced nationalization, and the memories and feelings associated with it. The third chapter focuses on the tensions between the catholic clergy and the State in a struggle for strength and power, and the evangelical clergy, which was banned without any chance to negotiate. It also looks at the personal dissensions, revenge, abuses of authority and accusations involving men in positions of prestige and power in the rural areas, where a “war of nerves” is seen to have taken place.

The prisons and concentration camps of Santa Catarina, the sites used for the confinement and withdrawal of Nazis and supposed “supporters of Nazi regimes” are the focus of the fourth chapter, which also shows the scars left by the physical and psychological violence to which many men and a few women were submitted by the laws in force at that time, and some of whom ended up in the National Security Court. The fifth chapter deals with the dismissals, extortion, arrests and other actions carried out by the State during that period, which led to many letters of complaint to the instituted authorities. It also looks at the control of the press, particularly radio, which led to many indictments. Finally, the sixth chapter shows how this “other” war was lived out in the day-to-day lives of the people, the resistances and confrontations with the authorities, the women in their struggles and the pain and desolation brought by the material and symbolic losses that were experienced in concrete relations.

I make the observation that the tensions of the time led to the setting up of webs of intrigue, people becoming informers, episodes of revenge, economic losses, personal gains, confrontations between neighbors, and the reinforcing of ethnic, gender and class prejudices. This “alternative” war also reinforced stereotypes and sexual and social normative roles. Women became chaster, their fear becoming a factor that led to a resurgence of conservatism, which hindered important changes in gender relations.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	12
<b>Capítulo I</b>	
<b>O medo revirando o passado</b>	
A construção do medo: quem é o inimigo? .....	28
Patriotismo e brasilidade: produzindo o espetáculo.....	50
<b>Capítulo II</b>	
<b>A Língua no Tribunal de Segurança Nacional</b>	
A criminalização da fala.....	69
De sentidos e silêncios: o medo de falar .....	90
<b>Capítulo III</b>	
<b>Denúncias e revanches no calor da hora</b>	
O clero no centro das atenções .....	105
Intrigas e revanchismos nas franjas da guerra .....	128
<b>Capítulo IV</b>	
<b>Cicatrizes desta “outra” guerra</b>	
Os campos de concentração no Estado .....	153
Outros lugares de confinamento para presos políticos.....	190
Humilhação e cicatrizes: memórias de violências .....	209
<b>Capítulo V</b>	
<b>Estratégias de controle do Estado</b>	
Demissões e exonerações: o medo do desemprego .....	218
Apreensões, extorsões, desapropriações .....	230
O controle da imprensa: o rádio e os periódicos.....	260
<b>Capítulo VI</b>	
<b>Retalhos de dramas cotidianos</b>	
Estratégias para viver a “outra” guerra .....	278
Rancores e resistências: os afetos, a guerra e a dor.....	302
<b>Epílogo</b> .....	326
<b>Fontes de Pesquisa</b> .....	334
<b>Referências</b> .....	349
<b>Anexos</b> .....	367

## Introdução

*É preciso que a história deixe de vos parecer como uma necrópole, onde perpassam apenas sombras despojadas de substância.*

Lucien Febvre<sup>1</sup>

Ano de 1942. Agosto, dia 22. Na Maternidade Carlos Corrêa, Nair Scheidt estava em vias do trabalho de parto de seu primeiro filho, quando um *rebuliço* se espalhou pela cidade. Segundo conta, *eu nunca vi coisa assim, fiquei assustada, esperei a enfermeira e perguntei o que era, e ela disse: “o pessoal está revoltado com os alemães porque rebentou a guerra; estão quebrando muitas casas, muitos vidros de alemães”*<sup>2</sup>.

Nas lembranças de Nair o tempo de tumulto e susto não é o mesmo do relógio: o tempo da memória remexe o passado e o resignifica de sentimentos díspares, quando a capital catarinense foi palco de violências, prisões, invasões de residências, bulício nas ruas e quebradeiras, passeatas e palavras de ordem contra estrangeiros e descendentes. Um verdadeiro *rebuliço*, nos sentidos da depoente. Sua história não é única: neste e em outros tantos lugares naqueles dias e naqueles anos, muitas mulheres e homens foram forçados a reelaborar sentidos, por vezes muito amargos, e a encontrar saídas nas artimanhas de viver dias de insegurança, lembrados hoje com rancor. O tempo da Segunda Guerra Mundial vem das narrativas que se abrem e revelam passagens e relações de um passado resignificado num presente que vai escoando velozmente.

Mas, por que falar desse tempo? Melhor *deixar quieto* e apagar de vez as feridas... Tantas vezes a palavra *medo* me foi dita em diferentes tons. Perguntei-me em vários momentos se ao historiador cabe ouvir a memória do medo, remexer nos ressentimentos e dores do passado, nos silêncios – que fortaleza esses silêncios! Em alguns momentos quase sucumbi à tentação de tomar uma posição em relação às linguagens ainda aflitas. Foi-me um processo doloroso este de ouvir os sentimentos do outro e distanciar-me; cavou-me fundo o sentido do cuidado com as palavras. Era preciso, é preciso acariciar as cicatrizes. Então, cuidei também de meus medos. Jean Delumeau foi a inspiração – *Por que esse silêncio prolongado sobre o papel do medo na história?*<sup>3</sup> – e o desafio. Os sentidos me vieram das

<sup>1</sup> Apud MOTA, Carlos Guilherme (org.). *FEBVRE – História* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1978. P. 9.

<sup>2</sup> SCHEIDT, Nair, 80 anos. Depoimento concedido em 19/07/99, Palhoça.

<sup>3</sup> DELUMEAU Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P. 13.

narrativas, sentimentos humanos que me fizeram escrever uma história seguindo a escuta, caçando rastros, significando detalhes.

Essa escuta tem uma história, porém, quando criança, até os dez anos, tempo em que construímos significações que nortearão conceitos pela vida, ouvia minha nona<sup>4</sup> dizer que tal coisa aconteceu no tempo de “*la guerra*”. E mesmo sem saber o que seria isso, de que *tempo* falava, suas palavras ficaram impressas na minha memória – o tom lúgubre, a ligação com o ateísmo e pecado impregnavam-me de medo e deixavam-me aflita. Cresci, aprendi o que era uma guerra, mas foi pelos caminhos curiosos da História que, nas minhas perguntas sobre os anos 1940, ao construir a dissertação de mestrado sobre um clube de Itajaí, as respostas diziam da guerra, ou, com palavras outras, da violência, do medo, de coisas que eu desconhecia completamente. *La guerra* abriu-se no cone de minha memória. Agora sei que tinha medo de muitas lembranças.

Nas minhas inquietações, percebi a ausência destas histórias nos livros sobre a História de Santa Catarina; quando não, são fragmentos de poucas páginas e mais para dizer que *fomos* à guerra, galhardamente *vencemos* com heroísmo e nos vingamos do afundamento de navios mercantes brasileiros torpedeados pelos alemães. A Força Aérea e Expedicionária brasileiras aparecem sempre com este sentido, nada mais<sup>5</sup>. Pesquisas recentes têm levantado questões e pontuado reflexões sobre os acontecimentos durante a Segunda Guerra, o nazismo, o integralismo<sup>6</sup>, ou, então, dedicam algumas páginas aos relatos de memórias localizadas em lugares distintos, como fez Juçara Castello Branco, percebendo tensões durante a perseguição aos estrangeiros e descendentes em Lages<sup>7</sup>. Há, sim, várias obras, historiográficas ou não, versando sobre a campanha de nacionalização do ensino, ocorrida no governo de Nereu Ramos, dedicando-se ou às legislações da educação<sup>8</sup>, ou enfocando tensões em lugares específicos, ou ainda os embates entre o projeto nacionalizador da Vargas e Nereu Ramos,

<sup>4</sup> Minha avó, Enriqueta Scussel Zanelatto, hoje com 85 anos. Morávamos então em Vila Maria, interior de Nova Veneza, extremo sul do Estado de Santa Catarina.

<sup>5</sup> Uma das mais conhecidas obras da historiografia catarinense é de Walter F. Piazza, onde a guerra aparece em menos de uma página, e na direção citada. PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli; Editora da UFSC, 1983. P. 648.

<sup>6</sup> Ver FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da Univali, 2000. (Capítulo 2: O separatismo como traição ou integralismo, nazismo e nacionalização).

<sup>7</sup> BRANCO, Juçara de Souza Castello. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas na memória*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>8</sup> MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino: uma contribuição à história da educação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

além das resistências na questão da língua<sup>9</sup>. A maioria em forma de dissertações e teses ainda não publicadas, ou publicadas em capítulos de livros, citadas ao longo deste trabalho.

Produções sobre o período aqui estudado auxiliaram-me sobremaneira, como a obra *Repensando o Estado Novo*, que reúne textos de estudos acadêmicos recentes sobre temas e perspectivas de análise importantes no entendimento das relações durante a guerra<sup>10</sup>. Priscila Perazzo, consultando os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, percebe as redes de espionagem e os mecanismos de repressão aos alemães perseguidos durante a guerra,<sup>11</sup> constituindo-se referência impar para as análises sobre Santa Catarina. Roney Cytrynowicz, em seu trabalho, mostra o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, observando mais pelo prisma da mobilização<sup>12</sup>. Outros autores dão-me suporte, quer na observação das políticas trabalhistas na era Vargas<sup>13</sup>, quer na construção de imagens e propaganda política<sup>14</sup>, quer observando a produção do conhecimento historiográfico, mostrando que tipo de história da pátria os intelectuais da época se encarregaram de construir para o Brasil e a nação brasileira<sup>15</sup>, ou, ainda, o imaginário político no Brasil dos anos de 1930, nas suas entranhas do totalitarismo excludente e repressor para com os considerados subversivos<sup>16</sup>.

Se a historiografia sobre Santa Catarina tem-se omitido até bem pouco na visualização das miúdas franjas e relações vividas durante aqueles anos da Segunda Guerra, este “silêncio historiográfico” pode ser interpretado como um cuidado da sociedade civil em “esquecer” acontecimentos que lhe são duros de lembrar? Ou seria a ausência de arquivos específicos e documentação farta? Ou seria, ainda, a memória oficial posterior à guerra, que fez prevalecer mitos e heróis, homens públicos e redes políticas entre partidos que naquele momento se degladiavam e excluía, rearranjando-se depois no poder onde estão até hoje? A dificuldade de ouvir o outro, principalmente deixar que fale de suas lembranças e ouvir os silêncios e os rancores? Penso que um conjunto de coisas contribuíram para esse silenciamento e, se

<sup>9</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

<sup>10</sup> PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>11</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

<sup>12</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP; Geração Editorial, 2000.

<sup>13</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>14</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998. (Coleção Textos do Tempo).

<sup>15</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

atentarmos para uma preocupação de Peter Burke sobre os usos da memória social, observa-se que os vencedores que escrevem suas histórias *podem dar-se o luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente*<sup>17</sup>.

As narrativas, sabemos, são intencionais. O uso das palavras e conceitos podem levar, se dubiamente colocados, aos seus usos para fins irracionais. Eric Hobsbawn exprime esta preocupação - da autojustificação, nos nacionalismos, de mitos e regimes com inspiração na história - e diz ser *tarefa do historiador tentar remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco de vez em quando - e na medida que o fazem podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais elas poderiam se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las*<sup>18</sup>. Essa é uma perspectiva, ou melhor, o desejo de tecer outra narrativa que dê sentido aos dramas e emoções de um tempo em que tesões e preconceitos étnicos fluíam barbaramente, estabelecendo um diálogo com o presente - um hoje que se debruça em problemas com os quais ainda não aprendemos como lidar.

A noção de que a narrativa evoca a trama que envolve narrador e ouvinte/leitor, nos lembra Paul Veyne, para o qual *em história, como no teatro, é impossível mostrar tudo, não porque isso ocuparia muitas páginas, mas porque não existe fato histórico elementar nem partículas factuais*<sup>19</sup>. Narrar é selecionar; nunca alcança a totalidade do observado num dado lugar e momento; é dar textura às tramas através de escolhas. Humana, a trama histórica não suporta determinismos; desenrola-se na tentativa de revirar bainhas do passado.

À medida que ousei ouvir as margens e os silêncios, e deliberadamente fui em busca de pessoas comuns, mais necessário se fez entender o medo: afinal, de que medo falavam e falam? Do que as pessoas tinham e têm medo? Quais os sentidos do medo que vem revigorado durante a guerra? Quem o produz e dele se utiliza? Marilena Chauí persuadiu-me a interpretar esse sentido - que é também afeto e espanto, grito e silêncio, vida e morte, ódio e poder - vendo-o nas mais triviais situações cotidianas, inclusive o maior medo dos homens: o medo da morte. Da traição, da tortura, da perda, do inferno, da desonra, da fome, da dor, do

<sup>16</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

<sup>17</sup> BURKE Peter. *Varietades de história cultural*. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 83.

<sup>18</sup> HOBBSBAWN, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 48.

<sup>19</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 2. ed. Tradução Alda Baltar e Maria Kneipp. Brasília: EDUNB, 1982. P. 29

escuro, mas sobretudo da morte<sup>20</sup>. E do outro, o estranho. Cada época constrói seus deuses e demônios, e o faz conforme convém a este ou aquele grupo de interesse - comunistas, bruxas, judeus, mouros, mulheres, índios, estrangeiros, nazistas, inspetores, árabes, católicos, muçulmanos: um “outro” sobre o qual convergem discursos que incitam ao ódio, formam imaginários e constroem sujeitos.

A produção desses sujeitos e, neste caso, daqueles que foram objeto de práticas discursivas nos anos da guerra, considero-a a partir de Michel Foucault, cujo principal objetivo, diz, *é criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos*<sup>21</sup>, porquanto, a produção de uma história dos discursos, práticas e técnicas que envolvem a produção da subjetividade humana e, assim, diferentes formas/configurações para momentos específicos. Dizendo desse jeito, Foucault ajuda a mostrar que, durante a guerra, pessoas passam a ser nomeadas – o quinta-coluna, o pracinha, o nazista, o alemão perigoso, o patriota, o brasileiro, o fascista, o inspetor, etc - e incluídas num determinado enunciado, num discurso, portanto, que funda o sujeito<sup>22</sup>. Se o funda, constrói, ordena, molda, morigera, esquadrinha, vigia, pune. Em palavras outras, obriga, constrange, dociliza, apassiva, escraviza o sujeito (do latim *subjectu*, ‘posto debaixo’), submetido à vontade dos outros, exposto, sujeitado à lei. Mesmo que o projeto nacionalizador tenha tentado homogeneizá-los e integrá-los à pátria brasileira, essas pessoas não seguiram as normatizações e as driblavam, exerciam seus poderes – homens e mulheres, no calor da guerra, escreveram cartas, dissimularam, inventaram estratégias, desafiaram as autoridades, mobilizavam-se. Um poder que persuade, incita, constrói, seduz, ou poderes exercidos nas entranhas do cotidiano, nas resistências amiúdes que destroem a idéia de poder centrado no Estado, mas vivido nos “micropoderes”, exercidos na relação de confronto ou lutas de poder<sup>23</sup>.

São esses poderes dispersos, suas diferentes possibilidades, a incitarem a produção de subjetividade, produzirem sentidos – formas de receber sensações (visão, audição, tato, olfato, gosto) – que são significados nas representações de si, de mundo, do outro. As pessoas

<sup>20</sup> CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio et alii (orgs). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 35-75.

<sup>21</sup> Apud DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231 e seguintes.

<sup>22</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

<sup>23</sup> Para entendimento dessa dispersão do poder, Foucault sugere ver a emergência do acontecimento nas lutas permanentes pelo poder, dentro de relações e forças que se produzem, e assim desnaturaliza o sujeito da história, e portanto, a própria história. Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. P. 15 e seguintes (II – Nietzsche, a genealogia e a história).

significam as coisas conforme sentem, pensam, aceitam, ou renegam um discurso, e resignificam-se com eles. Eni Orlandi nos diz que *O homem está “condenado” a significar*, a interpretar, dar sentido às coisas<sup>24</sup>. Essa “condenação”, dessa forma, está na linguagem, que é o que se diz – dizer é subjetivar, dar um sentido. Quando afirmo que os homens e mulheres de diferentes gerações, etnias, classes sociais, ou cultura, que moravam em qualquer lugar do Estado catarinense durante os anos da guerra, estavam produzindo sentidos, quero mostrar que efetivamente sentiam/recebiam sensações, produziam-se. Que sentidos posso “escavar” das palavras escritas por Gertrudes ao presidente da República, cuja carta expressa uma súplica para que liberte seu marido preso num campo de concentração? Subjetividade única, singular, porém produzida nas condições de uma esposa e mãe vivendo o drama da prisão por conta da guerra, e que, portanto, tem uma dimensão histórica.

A carta de Gertrudes, e tantas outras similares neste trabalho, como também as narrativas da memória e os depoimentos contidos nos processos crime, instigam para a questão da interpretação, ou uma reflexão sobre o problema que mais tem incitado historiadores (e filósofos) há muito tempo: de que lugar fala o historiador? Não estaria ele julgando ações do passado ao dar um sentido outro para o que as pessoas pensaram e porque assim agiram, disseram ou escreveram no momento em que as viveram? Se tomarmos em conta que o sentido de um texto suscita muitas possibilidades, o intérprete deve *ir até o fundo*, escavar na profundidade – mesmo que seja para descobrir que essa profundidade *não é senão um jogo e uma ruga da superfície*, conforme as reflexões de Foucault sobre Nietzsche. A interpretação, diz Foucault, *é tarefa infinita*, sempre fragmentada e inacabada. Nada existe além dela<sup>25</sup>. Essas reflexões permitem olhar as fontes com cuidado: *como* as pessoas pensaram/agiram/escreveram tem historicidade inscrita nos jogos de poder e de forças vividas na cotidianidade, lugar das tensões, dos imprevistos, *estratégias ou atitudes*, ou *possibilidades de improvisação de mudanças e de resistência*, assinala Maria Odila Dias sobre como as pessoas se conduzem, rompendo com papéis normativos. Ela propõe que, estudar o cotidiano, atualmente, é voltar-se para *a apreensão das diferenças, para a documentação de especificidades*; perceber as diferentes temporalidades, o seres concretos e *culturalmente diversos*<sup>26</sup>. No cotidiano está anunciado o fortuito, regras imprevisíveis e menos contingentes.

<sup>24</sup> ORLANDI, Eni. Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios). P. 31e 32.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum*. Tradução Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio Editora, 1997. P. 19 e seguintes.

<sup>26</sup> DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In: *Projeto História*, volume 17 – trabalhos da memória. São Paulo: PUC, Novembro de 1998. P. 257-258.

Essa é uma possível aposta e também uma postura política. Quero dizer com isso sobre o quanto é difícil interpretar e abandonar a ambição de realizar julgamentos históricos destes ou daqueles procedimentos. Portanto, fazer a crítica interna ao documento, duvidar do que está na superfície, interrogar o detalhe, perceber as diferentes versões produzidas no “calor da hora”, desconfiar do testemunho e ter claro qual o lugar do intérprete – eis o desafio. Para alguns acontecimentos, por exemplo, pude observar três versões distintas: a dos jornais, a contida no processo crime e a das memórias afetivas. Então, qual meu papel e lugar nesta narrativa que faço sobre a guerra, que é também minha interpretação? Intermediar diferentes textos/imagens/falas, confrontar versões e fazer ver uma certa correspondência e/ou diferença entre elas, produzir outro sentido, sem nenhuma pretensão de dizer verdades<sup>27</sup>. Mesmo porque *A nudez total, que será sempre a de quem se vê no que vê, resultará das configurações de analogias que soubermos imaginar: afinal, o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia de seu autor*<sup>28</sup>.

Nas representações correntes, tanto nos anos de 1940 quanto ainda hoje, a guerra - artigo definido feminino – paradoxalmente é masculina. São os homens que as fazem, as declaram, lutam, morrem, viram heróis e mártires. Nas franjas desta guerra, que chamo de “outra” deliberadamente, as mulheres aparecem quando escrevem cartas em nome da família e dos filhos, e querendo a soltura dos maridos presos. Algumas testemunham nos processos crime, são incriminadas e afastadas por ordem do Departamento de Ordem Política e Social. No mais, elas “não existiram” enquanto sujeitos históricos, porque os homens as viam com lentes da época, da cultura que as excluía de participação na esfera pública – só homens faziam parte de inspetorias, só eles eram delegados, prefeitos, juizes, escrivães ou outros cargos de distinção. É necessário ter claro que *qualquer informação sobre a questão das mulheres implica necessariamente em informação sobre os homens*<sup>29</sup>, o que significa pensar a construção de feminilidades e masculinidades não apenas do ponto de vista relacional<sup>30</sup>.

Eram elas, sim, destinadas a serem professoras, enfermeiras, alertadoras, samaritanas, órbita que as circunscrevia no espaço privado do lar e na missão de cuidar do outro, dos filhos

<sup>27</sup> Sabemos que a pretensa objetividade delimitou um sentido único e linear para a história, vendo-a apenas na aderência dos documentos, na tentativa de estabelecer paradigmas de verdade e descobrir o que ‘realmente aconteceu’. Assim, teorias totalizantes e quase sempre evasivas, rasas de sentidos, apoiadas na racionalidade científica, acabaram por descartar a pluralidade e a complexidade da vida, assumindo um caráter ideológico de homogeneizar e naturalizar existências.

<sup>28</sup> SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1993. P. 45.

<sup>29</sup> Cf. MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. P. 20.

<sup>30</sup> *Ser homem nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados*. ALMEIDA. Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. P. 128.

dos outros e seus, os doentes outros e seus, e todos pela pátria. Ou seja, na construção cultural dos gêneros, nas relações vividas nos anos de 1940, se eram diferentes os papéis sociais e sexuais exigidos para homens e para mulheres, houve um reforço pontuado pela ideologia vigente, mas principalmente nas exigências da vida cotidiana. Na medida em que escreveram cartas afirmando-se como mães e esposas zelosas, cuidaram dos homens (maridos, filhos, pais, irmãos) violentados pela polícia, amedrontaram-se com a possível escassez de alimentos ou com a possibilidade da prisão ou recrutamento dos parentes masculinos, obrigaram-se a “calar” as crianças, estavam se constituindo como sujeitos e afirmando papéis.

Não quero dizer com isso que estas mulheres ficaram “presas” em suas casas, pelo contrário: assumiam tarefas nas ausências dos homens, brigaram com as autoridades, exerceram poderes. Entretanto, não houve em Santa Catarina mudanças com relação aos papéis – a guerra não as liberou das funções ditas femininas, sendo possível afirmar que reforçou estereótipos e papéis sexuais e sociais normativos, na medida em que delas exigiu ainda mais cuidados com a honra. Dizem-me, por exemplo, que, com a presença de soldados vindos de outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro e do Nordeste do país, eram constantemente lembradas dos possíveis perigos de andar nas ruas, somado aos blecautes (apagões) que as obrigava a se recolherem mais cedo. Ou seja, o medo funcionou também como elemento recrudescedor para o conservadorismo.

Também não estou afirmando que existe uma memória feminina exclusiva, o que seria por demais naturalizante. Há, sim, aspectos diferenciadores no que lembram, que deixam entrever uma “memória educada” para determinados papéis. Quando falam da guerra “outra”, remexem mais nas lides cotidianas, da faina com os filhos, da casa como lugar de “dar conta”, mas não só do espaço privado. As mulheres, nas suas narrativas, dão-me conta de que guardam lembranças de uma guerra nas múltiplas intermediações inseridas na cultura, na fluidez das idas e vindas. Não se explicam essas memórias só como categorias fixas do público e do privado, mas nas múltiplas dimensões da vida cotidiana.

A memória tem esse poder de nos encantar e afetar com os detalhes fugidios, porque as narrativas expressam-se a partir de pontos de vista próprios, buscadas do ontem e reinterpretadas hoje, resignificadas, sim, porque os signos, e seus significados correlatos, vêm da imagem de cada um e que toca a dimensão da vida – recordar é estar vivo.) Cada depoente tem uma história, é personagem do próprio enredo, e mesmo que esta se misture à memória coletiva, não deixa de ter um componente individual. Maurice Halbwachs nos diz que a memória é construída por grupos sociais; tem uma dimensão coletiva, espontânea, múltipla, guardiã do passado e manifestada na pluralidade afetiva, oposto da história que, na escrita,

perder-se-ia a memória e passar-se-ia à história, ou o fim das “sociedades memória”<sup>31</sup>. Mesmo com esse argumento, Halbwachs não tira do indivíduo a faculdade individual de lembrar. E concordo que um símbolo, cheiro, som, toque faz remexer na lembrança, que pode estar no coletivo, mas é profundamente individual. Mesmo havendo componentes significativos que podem ser compartilhado coletivamente pela memória, *o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais*<sup>32</sup>, argumenta Alessandro Portelli.

Ora, a memória, de acordo com os gregos antigos, condicionava o pensamento humano; era a ciência da recordação. Aquilo que Aristóteles chamou de *anamnesis*, ou seja, o ato de relembrar, nós chamamos de memória, e fazemos dela uma forma de construir conhecimento ao ousarmos ouvir vozes que foram silenciadas, recapturando vivências na polissemia do teatro humano – *a memória é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que residem na sociedade profunda, na sensibilidade*<sup>33</sup>. Sendo assim, Raphael Samuel nos diz que a memória tem, estampadas, *as paixões dominantes em seu tempo*, e que é *progressivamente alterada de geração em geração*<sup>34</sup>. Ela é o que emerge no momento da fala, do que é rememorado - e nunca é igual, porque quem lembra traz consigo um longo caminho que separa o vivido do lembrado -, imagem construída a partir de representações, portanto, não é a mesma experimentada no passado, já que tem alteradas as idéias e juízos de valor<sup>35</sup>. É feita também de esquecimentos - *são formas de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos*<sup>36</sup> permeados de dores, receios. Silenciar não significa esquecer: *a emergência do “dito” não prova que ele representa mais do que a parte imersa do indizível*<sup>37</sup>. São outras formas de discurso impressos na emoção, expressão, gestos... olhos suados, por vezes, a reabrir portas de um passado tecido de sentimentos, recuperando partes de histórias que não cabem em formas.

Em muitas destas conversas, a garganta travou, irrompendo em silêncios e lágrimas – e por que não lágrimas? Ao sentir os sentidos do outro, aprendi que, sobreviventes de certa

<sup>31</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>32</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e História Oral. In: *Projeto História*, n. 15. São Paulo: PUC, abril/1997. P. 16.

<sup>33</sup> D’ÁLESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: *Revista Brasileira de História*. v. 13, ns. 25/26. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set./1992 a ago./1993. P. 98.

<sup>34</sup> SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. Tradução Maria T. J. Ribeiro e Vera H. Prada Maluf. In: *Projeto História*, n. 14. São Paulo: PUC, fevereiro/1997. P. 44.

<sup>35</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 55.

<sup>36</sup> ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre (org). *Papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

<sup>37</sup> FRANK Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, Agnès (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999. P. 115.

forma, os depoentes me ensinaram que a vida flui, que lembrar é viver de novo, que estar aqui e poder ainda emocionar-se é uma dádiva, mesmo *quando já velhos e apaziguados evitavam evocá-las, porque as feridas mal cicatrizadas voltavam a sangrar como se fossem de ontem*, na expressão de Gabriel Garcia Marques<sup>38</sup>. Respeitar esses silêncios é também redimir a história das absurdas homogeneizações, do tempo linear. O caráter múltiplo, vulnerável, fugidio, afetivo, alterado, perturbador da memória permitem, sim, perceber em cada olhar profundo um jeito de ligar os fios que torcem e retorcem, e, no fim, fazem um sentido imenso. É desse sentido, desses olhares penetrantes no passado, olhos de hoje já cansados, porém lúcidos de reminiscências, que este trabalho se faz - ouvir foi uma escolha. Entrar nas memórias de Penélope, a protagonista na criação literária de Rosamunde Pilcher, em *Os catadores de conchas*<sup>39</sup>, foi-me embriagador. O fios da memória ligados inexoravelmente ao tempo da guerra, me disseram que catar as conchas do passado é como reordenar os sentidos de hoje.

A memória está na cultura, através dela a cultura é externada nas reminiscências das práticas e resistências. Aí, nas reticências ainda presas a este mundo por tênues franjas, aparecem as representações e re-elaborações da vida cotidiana, expressa nas relações com a produção e reprodução da vida – por isso vem do verbo *cultivar* -, como as pessoas entendem e entendem-se neste mundo, apropriam-se e re-apropriam o que ouvem, lêem, vêem.. e adaptam. Não é isso que somos? Um eterno selecionar, adaptar, representar, interpretar, construir, desmontar, calar ou brigar... todas as ações que nos envolvem o tempo todo. Então, ouvir é um desafio; narrar, uma arte, ensina Walter Benjamim<sup>40</sup>.

Os discursos da memória, sabemos, não são desprovidos de riscos: são plurais, fugidios, maleáveis, instáveis, imprevisos, descontínuos, entrelaçam acontecimentos diversos e sofrem influência dos meios de *transmissão/comunicação*<sup>41</sup>. Cabe, pois, ao historiador/ouvinte a leitura das entrelinhas – dos entre discursos –, rever interpretações e refinar o que parecia inquestionável, re-afinar, tornar descritível, detalhado, exposto, seguir de perto (perseguir) os recantos e os sentidos mais íntimos, reavivar. Cuidar, também, já que *esses relatos não são inocentes da memória, mas antes tentativas de convencer, formar*

<sup>38</sup> MARQUES, Gabriel García. *O amor nos tempo do cólera*. Tradução Antonio Callado. São Paulo: Editora Record, 1985. P. 43.

<sup>39</sup> PILCHER, Rosamunde. *Os catadores de conchas*. 13. ed. Tradução Luísa Ibañez. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

<sup>40</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Os pensadores – textos escolhidos*. Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. 2. ed. Tradução José Lino Grunnewaldt et alii. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 57-74.

<sup>41</sup> *As memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados*. BURKE, Peter (2000). Op. cit., p. 73.

a memória de outrem<sup>42</sup>, lembra Peter Burke, reflexivo com as lides do historiador no ofício de “fazer” história.

Mas a consequência da guerra que nós sentimos não está escrita em nenhum lugar, elucida o depoente Eugênio Depiné<sup>43</sup>. Está na sua memória, nos seus sentidos. Quem somos nós, párias de um tempo que não vivemos, senão curiosos escutadores? O narrador sabe que sua história não está nos livros, e diz, voluntariamente, uma frase que soa grave; e o diz porque alguém teve a curiosidade de ouvi-lo, ou talvez jamais dissesse, muito embora possa lembrar-se na sua solidão. O debate sobre *memória voluntária* ou *involuntária* tem tirado o sono de teóricos. Ao partir dos escritos de Proust, a *memória voluntária* seria “forçada”, uniforme, enquanto que a *involuntária* surge inesperada, preme de afetividade, instantânea. Ou seja, o *instante* da lembrança seria a memória espontânea, a busca do tempo e espaços perdidos<sup>44</sup>. Este debate incomoda-me sobremaneira: o narrador não fala sozinho; se narra, o faz para alguém, um escutador que se entremeia na conversa, pergunta, instiga. Se não fala, é silêncio, é sentido guardado. De que lugar ouviríamos? Como ouviríamos os silêncios da memória *involuntária* sem que fizéssemos perguntas sobre o passado do outro? Foi-me preciosa a experiência de perguntar sobre “o tempo da guerra” e ouvir sobre as “tropas de Getúlio” em 1930, a primeira guerra, a Constitucionalista, a ditadura militar. Lapsos involuntários de caráter fugidio, confuso e desconcertante, ao mesmo tempo delicado, sensível, inusitado e significativo. A memória, como fonte oral, é, sem dúvida, um dos possíveis caminhos para a compreensão de relações outras, passadas – mesmo que sejam de ontem. Ela é importante na medida em que realça o sensível, descobre o desejo, recupera passagens e desdobres, fragmentos *indizíveis* que só a curiosa escuta pode fazer transbordar.

Esta pesquisa procura compreender, principalmente, como a população civil de Santa Catarina viveu esta “outra” guerra, observando, nas franjas do cotidiano, os enfrentamentos e possibilidades de resistência, os múltiplos papéis sociais vividos por homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, percebendo diferenças com relação à repressão, tendo como fio condutor o medo, construído para o controle e normatização da sociedade. Procura, também, perceber sujeitos que se constroem, quer através das narrativas, quer através de ofícios, cartas, leis, jornais, processos crime, numa luta de interpretações que aparece o tempo todo, interferindo decisivamente nas relações cotidianas e que fizeram por instalar redes de intrigas,

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, p. 74.

<sup>43</sup> DEPINÈ, Eugênio, 77 anos. Depoimento concedido em 13/10/2001, Rodeio. Concedida a Janiane Cinara Dolzan, a quem agradeço.

delatos, revanches, ganhos, perdas, e muito medo de tudo isso. No entrelaçamento entre a memória – as narrativas orais, o cotidiano, as múltiplas resistências e vivências, e a interpretação – versões dadas aos acontecimentos, procuro mostrar que esta foi efetivamente uma “outra” guerra, diferente daquela que até então era mostrada pela historiografia.

No início, disse que *La guerra* me levou à curiosidade. Instigada, fui em busca de pessoas que viveram aquele tempo. Não escolhi depoentes, eles me vieram das redes construídas durante a pesquisa. Uns iam indicando outros<sup>45</sup>. Amigos me davam informações. Além disso, obtive a ajuda inestimável de alunos que, alguns movidos também pela curiosidade, fizeram monografias tematizando ou a repressão, ou a campanha de nacionalização, ou os ex-combatentes, ou mulheres de ex-combatentes; outros resolveram “escavar” histórias familiares que eles próprios desconheciam, fertilizando as discussões e leituras; outros ainda acompanhando-me e apresentando-me às pessoas e mesmo me passando cópias de entrevistas. Agradeço imensamente a todos.

Na versão primeira, esta pesquisa abrangeria apenas a região da grande Florianópolis, porém, as correspondências encontradas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina me davam conta de que este Estado vivera um turbilhão de enfrentamentos. Já ia adiantada a pesquisa quando nós, a orientadora e eu, decidimos ampliá-la. Foi uma outra corrida aos arquivos, abrindo o leque de entrevistas e fontes. Nas cartas, como nas memórias, apareciam nomes de incriminados no Tribunal de Segurança Nacional. E foi um drama: onde estariam estes processos? Na primeira tentativa, feita no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), não estavam disponíveis porque mal haviam chegado. Em julho de 2001, consegui a liberação, durante alguns dias, para pesquisar nestes processos antes que fossem para a microfilmagem (onde se encontram). A partir daí, pude perceber que as cartas da população civil e as correspondências oficiais não “fechavam”, abrindo assim ainda mais para os problemas de interpretação. São realmente surpreendentes esses processos! Para além dos nomes que levava na agenda, escolhi aleatoriamente outros, somando então 41 processos: 20 de italianos e 21 de alemães (pelo sobrenome, porque parte são descendentes). Ou 14 por cento do total disponível neste Arquivo.

A estas fontes, somam, como já disse, as correspondências de diversos órgãos ao Palácio do Governo - relatórios policiais e escolares, cartas de pessoas comuns e

---

<sup>44</sup> Sobre esta reflexão, ver SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras da história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001. P. 37-58.

correspondências oficiais, telegramas, ofícios governamentais e ministeriais, abaixo-assinados de populares -, documentos paroquiais, crônicas diversas, acervos privados, acervos de escolas, de arquivos municipais, de hospitais, relatos memorialísticos, fotografias, jornais diversos, fontes bibliográficas, e, claro, as memórias. Muitas vozes de diversos cantos do Estado catarinense, sem as quais esta tese não teria o calor e os murmúrios para espiar o passado com tantos sentidos profundos. Lembro, a cada fragmento que releio, dos olhos dos depoentes, gestos, silêncios, risos, sobranceiras... e a voz, às vezes pálidas, outras vezes fortes, outras ainda misturando línguas: numa delas, eu mal entendi o alemão aportuguesado, mas os olhos do narrador me diziam mais que palavras! Saí de sua casa e chorei; era um sôfrego calor a pulsar em minhas veias. Valeu a pena – e a alma não é pequena!

Enfim, depois de muitas “indecisões” de quantos capítulos, quantas páginas, essas coisas, optei por seis capítulos. No primeiro, vou em busca dos medos, ou melhor, da construção dos medos, entremeados aos espetáculos, na produção de sujeitos patriotas e brasileiros, imagens de “amigos” e “inimigos” que tornaram a vida das pessoas vulnerável, necessitadas de uma posição definida. No segundo, é a criminalização da fala/língua a ser tematizada, partindo dos processos crime e das memórias e sentidos, vista nas entranhas da guerra e no processo de nacionalização forçada nas escolas. O terceiro capítulo pontua as tensões entre o clero católico e o Estado, num claro jogo de forças e poder, e, entre o Estado e o clero evangélico, este que foi banido sem possibilidades de negociações, bem como as desavenças pessoais, vinganças, abusos de autoridade e denúncias envolvendo homens que estavam nas relações de prestígio e poder nas localidades do interior, onde se percebe uma “guerra de nervos”.

As prisões e os campos de concentração de prisioneiros em Santa Catarina, os lugares de confinamento/afastamento para os nazistas e supostos “eixitas” estão no quarto capítulo, onde também mostro as cicatrizes da violência física e psicológica a que foram submetidos muitos homens e algumas mulheres, por força das leis em vigor, sendo que parte destes foram parar no Tribunal de Segurança Nacional. Seguindo, no quinto capítulo, estão as demissões, extorsões, apreensões e outras ações do Estado naquele momento, fazendo com que pessoas escrevessem cartas e reclamações às autoridades instituídas, bem como o controle da imprensa, com destaque para o rádio, motivo de muitas denúncias. E, finalizando, o sexto capítulo mostra como foi vivida esta “outra” guerra nas entranhas do cotidiano, as resistências e

---

<sup>45</sup>Um exemplo foi meu encontro com Hilário Savi: no sul do Estado, outros depoentes citaram seu nome, mas não sabiam seu paradeiro; achavam que o mesmo morava em Florianópolis. Busquei na lista telefônica e, após algumas tentativas, encontrei Hilário morando num bairro bem próximo do meu!

enfrentamentos com as autoridades, as mulheres nas suas lides, a dor e o desconsolo com as perdas materiais e simbólicas, vividas nas relações concretas, onde os sujeitos reinventaram formas de driblar, mesmo que pastoreando rancores. No epílogo, afinal, que “outra” história é essa que eu conto?

Se durante a guerra da qual falo o inimigo sujeitado tinha feições germanófilas e tudo a ele associado era imediatamente demonizado e nazificado, que dizer da caça, hoje, a todo ser humano de feições árabes e de aparência muçulmana? Associados imediatamente a terroristas ligados a Al Qaeda, o mundo assiste, perplexo e amedrontado, a esta guerra de loucos. Lá e cá, os interesses são econômicos, justificados no discurso daqueles que se auto intitulam “paladinos da democracia”, ou países que disputam e querem mostrar quem, afinal, é dono do mundo. Hoje, passados alguns meses do golpe terrorista ao World Trade Center e ao Pentágono<sup>46</sup>, mitos políticos são acionados no imaginário coletivo e os norte-americanos propugnam o ódio ao “outro”, o árabe-muçulmano, tido como conspirador e demoníaco, instigando ainda mais a xenofobia, discurso este legitimado no contexto das relações internacionais e aceito na medida em que faz parte de uma época específica.

Na *Era dos Impérios*, política e economia haviam-se fundido. O crescimento e a competição na economia incitava a *rivalidade na política internacional*<sup>47</sup>, eclodindo uma guerra total, a primeira efetivamente mundial (1914-1918), da qual muito ainda se fala, pois que *alquebrados por esses anos de horror*, milhares de pessoas ficaram incapazes de se readaptar à vida civil, na *lembrança indelével que entretém insônias e alimenta pesadelos*<sup>48</sup>. Avaliados os ganhos e perdas, o acordo de paz imposto pelas grandes potências sobreviventes e vitoriosas (França, Itália, Grã-Bretanha, EUA), levou ao colapso os regimes europeus, abrindo brechas para o aparecimento de políticas de massas (ou regimes totalitários), acionando rivalidades ainda maiores. Entre o fim da Primeira Guerra Mundial e eclosão da Segunda, os nacionalismos emergiram, na sua arrogância e brutal excludência. E era previsto que outra guerra não tardaria.

---

<sup>46</sup> No dia 11 de setembro de 2001, dois aviões de passageiros foram atirados contra o *World Trade Center* e um sobre o Pentágono, ambos símbolos do poder econômico e militar dos Estados Unidos. Num atentado terrorista sem precedentes na história, que levou este país a declarar guerra aos terroristas sem, entretanto, estarem certos dos mentores do atentado naquele momento. Por conta disso, a imprensa fez gerar uma “comoção” mundial contra o terrorismo, justificando assim a retaliação, ou seja, construiu a imagem de um inimigo “comum” a ser perseguido e denunciado: os árabes-muçulmanos.

<sup>47</sup> HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 37.

<sup>48</sup> VICENT, Gérard. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário. In: PROST, Antoine e VICENT, Gérard (orgs). *História da vida privada*, vol. 5. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 212.

A Segunda Guerra Mundial mexeu, de diferentes formas, com boa parte da população do planeta, e, segundo Hobsbawn, *não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos (...) em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante*<sup>49</sup>. E hoje? O que podemos esperar? Nesse tempo de vazio de esperanças, coisas como esta que ocorreu dia 11 de setembro fazem por excluir ainda mais a já tão excluída periferia do mundo - se é que dá para pensar em periferia, com as aproximações, perdulárias ou não, no planeta global. Hobsbawn fala de menos de sessenta anos atrás: será que a *raça humana* tem saídas?

Nas marcas indeléveis deixadas em populações inteiras, os homens não aprenderam que *A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento*<sup>50</sup>, disse Hannah Arendt, infelizmente com toda razão. Aquelas doutrinas totalitárias se findaram? As mesmas idéias se refazem, tomam outras representações e são veiculadas com força. Os *Skin Heads*, por exemplo, re-atualizam o ideário neonazista, perseguem judeus, negros, homossexuais, prostitutas, raspam a cabeça e tatuam a suástica na pele; têm página na internet, oferecem livros, imagens, revistas que circulam pela Europa e o resto do mundo; defendem a purificação racial e difundem o ódio na mais absoluta intolerância, conectados ao delírio nacionalista e racial de Hitler. Um cartaz recente num país europeu, assinado por *Skins* dimensiona a estúpida exclusão: *Contra a mestiçagem: dê um tiro na cabeça de cada puta negra*<sup>51</sup>.

Mas, seriam apenas eles os demônios? A violência e os preconceitos - de cor, de gênero, étnico, de classe, cultural, religioso - nunca na história da humanidade estiveram tão expostos. Há tantos confrontos étnicos e religiosos, levando homens até a demência, na defesa de suas “verdades”, a maioria “*em nome de deus*”. Esse sentido que *tem intoxicado o pensamento e aberto as portas às intolerâncias mais sórdidas*, avalia com precisão José Saramago<sup>52</sup>.

De quais medos sofreremos hoje? Tememos a possível falta de água potável, a escassez de alimentos, assaltos, doenças incuráveis, a destruição do planeta, o desemprego, a violência, o terrorismo, sequestros, guerra bacteriológica e atômica. O pânico provocado com o Antrax deixou vulnerável uma sociedade que se dizia no topo do mundo e vangloriava-se de não ter

<sup>49</sup> HOBBSAWN, Eric (1995). Op. cit., p. 15.

<sup>50</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 58.

<sup>51</sup> A rede GNT veiculou, no dia 12 de setembro de 1999, um programa intitulado “*Skin ou morte*”, mostrando como, principalmente na França Estados Unidos, Alemanha, Holanda Bélgica, Itália, Inglaterra, Suíça, os *Skins* se proliferam, inspirados no nazismo, no white power, instigando o ódio racial. Lembro que, na sociedade estadunidense, nunca antes se viu intolerância tão forte como hoje: atos de violência contra os negros, homossexuais, judeus, e agora árabes. E os preconceitos sexuais, étnicos, religiosos, raciais só existem porque passam de geração em geração, fazendo crescer grupos de ódio, como são os neonazistas.

<sup>52</sup> *O fator Deus*. Colhido em [ocara@yahoogrupos.com.br](mailto:ocara@yahoogrupos.com.br), em 19 de setembro de 2001.

medo de nada. De que os homens têm medo? Da guerra, e de tudo o que dela advém. Morrer é a única certeza, mas morrer como cervo no abate é estúpido: *O Resgate do Soldado Ryan* dá a dimensão histórica de horrores na representação de como se abatem homens, porém, deixa entrever que os homens têm medo<sup>53</sup>. E choram. E gostariam de estar em outro lugar. Quem os faz ir e por que estão aí, protagonistas anônimos, um número na medalha, carnes frescas a contabilizar baixas? Ao mesmo discurso, proferido na década de 1940, sujeitando-os à coragem e ao patriotismo, atualmente volta-se na direção da civilização “atrasados” afegãos.

Falo de um lugar periférico, fora do centro do poder, olhando esta guerra contra o Afeganistão como uma retórica ao patriotismo, em nome do qual são realizadas exclusões e inclusões, deliberadamente. Posso citar, como exemplo, o esforço, a partir do modelo ocidental, para civilizar as mulheres escondidas na burka que, vítimas já da violência da própria cultura, são então duplamente aviltadas nos seus direitos. E falo da mesma maneira olhando para as exclusões e a violência sofridas por homens, e principalmente mulheres, nas relações da guerra que me propus fazer nesta narrativa, quando a contingência do momento colocou uns contra os outros, fez reativar diferenças, provocando um profundo mal-estar. Portanto, proponho a crítica a todo e qualquer tipo de violência e intolerância, pois se a história não servir para que aprendamos algo, não teria sentido.

Os sujeitos, homens e mulheres, que viveram a “outra” guerra no momento específico de sua produção, exerceram poderes em diferentes papéis, ou foram assim representados - delatores, espiões, apreensores, policiais, patriotas, brasileiros, nazistas, estrangeiros, fascistas, quinta-colunas, inimizados, delatados, testemunhantes, incriminados, afastados, demitidos, exonerados, supliciados, detidos, extorquidos, desapropriados, civilizados ou incivilizados, etc. nas tensões entre o que queriam ser e o que queriam que fossem. Sim, viveram um presente de tensões permanentes, de insegurança e vida instável, de medo de tantas coisas impossíveis de traduzir com palavras, e de inventividades e dissimulações necessárias. Estes são os mesmos que seguem protagonizando as histórias que agora apresento.

---

<sup>53</sup> “*O Resgate do Soldado Ryan*” (filme). Direção Steven Spielberg, 1998. EUA.

## Primeiro Capítulo

### O medo revirando o passado

“Quem esquece esse sofrimento,  
essa ânsia, esse medo?”  
Pina<sup>54</sup>

Ressentimentos: talvez seja a melhor palavra, no plural, para localizar os sentidos vividos nos anos em que o Brasil esteve envolvido nas tramas da Segunda Guerra Mundial, interferindo decisivamente na vida cotidiana de homens e mulheres. Como esses sentimentos vêm nas reminiscências? De que práticas falam os depoentes quando, ao revirar o passado, o medo vem revigorado? Como foi vivido este medo em Santa Catarina?

Naqueles anos, estratégias governamentais arvoraram-se na produção de sujeitos que temessem um “outro”, ou aquele que, na contingência das relações, era inimizado por conta de sua origem étnica. Ao mesmo tempo, pretenderam que se constituíssem como “bons brasileiros” e patriotas – não sem intolerâncias, silêncios, violências, astúcias, marcas inscritas na contemporaneidade, que se mexem em fragmentos descontínuos, próprios do lembrar no diálogo com o passado. Em duas partes, este capítulo pretende mostrar os esforços institucionais na produção do medo, concomitante aos desejos de formar o patriotismo, a qualquer custo, junto da população civil do Estado catarinense.

#### A construção do medo: quem é o inimigo?

Corria pouco mais de meados do ano de 1942, quando a menina Maria Lina Niconomus experimentou o medo da sirene, do escuro, de sair à rua, do “outro”. No centro de Florianópolis, as pessoas de diferentes gerações sentiam os efeitos das normatizações, cuidadosamente elaboradas na construção de imagens para assustar e dar medo. Foi assim, na narrativa da então menina:

... nessa época havia simulação de bombardeio aéreo. Ah!, quem é que dizia que eu atravessava a rua? Porque minha mãe me chamava porque tinha que fechar todas as janelas, não podia passar nenhuma luz. E aquela sirene... quando tocava a sirene eu vou te dizer! Tinha aquela sirene e quando tocava aquela sirene eu ficava apavorada, achando que os alemães iam me pegar,

<sup>54</sup> Pina, protagonista de “*Roma, cidade aberta*” (filme). Diretor: Roberto Rossellini, 1946. Itália.

sabes. A mãe tinha que vir me buscar porque eu tinha um medo desgraçado dos alemães, prá ti ver como essa coisa gravou em mim!! Que eu achava que vinham os alemães... Era a sirene, todos tinham que se recolher, fechar a casa, apagar a luz<sup>55</sup>.

Ali, na rua Jerônimo Coelho, lugar central da capital do Estado, as crianças e os adultos experimentaram sentidos diversos. Nas lembranças de Maria Lina, o “outro” era o inimigo que vinha *pegar*, ou “outros” sujeitos, *sujeitados a condições de existência definidas*<sup>56</sup>, construídos no calor da política ideológica varguista e representados de maneiras distintas por diferentes pessoas. Florianópolis era então uma cidade que abrigava aproximadamente cinquenta mil habitantes, majoritariamente brasileiros natos<sup>57</sup>, o que faz pensar terem sido ínfimos os efeitos da guerra. Teriam sido mesmo? A menina revelou sustos como se fossem de ontem, porém vividos há quase sessenta anos. Esse atributo da memória, ciência da recordação, recoloca sentidos escondidos – *essa coisa gravou em mim* – que residem na sensibilidade, resignificada, mas ainda (re)corta e a pega desprevenida. Sim, *somos hoje a memória, viva ou entorpecida, do ontem e do anteontem e o prelúdio tateante do amanhã*<sup>58</sup>.

Mas, cabe perguntar: que “outro” e que medo era esse? Como foi construído e por quê? A quem beneficiava? Que medos provocaram para as diferentes etnias, classes, gêneros, gerações? Quais os sentidos do medo rememorados a partir da experiência do tempo da guerra vividos nas cidades, no litoral e no interior do Estado? Não eram rompantes de momento: havia muito tempo que se faziam correr notícias, pronunciavam-se discursos, ora a favor, ora contra os estrangeiros. Antes da guerra, no contexto da campanha de nacionalização ressoavam vozes contra o anti-patriotismo na obrigatoriedade de “limpar” o país de “quistos étnicos”. Entretanto, os debates já eram articulados na Primeira República, e voltaram-se à questão da educação<sup>59</sup>, haja vista a fragilidade do ensino no país. Os imigrantes mantinham escolas particulares, onde utilizavam livros didáticos na língua de origem, bem como

<sup>55</sup> NICONOMUS BASTOS, Maria Lina, 63 anos. Depoimento concedido em 21/08/1999, Florianópolis.

<sup>56</sup> A frase citada é de SCOTT, Joan. Experiência. Tradução Ana Cecília Acioli Lima. In: SILVA, Alcione Leite da et alii. (orgs). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. P. 42.

<sup>57</sup> Conforme o *Censo Demográfico de 1940*, a população de Florianópolis era de 46.771 habitantes, sendo 46.082 de brasileiros natos, 171 naturalizados e 517 estrangeiros. Dados do IBGE.

<sup>58</sup> BOSI Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 32.

<sup>59</sup> Sobre a problemática escolar e as tentativas de reformas para o ensino público catarinense: o Decreto No. 155, de 10 de julho de 1892; Lei No. 112, de 04 de outubro de 1894; e o Decreto No. 348, de 07 de dezembro de 1907, já no Governo de Gustavo Richard – tentativas frustradas face as dificuldades de encontrar professores aptos e mesmo ao descaso das elites. Em 1910, assume o governo o Cel. Vidal Ramos, cuja meta política era a reforma do ensino; para tanto, chamou Orestes Guimarães, professor de São Paulo, que foi decisivo para o início efetivo da reforma educacional catarinense. FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino*

aprendiam a História de seus países; oravam e sociabilizavam-se conforme os costumes apreendidos na Europa.

No contexto da grande imigração européia para as Américas<sup>60</sup>, perto de 5 milhões de imigrantes europeus vieram para o Brasil e em maior parcela para os Estados do sul, isso até a década de 1940. A maioria veio através de políticas imigratórias em função da agricultura, porém também estabeleceram-se nas cidades<sup>61</sup>. No sul, colônias alemãs, italianas, ucranianas, polonesas, ou mistas, ficaram em boa parte afastadas (mas não totalmente isoladas) do convívio direto com a sociedade nacional até os anos de 1930. Nas cidades fixaram-se contingentes de imigrantes que, em vários casos, formaram bairros concentrados e identificados por etnia<sup>62</sup> – em Florianópolis, a Rua Nereu Ramos ficou conhecida como a *Rua do Eixo*, já que ali moravam alemães, duas famílias italianas e duas brasileiras, apenas, conta-me Werner Springmann, que ali morava na época da guerra<sup>63</sup>.

Em Santa Catarina estes passam a ter importantes papéis nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, contribuindo para a implementação de núcleos coloniais, instalação de mercados e associações culturais distintas. Claro é que isso não se deu sem embates: índios e caboclos foram expulsos, na maioria das vezes com violência, como discorre Eunice Nodari, ao historicizar a entrada dos colonos<sup>64</sup>, vindos do Rio Grande do Sul no Oeste do Estado, nos primeiros cinquenta anos do século passado<sup>65</sup>. Os atritos entre índios e brancos foram violentos, *tiveram como razão imediata o medo que uma população tinha da*

*público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. P. 77 e seguintes.

<sup>60</sup> Entre 1881 e 1915, vieram para as Américas cerca de 31 milhões de imigrantes europeus; destes, 2,9 milhões para o Brasil (antes de 1881, cerca de 15 milhões de europeus já haviam cruzado o Atlântico). KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999. P. 21.

<sup>61</sup> Dados citados por SEYFERT, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Op. cit., p. 201 e seguintes.

<sup>62</sup> Idem., p. 202. Sobre a imigração para o Brasil, ver: FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e intimidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998; FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*. Tradução Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hanz Staden, 1974; SEYFERT, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito, e ALVIN, Zuleika M. F. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). (1999). Op. cit. Nesta obra, encontram-se artigos sobre outros grupos de imigrantes no Brasil – japoneses, espanhóis, alemães, judeus, libaneses – bem como correntes migratórias para a América.

<sup>63</sup> SPRINGMANN, Werner, 75 anos. Depoimento concedido em 14/9/1999, Florianópolis.

<sup>64</sup> *Caboclos* são sujeitados, a partir dos colonizadores, no contraste aos *colonos*, ou seja, como se vêem e são vistos. É uma *abordagem relacional*, uma vez que o étnico exige um caminho de mão dupla: reconhecer-se e ser reconhecido de fora enquanto membro de um grupo diferente. Muitas vezes o termo é utilizado como *brasileiros*, mas que acaba por ter o mesmo significado, pois quase sempre são relações de enfrentamentos. *Colono* é uma identificação a partir do olhar do outro, também diferenciadora, produzindo uma auto-imagem de si enquanto grupo. Cf. RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997. P. 206.

<sup>65</sup> NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

outra<sup>66</sup>. Com a ocupação das terras pelos colonos, os índios foram sendo expulsos e exterminados, processo que avançou até as primeiras décadas do século XX, com a utilização de bugreiros para liquidá-los<sup>67</sup>, processo que ocorre ainda hoje devido a disputa por terra. Com os negros não foi diferente: foram *extintos* da convivência desses grupos, tanto que a historiografia, por larga data, os excluiu da memória e, portanto, da história<sup>68</sup>.

Muito embora, em fins do século XIX, tentava-se *inventar o povo brasileiro* tendo no mestiço o *eixo simbólico da unidade nacional*, os intelectuais tinham idéia de que a *homogeneidade como base da Nação era fundamental e definia a miscigenação como pressuposto do branqueamento*<sup>69</sup>. Isso não significa que os projetos dos intelectuais fossem de tolerância para com os “não brancos”: primavam por uma nação “civilizada” e criam na superioridade dos genes brancos, que tornar-se-iam hegemônicos com o tempo<sup>70</sup>.

Os imigrantes europeus eram protagonistas dos debates, vistos, por um lado, como solução para a regeneração da raça e moralização do país, atrasado e miscigenado. Por outro lado, nas duas últimas décadas do século XIX e início do XX, *a mestiçagem torna-se ponto central para a compreensão dos destinos da nação*, evidenciadas nas *elaborações que dele fizeram Silvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha, entre outros*<sup>71</sup>. Silvio Romero, para exemplificar, editou, em 1906 a obra *O alemanismo no sul do Brasil*, onde fez contundentes alertas às autoridades e na imprensa sobre os riscos de um possível Brasil germânico, apontando para a necessidade de “integrar” essas populações por meio da

<sup>66</sup> Silvio Coelho dos Santos avalia este processo, mostrando que passou da desconfiança para o ataque, depois para a ‘caça’ aos nativos, sendo que, em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, que inicia os trabalhos em Santa Catarina, haja vista a gravidade dos embates no Estado. SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Editora Terceiro Milênio, 1998. P. 83 a 86.

<sup>67</sup> Sobre o assunto: SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no sul do Brasil*. A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973; ABREU, Wanusa Aparecida de. *Representações dos bugreiros através das memórias*. (Índios Xokleng, - Vidal Ramos, 1915-1930). Monografia (Graduação em História). Trombudo Central: UDESC/FAED, 2000.(Projeto Magister).

<sup>68</sup> A abolição veio a serviço dos brancos, num momento de “necessidade” de mão de obra livre. Em Santa Catarina, ao revés de uma historiografia que não os incluiu, em 1872, havia tinha 9,37% escravos (14.984 hab.). Na cidade de Desterro, em 1854, estes eram 22,74% (1.688 hab). PEDRO, Joana et alii. *Negro em terra de branco*: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. Sobre os paradoxos de uma historiografia que “excluiu” a escravidão do Vale do Itajaí, ver: SALOMON, Marlon Jaison e VOIGT, André. Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri (orgs.). *Visões do Vale*: perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000. P. 41-56.

<sup>69</sup> FLORES, Maria Bernardete. A política da beleza. Nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. In: *Diálogos Latinoamericanos*, 1/2000. Centro de Estudos Latinoamericanos/CLAS. Universidade de Aarhus, Dinamarca. P. 89.

<sup>70</sup> Ver SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Capítulo 6 – O ideal de branqueamento depois do racismo científico).

<sup>71</sup> Citado por MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 108.

assimilação cultural<sup>72</sup>. Conforme analisa Falcão, Romero fez *articular uma série de elementos simbólicos acerca da imigração alemã que iria servir de matriz, em diversas ocasiões posteriores, conforme conveniências, para interpretar o comportamento das comunidades originadas deste processo imigratório perante os problemas suscitados pela constituição de uma nacionalidade brasileira*, ou seja, o *imigrante egoísta e ingrato*, que queria afortunar-se e desdenhava a nação acolhedora, o *alemão germanista* apegado em suas tradições, a *sinistra Alemanha e a trama sorrrateira de inimigos* que queriam um outro estado independente só para si<sup>73</sup>.

“*Um Estado no Estado*”<sup>74</sup>: era 1896 quando um jornal do Rio de Janeiro enunciou o “perigo alemão” nas colônias alemãs do sul do Brasil. Enfatizou que estes colonos recusavam-se à assimilação, e geraram-se debates que, ora menos, ora mais acalorados, deram justificativas à repressão nos cinquenta anos seguintes. A idéia de que os países sul-americanos seriam anexados ao *Reich* alemão não surgiu durante a Segunda Guerra, mas já pululava em fins do século XIX e era proveniente da forma imperialista com que a Alemanha tratava povos da África e Ásia. Esta idéia já havia sido manifestada durante a Primeira Guerra, ainda que de forma menos acirrada e mais por parte da população e não do governo, como observou a historiadora Marionilde Magalhães<sup>75</sup>. Em meio ao conflito bélico (1914-1918), sentimentos patrióticos e nacionalistas fizeram o tempo de provocar tensões<sup>76</sup> entre brasileiros e alemães: os brasileiros os viam ligados ao país em guerra, partícipes de associações e clubes próprios, ao mesmo tempo em que discursos pangermanistas<sup>77</sup> eram enunciados nessas reuniões e organizações pró-alemãs. Acabaram os rancores com o fim do primeiro conflito mundial? Em 1927, um jornal “irreverente” enunciou reclames aos jovens que deveriam seguir o exemplo dos patriotas, que durante a guerra tiveram *a coragem de sair*

<sup>72</sup> ROMERO, Silvio. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

<sup>73</sup> FALCAO, Luiz Felipe (2000). Op. cit., p. 65. Também GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991. P. 16.

<sup>74</sup> Artigo publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1896. Este artigo levantou, em diferentes momentos, a preocupação quanto as questões político-ideológicas em relação a estas colônias. Citado por TERNES, Apolinário. *História de Joinville, uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981-1984. P. 146 a 149. Também FALCÃO, L. Felipe (2000). Op. cit., p. 47 e seguintes; COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abrasileirar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2000. P. 169 e 130.

<sup>75</sup> MAGALHÃES. Marionilde B. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998. P. 38-60. A autora cita que a França foi um dos países que divulgou a existência de um “perigo alemão”, denunciando ambições expansionistas daquele país.

<sup>76</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. Itajaí vai à guerra. In: *Revista Alcance*, Revista de Divulgação Científica da Universidade do Vale do Itajaí, vol. 1, n. 3. Itajaí: Editora da Univali, jul. 1995. P. 73-85.

<sup>77</sup> Em 1890, foi criada, na Alemanha, a Liga Pangermânica – *Alldeutsche Verband* –, organização com fundos nacionalistas, verbalizando sentimentos de pertencimento e que eram veiculados nas colônias, inclusive com auxílio econômico às escolas e organizações, com intensa divulgação da nacionalidade alemã.

em plena rua e fazer em mil pedaços do retrato de Guilherme II, chamando-os aos deveres da pátria<sup>78</sup>.

Nos anos de 1930 e 1940, após a ascensão do nazismo e com Hitler no poder (1933), o perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado real – mesmo porque as idéias imperialistas do *Fuhrer* não escondiam o desejo de tornar a Alemanha um império poderoso. Mas, seria mesmo recorrente? Era intenção do nazista Hitler anexar parte da América? René Gertz chama a atenção, a partir de pesquisas no Rio Grande do Sul, para o fato de que muitos ideólogos estrategistas viam nessa idéia a possibilidade de conquista do mercado local, enquanto *a maioria da população era silenciosa e a sua posição, via de regra, só pode ser inferida das entrelinhas daqueles que falaram ou a partir de outras fontes*<sup>79</sup>. Gertz afirma que o “perigo alemão” existiu e que o seu temor era justificado, porém, mostra *lamúrias* queixosas de que o germanismo (*Deutschtum*) estava decaindo nos anos de 1920, referindo-se a cartas de alemães que visitavam colônias e se desapontavam com o grau de abasileiramento dos jovens tanto nas cidades, como ocorria também nas colônias. Conclui o autor que *o principal local de cultivo do germanismo estava nas elites urbanas e seus aliados intelectuais*<sup>80</sup>.

Bem, no calor da hora, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão<sup>81</sup> -, em janeiro de 1942, movimento que já vinha sendo “induzido” por pressões norte-americanas<sup>82</sup>, os ânimos se exaltaram. Entre janeiro de 1942 a maio de 1945, as ações governamentais estavam voltadas contra os “perigos”, representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo. É nesse

<sup>78</sup> Jornal *Futurista*, 09/01/1927; 13/02/1927. Itajaí.

<sup>79</sup> GERTZ, René (1991). Op. cit., p. 17.

<sup>80</sup> *Idem*, p. 19 e 43.

<sup>81</sup> A Segunda Guerra Mundial foi deflagrada em 01/09/39 e teve seu término oficial em 08/05/45, com a capitulação do Eixo. Entretanto, tensões estavam sendo vivenciadas no entre-guerras, e continuaram no pós-guerra. Existem muitas obras sobre o tema, dentre estas: FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1995; COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, FFLCH/USP, 1995; *Revista da USP – Dossiê 50 anos de final da Segunda Guerra*. N. 26, jun/jul/ago.1995; SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da Universidade – EDIPUCRS, 2000. A *Revista Inteligência* (Mensário da Opinião Mundial, São Paulo: Inteligência Editora, s/d), que circulou de 1935 até pelo menos 1939, expressa opiniões referentes aos problemas políticos no entre-guerras.

<sup>82</sup> É corrente a informação de que o Brasil entra na guerra “sob pressão” dos Aliados, haja vista a ligação estreita nas relações com a Alemanha. A historiadora Maria Tucci Carneiro, em recentes pesquisas, traz revelações, dentre estas, documentos secretos onde se lê os planos do governo inglês em desestabilizar a economia brasileira via boicote, ou reduzindo as importações de mercadorias brasileiras, de forma a produzir o descontentamento, desemprego e a conseqüente reação popular, contando com o colaboracionismo norte-americano. “Casablanca tropical”. In: *Revista Veja*, 07/02/2001. P. 42 a 46.

momento de “caça às bruxas” que a idéia de conspiração se acirrou e as perseguições policiais passaram a ter lugar assegurado e legitimado<sup>83</sup>.

Nereu Ramos, o Interventor Federal em Santa Catarina, no dia 19 de agosto de 1942, dia seguinte do fatídico torpedeamento de navios brasileiros, fez publicar que

O governo brasileiro, tendo à frente a impoluta pessoa do presidente Getúlio Vargas, vai castigar, como o merecem, os desumanos torpedores de navios mercantes indefesos e os sabotadores da ordem nacional, que não se conformam com o gesto de coragem que nos libertou definitivamente da nefasta influência de seu imperialismo,

chamando à disciplina, união e fé. Nos dias 19 e 20, outras notas da interventoria diziam ser justa a exaltação popular, apelando, entretanto, para que a população evitasse perturbações e aguardasse com calma, por isso proibiu comícios e manifestações patrióticas, temeroso de que alguns elementos aproveitar-se-iam da situação para tumultuar... Nos dias seguintes, a interventoria publicou telegramas de apoio ao governo e repúdio aos *atos vandálicos do Eixo*. Todos os municípios do Estado<sup>84</sup> manifestaram-se, bem como empresas<sup>85</sup>, abaixo-assinados de populares<sup>86</sup>, sindicatos<sup>87</sup>, etc, comunicando sobre os comícios locais e/ou manifestações patrióticas e os telegramas enviados também diretamente ao Presidente da República. Ora, as notícias corriam depressa e era importante mostrar de que lado estavam, ou recairia a suspeição imediata nos não coniventes com as decisões governamentais.

---

<sup>83</sup> O “mito da conspiração”, conforme avalia Raoul Girardet, recorre ao passado e aciona um sistema particular de discurso, organizando-o numa sucessão, ou *dinâmica de imagens*, que se encadeiam, chamam-se, confundem-se, não podendo ser abarcado, definido, porque encerrado em contornos difusos e redutores. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 14 e seguintes.

<sup>84</sup> *Diário Oficial do Estado*, 19/08/1942; 20/08/1942; 21/08/42 e seguintes. Um exemplo: *É-me grato expressar Vossência entusiasmo população deste município motivo última deliberação Governo República aceitando estado beligerância Alemanha e Itália pt Reafirmando não só meu nome como no da população desta comuna nossa irrestrita solidariedade estamos prontos para marchar pela vitória nosso querido Brasil*. Ofício de Newtom Macuco, Prefeito Municipal de Cruzeiro, a Nereu Ramos, Interventor Federal, em 24 de agosto de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Jul/ago. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>85</sup> A Associação Comercial e Industrial de Joinville enviou a Getúlio Vargas e Nereu Ramos, no dia 18 de agosto de 1942, extensos telegramas colocando-se prontos para servir a pátria e glorificando as suas virtudes patrióticas. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>86</sup> Da região de Blumenau (sem nome do lugar), um abaixo-assinado ao Presidente Getúlio Vargas dizia: (...) *estamos prontos cumprir ordem (...) derramar nosso sangue defesa da nossa soberania ultrajada*. Era dia 23 de agosto de 1942, e assinaram 93 pessoas (pelos nomes, 52 alemães, 19 italianos e 19 brasileiros). Do distrito de João Pessoa (São José), foi enviado um telegrama a Nereu Ramos informando que a Comissão de Homenagens fazia tributo ao josefense Antonio Matos Arêas, *vítima da torpeza e vandalismo eixista*, em 24 de agosto de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>87</sup> Telegrama assinado por Gustavo Pamplona, Presidente do Sindicato dos Estivadores de Florianópolis, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, Florianópolis, em 30 de agosto de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

Em Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses e descendentes foram os alvos dentro da “lógica da suspeição<sup>88</sup>”, estando na mira da população e da polícia, o que oportunizava, então, enfrentamentos étnicos. Com a entrada do Brasil na guerra, em 22 de agosto de 1942 (o Decreto Federal n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, declarou Estado de Guerra em todo o território nacional<sup>89</sup>) esta suspeição/demonização do “outro” tomou forma mais explícita na imprensa, a qual veiculou artigos apresentando estrangeiros e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, detonando então um clima de violência. Em Florianópolis, Joinville, Blumenau, e provavelmente em outras cidades, houve atos públicos, quando a multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes, quebrou placas de ruas e lojas com nome alemão<sup>90</sup>, achincalhou estrangeiros e descendentes obrigando-os a darem vivas ao Brasil e aos Interventores Nereu Ramos e Getúlio Vargas, atos que continuaram esporadicamente nos meses seguintes. As memórias são unânimes nesta direção.

Em Joinville, um comício/desfile levou à ruas cartazes onde dizia “*Morram os ingratos!*”, “*Descendentes! Contra teu pai, contra teu irmão, mas pelo Brasil!*”, conclamando a eliminação dos “*canalhas e patifes*”. Em Blumenau, aqueles que usavam o bigode de Hitler foram à barbearia fazer uma “*limpeza no rosto*”, enquanto discursos eram pronunciados referindo-se aos alemães como “*povo maldito*”, “*miseráveis boches*”, sugadores de “*sangue*”<sup>91</sup>. Nas memórias de Harold Letzow:

Lembro-me que naquele tempo houve uma passeata contra o Hitler. Alguém encheu um caixão de defunto que representava o Hitler e o jogaram no rio. Depois disso veio uma demorada seca que provocou um racionamento de energia e o pessoal dizia que isso era praga do Hitler, porque o tinham jogado na água e o leito do rio ia secar. Pedras que nunca tinham sido vistas, apareceram<sup>92</sup>.

<sup>88</sup> A expressão é de MAGALHÃES, Marionilde Brephohl, que analisa essa lógica no aparato do regime militar, a qual bem cabe no contexto de Vargas. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, v. 17, no. 34. ANPUH/Humanitas, 1997. P. 203-220.

<sup>89</sup> *Diário Oficial do Estado*, 17/09/1942. P. 3.

<sup>90</sup> Em Florianópolis, a população retirou a placa da Rua Blumenau e a substituiu por outra: Aníbal Benévolo, nome de um dos navios afundados; a Livraria Central, de propriedade de Alberto Entres, virou Livraria Baependi; a Casa Veneza virou Casa V. Cf. FALCÃO, Luiz Felipe (2000). Op. cit, p. 175-176. Estas coisas aconteceram também em outras cidades do país. Cf. BOSCHILIA, Roseli. *O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial*. Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins – Fundação Cultural de Curitiba, outubro de 1995.

<sup>91</sup> Apareceram em *O Estado, A Gazeta, A Notícia, Gazeta de Blumenau*, de 18 a 30 de agosto de 1942.

<sup>92</sup> LETZOW, Harold Heinrich, 78 anos. Depoimento concedido a Brigitte Fouquet Rosembrock. Entrevistas. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII – N. 5/6. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, maio/junho, 2001. P. 61.

Noutros depoimentos, a memória do “caixão” vem detalhada, mostrando que estes entreveros ficaram inscritos na memória coletiva.

Naquele 07 de setembro de 1942, Getúlio Vargas, do alto comando da nação, que se entendia perigosamente ameaçada, conclamou aos brasileiros o cumprimento do dever cívico contra a *ação perversa e deliberada de corsários, que lançaram o mundo no mais sangrento conflito deste século*, lembrando que cerca de seiscentos brasileiros já haviam sido tragados pelas ondas revoltas em torpedeamentos de navios mercantes brasileiros<sup>93</sup>. Havia, portanto, inimigos; a palavra de ordem era *revanche! Seremos implacáveis no combate aos invasores e seus agentes infiltrados traiçoeiramente no meio de nossas populações laboriosas*. Mas, *Aos nacionais*, disse o Presidente, *dos países com os quais estamos em guerra, que aqui vieram e construíram os seus lares de forma regular e honesta, nada devem recear enquanto permanecerem entregues ao trabalho, obedientes à lei e prontos a colaborar nas atividades defensivas do país*. E a ameaça:

De modo bem diverso serão tratados todos os que, traindo os compromissos assumidos e ludibriando nosso acolhimento generoso, auxiliarem de alguma forma os inimigos, com eles mantiverem entendimentos, espionando ou fazendo sabotagem. A esses, aplicaremos com rigor as leis de guerra<sup>94</sup>.

Esses fragmentos de um longo discurso foram reproduzidos exaustivamente na imprensa do país, chegando aos recantos mais afastados. Quantos não ouviram temerosos? Como apropriaram-se destas palavras graves e solenes? O discurso constrói sujeitos, incita imagens, inclui e exclui deliberadamente; aos nacionais, bastava obedecer; aos que desobedecessem, o rigor das leis. Em Florianópolis, e na mesma data, o Interventor Nereu Ramos, do alto da sacada do Palácio do Governo, fez o tempo de expor sua eloquência, assinando as palavras do Chefe da Nação, *condutor avisado e sereno de sábias determinações*. Inflamado pela mesma chama patriótica, condenou *as hordas vandálicas que o hitlerismo adestrou para o crime, para a traição e para o mal*, chamando os catarinenses ao

<sup>93</sup> De 18 de março de 1941 a 17 de agosto de 42, foram afundados 22 navios – mercantes ou não – sendo estes: *Santa Clara, Taubaté, Siqueira Campos, Buarque, Cabedelo, Olinda, Arabutan, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Paracuri, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena, Baependi, Anibal Benevolo, Itagiba, Araras, Araraquara e um veleiro*. Entre 27 de setembro de 1942 e 30 de junho de 1943, outros doze navios são afundados: *Lages, Brasilóide, Afonso Pena, Jaguaribe, Tutoia, Pelotasloide, Bagé, Itapagé, Cisne Branco, Campos, Vidal de Negreiros e Baía*.

<sup>94</sup> Pronunciamento de Getúlio Vargas, no Estádio Vasco da Gama, Rio de Janeiro, dia 07 de setembro de 1942, durante a “*Hora da Independência*”. Publicado no *Diário Oficial do Estado*, dia 08/09/1942, e reproduzido todo, ou em parte, nos diversos órgãos da imprensa escrita do país, bem como nas emissoras de rádio.

sacrifício na luta contra uma guerra que fora imposta *pela alucinação demoníaca do totalitarismo pagão (...)*<sup>95</sup>.

Essas palavras, por certo, formavam imaginários: ao demonizar<sup>96</sup> o inimigo, o discurso recorreu ao mito<sup>97</sup> e o atualizou na luta do bem contra o mal. O diabo<sup>98</sup> – da palavra grega *diábolos*, caluniador – era o inimigo que ameaçava o mundo; o nazismo era o demônio, e os nazistas, traidores e pagãos. Ou seja, o mito precisa de clareza na sua mensagem e tem historicidade, não sendo, portanto, de natureza aleatória. Assim como o comunismo<sup>99</sup>, o nazismo é pagão<sup>100</sup> - idéias constantemente repetidas no jornal *O Apóstolo*<sup>101</sup>. Alcir Lenharo mostra essa construção sacralizada do poder como corpo teológico no tempo de Vargas<sup>102</sup>, e é dessa idéia que a imprensa católica, ou não, homens ligados ao exército e outros discursos se nutriram. Por exemplo, em 1940, quando da instalação do “*Monumento aos heróis mortos contra a revolução comunista em novembro de 1935*”, os jornais estaduais diziam que (...) *a repulsa de uma ideologia, aparentemente boa, mas na realidade prejudicial, que falsos apóstolos procuram pregar pelo mundo, como uma novidade salvadora(...)*<sup>103</sup>. Ao citar o comunismo, deixava claro que as palavras *falsos apóstolos* estavam eivadas de um significado cristão. A mesma frase apareceu muitas vezes para designar os propagadores das idéias nazi-

<sup>95</sup> Discurso de Nereu Ramos, no dia 07 de setembro de 1942. *Diário Oficial do Estado*, 08/09/1942. P. 1.

<sup>96</sup> O cristianismo substituiu o estatuto de intermediários dos demônios, como eram vistos na antiga Grécia, para transformá-los em Espírito de malícia, passando a agir sobre os espíritos, como ameaça aos homens e ao mundo. O maniqueísmo religioso exclui a ação mediadora entre o bem e o mal do demônio, identificando-o com tentações e sentidos. Ver DETIENE, Marcel. Demônios. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 12. Mythos/logos/sagrado/profano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Casa da moeda, 1987. P. 44-57.

<sup>97</sup> *O mito é um sistema semiológico que obriga três elementos: o significante, o significado e o signo. Desta forma, o mito é um segundo sistema que se constrói a partir de uma cadeia semiológica que já existe antes dele.* BARTHES, Roland. O mito hoje. In: *Mitologias*. Tradução Rita Buongermino e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. P. 131 e seguintes.

<sup>98</sup> Leskek Kochakowicz mostra como a figura do diabo está presente nas diferentes culturas e representações, partilhando dos mistérios e símbolos religiosos, de todas as crenças que dão sentidos ao mundo, presentes até hoje. KOCHAKOWICZ, Leskek. Diabo. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 12. Op. cit. P. 242 a 265. Carlos Nogueira diz que, após as revoluções burguesas na Europa, houve uma certa reabilitação do Diabo, possibilitada principalmente com a separação da Igreja e Estado, quando o Demônio passou a ser símbolo da revolta humana, sendo apropriado por muitos autores do Romantismo. NOGUEIRA, Carlos. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: EDUSC, 2000.

<sup>99</sup> Sobre a aproximação do comunismo ao demônio, ver DUTRA, Eliana. Op. cit.

<sup>100</sup> “*Nem Hitler, nem Stalin*”, *Jornal O Apóstolo*, 15/09/1942. P. 2. Seria importante um estudo de como a Igreja Católica, o clero, argumentou quando a Rússia passou para o lado dos Aliados, decidindo a guerra. No *Apóstolo*, em 15/01/1943, Biasi Faraco escreveu artigo dizendo ser a Rússia importante para os aliados, mas *A nossa ferramenta pode ser a foice, se for para ceifar o trigo, a fim de que não falte o pão cotidiano às nossas famílias; pode ser o martelo, ser fora para moldar os instrumentos de nossa propriedade (...)*.

<sup>101</sup> O jornal *O Apóstolo*, em 01/09/1942, reproduzia discursos dos Interventores, todo, ou em partes, sempre chamando ao cumprimento do dever cívico e anticomunista/nazista. Este jornal, órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro, tinha publicação quinzenal e era distribuído em todas as paróquias do Estado.

<sup>102</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus; Unicamp, 1986.

<sup>103</sup> Manifestação de Ormuz Jardim dos Santos, Tenente Coronel Comandante da Guarnição Militar e Chefe da 1ª Comissão de Recrutamento, Florianópolis, publicada no jornal *A Gazeta*, em 17/01/1940. A Comissão de

fascistas na representação do paganismo, utilizada na construção de imaginários sociais<sup>104</sup> e assim, construir subjetividades.

O sujeito nomeado passa a ser o inimigo, objeto da intolerância. Harris Memel-Fote analisa esta criação do “outro” inimigo a partir de três manifestações, ou seja, quanto à natureza, a diferença entre o “eu” o “outro” onde *o Outro é o estrangeiro, de nacionalidade, de raça, de etnia, de religião, ou de língua*; quanto aos motivos, o estrangeiro é classificado como *inimigo, nunca como adversário*, portanto, justifica, na lógica da guerra, a violência contra o que considera *verme, a raça negativa*, perigosa, conspiradora e traidora; quanto às manifestações, *predominam o ódio e o medo, dois sentimentos difusos*, usados ao extremo para dissimular rancores e acionar conflitos. Arvoram-se as ideologias no momento desta criação de *identidades exclusivas contra alteridades absolutas*; almejaram purificação<sup>105</sup>.

Bem, se o Demônio é representado como o inverso de Deus, ele é também essencial para o imaginário católico – a presença do mal justifica as ameaças e ações em favor do bem. A Demonologia tem larga história, concretizada e enriquecida por Santo Agostinho, na Idade Média, para amedrontar os “infiéis”, domesticá-los ao catolicismo; vem para a América já com estatuto pronto<sup>106</sup>: o demônio sobrevoou o Atlântico, para nossa desgraça! Como veio, ficou: naqueles anos de guerra o diabo com focinho de demônio (ou vice-versa) foi a imagem do “outro” que, supunha-se, tinha sobrenome de origem européia e não compactuava com a política de repressão nacionalista. Os alemães, japoneses e italianos foram, então, vistos como traidores e “quinta-colunas”, portanto, diabolizados para amedrontar e formar um imaginário de medo.

No esforço de construção do medo, as palavras de Getúlio Vargas ganhavam destaque no jornal *O Apóstolo: Em relação aos semeadores de boatos e derrotistas de qualquer nacionalidade, nenhuma complacência existirá. Serão segregados do meio social*,

Propaganda do Monumento tem à frente jornalistas do *Diário da Tarde, O Estado, A Gazeta, A Notícia*, veiculada também nos Cines Odeon, Rex e Imperial.

<sup>104</sup>O imaginário, aqui, é visto na perspectiva de Bronislaw Bszcko, interferindo na vida cotidiana, forjando sentidos, definindo comportamentos, legitimando práticas, regulando a vida coletiva. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Anthropos-Homen), vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. P. 296-332.

<sup>105</sup> MEMEL-FOTE, Harris. O outro e o mesmo. In: BARRET-DUCROCQ, Franceise. *A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco/Academia Universal de Culturas. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. P. 46 e seguintes.

<sup>106</sup> *A vedete da demologia americana é o diabo: é ele que torna a natureza selvagem e indomável, é ele que confere os atributos de estranheza e da indecifrabildade aos hábitos cotidianos dos ameríndios, é ele sobretudo que faz das práticas religiosas dos autóctenes idolatrias terríveis e ameaçadoras, legitimando assim a extirpação pela força*. SOUSA, Laura de Melo. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 29.

reduzidos à condição de suspeitos e declarados indignos da cidadania brasileira<sup>107</sup>. Era, então, a Igreja contribuindo na produção do medo, concordando com o que os jornais já vinham veiculando. Nos dias 27 e 28 de janeiro de 1942, o jornal *O Estado* traduzia as ameaças e sugeria a vigilância: *Quem cruza os braços diante do quinta-coluna poderá esperar uma punhalada pelas costas*. Esse tom de advertência foi tomando mais espaços nos meses seguintes estimulando a denúncia ao inimigo interno, já que *Os neutros, os indiferentes, os que dizem que estamos com o Brasil, porém não gostamos da Inglaterra e dos Estados Unidos são quinta-coluna. Cuidado com tal gente, que deve sempre ser vigiada!*<sup>108</sup>. Seguiam, em todos os jornais, notícias de prisões de espões, das características do inimigo interno e externo, dos cuidados com os “traidores” e toda sorte de informações voltadas contra os imigrantes e descendentes europeus de países do Eixo.

Nos depoimentos sobre aquele tempo, a designação “quinta-coluna” – estigma ou marca de nazista ou espão – ganhou destaque, e não era para menos: a polícia apropriou-se deste termo<sup>109</sup> e chegou a produzir um panfleto intitulado “*Serviço de Prevenção Contra a Quinta-Coluna*” onde aparecem as mais estereotipadas formas de detectar espões e “traidores da pátria”<sup>110</sup>. Noto que a denominação foi utilizada exaustivamente na imprensa<sup>111</sup>, cujos desenhos perfilavam palavras como “traidores”, “alienígenas”, “agentes da Gestapo”, “espões”, “sabotadores”, “perigosos”, “nazistas”, “quistos étnicos”, “quistos raciais”, etc., homogeneizando os estrangeiros como suspeitos. Por outro lado, e em nome da segurança nacional, o governo Vargas (re)utilizou o termo e chamou a todos os trabalhadores do Brasil à

<sup>107</sup> Jornal *O Apóstolo*, 01/10/1942. P. 1.

<sup>108</sup> Jornal *O Estado*, 27/01/42, 28/01/42, e nos outros jornais; Jornal *Diário da Tarde*, 30/09/42.

<sup>109</sup> O termo “quinta-coluna” tem origem na Guerra Civil Espanhola, ou seja, quando o General Franco, na luta contra o governo eleito pela Frente Popular (reunião de setores da esquerda e auxílio da União Soviética), em julho de 1936, organizou o ataque para a tomada do poder, concretizado, em 1939, pela Falange, com ajuda militar de Itália e Alemanha. Na ocasião, avançando contra Madrid com quatro colunas de tropas, Franco referiu-se à ação de uma quinta coluna composta de simpatizantes da causa revolucionária dentro da cidade de Madrid, quer dizer, uma coluna supostamente de espões. Franco instalou um regime totalitário que durou até 1975, quando de sua morte.

<sup>110</sup> Este documento foi encontrado no Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, em Blumenau. Citado por MOSER, Anita. *A violência do Estado Novo contra os “coloni” descendentes de italianos em Santa Catarina*. (Um estudo interdisciplinar sobre a identidade étnica e a violência do Estado). Progressão Vertical – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 1995. Essa forma de “detectar” o inimigo foi também utilizada durante a Ditadura Militar no Brasil, quando foi distribuído um panfleto intitulado “Decálogo de Segurança”, pelo Serviço Nacional de Informações – SNI. Cf. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Op. cit., p. 203-220. Ver ANEXO I.

<sup>111</sup> Em 16 de janeiro de 1942, numa edição da *Times*, de Londres, uma extensa matéria intitulada “*A Quinta-Coluna no Brasil*” (Revelação do Plano Subversivo – a educação como instrumento), foi enviada pelo Gabinete do Ministro da Justiça a Nereu Ramos (cópia), e teve partes divulgadas em jornais de circulação nacional, estadual e regional. O texto, na íntegra, encontra-se em Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

manutenção da ordem no combate ao quinta-colunismo e à vigilância permanente<sup>112</sup>. Como o público recebeu a peça teatral em três atos intitulada “*Quinta-coluna*”, escrita pela esposa do Juiz de Direito de Tijucas, Maria Coimbra, apresentada diversas vezes naquela cidade e, posteriormente, em Itajaí? Da peça participaram atores *amadores*, com *grande sucesso*...<sup>113</sup>. Sim, representações do momento e leituras que devem ter construído subjetividades, entendidas como apropriações provocadoras de sentidos diferenciados nos expectadores. *Uma imagem não tem alfabeto*, diz-nos Edmond Ortigues, não é fixa, e portanto, suscetível a pontos de vista que pressupõem interpretações, onde *o valor representativo de um símbolo depende das suas relações com outros símbolos*<sup>114</sup>. Entenderiam o texto sem a relação e reelaboração mental com os signos/símbolos veiculados no momento? É certo que não.

Na produção de imagens e construção de inimigos internos e externos, a imprensa instigava ao confronto, ao mesmo tempo em que exigia uma tomada de posição. Naquele janeiro de 1942, *O Estado* publicou que, no Rio de Janeiro, um Banco Alemão hasteara a bandeira sob ameaça de uma turba. Numa manchete enfática havia a advertência de que *Serão Fuzilados - Os que agirem contra a segurança do Brasil - Sr. Vasco Leitão Cunha, Ministro interino da Justiça declarou que o estrangeiro pode continuar tranquilo, mas os que cooperarem com os espões estrangeiros, e por segurança do Brasil em perigo, podem ser até fuzilados*<sup>115</sup>. Essas notícias produziam relações que se estabeleciam a partir de burburinhos que cresciam, alteravam-se, tomavam vulto, portanto, estabeleciam-se relações de poder.

A imprensa teve participação inquestionável em provocar o clima de suspeição, espalhar rumores e provocar o medo. Os jornais que circulavam em Santa Catarina na época da guerra estavam conectados a outros, nacionais e internacionais, reproduzindo, por vezes modificando, notícias “escolhidas”, dependendo de que imagem queriam formar<sup>116</sup>. Aliados a partidos e a políticas, utilizados como instrumentos de intrigas e disputas entre grupos antagônicos, “imprimiam” aos leitores discursos que incitavam a esta ou aquela idéia –

<sup>112</sup> Esta utilização do termo foi uma forma de estimular o trabalhador ordeiro a participar da defesa da pátria. Ver. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. P. 245.

<sup>113</sup> *Jornal do Povo*, 24/01/1943. Itajaí. P. 1. A notícia diz que a peça estava sendo levada para Itajaí, a convite do Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência, da mesma cidade.

<sup>114</sup> ORTIGUES, Edmond. Interpretação. *Enciclopédia Einaudi* – 11 (Oral/escrito, argumentação). Rio de Janeiro: Casa da Moeda: Imprensa Nacional, 1987. P. 224-225.

<sup>115</sup> *Jornal O Estado*, 15/01/42 e 24/01/42.

<sup>116</sup> Márcia D’Acâmpora mostra como os jornais *A Gazeta* e *O Estado* veiculavam notícias reproduzindo reportagens e títulos chamativos, sem, entretanto, fazer questionamentos. D’ACAMPORA, Márcia. *A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939/1945)*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

manipulavam, normatizavam e pretendiam formar opiniões<sup>117</sup>. *Nazista, canalha! O teu sangue corre nas sarjetas para pagar a tua traição!*, enfatizou em letras garrafais o jornal *A Notícia*, em 19 de agosto de 1942. *Todos os quinta-colunistas, todos os espíões, todos os traidores irão, de ferramenta ao ombro, abrir estradas para o Brasil!*<sup>118</sup>.

Como as pessoas recebiam estas leituras? Dependendo do lugar social, ou origem étnica, as representações eram diferentes. Para os brasileiros, os alemães e italianos representavam o demônio, o nazista, o “quinta-coluna” traidor. É o que demonstram as palavras de Nair de Medeiros, moradora do centro de Florianópolis: *Eu tinha muito medo dos quinta-colunas! Era muito assim, sabe... “vê, ouve, cala”. Papai sempre dizia prá nós “vocês não têm que entrar em discussão nem nada. Deixe o pessoal falar e escute, depois a gente, aqui em casa a gente fala”*<sup>119</sup>. No Estreito (bairro), Beatriz Nair Fernandes relata que tinham muito medo, tanto que *se juntavam três, quatro famílias numa casa só à noite, ninguém na rua... eles mandavam apagar a luz, e sem um barulhinho dentro de casa! E eles com medo de que alguém viesse bater, não atendiam ninguém. Diz-me que morava numa rua onde todos se conheciam... e quando alguém via uma pessoa diferente andando na rua, já corria um na casa do outro, e ficava tudo junto ali, tinham medo que fosse algum alemão que já viesse prá pegar criança, pegar adulto mesmo. Um boato e.... as pessoas corriam e passavam a noite nas casa de um, de outro, e passavam a noite! Passava a noite, é!*<sup>120</sup>. Os imprevistos, a solidariedade e as estratégias de sobrevivência diante da situação anormal fazia as pessoas se cuidarem, se aproximarem. O medo do “outro” aparece na constituição dos sujeitos inimizados por conta dos boatos, da imprensa, da guerra. Para Vilna Preti, *A maior preocupação era o medo que eles viessem bombardear Itajaí, porque os boatos no tempo da guerra crescem*<sup>121</sup>; e a depoente tem razão: os boatos podem produzir práticas. Barthes nos diz que a língua rumoreja e que a palavra é irreversível – não se pode apagar o que foi dito, retornar. Chama de *balbucio* ao primeiro rumor que, na sequência, toma um ritmo incessante e que *é, em suma, um medo*<sup>122</sup>. Na imagem de Hilda Theodoro Bencceveni, em Florianópolis

a gente tinha uma vida pacata, como se diz. Depois, além da guerra que a gente estava sentindo, tinha a guerra psicológica; a gente estava sempre

<sup>117</sup> Sobre este assunto, ver PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa em Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. Também CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

<sup>118</sup> Jornal *A Notícia*, 19/08/1942. Joinville. P. 1.

<sup>119</sup> MEDEIROS, Nair Lima de, 83 anos. Depoimento concedido em 13/08/1997, Florianópolis.

<sup>120</sup> FERNANDES, Beatriz Nair, 83 anos. Depoimento concedido em 25/08/1999, Monte Verde, Florianópolis.

<sup>121</sup> PRETI, Vilna Corrêa, 84 anos. Depoimento concedido em 22/11/1999, Itajaí. Oncedido a Araci de Medeiros da Silva Pinto, a quem aradeço.

<sup>122</sup> BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. P. 92.

assustada, tinha sempre rádio falando que vinha isso e vinha aquilo, e que a gente não sei o quê. A gente via um alemão e já corria, já olhava o alemão como inimigo, não vivia bem na época, a gente vivia sempre assustada<sup>123</sup>.

As normatizações, simulações de ataques aéreos, sirenes, boatos e a imprensa escrita e falada faziam por assustar sim, e a depoente conta que quando a sirene tocava, *todo mundo corria!!! Todo mundo corria... se escondia, botava panos pretos. A gente se escondia, se espremia na sarjeta. A gente se jogava, a gente tinha medo. Podia ser uma bomba, então a gente tinha medo. Lembra Hilda que eles jogavam uns saquinhos, não sei se era sal, farinha... era um negócio grande, jogavam em cima dos grupos prá mostrar prá gente que quando tinha gente agrupada e tudo, o pessoal do avião via, e aquilo eles faziam de conta que era bomba que jogavam em cima da gente.*

Os jornais divulgavam alertas e instruções para os exercícios de defesa anti-aérea, como esta do jornal *A Gazeta*, de setembro de 1942, intitulada “*Defesa Passiva Anti-Aérea*”, onde se lê as “regras” e sinais de como portar-se durante os exercícios<sup>124</sup>. Essas instruções devem ter sido interpretadas de diferentes maneiras, dependendo do lugar social e das relações das pessoas. Para alguns, representava medo, pavor. Para outros, a memória traz o risível da situação, como recorda Werner Springmann<sup>125</sup>. Porém, pelo visto, as pessoas colaboravam.

Em abril de 1942, a 5ª Região Militar enviou ofício a Nereu Ramos, alertando para a necessidade de *preparação psicológica das populações na situação de pré-guerra*, solicitando ampla divulgação na imprensa, bares, hospitais, fábricas, depósitos, paióis, etc, de cartazes de alerta conforme gravuras sugeridas<sup>126</sup>. O *Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea* foi criado pelo

<sup>123</sup> BENCCEVINI, Hilda Theodoro, 75 anos. Depoimento concedido em 20/01/1998, Florianópolis.

<sup>124</sup> 1) *Se estiverem em casa:* a) *Fechem todas as portas, janelas e respiradouros;* b) *permaneçam calmos e abrigados, como se tratasse de um ataque inimigo;* c) *permaneçam em casa e nos abrigos, até que seja dado o aviso de que o perigo passou.* 1) *Se estiverem na rua:* 2) *se estiverem no ônibus;* 3) *se estiverem dirigindo veículos motorizados;* 4) *se estiverem dirigindo veículos de tração animal: (...) A fim de que todos possam ser advertidos da chegada e retirada de aviões inimigos, serão emitidos os seguintes sinais sonoros:* 1) *Sinais de chegada:* a) *Por sirenes instaladas em vários pontos da cidade; gemidos curtos e intermitentes, durante 4 minutos;* b) *Pelos sinos das igrejas: repique durante 3 minutos, como é comumente usado na terminação da missa;* 2) *Sinais de retirada ou de fim do Alerta-Aéreo (perigo passado – céu limpo):* a) *Pelas sirenes: gemido contínuo durante 3 minutos;* b) *Pelos sinos: dobres longos, graves e intermitentes, durante 4 minutos.* *Jornal A Gazeta*, de 22/09/1942, p. 1.

<sup>125</sup> SPRINGMANN, Werner. Entrevista citada. Assim se refere o depoente: *Então era o blecaute, de vez em quando era o alarme aéreo, então quem estava na rua tinha que se abrigar debaixo de uma árvore ou na sarjeta, e o carroceiro que vinha com a carroça... (risos), ele se jogava e deixava o cavalo! Ele se jogava, e depois que o avião passou, os bombardeios, a sirene, a catedral batia, tudo junto pim, pim, pim... alarme aéreo! Recebiam um saco de cal na cabeça, mas nunca acertavam, né (risos)!!! O alarme passou e o carroceiro saiu correndo atrás da carroça!! Essa foi hilariante!! (...) Se jogavam no meio-fio, ou debaixo de uma árvore, ou numa marquise. Mas todo mundo era obrigado a desaparecer.*

<sup>126</sup> Ofício N. 77 – B/O, do General Pedro de Albuquerque, 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, em 16 de abril de 1942. Ofícios do Ministério da Guerra para o Palácio do Governo – 1942/44. APESC.

Decreto Federal n. 4.624, em 26 de agosto de 1942, integrado aos serviços públicos, a serem organizados nos órgãos federais, estaduais e municipais, tendo à frente as autoridades militares, aproveitado-se dos serviços públicos e privados – *habitações particulares ou coletivas, oficinas, empresas, repartições, estabelecimentos industriais, comerciais e outros quaisquer*<sup>127</sup>. Nos dias 16 e 17 de setembro de 1942, o *Diário Oficial* chamou voluntários à participação e cooperação, para que estes se alistassem na 16ª Circunscrição de Recrutamento, em Florianópolis, aberto para homens e mulheres. Rubens Ramos, prefeito da capital, fez então publicar os serviços instituídos: vigilância e alarme, de polícia, contra incêndios, sinistros e desobstruções, saúde pública e pronto-socorro, recrutamento, transportes, propaganda, reparações e auxiliares<sup>128</sup>. Lendo o enorme comunicado, na primeira página, tem-se a impressão de que a guerra chegaria no dia seguinte!

Nos municípios foram então organizados os serviços de defesa passiva e, pelo que se vê, a colaboração por vezes era imposta. Numa carta datada de novembro de 1942, e dirigida ao 32º Batalhão de Caçadores (Blumenau), o diretor da Firma Indústrias Augusto Klimmek S/A (escovas, pentes, etc), de São Bento, argumentou que não podia entregar o material da empresa para os treinamentos da Defesa Passiva Antiaérea, pois seria utilizado por pessoas inexperientes para tal, oferecendo-se para fazê-lo. Percebe-se um cuidado nas palavras: (...) *na época atual, quando as atitudes podem ser interpretadas de formas diferentes (...), quando um gesto, uma palavra, podem ser desvirtuadas (...)*; temia o autor que a *negativa seja mal interpretada*, mas havia um dilema: *se perdermos o nosso material do Corpo de Bombeiros, poderemos fechar a fábrica para evitar incêndios – e se fecharmos, teremos de dispensar 329 operários e empregados de escritórios*<sup>129</sup>. Explicou que noutra ocasião, ao emprestar a sirene ao prefeito para as simulações, este recusou-se a assinar o recibo de empréstimo e os ameaçou de serem contra os treinamentos, muito embora *ao tratar-se do Brasil, nenhum sacrifício será demais*. Depreende-se que, sendo a firma de propriedade de alemães, a sutileza no lidar com este assunto era por demais necessária. Ora, em outubro de 1943, Nereu Ramos foi convidado

---

Em 26 de março de 1942, o Ministério da Guerra divulga Circular com exemplar do livro *Noções fundamentais de defesa passiva antiaérea* e pede que seja divulgado para a população civil.

<sup>127</sup> *Diário Oficial do Estado*, 15/09/1942. P. 3. Em 6 de fevereiro de 1942, pelo Decreto-lei n. 4.098, haviam sido definidos os Serviços de Defesa Passiva Anti-Aérea – todos os brasileiros ou estrangeiros maiores de 16 anos poderiam ser mobilizados a serviço da Pátria durante até dez dias por ano para este fim. Definia também a construção de abrigos anti-aéreos em construções novas de cinco ou mais pavimentos, hotéis, hospitais, estabelecimentos comerciais, indústrias, etc., sendo que construções já existentes estavam dispensadas. *Coleção de Leis de 1942*, Vol. I e III. Atos do Poder Executivo. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942. APESC.

<sup>128</sup> *Diário Oficial do Estado*, 16/09/1942, p. 2; e 17/09/1942, p. 1.

<sup>129</sup> Carta do Diretor da Firma Indústrias Augusto Klimmek S/A, São Bento, ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 7 de novembro de 1942. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

para visitar esta empresa, ocasião em que foi a São Bento para inaugurações... política das boas relações por certo<sup>130</sup>. Em setembro de 1942, foram organizados os serviços em Tubarão, Imaruí, Joinville, Laguna, Hamônia, São José, São Francisco, Urussanga, Bom Retiro, Rodeio, dentre outros municípios, tendo à frente longa lista de autoridades e civis. O prefeito Antonio Douat, de Joinville, comunicou, isso em setembro de 1942, que foram organizadas, na cidade, duas simulações: uma *com aviso prévio* à população e outra *sem aviso*<sup>131</sup>.

No litoral, o medo de bombardeios e ataques aéreos fazia correr rumores, somado ao blecaute<sup>132</sup>, exigido para “desviar” a localização da cidade pelo “inimigo”. Nas lembranças de uma então interna do Colégio Sagrado Coração de Jesus: *A cidade ficava toda escura. Havia até ataques antiaéreos simulados. Então, tocava uma sirene, e nós todas, irmãs e internas, nos escondíamos num abrigo, que havia embaixo do pátio central. (...) Tivemos muito medo e a sensação era de que a cidade seria bombardeada*<sup>133</sup>. Conta ainda que

No auge da guerra, acho que meados de 1943, nossa cidade mudou. Havia blackout's (sic) em todas as casas. Inclusive em nosso colégio, todas as cortinas eram pretas, e à noite não podíamos acender as luzes, pois diziam que corríamos o risco de ataque aéreo. Naquela época, também diziam que os submarinos alemães rondavam nossa ilha.

Vemos, nesta narrativa, práticas de construção do perigo e medo: *diziam* que podia haver ataques, ou seja, notícias anônimas corriam sem confirmação, voejavam. *De onde vêm estes boatos? Sabe-se que as notícias voam, comenta-se nos bares, nos cafés... os boatos correm*, dizia-se durante a resistência, na Guerra Civil Espanhola<sup>134</sup>. No Grupo Escolar “Lauro Muller”, em Florianópolis, os alunos escreveram sobre esses treinamentos e “black-outs”, dos exercícios que faziam para o caso de um ataque. Ali, o porão da escola foi desobstruído e limpo, e, ao toque da sineta, todos corriam e então abrigavam-se, no escuro! *Viva as Américas Unidas por que unidas vencerão!*, termina a crônica do aluno Aurí Rodrigues Alves, do 1º ano<sup>135</sup>. *Noite de “black-out”*. *Só uma bruxoleante luzinha a alumiar o ambiente do meu lar em que nos reunimos para os últimos afazeres. Abro a janela... Nenhuma luz se me depara... A cidade está envolta em trevas, contrastando com o firmamento*

<sup>130</sup> Ofício da Indústria Klimmek S/A, São Bento, ao Interventor Nereu Ramos, em 28 de outubro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>131</sup> Ofício de Antonio Douat, Prefeito Municipal de Tubarão, ao Interventor Nereu Ramos, em 21 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>132</sup> O blecaute (*black-out*), além de uma medida extrema para amedrontar, era também provocado pelo racionamento de energia, com as estiagens daqueles anos de 1943 e 1944. Veremos melhor no capítulo 6.

<sup>133</sup> MASTAI, Maria Leticia. *Memórias de Um Internato* - Acervos do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Florianópolis.

<sup>134</sup> “*Por quem os sinos dobram*” (filme) – Direção Sam Wood, 1943. EUA.

*estrelado*: foi o que deixou registrado, nas páginas da *Revista Pétalas*, a aluna Marília Cardoso, do Colégio Sagrado Coração de Jesus, também na capital<sup>136</sup>.

Na cidade, qualquer barulho anormal deixava as pessoas alertas. Jainira Alves da Silva, funcionária então da fábrica Hoepcke, recorda que era *um tempo em que a gente vivia muito assustada*, mostrando como eram “treinadas” as mulheres para um eventual ataque, e, obviamente, provocando forte pressão psicológica para a possível chegada de inimigos: *naquele tempo, assim, eles amedrontavam muito...*, diz ela, revelando a construção de imaginários sociais e recuperando detalhes que pareciam recapturar sua juventude,

...inclusive tem uma passagem gozada: na fábrica de bordados, a máquina - tem uma máquina de onze metros de comprimento que eu trabalhava - , aí estava eu e três colegas sentadas assim, e aquela máquina tinha uma mola que aquilo quando arrebentava parecia uma canhão, era medonho! O pessoal dali por perto todos corriam. Se aquilo batesse na gente, a gente não escapava. Aí, nós três, assim, numa horinha de folga conversando: “se acontecesse de eles invadirem, o que é que tu fazia? Ah!, eu corria”, cada uma dizia uma coisa... aí estourou aquela mola na hora, nós corremos, gritamos tanto, eles passaram trabalho para segurar a gente, a gente correndo... o pessoal do Departamento, era ali na frente, vieram todos, porque a gente pensava que já estavam vindo, e a gente estava justamente na conversa<sup>137</sup>.

Essa fala revela referências simbólicas que a memória tem como atributo, ou seja, o seu significado. Enquanto falava, Jainira torcia as mãos, agitava o corpo como se eles fossem realmente invadir a fábrica. *Eles* quem? Os alemães, sim, à vista das imagens fartamente construídas e captadas nas emoções e sentidos. No caso de Jainira, o barulho era *medonho* como o de um canhão - a guerra estava muito próxima, embora longínqua; real, embora imaginada. Suas companheiras de trabalho devem ter feito sua própria leitura do barulho – este “detalhe” nos diz da construção dos medos, do “apavorar” no cotidiano da fábrica no tempo da guerra – *A memória é portanto algo que “atravessa”, que “vence obstáculos”, que “emerge”, que irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes*, argumenta Jacy Alves de Seixas, nas suas interpretações sobre a *memória involuntária*, carregada de *afetividade*, fazendo uma releitura de Prost<sup>138</sup>.

<sup>135</sup> *Jornal A Criança Brasileira*, órgão semestral do Grupo Escolar “Lauro Muller”, 12 de novembro de 1942, Florianópolis. Acervo do Museu da Escola Catarinense, DAPE/UEDESC. Florianópolis.

<sup>136</sup> *Revista Pétalas*, dezembro de 1943. Colégio Sagrado Coração de Jesus, Florianópolis. P. 12. Acervo do Colégio.

<sup>137</sup> SILVA, Jainira Alves da, 70 anos. Depoimento concedido em 30/07/1998. Bairro de Fátima, Florianópolis.

<sup>138</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Op. cit., p. 47.

Vivemos numa cultura que condena o medo<sup>139</sup> como um sentimento ruim e constrói as pessoas para não serem covardes; entretanto, o medo é um sentimento que indica pulsão da vida, ou experiência carregada de subjetividade e, sendo assim, tem também um sentido cultural. A vida viabiliza o sentimento e a experiência do medo, de acordo com as circunstâncias sociais, culturais, os valores vigentes, as crenças, etc., argumenta a psicoterapeuta Lisandre Castello Branco<sup>140</sup>. No tempo da guerra, o medo da violência e da ameaça à segurança produzia um sistema de terror imaginário, porém real, na medida em que induzia práticas de defesa e esconderijos.

No Morro da Fumaça (Urussanga) passavam aviões fazendo simulações, me conta Maria Lina Napolini, filha de italianos, que, quando menina, tinha muito medo porque

Vinha aquele barulho dos aviões que passavam, que medo, que medo! Eu me escondia debaixo do avental de minha mãe! A mãe trazia todos para dentro de casa, dizia “tosi (tosateles, crianças), fechem essas janelas, olha os aviões, fecha logo essa porta!”. Então fechávamos tudo, tínhamos medo que soltassem bombas<sup>141</sup>.

Diferente dos campos de batalha, onde a população civil foi vítima e viveu o medo e a morte<sup>142</sup> – como aconteceu na Itália, Alemanha, União Soviética, Japão e outros países, com um saldo de aproximadamente 45 milhões de mortos entre civis e pessoas de farda entre 1939 e 1945<sup>143</sup> -, no Brasil e em Santa Catarina, embora distante do centro dos bombardeios, esse medo foi vivido como a possibilidade de ataques.

Para a maioria dos estrangeiros e descendentes, visados na sua origem étnica e potencialmente suspeitos, o medo da polícia, das denúncias, de trair-se na fala, da repressão, da prisão, atormentava o cotidiano. As falas revelam que já não saíam de casa como antes: na rua, eram achincalhados e vistos como traidores, passaram a viver com muito medo. Nas memórias, percebo a preocupação com os parentes na Europa, principalmente na Alemanha, já que, com a guerra, a correspondência passou a ser extremamente vigiada. As irmãs do

<sup>139</sup> Do latim *metus* – sentimento de grande inquietação ante a iminência de um perigo real, ou imaginário; de uma ameaça próxima ou imaginada.

<sup>140</sup> *Programa Diálogos Impertinentes – O Medo*. Programa veiculado em 1998 (TV.PUC/SP), produzido pelo SESC/SP – PUC/SP – F.S.P. Lisandra Castello Branco é pedagoga e psicoterapeuta, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/USP. Fita disponível na Biblioteca Universitária da UNIVALI/Itajaí.

<sup>141</sup> NASPOLINI, Maria Lina. Depoimento concedido em 19/08/2001, Itajaí.

<sup>142</sup> No centro dos conflitos, a população civil enfrentou a morte, o desespero e o pânico. Paolo e Vittorio Taviani mostram o cotidiano dos esconderijos na Toscana (Itália), em 1944, tomada pelos alemães, os ouvidos atentos e a dor da perda das casas, a morte, a fome, enfim, o medo na pele. Filme “*A noite de São Lourenço*” (*La notte de San Lorenzo*), 1983, Itália.

<sup>143</sup> Eric Hobsbawm mostra as perdas incalculáveis de vidas humanas nos países do centro do conflito; mortes provocadas pelos ataques e bombadeios, fome, exaustão, cercos, campos de extermínio, prisioneiros e feridos. HOBBSAWM, Eric (1995). Op. cit., p. 50.

Colégio Sagrado Coração de Jesus<sup>144</sup>, por exemplo, revelavam a preocupação com as congregadas e parentes na Alemanha, aparecendo nas crônicas, desde 1940 e até julho de 1945, a aflição com a falta de notícias. Estas, quando vinham, era um bilhete dizendo que a Madre Superiora estava bem e quantas irmãs tinham morrido naquele ano. Em novembro de 1942, a cronista reclamou *que qualquer contato epistolar estava interrompido havia longos meses*. Em 1944, mês de dezembro, assim escreveu:

Há muito tempo não tínhamos recebido notícias do Além-Mar; os tempos eram sérios e tristes. As confusões da guerra tornavam-se, cada vez mais ameaçadoras e os constantes e perigosos ataques aéreos enchiam-nos de preocupações. Nesta situação penosa não nos restava nada senão rezar e sacrificar-nos por todos os nossos entes queridos na Alemanha, Holanda e Java<sup>145</sup>.

Contam que rezavam em silêncio, porque falar ou rezar em alemão era proibido; rezavam muito pelos parentes na *Pátria distante*. As irmãs eram também suspeitas de colaborar com a Alemanha. Nas memórias de Maria Mastai, a lembrança revela

um detalhe que nos marcou muito, e nos deixava sempre curiosas: Havia uma irmã, a Irmã Cecília, uma alemã que cuidava dos recreios e dos esportes, e comentavam que ela era espiã. Uma ocasião, lembro-me do reboliço no colégio, pois foram lá uns soldados à procura de algum rádio transmissor, onde ela pudesse passar informações aos alemães... Procuraram por tudo; inclusive atrás do altar da nossa capela... Até hoje me pergunto: seria ela uma espiã? Nunca soubemos<sup>146</sup>.

Mesmo com tais suspeitas – suspense! - a direção do Colégio convidava o Interventor e autoridades para as comemorações cívicas e religiosas, o que sugere um cuidado tanto das autoridades com a escola da “elite”, quanto das irmãs, potencialmente suspeitas. No Livro de Crônicas do Hospital São José (Criciúma) diziam as narrativas que *As hostilidades contra as irmãs se manifestavam pelos olhares, cochichos e palavras de ordens nas ruas. Às vezes gritava-se “Quinta-coluna! Alemães!”*. A população as acusava de deixar os doentes morrerem nas ruas, destilavam a aversão contra elas porque *A população de origem italiana queria irmãs italianas*<sup>147</sup>. Ao que parece, além das suspeitas de colaboracionismo, havia, em

<sup>144</sup> No Colégio Sagrado Coração de Jesus trabalhavam as Irmãs da Divina Providência, com sede na Alemanha. Sobre o assunto, ver FUCK, Irmã Clea. *100 anos de história (1895-1995): Congregação das Irmãs da Divina Providência no Brasil*. Florianópolis: EDEME, 1995. Também BOPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Sagrado Coração de Jesus na educação catarinense (1889-1988)*. Florianópolis: Colégio Sagrado Coração de Jesus: Lunardelli, 1989.

<sup>145</sup> *Livro de Crônicas da Província do Colégio Sagrado Coração de Jesus – 1939-1948*. Acervo do Colégio, Florianópolis.

<sup>146</sup> MASTAI, Maria Letícia. Op. cit.

<sup>147</sup> *Livro de Crônicas do Hospital São José. 1936-1973*. Biblioteca do Hospital São José de Criciúma. Livro 1, páginas 58-59. Agradeço a Carlos Renato Carola a possibilidade desta informação.

Criciúma, a intolerância para com a origem alemã. Explica-se: a naturalidade estrangeira ali predominante era a italiana<sup>148</sup>, ou seja, os atos políticos que pretendiam atingir o conjunto da população não tinham o mesmo sentido no cotidiano.

O imaginário produz um sistema complexo de representações que perpassa o tempo, como vemos em Catuíra (Alfredo Wagner): ao recolher as memórias sobre a ditadura militar (lugar de esconderijo de militantes), Cleusa Martins percebeu que os depoimentos referiam-se à repressão do tempo da Segunda Guerra. Incorporado no cotidiano, o medo da repressão no tempo de Vargas misturava-se ao medo da polícia política dos anos sessenta. Comunidade de colonos alemães, consideram-se *sobreviventes das angústias causadas durante a Segunda Guerra Mundial e se viam envolvidos em uma nova “guerra”*. Ali, o medo da prisão, das torturas, de que maridos e filhos fossem convocados, mostram que o medo estava incorporado na memória coletiva – e a repressão na ditadura militar foi vivida como se fosse o início de uma Terceira Guerra!<sup>149</sup>. Noto que o fato de terem filhos, namorados, maridos recrutados na guerra reativava o medo e o terror na “outra” ditadura. *O medo, este móvel amargo e inconfessável dos sujeitos históricos* pode elucidar diferentes momentos da história e relações distintas, enuncia Sidney Chalhoub<sup>150</sup>. Identificar o medo é quase impossível se considerarmos que é uma emoção subjetiva, porém, experiência das relações culturais, tem historicidade<sup>151</sup>.

Dependendo do lugar social, grupo étnico ou origem o medo é rememorado de forma diferente. E, se teve na política institucional as condições de sua produção, passou também pela produção de rumores<sup>152</sup> que se espalhavam e que, de tanto rumorejar, tornavam-se reais – o medo é uma das experiências sociais. *O imaginário das sociedades urbanas industriais*

<sup>148</sup> Em 1940, Criciúma tinha uma população de 27.753 habitantes; sendo 594 estrangeiros assim distribuídos: 457 italianos, 69 poloneses, 35 alemães e 9 russos. A nacionalidade predominante de naturalizados era também a italiana. Censo Demográfico, 1940. *Censo Demográfico – 1940*. P. 92 e 93.

<sup>149</sup> MARTINS, Cleusa Kroppel. *O medo vai à guerra* (Imaginário do Golpe Militar de 1964 em Catuíra – Alfredo Wagner/SC). Monografia (Graduação em História). Itajaí: UNIVALI, 1998. P. 13.

<sup>150</sup> CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16. São Paulo: ANPUH, mar/ago., 1988. P. 103.

<sup>151</sup> Conforme Celia Maria Azevedo, bem antes, ainda no tempo da Império, no Brasil, um medo latente cadenciava-se por vezes. Ali, *brancos bem-nascidos e bem pensantes*, os incluídos portanto, temeram acabar sendo tragados pelos *negros mal-nascidos e mal-pensantes*, percebendo aquelas relações entre senhores e escravos; recupera relações tensas e de confrontos face aos discursos que exaltam o imigrante branco e trabalhador, no contraponto da incapacidade do negro para o trabalho livre. AZEVEDO, Celia Maria. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 19.

<sup>152</sup> *O rumor é um fenômeno que obedece a uma lógica coletiva, aparecendo no seio da população em determinado momento histórico, traduzindo tensões sociais*. Podem surgir do nada, às vezes do absurdo, tomam corpo e alastram-se, acrescidos, adulterados, modificados, constroem realidades, disseminam imagens de inimigos, instauram o terror. PIETROCOLLA, Luci Gati. Anos 60/70: a violência e o medo na construção da experiência do exílio e da clandestinidade. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 16, n. 31 e 32. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1996. P. 308. Cita FLEM, Lidia. “Bouche Bavarde et oreille curieuse”. In: *La remeur*. Le genre huma. Revue Trimestrielle. Paris: Seuil, 1982.p. 18.

*atuais nunca deixou de criar e recriar o medo sob diversas maneiras*<sup>153</sup>, tanto mutáveis quantas são as sociedades em que os homens vivem. Que eventos mais profícuos na produção de inquietudes do que guerras, motins, revoltas, rebeliões de toda ordem? Incitam imaginários na medida em que rumores (murmúrios, ruídos de coisas que se deslocam) e boatos (notícias anônimas que correm publicamente) rumorejam, se espalham, coletivizam-se. Em Santa Catarina, como no país, rumores e boatos foram utilizados pela imprensa<sup>154</sup>, que os transformavam em “verdades”, colaborando no projeto governamental e contribuindo nas disputas e relações de poder. Os depoentes falam do medo que sentiam com as notícias colhidas dos jornais e rádio que, indo de boca em boca, *assustavam muito*.

Jean Delumeau explica que *Escapando a qualquer controle crítico, o rumor tem tendência de aumentar os poderes do inimigo desmascarado e situá-lo no centro de uma trama de cumplicidades diabólicas*, pois, quanto mais intenso o *medo coletivo*<sup>155</sup>, maior será a credibilidade nas possíveis formas de conspiração ou conjurações diabólicas. Pode-se avaliar o prestígio de quem conta o que ouviu, testemunhou e mesmo as relações de poder que se estabelecem. *Quem conta aumenta um ponto*, diz o ditado popular.

E era mesmo um tempo de rumores: Pedro Formaggi e Curt Von Gilsa, de Vargem Grande (Apiúna), descendentes de italianos e alemães, respectivamente, foram parar num processo do Tribunal de Segurança Nacional, tidos como *fascistas confessos*. Estariam *espalhando notícias alarmantes e depreciando os brios nacionais, visando desmoralizar a atuação da Força Expedicionária Brasileira*<sup>156</sup>, fazendo estabelecer uma rede de *inveccionices deprimentes*, conforme os autos – era então outubro de 1944<sup>157</sup>. José Reinert testemunhou: *teriam dito que os brasileiros na Europa estavam lutando contra alemães e não davam conta, levantavam a bandeira branca, e que os americanos ficavam brabos, e fuzilaram o resto dos brasileiros porque não queriam gente corrida lá na Europa*. O Inspetor

<sup>153</sup> SOUSA FILHO, Alípio. *Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte*. São Paulo: Cortez 1995. P. 15.

<sup>154</sup> Georges Lefebvre percebe que, na França, por ocasião da queda da Bastilha, as *línguas se soltaram* na medida em que uns e outros contaram o que viram, atestaram que ouviram... As notícias se propagavam com a rapidez dos viajantes da época, até que *o rumor chegava aos ouvidos de um jornalista que imprimindo-o, conferia-lhe uma força nova*. LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Tradução de Carlos E. Leal. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 80.

<sup>155</sup> DELUMEAU, Jean. Op. cit. p. 184.

<sup>156</sup> Após o reconhecimento do Estado de Guerra, a 22/08/1942, sob o pretexto de afundamento de navios mercantes brasileiros, foi iniciada a organização da FEB - Força Expedicionária Brasileira. A partir de julho de 1944, partia para a Europa um efetivo de 25.334 homens para lutarem em favor dos aliados; de Santa Catarina, foram 956 pracinhas recrutados dos diversos municípios, sendo a maioria destes das comunidades do interior do Estado. Em toda a América Latina, apenas Brasil e México enviaram efetivos, sendo que outras nações contribuíram com o envio de participantes para se alistarem em forças armadas dos EUA. Sobre o assunto, ver AQUINO, Maria Aparecida de. *A América vai à guerra*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Op. cit. P. 173-194.

<sup>157</sup> Processo crime n. 5.775- Pedro Formaggi e outro (Curt Von Gilsa). (Apelação n. 2.834). Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

de Quarteirão, Antonio da Silva Porto, amenizou: sim, eram integralistas, mas sabia que a família de Formaggi era “bruta”, talvez por falta de educação, e era inimiga de Estanislau Schmidt, cujos antepassados eram pessoas de *mau comportamento*, e que tudo não passava de *intrigas de vizinhos, vingança, desavenças*. Teria Schmidt feito *diabólica trama*, e foram longe os depoimentos...<sup>158</sup> O advogado Eudório Cavalcanti de Albuquerque foi enfático: eram elementos que *se aproveitam da situação anormal do país e da circunstância* a denunciarem homens de *idoneidade moral*, utilizando-se de *desafetos pessoais*. Com esse argumento conseguiu a absolvição dos acusados, em 14 de maio de 1945; da guerra já se festejava o armistício.

Quem era o inimigo? Neste processo, os inimigos do Brasil eram os boateiros que espalharam *notícias alarmantes*, amedrontando a população que tinha parentes no *front*. Se o processo terminou em *desafetos pessoais* (veremos sobre isso adiante), cumpriu sua função de mobilizar a comunidade e espalhar outras versões. Não há dúvidas de que estas coisas faziam ruídos e viravam rumores; espalhavam temor.

No tempo da guerra, o palco das batalhas foi no além-mar. Na Europa e países da Ásia, o pânico e a morte provocaram um cotidiano de horror e medo, dizimando cerca de 50 milhões de pessoas. No Brasil, especificamente em Santa Catarina, não houve bombardeios, mas o imaginário de conspiração gerou o medo, mexeu com o cotidiano das pessoas, colocou uns contra os outros. Essas coisas e sentidos aparecem nas memórias, nos corpos já alquebrados, nos sinais e gestos, como o enrugar dos olhos.... Veremos como as ações governamentais insistiram na construção de “brasileiros” e as suas estratégias para homogeneizar sentidos e abraçar adultos e crianças, estrangeiros e descendentes.

### **Patriotismo e brasilidade: produzindo o espetáculo**

Um homem alemão morava em Encruzilhada (hoje Rio dos Cedros), distrito de Timbó, e não teve saída: durante um bom tempo obrigou-se a ir *todos os dias, perdendo tempo de trabalho na roça, perdia a manhã inteira indo a pé até Timbó para dizer “Bom dia” para o Delegado!* O depoente Domingos Dallabrida<sup>159</sup> conta este fato e considera uma

<sup>158</sup> Depoimentos de Frederico H. Castamilan, Tibúrcio P. dos Santos, José Reinert, Valmiro Formaggi, Roque Odeli, José Gonçalves, Valmor da Silva, Estanislau Schmidt, Salviano Cunha, Alfredo Blease e Germano Brandes Junior (Prefeito Municipal).

<sup>159</sup> DALLABRIDA FILHO, Domingos, 76 nos. Depoimento concedido em 15/07/2001. Coqueiros, Florianópolis.

intolerância por demais ofensiva, como também um desnorтеio para um agricultor que precisava das manhãs para lidar na terra. Neste fragmento, observa-se formas de controle, utilizadas pela polícia, sobre pessoas de origem estrangeira, ou seja, o controle dos corpos na intenção de produzir sentidos, controlar as mentes e forjar a nacionalidade brasileira, formar a brasilidade a qualquer custo. O delegado exigiu o castigo e o colono teve o corpo supliciado; andarilho nas suas próprias pernas, podia ser visto diariamente na fadiga da humilhação. Era visto indo e vindo, cumprimentado pelas pessoas, e isso por si só era uma das formas de dar visibilidade e mostrar quem tinha o poder; em suma, produzir o espetáculo.

Este depoimento mostra franjas que se desprenderam da colcha com que foi costurada a teia das teorias e ações que nortearam o aparato repressivo da época. Porém, é preciso entender Estado Novo como o resultado do processo anterior e de um governo que apelou para a violência e a força contra quaisquer organizações, quer de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil e a Aliança Nacional Libertadora - ANL<sup>160</sup>, capazes de reorganizar forças sindicais, quer de forças conservadoras, como o Partido Integralista, que mostrou-se capaz de mobilizar numa rapidez nunca antes vista: entre 1932 e 1937, mais de um milhão de adeptos! As práticas autoritárias de Vargas pretenderam que as classes fossem uma massa e a consequente eliminação do individual em função da unidade da nação. Maria Helena Capelato avalia esse processo como “*política de massas*”, inspirada nos modelos nazi-fascistas e, por essência, mobilizadora, tendo na propaganda um dos pilares do poder, experiência de caráter autoritário e que não configura totalitarismo no plano conceitual<sup>161</sup>.

O governador Nereu Ramos, compromissado com a ordem e estruturação do Estado Novo, estava absolutamente alinhado ao projeto ideológico de Getúlio Vargas na homogeneização nacional. Afoito defensor do Estado fortalecido, o entendia como *essência e única fonte para o justo e o injusto*<sup>162</sup>, acolhendo todos. Mas os *injustos*, por desacreditarem de suas idéias, ou por ousarem discordar ou comprometer sua grande obra nacionalizadora, seriam duramente castigados. Eliana Dutra mostra o imaginário político desta época e diz ser este um tempo de pregações patrióticas, jornadas cívicas e reverências que direcionam

<sup>160</sup> Vargas fez apresentar à opinião pública, em 30 de setembro de 1936, que, incrustado nos subterrâneos da sociedade, havia um monstro que planejava um golpe violento e articulado pelas forças internacionais, o Plano Cohen. Inventado pelo Ministério da Guerra, foi a justificativa para a repressão aos comunistas – Intentona Comunista – e alimentou mitos como o de um complô comunista, inspirado/atrelado ao mito da conspiração judaica no mundo, os *Protocolos dos Sábios de Sião*. Sobre esse mito em específico ver GIRARDET, Raoul. Op.cit.

<sup>161</sup> A autora refuta a idéia de totalitarismo, sem as devidas análises, porque durante o Estado Novo as oposições e continuaram atuando, mesmo com a intensa repressão, não ocorrendo, portanto, monopólio absoluto por parte do Estado. CAPELATO, M. H. Rolin (1998). Op. cit.

<sup>162</sup> RENAULT, Abgar et alii. *Nereu Ramos: homenagens a um estadista: discursos e artigos*. Florianópolis: Associação Portobello de Cultura, 1989. P. 58 e 59.

emoções. Em troca destas devoções *acena-se com a garantia simbólica: da proteção com a idéia-imagem de pátria/mãe; da integridade com a idéia de pátria/una; e da identidade social e/ou nacionalidade com a idéia-imagem de pátria/moral*<sup>163</sup>.

As comemorações oficiais foram iniciadas no Estado Novo - *criação do tempo festivo*<sup>164</sup> - visando aproximar o poder público com o povo e construir a “alma” brasileira, a brasilidade. As paradas cívicas, representações da ordem social<sup>165</sup> e comemorações obrigatórias, passaram a fazer parte do calendário oficial, sendo programadas pela Liga de Defesa Nacional, exército e outras instituições. Esta Liga ressurgiu<sup>166</sup> em 1942 para revigorar o patriotismo, defender o país da “quinta-coluna” e formar a brasilidade. Em Florianópolis, o seu diretório foi instalado em julho de 1942, numa pomposa cerimônia, e com o costumeiro discurso proferido por Nereu Ramos, reproduzido em jornais do Estado e do país, como o *Correio da Manhã* e *O Globo* (Rio de Janeiro). Estes elogiavam a obra de Ramos na defesa contra o Reich, salientando que *Os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sempre se projetaram nos sonhos da Alemanha Antártida*, sobre o tal mapa e a cobiça de Hitler<sup>167</sup>. Esse evento rendeu, durante bom tempo, notas nos jornais locais e nacionais, sempre eivadas de elogios ao Interventor e sua obra patriótica em extirpar os germes do anti-patriotismo e os alienígenas.

As Ligas foram instaladas na maioria dos municípios catarinenses (em Blumenau, em 24 de setembro de 1942), principalmente nas escolas, e empenhavam-se na produção do espetáculo. O dia da Pátria, aniversário do presidente, do governador, do Estado Novo<sup>168</sup>, dia do Trabalho, dia de Tiradentes, Duque de Caxias, dia da Bandeira, dia da Raça, dia do Soldado, etc, transformavam-se em dias festivos. Era a apoteose! Em 1939, o Ministério da

<sup>163</sup> DUTRA, Eliana. Op. cit., p. 151.

<sup>164</sup> GOMES, Angela de Castro. (1988). Op. cit., p. 235.

<sup>165</sup> Mary Ryan fez um estudo observando a parada norte-americana e sua implantação nas comemorações públicas, no século XIX, como um produto histórico de uma sociedade que, se plena de antagonismos, mostrava-se em público na “marcha” regular da ordem social, exercício de disciplina social. RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História).

<sup>166</sup> A Liga de Defesa Nacional nasceu em 1915, proposta pelo poeta Olavo Bilac, no momento dos embates de alinhamento na Primeira Guerra Mundial; objetivava a ordem, o patriotismo, a instrução, o asseio/higiene e a regeneração muscular e física. Ver BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. Ver também LIPPI, Nadia. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 120. Meio que esquecida, volta a revigorar-se no momento da guerra, com o objetivo de lutar contra a “quinta-coluna” e ao lado dos aliados, conforme proclamação no seu ressurgimento. O texto de Proclamação da “Liga ao Povo” foi publicado na *Revista Seiva*, em março de 1949, p. 18 e 19. Ver FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª Guerra*: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: UNB, 1999. P. 166 a 168.

<sup>167</sup> *Diário Oficial do Estado*, 13/07/1942. P.1. Informa que no *Correio da Manhã*, saiu com o título “*Palavras de um pioneiro*” e, no *O Globo*, “*As fórmulas do pan-germanismo*”.

<sup>168</sup> Uma Portaria do Secretário do Interior e da Justiça, Ivo d’Aquino obriga todas as escolas a fazerem preleção ao aniversário do Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas. *Jornal A Gazeta*, 8/11/1938. P. 3.

Guerra enviou a Nereu Ramos um ofício onde se lê que *o Governo federal decidiu que quer que os filhos de estrangeiros compareçam nos festejos de 7 de setembro. Pedem 100 meninos entre 10 e 16 anos filhos de alemães e poloneses*<sup>169</sup>. Mais apoteótica que a chegada do Fogo Simbólico em Florianópolis, anunciada com batidas de sinos e aguardado na ponte Hercílio Luz pelas principais autoridades? Em frente à sacada do Palácio do Governo, alunos, atletas e a multidão aplaudem os inúmeros discursos inflamados, dirigidos à alma brasileira e à ira dos vândalos traidores! Oswaldo Rodrigues Cabral falou, em nome da cidade, uma *brilhante e patriótica oração várias vezes entrecortada por frenéticos aplausos da multidão*, seguido de Nereu Ramos, recém-chegado da capital do país, para abrilhantar o evento, que invocava ao povo que confiasse em Getúlio Vargas!<sup>170</sup> Era 8 de agosto de 1942; quatorze dias depois o país entrava decisivamente na guerra...

Nas correspondências recebidas pelo Interventor, apareciam as programações nos municípios. De São Bento, o prefeito Joaquim de Sales convidou o interventor para presidir os festejos da Semana da Pátria, em setembro de 1942, ocasião em que inaugurou um jardim público. Remeteu, em anexo, uma circular enviada aos professores do município, com contundentes apelos ao patriotismo, onde as palavras *raça e liberdade* vinham associadas a Duque de Caxias – *Lembrai-vos que sois, ou a edificação, ou o escândalo dos vossos alunos* –, chamando-os à responsabilidade em formar *o futuro do Brasil, o amor à Pátria*, colaborando assim para *implantar na alma generosa da juventude os sentimentos de brasilidade e dando-lhes a convicção firme e indestrutível de que o Brasil é a melhor terra do mundo!*<sup>171</sup> O professor de Lageado dos Tombos, distrito de São Carlos (Chapecó), Julio Cesar de Oliveira Lima, informou a Nereu Ramos que no *grande dia da Pátria, 7 de Setembro, fiz uma referência em frente dos meus alunos e ao povo desta colônia, enaltecendo o progresso com que as diretrizes governamentais vinham desenvolvendo ao abrir escolas, o que julgava*

<sup>169</sup> Ofício do General Manoel Rabello, Ministério da Guerra, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de julho de 1939. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939-194. Palácio do Governo. APESC.

<sup>170</sup> *Diário Oficial do Estado*, 24/08/1942. Em Ofício, Lauro Antunes Corrêa, Presidente da Liga de Defesa Nacional de Porto Alegre, informa a Nereu Ramos que o Fogo Simbólico sairá de Florianópolis dia 25 de agosto de 1940 e chegará em Porto Alegre, a 31 de agosto, no Parque Farroupilha, para a Semana da Pátria. Vemos que em 1940, o Fogo Simbólico também passou por Florianópolis e, que a Liga de Defesa Nacional estava organizada em Porto Alegre. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1940. Palácio do Governo. APESC.

<sup>171</sup> Ofício de Joaquim de Sales, Prefeito Municipal de São Bento, ao Interventor Nereu Ramos, em 8 de julho de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Jul/ago. 1942. Palácio do Governo. APESC. Ofícios também de Indaial, Cruzeiro, Rodeio, Campo Alegre, Urussanga, etc.

*necessário para dar luzes aos jovens patricios e assim tornarem-se uns cidadãos úteis a si, a pátria e a família*<sup>172</sup>. Conectadíssimo aos ideais do momento; isso em setembro de 1942.

Todo esse investimento não significa que tensões inexistiam. Em outubro de 1942, a 5ª Região Militar abriu sindicância sobre acontecimentos nas cidades de Mafra e Rio Negro, quando, na noite de 6 para 7 de setembro de 1942, *ressentimentos recalcados de brasileiros natos foram provocados por núcleos sociais alemães* que, após discursos contra os ataques do Eixo, *um sujeito do Eixo fez ofensivas aos brasileiros*. Nesta ocasião, também o povo rumou em direção à casa comercial de

um súdito alemão de atividades suspeitas, mas este, empunhando o Pavilhão Nacional conseguiu deter a massa de manifestantes que, como eletrizada, cessou as suas atividades, passando a entoar com entusiasmo o Hino Nacional e obrigando o detentor da bandeira a cantar também e a dar em seguida vivas ao Brasil.

Não, o povo não saqueou, *limitou-se a quebra de vidros e vitrines*. Um dos atingidos, *em público, tomou atitudes incompatíveis de brasileiros, refletindo suas acentuadas tendências e externada admiração pela Alemanha* e, o fato mais grave segundo a sindicância, *conservou como empregada um elemento da antiga “Juventude Hitlerista” (...)*<sup>173</sup>. Bem, o suposto “súdito” usou de tática para acalmar a população *eletrizada*, evitando um linchamento, e, ao que se vê, tudo acabou numa frenética cantoria! Porém, quem garante que os descendentes foram para casa felizes? Os rumores de um acontecimento destes com certeza provocaram sentidos de ambos os lados...

Doutra feita, a bandeira foi o motivo do entrevero: Julio Rossoni, 31 anos, ferreiro, filho de italianos e residente em Capinzal (Campos Novos), foi delatado ao Delegado de Polícia local, por ter, que no dia 21 de abril de 1942, em plena *via pública e em altas vozes*,

<sup>172</sup>Ofício de Julio Cesar de Oliveira Lima, Professor Municipal, Lageado dos Tombos, São Carlos (Chapecó), ao Interventor Nereu Ramos, em 7 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>173</sup> Sindicância (cópia) – Quartel General – Estatística Militar, 2º Batalhão Ferroviário, Rio Negro, Paraná., em 14 de outubro de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1942/1944. Palácio do Governo. APESC. No Brasil, o nazismo concentrou esforços na juventude imigrante e descendente para uma prática nacional-socialista visando assegurar os laços de origem alemã. Em 1934, foi fundado no Brasil o Círculo Juvenil Brasileiro-Alemão (*Deutsch-Brasilianischer Jugendring*), à semelhança de outros Círculos na América Latina. SANTANA, Nara. *Associações nazistas no Brasil (1938-1945)*. Niterói, 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. No fascismo italiano, e no nazismo alemão, os jovens personificavam o vigor, a beleza, os gestos, aos valores estéticos; a alma do herói funde-se na dimensão simbólica cujos significados explicavam-se na própria nação. Ambos diferem-se apenas na estratégia da imagem: no fascismo explora o símbolo globalizante da imagem real em movimento, enquanto que no nazismo assume formas de simbologia abstrata, totalizante e luminosa, coreografada em grandes cerimônias. Sobre o assunto, ver MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano; e MICHAUD, Eric. “Soldados de uma idéia”: os jovens sob o Terceiro Reich. P.258-317. In: LEVI, Giovanni e

proferido *palavras injuriosas à bandeira nacional*, causando intriga e indignação às pessoas presentes. O delator, Julio da Silveira Diniz, disse que Julio Rossoni teria dito sobre a bandeira que “*aquilo não passava de um trapo velho e que estava bom para fazer camisa de futebol*”, e o dissera em frente ao Cine Farrroupilha, conforme consta dos autos do processo crime instaurado no Tribunal de Segurança Nacional<sup>174</sup>.

Uma testemunha – Carlos Rosa - acrescentou que Rossoni o fez com *desprezo e riso*, ouvindo-o manifestar-se *favorável ao Eixo e simpatizante do Fascismo*. Alvise Caldart e Ceslau Zelonka souberam da história dias depois, não sabendo se o acusado estava *embriagado*. O advogado, Dr. Brasílio Celestino Oliveira Junior, arrolou testemunhas de defesa, que atestaram ser a denúncia provocada por relações de *inimizades e desafetos* entre delator e delatado, sendo Rossoni *pessoa idônea e conhecida, bom cidadão brasileiro* e a favor dos Aliados. Em 27 de agosto de 1942, os juizes do Tribunal de Segurança Nacional absolveram o acusado. Depreende-se que eram comuns essas pendengas: intrigas pessoais, *desafetos*, viravam questão de segurança nacional sim, porque o patriotismo estava em jogo com o desagravo ao pavilhão nacional: um *trapo velho* para fazer *camisa de futebol*.

Essas manifestações em lugares públicos eram severamente vigiadas e, de janeiro de 1942 a janeiro de 1943, foram abertos 37 inquéritos policiais no Estado, *mantendo-se* (os acusados) *detidos* quando *provado* que tais manifestações eram em *favor das potências do “eixo”*, sendo *os demais, liberados*, relatou o delegado Antonio de Lara Ribas, em março de 1943<sup>175</sup>. Tais inquéritos intentavam dissuadir os civis de promoverem manifestações que ferissem o projeto político de construção da nacionalidade, iniciado em 1930, e materializado no Estado Novo, na tentativa de afirmação da identidade nacional, metamorfoseado em homogeneização do povo brasileiro, apagando as diferenças regionais, étnicas, de idiomas. É sugestiva a queima das bandeiras dos Estados após o golpe de 1937: nada poderia simbolizar melhor a centralização do poder e liquidação da autonomia regional! Sim, o fogo *purificava a nação de seus “males”*, seguindo-se a queima, nos meses seguintes, de milhares de livros considerados regionalistas e subversivos. Jorge Amado foi o mais visado e suas obras

---

SCHMITT, Jean-Claude (orgs). *História dos jovens – 2: a época contemporânea*. Tradução Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>174</sup> Processo crime n. 3.279 – Julio Rossoni (Apelação n. 1.620). Fichário: Tribunal de Segurança Nacional - Santa Catarina. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Original: Comarca de Cruzeiro, Delegado José de Almeida Pimpão.

<sup>175</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Ratto, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.

acusadas de propagandear o “credo vermelho”!<sup>176</sup> O jornalista Otacílio Costa, no ato de comemoração do Dia do Município, em 1944, em Lages, abstraiu o ideário ao dizer que *O Município é uma miniatura da Pátria, uma imagem reduzida dela; nas coisas políticas, o primeiro amor do cidadão, onde Os elementos constitutivos da Nação e que lhe dão direito de existir são a raça, a religião, a língua, os costumes, a história, a legislação, cimentando tudo isto por uma vontade comum de seguir o mesmo destino*<sup>177</sup>. Sem dúvidas, o patriotismo estava nas tribunas locais!

Nos esforços para a produção de sentidos, *Congressos de Brasilidade* foram realizados, anualmente, de 1941 a 1944, cujas diretrizes saíam do governo federal e eram encaminhadas aos Estados. O *I Congresso de Brasilidade* aconteceu em Florianópolis, de 10 a 19 de novembro de 1941, quando foram realizadas nove conferências, todas convergindo para a *Unidade* – política, cultural, histórica, moral, jurídica, social, geográfica, econômica, financeira e patriótica. Na conferência intitulada *Unidade Patriótica*, o jornalista José Guedes da Fonseca salientou a importância da homogeneização da “*alma brasileira*”<sup>178</sup>, propondo um *projeto de padronização brasileira, ou unidade étnica, ancorada no tripé – saúde, trabalho, beleza*. O *II Congresso* ocorreu de 10 a 19 de novembro de 1942, salientando que *a etnia seria gestada na formação “de um sentimento de comum, unido da amálgama do nosso caráter”*<sup>179</sup>. Em 23 de setembro de 1942, Nereu Ramos recebeu um ofício do Presidente do Congresso, Otton da S. Souza, norteando as diretrizes do evento com um *grande movimento cívico de integração do povo brasileiro em torno à autoridade suprema do Chefe do Governo (...)*, solicitando que fossem focalizados dois tópicos: o primeiro, orientar a opinião pública a respeito da unidade inter-americana; o segundo, mobilizar a *Juventude Brasileira* e intensificar a grande *campanha de unidade da Pátria*, promovendo o *combate aos inimigos do Brasil e o amparo moral e material à família brasileira*<sup>180</sup>.

O *III Congresso de Brasilidade* ocorreu de 10 a 19 de novembro de 1943, e o *IV Congresso*, de 09 a 19 de novembro de 1944. Neste último, que teve Nereu Ramos como Presidente de Honra, foram realizadas conferências diversas no salão da Legião Brasileira de

<sup>176</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org). Op. cit., p. 330.

<sup>177</sup> COSTA, Otacílio. *História de Lages* (Apontamentos). Lages: Edição do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944. P. 35.

<sup>178</sup> Ver *Primeiro Congresso de Brasilidade* em Santa Catarina. Florianópolis: DEOPS, 1941. P. 156. O *Jornal A Gazeta*, de 0/11/1941, reproduziu esta conferência.

<sup>179</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos (1/2000). Op. cit., p. 9. O Programa pode ser encontrado nos Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>180</sup> Of. No. 1452. Rio, 23 de setembro de 1942. Ofício de Otton da S. e Souza, presidente do II Congresso de Brasilidade, ao Interventor Nereu Ramos. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

Assistência. A abertura teve a Conferência do Dr. Paulo Malta Ferraz (professor), o qual enfatizou *o fenômeno do povo brasileiro, politicamente unido e indivisível (...)* fazendo apologias contundentes ao português<sup>181</sup>, de extrema mobilidade social, senso realista, capacidade de adaptação *e seu desprezo aos preconceitos tão europeus de cor, raça e classe (...)*. Já o jornalista José Diniz fez imenso discurso intitulado “*Unidade Americana*”, totalmente voltado à importância da integração àquele país<sup>182</sup>.

Não há dúvidas de que nesses congressos os discursos enfatizavam o maniqueísmo, pontuavam coisas que incitavam o perigo e o medo, pois, produzidos no calor das relações tensas, aumentavam o receio do “estrangeiro”. Eram também realizados nos municípios do interior<sup>183</sup> nas mesmas diretrizes, sendo enviados a Nereu Ramos os programas que ocorriam concomitante às comemorações cívicas. Convidavam autoridades estaduais, e, claro, presentes os poderes locais: delegados, padres, professores, funcionários públicos, alunos, comerciantes, etc. Conectavam-se aos ideais da unidade, juventude, raça e brasilidade, na afirmação do corpo da pátria: um corpo saudável, higiênico, produtivo. *A eugenia*, conforme as análises de Maria Bernardete Ramos Flores, sobre a política da beleza no Brasil, durante os anos de nacionalismo estado-novista, *era tida como redentora da humanidade*<sup>184</sup>; o belo era a ordem do corpo saudável para o trabalho e a maternidade, *aliada às regras de uma moral católica*<sup>185</sup>, discurso em evidência no Brasil nos anos da guerra. Ou seja, os papéis de gênero eram reforçados nesses discursos.

No *Diário Oficial* estão divulgados os municípios e respectivos convites, e não faltam elogios à obra grandiosa dos Interventores, à pátria e à glória dos heróis nos seus

<sup>181</sup> Nas disputas de caráter étnico, os açorianos passam de madorrentos e pouco dados ao trabalho, imagens de décadas anteriores, a personagens principais no momento de afirmação da identidade nacional luso-brasileira, elaboradas uma série de estratégias que redundaram na realização do *I Congresso de História Catarinense*, em 1948, para comemorar o II Centenário da Colonização Açoriana em Santa Catarina. Esse evento pretendeu retomar o papel que os “brasileiros” vinham perdendo para os núcleos de povoamento com a colonização imigrante, tendo a participação de intelectuais, notadamente historiadores e geógrafos de todo o Brasil. FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. P. 120 e seguintes. Ver também SERPA, Élio, e FLORES, Maria Bernardete Ramos. Os açorianos na história e na literatura em Santa Catarina. Raça, nacionalismo e poder. Digitado (no prelo da *Revista Alcance*, Revista de Divulgação Científica da Univali, especial de História, n. 6).

<sup>182</sup> As conferências foram publicadas no *Diário Oficial do Estado*, nos dias 1/11/44 e 05/12/1944. Os Programas podem ser encontrados nos Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943 e 1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>183</sup> Em Cruzeiro (Joaçaba) o prefeito municipal atendeu aos apelos do interventor Nereu Ramos e realizou com circunstância o *I Congresso de Brasilidade*. A imprensa local – *A Tribuna* – deu intensa cobertura. RADIN, José Carlos. *Ítalo-brasileiros em Joaçaba*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. P. 92 e 93.

<sup>184</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. (1/2000). Op. cit., p. 92.

<sup>185</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi (org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. P. 124.

panteões, com pompa e circunstância<sup>186</sup>. A visita dos interventores às cidades do interior eram importantes como demonstração de vigilância e controle, e por certo incitavam ao medo. Em Itajaí (1942), um extenso programa cívico foi organizado na recepção a Nereu Ramos. Em março de 1940, um jornal enunciou como *evento máximo na vida do povo de Blumenau* a visita de Getúlio Vargas, rasgando em elogios: o chefe da nação enlaça com mimos *duas crianças louras de olhos azuis* e afasta-se, então, *afagando-lhes as cabecinhas*<sup>187</sup>. Na ocasião, Ilze Oliveira rejubilou-se com a *honrosa visita* do presidente Vargas a Florianópolis, podendo este, assim, *ver de perto a capacidade do povo catarinense*, eivada de entusiasmo com a *grande importância moral* deste ato. Ilze escreveu, na crônica publicada na *Revista Pétalas*, que o presidente, *com seus gestos de pura democracia, a sua simpática fisionomia que um sorriso de bondade ilumina sempre, soube conquistar-nos. O Brasil nos dá o pão, nós lhe daremos o sangue!*...<sup>188</sup>. Antenadíssima ao ideário da hora!

A unidade americana é clara e explícita nos discursos: lembremos que os Estados Unidos eram “aliados” na guerra e, por conta dessa aliança, as imagens de “bons vizinhos” impregnava o cotidiano. As aproximações entre os Estados Unidos e a América Latina são bastante conhecidas, haja vista o interesse daquele país em combater o expansionismo nazifascista (medo da aproximação dos latinos ao Eixo), suspendendo então intervenções armadas e fazendo acordos<sup>189</sup> econômicos “vantajosos” ao Brasil, bem como passando a dominar as empresas aéreas<sup>190</sup>.

Não há dúvidas de que a propaganda norte-americana invadiu o cotidiano e influenciou na construção de imaginários, afirmando relações<sup>191</sup> e contribuindo para os mitos

<sup>186</sup> No *Diário Oficial do Estado*, nos meses de novembro de 1942, 1943 e 1944, perfilam telegramas de quase todos os municípios, sobre as programações dos Congressos de Brasilidade realizados ali.

<sup>187</sup> Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez.1943. Palácio do Governo. APESC; *Jornal Cidade de Blumenau*, 13/03/1940. N. 23.

<sup>188</sup> *Revista Pétalas*, Julho de 1940. Colégio Sagrado Coração de Jesus, Florianópolis. Acervo do Colégio.

<sup>189</sup> No contexto, de 1938 a 1941, a política militar norte-americana pretendia impedir a construção de bases navais no Brasil, porém, com as negociações e o avanço da guerra, em 1939, Góes Monteiro ofereceu-lhes a utilização de bases militares na ilha de Fernando de Noronha em troca da proteção da costa brasileira. No fim de 1941, a base de Parnamirim estava funcionando, ponto estratégico para as tropas que se dirigiam à África – os alemães estavam definitivamente afastados. Os acordos com os norte-americanos incluíram os empréstimos para a construção da usina de Volta Redonda, o rearmamento das Forças Armadas e a concessão do pedido de envio de tropas brasileiras para a guerra (FEB). Ver TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>190</sup> O embate central foi entre os Estados Unidos e a Alemanha: A Panair era subsidiária da Pan-American e a Condor pertencia à Lufthansa (alemã); a Varig e a Vasp eram controladas pelos alemães e ligadas à Lufthansa. Em 1941, o governo americano colocou na “lista negra” as companhias aéreas latino-americanas controladas pelos alemães e subsidiou empréstimos para que passassem a mãos nacionais. Depois da guerra, a Pan-American dominava as linhas aéreas, a Varig e a Vasp tornaram-se brasileiras. Sobre o assunto, ver SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

<sup>191</sup> Nas correspondências do Palácio do Governo há uma série de cartas, avisos, convites, livros, folders a serem divulgados, informes de visitas de comissões norte-americanas, anúncios de remédios para o tifo, malária,

conspiratórios; afinal, o Brasil tinha amigos e inimigos! Aqueles que não aceitassem a “amizade” dos nortistas e fossem “amigos” dos europeus “eixistas” caíam nas malhas da polícia como anti-patriotas. Como identificá-los? Bastava ter origem e falar na língua dos “eixistas”: alemão, japonês, italiano; ser ouvido manifestando uma opinião qualquer sobre a guerra ou a favor de outra *pátria*. O telegrafista dos correios de Laguna, Duilio José Pizani, ficou incomodado com as opiniões do cônego Cesar Rossi, isso em 7 de dezembro de 1943; denunciou ao delegado local que o cônego dissera em público duvidar terem sido os alemães a fundearam os navios brasileiros, que *os americanos e ingleses saíam e entravam no Brasil quando bem entendiam, que os brasileiros são incivilizados enquanto os civilizados são os alemães, italianos e japoneses*; e, mais, que *a raça inferior deveria desaparecer*, sendo que o mesmo tencionava fundar um *partido no qual eliminaria os maus elementos....* Bem, o cônego teria dito. As testemunhas atestaram: era adepto do nazi-fascismo, ex-integralista; teria feito uma *aposta que os alemães ganhariam a guerra* e formaria um partido nas normas de *Mussolini*, derrubando as autoridades do lugar. O cônego negou. Entram em cena Carlos Thiesen, José Holz e Estevão Schneider, citados e, portanto, arrolados no processo crime que foi para o Tribunal de Segurança Nacional<sup>192</sup>. Mas, havia outra questão: o cônego teria como inimigo o escrivão local, Alfredo Teixeira de Melo, e até o *chamara de ladrão*, assim como ao próprio denunciante. Nos embates, depoentes e testemunhas se engalinharam... No dia 31 de dezembro de 1943, os Juizes do Tribunal de Segurança Nacional decidiram pelo arquivamento do processo.

Qual o sentido desse tipo de entrevero? Foi parar nos tribunais porque o acusado falara mal do país amigo e bem do país inimigo, o que foi agravado pelo preconceito étnico e a suposta aproximação com as idéias de Mussolini. Caso comum nesses processos: uma rixa pessoal acabava nos tribunais, quando a denúncia expressava o anti-patriotismo – essa era a questão premente. Mas, como vemos, a construção da imagem do inimigo oportunizava denúncias, já que o momento legitimava... Livio André, trabalhador das minas de carvão e residente na Vila Palermo (Orleans), escreveu, em dezembro de 1944, ao delegado de polícia de Urussanga. Disse que estava numa festa no Rio Doro (comunidade de Treviso), quando viu um indivíduo italiano - *que julga ser mau brasileiro* - Marinho Miotelli, 40 anos, que teria bradado junto a uma roda de amigos um “*Viva a Itália e Viva Mussolini*”, ocasião em que foi chamado a atenção por Primo Fenili. Porém, mais injuriado deu um “*Viva à Alemanha*”. Sim,

---

recebidos dos norte-americanos, trocas de gentilezas, etc. Ou seja, a “boa vizinhança” estava no calor da hora. APESC.

*senhor delegado, não me é possível deixar passar sem levar ao conhecimento de Vossa Senhoria a atitude de um brasileiro sem escrúpulos que não se lembrou que é esta terra fértil que lhe dá o que comer e vestir, e dá vivas aos nossos inimigos comuns*<sup>193</sup>.

Ora, o denunciado, também mineiro e residente em Palermo (Lauro Muller), respondendo ao inquérito relatou que estava com amigos *bebendo vinho, caninha, cerveja e etc*, e não se lembrava direito do caso. Afirmou que deu um “*viva a Itália*” porque *a Itália agora está no poder dos aliados*, ou um “*Viva a Itália e morra Mussolini*”, porém admitiu que estava embriagado (...). Foram testemunhas arrolados no processo crime: Ivo André, Primo Fenili, José Machado, Alvedorino de Tal, Joaquim Nesi, João Donato, Alcides Gonçalves, entre outros. Todos atestaram o delito, aumentando o fato: aparece uma garrafa quebrada na mão de Miotelli, que teria esmurrado porque foi chamado de quinta-coluna, mais capilé, vinho, cachaça e vermute... O amigo José Canapin deu o veredicto aceito pelo Tribunal de Segurança Nacional: mesmo na bebedeira, o que Miotelli disse foi “*Viva a Itália que agora é nossa, viva os brasileiros e abaixo Mussolini*”. E o processo foi arquivado em 22 de dezembro de 1944.

Outro caso, e que se assemelha a este, acabou no Tribunal de Segurança Nacional: segundo os autos, o delegado de polícia do distrito de Meleiro (comarca de Araranguá) abriu inquérito contra Firmino Dandolini, filho de italianos, lavrador, 24 anos. Delito? Era 14 de setembro de 1942, quando o acusado, *riscando em seu cavalo* no centro de Araranguá, dera um “*Viva à Itália*” e, conforme testemunhas, também um “*Viva a Alemanha*”. Bem, inquirido, disse não se recordar do que dissera, porque estava *embriagado*, mas sabia que havia dado um “*Viva o Brasil*” e que nada tinha com o estrangeiro. Ponto. O Tribunal de Segurança Nacional mandou arquivar o processo – já era 13 de abril de 1944<sup>194</sup>. É sintomático que o processo tenha sido arquivado quase no final da guerra; isso significa que Firmino ficou com o processo, de setembro de 1942 a abril de 1944. Seria a embriaguês um álibi levado em conta pelos juízes?

Havia mais que um rompante do momento: se para os intelectuais brasileiros a pátria era o Brasil e todo o conjunto de símbolos, ritos, mitos e heróis, para os alemães mudava de sentido. Giralda Seyfert auxilia na compreensão do problema premente no Brasil com a instalação de núcleos de imigrantes, ou seja, analisa a questão étnica a partir da segunda

<sup>192</sup> Processo crime n. 4.405 – Cesar Rossi e outros (Carlos Thisen, José Holz, Estevão Schneider). Santa Catarina. Fichário - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>193</sup> Processo crime n. 5.821 – Marinho Mioteli. Fichário: Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

metade do século XIX, percebendo a concepção de identidade teuto-brasileira ligada à ideologia de germanidade, difundida nas colônias do sul do país pelo termo *Deutschtum*, tendo na imprensa de língua alemã veículo que, entre 1852 e 1941 (quando proibida por lei federal), veiculou esta representação de nacionalidade para este grupo. Conforme Seyfert, existem três formas de *estabelecer a nacionalidade*:

Pela herança de sangue, fundamentada na *jus sanguinis*, que exclui critérios geográficos; pelo local de nascimento de uma pessoa, baseada no *jus solis*; ou pela combinação destas duas coisas. Esta última alternativa levou a uma dualidade de nacionalidades, principalmente entre grupos de imigrantes, estabelecidos fora de seu país de origem, gerada pela confusão em torno do conceito de pátria, cidadania e nacionalidade. Por exemplo, na ideologia pangermanista divulgada no sul do Brasil, qualquer descendente de alemães teria direito à nacionalidade alemã (expressada pelo termo *Volkstum*), enquanto que a cidadania estava restrita aos nascidos na Alemanha<sup>195</sup>.

Com isso, as noções de cidadania e nacionalidade são diferentes, ou seja, nacionalidade está vinculada ao direito de sangue, enquanto que a cidadania está vinculada ao Estado. Portanto, não importando onde tenha nascido, o alemão será sempre alemão, pertencente a uma cultura, língua e pátria própria, podendo *formar uma unidade nacional sem se constituírem, necessariamente, em traidores dos Estados dos quais são cidadãos*<sup>196</sup>. A autora sugere a noção de *duplo pertencimento à categoria de teuto-brasileiro*<sup>197</sup> e, dessa forma, mesmo sendo cidadão brasileiro, naturalizado, eleitor, em dia com os impostos, etc, continuava sendo alemão, pertencente a uma *comunidade política imaginada*, no sentido dado por Benedict Anderson<sup>198</sup>. Ou seja, sentimentos de lealdade e identificação eram manifestados na forma de viver na cotidianidade: escolas alemãs, clubes de caça e tiro, festas, igrejas, cultos, nomes, uso da língua, imprensa<sup>199</sup> (*Kalenders*, jornais, impressos variados),

<sup>194</sup> Processo crime n. 3.221 – Firmino Dandolini. Fichário: Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>195</sup> SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. P. 8 e 9.

<sup>196</sup> Idem, p. 43.

<sup>197</sup> SEYFERT, Giralda. Racismo e identidade nacional: paradoxos e utopias. In: *Ciência Hoje*, vol. 19, n. 109. SBPC, maio, 1995. P. 43. Um estudo com referência à participação de imigrantes associada a grupos brasileiros, que permitiu, em Itajaí, esse caráter de *duplo pertencimento*, passando pelas esferas do mercado, da política, dos casamentos e sociabilidades, foi feito por SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1999.

<sup>198</sup> O autor acentua que uma nação/comunidade política só pode ser *imaginada como implicitamente limitada e soberana*: inventadas, as nações se imaginam limitadas, porque cercadas de fronteiras; soberanas como penhor da liberdade e maturidade e, concebidas como comunidade no espírito fraternal. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. P. 14.

<sup>199</sup> Uma obra que sintetiza a importância da imprensa alemã foi escrita por Elly Herkenhoff, onde recupera as dificuldades dos pioneiros e o periódico “*Kolonie-Zeitung*”, publicado de 1862 a 1918, quando foi forçado a suspender a publicação com a primeira guerra. HERKENHOFF, Elly. *História da imprensa em Joinville*. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Cultural de Joinville, 1998.

casamentos interétnicos, ritos funerários, etc; isso tudo traduzido no termo *Heimat*. Onde quer que viva, o alemão poderá construir sua *Heimat*, desde que mantenha os laços culturais e sentimentais com o lugar de origem, a identificação étnica, à pátria, portanto. Contudo, lembro que o relativo isolamento no qual viviam essas pessoas por certo fazia configurar esse sentimento de pátria.

Cynthia Machado Campos mostra como a noção de nacionalismo na cultura alemã comportou forte componente linguístico, percebendo os esforços, na Alemanha no início do século XIX, de ligar a missão de perpetuar a língua e o sangue alemão, veiculados em apelos românticos – a palavra *Kultur* relacionada à identidade coletiva, ou afirmação da identidade alemã<sup>200</sup>. Os alemães vêm para o Brasil trazendo esse sentimento de pertencimento a uma raça e identificados na linguagem (embora houvesse dialetos, a ligação transcendia). Esses apelos estiveram presentes no sul do Brasil, *tendo a língua como determinante da extensão de “pátria dos alemães”*; em síntese, *qualquer lugar onde é falada a língua alemã*<sup>201</sup>. Eric Hobsbawm nos diz que o termo “pátria” só foi ouvido após 1925, com o tom emotivo do *patriotismo moderno*, definindo-a como *“a nossa própria nação, com a soma total das coisas materiais e imateriais, passado, presente e futuro, que goza da lealdade total dos patriotas”*<sup>202</sup>. Nos anos de 1930 e 1940, e com os nacionalismos aflorados, a pátria ganhou conotações fortes. No Brasil, os esforços tiveram um sentido pedagógico na “assimilação” dos estrangeiros, com o apoio do Exército. Ou seja, nação e pátria<sup>203</sup> são imaginários (e, portanto, conceitos) construídos no esforço de produção do “espírito nacional”.

Em Santa Catarina, as ações acompanhavam passo a passo as decisões nacionais e, no afã de nacionalizar e abasileirar, foram deslocados para este Estado contingentes militares subordinados ao comando da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba (cobria os Estados do Paraná e Santa Catarina; a 1ª Região ficava na capital – Rio de Janeiro). Por solicitação

<sup>200</sup> CAMPOS, Cynthia Machado (1998). Op. cit., p. 20 a 50 (Cap. 1 - A emergência da língua). Cita POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva/ USP, 1974. Este autor analisou como, no imaginário alemão, conceitos como sangue, origem, estirpe, povo, raça e religião estiveram relacionados, onde os elementos língua e raça, no imaginário alemão, pode ter sido elemento de “pureza”.

<sup>201</sup> SEYFERT, Giralda (1981). Op. cit. A autora cita o jornal *Der Urwaldsbote*, ano 42, n. 74, de 15/03/1935, onde consta um poema expressivo de Ernest Moritz Arndt, na afirmação da língua como esteio da germanidade. P. 46.

<sup>202</sup> HOBBSAWM, Eric. *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito e realidade*. Tradução Carlos Lains. Lisboa: Terramar, 1998. P. 20.

<sup>203</sup> Conforme Boris Fausto, *O sentimento patriótico nasce no século 19, vinculado ao surgimento do movimento romântico e à criação e fortalecimento de novos Estados nacionais, como é o caso da Itália e da Alemanha. O patriotismo é portando uma derivação do nacionalismo, próximo conceitualmente dela. Uma diferença entre ambos consiste no fato de que, enquanto o nacionalismo diz mais respeito primeiro à ideologia e à luta política, o patriotismo constitui um sentimento, mas que, nem por isso, deixa de ser potente mobilizador das ações humanas*. FAUSTO, Boris. *Questões sobre o patriotismo. Folha de São Paulo – Caderno Mais!*, p. 3. São Paulo, 24 de setembro de 2000.

expressa de Nereu Ramos, em abril de 1939 foi instalado, em Blumenau, o 32º Batalhão de Caçadores, com o objetivo de nacionalizar as regiões coloniais povoadas por imigrantes estrangeiros. *O problema é mais um problema de inteligência que de força*<sup>204</sup>, sentenciou José Meira de Vasconcelos, então no comando da 5ª Região Militar. A estratégia utilizada foi deslocar homens estranhos ou *elementos heterogêneos* ao meio, vindos do Norte e Nordeste do país, já que *os homens do sul eram considerados pouco confiáveis politicamente para a visão militar da época*<sup>205</sup>. Seguiu-se a instalação do 13º Batalhão de Caçadores, em Joinville e, do 14º Batalhão de Caçadores, em Florianópolis. Ainda havia os Batalhões de Infantaria, Batalhões Rodoviários (vigilância das estradas) e os Tiro de Guerra (treinamentos), os quais faziam a guarda da costa, inspeções, recrutamento de civis. Em Itajaí e cidades portuárias os estivadores tiveram que dar guarda nas praias e vigiar as luzes para que ficassem apagadas<sup>206</sup>. Rui Alencar Nogueira, militar que esteve cobrindo a nacionalização em Santa Catarina, relata que, nos primeiros dias do mês de abril de 1939, um turma de recrutas vindos do Rio de Janeiro instalou-se em Blumenau, *formado por elementos heterogêneos*<sup>207</sup>.

Por outro lado, o recrutamento de jovens das colônias do interior do Estado foi uma prática utilizada, pois entendiam os militares que a passagem de filhos de estrangeiros pela caserna os forçaria ao contato com outras regiões. O jornal *O Estado* publicou, em janeiro de 1939, uma matéria intitulada “500 brasileiros desnacionalizados”, informando que dos recrutas do Paraná e Santa Catarina, enviados ao Rio de Janeiro, *apenas 30 falam corretamente o português, conhecem a bandeira nacional e reconhecem o retrato do Presidente da República*. Eram, na quase totalidade, descendentes de alemães, italianos e polacos, e, para o pasmo, *dentre eles há 3, de cor, que não falam a nossa língua, e sim o alemão, daí a instalação de um batalhão constituído de nortistas, elementos neutralizados da dissolução colonial, considerando que Blumenau é um dos mais perigosos focos de desnacionalização*<sup>208</sup>.

<sup>204</sup> Apud BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. P. 37.

<sup>205</sup> FIORI, Neide. Corporação militar e rumos da educação brasileira: o exército e a escola nos tempos do Estado Novo. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, ns. 7/8. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumensu, jul/ago. 2001. P. 53. Hoje esses Batalhões denominam-se Batalhões de Infantaria.

<sup>206</sup> Agradeço estas informações a José Bento Rosa da Silva, que as colheu de depoimentos de velhos estivadores aposentados, em Itajaí.

<sup>207</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Volume CXX, 1947. P.106 e 107.

<sup>208</sup> Jornal *O Estado*, 20/01/1939. P. 6. Nas entrevistas aparece, com nitidez, o descontentamento, as humilhações e castigos aplicados aos “desnacionalizados” que ingressavam na caserna; memórias de dor e ressentimentos fortes com o desconforto e o preconceito a que foram submetidos.

Esse esforço aparece nas correspondências. Por exemplo, em maio de 1940, o Tenente Coronel do 32º Batalhão de Caçadores solicitou a Nereu Ramos a indicação de dois professores para uma *turma de 175 analfabetizados* recrutas; em novembro, o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, reclamou ao mesmo Interventor que este Batalhão *ainda não obteve os benefícios do professorado estadual* para alfabetização, solicitando resolução do problema<sup>209</sup>.

Eram esses contingentes, somados ao esforço institucional, os responsáveis pela nacionalização forçada, tendo na escola o lugar por excelência da formação das “almas” brasileiras, e que provocaram uma onda de medo na população civil de “origem”. Aos jovens, o investimento foi maciço: em Florianópolis, os alunos do Grupo Escolar “Lauro Muller” escreviam para o jornal da escola, *A Criança Brasileira*<sup>210</sup>, onde se lêem versos, crônicas, poesias, concursos de textos... Nada, absolutamente nada foge aos ideais do momento. O primeiro número deste jornal apareceu no dia 1º de maio de 1942, sob a direção da professora Nilza P. Speck, e trazia no centro da folha de rosto a fotografia<sup>211</sup> de Getúlio Vargas, sério, solene. Abrindo o jornal, há também a fotografia<sup>212</sup> de Nereu Ramos – sério, de óculos, compenetrado, preocupado<sup>213</sup>. Os textos eram, na sua imensa maioria, de alunos, em linguagem simples e versando sobre Duque de Caxias, a pátria, dia da criança, higiene, Liga

<sup>209</sup> Ofício No. 320, de Floriano de Lima Brayner, Tenente Coronel Comandante do 32º batalhão de Caçadores, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, em 31 de maio de 1940; e Aviso no. 4.304, de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, a Nereu Ramos, em 26 de novembro de 1940. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>210</sup> Jornal *A Criança Brasileira*, órgão bimensal do Grupo Escolar “Lauro Muller”. Dirigido pela Diretora Zita Callado Flores (nos anos iniciais). Foi editado de maio de 1942 a 1982, porém, o acervo consultado tem números esparsos, chegando ao número 96. Estão no acervo do *Museu da Escola Catarinense*. UDESC/FAED/DAPE, Florianópolis.

<sup>211</sup> Fotografias de Getúlio Vargas e de Nereu Ramos passaram a fazer parte da “decoração” das repartições públicas, escolas, escritórios particulares e, claro, nas imagens na imprensa em geral. O *Diário Oficial* de 24/8/1942 traz, na folha de rosto, a fotografia de Vargas, ladeada do informe do Departamento de Imprensa e Propaganda, “*Unidos pela glória do Brasil*”. O Chefe da polícia, Filinto Muller, enviou carta a Nereu Ramos – abril de 1938 – com exemplares do retrato-cartaz de Getúlio Vargas, para serem emoldurados e afixados em salas de recepção das principais repartições públicas. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/40. APESC.

O Círculo Operário de Itajahy (11/7/38) pede, para sua sede social, o retrato de Nereu Ramos *em homenagem ao ilustre defensor do operariado catarinense*, e inaugura também o retrato de Vargas; de Orleans (14/3/44), os alunos formandos de uma escola pedem o retrato para fazer um quadro; de Araquari (14/3/44), a Associação Profissional do Comércio e Armazenador pede fotografia de Nereu Ramos para pôr na sala de honra. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1938, 1944, 1945. Palácio do Governo. APESC.

<sup>212</sup> Até novembro de 1945, foram publicados 26 números, repetindo imagens de Nereu Ramos, aparecendo também Beatriz Pederneiras Ramos, Lauro Muller, e, em agosto de 1944, é a revista infantil *Tico-Tico* na página de rosto, ladeada por um texto de Maria Salomé Delfino (2º ano complementar) que intitula “*O perigo das leituras más e o valor das boas leituras*” – dois soldados levando a bandeira brasileira, e colorida! (todos os jornais são em preto e branco).

<sup>213</sup> Sérgio Miceli fez um estudo sociológico dos retratos de Portinari, nos anos de 1920 a 1940, percebendo como as representações das elites dirigentes primavam pela imagem pública, através da auto-imagem positiva, estabelecendo relações e poderes que aí se inscrevem e se negociam. MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas*. Retratos da elite brasileira (1920-1940). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Pró-Língua Nacional<sup>214</sup>, defesa passiva anti-aérea, blecaute, religião, a bandeira, comemorações e homenagens aos homens públicos que estavam então fazendo o progresso do Brasil! As mulheres escreviam muito, mas eram quase sempre os homens os homenageados. Um texto do aluno Naurino Miguel está abaixo do retrato da primeira dama do Estado, presidente da Legião Brasileira de Assistência, isso em julho de 1944. Era uma carta:

Nós, escolares, temos a obrigação de vir uniformizados ao Grupo. Pois é este o desejo do sr. Interventor Nereu Ramos. Mas a fazenda está muito cara. Ficaríamos contentes se houvesse tecido popular azul-marinho. (...) D. Beatriz, peço-lhe, então, que a senhora escreva uma cartinha a D. Darcí Vargas, para que o nosso bondoso Presidente mande fabricar tecido popular de cor azul-marinho e também de cor branca. Agradeço-lhe mais este favor e beijo-lhe as mãos<sup>215</sup>.

Qual foi a recepção destas leituras? Voltadas para os jovens, não há dúvidas de que formavam imagens patrióticas. Vemos na carta acima que à mulher cabia interceder junto ao pai/presidente, bondoso e caridoso com os pobres. Quer dizer, nos papéis de gênero, não cabia às mulheres resolver coisas da produção/distribuição; elas eram apenas intermediárias. Era o que se esperava delas na época: que se mantivessem preocupadas com as coisas da educação, da casa, da maternidade... A Legião Brasileira de Assistência foi criada em agosto de 1942 para dar assistência moral e material às famílias dos soldados mobilizados, tendo à frente Darcy Vargas, ocasião em que enviou telegrama a Beatriz P. Ramos, dizendo que *a mulher brasileira será chamada a cumprir a importante missão na proteção às famílias dos nossos bravios soldados*, ao que esta respondeu não poupar *esforços para corresponder ao seu valoroso apelo*. Em novembro de 1942, a primeira-dama do Estado distribuiu às crianças pobres do Grupo Escolar “Lauro Muller” uniformes, agasalhos e calçados<sup>216</sup>. Atendeu à carta do jovem acima?

Ora, o jornal mostra um imperativo daquele momento: era à juventude que se voltavam os maiores esforços no sentido da afirmação/formação da brasilidade e do

<sup>214</sup> As Ligas Pró-Língua Nacional foram organizadas com os alunos das classe mais adiantadas, sob a orientação de uma professora. Faziam jogos com os alunos menores, contavam histórias e cuidavam do linguajar das crianças; organizavam os Álbuns da Escola, festas cívicas e homenagens a vultos históricos e correspondiam-se tanto com outras cidades bem como com a Inspetoria de Nacionalização. Em 1938, havia 8 Ligas; já em 1940 eram um total de 123 núcleos formados no Estado. *Conferir Relatórios da Secretaria do Interior e da Justiça*, Departamento de Educação, Inspetoria das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Relatório de 1939. P. 128 a 130. APESC.

<sup>215</sup> *Jornal A Criança Brasileira*, julho de 1944.

<sup>216</sup> *Diário Oficial do Estado*, 31/08/1942. A distribuição de calçados e roupas aparece no jornal *A Criança Brasileira*, em novembro de 1943. Em 20 de outubro de 1942, em Nova Trento, Susana S. Bianchini e Zilda Scheidt organizam um Festival em benefício da Legião Brasileira de Assistência (no Salão Dadau) e convidam o Interventor Nereu Ramos. Conforme o Programa do Festival, participam também Maria Carolina Soares, Ida e

patriotismo<sup>217</sup>. Helena Bomeny avalia a importância da educação, no Estado Novo, para a formação de jovens cidadãos, no sentido de *formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, dentro de um grande empreendimento cultural e político* de internalizar valores<sup>218</sup>. Mostra a autora os embates travados nas esferas do poder entre a “juventude militarizada” e a “juventude educada”. Em 1938, o Ministério da Justiça, sob a chefia de Francisco Campos, queria para si a organização da juventude nos moldes fascistas e feições totalitárias (propôs uma Organização Nacional da Juventude), entretanto, *à militarização da juventude cedeu lugar à formação nos jovens aos quais se dirigia o movimento do amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado, o cultivo dos valores cívicos*<sup>219</sup>. Com o Decreto-lei no. 2.072, em 2 de março de 1940, instituiu-se a *Juventude Brasileira*<sup>220</sup>, anseios então de Gustavo Capanema, fortalecendo a política educacional mas sem que se excluíssem poderes do Exército<sup>221</sup> e da alas conservadora da Igreja Católica.

Em meio ao esforço voltado ao patriotismo, outras ações do Estado lembravam que o perigo estava às portas: as mulheres foram chamadas para os cursos de enfermeiras<sup>222</sup>, samaritanas<sup>223</sup> e alertadoras<sup>224</sup>, através da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina.

Ivone Kruscinski, Carlos Tridapalli e Nalda Mafessolli, com canções, poesia, teatro, música, canto. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>217</sup> No jornal *O Estado*, de 07/10/1942, lê-se “*Os 10 Mandamentos do Estudante*”, eivados de patriotismo.

<sup>218</sup> BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (org). Op. cit., p. 139.

<sup>219</sup> Idem, p. 151. A autora mostra que uma Organização Nacional da Juventude, nos moldes propostos, poderia representar uma esfera paralela de poder. Nos regimes totalitários havia tensão entre o partido único e o Exército, e, claro, abriria brechas para lutas de poder no jogo da conquista de “patriotas”.

<sup>220</sup> Crianças e jovens matriculados nos estabelecimentos de ensino deviam se inscrever na *Juventude Brasileira*, colocada sob a vigilância do Presidente da República e integrada aos Ministérios da Educação, da Guerra e da Marinha. Foram criados os Centros Cívicos voltados para solenidades, concentrações, visando disciplina e entusiasmo, além de um estandarte (Decreto-lei n. 7.807, 05/09/1941) e firmada a obrigatoriedade de formatura geral na data da Independência do Brasil (Decreto-lei n. 3.546, 22/08/41).

<sup>221</sup> Celso Castro fez um estudo sobre as tradições no Exército brasileiro a partir da reforma da Escola Militar de Realengo, iniciada em 1931, e mostra como se constroem, nesse momento, os discursos e práticas na salvação da nação e integridade da pátria, com forte apelo simbólico e rituais inventados. CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. In: *Estudos Históricos – comemorações*, n. 14. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, jul/dez. 1994. P. 231-240.

<sup>222</sup> É significativo o Decreto-lei Federal n. 4.725, de 22/09/1942, reorganizando a Escola Profissional de Enfermeiras, justamente no momento em que foram chamadas a serviço da pátria no Estado de Guerra (esta Escola foi criada em 27/09/1890, pelo Decreto n. 791).

<sup>223</sup> Foram instalados Cursos de Samaritanas em vários municípios do Estado. Em Joiville, por ocasião da formatura, o paraninfo, Inteventor Mereu Ramos, disse: *Ide, pois, Samaritanas de Joinville, à vossa divina missão, levando dentro no coração, a imagem sagrada da Pátria, na glória eterna de sua grandeza e na eternidade gloriosa de seu destino. Diário Oficial do Estado*, 21/09/1942 e 29/09/1942.

<sup>224</sup> Cursos de enfermagem de guerra intensificaram-se nos anos de 1942 e 1943. Para enfermeiras profissionais a duração era de três anos; para samaritanas e voluntárias socorristas – alertadoras –, de três meses a um ano – todos voltados para situações guerra. Eram regulamentados e aprovados pela Diretoria de Saúde do Exército do Ministério da Guerra e contavam com voluntárias. Cf. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). Op. cit. (Cap. 5: As enfermeiras da FEB e a montagem do front interno).

Instalada em Florianópolis em março de 1942, teve como presidente de honra Beatriz Pederneiras Ramos (diretoria para 1942 a 1945)<sup>225</sup> e, presidida, então, por Oswaldo Rodrigues Cabral<sup>226</sup>. Essas mulheres personificavam a missão de *anjo-mãe*, cosoladoras dos aflitos<sup>227</sup>. Num momento quando todos os discursos oficiais e religiosos, bem como na imprensa escrita e falada, convergiam para alertar os perigos de um possível ataque inimigo, muitas dessas mulheres devem ter se engajado nesses cursos, movidas também pelo medo; afinal, havia uma guerra da qual se falava ininterruptamente.

Esse reforço permanente à brasilidade nos anos da guerra, lembrado diuturnamente pela “mídia” da época, discursos e imprensa, pontuava um conjunto de coisas que convergiam para a ameaça do perigo presente, portanto, ao medo. O culto ao valores cívicos e o amor à pátria - patriotismo e brasilidade – mexiam com todos os sentidos, vontando-se para a padronização brasílica. Foi significativo o *Congresso da Língua Nacional Cantada* realizado em julho de 1937, pretendendo padronizar a língua e incorporar critérios civilizadores, homogeneizar práticas culturais como expressão de brasilidade e unidade nacional, uma *guerra nacionalista através da língua e militarização das vogais*<sup>228</sup>; isso num momento em que os falares estrangeiros coexistiam sem tantas restrições. O canto orfeônico, por exemplo, foi uma prática do Estado Novo, direcionada à perfectibilidade da raça, disciplina, moralidade, civilidade, ou seja, o tratamento do corpo, assepsia, gestos, educação por meio do canto coral<sup>229</sup>. Afinal, há mais disciplina e concentração do que milhares de vozes a seguir a batuta do regente com hinos e canções patrióticas?

Num poema intitulado *A Pátria*, a aluna Carmem Cabral resumiu o credo do momento e sintetizou as idéias que eram repassadas nas escolas: *Nossa Pátria formosa, grande, cheia de riquezas é o nosso querido Brasil. / Eu gosto muito da minha Pátria. / Eu sou*

<sup>225</sup> Ofício de Dr. Joaquim M. Neves, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira – filial de Santa Catarina, ao Interventor Nereu Ramos, em 12 de março de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>226</sup> Ofício de Oswaldo Rodrigues Cabral, presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, ao Interventor Nereu Ramos, em 23 de abril de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>227</sup> Estas imagens eram recorrentes na Europa, já na época da primeira guerra, onde *personificando a abnegação, a enfermeira, anjo e mãe, é a personagem feminina mais louvada da guerra*, o que não foi diferente na segunda guerra. THÉBAUD, Françoise. A grande guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY Georges e PERROT, Michelle (orgs). *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Tradução Alda Maria Durães et alii. São Paulo: Edabril; Porto: Afrontamento, 1991. P. 51.

<sup>228</sup> SERPA, Élio. Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937 – “a insensatez maravilhosa da militarização das vogais”. Nacionalismo, raça e língua. In: *Diálogos Latinoamericanos*, n. 3. Centro de Estudos Latinoamericanos – CLAS. Universidade de Aarhus, Dinamarca, 2000. P. 72.

<sup>229</sup> Heitor Villa-Lobos foi o expoente na educação musical da juventude nos anos do Estado Novo, incorporando a disciplina através da música nacionalista. Ver IUSKOW, Cristina. *Brasilidade e embelezamento: o canto orfeônico e a assepsia dos gestos corporais*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis.

*brasileira e amo meu País Formoso. / É nele que nasci e onde vivem meus pais. / O Brasil não é como outras pátrias, onde não existe hospitalidade. Viva o Brasil!*<sup>230</sup>. Noto que havia sentidos diferentes, existiam *outras pátrias*, mas lá não havia *hospitalidade*... talvez entendesse que lá não houvesse o pai (*Pater*) que cuidasse dos seus filhos (*Filis*) como este que administrava o *País Formoso*. A pátria paradoxalmente era feminina! Mas os filhos da pátria tinham um pai (*Pater*) paternal/protetor, que cuidava de seu povo e do seu *patrimônio*. A mãe-pátria não seria a Mãtria (*Mater*)?

Noutra parte do Estado, o sentido mudou de lugar: Santina Medeiros Souza, então aluna de uma escola isolada em Grão Pará (Orleans), rememora que *as crianças alemãs jogavam pedras na bandeira brasileira* durante as comemorações cívicas, provocando ressentimentos nos brasileiros, além de muitas encrencas entre os adultos<sup>231</sup>. João Bosco lembra de como sentia a obrigatoriedade de cantar: *Quem são os cacos que vão me fazer cantar o hino nacional? Que coisa! O hino nacional eu cantei na escola até me cansar! Ouviram do Ipiranga.... não adianta falar as coisa como um papagaio...*, diz, recuperando um fragmento das imposições onde acabavam decorando sem entender nada<sup>232</sup>. Coisas do cotidiano da escola em Rio do Sul. É claro que havia resistências...

Neste capítulo introdutório procurei mostrar os esforços na construção da imagem do perigo, representado no estrangeiro, a produção do medo do “outro”, as estratégias governamentais visando garantir o projeto nacional, concomitante ao esforço de formar sentimentos de brasilidade e patriotismo nos anos da Segunda Guerra Mundial, convergindo para a *luta entre representações*<sup>233</sup> no campo simbólico, produção de imagens que intentaram formar um país homogêneo em nome do “espírito nacional”, ou nacionalismo. Nestas estratégias governamentais, a língua potencializou os embates em torno da nacionalização forçada e “abrasileiramento” dos ditos “alienígenas”, provocando reações na população de origem ou estrangeira, e que fizeram pulular denúncias, como veremos a seguir.

<sup>230</sup> Jornal *A Criança Brasileira*, novembro de 1943.

<sup>231</sup> Agradeço a Celso Oliveira Souza por esta informação, colhida de sua mãe, de 74 anos, em Grão Pará.

<sup>232</sup> BOSCO, João, 76 anos. Depoimento concedido em 09/02/2000, Rio do Sul. Para Marineusa Doerner Olivo, a quem agradeço.

<sup>233</sup> Para uma leitura sobre lutas de representação, de definição de identidades e manipulação de imagens mentais, ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução Sérgio Micelli et alii. São Paulo: EDUSP, 1996. P. 107, 108 e seguintes.

## Segundo Capítulo

### A língua no Tribunal de Segurança Nacional

Da leitura nas entrelinhas dos processos crime, percebo a imprevisibilidade das falas que se entrecruzam, mostrando-me que a guerra era outra. Na fronteira entre as leis nacionalizadoras e as práticas cotidianas, aparecem discursos cujas narrativas se abrem e revelam coisas experimentadas na concretude das relações vividas naquele tempo da guerra, ou depoimentos de testemunhas e acusados, que vêm aos nossos olhos como centelhas chispantes a desafiar a interpretação do historiador. Sim, porque mesmo que quiséssemos ousar descobrir aí algumas verdades, cairíamos tontos! *Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”*. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela lampeja no momento de um perigo, disse sabiamente Walter Benjamin<sup>234</sup>.

Este capítulo pretende contar uma versão possível, a partir das falas contidas nos processos que foram parar no Tribunal de Segurança Nacional, tendo em vista a língua denunciada, além de observar um pouco dos entreveros cotidianos nas escolas, nas casas, nas ruas, coibindo e instaurando o medo na vida das pessoas.

#### A criminalização da fala

O proprietário de uma casa de negócios em Rio Preto (Mafra) foi denunciado porque naquele estabelecimento se falava em alemão. Walter Engel, 61 anos, brasileiro, alegou que o sub-delegado cerceava sua liberdade, que o prendera uma vez por falar alemão, o que fez *por esquecimento*, já que de fato fora avisado que era proibido. As testemunhas conferiram: na casa comercial de Engel falava-se em alemão, bem como nas relações familiares. O caso saiu de Mafra, no dia 30 de abril de 1942, passou pelo Departamento de Ordem Política e Social e foi parar nas mãos dos juizes do Tribunal de Segurança Nacional, no Rio de Janeiro, que decidiram pelo arquivamento; já era 13 de abril de 1943<sup>235</sup>. Casos como este aparecem tanto nos processos crime, quanto nas falas das pessoas e nas inúmeras denúncias registradas nas

<sup>234</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 224. (Obras escolhidas; vol. 1).

<sup>235</sup> Processo crime n. 3.280 – Walter Engel. Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

correspondências oficiais da época (como veremos). O “esquecimento” pode ser lido como resistência, mas também como intolerância das autoridades, haja vista a dificuldade em “trocar” de língua repentinamente. Muitas dessas pessoas, apesar de estarem no Brasil desde o final do século XIX ou início do XX, ainda não falavam o português, dadas as condições do espaço físico (distâncias) e convivência em grupos étnicos (veremos sobre isso).

Ora, aconteciam coisas que parecem comédia: no baile de casamento de uma filha de Jacó Augusto Grassmann, isso em Itapuí (Cruzeiro, hoje Joaçaba), o convidado Jacó Alberto Schneider teria dirigido ameaças ao Inspetor de Quarteirão, Josué Matuella, quando advertido para que não falasse em alemão, *provocando a autoridade*. Jacó deu-lhe uma *bofetada*, ocasião em que o dono da casa (pai da moça) mandou parar a música e os ânimos se exaltaram. Segundo a testemunha Alfredo Treinn, Jacó teria dito ao Inspetor de Quarteirão que *falava como bem entendia e o inspetor não era homem para mandar calar a boca*. Na versão de João Fridolino Rokenbach, todos no baile falavam em alemão; e Jacó não gostou, *quebrou um copo no balcão, enfrentou a autoridade e, na hora do bofetão deixou cair as calças e estava bastante embriagado*. Pedro Emílio Rodhem disse que Jacó *pisou nos pés e arrodia-se*, entrou no baile com *uma ripa na mão*, quebrou o copo, provocou o inspetor e deu a bofetada.... Maximiliano Fredolino Osffaulder, Ignácio Schuffle, Pedro Clarindo Schindewen, Afonso Odilio Grassmann, Manoel Flesch... as narrativas dos testemunhas são hilárias e, pelo que se nota, *o gringo José Matuella era a única pessoa estranha ao ambiente*. O casamento aconteceu em 16 de dezembro de 1942 e o processo no Tribunal de Segurança Nacional<sup>236</sup> foi arquivado em abril de 1943. Em maio de 1943, Jacó teve outro processo correndo, de ordem do Delegado de Cruzeiro, José de Almeida Pimpão, agora por ter falado alemão abertamente, conforme *acusação dos vizinhos*. Este também foi arquivado<sup>237</sup>.

Ainda, também em 1943, dia 1º de junho, deu entrada no Tribunal de Segurança Nacional o processo crime de Andreas Schwarz, natural de Wolynia, Rússia, 47 anos, comerciante, morador de Gustav Richard, Hamônia (hoje Ibirama). Andreas foi apanhado em flagrante, permitindo *o uso do idioma alemão em sua casa comercial, onde fazem reuniões “eixistas”*, conforme Portaria do Departamento de Ordem Política e Social, em 25 de março de 1943. As testemunhas não perdoaram: Manoel Marchetti, Antonio Felício, Ana Martha Werner, Paulo Nickel, João Strelow e Alvino Keunecke declararam que lá falavam alemão; o

<sup>236</sup> Processo crime n. 3.748 – Jacó Alberto Schneider. Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>237</sup> Processo crime n. 3.712 – Jacó Alberto Schneider. Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

proprietário era favorável ao Eixo e faziam reuniões... Este processo foi arquivado no dia 13 de julho de 1943<sup>238</sup>.

Andreas Schwarz foi detido em março de 1943; no dia 8 de junho, o filho, Fridolino Schwarz, escreveu uma carta ao Interventor Nereu Ramos reclamando que o pai estava detido em Hamônia desde 15 de março corrente, não entendendo porque *tamanho infortúnio*. Conta que seu pai tinha vindo para o Brasil com 12 anos, tendo este desbravado o *sertão de Hamônia, carregando nas próprias costas, dezenas de quilômetros, o cal para construir a primeira casa*; que nem seu pai nem sua mãe eram súditos do Eixo, pelo contrário, *há 40 anos dá provas de amar o Brasil como sua Pátria*, tendo, inclusive, um dos filhos como reservista e outro no Tiro de Guerra, custeando-lhes o estudo ginásial para *que aprendessem a língua pátria*. Contundente, evocou *humildemente* que seu pai fosse julgado, e, *se encontrar nele culpa ou crime, calar-me-ei*; caso contrário, rogou que o mandasse de volta para sua família. Anexo à carta, seguiu o informe do chefe da Secretaria de Ordem Política e Social, confirmando que o detido *fala ostensivamente a língua alemã*. Esta carta foi assinada em 12 de junho de 1943, sendo seguida pelo parecer do Capitão do Departamento de Ordem Política e Social: *negue o pedido em apreço*<sup>239</sup>. Era então 14 de junho de 1943. Conforme observei, dia 13 de julho, no Rio de Janeiro, o processo foi arquivado.

Vê-se que do local para o nacional as ordens se desencontram. Penso que, em nível local, as disputas de poder foram mais acirradas, oportunizavam denúncias diante das quais os delegados – a polícia – faziam valer o poder de autoridade. Pode-se inferir que estas autoridades locais nem sempre eram “legitimadas” pelas comunidades, nem socialmente sancionadas, mas aí postas de maneira arbitrária, portanto, alçadas de poderes instituídos, que não as destituía de eficácia, já que oficialmente o faziam em nome de uma ordem social estabelecida. Pierre Bourdieu entende que, diante da ameaça, o discurso político dominante reforça representações em torno de justiça, equilíbrio, ordem social, perigo, para impor *um sentimento de evidência e necessidade*<sup>240</sup> das ações.

Deter supostos infratores, sem maiores explicações, era fazer valer a autoridade. Era *legal* deter e depois averiguar a culpabilidade ou não, cuja pena variava entre ficar horas, dias, meses na cadeia local, ou apresentar-se diariamente ao delegado. Em caso de transgressão, ou

<sup>238</sup> Processo crime n. 3.609 – Andreas Schwarz. Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>239</sup> Carta de Fridolino Schwarz, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, em 8 de junho de 1943. Anexos os pareceres da SOPS (Serviço de Ordem Política e Social) e da DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Ofícios Recebidos de Diversos - Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>240</sup> O autor adverte que as lutas de representação do mundo social são inerentes às lutas de poder. BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 117 e seguintes.

não cumprimento da ordem, era aberto processo e os “mais perigosos” eram afastados da cidade (veremos sobre isso), ou encaminhados para o campo de concentração da Trindade. Por conta disso, as prisões grassaram. Entre 27 de janeiro de 1942 e 27 de janeiro de 1943, foram realizadas 1.227 detenções e abertos 27 inquéritos por reincidência do uso do idioma alemão ou italiano, em Santa Catarina, conforme relatório do delegado de Ordem Política e Social, Antonio de Lara Ribas, detenções estas feitas principalmente em Blumenau, Joinville, Hamônia, São Bento, Rio do Sul, Jaraguá do Sul e Rodeio<sup>241</sup>. Noto que a reincidência equivalia à abertura de inquérito e um possível processo crime.

Mas, por que casos frugais como estes foram parar no Tribunal de Segurança Nacional? É claro o sentido de oportunidade de revanches e intrigas entre vizinhos, mas só isso não explica. A Secretaria de Segurança Pública fez publicar um Edital, no dia 28 de janeiro de 1942, tomando público, dentre outras proibições que veremos adiante, que os estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão: *Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados*<sup>242</sup>. Não consegui saber sobre quais *ordens superiores* se refere o Secretário e não encontrei lei federal com essa normatização e, ao que parece, cabia aos Estados editarem esse tipo de lei, obviamente respaldados naquelas ordens. Esse edital foi, digamos assim, a legitimação que faltava para que a polícia promovesse uma devassa nas colônias, gerando oportunismos de ocasião, muitas vezes indo parar no Tribunal de Segurança Nacional. Desta data, e até o final da guerra, era legal deter qualquer incauto que cantasse, cumprimentasse, ou falasse nos idiomas apontados.

O Tribunal de Segurança Nacional foi instituído, através da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, como um Tribunal de exceção (desligado do sistema judiciário regular), como um instrumento de defesa do Estado a pretexto de punir os “rebeldes” da Intentona Comunista (novembro de 1935)<sup>243</sup>. Pensado para ter vigência temporária, durou até 1945. Com o golpe do Estado Novo e o Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, o presidente e o ministro da Guerra estabeleceram os artigos de providências penais, definindo novas figuras

<sup>241</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Ratton, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.

<sup>242</sup> Edital da Secretaria de Segurança Pública, de 28 de janeiro de 1942, assinado por Francisco Gottardi, Secretário dos Negócios de Segurança Pública em Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. P. 4. Florianópolis. Ver ANEXO II.

<sup>243</sup> O objetivo para a criação deste Tribunal era conter o avanço da classe trabalhadora, o crescimento do Partido Comunista do Brasil e a ação política da Aliança Nacional Libertadora (fechada em 11 de julho de 1935), bem como, respaldado na tentativa de golpe comunista em novembro de 1935, Getúlio Vargas faz aprovar este instrumento de poder militar para julgar crimes de natureza política.

criminais. O Tribunal de Segurança Nacional<sup>244</sup> julgava os seguintes casos: a) crime contra a integridade do Estado, b) contra as instituições e c) crime contra a economia popular<sup>245</sup>.

A Constituição de 1937, absolutamente autoritária e centralizadora, deu a Getúlio Vargas plenos e absolutos poderes de gerir a seu gosto as leis do país. Governando por decretos, excluiu o mandado de segurança (instrumento das liberdades públicas) e, do “estado de sítio” anterior passou-se a um “estado de emergência”, onde todos os atos praticados pelas autoridades da República – presidente, governadores, prefeitos municipais – seriam considerados de “interesse de segurança do Estado”, portanto, legais. Estava pronto o cenário para as medidas repressivas: os decretos de imposição, liberdades cerceadas, garantias individuais negadas. Com a repressão à língua, os incautos falantes e delatados por um vizinho eram então enquadrados na Lei de Segurança Nacional como criminosos que atentavam contra a segurança do Estado. Vimos, nos processos crime arrolados, que o que parecia trivial ou frugal, costume cotidiano, virou crime. E, claro, a população se dividiu, grosso modo, entre delatores e delatados.

A denúncia do idioma não era apenas contra alemães; os italianos<sup>246</sup> eram tão vigiados quanto, e os processos seguem da mesma forma: uma denúncia, o delegado abria inquérito e enviava para o Departamento de Ordem Política e Social; este encaminhava ao Tribunal de Segurança Nacional – ou voltava para maiores investigações, ou era arquivado. Em Urussanga (sul do Estado), o delegado *teve ciência* de que, nos fundos do Hotel Avenida, o dentista Defendi Possamai, 47 anos, palestrava em italiano com Eugênio Fontanella, proprietário do hotel, e resolveu instaurar inquérito *intimidando-se os acusados*<sup>247</sup>, era 21 de abril de 1943. A testemunha, Estefânia Nocolazzi, viu da janela, mas não ouviu em que língua

<sup>244</sup> O Tribunal de Segurança Nacional era composto por um juiz civil e um militar; um oficial do Exército e outro da Armada; um advogado de “reconhecido” saber jurídico, sendo presidido por um ministro do Supremo Tribunal Federal nomeado pelo presidente da República.

<sup>245</sup> A Lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, instituindo o Tribunal de Segurança Nacional, foi publicada no *Diário Oficial da União*, em 12 de setembro de 1936. Um ano antes, em 4 de abril de 1935, com a Lei n. 38, havia sido aprovada a Lei de Segurança Nacional, prevendo já os artigos que viriam compor o TSN. Naquele momento, os opositores do governo foram encarcerados, jornais fechados, jornalistas presos, liberdades de locomoção, reunião e pensamento foram excluídos, greves proibidas e seus organizadores presos e deportados, inclusive os militares que se manifestaram contra a Lei de Segurança Nacional, acusados de crimes de conspiração contra o governo. Sobre o assunto, ver ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo. In: *História*, n. 12. São Paulo: UNESP, 1993. P. 253-271.

<sup>246</sup> Mesmo que os “visados” pela polícia se identificassem como italianos – atributo de identidade –, muitos imigrantes falavam dialetos de origem. A unificação italiana retrocedeu as falas dialetais e fortaleceu o idioma italiano, entretanto, continuaram sendo praticados (a região de Trento até início do século XX, pertencia ao Tirol Austríaco). Em Rodeio e Nova Trento, em Santa Catarina, os dialetos ainda são conhecidos e falados. Ver LENARD, Andrietta. *Lealdade linguística em Rodeio (SC)*. Florianópolis, 1976. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>247</sup> Processo crime n. 4.463 – Defendi Possamai. Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

falavam... O acusado não se lembrava se havia falado em italiano e o companheiro de conversa, bem, esse disse que *falava em brasileiro*. Pelo dito, pelo não dito, em 28 de janeiro de 1944 foi arquivado o processo. Noto que o delegado tinha claro o alcance da ação, ou seja, a intimidação – fazer calar e causar medo, pavor ou apreensão; assustar, apavorar.

No extremo Oeste do Estado, em Xaxim (Chapecó), José Lunardi (italiano, 59 anos, agricultor) palestrava com Zelino Rizzi e José Tubim. Era dia de festa na capela do lugar, e conversavam sobre a colocação de uma abertura de um prédio em construção, de propriedade de Rizzi; foram autuados (já era janeiro de 1945) pelo delegado Dorival Xavier Padilha. Conforme o depoimento do acusado, José Lunardi expressara-se com um “*Dio can e porca pipa*”, sendo que Zelino Rizzi respondera com “*Porco caneco!*”, quando chegou um soldado e o advertiu ser proibido falar italiano; disse que já fora preso por isso, mas o faz *por descuido* já que *tem dificuldade de falar a língua nacional, embora se esforce para fazê-lo*, o mesmo acontecendo com sua esposa, sendo que *somente os filhos falam claramente o idioma nacional*. José Tubim foi tentar se explicar com o soldado, mas foi forçado a ir preso. Segurado pelo braço agarrou-se numa ripa de cerca, sendo puxado e caindo ambos no chão, recebendo um pontapé e um soco na cabeça. Zelindo Rizzi, bem, disse que não falava em italiano; “*Porco caneco*” foi expressão do momento. Como testemunha, o sub-prefeito Francisco Ogliari afirmou que o acusado já falara italiano outras vezes e, por isso, foi preso; Clorindo Robeschin reafirmou a acusação. Em 30 de janeiro de 1945, o processo foi arquivado no Tribunal de Segurança Nacional<sup>248</sup>.

Noto que estas expressões<sup>249</sup> eram ditas – como ainda são – de forma quase instintiva, porém, o sotaque e a linguagem os denunciava. E os identificava. Jacob Mey fez um estudo percebendo a língua como elemento de identificação e relação social, *expressão das necessidades humanas e de se congregar socialmente; a língua é, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se seus membros fossem sua boca*<sup>250</sup>. Na guerra, ou por conta da guerra, uma “guerra de linguagem” se estabelece e faz revigorar (res)sentimentos fortes, revanches e oportunismos. Dizer que ficaram ressentimentos – no plural – merece

<sup>248</sup> Processo crime n. 6.035 – José Lunardi e outros (José Tubin e Zelino Rizzi) Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>249</sup> *Dio can* significa “deus cão” - chamar deus de cão -, extrema blasfêmia para um religioso. Lembro que minha avó ficava possessa quando os filhos brigavam e diziam *Dio can*, *Dio porco* ou *Porco dio* (deus porco), *Porca madona* (Nossa Senhora porca). Giralda Seyfert cita que *Outra característica italiana também foi mantida no Brasil: a blasfêmia, comumente envolvendo o nome de Deus ou de santos*. SEYFERT, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. P. 57.

<sup>250</sup> MEY, Jacob. Etnia, identidade e língua. In: SIGNORINI, Inês (org). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Tradução Maria da Glória de Moraes. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. P. 76 e 77.

cuidados, considerando as diferentes manifestações que, invariavelmente, advêm de rancores, invejas, desejos de vingança, ódios. E se os *regimes totalitários tiveram como estratégia ideológica favorecer a formação de um ódio dominante* para fins de mobilização coletiva, as democracias também os constroem. Numa disputa entre partidos políticos são lançadas *torpezas reais ou imaginárias*, argumenta Pierre Ansart<sup>251</sup>, que via de regra destilavam-se contra os adversários.

Da Comarca de Cruzeiro (hoje Joaçaba), novembro de 1942: Primo Meneguetti, 49 anos, filho de italianos e residente em Três Barras, foi denunciado como sendo um *mau patriota, persegue os brasileiros e protege os súditos italianos*. E vêm as narrativas das testemunhas arroladas no processo crime<sup>252</sup>: acusavam-no de ter o *retrato de Mussolini* em casa, de que alguém gritou “*Viva o Brasil*” e ele teria revidado com um “*Viva o meu cachorro!*”, e que *persegue os caboclos residentes na região*, sendo, portanto, um “súdito” perigoso na concepção dos vizinhos e da polícia. Consta do depoimento do Inspetor de Quarteirão, Sebastião Dias da Silveira, a seguinte versão:

Conhece Primo Meneguetti, e este sempre fala italiano em casa e em reuniões que se fazem lá; e que há poucos dias chegou na venda mostrando um cacete disse “este é para os brasileiros”, e Fernando Jacomelli presenciou o fato e disse que “doravante os brasileiros deviam ser explorados como são os burros”, e que Primo Meneguetti, sempre que há ocasião, hostiliza os brasileiros, possuindo há tempo um retrato de Mussolini e pelo qual já foi preso e o retrato apreendido na delegacia.

Citado, Fernando Jacomelli, 43 anos e trabalhador rural residente em Cruzeiro, foi denunciado e também processado pelo Tribunal de Segurança Nacional, sob a acusação de *falar em italiano na bodega*<sup>253</sup>. Ou seja, era prática da polícia investigar os nomes citados pelas testemunhas ou delatores de forma que se estabelecia uma rede de controle. O juiz da Comarca de Cruzeiro mandou então que se arrolassem testemunhas de defesa, já que Meneguetti constituiu advogado; foram tertemunhas: Luciano Passos (agricultor) Amado B. de Castilhos (sub-prefeito e sub-delegado de Catanduvras), João Guerreiro (criador), Achiles de Souza (comerciante) e Honorato Pacheco (agricultor), as quais inocentaram o acusado. A defesa disse que no Hotel de propriedade de Meneguetti existia na *parede cartões de advertência sobre a proibição do idioma pertinente às nações do Eixo, visto ser de hábito das*

<sup>251</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. Stella e NAXARA, Márcia (orgs). Op. cit., p. 26 e 27.

<sup>252</sup> Processo crime n. 3.585 – Primo Meneguetti. (Apelação n. 1.564). Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>253</sup> “Bodega”- venda, casa de comércio.

populações coloniais onde o acusado reside usarem de “patuas” da língua italiana, o que vai paulatinamente desaparecendo. E mais, o delator Sebastião Nunes é *desafeto* do acusado, já que disputavam o cargo de *Inspetor de Quarteirão*. Nessas pendengas, o Tribunal de Segurança Nacional resolveu por bem absolver Primo Meneguetti; era então 23 de julho de 1943. Pelo jeito os *cartões de advertência* proibindo a língua pendurados na parede não impediam o uso de “patuas”!

Fernando Jacomelli, já que arrolado e por isso processado<sup>254</sup>, disse não se recordar do fato de ter dito na bodega que *“doravante os brasileiros deviam ser explorados como são os burros”*; tinha em sua defesa o fato de ter participação efetiva nas atividades cívicas tendo inclusive auxiliado na campanha para a Aviação Nacional. Os depoentes o inocentaram; e o Tribunal sentenciou, em 01 de janeiro de 1944: absolvido.

Se a língua estava no centro das denúncias, agravavam-se com os preconceitos étnicos contra os brasileiros que se aproveitavam do momento para denunciar o estrangeiro ou descendente - era o momento de desforra! Não eram gratuitos os enfrentamentos: os imigrantes tinham mesmo certa aversão (ou muita, dependendo do caso) para com os “brasiliani”, ou “caboclos”. Faziam emergir conflitos identitários, *onde critérios da identidade “regional” ou “étnica” - como a língua, o sotaque, o dialeto - que na prática social constituem objetos de representações mentais*, acompanhado a reflexão de Bourdieu<sup>255</sup>, eram também lutas de poder. Ou seja, as palavras não são meros signos; são portadoras de sentidos e relações. Observo, nas falas dos processos, confrontos explícitos onde os micro-poderes estão evidentes<sup>256</sup>.

Era, como se vê, e conforme argumenta Neide Fiori, a partir de pesquisas sobre a nacionalização, uma guerra de denúncias e vigilância num momento em que o *não uso do idioma português era considerado um ato de traição à pátria brasileira*, ao mesmo tempo em que falar o idioma estrangeiro *qualificava o falante - se a língua era o italiano, tratava-se de um fascista; se era o alemão, estava-se diante de um nazista*<sup>257</sup>.

Os estrangeiros e suas falas eram vistos como estranhos à pátria, “alienígenas”, portanto, diferentes. Já vimos os embates renitentes entre “caboclos” e os “de origem” na

<sup>254</sup> Processo crime n. 3.836 – Fernando Jacomelli. (Apelação n. 1.955). Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>255</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 107 e 108.

<sup>256</sup> Conforme depoimento a Luiz Felipe Falcão (12/7/1996), Sibila Vargas Pereira contou que, em Gaspar, as pessoas viviam escondidas e eram chamadas de “alemão da banha”, “alemão bunda seca” ou “alemão de merda”. Seu irmão, num baile, deu uma surra em três italianos porque foi chamado de “brasileiro sujo” e “brasileiro cagado”, porém não foi detido já que os italianos foram denunciados por ofensas ao Brasil e ficaram 24 horas na prisão. FALCÃO, Luiz Felipe (2000). P. 203, nota 74.

<sup>257</sup> FIORI, Neide (2001). Op cit., p. 54 e 55.

história da imigração/colonização, mas a língua não era tematizada enquanto questão de segurança nacional, pelo menos não havia sido no contexto da expansão do nazismo e a Segunda Guerra. Se desde o início do século XX<sup>258</sup>, mais particularmente quando da Primeira Guerra, a nacionalização dos estrangeiros consistia um problema a resolver<sup>259</sup>, não houve investimentos que dessem resultados – a língua, a escolarização, as preces coletivas e cultos e as sociabilidades eram realizadas da forma apreendida dos pais e avós. Então, foi com as políticas educacionais<sup>260</sup> voltadas para a alfabetização e com a Carta Constitucional (1934), que a União passou a fixar as diretrizes e bases da educação<sup>261</sup>. O *I Congresso Catharinense Contra o Analphabetismo*, realizado em Florianópolis no ano de 1936<sup>262</sup>, foi um exemplo da preocupação das autoridades com a questão do ensino e a alfabetização.

Medidas já estavam em vigor e, em Santa Catarina<sup>263</sup>, a partir de 1935<sup>264</sup>, reformas e decretos intensificaram a fiscalização em torno da nacionalização do ensino. Nos meses de janeiro e março de 1938, através de Decretos-lei, o governo proibiu o uso de nomes

<sup>258</sup> Silvio ROMERO, Alberto TORRES, Manoel BOMFIM, Afrânio PEIXOTO escreveram alertando para os perigos de os estrangeiros criarem nacionalidades dentro do Brasil. Cf. BOMENY, Helena. Op. cit., p. 153 e seguintes.

<sup>259</sup> Em 1921, a preocupação com a educação das crianças *formadas nos costumes, nas tradições dos pais, só poderia tender para a pátria de origem, constituindo um empecilho à coesão nacional*, alerta um relatório do Inep. Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Nacionalização do ensino. Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC. P. 8. Idem, p. 154.

<sup>260</sup> Quando Vargas assume o poder, em 1930, anuncia um programa de reconstrução nacional e cria o Programa da Instrução e Saúde Pública, cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico através de uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária, emitindo esforços para o estímulo e colaboração direta dos Estados; o perfil é o de “bom cidadão”, colocando o sistema educacional a serviço de sua política autoritária. Cf. HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. P. 01.

<sup>261</sup> Em 1932, teve início a *Cruzada Nacional de Educação – Combate ao Analphabetismo* (comissões executivas nos Estados reconhecida de utilidade pública pelo Decreto n. 21.731, de 15/08/1932). Em Florianópolis, o Departamento Juvenil da Cruzada Nacional de Educação foi organizado no dia 26 de outubro de 1936, e teve na presidência Lausimar Laus. Cartas Recebidas dos Ministérios – PG/MINS – 1935/1940. APESC.

<sup>262</sup> Este Congresso realizou-se de 30 de maio a 6 de junho de 1936. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/40. Palácio do Governo. APESC.

<sup>263</sup> Já em 1920, Henrique da Silva Fontes organiza uma série de livros de leitura para a instrução elementar em Santa Catarina, o que constitui a *Série Fontes*, onde se lê lições da *Cartilha Popular* e dos *Livros de Leitura* dando ênfase na construção do bom cidadão, do patriotismo, normatizações, condutas para meninos e meninas, religião, trabalho, compondo contos diferenciadores de gêneros. Ver SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. *Protocolo do bom cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Também Tathianni da Silva percebe como a *Série Fontes* (re)conduz e (re)atualiza condutas masculinas e femininas nos moldes exigidos pela cultura da época, 1920 a 1950. SILVA, Tathianni C. da. *Série Fontes e a re-atualização das condutas masculinas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: UFSC, 1999.

<sup>264</sup> Em 1935, Luiz Saches Bezerra da Trindade cria o Departamento de Educação subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, e, em 1938, Nereu Ramos o transforma em Superintendência Geral do Ensino da Secretaria do Interior e da Justiça. Em 1942, extingue este órgão e volta a ser Departamento de Educação. Esses órgãos tinham grande poder de mando nas esferas do Estado, e a nacionalização forçada passava evidentemente por ordem do Interventor na concordância destas chefias. Ver FIORI, Neide (1991). Op. cit., p. 124 e 125.

estrangeiros em escolas, clubes, núcleos populacionais<sup>265</sup>, sendo inclusive sugerido que se mudasse o nome de cidades para *apagar tudo que lembre os planos antigos da invasão branca*, realçou um articulista de *A Gazeta: Acabemos com as cidades germânicas (...). Nada de Joinville, nada de Blumenau, de Nova Trento, Novo Hamburgo e por aí afora*<sup>266</sup>. Com esses decretos<sup>267</sup> e a criação, em julho de 1938, da Inspeção Geral de Ensino Particular e Nacionalização do Ensino<sup>268</sup>, acirravam-se a fiscalização e a coação. Nos meses iniciais de 1939 outros Decretos-lei foram mais incisivos nas exigências, inclusive cerceando os pais dos direitos civis, caso não matriculassem os filhos em escolas brasileiras<sup>269</sup>, provocando resistências e estratégias, como o funcionamento de escolas clandestinas em casas particulares<sup>270</sup>.

Essas normatizações provocaram um rebuliço entontecedor nas comunidades onde pouco ou mal se falava, ou conhecia, a língua nacional, mesmo porque até então escolas particulares ensinavam na língua estrangeira. Oportunizavam-se denúncias como esta: em fevereiro de 1938, Ary de Alencastro Guimarães, Inspetor Fiscal, escreveu a Nereu Ramos extensa carta relatando que em Blumenau os professores só *incutem em seus alunos a*

<sup>265</sup> Em junho de 1939, um comandante militar, na inspeção em Hamônia (Ibirama), escreve ao Interventor Nereu Ramos sobre a necessidade de trocar os nomes de lugares para *denominações genuinamente nacionais*. Cita Nova Bremem, Neu Stettin, Ribeirão Herta, Rio Sellin, Alto Sellin, Braço Sellin, Rio Scharlach, Rio Lalisz, Ribeirão Griessbach, Rio Wiegand, Caminho Helvetio, Rio Deneke, Alto Rio Dollmann, Rio Dollmann, Alto Rio Krauel, Rio Krauel Central, Rio Krauel, Krauel II, Ribeirão Moltmann, Ribeirão Stimming, Caminho Stoltz Plateaux. Carta de Emanuel de Almeida Moraes, Capitão Comandante, Ministério da Guerra, Hamônia, a Nereu Ramos, em 6 de junho de 1939. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939-1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>266</sup> *A Gazeta*, 20/03/1942.

<sup>267</sup> Decreto-lei n. 35, de 13 de Janeiro de 1938: proíbe nomes estrangeiros a núcleos coloniais, escolas, clubes; Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938: exige licença da Secretaria do Interior e Justiça para funcionamento de escolas particulares, homenagens cívicas e o ensino dos hinos oficiais, professores natos, etc. *Coleção de Decretos-leis de 1938*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. Citado por MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit., p. 57 e seguintes.

<sup>268</sup> Decreto-lei 124, de 18 de julho de 1938. Idem, p. 66. É sugestiva a criação do Instituto Brasileiro de Ensino Primário - IBEP (Registro n. 1.577, de 23/02/42, Rio de Janeiro), inaugurado em 19 de abril de 1942 em comemoração ao aniversário do presidente Vargas, tendo como patronos todos os grandes vultos da pátria. Of. n. 64, do Professor Manoel Donato de Souza, Diretor Geral Técnico-Fundador e Orientador, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos, em 27 de junho de 1942. Ofício e Programa encontrados em Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC. Em 18 de novembro de 1938, um Decreto federal criava a Comissão Nacional de Ensino Primário, visando a superação do analfabetismo e *nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira*. *Jornal A Gazeta*, 22/11/1938. P. 2.

<sup>269</sup> Isso por conta da alta taxa de faltas/evasão dos alunos nos núcleos coloniais, o que obriga a presença na escola de crianças de 8 a 14 anos, ou, além da perda dos direitos civis, os pais pagariam pesadas multas (exigência da carteira de quitação escolar e registro do senso); exige ainda exames de admissão para lecionar português. Decreto-lei n. 301, de 24 de Janeiro de 1939; Decreto-lei n. 304, de 27 de fevereiro de 1939. *Coleção de Decretos-lei de 1939*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1930.

<sup>270</sup> Em Joinville, a *alegação de insuficiência de vagas para atender aos egressos das escolas recém fechadas correspondia à realidade*, porém, *serviu para encobrir duas formas de resistência teuto-brasileira frente à nacionalização do ensino: o reduzido número de matrículas nas escolas particulares e a evasão dos alunos das escolas públicas*. COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. P. 185.

*grandeza da suposta superioridade da raça alemã, ridicularizando o nosso sangue; faziam teatro, cantavam hinos, propagavam a cultura e executavam o programa nazista, hostilizavam os brasileiros. Denunciou serem germanizados o clero católico alemão e teuto de Joinville, os clubes, hospitais, pastores, citando nomes, relações; disse ainda que nas repartições públicas só se conhecia o idioma alemão, sendo urgente a proibição de conversação em língua estrangeira*<sup>271</sup> etc, etc.

A partir destes decretos, ações de fechar escolas particulares estrangeiras, abrir escolas “brasileiras”<sup>272</sup> e substituir professores, estiveram na pauta das decisões governamentais, e, como é óbvio, isso mexeu decisivamente na maneira de viver e relacionar-se das famílias e da comunidade<sup>273</sup>. Nas correspondências enviadas a Nereu Ramos aparecem muitos pedidos para (re)abertura de escolas relacionadas ao fechamento das escolas particulares. Em 1938, a Sociedade Escolar Serra das Mortes (Canoinhas), *não podendo manter-se em virtude das exigências da lei em vigor*, solicitou a criação de uma escola estadual<sup>274</sup>. De Blumenau, os moradores do Bairro Garcia pediam reabertura da escola estadual, pois o Grupo Escolar “Santos Dumont”, recém inaugurado, era muito longe para um grande número de crianças. Este pedido foi feito através de abaixo-assinado, em dezembro de 1940, com 59 assinaturas, na sua grande maioria de alemães<sup>275</sup>.

De Alto-Paraguassú (Itaiópolis), um abaixo-assinado - 13 assinaturas com sobrenomes alemães – solicitavam que se transformasse o Colégio Particular regido pelas Irmãs de Caridade em escola estadual, isso em abril de 1942<sup>276</sup>. Em Guabiruba do Norte Alta, em janeiro de 1942, 118 alemães e 2 italianos, todos colonos, apelavam pela não transferência do professor Hugo Boss para Barreiros (Canoinhas), já que este estava na comunidade há 18

<sup>271</sup> Carta de Ary de Alencastro Guimarães, Inspetor Fiscal, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 26 de fevereiro de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos – 1938. Palácio do Governo. APESC.

<sup>272</sup> Em 1938, em Santa Catarina foram fechadas 138 escolas particulares, principalmente em Hamônia (Ibirama), Blumenau, Chapecó, Joinville, Indaial, Rio do Sul, Rodeio, Laguna, Orleans, Porto União, Criciúma, Itaiópolis, Concórdia, Caçador, Jaraguá, São Bento, Palhoça, Bom Retiro, Campo Alegre, Canoinhas e Timbó; no mesmo ano foram abertas 99 escolas públicas e 141 escolas municipais, funcionando sob intensa fiscalização. Cf. MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit., p. 107 a 117.

<sup>273</sup> Jaecyr Monteiro mostra que, de 1935 a 1940, cai assustadoramente a frequência e matrícula nas escolas particulares, o que evidencia que a campanha foi eficaz, principalmente com as leis de 1938 e 1939 – o que absolutamente não significa nem que a população tivesse diminuído, nem que as pessoas ‘esquecessem’ a língua de uma ora para outra: faziam de outras formas, dissimulavam. Em 1935, havia 12.033 matriculados em escolas particulares; em 1940, cai para 419. Ao mesmo tempo sobe de 9.288 para 17.460 a frequência nas escolas públicas. Esses dados aparecem em tabelas nas páginas 91 a 98. Idem.

<sup>274</sup> Ofício de Pedro Niedrielski, presidente da Sociedade Escolar Serra das Mortes, ao Interventor Nereu Ramos, em 7 de junho de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1939. Palácio do Governo. APESC.

<sup>275</sup> Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Garcia, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, em 4 de dezembro de 1940. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1940. Palácio do Governo. APESC.

<sup>276</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Alto-Paraguassú, Itaiópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 15 de abril de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

anos<sup>277</sup>. Em Urussanga, o prefeito municipal informou a Nereu Ramos, em outubro de 1942, que as Irmãs da Congregação da Divina Providência, que ali pretendiam alugar um prédio escolar, *são todas brasileiras*. A Diretora Geral era filha de Urussanga e não pretendia fundar a escola, *apenas dar pensão e hospedagem a preços módicos a meninas do interior que pretendem estudar no Grupo e Escola Complementar de Urussanga*<sup>278</sup>. Noutro abaixo-assinado, em dezembro de 1941, 30 moradores de Salto Grande (Bom Retiro) solicitavam a Nereu Ramos que a diretora do Grupo Escolar Santo Antônio, Edith de Almeida Bernardes Ramos, e a professora Ligia Leal de Meirelles, permanecessem no estabelecimento<sup>279</sup>. Em maio de 1943, 61 moradores de Baixo-Salto (Nova Trento), na maioria italianos, imploravam ao Interventor que nomeasse uma professora catequista, haja vista terem sido excluídas da função as Irmãs Catequistas que lá existiam, contundentes no argumento de que *para o bom andamento da vida pública é preciso uma sólida instrução religiosa*<sup>280</sup>.

Esses exemplos mostram a mobilização das comunidades na educação dos filhos, fazendo abaixo-assinados – o que é muito rico, na medida em que se vê assinaturas com letras ilegíveis, tortas, de pessoas que mal escrevem o nome. Ou seja, há vida nesses pedidos, pessoas de carne e osso assinando um papel coletivo em torno do interesse comum. Posso interpretar que num tempo em que calar era uma necessidade, estrangeiros e descendentes resistiam com as táticas que dispunham, juntavam-se e discutiam problemas coletivos; por outro lado, o faziam na espera de que a benevolência do Interventor os atendesse. A escola, desde a fundação dos núcleos populacionais, representava o lugar de adquirir capital simbólico e, porquanto, de “civildade”; nesse momento para os colonos estrangeiros e filhos destes tonava-se imperativo serem “aceitos” na comunidade. Se a escolarização representava uma ruptura com a língua de origem, num processo doloroso, era também salvacionista. Na análise de Christine Revuz, *Quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem*<sup>281</sup>.

<sup>277</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Guabiruba do Norte Alta, ao Interventor Nereu Ramos, em 15 de janeiro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>278</sup> Ofício Zeferino Búrigo, Prefeito Municipal de Urussanga, ao Interventor Nereu Ramos, em 30 de outubro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>279</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Salto Grande, Bom Retiro, ao Interventor Nereu Ramos, em 7 de dezembro de 1941. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>280</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Baixo-Salto, Nova Trento, responsáveis Luiz Tridapalli e Joaquim Voltolini, ao Interventor Nereu Ramos, em 23 de maio de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. APESC.

<sup>281</sup> REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução Silvana Serrani-Infante. In: SIGNORINI, Inês. Op. cit., p. 227.

Em uma longa carta dirigida a Nereu Ramos, o professor particular José Svoboda, de Guiger Novo (Joinville), brasileiro naturalizado (natural da Tchecoslováquia) e com 52 anos, no Brasil há 26 anos, expôs sua *situação desesperadora, sozinho nesta idade não encontrarei outro emprego semelhante*, já que intimado a fechar a escola. Svoboda fez um contundente apelo: sustentava a esposa com 66 anos, brasileira nata e muito doente, disse ter se esmerado na educação das crianças, *nunca trabalhei para uma nação estrangeira, mas pela Pátria e pela Humanidade*. Confiando no caráter *justiceiro* do Interventor, queria continuar a trabalhar na escola<sup>282</sup>. Este é um exemplo de como foi duro para muitos professores ficarem destituídos do emprego – é claro que alguns eram nazistas aficionados, porém, não houve preocupação do governo em averiguar, e mesmo as pessoas comuns eram consideradas perigosas.

Os batalhões militares, por sua vez, encaminhavam a Nereu Ramos as necessidades de escolas. Em julho de 1939, o general Manoel Rebello solicitou a Nereu Ramos a construção de grupo escolar em Mondai (Chapecó) *para abrigar 150 crianças*. Em setembro, um ofício Reservado/Urgente veio da 5ª Região Militar solicitando ao Interventor planos de instalação, dados atualizados sobre escolas existentes, frequência escolar *principalmente das crianças de origem estrangeira, elementos indispensáveis à elaboração de trabalhos por parte do Estado Maior do Exército*, já que chegará em breve um Inspetor Militar para fiscalizar os trabalhos de nacionalização<sup>283</sup>. Em outubro de 1939, o mesmo general informou a Nereu Ramos ter recebido da Diretoria e alunos do Instituto Bom Jesus de Joinville a reclamação de serem *vítimas de informações tendenciosas e inverídicas* de desnacionalização, dizendo ter constatado que o reclame procedia, haja vista haver presenciado que *ali todos os alunos cantam o Hino Nacional e os demais hinos oficiais da República, e no jardim de infância as crianças vindas de casa de seus pais sem conhecer palavra alguma do vernáculo, com apenas oito meses de frequência, já falam mais ou menos corretamente o português (...)*<sup>284</sup>.

Como se vê, a escolarização passou a ser um problema de segurança nacional, com controle direto do Ministério do Exército, através da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba. Ainda em março de 1939, o Comandante Manoel Rebello leva ao conhecimento de Nereu Ramos denúncias que mostram a preocupação do Exército:

<sup>282</sup> Carta de José Svoboda, Joinville, ao Interventor Nereu Ramos, em 2 de outubro de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos - 1938. Palácio do Governo. APESC.

<sup>283</sup> Ofício do General Manoel Rebello, 5ª Região Militar de Curitiba – Ministério do Exército, ao Interventor Nereu Ramos, em 11 de julho de 1939. Ofício Reservado/Urgente do General Emilio Lucio Esteves, 5ª Região Militar, ao Interventor Nereu Ramos, em 26 de setembro de 1939. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>284</sup> Ofício do General Emilio Lucio Esteves, da 5ª Região Militar, ao Interventor Nereu Ramos, em 9 de outubro de 1939. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

- a) Existe em Blumenau um sr. Doering, ex-membro do partido nazista e que foi chefe dos Professores Nacionais-Socialistas (...), a senhora Doering, não podendo burlar as leis (...) percorre várias casas de famílias de origem germânica ministrando as crianças brasileiras não somente aulas em alemão como também pregando o espírito da Nação Alemã.
- b) Em Encruzilhada (Timbó), a antiga escola particular de Hugo Aufder Heide, alemão nato, foi transformada em escola municipal (...) ali o filho Hugo continua ministrando em alemão (...) e muitas são as crianças que a frequentam (...).
- c) Na Linha Leãozinho (Cruzeiro do Sul) existe um pastor alemão, o sr. Hann, mantém por conta dele uma escola onde se leciona só em alemão<sup>285</sup>.

Se aos nazistas atribuiu-se a responsabilidade na propagação da língua germânica, um conjunto de argumentos de natureza político-cultural identificou os alemães como propagadores da ideologia germânica e a escola o lugar desta propagação<sup>286</sup>. Os homens que faziam o trabalho de fiscalização e “degermanização” foram unânimes nesta direção: Hugo Bethlem foi um dos militares que esmerou-se nas críticas aos “vícios” da língua estrangeira em Santa Catarina, ou o *vírus da desnacionalização* com que os *meninos brasileiros eram criados criminosamente*<sup>287</sup>. Mesmo com a repressão em vigor, as resistências eram notáveis. Em janeiro de 1941, três anos após os primeiros decretos nacionalizadores, uma correspondência *Secreta*, enviada a Nereu Ramos pelo comando da 5ª Região Militar, mostrava que não se mudavam costumes apenas com leis. Vejamos o que diz:

- a) Na localidade de Braço do Trombudo (rodovia Lages/RS), no Estado de Santa Catarina, a colonização estrangeira continua, como noutros lugares, a se processar à margem dos nossos costumes, em detrimento da formação brasileira e do espírito de nacionalidade. São populações cujos elementos crescem fora de nosso ambiente e ignorantes de nossa língua, as crianças frequentam a escola onde os professores se esforçam para ensinar a nossa língua, mas encontram sérias dificuldades porque os pais as obrigam a falar o alemão.
- b) Essas escolas não possuem a bandeira nacional, servindo-se nas solenidades de bandeiras por empréstimo, cedidas por antigas organizações integralistas.
- c) Os habitantes, em geral, filhos, netos e bisnetos de brasileiros, se consideram alemães, nada conhecem do Brasil, nem sua forma de governo, extensão territorial, etc., e citam Hansa, Hamônia, Jaraguá, Blumenau, Joinville como cidades alemãs.
- d) Em Rio do Sul, há numerosos núcleos com existência completamente isolada da nossa. Na Sociedade de Atiradores os brasileiros não entram, não podendo compartilhar das mesmas festas dos alemães<sup>288</sup>.

<sup>285</sup> Ofício de Manoel Rebello, Comandante da 5ª Região Militar, ao Interventor Nereu Ramos, em 4 de março de 1941. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939-1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>286</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. P. 149-166. Ver também COELHO, Ilanil (1993). Op. cit.; e BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma* (a campanha de nacionalização em Joinville). Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>287</sup> BETHLEM, Hugo. Op. cit., p. 4 e 9.

<sup>288</sup> Cópia – G/1038 – SECRETO – Ofício de Antônio José Coelho dos Reis, Major Chefe do Serviço Sigiloso/Comando da 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, em 24 de janeiro de 1941. IJ1 “1332” –

Noto então que, se os decretos incidiam sobre as escolas, era imperativo que interferissem sobre as populações “de origem” forçando-as a se nacionalizarem a partir da língua. As correspondências acima são de antes da declaração de guerra; depois, a repressão fica mais acirrada.

Um caso me é deveras esclarecedor. Datado de 6 de junho de 1941, os moradores de São Maurício (Tubarão), enviaram um abaixo-assinado<sup>289</sup> a Gustavo Capanema, Ministro da Educação, *expondo uma coisa muito séria que se passou aqui sobre a educação de nossos filhos: tínhamos aqui no dito lugar uma escola e um ótimo educador que durante seis anos dedicou-se à tarefa; porém, agora, o prefeito Marcolino Martins Cabral removeu o professor Roberto João Tenfen para a escola de Travessão Alto por conveniência de ensino*. Bem, disse o documento que o professor ficaria desprotegido já que *lá nem casa e nem agasalho teria, tendo mulher e 4 filhos para sustentar*, e, com baixo salário, não podia cumprir as ordens do prefeito. O texto é enorme, contundente nos argumentos de que estavam estão sem professor que instrísse seus filhos (eram 50 crianças) como *paladinos da pátria, sem a luz benéfica do a, b, c, (...) nesse momento em que em todos os recantos de nosso Brasil se levanta a santa e benemérita cruzada contra o cancro do “analfabetismo*. Sim, diziam os infra-assinados, *confiados na vossa proverbial bondade e altaneiro espírito e justiça, acompanhado da inabalável vontade de levar a todos os recantos de nosso imenso Brasil (...), onde, por muitos anos viveram sem conhecimento da língua pátria, a flama do saber*, pedindo que o professor Tenfen continuasse na comunidade<sup>290</sup>.

Anexas ao abaixo-assinado estavam cópias de três inspeções na escola- Termo de Visita - em São Maurício. Em 17 de dezembro de 1937, a inspeção foi elogiosa, ou seja, o professor *segue fielmente as recomendações deixadas*, faltando somente *corrigir o sotaque dos alunos estrangeiros*; esta foi assinada pelo próprio Diretor do Departamento de Educação, Luiz Bezzera da Trindade. Em maio de 1939 e outubro de 1940, as impressões dos inspetores continuavam boas. Também anexa, a Resolução n. 118, que transferiu o professor Tenfen, assinada pelo prefeito de Tubarão, em 31 de janeiro de 1941. O sotaque, a variação nasal, os sons da voz são artefatos (feitos com arte) da cultura – *é um dos marcadores sociais mais*

---

Ministério da Justiça e Segurança Nacional – Cópias de Ofícios Recebidos de Autoridades Diversas (1941 e 1942). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>289</sup> São 22 assinaturas, todos homens, sendo 18 alemães, 2 italianos e 3 brasileiros, com firma reconhecida e selos do Estado - Escrivão de Paz Claudio Joaquim Pedro, em 9/06/1941.

<sup>290</sup> Abaixo-assinado dos moradores de São Maurício, Tubarão, ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 6 de junho de 1944. Cartas Recebidas dos Ministérios –1941/1944. APESC.

*poderosos*, conforme Bourdieu<sup>291</sup>, e não há dúvida que é difícil “apreender” a nasalar outra língua com perfeição.

Bem, não tenho como saber se o documento chegou às mãos de Capanema; ocorre que o prefeito de Tubarão encaminhou a Heitor Blum, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades (Florianópolis), cópia de outra inspeção, agora feita no dia 24 de novembro de 1940, pelo mesmo inspetor Bezerra, com outra Representação (termo de visita) do professor Tenfen. Vejamos: esta dizia que, em visita à zona colonial de Braço do Norte e Grão Pará (Tubarão e Orleans), observou *não satisfazerem as exigências nacionais, sendo aconselhável (...) a remoção para meios genuinamente nacionais* dos professores Antonio Steiner (escola de Rio Café) e Roberto João Tenfen (escola de São Maurício), com o argumento de que *o professor Tenfen é bem relacionado com o meio e não pode agir pois na localidade residem muitos dos seus parentes que julgo, salvo melhor juízo, não deseja descontentar. O professor Steiner, conhecendo a língua dos colonos facilita no ensino da linguagem aos alunos*. Essa a justificativa da transferência, dizia o prefeito<sup>292</sup>.

Mas, não acabou. Na data de 14 de setembro de 1942, o Tribunal de Segurança Nacional deu entrada no processo crime de Roberto João Tenfen<sup>293</sup>, agora recheado de documentos, termos de visita dos inspetores, e encaminhado pelo Delegado de Polícia de Tubarão em 18 de fevereiro de 1942. Disse o delegado ser o professor Tenfen

nazista exaltado e que declarara na presença de pessoas que não lutaria contra o sangue alemão, praticando, portanto, sabotagem moral, um anti-brasileiro, elemento pernicioso que faz propaganda à causa nazista e concorre para a desintegração do sentimento de brasilidade nas pessoas que consigo mantém relações, pois, residindo no seio de um agrupamento alemão, mais perigosa é sua presença.

As testemunhas (Pedro Teixeira Colaço, Demétrio Paulo Mendes, Avelino Pereira, Leopoldo Pereira, Bernardo N. May) confirmaram ter ele simpatias pela Alemanha; e o professor Tenfen declarou-se inocente, pois, se antes da guerra era simpático à Alemanha, agora *mudou de idéia e se considera brasileiro*. Nesse entremeio, não tenho fontes para afirmar se Tenfen ficou detido, porém o advogado Pery Dacia Barreto fez a defesa e o acusado foi absolvido, em 5 de novembro de 1942 pelos juizes do Tribunal de Segurança Nacional, por insuficiência de provas.

<sup>291</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 58 e seguintes.

<sup>292</sup> Correspondência de Marcolino Martins Cabral, prefeito de Tubarão, a Heitor Blum, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, em 27 de julho de 1941. Ofícios Recebidos do Departamento de Autônomos – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.

Voltou a trabalhar depois da absolvição? Não sei. Se os homens que assinaram o documento – a ausência das mulheres é gritante, confirmando que mesmo sendo um assunto da educação dos filhos, era uma questão pública, resolvida entre homens - tiveram conhecimento do processo e das inspeções, não me foi possível saber, embora não era prática dar qualquer satisfação nesses casos. O que se pode perceber era a forma como as inspetorias escolares agiam, e, neste caso, o delito constava como um crime de segurança nacional com a possível ligação com a Alemanha

Se os Relatórios da Secretaria de Educação dos anos do Estado Novo estão repletos de denúncias de professores por “germanização” dos alunos, os pastores ligados às Igrejas e comunidades Evangélicas<sup>294</sup> foram potencialmente incriminados, haja vista que nessas Instituições, e/ou por elas mantidas, vicejavam as escolas. Aurélio da Silva Py, tenente coronel e chefe da polícia no Rio Grande do Sul a partir de 1937, reuniu uma vasta documentação sobre as atividades da Igreja Evangélica Alemã naquele Estado, mostrando a influência da religião e da escola na sustentação do nazismo e o “perigo alemão” que representavam. Esta documentação foi publicada em 1942, com o título *A 5ª coluna no Brasil*<sup>295</sup>. Em Santa Catarina, pastores também foram alvos da campanha anti-nazista. Herman Muller Hering (alemão de Stuttgart, 68 anos), presidente da Comunidade Evangélica Particular de Blumenau, foi processado pelo Tribunal de Segurança Nacional, em abril de 1942, partindo de um inquérito policial do Departamento de Ordem Política e Social, em 15 de dezembro de 1941, onde constava o funcionamento de uma escola clandestina mantida nesta Comunidade Evangélica<sup>296</sup>. Nos autos do processo aparecem as Representações da Secretaria de Educação com uma série de denúncias ao estabelecimento, constando que, em 1938, fora fechado e transformado em Colégio Pedro II. Porém, continuava aí, sendo mantido um pensionato/internato de jovens onde *ministrava-se aulas em língua germânica, e que a vida dos internos era exclusivamente germânica*, tendo sido encontrado no quadro-negro palavras em alemão.

<sup>293</sup> Processo crime n. 2.227 – Roberto João Tenfen (Apelação 1.155). Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>294</sup> Sobre o tema, João Klug historiciza a inserção da comunidade alemã em Desterro/Florianópolis, que, inseparável da germanidade, marcou a experiência dos imigrantes germânicos. KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina* (a comunidade alemã em Desterro). Florianópolis: Papa Livro, 1994. Sobre o protestantismo vindo com os imigrantes, Lauri Wirth investiga fatores que influíram no perfil institucional, propondo que se olhe a identidade étnica dos imigrantes, observando ingerência exógenas. WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. In: *Fronteiras: Revista de História*, n. 6. Florianópolis: UFSC, ANPUH, 1998. P. 19-39.

<sup>295</sup> Cf. PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.

São muitos os nomes arrolados, além de terem sido processados também Henrique Martins (ou Martius, russo), Maria Knapper e Cristoph Knapper (alemães), diretor e professores. Foram interrogados os alunos internos Egon e Helmuth Lauterjung, Henrique Geffert, Arno Jeninchen e Hanz Meyer. Bem, todos falam; alguns inocentam, outros acusam. Vem a ficha dos pais dos alunos, a fotografia de Herman Muller Hering frente/lado - o pensionato foi fechado por Decreto estadual, em fevereiro de 1942<sup>297</sup>. Nas declarações dos acusados, os argumentos eram de que os alunos, por não entenderem o português, necessitavam ouvir em alemão para poder traduzir. Henrique Martins (Martius) teve sua vida dissecada, sendo encontrada em sua casa um biblioteca e, sendo que o mesmo emprestava livros (em alemão, é claro) aos leitores interessados, etc, etc.

No dia 10 de abril de 1942, o procurador do Tribunal de Segurança Nacional, Clovis Krupel de Moraes, requereu o arquivamento do processo com a justificativa de que eram poucos os alunos no pensionato, e se assim procediam os professores (ministrar aulas nas duas línguas) era por necessidade premente já que os alunos desconheciam a língua nacional. Ou teria sido a rede de relações de Herman? No dia 6 de abril de 1942, Vasco Tristão Leitão da Cunha, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, escreveu a Nereu Ramos solicitando que interferisse, a pedido de um amigo, dizendo que *a onda totalitária sempre encontrou no Senhor Hering um dique resistente e intransponível de vez que ele sempre foi e é adversário intransigente dessa infiltração nefasta*, agradecendo ao *caro interventor e amigo* pelo apreço do caso sobre a Comunidade Evangélica de Blumenau<sup>298</sup>.

Já o pastor protestante, Werner Andresen, foi considerado “perigoso”: alemão (de Badenfurt, 41 anos), teve sua vida devassada desde janeiro de 1942, acusado por práticas religiosas em idioma alemão em Rio do Testo e, então, encaminhado/afastado para Bom Retiro<sup>299</sup> pelo Departamento de Ordem Política e Social, declarando que suas crianças desconheciam o português e sendo assim os termos bíblicos só podiam ser ministrados em alemão. Em 28 de junho de 1944, entrou no Tribunal de Segurança Nacional o processo de

<sup>296</sup> Processo crime n. 2.154 – Herman Muller Hering e outros (Henrique Martins, Maria Knapper, Cristoph Knapper). Fichário: Tribunal de Segurança Nacional – Santa Catarina. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>297</sup> Decreto n. 1.305, de 3/2/1942. Art. 1 - *É fechado e interditado o Internato dirigido por Christoph Knapper, situado à Alameda Rio Branco, Blumenau, pertencente a Igreja Evangélica. Diário Oficial do Estado, 03/02/1942.*

<sup>298</sup> Carta de Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Gabinete do Ministro, ao Interventor Nereu Ramos, em 6 de abril de 1942. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/44. Palácio do Governo. APESC.

<sup>299</sup> Nos autos deste processo, consta que estavam detidos em Bom Retiro também Germano Reichel, Ricardo Nass, Hugo Kopsch, Leopoldo Koern, Eduardo Dawe, Max Butzke e Berta Kreutzfeld; que, interrogados, dizem que o pastor ensina em alemão, porém, não se envolve em questões políticas. Veremos sobre este lugar no Capítulo 4.

Werner Andresen – os depoimentos de Alcides Silveira, Arthur Birguer, Rodolfo e Ralf Schipman e Vadislau Constanki confirmam que o pastor ensinava em língua alemã<sup>300</sup>. Anexas ao processo há a folha de antecedentes do pastor e as fotografias frente/lado. O problema foi considerado grave: no depoimento de Werner consta que só recebia ordens da sua Igreja, portanto, devia ter ligações com a Alemanha. A sentença sai em 9 de outubro de 1944, assinado pelo juiz Teodoro P. Ferreira, Ministro do Tribunal de Segurança Nacional, onde foi condenado a um ano de reclusão.

Segundo informa Neide Fiori, as *Deutsche Schule* (Escolas Alemãs) tinham uma organização mais complexa que as escolas das zonas coloniais (embora de origens por vezes modestas), e recebiam alunos oriundos *das classes sociais superiores, na maioria das vezes, com raízes culturais germânicas*<sup>301</sup>. Ou seja, nesses locais a germanidade<sup>302</sup> tinha espaço para se proliferar, logo, o fechamento sistemático destas escolas era imperativo. A linguagem é o meio primeiro de transmissão da cultura, relação de poder e domínio. Já sabiam disso os espanhóis quando, em 1492, Antonio de Nebrija convenceu Isabel de Castela a unificar a língua castelhana; também o sabiam os vencedores ao tomarem o Paraguai depois da guerra, obrigando aos nativos o abandono da língua guarani, bem como Getúlio Vargas, ao afirmar que *A língua é um nobre instrumento de afirmação da soberania nacional*<sup>303</sup>. Depreende-se que a nacionalização passava pelas escolas e a língua pontilhava a relação simbólica com a pátria de origem, então questão de segurança nacional. *A língua constituiu-se num dos pilares pelo qual o governo Nereu Ramos consolidou seu poder na sociedade catarinense e projetou-se em todo o país*, relata Cynthia Campos. Ela é elemento de garantia *da homogeneidade cultural e afirmação do Estado, a integridade da nação*<sup>304</sup>.

Consonante a este imperativo, em julho de 1942 um comandante do 13º Batalhão de Caçadores (Joinville) escreveu ao Interventor Nereu Ramos dizendo que, ao visitar uma escola estadual, constatou que das 44 crianças (21 meninos e 23 meninas), 20 delas *não*

<sup>300</sup> Processo crime n. 4.993 – Werner Andresen. Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>301</sup> FIORI, Neide (2001). Op. cit., p. 43.

<sup>302</sup> *Conceito basicamente relacionado com a preservação da língua e costumes trazidos da Alemanha (Deutschum). Para preservar a germanidade, algumas instituições foram fundamentais, tais como a escola alemã, a igreja (principalmente a luterana), os clubes recreativos e a imprensa de língua alemã. Em Santa Catarina, a germanidade foi fortalecida após a unificação dos Estados alemães. A partir daí, o Reich adotou uma política mais agressiva, visando a manutenção dessa germanidade, através do apoio financeiro e humano. No final do século XIX e início do XX, em alguns círculos este apoio extrapolou a dimensão cultural adquirindo uma conotação político/ideológica.* KLUG, João. Fragmentos de vida: Carl Hoepcke e a germanidade em Santa Catarina. In: *Revista Catarinense de História*, n. 4. Florianópolis: Insular, 1996. P. 50.

<sup>303</sup> Entrevista ao “*Paris Soir*”, publicada no Rio de Janeiro, a 19 de julho de 1939. VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943. P 304.

<sup>304</sup> CAMPOS, Cynthia M. (1999). Op. cit., p. 165 e 166.

*sabiam expressar-se em nossa língua, solicitando providências*<sup>305</sup>. Antes, em fevereiro de 1940, o Comandante militar da região do Oeste do Estado relatou a Nereu Ramos que *Os professores que se dedicam à nacionalização, embora que feita prudentemente, sofrem grandes perseguições. Os outros não. Denunciava que O inspetor da Fazenda Montezuma se derrete a favor dos alemães. Em Mondai, Taipas, Rio Formoso e Santa Lucia (distrito de Passarinhos), todos em Chapecó, necessitam de escolas; e, as populações são todas de origem estrangeira e já fizeram até a doação de terrenos para construir escolas, sendo urgente também preencher as escolas vagas de Riqueza, Pirapocú, Palmitos, Fortaleza, Chapéu e Ipe-Peri – o ideal seria a designação de alguns oficiais ou sargentos do Exército como professores de educação física (...)*<sup>306</sup>.

Os intelectuais colaboravam nessa empreitada, como fez Roger Bastide, destacado intelectual francês da época, que, quando, convidado em março de 1943 para uma Aula Inaugural no Instituto de Educação de Florianópolis, concedeu entrevistas a jornais paulistas, cujos trechos foram publicados na *Revista Estudos Educacionais* e em jornais do Estado, com o título “*Os “quistos” raciais em Santa Catarina e o problema da assimilação dos elementos da estirpe germânica*”<sup>307</sup>. Fez, então, observações *a propósito do problema de cruzamento de raças, salientando o enquistamento e a propaganda estrangeira* como resistência à assimilação do estrangeiro; para este sociólogo, *Alemão será sempre alemão enquanto houver enquistamento. Logo, é preciso acabar com os quistos, diluir, distribuir*. Porém, salienta, *para os quistos de formação já antiga, esta redistribuição de pessoas é bem difícil. Daí, não haver outra solução possível além da nacionalização do ensino*.

Bastide enuncia o problema central da repressão: os “quistos étnicos”, ou moléstias, cancos, doenças, bactérias, vírus (células vivas que se reproduzem rapidamente), ou seja, na metáfora, apoia-se na biologia para explicar a necessidade “cirúrgica” dos males da língua, cômico, porém, que com o ensino dar-se-ia a solução. Reproduzindo os discursos da época, nada mais disse do que já estava sendo realizado pela ação militar, em consonância com as diretrizes pedagógicas que, aliás, Ivo d’Aquino, à frente da Secretaria de Educação, afirmara

<sup>305</sup> Ofício No. 1130, de Luiz Corrêa Barbosa, Comandante do 13º Batalhão de Caçadores, Joinville, ao Interventor Nereu Ramos, em 20 de julho de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1942/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>306</sup> Ofício do General Emilio Lucio Esteves, Comandante da Região, a Nereu Ramos, em 9 de fevereiro de 1940. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/41. Palácio do Governo. APESC.

<sup>307</sup> O texto da Aula/Conferência, na íntegra, bem como parte da entrevista, foram publicados na *Revista Estudos Educacionais*, Instituto de Educação, Florianópolis, Ano III, n. 4, junho de 1943. Encontra-se nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis.

com todos os (pré)conceitos no seu livro intitulado *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*<sup>308</sup>.

Através dos processos instaurados no Tribunal de Segurança Nacional, são reveladas algumas formas de como a polícia lidava com a língua, ou seja, na medida em que prendia os sujeitos, os incriminava e os sujeitava a réus, personagens eram construídos, porque enquadrados no discurso jurídico. No esforço de nacionalizar pela unificação da língua, denúncias eram constantes: militares, inspetores (de quartelão, escolares) e vizinhos fizeram com que recrudescesse o medo. Interferindo diretamente nas escolas, nas famílias, e, por conseguinte, nas comunidades, a vida cotidiana foi alterada; homens e mulheres passaram a viver sob rigorosa censura e de certa forma “emudeceram”. Oportunizada a denúncia, ficavam legitimadas as detenções e por esse motivo a intolerância ultrapassou as fronteiras do admissível e entrou nos espaços privados: o medo silenciou e levou à autovigilância; era um tempo de perseguição, de rancores.

### **De sentidos e silêncios: o medo de falar**

Duas mulheres iam pela estrada, iam para a roça, ao trabalho na lavoura. Então uma delas viu uma cobra e não pode avisar porque *uma não podia dizer nada prá outra, não sabia falar em português!* Era em Encruzilhada (hoje Rio dos Cedros), Timbó<sup>309</sup>, e Maria Dallabrida conta como era triste para elas: *as mulheres que iam longe às vezes, sem trocar uma palavra, sem conversar, porque alguém podia ouvir e denunciar. Recorda do silêncio que as acompanhavam e era triste, porque às vezes iam juntas trabalhar e não podiam conversar....* Quando se encontravam pela estrada, vizinhas, conhecidas, *diziam o que sabiam e decoravam: “Que soli quente né!, e iam, só isso. Mulheres que se visitavam também e não*

<sup>308</sup> Editado em 1942, a obra é ímpar em considerações sobre o aspecto etnográfico do Estado, sugestões de disciplina patriótica, necessidade de intervenção nos núcleos coloniais para “conter” a língua. Enfim, a todas as escolas antes chamadas de “estrangeiras” *agora instilavam no corpo da Nação o veneno de um perigoso racismo, afeiçoando às mentalidades de crianças brasileiras as ideologia e mitos (...) de uma outra pátria, em competição com a que verdadeiramente deveriam sentir e amar.* D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942. P. 17-18. Ver também CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

<sup>309</sup> As tensões da campanha de nacionalização em Timbó foram em parte analisadas por VOIGT, Márcio André. *Imigração e cultura alemã no Vale do Itajaí*. Educação, religião e sociedades na história de Timbó (SC) – 1869-1939. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado e História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

*podiam falar....*<sup>310</sup>. Silenciar: era o verbo para se protegerem de denúncias e problemas com a polícia local, ou usar de táticas como esta. Outras falas rememoram estes episódios, e não raro o corpo estranha a memória: vem e recoloca sentidos, por vezes lágrimas; noutras, entremeiam o silêncio. Respeito os silêncios e a dor.

“*Tua fala te denuncia*” (*Lingua tua manifestum te facit*, Mateus: 26:73). Jacob Mey traz instigantes argumentos sobre como a língua denuncia pertencimento a um determinado grupo, recuperando a fala da mulher que pergunta a Pedro se *é um deles* no dia da negação ao Nazareno. Isso teria ocorrido há quase dois mil anos e pode ser pensado para os anos em que a fala de homens e mulheres em Santa Catarina denunciava sua identidade estrangeira: o sotaque, o som saia atravessado – *Que sóli quenti né!* Não há dúvida que as pessoas faziam (re)apropriações de códigos, (re)inventavam; era preciso dizer algo, decorar frases, ou silenciar em absoluto quando alguém desconhecido, ou não amigo, estivesse por perto. Este autor diz que *Um sotaque estrangeiro será sempre notado e comentado e, em ocasiões especialmente infelizes, será usado contra o falante, como no caso bíblico*<sup>311</sup>. Se a fala denuncia, a estratégia utilizada pelas mulheres pode ser avaliada como resistência que confirma fronteiras e reforça a identificação. Proibir a língua – a fala – significou privação de relações na medida em que a linguagem é um processo criador, através da qual as pessoas organizam e dão formas às suas experiências<sup>312</sup>. Nas memórias, o medo vem resignificado nas experiências da privação também nos espaços privados. Maria Dallabrida rememora que

dava medo, porque qualquer pessoa que falasse uma palavra em alemão, italiano, pronto, era preso! E tinham pessoas que espionavam de noite, escutavam na janela para ouvir a conversa; lá na nossa região tinha o Inspetor de Quarteirão, e ele entregava todos. Tinha um vizinho que também espionava. Um dia meu pai foi com a carroça fazer compras em Rio do Sul, e parou não sei com quem e falou duas palavrinhas<sup>313</sup> em italiano e pronto, polícia! Puseram ele na cadeia e mandaram só a carroça de volta.

As memórias dos imigrantes/descendentes são unânimes: a repressão à língua foi dramática e fez com que nas colônias pairasse silêncios e autocontrole, com a presença de espões; se não um policial, era um vizinho, um Inspetor de Quarteirão<sup>314</sup>, um militar de

<sup>310</sup> DALLABRIDA, Maria Conti, 69 anos. Depoimento concedido em 05/07/2001, Florianópolis.

<sup>311</sup> O autor fala sobre a Dinamarca e os conflitos étnico-linguísticos hoje. MEY, Jacob. Op. cit., p. 71.

<sup>312</sup> Cf. FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. *Almanaque 5: cadernos de literatura e ensaio*. São Paulo: Brasiliense, 1977. P. 9-27.

<sup>313</sup> Há vários depoimentos de que foram ditas uma ou duas palavras em alemão ou italiano, e com isso realizada a prisão. Talvez fossem mais, ou frases, ou a forma de dizer, entretanto, dada a recorrência destes depoimentos, a censura, a espionagem, as delações foram incisivas naquele momento quanto à língua.

<sup>314</sup> O Inspetor de Quarteirão – ou “*Capo de Quarterón*”, como se referem os descendentes de italianos - aparece como um “inimigo” presente sempre espionando; tinha a função de fazer cumprir a ordem e denunciava os

plantão. Em casa, as pessoas falavam baixo, sussuravam, e mantinham sempre alguém da família, geralmente uma criança, à espreita de algum desconhecido. Olinda Shappo, na época jovem moradora de Bethânia (Angelina), conta que a *gente só falava em alemão em casa. Fora, na rua, ninguém mais falava o alemão. Tanto assim que as crianças nem aprenderam, os pais ficaram com medo... perderam a língua!* Olinda atendia os fregueses na venda (armazém) da família e me diz que foi um tempo *difícil, calava a boca, não falava! Não se falava de mal (dos outros) mas esses não entendiam, achavam que era de mal deles, né. A gente estava tão acostumada, vinham prá cá fazer compras... então a gente aí dizia uma palavra e a outra dizia “fique quieta aí”!*<sup>315</sup> A contenção pode ser lida com um sentido pedagógico de educação dos sentidos no autocontrole de si. Calar é silenciar, mas é também um percurso de falar, tem o *fôlego da significação*, ou seja, *o sentido não pára, ele muda de caminho*<sup>316</sup>.

Conta um depoente que, em Rodeio, as mulheres *sofriam muito com a perseguição da guerra*, eram muito vigiadas, principalmente quando voltavam da igreja porque costumavam *voltar para casa todas juntas*, conversando em pequenos grupos. Para coibir, a polícia ficava *escondida atrás de postes*, vigiando se falavam italiano – se *pegava, reprimia, ameaçava*.... Nas memórias de Eugênio Depinè vemos como o riso e a fala solta foi silenciada. Conta que neste lugar as consequências da guerra foram drásticas,

então imagina que aqui 90% da população é de origem italiana, eles cortaram a língua. Então nós tivemos que abandonar todos os costumes, nós cantávamos cantigas populares, na roça, quando havia o mutirão para descascar milho, e, tudo isso tivemos que abdicar, simplesmente proibiram, não se podia nem cumprimentar *buon giorno, buona note, buona cera* (bom dia, boa tarde, boa noite) que era preso. O juiz era um carrasco na época: Severino... Pedrosa (de Indaial)<sup>317</sup>.

Esses depoimentos mostram que relações entre vizinhos ficaram dificultadas e para as mulheres, um dos poucos momentos de sociabilidades – à saída da igreja – também fora interdito. É impossível citar aqui as tantas narrativas entrecortadas de rancores e silêncios, porém, estas convergem para o mesmo ponto: a intolerância da polícia para com os

---

incautos. Este cargo não era novo: durante o Império brasileiro, em Florianópolis, o Inspetor de Quarteirão tinha poderes de fornecer atestados de idoneidade moral e boa conduta; eram “espias” ou agentes que denunciavam “deslizes morais” nas rondas noturnas, sempre atentos. Cf. SIEBERT, Itamar. Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro em meados do século XIX, In: BRANCHER, Ana e AREND, Silvia M. FAVERO (orgs). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. P. 231-267.

<sup>315</sup> SHAPPO, Olinda. Depoimento concedido em 15/09/1999, Estreito, Florianópolis.

<sup>316</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997. P. 13.

estrangeiros e descendentes, somada ao medo de espões das relações de vizinhança. Nos espaços da rua, calavam; nos espaços privados, falavam pouco, e mesmo assim com cuidado. Em todas as cidades e vilas do Estado havia vigilância que, por vezes, chegava ao extremo. Em Joinville, um *“auf wiedersehen”* (até logo), num ponto de ônibus, levou Onkel à prisão onde tomou óleo de rícino como castigo – não sem antes dizer ao militar *“eu vai preso mas o meu língua também vai”*. O casal Volkl conversava no quarto de dormir, *era noite, mas um espão “de janela” ouviu e lá fora ele para a prisão; na barbearia do Hoffmann, barbeiro e cliente trocaram duas palavras num dialeto alemão, sem se aperceberem que embaixo da janela estava um policial: prisão!* Conforme relata o depoente, em Joinville, os detidos eram levados para o manicômio Lehmann, localizado nos fundos do cemitério municipal, *um prédio branco alongado com celas e grades de aspecto terrível*<sup>318</sup>.

Festas costumeiras nas comunidades passaram a ser vigiadas e não mais se conversava como dantes; silenciava-se. Era dia de festa na capela da comunidade de Encruzilhada (Rio dos Cedros), lugar onde poucos eram os que conseguiam dialogar em português, e na língua do costume era proibido. Bem, podiam, se não estivessem sendo vigiados por dois policiais de plantão. Domingos Dallabrida Filho assim me contou um ocorrido que ficou na memória coletiva:

Tinha um festa, era em maio, acho que era perto, então os dois policiais foram lá prá cima, na igreja, era no alto, os dois policiais, então era um churrasco, e os policiais queriam comer o churrasco de graça, e o churrasqueiro era um italiano, e tinha uma mesa comprida, naquele tempo faziam a mesa comprida com bancos para comer nas festas. Aí o italiano disse que não, que eles tinham que pagar, comprar o bilhete para comer; e então os dois policiais subiram na mesa e pisaram na comida, no churrasco, andaram de um lado para o outro em cima da mesa! Pisaram com os sapatos e estragaram tudo! E aquilo com o padre junto!! O padre estava na mesa também, o padre João. Então, o que é que o padre fez? O padre foi na igreja, na sacristia, buscar o revólver! Então tiveram que segurar... depois o padre disse que não pegou o revólver, mas todo mundo viu! Ele pegou. Prá você ver como era!! Aquilo aconteceu numa festa religiosa! Botaram todo mundo que estava comendo churrasco prá fora da mesa, eles passaram prá cima e prá baixo em cima da mesa, estragaram tudo! E acabou com a festa, as pessoas foram embora, com medo<sup>319</sup>.

Era possível reagir? Nesta circunstância, ir para casa *com medo* era a mais surda resistência, já que a polícia, como se vê, não tolerava reações e provocava cenas felinianas!

<sup>317</sup> DEPINÈ, Eugênio. Entrevista citada.

<sup>318</sup> Depoimento de J. H. (não autorizou divulgar o nome). Joinville, 3/09/2001. Agradeço a Horst Dieter Hardt a possibilidade destas informações. Sobre este manicômio, veremos no Capítulo 4.

<sup>319</sup> DALLABRIDA FILHO, Domingos. Entrevista citada.

No contexto, Maria Conti Dallabrida, presente durante a entrevista, me diz *que Ninguém podia fazer nada! Ficavam quietos... tinham medo*<sup>320</sup>. A polícia, imbuída dos poderes de reprimir, fazia estes estardalhaços no cotidiano das colônias e provocava uma onda de medo e silêncios. Neste caso, ficaram *quietos*, o que não exclui a possibilidade de muita revolta e que cada um fez sua própria leitura do acontecido. Neide Fiori colheu memórias do Oeste de Santa Catarina, onde os relatos dizem que nos bailes a polícia ficava observando – *elas ficavam com seu revólver enorme*, num tempo em *que a gente vivia abandonado noite e dia, sempre com medo*<sup>321</sup>. *Se recordar e contar já é interpretar*<sup>322</sup>, é também recolocar, resignificar, produzir sentidos. *Os sentidos não são algo que se dá independente do sujeito*, porque *Ao significar, nos significamos*, portanto, *os sentidos implicam a relação da língua com a história, funcionando ideologicamente (relação necessária e simbólica com o imaginário)*, realça Orlandi<sup>323</sup>.

Nas comunidades do interior do Estado vivia-se experiências que minavam a liberdade até então cadenciada no cotidiano, na vizinhança, nas relações comunitárias, na igreja, na escola, nas vendas, na rua. Félix Volpato é filho de Italianos e morava na comunidade de Rio da Glória, interior de Orleans, quando do tempo da guerra. Conta que seus pais *tinham muito medo da polícia, quase não saíam de casa*, já que a língua os traía, e a maioria das pessoas da comunidade tinha *um lugar no mato para se esconder* caso a polícia chegasse<sup>324</sup>. A memória do esconderijo é invocada muitas vezes associada ao medo de hora por outra serem surpreendidos pelos policiais, acabar na delegacia, e ter que explicar-se... em português! Esse era outro tormento: como falar em português com os policiais?

Os encontros litúrgicos foram afetados sobremaneira com a proibição do idioma: cultos em alemão e italiano sofreram com a repressão: (...) *nas capelas a frequência à missa diminuiu por doenças e falta de manejo da língua nacional*, relatou Frei Adriano Koener, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, de Angelina, em fins de 1942<sup>325</sup>. Cantar, rir, brincar: como fazê-lo em português? Margareta Clara Baumgarten Medeiros conta que (...) *fomos muito castigados porque colocaram aqui o Batalhão brabo* (sic), *tudo quanto era a escória do exército veio para Blumenau e (a gente) sofreu muito com isso, não podia juntar*,

<sup>320</sup> DALLABRIDA, Maria Conti. Entrevista citada.

<sup>321</sup> FIORI, Neide (2001). Op. cit., p. 59.

<sup>322</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 1996. P. 60.

<sup>323</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês. Op. cit., p. 205.

<sup>324</sup> VOLPATO, Félix, 77 anos. Depoimento concedido em julho de 2001, Grão-Pará. Agradeço a Marilene Volpato pela possibilidade destas informações.

<sup>325</sup> Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Angelina. *Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1942*. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. APESC.

*conversar ou rir alto, já achavam vindo de alguém, era assim..., não se podia falar uma palavra em alemão (...)*<sup>326</sup>. Na comunidade de Limeira (Brusque), Vilna Pretti foi visitar uma amiga e soube que ela e outra tinham sido presas: *estavam falando e cantando em italiano. Os policiais secretos passaram e ouviram. Ainda foram presas a pé, de Brusque, da entrada de Limeira até Santa Terezinha. Dá quinze quilômetros*<sup>327</sup>. Dessas coisas, ficaram muitas mágoas....

Eugênio Depinè (Rodeio) conta assim: *Esse foi um período em que nossos ex-combatentes estavam na Itália, além disso tínhamos mais essa mágoa de cuidar para não falar nenhuma palavra para não ir preso. Então, seu pai foi intimado a ir até Indaial se explicar com o juiz Pedrosa; esperou que este terminasse o discurso, em silêncio, e depois pediu a palavra e explicou sobre o início, a chegada dos avós, as dificuldades com a escola, a desatenção do governo brasileiro com a educação. Disse que o governo italiano enviou cartilhas e professores: em 1930 eu ainda usei essas cartilhas, tudo em italiano. O juiz se interessou pela conversa de forma que seu pai explicou o porquê muita gente não sabia falar em português; interessou-se tanto que disse Germano, de hoje em diante ninguém mais será preso porque fala italiano. Ele mandou uma camioneta levar seu pai para casa – e a bicicleta com a qual viera estava à bordo - dizendo: *Leva esse cidadão para casa. Ai ele era cidadão. Daquele dia em diante nunca mais prenderam*<sup>328</sup>. Se ficaram mágoas, a resistência também estava presente. Concordo com a análise de Eugênio – precisou explicar-se e convencer o juiz de que era também cidadão.*

Walter Schmoegel morava em Agrolândia e conta *que em público e nas vendas se falava português mas em casa em alemão, com cuidado porque podia ser preso. Do mesmo lugar, Úrsula Grimm mostra que para as crianças se comunicarem era um grande trabalho, pois não podiam falar a língua alemã. Hilda Brillinger morava em Itoupava (sul do Estado) e lembra de uma ocasião quando foi com a mãe para Araranguá, e*

Minha mãe falava em alemão comigo e eu não respondia, a mãe ficava braba, e eu dizia que não era prá falar alemão, e ela ‘mas tem gente aqui escutando?’ Era proibido, sim, não se podia falar o alemão! Ah! tínhamos medo... Nós aprendemos na aula, e minha mãe aprendeu com a gente que tinha que nos ensinar nos estudos,

<sup>326</sup> MEDEIROS, Margareta Clara Baumgartem 84 anos. Depoimento concedido em 08/02/2001, Blumenau. Concedida a Rejane Berka. Agradeço a Rejane e a José Roberto Severino pela possibilidade desta informação.

<sup>327</sup> PRETTI, Vilna Corrêa, 84 anos. Depoimento concedido em 22/11/1999, Itajaí. Concedido a Araci M. da Silva Pinto, a quem agradeço.

<sup>328</sup> DEPINÈ, Eugenio. Entrevista citada.

diz-me Hilda<sup>329</sup>. Em Joinville, na casa de Irma Richter o alemão era a única língua utilizada e quando chegou na escola só sabia *dizer sim e não em português – Até nossa mãe aprendeu com nós, né*<sup>330</sup>. Maria Conti Dallabrida comenta que em sua casa só falavam em italiano e foi difícil quando *na escola começaram a ensinar o português, mas em casa quem fazia tudo era a mulher, porque as tarefas da casa, ensinar as coisas, quem fazia tudo era a mulher...*<sup>331</sup>. Poderia arrolar dezenas de depoimentos, mas deixo assim, por ora.

Estas falas mostram a necessidade do autocontrole, mas também que era preciso aprender o português para ensinar aos filhos, tarefa das mulheres, como o era de cuidar dos pequenos para que não se ‘traíssem’ na língua. Imagine o que era obrigar crianças a calar! Como sair de casa e levá-las? Ou, como obrigá-las a ‘entender’ o português da professora? Essas mulheres acompanhavam a educação dos filhos e obrigavam-se a aprender com eles; eram também elas que levavam os filhos ao médico, à escola, à igreja. Nas suas lembranças encontramos, entremeadas a detalhes e cuidados com os filhos, os sentimentos de agonia, aflição, medo, angústia, insegurança, pavor, mágoa, ressentimento, perdas afetivas e simbólicas. De qualquer lugar social, de classe, ou étnica, a guerra é lembrada como *um tempo de aflição*. Sim, as memórias refletem o lugar, o tempo e o modo como viveram; são para nós *também reflexões sobre ações e sentimentos e não só ações e sentimentos*<sup>332</sup>, ou seja, olhar a experiência não como evidente, mas portadora de significados e subjetividades que se entrecruzam entre a prática e a norma.

Na substituição de professores, muitas mulheres saíram do litoral, geralmente recém-formadas e designadas para comunidades do interior, experiência lembrada pelas dificuldades que enfrentaram com desconhecimento da língua dos alunos (e vice-versa). Vilna Pretti foi lecionar na comunidade de Limeira (Brusque), majoritariamente de italianos e descendentes, e, na sua narrativa:

Eu fui obrigada a aprender a falar o italiano quando fui prá lá, porque naquela comunidade só tinha duas famílias que falavam português. Prá você ver a minha luta como é que foi e eu tinha só 16 anos. Na escola eles mandavam que os filhos dessem a resposta prá mim em italiano. Tinha uma

<sup>329</sup> SCHMOEGEL, Walter, 80 anos; GRIMM, Úrsula, 70 anos. Depoimentos concedidos em janeiro de 2000, a Olga Marcília Grimm, em Agrolândia, a quem agradeço. BRILLINGER, Hilda, 75 anos. Entrevista concedida em 28/12/1999, Turvo.

<sup>330</sup> RICHTER, Irma, 90 anos. Entrevista concedida em 11/10/1998, para Janine Gomes da Silva, em Joinville. Citado em SILVA, Janine Gomes da. Memória de um “tempo de esquecer”: vivências femininas durante a Campanha de Nacionalização em Joinville. Texto apresentado em Mesa Redonda no *XII Simpósio Nacional de História*, Niterói, julho de 2001.

<sup>331</sup> DALLABRIDA, Maria Conti. Entrevista citada.

<sup>332</sup> KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memória de “histórias femininas, memórias e experiências”. In: *Cadernos Pagu: gênero, narrativas, memórias*, 8/9. São Paulo: Unicamp, 1997. P. 345.

canção que a gente cantava assim: sou brasileiro com muito orgulho, digo. E eles cantavam assim: Sou italiano! Sou italiano!<sup>333</sup>

Celina Langui saiu de Palhoça para lecionar em Ribeirão do Boi (Trombudo Central)

e,

então eu cheguei na sala, me apresentei, todos em pé, né. Aí eu disse: “agora vamos rezar”, mandei sentar, e ficaram todos em pé. Aí tinha um que era mais esperto, disse “professora, aqui a gente não fala português”, e eu disse “o Estatuto rege que nós não podemos falar alemão, só em português. Mas de agora em diante vocês aqui na escola não podem falar o alemão, é proibido”<sup>334</sup>.

Ponto. Como fez para lecionar? Soletrou, indicou sons... com ínfimos resultados. Mas deu conta da missão: era ela portadora de um poder estatutário e tinha que dar conta. De Jurerê (Florianópolis), Iracema Brito Andrade foi lecionar em Angelina: *eu morava numa casa que eles não podiam falar alemão, só com uma tia bem velhinha que só entendia alemão, eu dava aula lá. Enfatiza as dificuldades com as crianças, eram alunos de origem alemã, só falavam alemão em casa, né. E tinha muitos daqueles que eram acirrados no idioma, na origem, na tradição deles. Iracema viu-se na contingência de tirar os ‘arranhos’ da língua e os problemas com o sotaque, pois as crianças assim arranhavam muito o português, como Maria eles diziam MaRRia, mas agora rato eles diziam RRato e não conseguiam dizer o RI, RA, então ali era uma dificuldade!, dizer o RI ali era uma complicação, então muitos repetiam o ano por causa disso. Lembra que, às vezes, ficavam dois anos que até repetiam porque os inspetores escolares naquela época não deixavam passar de ano se não falassem o português*<sup>335</sup>.

Irene Pereira da Silva morava em Florianópolis. Mal formou-se no Curso Secundário e Normal no Instituto Estadual de Educação e foi lecionar em Rio do Testo (Pomerode). Nas suas palavras,

autoritarismo, medo, horror, violência, mortes de jovens conhecidos ou não, pois que as ideologias da época buscavam exacerbar o civismo, o patriotismo, a defesa do solo, dos mares e dos ares, traduzindo em solenes comemorações de datas. (...) O combate ao nazismo, ao fascismo, ao

<sup>333</sup> PRETTI, Vilna. Entrevista citada.

<sup>334</sup> LANGUI, Maria Celina, 65 anos. Depoimento concedido em 19/07/1999, Palhoça. Agradeço a Manoel da Silva pela oportunidade desta entrevista.

<sup>335</sup> ANDRADE, Iracema Brito, 75 anos. Depoimento concedido em 03/09/1999, Jurerê, Florianópolis. Agradeço a Regina Bittencourt Souto a apresentação da depoente.

comunismo e suas consequências, levado a efeito pela censura trazia até nós notícias favoráveis aos americanos no norte, através de revistas e do rádio<sup>336</sup>.

E tem tantos outros relatos... Roseli Zimmer mostra as estratégias na degermanização e nacionalização em Rio do Testo, quando, em 1939, o Exército ocupou as dependências da Indústria de Laticínios Passold até 1945. Muitas pessoas foram presas por falarem em alemão e *a população foi tomada pelo medo*, muito embora demonstrassem em público ter aderido à assimilação, longe dos olhares, em casa, mantiveram a língua alemã. Mostra a autora que, até então, *os líderes comunitários propagavam os preceitos do Deuschtum e deles utilizavam-se para estabelecer uma distinção social, econômica e política na comunidade*, mantendo a posição de poder no grupo<sup>337</sup>.

Essas mulheres viveram a experiência de ser professora no tempo em que a ordem era nacionalizar a qualquer custo. Eram enviadas justamente para os lugares de maior concentração de estrangeiros e descendentes, contribuindo para um discurso de “missionárias”, na qualidade de dedicadas patriotas, ou seja, *Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres*<sup>338</sup>. É pertinente salientar que, se a grande maioria ocupava na função de professoras, os inspetores eram todos homens. Percebo que às mulheres era destinado o ensinar, como ser mãe, inscrita na construção cultural dos gêneros, sim, mas também numa clara distinção entre quem comanda, ordena e quem deve obedecer. Os papéis estavam demarcados e a elas cabia papéis secundários nas esferas da hierarquia do poder. Delas esperava-se que cumprissem a missão de mães e esposas e se preocupassem com o bem-estar dos maridos, filhos, pais, irmãos na defesa da pátria e da nação<sup>339</sup>. Lembro que nos anos da guerra já estavam perfeitamente adequados os papéis de mãe e professora, produzidos nas décadas anteriores: delas dependia o bom cidadão, e, nas palavras de Capanema, *é a mulher que funda e conserva a família, e é ao Estado, pois*, (que)

<sup>336</sup> SILVA, Irene Pereira da. Contexto do desenvolvimento profissional. In: NUNES, Zenilda Lins (org.). *Histórias de professor*. v. 2. Florianópolis: Edeme, 1996. Coleção FUCAPRO. P. 53 a 57.

<sup>337</sup> ZIMMER, Roseli. *“Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil”*. As manifestações de germanidade em uma festa teuto-brasileira. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. P. 37 a 42.

<sup>338</sup> SOUSA, Cynthia Pereira et alii. Memória e autobiografia. Formação de mulheres e formação de professoras. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 2. ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Mai/ago.1996. P. 67.

<sup>339</sup> Os jornais anunciam os *Festivais pró-FAB – Força Aérea Brasileira* -, as *encantadoras festas* em prol da aviação e dos homens que estavam defendendo o país e o continente americano, promovidas por *senhoritas da sociedade*, mostrando o lugar delas nesta guerra. *Jornal O Estado*. Florianópolis: 02/10/42; 6/10/1042, dentre outros.

*compete, na educação que lhe ministra, prepará-la conscientemente para esta grave missão*<sup>340</sup>.

Se no século XIX, pelas teorias médicas, eram as mulheres tidas como incapazes e pouco dadas ao raciocínio<sup>341</sup>, aos poucos a mãe/professora vai ganhando contornos e dela dependerá, então, o futuro dos cidadãos – a pátria as chama. E no calor da campanha e da guerra, eis que atendem à missão de ‘abrasileirar’ os pequenos. Teriam todas ido de bom grado? Mesmo aquelas que nada entendiam da língua e cultura alemã e/ou italiana, e acabavam por morar em casa destas famílias nas colônias? Posso pensar que para estas famílias a presença da professora representava a repressão, interditando as relações cotidianas dos espaços privados. Por certo, foi difícil para ambas as partes. É possível imaginar os silêncios e gestos, a contenção da fala e dos sentidos...*As palavras são múltiplas, mas os silêncios também o são*, seguramente, de acordo com Orlandi<sup>342</sup>. Estabeleciam-se relações de cumplicidades e solidariedades, tornando possível a convivência.

E as crianças? Bem... Irmã Anunciata Virgini lecionava em Ascurra no tempo da guerra, e na sua narrativa noto como as crianças mediavam situações delicadas:

(...) pois até teve uma vez que nós rezávamos o terço em latim e andaram dizendo em Florianópolis que nós rezávamos em italiano(...). Então, o padre-diretor já respondeu prá eles que não foi em italiano, então ele disse (o inspetor) que é bom que um aluno da escola mesmo responda para ele e o aluno respondeu “nós não rezamos em italiano, nós rezamos em latim, em italiano eu nem sei rezar”, e depois veio a resposta. Isso foi no tempo da perseguição das línguas em 45<sup>343</sup>.

<sup>340</sup> No Estado Novo, as mulheres eram vistas como *útero reprodutor de vida e valores*, ou seja, o que interessava era *manter as mulheres sob controle, para que exercessem seu papel de reprodutoras da nação*. Cf. REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de destinos: mulher e educação*, São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993. P. 91. Sobre a trajetória da construção da professora, nas Escolas Normais, ver LOURO Guacira Lopes. *Mulheres em sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997. P. 443-482. Sobre debates no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a respeito das ações que marcaram na área da saúde, educação e cultura no Brasil, ver GOMES, Angela de Castro (org). *Capitana: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

<sup>341</sup> A sociedade moderna, apoiada nas filosofias iluministas, constrói um arcabouço de exclusões, e o corpo passa a ser esquadrihado e controlado à medida de seu uso como mão-de-obra necessária à nova ordem. As teorias médicas passam a justificar as diferenças de papéis para homens e mulheres, cabendo a elas as funções da casa e da maternidade. A Teoria Ovariana foi o mote da construção das diferenças, excluindo as mulheres da esfera pública/cidadania por sua ‘fragilidade’ e natureza maternal. Sobre esse assunto, ver ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). Op. cit. Sobre os saberes médicos e as recepções no Brasil, ver FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A medicalização do sexo ou o amor perfeito*. In: SILVA, Alcione da et alii. (orgs). Op. cit., p. 203-234.

<sup>342</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli (1997). Op. cit., p. 29.

<sup>343</sup> Irmã Anunciata nasceu em Luiz Alves, em 1908. Depoimento citado em DALLABRIDA, Norberto (coord.) *Memória das Escolas Ítalo-brasileiras no Vale do Itajaí (1875-1930)*. Florianópolis: UDESC/FAED, 1995. Projeto de Pesquisa CNPQ. Relatório. Entrevista 3.

A autoridade e a fala autorizada do inspetor era incontestável, e, se amedrontava, punha sensibilidades e resistências que as crianças respondiam com astúcias: *em italiano eu nem sei rezar*, responde à lei, desafia. Sim, as crianças conviviam e sobreviviam com astúcias aos imperativos do momento.

Observo que o latim era a língua utilizada nos ritos oficiais das missas católicas até o Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965, quando quebra-se esta tradição e passam a ser ministradas em vernáculo corrente<sup>344</sup>. Por conta disso, os depoentes relatam que só nessas ocasiões (ritos oficiais) o latim era permitido, porém ocasionava muitas encrencas, principalmente porque os policiais não sabiam diferenciá-lo do italiano. Se a criança acima enfrentou o inspetor, Lino Hoffman (Nova Trento) conta que numa ocasião foi intimado com outros companheiros, porque *nós cantávamos em latim na igreja, era da congregação, cantávamos em latim e ele acusou que era em italiano. Ele era italiano também, aquele porco nojento! Deus me perdoe, ele já morreu; queria aparecer e me intimou na delegacia*. Informado, na delegacia, sobre o porquê da prisão, ficou injuriado, quis saber quem o delatara, ao que respondeu: *Primeiro, ele, (o delator), vá aprender o que é latim e o que é italiano, e se ele é italiano o que ele quer agora?? Então eu disse as últimas*. Mandaram chamar o delator e a confusão estava formada...<sup>345</sup>. Essas coisas aconteciam nas fissuras da guerra; provocavam sentimentos diversos e muita raiva.

A ousadia das crianças não era, certamente, mero rompante momentâneo: não o fariam sem que houvesse a construção de identificação na própria família e na comunidade de pertencimento, localizada na cultura, mas mais precisamente no frente a frente com o outro. Se de casa vem o desejo de ‘ser italiano’, o processo de identificação não é um mero sentimento isolado das relações. Sendo que a etnicidade pressupõe *processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores influenciam-se e são influenciados pelos outros na base da dicotomia Nós/Eles, estabelecidos a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais*<sup>346</sup>, é possível visualizar o confronto/conflito étnico inscrito na cultura e na intolerância para com os diferentes. *Na escola nós éramos chamados de alemães sacanas, alemães safados né... eu não ligava porque eu sabia que eu era brasileira, eu amo a Alemanha, um país maravilhoso, amo mesmo aquele*

<sup>344</sup> O Concílio Vaticano II provocou mudanças significativas na Igreja Católica - litúrgica, pastoral e teológica - , dentre elas os rituais passaram a ser em língua vernácula, abolindo o latim, o padre voltou-se para o público – antes rezava de costas para os fiéis. Essas mudanças foram implantadas em Santa Catarina no final da década de 1960. Agradeço ao historiador Norberto Dallabrida estas informações.

<sup>345</sup> HOFFMAN, José Lino, 83 anos. Depoimento concedido em 17/02/2001, Nova Trento. Concedido a Anderson Sartori, a quem agradeço a colaboração.

*país, meus filhos têm dupla cidadania, mas eu sou brasileira!*, enfatiza Lair Scheidt Hoeller<sup>347</sup>, rememorando sua adolescência em Palhoça. De Joinville, Margarida Kortmann, com seis a nove anos naqueles anos de guerra, conta que os brasileiros subiam nas casas de alemães e *desenhavam aquela suástica*, uma marca de *cruz*; nas brincadeiras de crianças, diante de qualquer desentendimento, *eles chamavam de 5ª coluna – Ho!, seus 5ª coluna*. Diz a depoente que *Aí a gente ficava quieto, né. Que a gente era de origem. Dava medo*<sup>348</sup>.

Não há nenhuma segurança de que o preconceito fosse unilateral: se aqueles que se identificavam como italianos e/ou alemães se permitiam desafiar a ordem – e a língua –, os brasileiros também os viam como diferentes. Ainda hoje em diferentes regiões do Estado repetem-se chavões depreciativos, por certo apreendidos nas relações anteriores, no confronto: chamar de *“italiani tuti ladri”* (italianos todos ladrões), *“alemão papa-pirão”*, *“alemão batata”*, *“alemão da banha”*, ou *“bunda branca”* significa inferiorizar/depreciar o outro ao mesmo tempo em que se demarcam fronteiras simbólicas – *elas tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo do qual nos tornamos*<sup>349</sup>.

No processo de identificação, há um sentido de representação/auto-representação: Lair Scheidt Hoeller tinha 20 anos no tempo da guerra e na sua leitura *nós éramos crianças de educação superior, porque os alemães já criavam os filhos com outra educação, outro pensamento. Então a gente sabia quem a gente era*, me diz na entreconversa, salientando que *na Barra (do Aririú<sup>350</sup>) era só gentinha, naquele tempo era uma coisa! De vez em quando tinha um entrevero defronte a casa*, em Palhoça onde morava. A depoente tem claro: *realmente o grau de vida dos alemães era bem superior que o dos brasileiros, economicamente, moralmente e intelectual também, né*. Professora aposentada, Lair fala com convicção: *eles eram/são diferentes. Eu sei que botaram uns paus lá na ponte pro pessoal da*

<sup>346</sup> POUTIGNAT, Phillippe e STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 198. p. 141.

<sup>347</sup> HOELLER, Lair Scheidt, 77 anos. Depoimento concedido em 19/07/1999, Palhoça.

<sup>348</sup> KORTMANN, Margarida. Depoimento colhido por Irene Sprung, em 07/10/1998, Joinville. Citado em SILVA, Janine Gomes da. Op. cit.

<sup>349</sup> *Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões de “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”*. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? Tradução Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. P. 109.

<sup>350</sup> Barra do Aririú situa-se na área próxima do mar, em Palhoça. Na década de 40, lá moravam pescadores, na maioria populares. Hoje ainda há pescadores residindo ali, entretanto, a especulação imobiliária fez com que casas de praia polvilhassem o lugar.

*Barra do Aririú não voltar... eles eram ignorantes, e tinham raiva porque eram pobres, passavam fome*<sup>351</sup>, relata Maria Celina Langui.

Essas representações provocaram, de um lado, revanchismos dos brasileiros, de outro, revolta e afirmação de identidades/resistências. Pouco se tem escrito sobre como as crianças “sobreviveram” à intolerância dos inspetores, professores, policiais, no entanto, a memória restitui um pouco das subjetividades e do medo. Na Escola Germano Timm (Joinville) J. H. estudou de 1941 a 1944, onde episódios como esse aconteceram durante as aulas: as professoras (descritas como morenas, de salto alto, muito maquiadas e com sotaque ilhéu<sup>352</sup> carregado) permitiam que alunos descendentes de alemães fossem *humilhados com cusparadas*, chamados de “*quinta-coluna*”, termo este que mais tarde foram entender. Naquela época, *os discursos nacionalistas eram inflamados na escola, chegando-se a subir nas mesas e dizer que era necessário “arrancar os olhos azuis”*<sup>353</sup>.

Em Lages, a aluna Elizabeth Feldhaus Martinhago, com apenas sete anos e sem dominar o português, na ocasião de um dia Sete de Setembro, no tempo da guerra, conta que:

Eles fizeram um mundo de discursos. Eu estava parada, quieta e... daí uma professora me empurrou na roda e disse: “Canta sua quinta coluna.” Mas eu só pulava junto porque eu não sabia cantar. A gente tinha que pular junto porque a gente não sabia cantar em brasileiro, cantiga de roda, como eles estavam cantando<sup>354</sup>.

Noutro depoimento também de Lages, Alice Mendonça conta da brincadeira: *Segunda, terça, quarta, quinta coluna, quinta coluna!... elas faziam aquela marcação... ‘Alemão batata! Alemão batata!’ e mais uns palavrões atrás*<sup>355</sup>. Em Mondáí, o professor foi preso por ter dito “*hold*” (pare), e a escola ficou três dias fechada. Quando reabriu, o professor *voltou mas com muito medo e ele disse: “olha, a agulha está em cima da mesa, se vocês falarem alguma coisa eu costuro a boca!* Faziam então as tarefas em silêncio e com muito medo, conta o depoente a Neide Fiori<sup>356</sup>.

<sup>351</sup> HOELLER, Nair Scheidt; LANGUI, Maria Celina. Entrevistas citadas.

<sup>352</sup> Sotaque ilhéu – da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>353</sup> J. H. Entrevista citada.

<sup>354</sup> MARTINHAGO, Elizabeth Feldhaus, nascida em 1925. Entrevista realizada em Lages, a 12 de fevereiro de 1997. Citada em BRANCO, Juçara de Souza Castello. Op. cit., p. 61 e 62.

<sup>355</sup> MENDONÇA, Alice, nascida em 1931. Entrevista realizada em Lages, em 16 de janeiro de 1998. Idem, p. 41.

<sup>356</sup> Entrevista colhida em abril de 1993, em Mondáí (SC). Noutro depoimento, a mãe de um aluno, em Pomerode, foi detida e levada para Rio do Sul, para o 32º Batalhão de Infantaria; avisada do ocorrido, a professora foi até lá na tentativa de libertá-la na qualidade de professora de seus filhos, argumentando conhecer a referida senhora e nada podia esta ter feito de agravante para ser acusada. Sem sucesso, disse ao comandante militar: “*Se ela ficar presa pelo Exército, eu fico junto, permaneço com ela*”. Pouco depois, foi libertada. Citados em FIORI, Neide (2001). Op. cit., p. 60.

Na comunidade de São Martinho (Tubarão), nos anos de guerra as crianças sofreram *todas as formas e requintes de repressão* ao mesmo tempo em que os professores eram substituídos por luso-brasileiros de Imaruí. Foram *anos de terror e medo* aqueles, conforme relatos colhidos por Valberto Dirksen: certo dia, as crianças colhiam borboletas e a professora ouviu um menino gritar “*Hier ist noch cin*” (aqui há mais uma), esquecido da proibição. Laudevino Ern teve que ficar de castigo, de pé em frente a uma parede branca, onde o sol batia em cheio; a professora continuou dando aula e o menino chorava. Então, *Uma poça de sangue banhava seus pés em virtude de um sangramento no nariz por causa do calor do sol contra a parede*<sup>357</sup>. Levado por um colega para casa, voltou em seguida para a escola... A família tinha claro, por certo, as consequências dessa “transgressão”.

Não há dúvidas quanto ao uso do poder que faziam os professores e inspetores escolares, dos abusos cometidos. A visita de inspetores escolares são lembradas com terror.

Havia inspeção de inspetores e perguntavam para os alunos sobre os conteúdos repassados pelos professores, e, houve castigos severos com professores e alunos onde incluía ficar de joelhos para os alunos; e prisões, tomar óleo cru, surras para os adultos. A professora dentro da sala ensinava português, mas no pátio a conversa era em alemão,

relembra Alberto Kanitz (Agrolândia)<sup>358</sup>. Os inspetores escolares gozavam de elevado *status* e exerciam controle da aprendizagem. Nas visitas às escolas nas colônias (geralmente multisseriadas) davam palestras e inquiriam os alunos sobre o aprendizado, os quais, obviamente, tinham que responder em português. Os professores avisavam os alunos que o inspetor ia chegar – *então a gente cantava um hino bem bonito na chegada dele e todos iam preparados, de uniforme, tudo bem caprichado, e bem limpinhos, ficavam bem quietos... De seis em seis meses ele vinha na escola, fazia perguntas para os alunos*<sup>359</sup>. E, claro, ai do(a) professor(a) que não tivesse dado conta do recado, principalmente no ensino da língua portuguesa! Os Termos de Visita, ou relatórios de inspeção, constituem o documento que visava principalmente detalhar o andamento da escolarização, com ênfase no desempenho do professor. Em outras palavras, era o instrumento de controle e podia ser usado para destituir da função, ou mesmo aplicar sanções, esquadrihar.

<sup>357</sup> DIRKSEN, Valberto. *Viver em São Martinho*. A colonização alemã no Vale do Capivari. Florianópolis: Ed. do Autor, 1995. P. 143 (Capítulo IV – Escolas e Educação).

<sup>358</sup> KANITZ, Alberto, 73 anos. Depoimento concedido em janeiro de 2001. Concedido a Olga Marcília Grimm.

<sup>359</sup> As memórias de ex-alunos e ex-professores que estavam nestas relações nos anos da campanha de nacionalização e da guerra, são unânimes nos relatos quanto ao poder dos Inspetores e o medo que causavam nas visitas; respeito e medo se juntam. Este depoimento, em específico, foi colhido em Sertão do Campo, interior de Palhoça, citado em: MARTINS, Paulicéia Isabel. *Memórias da escolarização dos anos 30 e 40 numa área rural do litoral catarinense*. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: UDESC, 2000.

Não há dúvidas de que essas práticas provocavam medo nas crianças: os descendentes de estrangeiros tinham dificuldades de se expressar em português, diminuíam-se diante dos outros, emudeciam e recebiam castigos. Aos que se expressassem e escrevessem corretamente a língua, o destaque e enaltecimento. A língua, como veículo essencial das relações, constrói identidades e designa uns e outros, exclui e inclui. Naquele momento, exclusão posta para os que não dominassem o português.

Posso afirmar que a campanha de nacionalização no governos de Vargas e Ramos foi uma forma de violência imposta, negação das diferenças culturais, excluindo e negando o outro porque pensava de outra forma, falava outra língua. A antropóloga Françoise Héritier mostra que, nas formas mais evidentes, *a intolerância é sempre, essencialmente, a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a SI, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta*<sup>360</sup>, ou seja, destruir pela negação mas principalmente pela aniquilação simbólica. Porém, não sejamos ingênuos: tolerar não significa aceitar. A intolerância, via de regra, se dá no confronto relacional, ou relações de poder e, no caso das relações durante a Segunda Guerra Mundial, em Santa Catarina, a intolerância para com os estrangeiros e descendentes era também uma resposta aos preconceitos destes para com os brasileiros, e de larga data. Sem culpados ou inocentes, portanto. O que não quer dizer que devemos aceitá-la como natural, pelo contrário.

Compreender os sentidos do medo não é simples, porque só os encontramos nas expressões corporais e falas miúdas, muitas vezes tensas. Mas, se já mitigadas as dores com a distância temporal daqueles anos, as pessoas que lembram dão-nos outros discursos, ou *também sinais de riqueza destinados a ser avaliados, apreciados*<sup>361</sup> e, portanto, analisados na historicidade das experiências dentro de relações de um tempo e lugar. Noto que houve, naqueles anos de guerra, de um lado, um bombardear de discursos patrióticos e produção de sentidos que não podem ser vistos como homogêneos – embora esse tenha sido o esforço supremo da formação da brasilidade –; de outro, ficaram marcas, rancores, ressentimentos. Talvez o mais forte tenha sido a tentativa de educação dos sentidos para a submissão, na medida em que todas as ações convergiam para a obediência às leis impostas. O silêncio foi um dos castigos que deixou marcas fundas, marcas simbólicas e reais – uma *pedagogia do silêncio*, nas palavras de Vitor Tomelim, ao mostrar como se constrói demônios a serem

<sup>360</sup> HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). Op. cit., p. 24.

<sup>361</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 54.

exorcizados quando a liberdade e o direito são cerceados e as imposições engolem os desejos<sup>362</sup>.

Nas franjas desta “outra” guerra, muitas pessoas foram parar nas delegacias e no Tribunal de Segurança Nacional, culpabilizados do crime de não ter aprendido a falar corretamente a língua nacional. Na maioria das vezes eram denunciados por vizinhos ou inspetores, tendo, obviamente, que se explicar em português. As narrativas dos processos e das falas mostram que as relações cotidianas sofreram interdições movidas pelo medo, lugar também das resistências e dissimulações, de conflitos e solidariedades. Além da língua, ou também assentados neste motivo, outros conflitos emergiram no calor da hora, arroubos de oportunidade e revanchismos políticos que perpassaram pelas esferas da Igreja e do poder público, assunto que abordo no próximo capítulo.

---

<sup>362</sup> O autor, descendente de italianos trentinos (SC), mostra – e o faz a partir de sua própria experiência - como a educação autoritária presente no processo de socialização dos colonos italianos, cerceou liberdades, processo dolorido de “mortificação do Eu”. TOMELIN, Vitor. *Pedagogia do silêncio*. Blumenau: Editora da FURB, 1992.

### Terceiro Capítulo

## Denúncias e revanches no calor da hora

Aqueles anos de guerra foi um tempo de “caça” aos ditos traidores da pátria: delações foram comuns, aparecendo nas cartas encaminhadas às autoridades: relatos ora doloridos, ora precavidos, ora prenhes de intenções e desconfianças, ora apelativos. Padres, bispos, delegados, coletores, prefeitos, juizes, inspetores e outros sujeitos das relações públicas não foram poupados das redes de intrigas. Ganhos, perdas, sentimentos eivados de patriotismo e revanches pessoais aparecem nos processos crime, nas missivas e memórias – são sujeitos, homens e mulheres a tecerem a teia destas tramas.

Este capítulo enfoca tensões, primeiro nas relações do Estado com a Igreja Católica e Evangélica, as quais eram potencialmente visadas nas suas práticas, já que faziam uso da língua alemã ou italiana nos cultos, e a maioria dos padres e pastores eram de origem estrangeira; segundo, os enfrentamentos nas esferas do poder público, onde as rusgas particulares afloram oportunizando denúncias e oportunismos.

### O clero no centro das atenções

Era março de 1943 quando Pio Freitas, então Bispo de Joinville, viu-se na obrigação de responder a Nereu Ramos<sup>363</sup> sobre a identidade e as atividades do padre Sebastião Atela, autor de imensa documentação<sup>364</sup> enviada ao *Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Sr. Presidente da República, Palácio do Catete, Rio de Janeiro*, escritas em Joinville, em fins de outubro e início de novembro de 1942. Padre Atela disse revelar a *verdadeira, atual e real situação dos estrangeiros, em Santa Catarina*, focalizando atividades anti-nacionalistas praticadas pelo clero neste *país esquisito*, onde, *se aplicarmos por aqui, em Joinville, Blumenau, Hansa, Mafra e outras metrópoles do pan-germanismo o conceito de Pátria, (...) vemos que tencionam os teutos fundar novas pátrias ou transportar a sua, para essas plagas.*

<sup>363</sup> Ofício (cópia) de Pio Freitas, Bispo de Joinville, Joinville, ao Interventor Nereu Ramos, em 17 de março de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943 – Palácio do Governo. APESC.

<sup>364</sup> Toda a documentação está carimbada com a palavra “Cópia”, ou seja, as correspondências endereçadas à Presidência da República eram dactilografadas e devolvidos ao Interventor Federal do Estado, do que se depreende que os originais ficavam nos arquivos da presidência. Ofício (cópia) do Padre Sebastião Atela,

Ora, essas idéias eram absolutamente recorrentes no momento. Giralda Seyfert ressalta a concepção de nacionalidade para os alemães, ou a síntese do pensamento étnico expressada na palavra *Deutschbrasilianertum* (germanismo teuto-brasileiro), ideologia esta concebida por jornalistas e intelectuais de origem alemã, bem como por padres católicos e pastores luteranos<sup>365</sup>.

Dizendo-se orgulhoso e admirado com a visão *quase divinatória* do presidente, reconhecendo-lhe *na qualidade de maior estadista, o de visão mais ampla, esclarecida e brasileira que o Brasil já possuiu*, avaliando a importância da política nacionalizadora com *ordens peremptórias de drástica e sumária execução*, o padre parece ter necessidade de afirmar-se conivente e absolutamente conectado com o processo nacionalizador. Diz-se convencido de que a prevenção do tratamento para o *mecanismo da obra de desnacionalização que mais alimentava ou alentava a seiva do vírus sarcomático*<sup>366</sup> dos *quistos minoritários* era de fundo cultural, educativo, mantido pelo clero secular, católico e protestante, e *pelos governos da origem deles*. O teor das missivas era claro: denunciar o clero católico e protestante de Santa Catarina e de Joinville por manterem educandários *dirigidos por cidadãos sem cores de patriotismo, ou melhor com tendências duvidosas* onde encontram-se os *arianosinhos*, e ali transmitem, *como o leite materno, à inocentes brasileirinhos, filhos de nosso solo pátrio, a mística de seu idioma, o exotismo de suas ideologias... verdade irrefutável da realidade sobre o emaranhado trevoso que é Santa Catarina*. E assim continua, jurando fidelidade aos postulados políticos do novo regime.

Padre Atela escreveu no calor da guerra, momento em que a perseguição aos “eixistas” estava no auge e por isso mesmo suas denúncias mereceram a atenção dos governantes. Na enorme carta diz-se conhecedor de muitos Estados do Brasil, mas é em Santa Catarina onde *a variedade de paisagens étnicas e nosológicas*<sup>367</sup>, *em meio de densa porcentagem de colonos estrangeiros* aparece a *arrogância dos alienígenas que dominam este trato de terra, impondo-nos vantagens raciais...* Vai delineando um mapa histórico e geográfico da colonização, filosofando sobre raças e a teoria do espaço vital alemão, dizendo provar *que os alemães não têm boa intenção; alimentam idéias inconfessáveis. Os japoneses, idem, em potencialidade mais remota, para as Américas. Os italianos, idem, de um modo agressivo, depois das reivindicações de seu chefe*. Denunciou os alemães de enriquecerem com *a tática que visa*

---

Joinville, ao Presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943, Palácio do Governo. APESC.

<sup>365</sup> SEYFERT, Giralda (1990). Op. cit., p. 84 a 86.

<sup>366</sup> Sarcoma – tumor maligno (do latim *sarcoma*)

<sup>367</sup> *Noso* (latim) – doença, pode-se ler paisagens doentes.

*proteger os seus patrícios* – eram auto-suficientes, arrogantes, alienígenas -, e que *mesmo os nascidos aqui se dizem alemães*, não consentindo que seus filhos se casassem com brasileiras (curiosamente, não o inverso). Disse ainda que *que os alemães têm um padrão de vida 100% superior aos brasileiros*, melhores casas, mais higiene, melhor amparo religioso, por isso o *saldo da natalidade é uma ameaça que favorece os alemães*. Mais:

Se o governo Estadual não tomar fé do assunto e não proteger os brasileiros, auxiliando-os a se desvencilharem deste complexo de inferioridade que os teutos traidores criaram, a raça brasileira desaparecerá, porque pobres e desamparados apoiam os dados estatísticos da mortalidade contra a natalidade a favor dessas coelheiras dolicocefalas<sup>368</sup>.

A prole alemã - *arianosinhos, coelheiras* de cabeça grande e crânio largo que se reproduz melhor, já que mais afeita ao trabalho e à organização e, porquanto, com melhor padrão de vida - contrastava com a prole brasileira, de raça inferior, produzindo nesta o *complexo de inferioridade*. Todavia, numa leitura mais apurada, Atela estava justamente nomeando os *teutos* como melhores. Ao comparar, utilizou a xenofobia tão propalada desde finais do século XIX, só que tentando virar o espelho -, a eugenia da raça foi e continuava sendo o mote para projetos de nação branca e civilizada, mesmo que neste momento se afirmassem as possibilidades da raça brasileira de “regenerar-se” através do trabalho e da disciplina. Conforme avalia Helena Bomeny, os alemães formam o grupo que mais despertou a preocupação das autoridades, devido às características de grupo estrangeiro fechado em torno de sua própria cultura, língua e nacionalidade, mantendo as características étnicas e laços com a nação de origem. Porém, a forte ligação com o trabalho e obediência civil provocam um *misto de admiração e medo* já que neles, e não nos brasileiros, estava o ideal a ser atingido no Brasil. Em Oliveira Viana lemos que *a herança da colonização deixou nos brasileiros um complexo de inferioridade*, ou a marca do contraste, na medida em que os núcleos estrangeiros não tinham o que nos sobrava: debilidade, anemia, doença, enfim, o que impedia a nação de ter orgulho nacional<sup>369</sup>.

Teria o padre Atela conhecimento das idéias que circulavam sobre o “branqueamento” da raça brasileira? À medida que “enfeiou” os alemães, e temeu pela decadência da raça

<sup>368</sup> *Dolico* – longo, comprido, grande.

<sup>369</sup> BOMENY, H. Op. cit, p. 152-153. Aliás, no projeto nacionalizador de Vargas, principalmente com o Estado Novo, tendia para o crescimento das idéias preconceituosas geradas bem antes. Lucia Lippi de Oliveira observa que a trajetória dos intelectuais engajados nos projetos de nação, desde fins do século XIX e início do XX, contribuiu decisivamente para as raízes do pensamento político-cultural do Estado Novo, dentre os quais pode-se citar Alberto Torres e Oliveira Viana, portadores de ideologias inspiradas nas teorias racistas, divulgadas na Europa e acolhidas no Brasil de forma decisiva. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. P. 10 e seguintes.

brasileira com o argumento de extirpar os quistos doentes e controlar a natalidade dos cabeçudos, ancorou-se na biologia para enunciar os *Preventivos para os males conhecidos em suas origens e não na sua crosta epidérmica, exigem recursos terapêuticos que o ataquem na causa e não nos efeitos*. Ou seja, há *virulência e insidiosidade do processo de expansão desse micróbio sociológico*. Para tanto, propôs criação de um Clube de Assistência Social de Joinville, sugerindo-o como filial da Legião Brasileira de Assistência e acordado pelas autoridades judiciárias, militares e municipais da cidade; e impressiona a rigidez e os ideais cívico-patrióticos do ideário fascista, divididos em seções infantil, juvenil e adulto, cercando os integrantes na maos completa disciplina, desde a área doméstica até a contabilidade, saúde, etc. Para tanto, seriam dados cursos, cujo lema seria “*Mensana in corpore sano*”.

Atela terminou sendo mais contundente nas denúncias ao clero alemão do Sul e às ordens religiosas em geral, que *utilizam instrução alemã, porque os seus alunos todos são descendentes diretos de estrangeiros, com sotaque alemão na pronúncia portuguesa*. O clero católico de Joinville rezava em alemão, tinha letreiros e evangelhos, arquitetura, paramentos, santinhos, etc, tudo em língua alemã. *Como o aluno da escola terá gosto de estudar a nossa língua portuguesa, vendo os sacerdotes pronunciá-la, barbaramente, como o fazem?*, perguntou-se. Então, afinou a narrativa para dizer que garantia e provava de que o bispo de Joinville, apesar de ser mineiro, *é um homem de proa pois seu clero é alemão ou de outras nacionalidades, sem um brasileiro*. (grifo do autor) E continuou:

O filho de alemão nascido em Santa Catarina, não pode ser tido como brasileiro, porque se dizem alemães, e o são mesmo pelo caráter e educação, aliás, o Reich considera alemão, ariano os tais uns, embora nascidos em qualquer parte. Não os desejamos os tais de dupla nacionalidade e personalidade.

Exmo. Dr. Getulio Vargas, o mal que o Clero Católico faz é tão grande, quanto mais é praticado ostensivamente, sob tutela do conceito e respeito que o brasileiro até o governo faz e presta ao Clero, tido na conta de patriota. Se fosse patriota não ia se submeter ao manejo dos alemães, falando, pregando e confessando em alemão. Ademais usando até os proclamas de casamento em alemão.

Em defesa do Brasil peça V. Excia. a remoção incondicional de todo este clero cúmplice do nefando crime de traição por ter auxiliado a obra desnacionalizadora de S. Catarina. Permute esses espíões por clero brasileiro do norte ou centro, antes que seja tarde. De V. Excia., am. (amigo) correligionário ardoroso. Palácio Episcopal – Joinville, 29-10-1942.

Não havia dúvidas para Atela: o clero traia ostensivamente o Brasil e mantinha redes de espionagem, com a cumplicidade do bispo. Queria o padre as benesses do Presidente? Estaria ele pleiteando um cargo, mesmo que fosse dirigir a tal Associação que propunha? Ou seria mesmo um patriota embevecido? Quem sabe mesmo um espião? Talvez incomodado

com os pares do clero? Por que escreveu diretamente ao Presidente da República e não a Nereu Ramos?

Voltemos ao início: o Bispo de Joinville, Pio Freitas, se viu na contingência de responder ao governador e ao presidente sobre as denúncias, e disse não ter *visto o dito manifesto, dele tive notícia, a qual seu autor não quis me confirmar*. Informou que conheceu o Reverendo Sebastião Atela, em setembro de 1942, na ocasião de um Congresso Eucarístico em São Paulo e, *sendo esse brasileiro*, permitiu que viesse para Joinville (Diocese). Porém, logo observou que *era extremamente surdo, esquisitão, desconfiado e irrequieto*, sendo que

Nunca saiu da cidade para conhecer outros lugares da região, não podia ouvir facilmente o boato das turbas porque era surdo, apenas formou suas impressões em conversas com particulares, entretanto achou de enviar um manifesto ao Sr. Presidente da República, criticando o que se faz aqui para a nacionalização e apresentando sugestões.

Disse ainda ter ficado *bastante descontente*, mas que sempre havia confiado nos homens públicos que receberam o documento. Segundo sua opinião, que o *Reverendo usou de tal procedimento para chamar a atenção sobre si e ganhar importância, simulando mais zelo que os outros e explorando um assunto que lhe parece favorável aos seus fins*, tendo-o feito *sem critérios nem competência*, sendo que *difícilmente se livrará da pecha de caluniador ou ao menos acusador leviano e semeador de intrigas*. Terminou dizendo que o padre não viu, não presenciou o que estava sendo feito em prol da nacionalização, porquanto não estava qualificado para criticar diante do supremo poder da Nação. E o faz com protestos de *muita estima e profundo acatamento do servo dedicado*.

Para além das denúncias, por certo com interesses escusos do padre, esse episódio deve ter provocado um desconcerto rocambolesco nas bases da igreja católica em Santa Catarina<sup>370</sup>. Pio Freitas – bispo de Joinville e principal acusado – precisou de muita diplomacia e polidez na resposta ao documento, do qual, como diz, desconhecia o teor; entretanto, seu discurso foi enfático ao colocar-se pronto a acatar as ordens do governo. Se a Constituição Estadual de 1935 garantiu o ensino religioso facultativo<sup>371</sup>, e no mesmo ano um

<sup>370</sup> Observo que a estrutura de funcionamento hierárquico da igreja católica em Santa Catarina inicia efetivamente em 1824 com a criação do Arciprestado – fiscalização da igreja. Em 1890, cria-se o “Bispado do Paraná e Santa Catarina”; em 1908, a Diocese de Florianópolis, com a posse de D. João Becker, substituído em 1914, com a posse de D. Joaquim Domingues de Oliveira. Em 1927, D. Joaquim torna-se Arcebispo do Arcebispado de Florianópolis e são então criadas as Dioceses de Joinville e Lages. Quando ocorre a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Santa Catarina contava com um Arcebispo (Florianópolis) e dois Bispos (Joinville e Lages). Cf. PIAZZA, W. F. *A Igreja em Santa Catarina – notas para sua história*. Florianópolis: IOESC, 1977.

<sup>371</sup> Constituição do Estado – 1935. *Título VII – Da Educação e da Cultura. Art. 138. – O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias,*

Decreto-lei passou a regulamentar o ensino religioso nas escolas públicas<sup>372</sup> assegurando a colaboração entre Igreja e Estado, no Estado Novo esta aliança se efetivou. Em Santa Catarina, foi mediada pelo Interventor Nereu Ramos e o Arcebispo Metropolitano, D. Joaquim Domingues de Oliveira, aliança esta capaz de proporcionar o sentido de brasilidade e o ideal de nacionalização, inclusive com a revitalização da imprensa católica, que parte para uma *campanha de higienização e moralização contra o embrião do liberalismo, do comunismo, do nazismo, do protestantismo e do espiritismo*<sup>373</sup>.

A aliança entre os poderes espiritual e temporal ancorou o processo de construção de sujeitos responsáveis pela promoção de um Estado – e um Brasil – tecido de almas patriotas e produção de sentidos. Em 1941, por exemplo, durante o ritual de entronização do crucifixo, no Instituto de Educação de Florianópolis, *entram no salão nobre D. Joaquim D. de Oliveira e o Dr. Nereu Ramos, lado a lado*, conforme cita o jornal *O Apóstolo*, e, sob o aplauso e vivas, *A imagem do Redentor... unindo com seus braços abertos o Pavilhão Auri-Verde e o Pavilhão Papal... Por Deus! Pela Pátria!*<sup>374</sup> Era, como se vê, uma apoteose, e é claro que havia cumplicidade entre os poderes, afinal, a pátria sacrossanta não poderia olvidar-se de que a igreja interferia enormemente nos meios educacionais e na formação das almas. Imagino a força dramática e suntuosa da cena, as vestes e símbolos – *o poder em cena* que eleva a máxima potência os sentidos, comove, convoca, exalta, sublima. Sim, *o espetáculo visual é suficiente, não sendo necessárias palavras*, argumenta Balandier<sup>375</sup>. O ritual define quem está qualificado para falar, e *define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso*; fixa a eficácia e efeitos das palavras a quem está se dirigindo, coage. *Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para*

---

*profissionais e normais*. Ver PIAZZA, Walter (org.). *As Constituições do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1984. p.251. Esta Constituição foi promulgada em 25/08/1935.

<sup>372</sup> Decreto-lei n. 64, de 09 de agosto de 1935. A aliança entre Igreja e Estado já vinha desde a criação da Diocese de Florianópolis, em 1908, reafirmada nos anos de 1925 (Terceiro Sínodo da Diocese de Florianópolis), com o foco nas escolas paroquiais, devido ao crescimento do número de paróquias, ligada, principalmente, a expansão da colonização de imigrantes europeus no Estado, e mantendo boas relações com a elite política, obviamente com significativos ganhos. Cf. DALLABRIDA, Norberto. A menina dos olhos: a Diocese de Florianópolis e a educação escolar na Primeira República. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. P. 145-152.

<sup>373</sup> Cf. SOUZA, Rogério Luiz de. *A construção de uma nova ordem*. Catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945). Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. P. 60.

<sup>374</sup> Um *Sublime Ato Cristão e Brasileiro*. Jornal *O Apóstolo*, Florianópolis, 15/06/1941. Este jornal foi fundado por D. Joaquim, em 1929, órgão da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro, e foi propulsor dos princípios cristãos, morais e também patrióticos em todo o Estado de Santa Catarina.

<sup>375</sup> BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. P. 12. (Coleção Pensamento Político).

os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos, argumenta Foucault nas análises sobre a eficácia e ordem do discurso<sup>376</sup>.

D. Joaquim Domingues de Oliveira foi um desses homens do clero cujo discurso autorizado/qualificado esteve à frente nas relações de boa vizinhança com o poder político em Santa Catarina, durante o período de 1914 a 1967. Conforme argumenta José Artulino Besen, D. Joaquim era convicto de que a religião – o cristianismo – era o baluarte da civilização, da verdade e justiça; um *democrata antiliberal* para quem a sociedade só poderia sobreviver com autoridade de Deus. Opunha-se ao conceito universal de mandato popular, mas via na democracia um regime defensor do bem comum e na ditadura um regime anticristão, sendo assim, entendia o Estado Novo como uma democracia plena imbuído da idéia de que o regime realizava os anseios do povo, já que administrava os bens populares. Portanto, *O homem deve servir a Pátria e não servir-se da Pátria*, disse<sup>377</sup>. Em 1942, no sermão à Páscoa dos Militares, publicado no *Diário Oficial*, assinala que *da marcha que o Estado Nacional vem determinando ao nosso País, que tem à sua frente, guiando-o através de escolhos e emboscadas, a nobre e serena pessoa de seu eminente Chefe*<sup>378</sup>. Ou seja, D. Joaquim tinha clareza da necessidade do comprometimento da Igreja com a ideologia política do momento.

Artur Cesar Isaia mostra que esse alinhamento da Igreja com a ordem do Estado autoritário getulista após 1930, hipotecada pelo cardeal Leme, trazia avanços e aumento decisivo de influência frente ao poder, mantendo projetos próprios, o que significou a aceitação das diretrizes capitalistas frente ao medo do avanço comunista. Em outras palavras, essa união Igreja e Estado efetivamente oportuniza seu projeto de nacionalismo católico e o combate aos inimigos ateus, principalmente o comunismo. Após 1937, a Igreja passa a fazer parte do bloco do poder aliado às classes dominantes e instrumento capaz de docilizar o povo e torná-lo útil aos objetivos governamentais. No Rio Grande do Sul, como ocorria em Santa Catarina com D. Joaquim, D. João Becker estava perfeitamente alinhado aos auspícios de Vargas<sup>379</sup>.

<sup>376</sup> FOUCAULT, Michel (1996). Op. cit., p 39.

<sup>377</sup> Cf. BESEN, Pe. José Artulino. *Dom Joaquim Domingues de Oliveira*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1979. P. 49 a 64.

<sup>378</sup> *Diário Oficial do Estado*, em 07/05/1942.

<sup>379</sup> ISAIA, Artur Cesar. *O cajado da ordem*. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo. Porto Alegre, 1992. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O jornal *O Apóstolo*, fundado por D. Joaquim em 1927, de postura anticomunista<sup>380</sup>, perpassa a guerra reproduzindo fragmentos dos discursos do presidente e falas do governador, sempre denunciando o comunismo<sup>381</sup> e o nazismo<sup>382</sup>, divulgando normas de comportamento e observações sobre o esforço de guerra<sup>383</sup>, avisos do *Diário Oficial*, notícias enfatizando a crueldade de Hitler e Stálin e, na contrapartida a necessidade de somar esforços na defesa do país, da pátria, da nação e, claro, rezando muito para tudo isso. Na construção dos inimigos, os comunistas foram o alvo mais constante, embora não os únicos; os integralistas, nazistas, judeus foram o alvo em determinados momentos, e deixando de ser caçados na medida em que perdiam sua função como inimigos. Os comunistas continuaram perseguidos no pós guerra, nas ditaduras militares, sempre na esteira das ideologias do momento<sup>384</sup>. Getúlio tinha claro: o comunismo era o mais perigoso inimigo da civilização cristã, cujo veneno exótico disseminava as forças do demônio, legitimando a repressão e, claro, instigando a necessidade do controle social<sup>385</sup>, principalmente após a Intentona Comunista, em 1935, e o fechamento da Aliança Nacional Libertadora – ANL, em 12 de julho do mesmo ano. Ora, os comunistas e militantes/simpatizantes sofreram nas prisões ou foram deportados<sup>386</sup>, havendo, inclusive, após 1935, um pacto entre o Brasil e a Alemanha na caça aos comunistas, tendo Filinto Muller à frente das negociações.

Mas, o que fazia essa união tão profícua, haja vista que as ordens religiosas femininas e masculinas eram estrangeiras? Élio Serpa mostra como as elites catarinenses aproximaram-se da igreja quando, logo após a proclamação da república, foi preciso promover novas práticas devocionais para controle e remodelação das condutas e socibilidades. Para tanto, o

<sup>380</sup> Nos anos de 1930, este jornal católico denuncia constantemente o fascismo e o comunismo, construindo a imagem do medo. Com o título “Teocracia, Democracia e Satanocracia”, em 1935, diz: *Vive-se num mundo dominado por uma força que não é divina nem humana, mas diabólica. O Apóstolo*. 01/02/1935.

<sup>381</sup> Para ilustrar, a imagem de Deus aliada à Pátria como baluarte do anticomunismo foi o teor do discurso proferido pelo paraninfo das Magistrandas do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1943, Monsenhor Harry Bauer. *Revista Pétalas*, dezembro de 1943.

<sup>382</sup> No dia 15/09/1942, *O Apóstolo* assim anuncia: *Hitler ou Stálin? Nenhum. Nem nazismo nem comunismo. Porque ambos são maus, ambos negam a liberdade e os valores do espírito. Ambos condenados pela Igreja, ambos perseguidores da fé, adotando o evangelho da violência, inimigos de Deus e da Igreja. Peçamos a Deus que livre o Brasil tanto de um como de outro. Corremos fileira ao lado de nosso Governo para que a defesa da nossa liberdade, da nossa fé, do solo querido que Deus nos deu!*

<sup>383</sup> Em 01/12/42, com o título *Dever de cada um e de todos*, publica normas do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, na acolhida ao esforço de guerra, com entusiasmo, etc.

<sup>384</sup> Cf. RODEGHERO, Carla. Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf/Editora Universitária, 1998. (Série Ciência Histórica).

<sup>385</sup> Cf. DUTRA, Eliana. Op. cit. Na parte I do livro, Comunismo e anticomunismo, a autora analisa discursos de Vargas e nota o enorme apelo emocional contra os comunistas. P. 33 a 89.

<sup>386</sup> É conhecido o drama de Olga Benário, deportada para a Alemanha, em 1938, perecendo num campo de concentração nazista. Luiz Carlos Prestes ficou preso até 1945; também Graciliano Ramos e Sobral Pinto, dentre outros, foram feitos prisioneiros. Sobre Olga, ver MORAIS, Fernando. *Olga*. 7. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

clero estrangeiro e congregações religiosas, oriundas principalmente da Alemanha, eram bem-vindos, inclusive como capital simbólico de civilidade/modernidade, estabelecendo alianças<sup>387</sup>, cujo resultado foi a efetiva escolarização (escolas paroquiais e particulares dirigidas por padres católicos e pastores evangélicos) e cultos religiosos na língua dos países de origem<sup>388</sup>. *A igreja era a última parceira com a qual o governo poderia se desentender*, argumenta Helena Bomeny, mostrando que sem um pacto entre os dois poderes a nacionalização tenderia ao fracasso e que, até 1940, o governo, devido à forte reação do clero, não tinha conseguido *impor a obrigatoriedade das prédicas e dos sermões em língua nacional*. Bem, a habilidade estava em acordar duas medidas e dois pesos: a negociação foi feita de forma que o projeto nacionalista não ferisse o ideário expansionista da Igreja católica, e ambos ganharam – *Os interesses recíprocos nesse caso estimularam o controle das paixões mais imediatas... Ambos lucrariam com a prudência e a negociação, sendo que o Estado aprendeu muito rapidamente que se não fosse feita a intervenção com a parceria da Igreja dificilmente se obteria sucesso numa ofensiva direta contra ela*<sup>389</sup>.

Analisando por este prisma, deduzo que as denúncias atingindo o clero indistintamente tiveram impacto nada confortável nas esferas do poder da igreja, que precisava, além de defender-se, controlar as confusões nas colônias. E não era para menos: conforme os Relatórios das Paróquias do ano de 1942, enviados à Arquidiocese Metropolitana de Florianópolis – 44 paróquias da região Sul e litoral<sup>390</sup> –, aparecem aproximadamente 52 padres com sobrenome alemão (alguns poloneses e ucranianos), 13 com sobrenome italiano e

<sup>387</sup> Quando da instalação do Regime Republicano no Brasil, em 1889, separa-se a Igreja do Estado, trazendo para esta a necessidade de criar uma organização que desse condições de articular-se com o poder instituído. Dessa forma, as elites locais reelaboram práticas e aproximam-se da Igreja, *abandonando as manifestações coletivas públicas e optando por novas formas de sociabilidades e de conduta*. Élio Cantalício Serpa mostra que o período de 1889 a 1920 foi marcado também pela vinda de muitas congregações religiosas estrangeiras, principalmente da Alemanha (femininas e masculinas). SERPA, Elio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. P. 21.

<sup>388</sup> *Na verdade, os imigrantes encontravam na fé religiosa e na assistência de seus pastores um elo de proximidade e de identificação cultural, que possibilitava ultrapassar o trauma da mudança e da adaptação às novas contingências e estruturas*. BALHANA, Altiva Pilatti. *Religião e imigração no Brasil meridional*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque e CAPELATO, Maria Helena (orgs). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999. P. 464. (América: raízes e trajetórias; v. 9).

<sup>389</sup> BOMENY, Helena. Op. cit., p. 160 a 162.

<sup>390</sup> Os dados, embora contados nos Relatórios, têm variações, haja vista alguns nomes ininteligíveis e outros confusos. As Paróquias são em Busque; Capivari, Braço do Norte, Pedras Grandes, Rio Fortuna e Caravaggio/Azambuja (Tubarão); Camboriú; Porto Belo; Cocal (Urussanga); Criciúma; Florianópolis; Forquilha (Criciúma); Angelina, São Pedro de Alcântara e Porto Franco (São José); Araranguá; Imarui; Pescaria Brava (Laguna); Turvo, Rio Turvo, Sombrio e Meleiro (Araranguá); Itajaí; Penha e Luiz Alves (Itajaí); Jaguaruna; Laguna; Mirim (Laguna); Nova Trento; Boiteuxburgo e São João Batista (Tijucas); Nova Veneza; Orleans; Santo Amaro/Cambirela, Teresópolis e Anitápolis (Palhoça); São José; Palhoça; Salto Grande (Ituporanga); São Ludgero (Braço do Norte/Tubarão); Tijucas; Trindade e Ilha (Florianópolis); Tubarão;

8 brasileiros<sup>391</sup>. É evidente que problemas ocorriam, e imagino que o clero lidava com cautela nesses assuntos privados, muito embora episódios vinham a público, como este: padre Januário Testa (1908, Itália) da Paróquia de São João Batista, no relatório de 1942 reclamou que mandara levantar um prédio com sala de aula e salão de costura, mas *as professoras locais invejosas falaram contra as Irmãs, acusaram o Padre de 5ª colonista e o levaram ao Delegado de Segurança Pública, mas saiu inocente (...)*<sup>392</sup>. Já no relatório de 1943, a tensão está acirrou-se e, num relato complicado de entender (parece que as palavras são codificadas, embora dactilografados), percebe-se ser um desabafo –

(...) Em resguardo ao prédio feito no ano passado, ficou mal esperando (inlegível) porque a madre Elmetrudes de Nova Trento me deu muita esperança de ganhar as irmãs e eu confio em Nosso Senhor. Posso eu ter inimigos em minha casa? Mandeí desmanchar o contrato com o sr. Inspetor para que aluga-se outra casa para a professora inimiga. Tomei o prédio de minhas escolas, pela qual nem Inspetor nem público instrução deu remédio e o Vigário caluniado por ela está sofrendo. Mas se oferece tudo a Deus pai de infinita misericórdia e perdoa aquela professora, fica ainda com o grave prejuízo das crianças porque? O Senhor Inspetor recebe muitos presentes dela e abafa todas as queixas que vão para o departamento, por isso qual será a posição do Vigário depois de caluniado, levado ao Delegado de Segurança Pública Social e saindo inocente das acusações dela? O legítimo superior julga e podendo gastar uma palavra com o Exmo. Sr. Interventor, gasta porque: – estes caluniadores são funcionários públicos e se possam assim só fazendo o mal, aonde iremos? As acusações estiveram escritas o ano passado em um memorandum consignado ao Revdo. Sr. Arcebispo Metropolitano, eram as seguintes: I – 5ª coluna com o escrivão e Interventor do lugar por corrupção. II – Queria queimar as escolas brasileiras. III – falava mal contra autoridades. IV – que não tinha por superiores nem Getúlio Vargas nem Nereu Ramos, mas só o Sr. Arcebispo. Tudo resultou falso e agora esta gente ficará sem castigo? Reagirei a guerra acabada. 11-1-1944, Pe. Januario Testa<sup>393</sup>. (sic)

Há, pelo que se pode ver, o relato de conflitos que já se arrastavam há muito tempo, aparecendo um inspetor que recebe presentes da professora (e, por isso, abafa as queixas),

---

Urussanga e Vargem do Cedro (Imarui). Em 1943 e 1944 crescem paróquias em Biguaçu, Santo Amaro; Enseada do Brito; Paulo Lopes; Botuverá, subindo para 49 os Relatórios Paroquiais.

<sup>391</sup> Relatórios das Paróquias – Cx. 150 – Relatório das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis – 1942/1943/1944. APESC. Com a separação da Igreja do Estado, teve início a romanização do catolicismo brasileiro, sendo que, na Primeira República, os padres católicos articularam a imigração de ordens católicas européias que passaram a ocupar funções até então dos padres luso-brasileiros. Esse processo fez com que padres europeus estabelecessem redes de instituições disciplinares, bem como na organização de paróquias nas colônias. Nos anos de 1940, este quadro é perfeitamente compreensível. Sobre este assunto, ver DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites*. O Ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura; UDESC, 2001. P. 63 e seguintes.

<sup>392</sup> São João Batista era Distrito de Tijucas, com uma população de 3.478 habitantes em 1940. *Censo Demográfico* – 1940. IBGE. p. 163. Relatório da Paróquia de São João Batista, Tijucas, relativo ao ano de 1942. Relatório das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis, em 1943. APESC.

<sup>393</sup> Relatório da Paróquia de São João Batista, Canelinha, Boa Vista e Major, em 1944, relativo ao ano de 1943. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. APESC.

caluniadores que são funcionários públicos, denúncia de corrupção envolvendo prefeito e escrivão, um vigário caluniado e tudo *resultou em falso*. Bom, era guerra que estava presente. Reagirá quando a *guerra acabada...* imagino as tensões e boatos em torno disso. O que a igreja tomou como medidas? Observo que os relatórios são enviados manuscritos, e na sede da arquidiocese são dactilografados, indício de que pode haver erros de cópia e também os termos são ilegíveis. Por mais que a Igreja tivesse poderes, não era fácil resolver situações onde as denúncias de quinta-colunismo apareciam entremeadas a conflitos locais. Uma coisa era a Instituição Igreja; outra, o cotidiano dos padres nas relações locais, onde os micropoderes se entranhavam no tecido social.

No Relatório da Paróquia Nosso Senhor do Bom Fim (Braço do Norte), o vigário José Luiz Nebel (Alemanha, 1887), disse que (...) *A 23 de outubro tomou conta da paróquia Pe. João Philippi como encarregado por causa da ausência involuntária do Vigário que ficou 2 meses às ordens da Segurança de Ordem Política e Social e voltou a 23-12. (...)*<sup>394</sup>. Da Paróquia Nossa Senhora da Oração, em Rio Turvo, o frei Gregório Dal Monte salientou que *devido ao afastamento dos dois padres, vigário e coadjutor, (havia) a escassez de dados no arquivo paroquial (...)*<sup>395</sup> Nas memórias de Hilário Savi percebo detalhes deste cotidiano: *diz-me que tinha um vigário de Turvo, ele só falava italiano. O Nereu (Ramos) deu 24 horas prá ele sumir e ele foi para o Chile, nunca mais voltou. E nunca mais se soube dele*<sup>396</sup>, fato citado por João Colodel, segundo o qual, de que *em 1942 o dinâmico Pe. Vigário é expulso do Estado de Santa Catarina pelo Governador, tendo como prazo 48 horas, por falar o dialeto "vêneto". Chile foi seu país de refúgio*<sup>397</sup>(...).

É interessante observar a linguagem de eufemismo utilizada nos relatórios para o "sumiço" de párocos: *ausência involuntária, afastamento...* e não prisão. Entretanto, observando a *Crônica da Residência Franciscana* (Florianópolis), dos anos de 1942 e 1943, percebo nos relatos que o cotidiano desta Instituição tornou-se trágico com as investigações policiais. Em agosto de 1942, o cronista anotou que

Elementos hostis à Igreja Católica incitavam uma campanha atroz contra a mesma, sendo vitimados os PP. (padres) eixistas alemães e italianos. O primeiro foi o Rer. Pe. Corbimiano Koesler, vigário de Angelina, levado

<sup>394</sup> Relatórios da Paróquia de Nosso Senhor do Bom Fim, Braço do Norte, ano de 1942. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. APESC.

<sup>395</sup> Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Oração, de Rio Turvo, ano de 1942. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1942. APESC.

<sup>396</sup> SAVI, Hilário, 86 anos. Depoimento concedido em 12/10/2000, São José. Timbé do Sul era próximo de Turvo, então Distrito de Araranguá.

<sup>397</sup> COLODEL, João. *Turvo: terra e gente*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura; Turvo: P.M.T. 1987. P. 54.

preso a esta capital e depois de alguns dias posto em liberdade na condição de abandonar imediatamente o Estado de Santa Catarina, condição esta imposta a todos os outros confrades nossos, para serem postos em liberdade<sup>398</sup>.

Seguiu narrando, até o final de 1942, sobre o afastamento, para o Paraná, do padre de Rodeio, Policarpo Schaffers; do vigário de Santo Amaro, Anacleto Wiltischung (este, brasileiro nato), por ter sido *propagandista do Integralismo*<sup>399</sup>, *o que não corresponde a verdade*; a prisão do frei Francisco Xavier von Geldern, brasileiro naturalizado, por atividades comunistas e possuir rádio amador, devendo este sair do Estado; sobre a entrada, no campo de concentração, do frei Fernando Fiene, preso em Blumenau, devendo *abandonar o Estado imediatamente*. Além disso, havia a reclamação de que a polícia era *sempre pressmosa* (sic) *em atender as calúnias de qualquer sujeito intrigante*. Numa ocasião, foi solicitada ao interventor Nereu Ramos *pela volta do frei Modestino* e a resposta foi “*será imediatamente preso*”. A crônica também relatava que, por via indireta, foi informado a esse confrade para que não voltasse ao Estado, ou seria preso. Segundo o cronista, outra *vítima de nossa Ordem* foi o vigário de Porto União, que *exigiu do governo remoção para outra localidade*, mas *decidiu abandonar o Estado*; ainda os padres Kessler, jesuíta, detido por algumas horas, e outros dois padres italianos, que deviam abandonar o Estado. Foram presos também os padres Ludovico Knock, alemão e secretário de Daniel Hostins, bispo de Lages, e Antonio Kondlick, alemão e vigário de Biguaçu. Outros padres seculares ficaram presos e foram expatriados, ou chamados a se apresentarem na Delegacia de Ordem Política e Social: cônegos Cesar Rossi (italiano), Bernardo Blasing (alemão), Pedro Ulrich (alemão), Luiz Jacó Nebel (alemão), Antonio Marangoni (italiano). Na narrativa do cronista, *são todos inocentes*.

Na sequência da narrativa desta prisões, o cronista encheu-se de júbilo com a astúcia dos seus pares cléricos:

<sup>398</sup> I.N.D. – *Crônica a Residência Franciscana em Florianópolis*. Acervo do Colégio Catarinense, Florianópolis. P. 9b.

<sup>399</sup> Diversos padres e pastores foram efetivamente participantes do integralismo em Santa Catarina. Cf. VALERIN, Vera Regina Alves. *A cura das almas: Padre João Reitz e a comunidade da Paróquia de Sombrio (1938-1963)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Uma palavra de reconhecimento e gratidão nestes tempos de perseguição devemos ao Revmo. Mons. Hanz Boner, que, com grandes sacrifícios, escondeu os Rev. Padres.(...) Foram feitas buscas por parte da polícia nas nossas casas de São José, Florianópolis, Santo Amaro, Forquilha, com frei Baltazar, na chácara das irmãs da Divina Providência. Naturalmente em toda parte sem resultado algum. Esta primeira tentativa da parte da maçonaria, do comunismo, dos seitas (sic) norte-americanos, de perturbar os ânimos incautos dos fiéis e roubar-lhes a confiança no clero frustrou-se. Será que teremos sossego?

Padre Clemente Pinto, brasileiro, cearense salvatoriano, vigário de Perdizes, diocese de Lages, foi chamado duas vezes à Delegacia de Florianópolis. Sendo brasileiro e tendo uma queda para advocacia, passou às autoridades uma lição bem pimentada (sic) sobre o comunismo. Desde então teve sossego. Um paroquiano dele, médico, levantou o braço contra o vigário, o braço depois de alguns dias ficou hirto e dentro de quinze dias o doutor, sem ser sacramentado, desceu à sepultura. Hic digitus Dei est!<sup>400</sup>

Não, não tiveram sossego. Em 1943, outros problemas foram anotados, como a necessária substituição de padres então afastados, ou estrangeiros impedidos de viajar por ordens policiais, outros que chegaram com a devida licença da polícia. Houve também o reclame de que o vigário de Rodeio, frei Bruno Linden, vindo apresentar-se no Departamento de Ordem Política e Social, *Gastou cento e poucos cruzeiros pela passagem, o tempo precioso de três dias, e a única coisa que souberam dizer era: "O Sr. trata de nunca falar italiano e de colaborar com as autoridades"*<sup>401</sup>. E, até o final de 1945, nada mais apareceu nas crônicas com respeito à perseguição. Ou os cronistas omitiram, ou, com os sustos iniciais, a Instituição tomou os devidos cuidados. Afinal, era preciso aquietar-se. Observo que utilizavam de estratégias para driblar a polícia, atribuindo à maçonaria, aos comunistas e seitas exóticas os problemas causados; o médico... bem, este morreu castigado, e sem a benção do sacramento foi direto para o inferno!

Percebo, então, que aos padres católicos era possível o exílio para outros Estados. E embora fossem presos, era por pouco tempo. O contrário acontecia com os pastores evangélicos que, sem possibilidades de negociação, aparecem como presos políticos no campo de concentração da Trindade, sendo alguns processados pelo Tribunal de Segurança Nacional, sugerindo que havia um tratamento diferenciado para com o clero católico, o que adviria de relações e alianças entre os poderes Igreja e Estado. D. Joaquim, no alto do arcebispado, com certeza teve muito trabalho.

<sup>400</sup> I.N.D - Idem, p. 10, 10 A, 10B, 11.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 12. No jornal *O Estado*, em 9/09/1942, está noticiada a prisão de dois padres alemães – Francisco Demann e Antonio Condlick – em São Bento e Biguaçu. P. 4.

Havia, sim, tensões entre o clero católico e o evangélico<sup>402</sup>. Da Paróquia Nossa Senhora da Piedade (Tubarão), padre Geraldo Spetmann enuncia o tom desses entevos:

(...) De algum tempo para cá certos protestantes tentam por todos os modos e meios entrar no rebanho católico desta paróquia tanto na cidade como em mais três lugares afastados. Infelizmente a situação da grande guerra dificulta a reação franca contra tais intrusos como vimos na manifestação diante da casa protestante em que o Pe. Vigário e o coadjutor às 11 horas da noite foram presos dentro da casa paroquial após manifestação, fato que foi apresentado com uma depredação quando nada foi depredado<sup>403</sup>.

Confusões que deviam acalorar animosidades e dividir vizinhos... De Boiteuxburgo (Tijucas), o relato manifestou-se aliviado: *quase não há espíritas e pouquíssima propaganda protestante*, sendo que *a nacionalização dos imigrantes não encontra dificuldades maiores(...)*<sup>404</sup>, o que mostra uma preocupação premente da igreja: a de controlar práticas religiosas e homogeneizar de acordo com o projeto do governo.

Com a radicalização da campanha nacionalizadora, isso a partir de 1939, proíbe-se idiomas estrangeiros em público, inclusive nas cerimônias religiosas. O Decreto n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, artigo 16, ressalta que todas as prédicas religiosas deviam ser em língua nacional, fiscalizadas pelo Exército nas zonas de colonização. Os cultos evangélicos em alemão foram proibidos, as igrejas, fechadas e muitos pastores, detidos como supostos nazistas. Numa carta de “sugestões” ao Interventor Nereu Ramos, enviada pelo Inspetor Fiscal Ary de Alencastro Guimarães, ainda em 1938, denunciou-se a *intromissão chocante* do pastor protestante nos *assuntos políticos, familiares e escolares* no Estado catarinense, sendo esta a *religião predominante entre os alemães natos e visando exclusivamente os interesses do seu Estado em detrimento de nosso país*, obedecendo ordens de Berlim. Com relação ao clero católico, este era *todo composto de alemães e teutos profundamente germanizados*, empenhados na manutenção da língua (...)<sup>405</sup>. Não estava longe da realidade: num censo realizado em Blumenau no ano de 1927, os números mostram que metade dos teutos eram luteranos e suas comunidades estavam ligadas à igreja luterana alemã (até a Segunda Guerra, as comunidades luteranas não formavam pastores, os quais vinham da Alemanha)<sup>406</sup>.

<sup>402</sup> Cf. DALLABRIDA, Norberto. Catolicismo de imigração e conflitos ítalo-germânicos. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri (orgs). Op. cit., p. 59-69.

<sup>403</sup> Relatório da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, Tubarão, ano de 1942. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. APESC.

<sup>404</sup> Relatório da Paróquia de Boiteuxburgo, Tijucas, ano de 1943. Relatórios das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis em 1943. APESC.

<sup>405</sup> Carta de Ary de Alencastro Guimarães, Inspetor Fiscal, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, em 26 de fevereiro de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos – 1938. Palácio do Governo. APESC.

<sup>406</sup> GERTZ, René (1987). Op. cit., p. 73.

Já sabemos que a proibição da língua estrangeira fez romper com as práticas costumeiras de rezar em público. Conta Roseli Zimmer que na época, em Rio do Texto (Pomerode), os cultos sofreram com a oficialização em português - língua que a população não entendia<sup>407</sup>. Na comunidade de Jarim (Ibirama), próximo de Blumenau, o pastor ficou detido de 1942 a 1945, havendo certa interrupção nas atividades religiosas, período em que foi substituído por outros pastores, de modo irregular. *O culto, sempre realizado inteiramente em alemão teve que ser adaptado para o português língua que a maioria não conhecia, o que criou sérias dificuldades interrompendo quase a vida religiosa da Comunidade, assim como suas atividades sociais*, recompõe Úrsula Albersheim, num estudo sociológico, de 1962, sobre esta comunidade<sup>408</sup>. Em Indaial<sup>409</sup>, durante a guerra, a proibição do idioma alemão criou dificuldades para os moradores, *constituídos por famílias alemãs que não haviam aprendido o nosso idioma, e, os pastores eram alemães e nada sabiam de português, pois os cultos eram efetuados em língua alemã*<sup>410</sup>. E os depoimentos poderiam seguir...

Esses exemplos mostram como foi tenso o processo de nacionalização forçada nas relações da Igreja Evangélica. Porém, o clero católico havia que cuidar-se para manter o elo entre os dois poderes e continuar a ministrar o catolicismo. Todos os padres atenderam prontamente o chamado? Claro que não; houve resistências<sup>411</sup>, e por conta disso as prisões, afastamentos... e denúncias. Em 10 de abril de 1942, o Arcebispo de Florianópolis, D. Joaquim, recebeu de Nereu Ramos um ofício dizendo que o vigário de Rio Fortuna, Antonio Wollmeiner, *vem dificultando persistentemente a obra de nacionalização naquele distrito; que por mais de uma vez advertido pelas autoridades de Tubarão, não tem mudado de orientação, pelo que, antes de agir mais energicamente contra aquele sacerdote, solicitando que o Arcebispo tome providências exigindo que o padre não mais contrarie as leis do Brasil*

<sup>407</sup> ZIMMER., Roseli. Op. cit., p. 40.

<sup>408</sup> ALBERSHEIM, Úrsula. *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro: INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais 1962. P. 133 e 134. Noto que a autora nomeia como Jarim o local – inexistente nos mapas e documentos. Conforme conversa com o professor João Klug, Jarim correspondia à comunidade de Ibirama.

<sup>409</sup> Município próximo de Blumenau, com uma população de 13.873 habitantes, com 183 estrangeiros e 200 naturalizados, sendo a maioria descendentes. Estrangeiros predominantes: alemães e italianos. *Censo Demográfico – 1940*. P. 106-107.

<sup>410</sup> FONSECA, Edltraud Zimmermann. *Indaial. Cidade das plantas e das flores* (sua história, sua gente, seus costumes). Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1992. P. 140.

<sup>411</sup> Os jornais, por sua vez, também denunciavam essas resistências: *Os frades, apesar de conhecer perfeitamente a língua nacional, timbram em falar italiano em todos os lugares onde aparecem, julgando-se acobertados pela batina que envergam. (...) Esses representantes da religião católica devem ser chamados à ordem por quem de direito, porquanto eles devem dar o exemplo ao povo que nesta zona é de 95% de origem italiana e não tem qualquer sentimento anti-brasileiro*. Jornal *A Tribuna*, 22/03/1942, Joaçaba. Citado por RADIN, José Carlos. Op. cit., p. 93.

e as determinações das autoridades do Estado<sup>412</sup>. Não oculto uma certa surpresa, respondeu o Arcebispo, pois *que são sobejamente conhecidas as atitudes da arquidiocese, na plena consonância com as leis do Brasil e autoridade do Estado*, mas, *como quer que seja, basta-me a palavra e a segurança de vossa excelência para que assegure as providências (...) sem perder de vista a gravidade do momento que atravessamos*. Vão, como sempre, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Afinal, quem tem mais poder? Havia um jogo de forças: imagino o arcebispo esmurrando de raiva, o interventor cheio de cuidados com a carta, as autoridades lá num recanto chamado Rio Fortuna fazendo a denúncia, o padre envolvido sem poder trabalhar em paz, os fiéis... Bem, os fiéis ouviam o padre, tinham medo do inspetor e da polícia... A resposta é clara: o clero conhece e *está em plena consonância com a leis do Brasil e autoridade do Estado*. Mesmo assim, é a *palavra e a segurança* do Interventor a dar o tom final, e a igreja sabia disso. Ele tinha mais poder, sim. Podia mandar prender. Ponto. Mas precisava do apoio da Igreja, ou como faria para garantir a produção de sujeitos disciplinados e ordeiros? Alcir Lenharo mostra como o corpo da nação é sacralizado; misturam-se os dois poderes numa catarse de pedagogia do corpo e da alma<sup>413</sup>. A Igreja tem a seu favor o poder de arrebatrar as almas e o Estado leva o corpo preso, mas precisa fazer a alma, construir o corpo educado e o sentido da obediência. O Estado é agora o inquisidor. Lembro que, antes da guerra, o padre e o delegado já “disputavam” o poder local e ambos detinham o poder simbólico; agora, o delegado estava investido pelo Interventor de maiores poderes na contingência da guerra. Em 1939, por exemplo, um inspetor escolar escreveu no relatório que *Ninguém melhor do que os padres e pastores podem exercer uma propaganda anti-nacionalizadora, visto que, como cura das almas vão, de casa em casa, levar o conforto espiritual (...)*<sup>414</sup>. Ou seja, a Igreja tinha poder real, e eram os padres que visitarem as casas, estando mais próximos do cotidiano das pessoas, sendo respeitados como autoridades.

Nas disputas de poder entre o clero católico e o Estado, este último interferia deliberadamente nas decisões clericais, ou seja, nada passava sem que fosse averiguado, inclusive as transferências internas de irmãs nos hospitais<sup>415</sup>, escolas, etc., ou parte do jogo

<sup>412</sup> Ofício do Arcebispado de Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 10 de abril de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – 1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>413</sup> LENHARO, Alcir. Op.cit.

<sup>414</sup> *Relatório Apresentado ao Ministério da Educação e Saúde – 4º trimestre de 1938*, Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas, Estado de Santa Catarina, em 10 de janeiro de 1938. P. 8. APESC.

<sup>415</sup> Em julho de 1942, Irmã Carola, Assistente Provincial das Irmãs, escreveu longa carta ao Interventor expondo, mediante solicitação do mesmo, que a transferência da Irmã Bonifácia para a Capital era à vista das necessidades da Congregação, e não por imposição do Dr. Gottsmann (médico ligado ao Partido Nazista). Ofício de Irmã Carola, Assistente Provincial das Irmãs da Divina Providência, ao Interventor em Exercício, Altamiro

político e dos interesses do momento. Por outro lado o clero fazia as transferências de acordo com as necessidades e solicitações do Estado. Padre Agenor Marques disse como eram “convocados”: *Fui para Itajaí por causa da guerra, lá estavam prendendo padres e os únicos padres brasileiros éramos eu e o padre Wilson Schmidt, e onde faltavam padres brasileiros éramos convocados*<sup>416</sup>. Em Criciúma, onde mora desde a guerra, padre Agenor rememorou relações e detalhes de como era ser padre brasileiro naqueles anos:

Naquele tempo só havia padres estrangeiros; havia padre polaco, havia padre italiano e padre alemão; havia russos também mas porque tinham outra religião e outra língua muito difícil não deu certo aqui, ficaram um pouco aí por Cocal depois foram embora. Então o assunto era religioso mesmo, missionários também, quase todos eram estrangeiros, por isso mandei buscar aqueles padres missionários capuchinhos que tinham um entusiasmo muito grande (...) eles vieram prá cá. Ficava todo mundo... esses padres estrangeiros chegavam falado perfeitamente, deixou todo mundo estupefato. Cheguei em Criciúma foi na guerra. Eu estava em Itajaí, era um ponto inflamante de guerra, tinha navios americanos aí, já tinham expulsado as canhoeriras dos alemães daqui e das nossas costas, então fui prá lá. Também para defender um pouco os alemães de Brusque e de Blumenau, e do próprio Itajaí, porque os revolucionários, os amalucados por assim dizer, da guerra não respeitavam mais os alemães por causa da Alemanha, e quem era alemão, era estrangeiro, pau na cara!! Então enchiam essa gente, então para dar um suazório (sic) para esta gente os padres brasileiros, ou vinham dos estrangeiro, Portugal, ou vinham de Florianópolis, padres já meio velhos que não queriam combater nada com ninguém. Os padres novinhos sem experiência como eu... então fui tocado para Itajaí, para amansar o caldeirão da guerra, era Porto, né. Como eu era um padre falador, bonitinho, jovem, crespo, então era fácil os que eram contra os alemães respeitarem um padre brasileiro; por isso que me mandaram prá lá. Não foi por outra coisa.

Este depoimento mostra relações dentro da esfera da igreja católica e a necessidade de padres brasileiros para *amansar o caldeirão da guerra*, já que eram poucos no Estado. Na memória de padre Agenor, vemos que naquele momento um padre brasileiro tinha o respeito da população que era *contra os alemães*. O contrário ocorria com o clero estrangeiro, que era perseguido e denunciado constantemente. Se para este narrador os padres aparecem com uma nacionalidade estrangeira, é preciso ver a complexidade destas relações, porque muitos eram confundidos com descendentes.

Em Timbé do Sul, *durante a guerra os padres falavam em latim*, e numa ocasião da morte de um parente *chamaram o padre, mas já era depois da guerra, e eu disse para o padre: “O senhor pode falar italiano que é melhor para eles entenderem”*. *Aí ele se encheu, e soltou o italiano, foi uma alegria!! Nas capelas tinha que falar o português!*, enfatiza Hilário

---

Guimarães, em 28 de julho de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

Savi<sup>417</sup>. Timbé do Sul era então uma pequena vila situada no extremo sul do Estado, caminho de tropeiros e descida da Serra da Rocinha; ali instalaram-se, na segunda década do século XX, imigrantes italianos (como em toda a região)<sup>418</sup>, sendo evidente que conservaram os hábitos, a religião e a língua. Segundo recorda Savi, D. Anselmo (Bispo de Tubarão) visitou o lugar logo depois da guerra, e lhe disseram “*olha, disseram que não pode mais falar italiano, nem rezar*”, e o bispo disse “*podem rezar, podem conversar, eu autorizo. Pode rezar sim! E diz para os poloneses que podem falar polaco que eu autorizo!*”, *é que tinha um grupo de poloneses por perto... eles tinham medo de falar, medo!*

A igreja que colaborara com este silenciamento e amedrontamento, arvora-se agoroso poder de liberar da proibição. Ou seja, uma ordem era revogada através de outra ordem, ambas com a autoridade de quem fala, de um lugar social bem definido; disputa de poderes, sem dúvida. Lê-se no jornal *O Apóstolo*, em 1942, avisos do *Diário Oficial* conclamando a *todos os brasileiros a maior discricção e comedimento nas palavras*<sup>419</sup>. Lidas nos cultos e discutidas nas conversas, como eram recebidas essas normatizações? Por certo a recepção da leitura devia ser variada e produzia diferentes sentidos para muitas apropriações e representações; e havia muito medo de trair-se na fala. A esposa de Savi *tinha tanto medo de falar que não ensinou aos filhos falar italiano, ela só falava e respondia em português, tinha medo da polícia, sabia que podia ser presa por falar italiano*, conta o depoente já viúvo. Imagino o desconsolo para as pessoas mais idosas que nada entendiam do português. Nas memórias, é recorrente a imagem da “nona” (avó) a quem a família só se dirigia em italiano. *A mãe tinha medo que ela falasse, não a deixava falar em italiano, tinha medo!*, conta-me Maria Lina Naspolini, referindo-se a Angélica Guglielm, a “*nona paduana*”, assim chamada por ser natural de Pádua<sup>420</sup>. Eram justamente as “nonas” que puxavam as rezas – o faziam em português no espaço privado? Penso que não.

O clero, envolto na *sociedade da capela* e associado à fé católica, inseria no cotidiano a língua materna, sim. E, nas palavras de Giralda Seyfert, assim como os italianos, *os poloneses elaboraram seu ideal de polonidade no Brasil associado a fé católica enquanto critério demarcador de nacionalidade*<sup>421</sup>, portanto, de afirmação de uma identidade étnica –

<sup>416</sup> MARQUES, Padre Agenor. Entrevista citada.

<sup>417</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada.

<sup>418</sup> COLODEL, João. Op. cit.

<sup>419</sup> “Discricção e Vigilância”. *Diário Oficial do Estado*, 1/10/1942.

<sup>420</sup> NASPOLINI, Maria Lina. Entrevista citada.

<sup>421</sup> SEYFERT, Giralda (1999). Op. cit., p. 297. Havia padres de outras nacionalidades e que também passavam pelo crivo do governo. Em 1939, mês de agosto, o Ministério da Guerra envia a Nereu Ramos o comunicado do Ministério das Relações Exteriores de que em breve o Monsenhor João Buczko, bispo de Cadi e auxiliar da

diz a historiadora que o nacionalismo dos poloneses foi considerado, junto com o dos alemães, o maior obstáculo à nacionalização, na visão dos militares. A professora Ciriaca Machado, por exemplo, denunciou o vigário polonês da capela de Paraguassú, Rio Negro, dizendo que os alunos *são quase todos de origem estrangeira e pouquíssimo conhecem a língua nacional*, e, a pedido dos pais, obtiveram dispensa dois dias semanais para frequentarem o catecismo na Igreja de Paraguassú. Acontece que *uma das alunas participou-me que o padre dava o catecismo em polonês*, fato que a levou a chamar os pais dos alunos e o padre e explicar-lhes da importância da língua em português e não em polonês. Porém o padre respondeu: *“Dou o catecismo somente em polonês e não dou nas Escolas porque por que terei que falar em português e como tenciono dar só em polonês, esperarei que estas crianças entrem em férias e nestes dias então a prática será toda em polonês”*<sup>422</sup>. Esse episódio foi em outubro de 1940 e não foi o único de resistências do clero para com as leis nacionalizantes.

Os fiéis padres por certo estavam incomodados: num outro tempo, a igreja investiu pesado na caça às bruxas; agora o Estado, com a conivência da própria Igreja e/ou por força das circunstâncias, os fez se calarem e se amoitarem sob pena da prisão. Os bispos tiveram trabalho para acalmar a ira dos delegados e exigir de seus párocos que cumprissem as ordens. O bispo de Joinville que o diga! Um mês antes de resolver (ou tentar) a questão do padre Atela, escreveu a Nereu Ramos intercedendo em favor do padre franciscano, Fernando Fiene, *preso por ter sido encontrado conversando com um indivíduo suspeito para a Segurança Pública em Blumenau*, recebendo na ocasião ordem de deixar o Estado; era fevereiro de 1943<sup>423</sup>. Na carta, argumentou ao Interventor que Fiene não conhecia *a situação em que se encontrava aquele seu interlocutor, o qual ele procurou para assuntos lícitos em plena boa fé*, pondo-se agora *na disposição sincera de aceitar todas as leis do País (...)*. Por outra parte, continuou o bispo, *a Diretoria do Colégio Santo Antônio de Blumenau (...) tem grande necessidade daquele professor para a cadeira, a das ciências, que ocupava naquele estabelecimento*. Pede que seja benignamente concedida *àquele sacerdote a autorização de*

---

Leópolis dos Ukranianos, visitaria o Estado, autorizado pelo governo da república a *prestar auxílio espiritual aos seus contrarrâneos devendo as prédicas realizarem-se em português*. Ofício do General Emilio Lúcio Esteves, 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, em 5 de agosto de 1939. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>422</sup> Ofício (cópia) de Luiz Miranda Leal, Capitão Secretário do Quartel General – Acantonamento da Linha São João, Rio Negro, Paraná, ao Interventor Nereu Ramos, em 5 de setembro de 1940. Encaminha a denúncia da professora. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>423</sup> Ofício de Pio Freitas, Bispo de Joinville, ao Interventor Nereu Ramos, em 2 de fevereiro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

*voltar ao seu posto de trabalho, julgando justo o pedido e, claro, formulando votos ao esclarecido Governo, com estima e acatamento (do) servo dedicado.*

Ora, no verso da mesma carta aparecem dois encaminhamentos: um, de 8 de fevereiro de 1942, do Departamento de Ordem Política e Social, informando existir nos arquivos da Delegacia Regional de Blumenau um telegrama onde consta que o Frei Fiene *foi detido para averiguações em 1º de Setembro por ter sido encontrado com mais três alemães no interior do Hotel Elite. Embora esta Delegacia não tivesse podido positivar suas atividades políticas, é sabido que o referido padre frequentava bares e cafés suspeitos desta cidade.* Segue o outro:

Sr. Secretário: Havendo se constatado que o Frei Fernando frequentava vários lugares suspeitos em Blumenau, fato esse confirmado, também, pelo Sr. Cap. do 32 B.C., foi o mesmo afastado daquela cidade, depois de haver sido examinado o caso pelas atividades suspeitas. Assim, sou de parecer que não seja atendido. Florianópolis, 8-2-1943.

Na *Crônica da Residência Franciscana* existe o relato de que Fiene entrou no campo de concentração em 3 de setembro de 1942 – *doente fisicamente, sofreu também moralmente mais que os outros. Foi preso visitando pessoas das suas relações, na qual, como lente (professor) fiscal, estava aconselhando na instalação dum cinema.* Detido até dia 28 deste mês, *obteve licença para buscar os seus manuscritos e utensílios de uso pessoal, tendo que abandonar imediatamente o Estado*<sup>424</sup>. A carta do bispo data de 3 de fevereiro de 1943 (Fiene foi preso em setembro de 1942): impossível que esta autoridade religiosa desconhecesse as motivações da prisão e os encaminhamentos do caso; mesmo assim, tenta interceder para que padre Fiene voltasse a ministrar as aulas. A resposta, como vimos, foi negativa. No jogo do poder, o Estado vence.

Se o padre frequentava mesmo *lugares suspeitos*, não sabemos, entretanto, não foi possível *positivar* suas atividades políticas. É de se perguntar: o que seria “lugares suspeitos”? Bares, cafés... e o Hotel Elite. Foi também neste hotel que o Adido Militar do III Reich, em visita a Blumenau, hospedara-se. Não é de estranhar que aí se faziam reuniões em língua alemã sobre assuntos do nazismo<sup>425</sup>. Em Blumenau, colônia fundada em meados do século XIX por alemães, na década de quarenta a repressão foi acirrada. Devia ter poucos lugares *insuspeitos*, pois que concentrava parte considerável dos descendentes de imigrantes

<sup>424</sup> I.N.D. – *Crônica da Residência Franciscana* em Florianópolis. Op. cit., p. 10.

<sup>425</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947. Volume CX. O autor escreve em 1942, porém só foi publicado em 1947.

e estrangeiros – Rui Nogueira salienta que 70 % dos habitantes eram de origem alemã<sup>426</sup>. Bem, Fernando Fiene era professor do Colégio Santo Antônio, de Blumenau, profissão que agravava ainda mais a situação e exigia a maior polidez do bispo ao *esclarecido governo*, colocando-se *servo pronto a acatar as ordens*.

Nas memórias de Hilário Savi, vemos um italiano em visita a Blumenau, ou a memória do viajante observador:

... e eu estava em Blumenau naquela noite em que Getúlio pendeu para o lado dos Aliados, não tinha ninguém na rua!! Da rua se ouviu gente ouvindo a Hora do Brasil, e depois que deu a notícia, no outro dia parecia um velório!! Tudo mudo, tudo escondido, foi um silêncio de dar medo!! Isso me marcou, marcou...<sup>427</sup>.

Sim, a memória marca, e quando marca é porque tem sentido. O que faz o depoente, passados mais de meio século, dizer-me assim, com tantas exclamações? Ele ouviu o silêncio, e que sentido fez este silêncio! O silêncio do outro, aqui, tem uma dimensão política. Eni Orlandi entende como uma *política do silêncio*, um *silêncio que pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)*<sup>428</sup>. Silenciar ante o fato consumado era imperativo aos alemães e descendentes, naquele momento. Aquietar-se, mesmo que os sentidos fossem ruidosos e o medo evidente. Ao remeter a uma questão histórica – de que *Getúlio pendeu para o lado dos Aliados* -, Savi pontua as oscilações nas decisões de aliar-se. Essa dubiedade deve ter estimulado parcela da população de origem italiana e alemã a exporem suas preferências até então, porém, com a declaração e alinhamento aos Aliados e contra a Alemanha, mostrar-se partidário era comprometedor. Silenciar era uma forma de proteger-se, mas também de resistir.

Imagino que sentidos e silêncios emolduraram o cenário, quando da realização (outubro de 1942) de *Missa Campal*, em Hamônia, pelo restabelecimento do Presidente Vargas<sup>429</sup>, ocasião em que o padre Aldolino Guesser pronunciou enfático discurso para uma platéia emudecida, que nada ou pouco entendia da língua portuguesa. Será que todos os moradores do local rezavam convictos de que suas preces restabeleceriam a saúde do Presidente? Hamônia era, conforme o Censo de 1940, um município com 19.235 habitantes,

<sup>426</sup> Idem, p. 38. Verificando os dados do Censo Demográfico de 1940, Blumenau tinha uma população de 41.178, sendo 1.838 estrangeiros - a maioria de brasileiros natos eram filhos de imigrantes, portanto descendentes.

<sup>427</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada.

<sup>428</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli (1997). Op. cit., p. 31.

<sup>429</sup> “Missa Campal pelo Presidente Vargas”. Jornal *O Apóstolo*, 01/10/1942. P. 3.

sendo 1.842 estrangeiros (160 naturalizados), predominado alemães e russos<sup>430</sup>. Obviamente, dentre os brasileiros natos, a maioria era descendente destas etnias. Não tenho dúvidas de que rituais simbólicos como este teatralizavam em favor da formação de subjetividades na propulsão de almas, e que muitas pessoas deviam comparecer para se mostrarem patriotas, ou mais patriota que os outros, numa forma de dar-se visibilidade na tessitura dramática do momento em que estavam vivendo.

Em Urussanga, em missa solene celebrada pelo cônego Luiz Gilli e auxiliada pelos padres João Dominoni e Pedro Baldoncini, *coincitaram a todos a cumprirem religiosamente seus deveres para com a pátria*, culminando com marcha cívico-religiosa promovida pelas autoridades civis e eclesiásticas naquele setembro de 1942<sup>431</sup>. E poderia aqui arrolar centenas de ocasiões semelhantes para afirmar a aliança entre os poderes que regularam a sociedade naquele momento; ocasiões em que se vê reelaborações de festividades com fins de manipulação de imagens e legitimação de práticas; ou, como respostas aos conflitos. Os imaginários sociais são uma força que regula e controla a vida social, na medida em que usam de ritos, mitos e símbolos, aproximam-se do sagrado no reforço à dominação e naturalização de relações de poder, como afirma Bronislaw Baczko<sup>432</sup>.

A Igreja tinha outro trunfo para arrebanhar almas: as associações. Através dos relatórios paroquiais da Arquidiocese de Florianópolis, nos anos de 1942, 1943 e 1944 (constam 49 paróquias), contabilizei 216 grupos que reuniam principalmente mulheres – somente do *Apostolado da Oração*<sup>433</sup> aparecem 95 grupos; da *Pia União das Filhas de Maria*<sup>434</sup> são 39 grupos; da *Congregação Mariana*, 31 grupos, e, dos *Congregados Marianos*<sup>435</sup> são 11 grupos. Esses números mostram o controle e a manipulação da igreja

<sup>430</sup> *Censo Demográfico de 1940* – IBGE. Assim composta a população de estrangeiros predominante: 980 alemães, 609 russos, 72 suíços, 30 poloneses.

<sup>431</sup> Ofício de Zeferino Búriço, prefeito municipal de Urussanga, ao Interventor Nereu Ramos, em 14 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>432</sup> BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 289 e seguintes.

<sup>433</sup> Apostolar (do latim *apostolare*, pregar como apóstolo), moralizar, edificar, evangelizar, doutrinar; apostolizar. Grupos que cultivavam a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e se reuniam para orar, com a responsabilidade de espalhar a fé, evangelizar através de orações nas capelas e nas residências. Identificavam-se (e identificam-se hoje) através de uma fita vermelha que usavam como um colar nos ritos religiosos, dos quais participavam mulheres e homens.

<sup>434</sup> Esta Associação tem origem no século XII para congregar jovens mulheres solteiras a conduzirem-se na perfeição e deveres sagrados com a proteção da Virgem e de Santa Inês. Em meados do século XIX, tomou impulso e Pio IX a enriqueceu de privilégios, espalhando-se pelo mundo com o nome *Pia União das Filhas de Maria* com a proteção da Virgem Imaculada e Santa Inês, a personificação da virgem e mártir. Seus objetivos são promover as virtudes cristãs e perseverar na pureza das Filhas de Maria. Da Itália para a América, os padres e o clero feminino aqui as instalaram, sendo que durante a guerra estavam perfeitamente assentadas em praticamente todo o Estado, contribuindo para o controle do clero sobre a população, e principalmente sobre a conduta das mulheres.

<sup>435</sup> Os Congregados(as) Marianos, como se vê, têm em Maria a protetora e fazem o controle sobre mulheres e homens, solteiros e casados, além dos jovens noviços, que não caíam em tentação, conservando-se castos.

católica, sem cuja convivência e auxílio seria difícil ao Estado encampar uma campanha tão brutal e sistemática na erradicação da língua e costumes considerados alienígenas. Para termos uma idéia, só no ano de 1942 havia 28.822 pessoas ligadas ao *Apostolado da Oração* nas 44 paróquias (correspondem a um terço do Estado, aproximadamente), ou uma média de 320 participantes em cada paróquia, só neste grupo<sup>436</sup>. Um espanto: em Nova Trento, no mesmo ano, o relatório mostra 2.450 associadas(os) no *Apostolado da Oração*!! E numa população de 9.834 habitantes, ou que significa um terço da população!

O poder da igreja<sup>437</sup> no esquadramento, principalmente da conduta das mulheres e dos homens, foi fundamental na produção de sujeitos massificados em torno de uma ideologia que queria uniformizar a tudo e a todos, inclusive no controle da sexualidade e, portanto, adequando-a à idéia de eugenia, família e corpo saudável. O clero interferiu com força e mexeu com sensibilidades, construiu subjetividades, moldou comportamentos, produziu relações de poder, instaurou o medo, diferenciou papéis sociais e sexuais, contribuindo decisivamente para a retirar as mulheres da esfera pública e da participação política, enfim, na separação dos gêneros. Os bispos não mediram esforços no sentido de *firmar sua legitimidade nas localidades*, e, no final da década de 1920, *ficaram muito próximos das elites locais, com elas celebrando alianças e experienciando desdobramentos da política do Estado Novo*<sup>438</sup>.

Não há dúvidas quanto a parceria entre a Igreja católica e Nereu Ramos na disciplinarização de condutas e construção de sujeitos ordeiros e obedientes. É possível afirmar, com toda segurança, que a Igreja católica constituiu força e capital simbólico no sucesso da nacionalização forçada, cujo pacto/aliança com o Estado deu-lhe ganhos enormes, mas não a isentou de ter que responder pelos atos de insubordinação do clero às normatizações. Por certo foi difícil aos padres ficarem na corda bamba entre a repressão e a necessidade de “abrasileirar” a todo custo, sob pena de acusação de quinta-colunismo. Além disso, havia também a de manter a fé e o rebanho, assegurando o espaço e o poder que detinha até então, mesmo em face de tantas denúncias pululando aos quatro ventos – os bispos que o digam!! As fontes aqui arroladas mostram que a Igreja era também refém do Estado, de inquisidora a denunciada, muito embora esses dois poderes – Igreja e Estado – ladeassem a peregrinação patriótica. Apóstolos da pátria eram todos, no dizer de ambos.

<sup>436</sup> Relatórios da Paróquias – Cx. 150 – Relatório das Paróquias da Arquidiocese de Florianópolis – 1942/1943/1944. APESC.

<sup>437</sup> Para um entendimento sobre o poder da igreja e afirmação da tese da infalibilidade do Papa, os acordos que permitiram a interferência nos assuntos privados e públicos, ver CORNWELL, John. *O papa de Hitler: a história secreta de Pio XII*. 2. ed. Tradução Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

<sup>438</sup> SERPA, Elio Cantalício (1997). Op. cit., p. 219.

Se o clero estava na mira da ordem e visto como questão de segurança nacional, a repressão tocou fundo na cotidianeidade das colônias, porque interferiu no sagrado, nas orações e ofícios até então do costume. Concomitante aos problemas com o clero, as comunidades vivenciaram toda sorte de disputas e intrigas, envolvendo agora homens das relações públicas, muitas vezes delatados por pessoas comuns, coisas que aconteciam nesta “outra” guerra.

### Intrigas e revanchismos nas franjas da guerra

Getúlio Vargas, no largo de sua *clarividência*<sup>439</sup> e poder absoluto, recebia cartas deladoras dos mais inusitados recantos, como também as recebiam Nereu Ramos e outras autoridades. A prática do delato tem longa história nas sociedades, porém é forçosamente mais acentuada em tempos de conflitos, guerras, enfrentamentos étnicos. Na época moderna<sup>440</sup>, explica Carlo Ginzburg, teólogos e inquisidores elaboravam perguntas aos suspeitos de forma que o conteúdo dos depoimentos pendesse para a “verdade” incitando as delações<sup>441</sup>. Se no tempo das catedrais a repressão estava vinculada aos poderes e à sexualidade, no tempo da guerra demonizava-se o “outro” no confronto étnico-político, ou seja, todos eram chamados a participarem da *comunidade de informação*<sup>442</sup> na caça aos espiões nazistas, lógica idêntica àquela utilizada no pós-guerra quando, a partir de 1947, a caça aos comunistas terá lugar no Macartismo, que instalou o terror nos Estados Unidos da América, bem como nas ditaduras militares. A expressão “caça às bruxas” acabou por

<sup>439</sup> Esta expressão é muito utilizada nas cartas. Angela de Castro Gomes analisa este caráter profético de clareza e sabedoria atribuído a Vargas, de inteligência superior – gênio, sensível, chefe/guia, pai, temperante e equilibrado, enfim, um clarividente. O mesmo é atribuído a Nereu Ramos. GOMES, Angela de Castro (1988). Op. cit., p. 237 e seguintes.

<sup>440</sup> Na Europa moderna, ao recrudescerem-se as práticas de tortura aos ditos hereges, uma onda avassaladora obriga confissões ante o perigo dos súditos de Satã e seus demônios, a contrapartida de Deus e os anjos. Era um tempo em que a igreja fazia valer seu poder à força; a tortura tinha um caráter de ‘limpeza’ do mal, salvação do mundo. RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação*. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. P. 82. O autor faz um estudo minucioso sobre os perseguidos – hereges, bruxos, judeus, leprosos, prostitutas, homossexuais – e diz ter um motivo comum para os sofrimentos destes sujeitos: o elo principal é a aberração sexual. Ver também GINZBURG, Carlo, *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e história. 2. ed. Tradução Frederico Capoti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e BARSTOW, Anne L. *Chacina das feiticeiras – uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. Nesta obra, a autora recupera a chacina de mulheres, nos séculos XVI e XVII na Europa e Nova Inglaterra, acusadas de feitiçaria.

<sup>441</sup> GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>442</sup> Na ditadura militar brasileira, o estado de suspeição era disseminado em toda a sociedade, resultando na colaboração de populares e que acabavam por participar da ‘comunidade de informação’, cérebro do sistema, centralizado, neste caso, no SNI. Cf. MAGALHÃES, Marionilde Brepol D. B. (1997). Op. cit., p. 203-220.

significar, na nossa época, a busca de bodes expiatórios e o encurralamento de pessoas inocentes no esforço para desvendar e erradicar alguma *conspiração imaginada*, na expressão de Girardet.

Denúncias contundentes endereçadas a Getúlio Vargas foram enviadas de Matos Costa, distrito de Porto União<sup>443</sup>. Com diversas assinaturas, firma reconhecida e datada de 04 de julho de 1944, a carta é longa e exultante de patriotismo, onde *somente os degenerados admitem um dissimulado indiferentismo que, por via de regra, mal disfarça os seus propósitos de servir a cauda dos inimigos de nossa terra e são eles os QUINTA COLUNA*<sup>444</sup>. Vai delineando um discurso de que, enquanto o interventor conclamava à mocidade patricia na defesa dos brios nacionais (já estavam sendo preparados os pracinhas para o front),

enxovalhados pelos nazi-racistas, aqueles elementos, à socapa, procuram entibiar os ânimos dos fracos e aos desavisados, (...) se estivéssemos quer na Alemanha, quer na Itália, pelo simples fato de sermos brasileiros, estaríamos nos campos de concentração sob o rigor desalmado da Gestapo. Aqui nesta terra generosa e sob o governo liberal de V. Excia. eles se sentem à vontade para a prática de atos que incidem e infringem as leis de guerra.

Sim, dizia a missiva, *Matos Costa também é Brasil, (...) mas aqui também há “quinta colonistas” e o seu “disfarce” é quase nenhum. É um RAMIROL MELO, é um José Zipperer, é um Francisco Loeffler... são outros de origem nacional todos acoroçados pelo primeiro fascista e SUB-DELEGADO DE POLÍCIA*. A carta continuou desfiando uma lista de insultos, inclusive de que os fascistas prenderam aqueles que festejavam a invasão da Europa pelas tropas gloriosas, denunciando o Sub-Delegado Ramirol de ter insultado a todos no entrevero da prisão de um brasileiro, o guarda-livro Manoel Felix, por ter este soltado foguetes com as vitórias de tropas aliadas, dizendo *“vocês são uma tropa de ladrões, cachorrada, vagabundos, não adianta vocês se regozijarem porque a estas horas os “invasores” podem estar mortos”*. Segundo a carta, *RAMIROL é “simpatizante do EIXO” e de seus asseclas*, e disse porque:

<sup>443</sup>Porto União abrigava então 1.271 estrangeiros majoritariamente alemães e poloneses: 756 alemães, 240 poloneses, sendo 257 naturalizados, num total de 20.823 habitantes. *Censó Demográfico – 1940*. IBGE. P.134 - 135.

<sup>444</sup>Carta (cópia) de Matos Costa (diversas assinaturas e firma reconhecida), ao Presidente da República Getúlio Vargas, em Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1944. *Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941-1944*. Palácio do Governo. APESC. Os grifos em letra maiúscula e sublinhados são do documento original.

1º - Tendo recebido ordem para apreender o aparelho de rádio do alemão Francisco Loeffler, fez, instalou-o em sua própria casa e convidava aquele para ouvi-lo.

2º - Em casa de José Martini, havia reuniões de elementos “eixistas” com a presença da mesma autoridade que presidia as audições de rádio de Berlim e Roma.

3º - Em casa de José Zipperer, exaltado nazista nascido aqui, havia reuniões, para audições, do rádio de Berlim, com pleno conhecimento daquela autoridade.

4º - Horácio Bueno denunciou Jozé Zipperer e Guilherme Patz àquela autoridade, por falarem alemão publicamente; o resultado foi ter sido preso, numa ostensiva demonstração de solidariedade aos transgressores da ordem do governo.

É assim Excia. que se procede nessas paragens. Em escarneo atirado à face do são patriotismo dos que se colocam ao lado de V. Excia. na luta contra esse ignominoso nazi-facismo que infelicita o mundo.

Posso afirmar que naquelas distantes paragens – que também é Brasil, sem dúvida! –, como dizem os abaixo-assinados desta missiva repleta de delações, a denúncia fora a forma de inocentar uns e dedurar outros. Noto que é a própria autoridade policial no centro das intrigas; confronto explícito e legitimado na ordem das coisas: os abaixo-assinados nomeiam sem trégua o sub-delegado e homens da comunidade, possivelmente das relações de vizinhança. Os argumentos têm um sabor de vingança e depreende-se das falas sentimentos de revanche, revelando tensões acirradas - são pessoas comuns escrevendo ao Presidente da República! O que esperaríamos? Providências em que sentido? Os poderes se exercem em rede, ou seja, são múltiplas redes se constituindo e levando pessoas comuns a se sentirem importantes e chamadas à ação através da denúncia. São, em suma, poderes exercidos na população, esperando que o mandatário maior do país tome providências. Lembro que, no século XVIII, em plena França moderna, os populares enviavam denúncias ao Rei, que mandava abrir inquérito e então solicitava uma *lettre-de-cachet*, ou instrumento de controle, que a comunidade exercia sobre si mesma com a anuência do Rei<sup>445</sup>. Se “o feitiço virou contra o feiticeiro”? Veremos...

A carta data de julho de 1944. Em setembro de 1942, deu entrada no Tribunal de Segurança Nacional o processo crime dos acusados José Zipperer (brasileiro, comerciante, 52 anos) e Guilherme Patz (alemão, comerciante, 33 anos), ambos de Matos Costa (Porto União). Delito: no dia 25 de maio do ano corrente, os dois foram encontrados no bar de propriedade de Guilherme Patz *conversando em alemão e desviando a ordem*. Foram arrolados para testemunhar Horácio Bueno de Oliveira (o denunciante), Anselmo Duarte Matechic, Ezuel

<sup>445</sup> Ver FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999. P. 96 e 97.

Portes, Indalicio de Paula Carneiro, Willy Patz, Francisco Loiffer e outros... cada qual tinha uma versão. Horácio ouviu dizer que, na casa de Patz, faziam reuniões para ouvir rádio; Francisco Loiffer negou a acusação e citou como testemunha Max Friedrich; Willy Patz disse que no seu Hotel nunca havia feito reuniões, não possuía rádio, não frequentava a casa de Loiffer, mas sabia que Ezuel Portes escutava na parede; este, por sua vez, denunciou que escutou os acusados falando em alemão e acrescentou saber que existe inimizade entre Horácio Bueno e José Zipperer, inclusive *uma filha de Horácio é casada com um filho de José Zipperer*. José Zipperer negou tudo, disse que só ouve a *Hora do Brasil*, ou programas em português, declarando que Horácio Bueno esteve escutando na parede de sua casa e na de Patz, junto com o escrivão Ezuel Portes... No depoimento do sub-delegado Ramiro Melo, ele disse ter sido procurado por Anselmo Materisch, o mesmo que denunciara Zipperer, mas este *estava embriagado, é um ébrio natural e incomodativo*. Depois deste enredo, a história terminou em 29 de dezembro de 1942, quando os juizes do Tribunal de Segurança Nacional deliberaram pelo arquivamento do processo<sup>446</sup>.

Se em 1942 esse entrevero mobilizou moradores de Matos Costa em torno do processo, não há dúvidas que a carta, escrita em julho de 1944, portava sentidos e rancores guardados há muito tempo à espera da oportunidade de retaliações: o uso da língua e do rádio, somado a possíveis reuniões eixistas, faria eco nos ouvidos da polícia; e fez, levando mais de uma dezena a prestarem depoimento. Imagino os acusados raivosos, as conversas e burburinhos nas noites e nos lares, nas vendas, nas rodas mais inflamadas, os xingamentos. Nas conversas privadas e mesmo na intimidade da alcova os comentários do que acontece no público têm o sabor apurado dos boatos!, e é claro, o faziam na língua que conheciam e estavam habituados. Essa era realmente outra guerra. E a polícia, atônita.

Atônita? O Comandante do 13º Batalhão de Caçadores (Joinville) enviou ofício ao Comandante do 32º Batalhão (Blumenau), em junho de 1940, respondendo a um telegrama, cujo assunto nomeia como *Boato sobre manifestação*, como se vê:

I - Em resposta ao vosso telegrama de referência, informo-vos que foi o civil MARIO PEREIRA, Professor de um Grupo Escolar desta cidade quem disse ao Sgto. Arnaldo Machado, ao civil Mario Faraco e a outras pessoas, que tinha vindo de Blumenau e que assistira ali uma manifestação de alemães pelas ruas. Disse mais, que a Polícia e o Exército intervieram, que tinham sido presos mais ou menos 45 manifestantes e que os demais tinham debandado com a chegada do Exército e Polícia, mas que assim mesmo houve algum tiroteio. II – Este comando solicita as necessárias providências

<sup>446</sup> Processo crime n. 2.544 – José Zipperer e outro (Guilherme Patz). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

ao Dr. Delegado Regional de Polícia contra o boateiro. Tancredo Faustino da Silva., Ten. Cel. Cont.<sup>447</sup>

Afinal, se houve intervenção do exército, como eles mesmos não se entendiam? O dito *boateiro*, possivelmente um professor embevecido de espírito nacionalista, ou querendo obter ganhos com isso, disse ter *visto* o entrevero, porquanto, presenciara e podia provar. Aposto que a própria polícia se perdia no emaranhado de denúncias e acabava sendo ela mesma delatada – aqui, um testemunho vira mero boato para a polícia que manda tomar providência contra o boateiro. Ora, um boato é um tipo de rumor que pode ou não fazer “barulho”, e só em certas situações é alvo de conversa, dependendo de como é apropriado e transformado em rede de poder, ou, nas palavras de Foucault, nos *terríveis poderes* que a escuta de um discurso pode carregar<sup>448</sup>. O professor *boateiro* por certo não imaginava que a “novidade” seria tão comentada e, possivelmente, sobrou mesmo foi para ele.

Do sul ao norte, oeste e litoral do Estado, as correspondências grassavam de denúncias e deixavam à vista confusões e relações conflituosas, como esta de fevereiro de 1940: o Comandante da 5ª Região Militar enviou a Nereu Ramos cópia de um documento recebido e absolutamente minucioso, como se vê:

No mês de Maio de 1938, uma lancha trouxe, de São Xavier da Argentina, uma chata carregada de armas, amarradas em fardo de lona, até o Salto Grande do Rio Uruguai. Ali as armas passaram para diversas canoas e subiram o rio Peperi-Guassú para destino ignorado. Testemunhas oculares da baldeação confessaram isso a diversas pessoas. As autoridades policiais de Santa Rosa no Rio Grande (do Sul) são conhecedoras do fato. – Em Setembro de 1938, o Snr. PEDRO JOSÉ TILMAN, alemão, de Mondaí, que outr’ora baleou o nosso Pavilhão Nacional, junto com uma tal ANTONIO KLIMAN, de Itapiranga, desceram até a barra do Salto do Paraíso (rio Uruguai), ali amarraram a madeira e trouxeram uma lancha carregada de armas que também tinha chegado de São Xavier e das Tres Bocas. Subiram o rio Peperi-Guassú até Saltinho e aí desapareceram<sup>449</sup>

Até aqui temos um relato, com base em *testemunhas oculares*, de um fato que teria ocorrido dois anos antes, colhidos de pessoas que *confessaram*. Portanto, para o missivista, é verdade o que conta, há *testemunhas*. Há um alemão que teria baleado a bandeira, constituindo crime, e o contrabando de armas na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio

<sup>447</sup> Ofício do Comandante Tancredo Faustino da Silva, 13º Batalhão de Caçadores, Joinville, ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 25 de junho de 1940. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939-1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>448</sup> FOUCAULT, Michel (1996). Op. cit., p. 13.

<sup>449</sup> Ofício do General Emilio Lucio Esteves, Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de janeiro de 1940. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939-1941. Palácio do Governo. APESC.

Grande do Sul, entrando pela Argentina. Lembro que o contrabando de armas não é novidade e, devia ser comum na região de fronteira; na área rural as pessoas tinham armas para defesa e caça sem que até então se constituísse crime possuí-las. Continua o documento:

Na casa de ANTONIO KLIMAN existe muitas munições e fuzis. No mês de abril deste ano (1939) queimou a casa do Dr. KLIMINSKI e durante o fogo (incêndio), explodiram mais de 1000 (mil) litros. Depois no meio dos escombros, encontraram-se muitos fuzis inutilizados. Na Colônia Becker, que fica perto da fronteira, à margem esquerda do rio Peperi-Guassú, existem diversos intelectuais alemães, como os doutores KLIMNSKI, LEMS, HAUXER, LENHAS, CINZER etc... – Um, tal FAUSTO RODRIGUES, com um filho e um empregado, presenciaram a baldeação dos armamentos do TILMAN e KLIMAN. Em Abril deste ano, foi preso pelo Capitão ALDO FERNANDES, Delegado Especial de Xapecó, a pedido do Coletor LUIZ CURIO, de Itapiranga sob o pretexto de que o mesmo era um criminoso. Realmente nada existe que o desabone, sendo este o parecer das autoridades policiais do Rio Grande do Sul. Viajei com ele. – Falando com o ex-tenente da brigada do Rio G. do Sul, snr. REIS, intendente exator e sub-delegado de polícia do distrito de Barril, município de Palmeira, confessou-me que realmente existem armas escondidas também perto da casa da Viuva POTIERO (ex-sublevador desta zona) guardadas por foragidos riograndenses, no lugar Macaco-Branco, a 9 ou 10 Km. da foz. O Snr. ANTONIO KLIMAN, de Itapiranga, auxilia essa gente, fornecendo-lhe o mantimento necessário. – As primeiras informações me foram dadas pelo Snr. LADISLAU AGUIAR, de Rio Formoso. O mesmo disse, e é parecer de todos, que perto do armazém dum tal ALVARO COSTA, no Rio das Flores, existem ao menos 150 fuzis. – Há uma picada desconhecida que de São Pedro, da Argentina, vem para Rio das Flores, Clevelândia e Itapiranga. (...) Itapiranga, Mondaí, Palmitos e São Carlos, são 4 distritos povoados por elemento alemães e teutos. Em Mondaí existem diversos ex-oficiais alemães combatentes da guerra européia. Esta vila como a de Palmitos, foi sede de grandes centros nazistas e integralistas.

Prática comum, o contrabando<sup>450</sup> de armas ganhou visibilidade e as pessoas envolvidas (destacadas em letra maiúscula) eram nomeadas em seus possíveis paradeiros, facilitando assim as buscas. Bem, não estou aqui querendo saber se estes fatos eram verdade, sendo possível que realidades misturam-se com invenções, muito embora a preocupação com as organizações nazistas no Brasil e a guarda da fronteira<sup>451</sup> fossem reais nesse momento, assim como a idéia da existência do “perigo alemão” para a polícia política dos anos 1930 e 1940<sup>452</sup>. Chama a atenção a preocupação no documento com a veracidade dos fatos e os detalhes: um

<sup>450</sup> Os jornais denunciavam que o tráfico de pessoas e mercadorias estavam sendo realizados pelas fronteiras de Brasil, Uruguai e Paraguai, como aparece no *La Prensa*, *La Crítica*, *La Hora*, *El Plata*, no ano de 1942. Recortes existem no IJ1 – “1382” Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional. “Cópias de Ofícios Recebidos” de Autoridades Diversas (1941-1942). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>451</sup> O Decreto-lei n. 431, de maio de 1938, definia a estrutura e segurança do Estado, os crimes contra a personalidade internacional e a contra a ordem social; dentre esses crimes, atentado contra a unidade na nação com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro, o que valeria para a pena de morte por fuzilamento

<sup>452</sup> MAGALHÃES, Marionilde B. (1998). Op.cit., p. 58 e 59.

disse o que o outro presenciou e contou que o outro era isso, que aquele fez isso – armas, incêndio, intelectuais alemães, ex-oficiais europeus, sede de integralistas, nazistas, esconderijos...

Itapiranga, Mondaí e São Carlos constam como distritos do município de Chapecó<sup>453</sup>. Os outros nomes de lugares não constam do Censo de 1940; são vilas ou colônias localizadas no extremos das fronteiras entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Argentina – o Rio Peperi-Guassú, afluente do Rio Uruguai, divide a Argentina do Brasil, na Região de São Miguel do Oeste e Itapiranga, e o Rio Uruguai faz o limite geográfico entre os Estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Até a resolução da questão do Contestado<sup>454</sup> não houve a experiência da colonização na região, isso se considerarmos a colonização a partir da imigração e deslocamentos internos em busca de terras<sup>455</sup>. A partir do estabelecimento dos limites, o governo do Estado Felipe Schmidt cria então diversos municípios<sup>456</sup>, na tentativa de integrar essa região a sua economia, passando a fazer concessões a empresas colonizadoras e promover o povoamento e desenvolvimento da área. Noutra Lei, delinea normas de compra e concessão, onde se lê que só o título de registro dá direito à terra<sup>457</sup>. Exclui, portanto, os nativos e brasileiros sem posses, mesmo que morassem aí há um século!

A partir de 1916, frentes agrícolas são deslocadas para o Oeste catarinense. Dentre estes, parte considerável de colonos vindos do norte do Rio Grande do Sul, notadamente imigrantes e descendentes, iniciando – ou aprofundando - a atroz expropriação das terras dos

<sup>453</sup> O Oeste abordado aqui faz parte da região de Chapecó, atualmente desmembrado em pouco mais de 70 municípios. Até o início do século XX, era terra devoluta ou *terra de ninguém*, ocupada por pequeno número de habitantes que não possuíam propriedade da terra, apenas a exploravam. Caminho de tropas no tempo das missões, caminho de tropeiros paulistas no século XVIII, fez com que surgissem diversos *pousos*, e daí pontos de povoamento, e eram habitadas até então por caboclos, mestiços e índios. Ver POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: *Para uma história do Oeste catarinense* (10 anos de CEOM), nos. 1 a 8. Chapecó: UNOESC, 1995. P. 71-110.

<sup>454</sup> A região contestada já era disputada desde antes da criação da província do Paraná, em 1853, e em 1896, o governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, entrega a defesa dos direitos catarinenses ao jurista Conselheiro Mafra. Em 1904, Santa Catarina obtém a posse da região no Supremo Tribunal Federal; o Paraná não aceita e a questão se arrasta até a mobilização de tropas e os massacres envolvendo operações militares de grande monta, tendo como justificativa a presença de jagunços e monges que defendiam as terras e a sobrevivência. Entretanto, questões econômicas e acordos com a '*Brazil Railway*' levaram a intervenção e destruição dos caboclos. Numa ação militar, em 1915, foram mobilizados cerca de 7 mil homens – uma epopéia da luta contra o atraso do homem rural no contraponto do progresso urbano, bem ao calor do momento. O acordo em favor então de Santa Catarina foi efetivado em 1916. Dentre as obras sobre a Guerra do Contestado, entre 1913 a 1916, ver: AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1984; SERPA, Elio. *A guerra do contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999; RODRIGUES, Rogério Rosa. "*Os sertões catarinenses*". Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>455</sup> Para um estudo mais detalhado acerca da colonização de Chapecó, ver NODARI, Eunice. Op. cit; e MARTONANO, Dante. Desbravadores do Oeste catarinense. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3(4), 1982/83. P. 307-13.

<sup>456</sup> Pela Lei n. 1.147, de 25/08/1917, cria os municípios de Mafra, Cruzeiro, Porto União e Chapecó.

brasileiros em favor dos *colonos de origem*. Ou seja, o *modelo de colono almejado* foi o que estabelecia uma atualização ao imigrante europeu, esperado para civilizar o país, contrastando, assim, com o brasileiro, visto como vadio, incivilizado, pouco dado ao trabalho. Essa identidade de ‘brasileiros’ versus os ‘de origem’ é estabelecida no contraste, na auto representação de si no confronto com o outro, capitais simbólicos em jogo<sup>458</sup>. No Oeste, os conflitos étnicos e de (auto)representação foram tensos, e, tanto nos anos que antecederam, quanto durante a Segunda Guerra Mundial, os enfrentamentos existiam.

Numa viagem a São Carlos, em 1929, o então governador do Estado Adolpho Konder foi recebido com banda de música e charanga às margens do Rio Uruguai, cujo registro do jornalista Othon D’Eça eterniza um fragmento do discurso do visitante ilustre: “*De todas as casas drapejam bandeiras nacionais, ondulam flâmulas com as velhas cores alemãs*”<sup>459</sup>. Uma imagem que revela, por um lado, a visita como um elo para ligar o interior do litoral, por outro, as bandeiras confirmam que os sentidos duplos de nacionalidade, ou pelo menos de pátria, isso anos antes desta denúncia. Sim, naquele momento a nacionalização estava por vir. Eunice Nodari observa que, no período entre 1917 e 1954, as empresas colonizadoras não cessaram de enviar – ou levar – colonos para a região, destacando-se a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso como responsável por grande parte da colonização na região de Chapecó<sup>460</sup>, cujo recrutamento seduzia homens e mulheres para as benesses e riquezas da região, possibilidades de adquirir terras e, claro, civilizar aquele espaço quase devoluto<sup>461</sup>. Nota, porém, que durante a repressão da era Vargas aos imigrantes e descendentes, *a presença da elite de origem portuguesa no poder público local, e o próprio período político, a Era Vargas, fez com que, as etnias alemã e italiana, em vez de imporem as suas normas de ‘cidade de origem étnica’, renegociassem, constantemente, as suas próprias fronteiras étnicas*<sup>462</sup>.

<sup>457</sup> Lei n. 1.181, de 04/10/1917.

<sup>458</sup> Arlene Renk focaliza estes contrastes e denominações relacionais no Oeste catarinense, observando grupos que mantiveram fronteiras étnicas e grupos que ficaram no descompasso com seu *habitus* diante do outro, o imigrante. RENK, Arlene (1997). Op.cit. Ver também RENK, Arlene. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. In: *Grifos*, Revista de Divulgação Científica e Cultural da UNOESC - Campus de Chapecó, No. 6, 1999. P. 94.

<sup>459</sup> D’EÇA, Othon. ...*Aos espanhóis confinantes*. Ed. do Centenário. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992. P. 50.

<sup>460</sup> NODARI, Eunice S. Op. cit. Chapecó, em 1940, tinha uma população de 44.327 habitantes, sendo 1.461 estrangeiros, e posso depreender que boa parte dos brasileiros natos fossem descendentes, haja vista a colonização sistemática em vigor no Oeste.

<sup>461</sup> NODARI, Eunice Sueli. Idem. Também Alceu Werlang mostra que as companhias colonizadoras exerceram papel fundamental na ocupação do Oeste Catarinense. WERLANG, Alceu. *A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo Oeste catarinense*. Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil (1925/1954). Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>462</sup> NODARI, Eunice S. Idem, p. 149 e 150.

A par das denúncias sobre o contrabando de armas, aquela região de fronteira seria elo de ligação com o exterior. Stanley Hilton informa que uma rede de espionagem, organizada entre Rio de Janeiro e São Paulo, também estendera suas ramificações para o Rio Grande do Sul, dentre outros Estados brasileiros, porém, poucas informações foram obtidas sobre a rede no estado sulino<sup>463</sup>, embora, na Argentina, agências bancárias alemãs mantinham atividades de ‘fachada’ e contatos com *Gustav Engels, agente de codinome Alfredo, chefe da maior rede de espionagem que se organizara em nosso território*<sup>464</sup>. Como não tenho outras fontes sobre este contundente relato de nomes e lugares, inóspitos ou não, penso que as averiguações ou eram difíceis, ou mesmo não ocorreram, ficaram em arquivos secretos, ou então foram destruídas. É pertinente observar que, em setembro de 1943, o governo criou o Território do Iguazú objetivando formar uma área fronteira de Segurança Nacional<sup>465</sup>.

No outro extremo do Estado, em Rio do Testo, o Inspetor do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Ney Aragão Paz, dizendo-se *brasileiro moço e interessado verdadeiramente no surto renovador e progressista do nosso extremecido Brasil*, escreveu, em 18 de outubro de 1940, um extenso relato<sup>466</sup> ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores (Blumenau), que, em seguida encaminhado ao General Comandante da 5ª Região Militar (Curitiba), com cópia a Nereu Ramos, *em cumprimento ao que ficou estabelecido em conversação mantida com o comando dois dias antes*. Diz o relato sobre fatos que vinham ocorrendo no distrito de Rio do Testo, *trazendo como consequência um sentimento geral de indignação e revolta, por parte da população, que vê perturbadas a paz e a segurança de que tanto necessita (...)*. Então, passando às *minúcias dos acontecimentos*, o narrador denunciou o Escrivão de Paz e de Polícia, Wadislau Constansky, que, em razão da *arrogância e grosseria que lhe são inatas*, tinha o hábito de intimar as pessoas que lhe desagradassem, *macomunado com o sub-delegado de polícia local*, extorquindo-lhes dinheiro e, por isso, tinha poucos amigos, sendo a maioria dos moradores seus *inimigos acerrimos*. *Elemento viciado pela política antiga*, já que ocupava o cargo há seis anos, usando do poder para tirar partido *sob a falsa alegação de querer nacionalizar a zona e vingar-se dos que lhe são desagradáveis (...)*. A narrativa rebuscada e insidiosa o acusava de, em seu Cartório, *apesar*

<sup>463</sup> HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. A espionagem alemã e a contra espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. P. 163 a 170.

<sup>464</sup> PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit., p. 120.

<sup>465</sup> O Território do Iguazú foi criado pelo Decreto-lei n. 5.839, de 21/09/1943 (na ocasião, criou também os Territórios do Amapá, Rio Branco, Goaporé e Ponta Porã), com o interesse específico de defesa nacional. Em 1946, foi desfeito. Ver PIAZZA, Salter (1983). Op.cit., p. 651 a 653.

<sup>466</sup> Ofício de Ney Aragão Paz, Inspetor do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Rio do Testo, ao 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 18 de outubro de 1940; e Cópia ao Interventor Nereu Ramos. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

*da proibição oficial de falar-se em língua estrangeira em recintos e repartições públicas, ele se expressa com as partes exclusivamente em língua alemã (...) isto porque consulta melhor os seus interesses pecuniários e de ambição pelo dinheiro que ele coloca acima de tudo, entretanto, se fosse um inimigo, o insultava, oprimia e mandava prendê-lo.*

Na fala de Ney, o *elemento viciado na política antiga* seria o contracenso à “política nova”, onde não haveria lugar para tais confusões? Um escrivão que se aproveita do cargo com interesse privado e abuso de poder, e com o aval do delegado de polícia, ou um poder exercido tanto para liberar os amigos como para punir, insultar e prender os desagravos. Poderes, portanto, que se exercem em redes nas relações próximas. É possível afirmar que o abuso de poder foi largamente utilizado por homens que detinham cargos públicos, apoiados nas redes de sociabilidades e com ganhos políticos e econômicos, utilizando-se do momento circunstancial. Foucault mostra, por exemplo, que, na França do século XVIII, as *letres-de-cachet* foram um dos instrumentos que permitia a grupos ou indivíduos exercer o poder sobre alguém, controlar, denunciar, deter, ou uma espécie de micropoder<sup>467</sup>. Ora, Ney Aragão usava do poder de denunciar, e o escrivão o usava em proveito próprio e dos amigos, segundo afirmou o denunciante... Sentimento de revolta de classe? Étnica? Inveja? Ou de sentimento pelo *estremecido Brasil*?

O narrador da missiva foi além: durante *um baile nos salões do Hotel Heidora, os elementos da orquestra já um tanto alegres pela bebida, tocaram e iniciaram a cantar determinada canção popular em alemão*, ao que o Escrivão Constanski, *então presente e já enraivecido pelo isolamento em que se encontrava*, mandou o sub-delegado acabar com a festa, ou mandaria prender os músicos se continuassem a cantar. Entra em cena a esposa do escrivão *conhecida por todos como sendo quem dita as ordens ao marido*, ordenando ao delegado que cumprisse as ordens e ainda o chamou *publicamente de “delegado mole”*, fato este testemunhado por muitos presentes (citou alguns e sua função na cidade), sendo que o escrivão se retirou com um *sorriso de satisfação*, aumentando a indignação dos que se viram *ridicularizados*.

Ora! Bailes eram a diversão mais comum nas comunidades e colônias do interior naquela época. Rui Nogueira, o militar que ‘esquadrinhou’ Blumenau e relatou suas entranhas, conta que *eram usuais os salões de baile por toda aquela redondeza, e que aos sábados, à noite, e nos domingos até às 18 horas, as danças se realizam incessantemente, onde as libações alcoólicas são naturais e não causam nenhuma admiração*. Só em

<sup>467</sup> FOUCAULT, Michel (1999). Op. cit., p. 95 a 99.

Blumenau conta que existiam 22 salões de baile, sendo 10 em Massaranduba e 4 em Rio do Testo<sup>468</sup>. Não há dúvidas que os colonos alemães em todo o Estado dançavam e cantavam ao som de bandinhas<sup>469</sup> as músicas que conheciam e na língua de sua origem. Os bailes consistiam nos espaços de sociabilidades mais importantes nas colônias, ou a diversão mais comum para mulheres e homens – dançar era e é um ritual de encontro de corpos, jogo de sedução, namoro. Estes foram interpretado por Nogueira como lugar de *libações alcoólicas* (prazer e brindes com copos de vinho), e é óbvio que homens e mulheres se divertiam<sup>470</sup>. Estas só aparecem nas narrativas vistas como quem “manda no marido” ou embebedando-se em *cantorias grosseiras*; delas era esperado que se comportassem civilizadamente e se controlassem - tanto o missivista quanto o militar reproduziam condutas que na época eram vistas como coisas de mulher e de homem, naturalizando papéis. Chamar de “delegado mole” era sim uma ofensa imperdoável, ainda mais dito por uma mulher!

Noto que os bailes e festas dos colonos eram vistos como estranhos, exóticos, e ao mesmo tempo em que assustavam, seduziam. Se na região do Vale do Itajaí houve repressão ao divertimento e a presença de policias na manutenção da ordem, para conter os ímpetos de alegria antinacionalistas, no Oeste, durante o período mais forte da nacionalização, a prática de fazer bailes e torneios de bolão se manteve na interação de diferentes etnias. Ou seja, *a vida sócio-cultural das comunidades teutas e itálas, incluía a elite de origem portuguesa, momento em que era necessário diluir as diferenças entre os grupos étnicos, adequando-os aos ideais de brasilidade desejados pelo governo*<sup>471</sup>. Como se pode ver nos tantos entreveros, isso não aconteceu na região mais próxima do litoral.

À saída de um outro baile, em Rio do Testo, agora no dia 12 de outubro de 1940, Ney Aragão contou que os rapazes Rubens Conell e Herique Passold *sairam cantarolando uma canção popular alemã, sendo ambos presos e metidos na cadeia, antes de qualquer advertência. Mais tarde, com os pedidos em massa que o povo lhe dirigiu, o policial resolveu soltá-los, porém o escrivão Constansky e sua mulher ficaram fulos dizendo ao policial que devia ter deixado por mais tempo na prisão aqueles dois alemães de m...*<sup>472</sup>, quando os dois

<sup>468</sup> NOGUEIRA, Rui. Op. cit, p. 80.

<sup>469</sup> Juçara Nair Wolf observa a importância das bandinhas nas festas de São Carlos, oeste do Estado, colônia esta fundada por imigrantes. *Tocar e cantar metamorfoseavam-se em festas, festas estas que eram o espaço da sociabilidade*. WOLFF, Juçara Nair. Porto dos Cantadores: a construção da colônia ao ritmo e ao som das bandinhas. In: *Esboços*, n. 2. Florianópolis: UFSC, 1995. P. 19.

<sup>470</sup> Nas memória de Emma Hatzky, os bailes no Clube Concórdia de Palhoça e no Clube Caça e Tiro eram acontecimentos esperados, lugar de encontros, namoros, onde a comunidade se encontrava para dançar e aí os costumes eram mantidos. HATZKY, Emma. *Uma mulher do século passado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. P. 327 e seguintes.

<sup>471</sup> NODARI, Eunice Sueli. Op. cit., p. 211.

<sup>472</sup> No dito popular, seria “alemães de merda”, extremo xingamento que denota humilhação.

*rapazes nasceram no Brasil e falam perfeitamente o vernáculo.* Como coibir as manifestações de alegria, principalmente em ocasiões como esta? Embalados pelo chopp os rapazes naturalmente “esqueciam” e cantavam na língua a que estavam acostumados. Ora, pois, cantar não é crime; torna-se delito na contingência da guerra/repressão à língua e oportuniza esses atos que se pode considerar arbitrários.

Rui Nogueira observou que no Hotel Elite onde estava hospedado em Blumenau, nas noites de festa e bailes, *era impossível qualquer mortal conciliar o sono, com o barulho das bolas e a algazarra dos jogadores que, semi-alcoolizados, gritavam e cantavam canções alemãs, quando não proferiam improperios, felizmente, também nesse idioma.* Este observador, imbuído do espírito nacionalista, relatou que as festas nazistas eram *usuais* por todo o Vale do Itajaí, onde ficava a tremular a cruz gamada (suástica), hasteada na frente das casas, *nas paredes, nas mesas e até mesmo sobre bolos.* Foi pontual nas observações, pois

Nessas ocasiões as bebidas entravam em alta dose, deixando os participantes “fora de si”, depois de algum tempo. Dentre todas, a cerveja e o “chopp” contavam com a preferência, servidos em grossos e avantajados canecos de louça. (...)

Homens e mulheres sentados em torno das mesas, muitas vezes abraçados, cantavam em altas vozes, com os braços para cima tendo à mão os canecos do “chopp”, marcando o compasso da música, deslocando os braços ora para um lado, ora para outro. (...)

Ao fim das canções, geralmente, todos num arroubo de entusiasmo levantavam-se e então, o vozeria atingia o auge, estrugiam palavras e risadas e um dos mais embriagados tomava a palavra, dizia alguma coisa em alemão, que provocava outras tantas risadas e marcavam o reinício da canção. Assim decorria até altas horas<sup>473</sup>.

Como se pode perceber, o militar, estranho ao local, ficou tomado de admiração com a diversão a que homens e mulheres se permitiam, parecendo-lhe uma *orgia* o vozerio ensurdecedor que fazia estremecer, estrondear e estrugir - preconceito de quem viu a festa e o riso do “outro” com um olhar do centro (Rio de Janeiro), carregado de intolerância. Seria também uma *orgia* o carnaval da capital do país? A festa e os bailes têm lugar privilegiado nas relações das colônias alemãs, tanto em Santa Catarina como em outros Estados<sup>474</sup>, e o olhar estrangeiro denuncia preconceitos ao mesmo sabor do encanto. Posso avaliar que dançassem, cantassem, namorassem em língua alemã, ao que se percebe também resistências

<sup>473</sup> NOGUEIRA, Rui. Op. cit., p. 69 e 81.

<sup>474</sup> Vianna Moog, no romance *Um rio imita o Reno*, fala de uma cidade imaginária no Rio Grande do Sul e mostra que durante a campanha de nacionalização, nas décadas de 1930 e 1940, a população dançava, e muito! Geraldo, o protagonista, vai a um *Kerb* (festa) da colônia Blumental e narra a alegria esfuziante do baile, onde moços, mulheres, homens e velhos da cidade, da colônia que, suados, rodopiavam e dançavam abraçados,

e transgressões – por que não faze-lo, se rir é a condição humana de sentir-se vivo? O riso tido como “feito” e “incivilizado” resulta de todo um discurso na construção do homem moderno e da estética burguesa<sup>475</sup> na contenção dos sentidos. Era, pois, uma orgia de “incivilizados”!

E tem mais um baile no imenso relato de Ney... Agora nos salões de Ricardo Koch, onde ocorreu um conflito em que foram envolvidos Vitor Lohse, Bruno Gustmann, Arnaldo de tal e Bertoldo Lemke, tendo este último sofrido ferimentos e fratura em um dos braços. O escrivão os teria intimado, em conluio com o sub-delegado, a pagarem noventa mil réis cada um a fim de resolver o caso (da briga) amigavelmente, mas a negativa dos intimados em pagarem a quantia fez com que fosse aberto inquérito. *O caso é que esses acontecimentos que nos parecem à primeira vista de pouca importância repercutem de maneira desastrosa na vida deste Distrito – Rio do Testo - onde um misto de temor e de repulsa abala a população.* Noto que houve ganhos, perdas, intrigas, conflitos, jogos de poder, abuso de autoridade... Assim era também essa outra guerra. E esta narrativa que só tem razão de existir por conta dos acontecimentos que permitiam escrever cartas às autoridades sobre práticas comuns (brigas em bailes e bebedeiras aconteciam e acontecem), porém com o agravante étnico e do uso da língua, somado a denúncias de corrupção e abuso de poder. Na narrativa final, Ney diz que

Pode-se apreciar o crescente retraimento dos moradores em suas colônias delas não saindo mais com receio, nem para as festas populares que se realizam na sede do Distrito e talvez nem mesmo para as festas cívicas que aí se realizam e que, se antes eram pouco concorridas tenho a grata satisfação de acentuar que já era maior o interesse por elas, com tendência a aumentar. Foge-nos, assim, do nosso contato e da nossa influência, não dando a oportunidade a que, em seu meio, possamos difundir o vernáculo e contagiá-la com o nosso entusiasmo cívico; sendo uma população que se isola e retrai não pode ser atingida e, conseqüentemente transformada pelo movimento nacionalizador sem violências, na minha opinião, e pelo que observo, o mais salutar e eficiente.

Amiúde, o brasileiro moço que se dizia triste com o *estremecido Brasil*, ou estava conectadíssimo aos ideais de nacionalização, preocupadíssimo em *ser útil à minha pátria*, ou pleiteava as benesses da lei a seu favor? Foi enfático: a violência estava afastando os moradores das festas populares, e o que é pior, também das festas cívicas; e isso os tirava do

---

girando muito. Geraldo mostra-se *surpreso e ao mesmo tempo encantado com aquela promiscuidade*. MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. P. 118.

<sup>475</sup>Mikhail Bakhtin problematiza a cultura cômica popular no Renascimento e revela as infinitas formas de manifestação do riso e do humor popular. A estética burguesa fará o crivo a estas manifestações, em nome da conduta e da civilidade. BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de Francois Rabelais. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUMB, 1993.

contato salutar de *nossa influência* e contágio com o entusiasmo patriótico. *Viva o Brasil!*, terminou, com estima e respeito ao comando do Batalhão de Caçadores. Não é de duvidar que a violência estava no calor da hora, ânimos acelerados diante das proibições para o divertimento. Imagino o desenho deste cotidiano: as pessoas envolvidas e enraivecidas com os homens da lei; as mulheres certamente ouviam e discutiam os assuntos picantes do momento; as crianças presenciavam e ouviam as discussões... era a guerra e o processo de nacionalização forçada a dar ensejo a estes relatos. Quem era o inimigo, afinal? Homens de Hitler? Homens de farda, delegados, homens públicos, que se serviam do momento para resolver rixas pessoais, obter ganhos? A guerra teve dessas coisas, pelo menos neste Estado.

Coisas como essa, em 1939, dia 9 de setembro: Rui Gevaerd, então tabelião de Brusque, comunicou ao Interventor Nereu Ramos que o *Delegado de Polícia não compareceu a nenhuma das solenidades, aqui realizadas, em comemoração a passagem de mais um aniversário do "DIA DA PÁTRIA", nem se fez representar*. Salientou também a falta total de policiamento no desfile cívico-militar, denunciando a não colaboração de quem deveria fazê-lo como dever, *o que muito foi sentido, mas que saiu a contento graças a colaboração dos civis da sociedade local*<sup>476</sup>. Penso que a *sociedade local* de Brusque nem notou essa ausência num lugar onde os descendentes de imigrantes eram a grande maioria da população! Três anos depois, em novembro de 1942, o prefeito de Brusque comunicou ao Interventor que o *Dia do Reservista foi condignamente comemorado, tendo sido presenciada a Sessão Cívica por cerca de 1.500 reservistas, com um desfile no qual se incorporaram as autoridades locais, quando arrecadou-se como contribuição espontânea dos reservistas em troca de uma braçadeira com as cores nacionais*, a quantia de CR\$ 403,40, destinada a Legião Brasileira de Assistência<sup>477</sup>. Se, como vimos, em 1939, o tabelião da cidade denunciou a ausência do delegado de Polícia no desfile cívico, aqui, como se vê, não brincaram com a lei! Usaram a tal braçadeira? Era imperativo mostrar-se patriota nestas ocasiões, sem dúvida.

Ainda em Brusque, em março de 1942, um cidadão de nome Dalilo Quintino Pereira enviou telegrama a Getúlio Vargas reclamando ter sido demitido do cargo de Oficial do Registro Civil, apesar de nomeado para substituir o titular, agora na função de Prefeito da cidade:

(...) fui demitido fulminantemente porque prefeito Schaefer e Delegado Polícia Kormann, germanófilos de origem e coração, com calúnias

<sup>476</sup> Ofício de Alexandre A. Gevaerd, Tabelião, Brusque, ao Interventor Nereu Ramos, em 9 de setembro de 1939. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1939 - Palácio do Governo. APESC.

<sup>477</sup> Ofício de Germano Schaufert, prefeito municipal de Brusque, ao Interventor Nereu Ramos, em 21 de fevereiro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Nov/dez. 1942 – Palácio do Governo. APESC.

inquantificáveis apoiados secretamente pelo juiz de direito comarca, autoridade também popularmente desmoralizada iludiram boa fé digno Interventor Federal (...) além certos interesses não perturbar suas tramas tolerando e coadjuvando elementos locais Eixo. (sic)

Dizia ser pai de família e pobre, sargento reservista, enquanto que a sua *substituta tem marido bem empregado e sem prole alguma*. Visivelmente embravecido com a situação, o autor do telegrama afinou sua ira:

Juiz pessoa corrompida bígamo, ébrio, falso, arbitrário apesar sutilmente encapada (coberta, protegida) quando trata tribunal ladeado prefeito (...) trapaceiro, viciado desde escrivão fazer irregularidades monstruosas troco moedas não resistindo seu cartório uma apurada correção conforme verifiquei. Delegado tipo inofensivo aparência falso, atrasadão, maleável extremos, prestando-se ultimamente formar triunvirato, causa vergonha novo regime e desgraça nossa terra. Ninguém pode gritar contrário - perseguição e cadeia. Desesperado apelo espírito justo Vossência comprovado através seu abnegado governo não deixará volver vistas tão doloroso quadro, brasileiro perseguido e rechaçado dentro sua própria Pátria por elementos que apenas são brasileiros porque infelizmente nasceram no Brasil<sup>478</sup>. (sic)

Era outro brasileiro escrevendo para o presidente da República e, ao que se vê, lavando roupas sujas do que se passava, conforme diz, em Brusque – uma das cidades de colonização alemã de Santa Catarina. Denunciou um suposto *triumvirato* formado pelo poder instituído: o Prefeito, o Delegado de Polícia e o Juiz de Direito, *germanófilos* e coadjuvantes de elementos do Eixo...Não fosse a guerra, o clamor cívico, teria este telegrama sido enviado? O autor devia ter clareza do momento e de como repercutiria esse tipo de denúncia, e a bondade do governo *abnegado de espírito justo* não deixaria um patriota sem eira nem beira, desempregado, em favor de trapaceiros ligados ao Eixo.

A questão está nesse porém: o Eixo. Os germanófilos. Fora isso, a vida privada e o caráter destes três homens públicos não era assunto para tanto, afinal, eram autoridades do legislativo, executivo e judiciário a tomarem assento em todas as comemorações cívicas, e, mesmo que não agradassem a todos, tinham legitimidade. Brusque tinha muitos 'eixistas' face a sua composição étnica e problemas durante a guerra. Rui Nogueira ressaltou, a partir de seu olhar de militar, ao escrever, em 1942, após ter visitado Brusque, que ali estavam os irmãos Renaux, *filhos da Alsácia e nazistas fervorosos, a ponto de conservarem o retrato do “fuhrer” alemão nos seus escritórios, salientando o fechamento de escolas no local com o expurgo dos pseudo mestres que se encarregavam da inoculação do veneno nazista*<sup>479</sup>.

<sup>478</sup> Telegrama de Dalilo Quintino Pereira, Brusque, ao Presidente Getúlio Vargas, em 14 de março de 1942. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941-1944 – Palácio do Governo. APESC.

<sup>479</sup> NOGUEIRA, Rui. Op. cit., p. 34, 35 e 37.

E tem mais: já era início de 1944 quando José Agostinho dos Santos escreveu para a 5ª Região Militar, acusando o Sr. LUIZ BERTOLI JUNIOR, residente em Taió, que ora ocupa o cargo de Escrivão, com funções de Tabelião, antigo chefe da Ação Integralista, fala abertamente alemão em seu cartório. E, no referido cartório possui também uma auxiliar alemã, que usa de preferência essa língua (...). E segue: no Dia do Reservista, na mesma cidade, marcharam elementos com chapéus na cabeça, acompanhando o Pavilhão Nacional, na presença do Intendente Distrital HARTWIG ERN e o Sub-Delegado EDUARDO DENINGE MONTEIRO. E, por sua vez, o mesmo Sub-delegado deu licença a um alemão HEINZ KUHLEMANN para viajar vendendo a alemães aparelhos de rádio, mediante a porcentagem de 20%; deu soltura mediante paga de CR\$ 500,00 de cada um, a VITOR BUSTKE e ao dentista BRANDER, presos por desrespeito ao nome do Chefe da Nação, pelo falecido delegado SOLON MIRANDA<sup>480</sup>.

Imagens que estão no lugar e tempo: o que levaria José Agostinho dos Santos a delatar as autoridades do distrito de Taió?<sup>481</sup> O que pretendia? Denúncia de corrupção, extorsão e desrespeito à bandeira nacional, tudo acoitado pelo sub-delegado e pelo intendente do Distrito - uma intrincada rede de ganhos e disputas. Um alemão vendendo rádio era deveras curioso para um tempo em que este aparelho fora o estopim de muitas confusões, prisões, humilhações, como veremos adiante. Sim, constituía-se um crime ouvir programas que não a *Hora do Brasil*, além de ser motivo de prisão para os alemães, italianos, poloneses, japoneses, austríacos só o fato de possuir o aparelho. Outro cidadão anônimo, Ferreira Carvalho, escreveu de Rio do Teste a Nereu Ramos, em maio de 1943, denunciando o prefeito de Timbó como favorável ao Eixo. Disse que em Indaial o delegado prendia inocentes e soltava inimigos; que em Bluemanu, no Bairro Garcia, quase toda a população ouvia a Alemanha depois das 22 e trinta horas, e, que o Delegado de Rio do Teste era controlado pelo escrivão, um provocador de encrencas, etc, etc...<sup>482</sup>. Sugere que os homens das relações de poder estavam sendo traidores.

Alto Perimbó, Distrito de Bom Retiro<sup>483</sup>: era ainda dezembro de 1939, quando quatro homens (um sobrenome italiano, um brasileiro e dois alemães) resolveram escrever ao comando do 32º Batalhão de Caçadores declarando que Ricardo Tarihn é de nacionalidade

<sup>480</sup> Ofício de José Agostinho dos Santos, 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, em 26 de janeiro de 1944. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1942-1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>481</sup> Taió era distrito de Rio do Sul, com uma população de 13.591 habitantes. *Censo Demográfico - 1940*.

<sup>482</sup> Carta de Ferreira Carvalho, Rio do Teste, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 22 de maio de 1943. Anexo ao Relatório da Ordem Política e Social, relativo ao período de janeiro de 1942 a janeiro de 1943, de março de 1943. Acervo Privado de João Batista Ramos Ribas, Florianópolis.

<sup>483</sup> Residiam em Bom Retiro 27.842 habitantes, conforme o *Censo Demográfico - 1940*, sendo 204 estrangeiros.

*estrangeira e que é amparado pelo atual prefeito deste município, vem a tempo ocupando o cargo de Intendente Fiscal deste distrito (...) Por confiar nos atos de brasileiridade (sic) de Vs. Excia. em favor dos direitos de todos os brasileiros queriam que se resolvesse o caso do estrangeiro que vem exibindo falsos documentos para se manter em um cargo público*<sup>484</sup>. Ora, esses quatro brasileiros deviam estar incomodados com a municipalidade e acharam por bem denunciar o Intendente Fiscal e, por extensão, ou vice versa, o prefeito. Casos pessoais? A cidadania é requerida como *direito de todos* – um paradoxo num momento em que a exclusão era o mote, ao mesmo tempo em que incluía o ‘outro’ como não cidadão, não portador de nenhum direito. Documentos falsos é crime; era crime, sem dúvida. Mas... seria isso mesmo a motivar as denúncias??

Casos singulares apareceram nas fissuras desta guerra de nervos. Em fevereiro de 1940, ex sub-delegado de polícia, Manoel F. dos Santos, escreveu de Trombudo Central (Rio do Sul) a Nereu Ramos, dizendo-se *vítima de injuriosa calúnia* contida na carta anônima enviada ao mesmo Interventor, e que não passavam de *mero aleive* as acusações nela contidas, encaminhando um abaixo-assinado (44 assinaturas) de *pessoas de maior idoneidade desta Vila* e o que também podia ser atestado pelos habitantes do distrito. Não, não queria o cargo de volta, mas só *lhe pôr no conhecimento da real e verdadeira situação minha neste lugar (...)*<sup>485</sup> e mostrar-se patriota. Imagino que tenha visitado muitas residências, mobilizando a comunidade e colhendo assinaturas, e por conta de uma carta anônima que também recebera uma cópia! E quem o denunciara? Não tenho dúvidas que fatos como este provocavam uma onda de burburinhos que rolavam soltos, fazendo correr rumores confusos. Era muito complicado ter o nome “sujo” nas esferas do poder. E como ficaria sua honra, ainda mais num lugar pequeno onde todos o conheciam? A honra é tema comum nos textos de civilidade dos séculos XVII e XVIII, bem essencial a ser protegido e, se maculada, era possível procurar reparação da desonra através dos tribunais<sup>486</sup>. Quando há calúnias, maledicências, fofocas, os boatos espalham-se rapidamente – este medo estava presente na vida cotidiana das pessoas naquele anos.

<sup>484</sup> Carta (quatro assinaturas) de moradores de Alto Perimbó, Bom Retiro, ao Capitão Eduardo Augusto Bastos, Comandante do 32<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 22 de dezembro de 1939. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939-1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>485</sup> Ofício de Manoel Figueiredo dos Santos, ex sub-delegado de Polícia, Trombudo Central, ao Interventor Nereu Ramos, em 20 de fevereiro de 1940. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1940. Palácio do Governo. APESC.

<sup>486</sup> Ver FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: ARIÈS, P. e DUBY, F. (dir.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*, v. 3. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 589 e seguintes.

Se, por um lado o acusado defendia-se, também era possível intervir em favor de amigos, como fez o prefeito municipal de São Bento, em resposta a um despacho do Interventor Nereu Ramos, em setembro de 1942, informando que *o caso não foi tão grave como pinta o snr. André Lisboa*, pois que

o snr. Vigando Kock é um homem simples, bem intencionado e que relevantes serviços já prestou neste município contra o Integralismo, em 1935 e 1936, expondo a própria vida, conforme me atestou o Delegado Especial de Polícia (...), e, de mais a mais, o pretendente André Lisboa, que se dirigiu a Vossa Excelência com palavras tão cheias de zelo patriótico, não possui absolutamente capacidade moral para exercer cargo de confiança<sup>487</sup>.

Temos aqui um delator, um delatado e um prefeito querendo salvar a pele de um possível correligionário. Ao que parece, o delator intencionava ocupar um cargo que devia estar sendo cogitado para o delatado – talvez André Lisboa estivesse querendo apenas se destacar e ganhar prestígio, levar as autoridades a prestar atenção na pessoa que se autoproclamava patriota, ou, quiçá, um protetor..... Em meio a uma guerra de pressão psicológica e possibilidades de revanche, raivas acabavam na mesa do governador. Posso depreender que a guerra era motivo para acirrar picuinhas pessoais, e, em nome do patriotismo era possível fazer denúncias, obter ganhos. As línguas - e os sentidos – estavam soltas.

Soltas? Era o mês de março de 1943 quando o prefeito municipal de São Joaquim, Hercílio Vieira, denunciou ao delegado local que Vicente Cantisani, ao ser avisado na Coletoria de um dívida em impostos por parte de seu irmão José, *gritou que as autoridades brasileiras, inclusive funcionários públicos, eram bandidos, canalhas, ladrões e velhacos e que não existiam funcionários, nem autoridades no Brasil que fossem sérios, e que a prefeitura estava cheia de ladrões e velhacos (...)*, conforme consta dos autos do processo crime instaurado no Tribunal de Segurança Nacional, em 22 de maio de 1943<sup>488</sup>. As testemunhas – Elpídio Lima, Horário Pires de Haro, Hilário e Afonso Bleyer, Hercides Furtado, João Formica e Darci Vieira – conferiram a denúncia. Interrogado, Vicente Cantisani fez, em sua defesa, um enorme arrazoado dizendo que não ficou na Itália por ser contra o regime fascista, e que muitas vezes avisou colonos da região que não acreditassem no fascismo, pois estes eram exploradores e só queriam o dinheiro, incentivando-os a plantarem e distribuírem grãos (sementes). Além disso, tencionava mandar buscar seus familiares na

<sup>487</sup> Ofício de Joaquim Sales, prefeito municipal de São Bento, ao Interventor Nereu Ramos, em 21 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>488</sup> Processo crime n. 3.550 – Dr. Vicente Cantisani (Apelação n. 1.686). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Itália, inclusive sendo convidado pelo Cônsul italiano para comprar um prédio em Florianópolis e aí instalar um consultório, o que não aceitou. Morava há 30 anos no município, nunca incomodou ninguém e nem fora incomodado, e *só agora em virtude de ter negado empréstimo em dinheiro a certas pessoas, começam a intrigar-lhe com Deus e todo mundo* (...). Bem, a promotoria ouviu outras testemunhas, e o réu foi condenado a um ano de prisão - era 7 de outubro de 1942. Em 11 de janeiro de 1944, Vicente Cantisani encaminhou pedido de Perdão ao Presidente da República por intermédio do Conselho Penitenciário<sup>489</sup> (veremos adiante sobre este Conselho).

Como se vê, Cantisani soltou o verbo contra os poderes públicos locais, e isso custou-lhe mais de um ano de detenção. Os insultos às autoridades eram um ato extremamente ofensivo, considerado injúria, ou agravo/insulto à dignidade/decoro das autoridades constituídas de São Joaquim. Outro caso que foi parar nos tribunais aconteceu no distrito de Princesa Isabel (Caçador) contra Fernando Panacione – brasileiro, industrial do ramo de pasta mecânica, 56 anos. Em dezembro de 1942, o seu empregado, Rodolfo Turra, o denunciou por explorar os operários e pagar os salários como bem entendia, para além de não pagar feriados e extras e descontar do salário exagerada soma para passagem de balsa no Rio do Peixe. Turra disse que Panacione se considerava *mais brasileiro* que o próprio Getúlio Vargas, era *adepto do Eixo e torcendo sempre pela vitória dos regimes totalitários*; desprezava as leis brasileiras e menosprezava o Brasil e suas autoridades. Era *cuncuminado* (conluído, que conspira junto) com o ex-sub-delegado, Armando Miranda Vila Nova, que o apoiava em tudo e por isso teve a honra de levar a bandeira nacional numa comemoração cívica de sete de setembro, além de ser italiano e mentir que é brasileiro. Disse ter ouvido de Panacione que *logo o Eixo ganharia a guerra, e que se não fossem os estrangeiros nada seria do Brasil; que alimenta o espírito do nazi-fascista falando sem escrúpulos das leis brasileiras, e que o Eixo ia ganhar a guerra indo o Brasil pagar com o sacrifício ou escravidão de seus filhos, sendo todos nós, brasileiros, escravos dos italianos e alemães; isso porque no Brasil são uma negrada e ladrões* (...), e ele *com seu poder compra as autoridades, faz e desfaz – esse italiano sem sentimentos e “crápula” que é amparado pelo ex-sub-delegado, Armando Vila Nova, etc, etc...* Vai longe o depoimento.

Citado, José Maurina acusou Panacione de chamar as empresas brasileiras de uma quadrilha de judeus, que Osvaldo Aranha é tapeado pela polícia norte-americana, e o ministro

<sup>489</sup> Ofício N. 17/44 – Ref. Distribui pedido de perdão. De Rubens Ramos, Secretário, a Othon da Gama Lobo D’Eça, Membro do Conselho Penitenciário, em 11 de janeiro de 1944. Ofícios da Penitenciária JD/IJ/E/S – Pe 1943/4. APESC.

nas reuniões de assuntos nacionais, lhe eram apresentadas algumas mulheres e era dada por concluída a conferência. Mais:

Que lhe dissera que não comprasse jornais que as notícias eram tudo mentira, que se quisesse saber notícias certas fosse na sua casa e ele ouvia rádio e dava as notícias certas; que a Alemanha aliada a Itália e Japão eram invencíveis; que o fisco brasileiro não passava de uma corja de negrada e ladrões e que os sindicatos só extorquia dinheiro do empregador em benefício do empregado e que isso era um roubo; disse que essa caboclada quando ficam doentes deviam ser amarrados com pedras e jogados no Rio do Peixe<sup>490</sup>.

Nessa enleada de denúncias, contou ainda que a esposa de um empregado ficou doente e Panacione, ao invés de ajudar, perguntou se ela *queria uma pedra no pescoço para ser jogada no rio*, dizendo que os empregados *são gente inútil e só servem para roubar dinheiro de seus patrões*, e que no Brasil não havia lei. Por isso, ele fazia as suas próprias leis num país em que *tudo era por dinheiro, e isso ele tinha com abundância, e por isso fazia e acontecia*; que era *inútil procurar a autoridade policial porque esta é conluiada com Panacione, que este compra as autoridades*. Bem, o Inspetor de Quarteirão, Juventino Rodrigues, confirmou as encrencas e agressões, dizendo ainda que o acusado perseguia Scarduelli porque queria suas terras e a madeira nela contida para fazer estaleiro. Luiz Benato, João Leão, Julio Donatelli e José Nercolini o acusaram. Armando Francio (encarregado da Coletoria) disse que Panacione pagava o fisco e os impostos, era bom patriota, tanto que na festa cívica levou a bandeira e contribuiu muito para a Aviação Nacional.

No depoimento, o acusado Fernando Panacione – era já 2 de fevereiro de 1943 - nega as acusações de Turra e dos outros. Disse ter sido fundador de Perdizes, construiu Gramado, onde reside, fez ruas, usinas, pontes, etc, nunca desobedeceu as leis, trabalhando para o *progresso da pátria brasileira*, portanto, os que o denunciavam o *fazem por motivos fúteis, e por vingança pessoal o acusam de 5ª colunista e calúnias* (...). Bem, apareceram recibos, quitações, folhas de pagamento, um rol de documentos inseridos durante o andamento do processo que foi arquivado pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 8 de junho de 1943. Insuficiência de provas? Não está claro o desfecho.

Foi mais um caso onde apareceu a denúncia a uma autoridade policial e onde fica explícito o sentido rancoroso de brasileiros com o tratamento preconceituoso; neste caso, envolvendo relações trabalhistas. Entretanto, o caso passou a ser de segurança nacional, no discurso que ligava Panacione ao Eixo. A condição humana de livre exercício de defesa, ou

denúncia, só ocorre na relação, na ação humana de existir na relação com o outro, na vida ativa e seus condicionantes<sup>491</sup>; e os homens e mulheres estavam vivendo nas relações de uma guerra, mais precisamente de uma guerra que não era deles e acabaram envolvidos nas redes impostas pela ordem. Elizabeth Cancelli percebe que a *institucionalização das denúncias políticas fazem casos de vingança pessoal serem transformados em investigações para garantir a segurança nacional*, mostrando que isso ocorreu em todo o país no tempo da guerra<sup>492</sup>, oportunizando revanchismos que beiravam ao absurdo não fosse a situação criada para que pessoas assim o fizessem.

Por exemplo, em Hamônia (Ibirama) as coisas aconteciam ao sabor das denúncias, no contraponto da necessidade imperativa de dar mostras de patriotismo. Em 15 de janeiro de 1942, os moradores reuniram-se para *ouvir as palavras do eminente Chefe da Nação ao inaugurar a 3ª Conferência de Chanceleres Americanos*. Na ocasião foi instalado um alto-falante, ligado a um aparelho de rádio, estando presentes o prefeito municipal Rodolfo Koffke, o juiz da Comarca e outras autoridades que, *com profundo respeito e ardor* ouviram o discurso e assinaram este documento – são 37 assinaturas - *numa exortação ao momento histórico*<sup>493</sup>. Dias depois, em 27 de janeiro, o agente policial de Hamônia, Cirilo Minelli, escreveu longa carta a Nereu Ramos com o intuito de fazê-lo conhecer as *tristes impressões* colhidas na cidade. Sim, sobre as *injustas perseguições a que são expostos brasileiros, funcionários públicos, trabalhadores e honestos que não se unem, como seus perseguidores, nas rodinhas de cafés, para lá, na orgia de repúdio ao trabalho, martelar o próximo em constantes “conversas fiadas” e atentar contra sua reputação*. Nessas rodinhas, disse Minelli, só se ouvia falar contra o prefeito que *é ameaçado em público como se tratasse de quem não tem responsabilidade e nunca tivesse dado provas de ser bom brasileiro*, e por certo não ignorava o Governador de que ele era bom administrador<sup>494</sup>. E, mais enfático,

<sup>490</sup> Processo crime n. 2.959 – Fernando Panacione. Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional., Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

<sup>491</sup> Hannah Arendt recupera essa assertiva: *O mundo no qual transcorre a vida activa consiste em coisas produzidas pela atividades humanas(..) O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isso que os homens, independentemente do que façam são sempre seres condicionados*. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. P. 17.

<sup>492</sup> CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 142.

<sup>493</sup> Carta e cópia da Ata da Reunião Cívica para ser ouvido o discurso inaugural da 3ª Conferência de Chanceleres, proferido pelo Dr. Getúlio Vargas, enviada ao Interventor Nereu Ramos pelos moradores de Hamônia, em 17 de janeiro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>494</sup> Carta de Cirilo Minelli, agente de Polícia em Hamônia, ao Interventor Nereu Ramos, em 27 de janeiro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

Tenho notado que o Sr. Prefeito e também seus subordinados são ameaçados e provocados somente com o intuito de levá-los a caírem em alguma contravenção ou violência e assim fornecerem motivos para serem afastados do cargo.

As calúnias são levantadas como se os funcionários da prefeitura falassem constantemente o alemão, nas repartições públicas, mas não minto se dizer que tal não acontece (...) Em plena praça pública vejo a mais alta autoridade da Comarca apoiar quem levantar sua voz e dizer que vai mexer com alguma coisa que possa ser contra o Prefeito. E assim poderia citar numerosos outros casos de perseguição dos que não trabalham contra os que dedicam todo o seu esforço e zelo ao cumprimento de seu dever. (...) o que realmente se passa nesta Comarca, cuja origem e tranquilidade estão sendo perturbadas pelas intrigas e mexericos de certos difamadores sem escrúpulos.

Foi então outra situação: um agente policial em defesa do prefeito, esmerando-se em denunciar pessoas que, ao que se depreende da carta, queriam mesmo ver o circo pegar fogo e ficavam de conversas em *rodinhas*, tramando confusões envoltas em intrigas e mexericos... pessoas estas que *repudiavam o trabalho* e viviam para fofocar! Noto que nesta carta aparecem os trabalhadores versus os vadios, ou seja, os trabalhadores eram honestos e responsáveis, enquanto os avessos ao trabalho eram mexeriqueiros e fofoqueiros, viviam para pegar um flagra de alguém falando em alemão e fazer intrigas. É interessante perceber nesse caso – como em outros - uma forma de controle social que os moradores passam a vivenciar no momento em que tais acontecimentos, antes corriqueiros, ganham dimensão política e, claro, provocam uma onda de denúncias e o medo de acusações. A fofoca, diz Norbert Elias, é um fenômeno *que depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias*<sup>495</sup>, ou seja, aí aparecem os mexericos que podem ser depreciativos, ou elogiosos, mas sempre sociais, reguladores e temidos.

Nas relações de vizinhança afloravam conflitos étnicos que, noutro momento, não seriam caso de segurança nacional. O brasileiro Ernesto Laurindo achou por bem resolver intrigas pessoais com seu vizinho Julio Dal Molin - natural de Beluno (Itália), lavrador, analfabeto, morador de Morro Estevão (Criciúma) – e o acusou, bem como ao filho, Marcos Dal Molin, de serem *partidários do Eixo e falarem em italiano*, isso em março de 1943. A delegacia de Criciúma encaminhou o processo ao Departamento de Ordem Política e Social, e o caso foi então investigado e encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional<sup>496</sup>. No depoimento, que consta dos autos do processo, Ernesto Laurindo é enfático:

<sup>495</sup> ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. P. 121 e seguintes.

Julio Dal Molin meses atrás esteve em sua casa e começou a falar-lhe sobre o Eixo, e que perguntou-lhe o que era o Eixo e Julio Dal Molin respondeu-lhe que o Eixo era a Itália. Então disse que o Brasil estava muito contra a Itália, e que Julio lhe disse que se a Itália perdesse a guerra ele iria envenenar o seu terreno para não produzir mais nada e queria ver os brasileiros com dor de barriga. E que Julio Dal Molin começou a falar mal do governo brasileiro dizendo que nunca tinham trabalhado em benefício do país (...). Que ele não gosta que os brasileiros se cerquem de sua propriedade e que no seu lugar o que se entende como brasileiros são os “caboclos”, que Domenica, mulher de Julio, é boa pessoa, mas Marcos Dal Molin, filho, também não gosta dos brasileiros.

Disse que o único eixista do lugar é Dal Molin (...). E que os governos brasileiros não faziam nada pelo país e que a família de Julio só fala a língua italiana tanto em casa como em público, e que muitas vezes foram advertidos por ele mas não deixaram(...). Que a família de Julio é muito boa mas tem o defeito de falar italiano e fazer pouco dos brasileiros.

Nas declarações de Julio Dal Molin, eram falsas invenções as acusações de Laurindo, o conhecia e sempre lhe havia tido amizade, além de denunciar o delegado de ter exigido dinheiro *para deixar de efetuar a prisão*. Já o filho Marcos argumentou que *se dá bem com os brasileiros do lugar e é mentira que não gosta dos brasileiros*, porém Laurindo não gostava dele e de sua família, mesmo sem nunca terem a eles feito algum mal. Sim, disse Marcos, *às vezes sua família fala a língua italiana porque é hábito antigo, porém falam a língua portuguesa, e às vezes um pouco uma um pouco outra por não estarem ainda bem acostumados com a língua*. Uma testemunha, Onofre Lima, confirmou que ouviu dizer que Dal Molin ia *envenenar os terrenos* e os brasileiros mereciam ter *dor de barriga*. Era 29 de outubro de 1943, o Tribunal mandou arquivar o processo.

Esse processo, como outras tantas denúncias, mostra as relações de vizinhança que afloram com a guerra e onde preconceito étnico é evidente – um brasileiro reclamando de ser tratado como “caboclo” e denunciando o italiano de intolerância e ameaças de envenenamento. A utilização da língua italiana, ou alemã, e a possível ligação com os “eixistas”, eram delitos graves para o momento. Quanto às picuinhas... bem, não eram novidade essas relações de enfrentamentos étnicos pelo Estado; neste momento, devido às contingências, viravam crime. O cotidiano era de cuidados: uns cuidando dos outros e os espionando; outros comedindo-se, transgredindo normatizações. Edith Michelson mostra, em seu depoimento, como eram as relações entre vizinhos em Encano (Blumenau) naqueles anos: *tínhamos um vizinho, o senhor João Pinto, ele sempre rodeava nossa casa e ele era inimigo dos alemães, aí ele era nosso amigo mas nesse ponto, nessa época ele cuidava de quem*

<sup>496</sup> Processo crime n. 4.138 – Julio Dal Molin e outro (Marcos Dal Molin). Fichário: Santa Catarina, Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

*falava em alemão, daí ele dedou*<sup>497</sup>. Ou seja, um cotidiano de ouvidos atentos onde amigos tornam-se inimigos e as relações passam a ser de tensões e medo de ser delatado.

Os poderes estavam sendo disputados entre homens instituídos para determinados cargos, ou figuras públicas que despertavam ciúme, inveja, ressentimentos por parte de quem se considerava injustiçado, bem como detentores de poder econômico (o patrão, o dono do bar ou da venda, da empresa). Que poderes tinham esses homens nos seus cargos? O tabelião, na função de notário público, reconhecia assinaturas e registrava documentos, escrituras; o coletor e o exator faziam cobranças, arrecadações de impostos e de contribuições; o escrivão era o oficial público que escrevia autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública; o delegado tinha o poder de processar e o policial de autuar e deter; do juiz dependiam as penas dos detidos e as decisões processuais; o inspetor de quarteirão fazia a ronda e delatava; o prefeito ou intendente estavam no lugar privilegiado em cargos de confiança do Interventor Estadual.

Estabelecidos em redes, os poderes se espalhavam e por isso mesmo brigavam e denunciavam-se o tempo todo. Temos prefeitos que denunciavam delegados, delegados que acoitavam prefeitos e escrivães; tabelião e escrivão denunciando delegados; delegados em defesa de prefeitos; pessoas comuns denunciando patrões, vizinhos, delegados, intendentes, juizes, prefeitos; vemos coletores defendendo amigos, além de outras relações que foram aparecendo nos documentos. E todos têm em comum a denúncia de que o *outro* era quem colabora com o Eixo, falava em língua estrangeira, ouvia rádio, fazia reuniões secretas e, portanto, legitimava a denúncia no calor da hora. Denunciar significa delatar destituindo o outro de algo, ou seja, anunciar com significação contrária (prefixo *de*<sup>498</sup>). Portanto, o delato foi, durante a nacionalização forçada e a guerra, uma forma de anunciar o crime do “outro” e esperar que fosse castigado – isso fez com que o medo da denúncia deixasse muitos descendentes e estrangeiros quase que escondidos das relações sociais comuns até então.

Para a Igreja Católica, foi um momento de tensões, tornado-se necessário o jogo político em defesa do clero, sendo permitido o exílio dos membros denunciados, o que não a isentou de prisões e problemas com o Governo, mostrando, entretanto, um tratamento diferenciado em relação ao clero evangélico, mais visado e, porquanto, inviabilizado para negociações. Para a população, restou “acatar” as ordens do clero e do governo, significando que, na cotidianidade, as resistências expunham-se: silenciavam, transgrediam, delatavam.

---

<sup>497</sup> MICHELSON, Edith, 79 anos. Depoimento concedido em 24/03/2000, Ituporanga. Para Alessandra Doose do Prado, a quem agradeço a colaboração.

Nas relações de poder, as diversas autoridades - delegados, juizes, coletores, prefeitos, escrivães, tabeliães, intendentes distritais, padres, inspetores, etc. -, engalfinhavam-se nas denúncias de falcatruas, (re)ativadas vinganças e desavenças pessoais, oportunismos e revanchismos. Não era a guerra em si, mas as medidas e decretos em torno desta contingência a oportunizar uma “outra” guerra, interna, uma guerra de nervos. Para a população, ficaram os tremores deste tempo nada fácil - um tempo de aflição, medo, angústias, *de rupturas, mudanças, dissoluções de culturas, possibilidades de novos modos de ser*<sup>499</sup>. É deste cotidiano que falo: do medo que fez pessoas reinventarem práticas, resignificarem e significarem-se; sujeitarem-se.

Nas memórias, o medo da prisão está ainda presente, bem como das humilhações e da violência, como veremos a seguir.

---

<sup>498</sup> Denunciar – *de + nunciar*; do latim *nuntia* – anunciadora, mensageira, precursora. O *de* é o movimento de cima para baixo e de significação contrária. Denunciar, destituir o outro de algo.

<sup>499</sup> DIAS, Maria Odila Leite da. Op. cit., p. 226.

## Quarto Capítulo

### Cicatrizes desta “outra” guerra

Entremeadas à produção de medos, revanchismos e denúncias, eram as prisões a maior desgraça naquele momento: desde campos de concentração, delegacias e cadeias locais, até castigos e violências físicas atormentaram o cotidiano de boa parte da população do Estado catarinense nos anos da Segunda Guerra. Homens e mulheres temeram estas denúncias com medo da prisão, do afastamento da casa e da família; escreveram cartas às autoridades pedindo clemência; foram inquiridos nos tribunais. Destas redes ficaram cicatrizes, rancores e ressentimentos que ainda cavoucam nas memórias.

As narrativas deste capítulo mostram uma face da guerra até então submersa, encontrada sim em alguns fragmentos esparsos deixados (ou esquecidos?) em velhos arquivos de correspondências oficiais. Porém, quase nada diriam sem os desdobres recortados de lembranças que as compõem, ainda que inexoravelmente representados *naquilo que ao mesmo tempo lhe escapa e escande, nos seus tropeços e nos seus silêncios, ali onde a voz se cala e retoma fôlego*<sup>500</sup>. Desses ressaibos, a guerra também foi vivida.

#### Os campos de concentração no Estado

Eu, abaixo assinada Gertrudes Niemeyer, Brasileira, casada, tenho quatro filhos menores, domiciliado(a) em Itajaí; Rua Brusque 23, venho por meio desde (desta) pedir I. Excl. de por em liberdade o meu marido Hanz Niemeyer que se acha atualmente internado em Trindade.

Assim Gertrudes iniciou sua missiva, endereçada a *Sua Excelência o Sr. Interventor Dr. Nereu Ramos*, em 10 de fevereiro de 1943, numa caligrafia deslizando em letras grandes e erros na grafia - troca o ‘o’ pelo ‘a’, ‘t’ pelo ‘d’ - embora bem legível em tinta azul<sup>501</sup>. Seu pedido se fez em virtude de não ser mais capaz de sustentar a família e pagar os impostos da oficina e aluguel da casa, chegando *no ponto de falta de necessidades, somente meu ajuda* (sic) *urgentemente pelo meu marido pode nos salvar desta miséria*.

<sup>500</sup> GAGNEBIN, J.M. *História e narração em Walter Benjamim*. São Paulo: Perspectiva, 1994. P. 115. Apud CARDOSO, Irene. *A narrativa silenciada*. São Paulo: USP/FFLCH. (digitado).

<sup>501</sup> Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 10 de fevereiro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Dez/Jan. de 1943. Palácio do Governo. APESC.

Mas, qual teria sido o delito do marido, então detido no campo de concentração para presos políticos em 1943, na Trindade, em Florianópolis? No sentido de esclarecer os fatos, fez o que disse ser um *desenrolamento dos acontecimentos*: era 11 de agosto de 1942, haviam chegado na oficina de seu marido três homens, ligados ao Sindicato dos Estivadores de Itajaí, com pedidos de serviços com urgência para a inauguração de um prédio. Sendo curto o prazo, seu marido, após insistências, aceitou a encomenda, *ele e os filhos trabalharam nos domingos e dias até tarde da noite as 10 ou 11 horas*. Continua:

No dia 18 de agosto meu marido ainda foi colocar os letreiros e ficou pronto as 10 horas, como ele estava com sede ele queria tomar uma cerveja e convidou um Brasileiro especialista em rebocar de Curitiba (...) e depois de ter acabado a mesma eles esperaram no Instituto a vinda dos Engenheiros se ele ainda tinha ordem para a inauguração, logo depois chegou e comunicou que a inauguração não seria feita porque cinco navios brasileiros foram afundados, meu marido que não sabia de nada porque não tinha ouvido as notícias primeiramente, porque como se deixa provar o nosso rádio tinha um defeito e já não funcionava desde três semanas e segundo pelos serviços não tinha tempo (...) foi retamente para casa contar mais o caso e proibir os filhos sair na rua como ele mesmo também ficava em casa porque ele não queria que algum de nós dava causa para provocações. (sic)

Noto que a mulher estava informada dos acontecimentos daqueles dias que antecederam a declaração de guerra à Alemanha, a 22 de agosto de 1942, e mesmo escrevendo em fevereiro de 1943, relatou com precisão de detalhes aquele momento – uma memória tecida de sentimentos familiares, entrelaçada às proibições e ao medo de provocações. Era um momento bastante tenso para os moradores da cidade de Itajaí, de onde eram alguns marinheiros dos navios mercantes afundados meses antes, e o *Jornal do Povo* lembrava que a cidade *viu sacrificados num dos últimos atos desse imenso drama guerreiro das ondas, dois de seus ilustres marinheiros (...) com dignidade e bravura*<sup>502</sup> conforme o articulista, fato este que deve ter mexido com sentidos e acalorado os ânimos contra imigrantes e descendentes.

Gertrudes narrou minuciosamente como se recolhesse de um minuto antes os fatos daquele dia 18 de agosto de 1942. Era meio dia e estavam almoçando, quando

chegou a polícia avisando meu marido de aparecer na delegacia, imediatamente meu marido sabia que ele fosse (seria) preso. O Dr. Delegado acusou meu marido que ele tomar uma cerveja enquanto cinco navios foram afundados, a defesa do meu marido ele não aceitou como verdade e prendeu o mesmo. Depois de três semanas o meu marido foi transferido sem interrogação para Florianópolis, e como o Dr. Lizera que fez a revista em nossa casa prometem para meu filho que se foi despedir do pai, que o meu

<sup>502</sup> *Jornal do Povo*, Itajaí, 12/04/1942.

marido só foi transferido para fazer inquérito e em três até 4 semanas foi (seria) posto em liberdade porque não acharam nada no revistamento, que comprometia o meu marido, como também a conduta do mesmo era ótima.

Já havia se passado seis meses do ocorrido e, sem notícias, Gertrudes apelou argumentando que seu marido estava no Brasil há 33 anos e *nunca meteu-se na política, não era partidário, nunca conspirou contra ao Brasil e nem falava mal de nosso país, em contrário ele ensinou e educou os nossos filhos no sentimento de brasilidade, prova é que os nossos filhos foram os primeiros Escoteiros de Blumenau*. Com essas contundentes palavras cujo intento é dar provas da *plena inocência* do marido, apelou ao *sentimentó de justiça* do Interventor *para evitar que uma família caia inocentemente na miséria*, agradecendo em nome dos filhos menores.

Sem resposta do Interventor Estadual, Gertrudes então escreveu diretamente ao Presidente da República, no dia 7 de outubro de 1943<sup>503</sup> (a carta anterior era de 10 de fevereiro), carta esta devolvida a Nereu Ramos, dactilografada (cópia) e assinada por Dr. Trinton, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 12 de novembro de 1943, com o parecer de que sobre o assunto *nada consta nos fichários deste gabinete*<sup>504</sup>. Nesta carta, Gertrudes repetiu os argumentos da anterior, dizendo ignorar até então o motivo da detenção, *pois até esta data ainda não respondeu inquérito* e nem fora convidado a prestar quaisquer declarações, e que seu filho mais velho procurou manter a oficina *a fim de enfrentar a miséria que ameaça toda a família*, mas, ainda aprendiz, na ausência do pai, dava conta parcamente. Agora, fora o filho sorteado para o exército brasileiro<sup>505</sup>, tornando-se eminente *a falta do pão de todo dia*. Em vista dos imperativos da sobrevivência, apelou para que *V. Excia mande averiguar qual a culpabilidade de meu marido e se não haver, do que está ela convencida, que se lhe restitua a liberdade o mais breve, a fim de que possa voltar ao seu lar e trabalhar em sua oficina em Itajaí, para poder manter a família*.

<sup>503</sup> Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao Presidente da República, Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 1943. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>504</sup> Parecer anexo à carta (cópia) devolvida. Em Portaria Ministerial No. 5.214, de 12/01/1942, ficou instituído o regimento interno da Seção de Segurança Nacional, cuja principal atribuição era o combate ideológico, já que estava o país em plena fase de repressão aos estrangeiros. Conforme Augusto César Lobo, Diretor desta Seção em 1942, tinha função de receber e estudar denúncias relativas à segurança nacional, enviadas ao Ministério da Justiça e Relações Exteriores, pela Secretaria da Presidência da República, e então devolvidas ao interventores estaduais. Arquivo Histórico Nacional. Seção de Segurança Nacional, IJ1 1374. Exposição de motivos sobre a necessidade da Seção de Segurança Nacional à Secretaria da Presidência da República, em 18 de agosto de 1942. Citado por CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. P. 68.

<sup>505</sup> São vários os casos de detidos que têm filhos nas fileiras do Exército em Santa Catarina, evidenciando que isso não dava nenhum respaldo às famílias. Também ocorria em outros lugares: no município de Estrela, no Rio Grande do Sul, Albino Kerber, descendente de imigrantes há muito no Brasil, foi preso e acusado de

Já era 11 de novembro de 1943 quando deu entrada, no Tribunal de Segurança Nacional, o processo crime de Hanz Niemeyer, tido como *fanático participante do Eixo*, conforme Portaria de Antonio de Lara Ribas. A folha de antecedentes de Hanz o tinha como filiado à União de Artífices de Blumenau, documento que comprovava um convênio secreto entre a chefia nazista e Curt Hering, comprometendo-se a trabalhar para o nazismo, além de fotografias e cartas assinadas com “*Heil Hitler*”, dentre outros<sup>506</sup>. Ou seja, estava na Penitenciária Agrícola da Trindade desde agosto de 1942, sem que a esposa tivesse notícias. O nome de Hanz fazia parte também da relação dos alemães ligados ao Partido Nazista, internados na Penitenciária de Trindade/Florianópolis. Conforme dados retirados do ofício de Antonio de Lara Ribas, Delegado da Ordem Política e Social de Santa Catarina, em dezembro de 1943, Hanz Niemeyer foi detido em Itajaí, sendo que *em 1937 foi um dos signatários do convênio secreto das sociedades de Blumenau com o Partido Nazista, pelo qual se comprometia em nunca desenvolver atividades contra Hitler ou o Terceiro Reich, e, em 1942, ofendeu aos brasileiros e exaltou Hitler*<sup>507</sup>.

Agravando mais a situação, num relatório anexo aos autos, e expedido pela Delegacia de Itajaí, constava que Hanz declarara rendas no valor de 6.000\$000, *mas tinha 12.000\$000, e disse que poderia pôr até 50.000\$000 em vista de que Hitler ganhará mesmo a guerra, e depois os brasileiros sem-vergonha pagarão a ele tudo em juros, já que ele, alemão, tinha bastante serviço, pois era inteligente e os brasileiros, burros*. Já segundo a declaração de Samuel Heusi Junior, o problema era a concorrência na fabricação de calhas com Paulo Teodoro Laux, donde, disse, vieram as intrigas.

É significativo observar a fala do delegado que vai para o relatório. É possível que Hanz não tenha dito dessa forma, e que o documento tenha a imaginação do escrevente.... Afinal, eram questões particulares, de concorrência comercial, e ganhos deviam estar sendo negociados nessa denúncia e afastamento de Hanz das atividades. Gertrudes estaria informada das atividades do marido? Não sabemos. Entretanto, ao que se vê, não estava alheia aos acontecimentos, porém suas justificativas - de que nem o rádio funcionava, que nada havia em casa que delatasse o marido, que as crianças foram proibidas de sair, que ele mesmo não saía mais e sabia que seria preso – evidenciam um drama familiar. Conforme a renda arrolada,

---

espionagem, enquanto seu filho era voluntário na Força Expedicionária Brasileira. Cf. CANCELLI, E. Op. cit., p. 150.

<sup>506</sup> Processo crime n. 4.979 – Hanz Niemeyer. Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>507</sup> Fonte: Ofício (cópia) de Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antonio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis, 03/12/43.

talvez a *miséria* fosse um argumento, mas, lembro que as contas bancárias dos estrangeiros foram bloqueadas durante a guerra, colocando muitas famílias em situação difícil economicamente (veremos isso adiante). Bem, era 11 de julho de 1944, quando os juizes do Tribunal de Segurança Nacional resolveram pelo arquivamento do processo de Hanz Niemeyer. Ou seja, quase se ia a guerra. Hanz, como outros tantos, ficou na Trindade preso por dois anos.

Outras mulheres escreveram em busca de notícias dos maridos, como fez Herta Hassler, em 4 de outubro de 1943. Moradora de Trombudo Central (Rio do Sul), Herta endereçou a Nereu Ramos sua história: brasileira, casada com Siegfried Hassler e mãe de 4 filhos menores (informa as idades), disse ter ele 46 anos, construtor de máquinas, imigrado da Alemanha em 1924, preso repentinamente a 25 de agosto de 1942, em Itajaí, onde morava na época, e conduzido para o campo de concentração na Trindade, ignorando até então o motivo de sua detenção<sup>508</sup>. Esclareceu ainda que o marido *nunca se intrometeu em questões políticas, nem no Brasil e nem no seu país de origem, nunca tendo sido duvidado a brasilidade de sua família*. Solicitando que se averiguasse qual a culpabilidade de seu marido, convencida de que não era culpado, e se lhe restituísse *a liberdade o mais breve possível a fim de que possa voltar ao seu lar e trabalhar para pode sustentar sua família, e a mãe que já tem 73 anos de idade*, certa de merecer a atenção dado *o alto espírito de justiça* do Interventor.

Siegfried foi detido em agosto de 1942, e a carta de Herta data de outubro de 1943, ou seja, há mais de um ano estava ele detido sem explicação. A interventoria estadual encaminhou a carta ao Departamento de Odem Política e Social, que então informou o seguinte:

Siegfried Martin Hermann Hassler foi preso em Itajaí por motivo de Segurança Nacional (...) se diz engenheiro, é chefe de todos os serviços da Fundação Hoffmann, goza de grande conceito junto aos operários, e certo dia lá esteve um corretor de seguros e, sendo procurado para um seguro de vida, dissera que isto tudo no Brasil não valia nada, que ninguém lhe garantia que receberia e nem saberia se na Alemanha iriam lhe pagar quando lá estivesse, e que de um dia para outro estavam os alemães esperando um vapor que atracaria em um porto da costa brasileira, para levar todos embora. Disse isso em alta voz na oficina, de modo a ser ouvido por todos. Interroguei a todos, sendo que os alemães negam e os brasileiros trabalham sempre longe

---

Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional, IJ1 "1382", ANRJ. Citado por PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit., pp. 239 a 244.

<sup>508</sup> Carta de Herta Hassler, Trombudo Central, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 4 de outubro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

desse indivíduo, que perto de si conserva os alemães e é bastante inteligente, segundo desprendi, por falar junto de testemunhas<sup>509</sup>.

Acrescentou ao informe que entre o material apreendido em seu poder havia uma fotografia de Hitler e, quando inquirido, declarou ter sido filiado ao grupo de ex-marinheiros alemães de Blumenau e membro da Frente de Trabalho Alemã<sup>510</sup>, além de anteriormente ter sido denunciado por sonegação de impostos. Através desta carta, cheguei ao processo crime de Emilio Hoffmann e Siegfried Martin H. Hassler, aberto no Tribunal de Segurança Nacional, em maio de 1943, originalmente saído de Itajaí em outubro de 1942. Com a detenção de Siegfried, técnico da Fundação Hoffmann, o proprietário, Emilio Hoffmann, em represália, iniciou um trabalho de resistência passiva na fábrica, dispensou empregados e as encomendas não puderam ser atendidas, *prejudicando os interesses nacionais e a economia do país*, conforme o relatório do delegado Paulo Malta Ferraz<sup>511</sup>. Com a prisão de Siegfried, surgiu a denúncia de sonegação de impostos por Emílio Hoffmann, agravada com o atraso de encomendas, sendo que os empregados o acusaram de os lesarem nos vencimentos. O processo foi arquivado em junho de 1943. Herta escreveu em outubro, ou seja, Siegfried continuava na prisão.

Herta e Gertrudes escreveram às autoridades quando já havia passado um ano da prisão dos maridos, porém, nas cartas não há indício que soubessem dos processos. Ambas utilizaram o argumento de *brasilidade* dos maridos e alegaram a ausência de culpa, falaram dos problemas financeiros para prover a família, portando, coerentes com o discurso oficial. Entretanto, é possível que partilhassem das idéias e mesmo estavam a par do que ocorria, mas, para além se conjecturar sobre o impossível de saber, observo que essas mulheres<sup>512</sup> ousaram escrever e usaram de estratégias possíveis diante da contingência – estava em jogo a sobrevivência dos filhos na ausência do pai provedor. Dessa forma, recorreram a estereótipos correntes na época, que falavam da desproteção da mulher e da necessidade da presença masculina para a manutenção familiar, conectadas à doutrina estadonovista de amparo à família, colocada sob proteção especial do Estado. Deram conta, tornaram-se chefes de família mesmo que provisoriamente; por certo reinventaram economias, mas as dificuldades e

<sup>509</sup> Informe de Antonio de Mourão Ratton, Secretário de Ordem Política e Social, Florianópolis, ao Delegado de Ordem Política e Social, Antonio de Lara Ribas, em 11 de outubro de 1943. Ofícios... Idem.

<sup>510</sup> A Frente de Trabalho Alemã era uma organização ligada ao NSDAP, o Partido Nazista, cuja chefia central ficava em São Paulo.

<sup>511</sup> Processo crime n. 3.477 – Emilio Hoffmann. Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Este processo foi arquivado no dia 8 de junho de 1943.

<sup>512</sup> Frida Weber, esposa de Ludwig Weber, em fevereiro de 1943, também requereu, sem sucesso, a liberdade do marido preso desde abril de 1942, em São Paulo. Requerimento de Frida Weber para Major Superintendente de

a incerteza podem ser lidas na condição humana de sentir a ausência, nas dificuldades com os filhos, temerosas do que poderia acontecer; resistiram à maneira de cada uma<sup>513</sup>.

As cartas dessas mulheres têm um sentido confessional, onde desespero e angústia se entrecruzam na espera de notícias, revelando práticas sociais do lugar e do tempo do relato, fatos vividos no cotidiano da guerra, testemunhos de acontecimentos pessoais e familiares que dão um sentido aos sofrimentos de quem as escreveu. Vejo que na dor e no desatino deve ter sido difícil escrever, já que o cuidado com as palavras mostram o temor de serem mal entendidas. Talvez recorressem a modelos de cartas<sup>514</sup> da época ou mesmo a “escrevedores” mais hábeis no tratamento que seguiam padrões preestabelecidos. São cartas de pessoas comuns que, se observadas com cuidado, revelam relações do cenário em que estão contextualizadas<sup>515</sup>, e o momento exigia palavras que tocassem na sensibilidade dos destinatários. As mulheres que escreveram às autoridades o fizeram como uma súplica e invocaram o *espírito de justiça* dos Interventores. De que justiça falam? É injusto cercear a liberdade do outro sem que este possa defender-se, como o é levar um membro da família detido sem explicações e somar meses na agonia à espera de notícias. Entretanto, as cartas dizem mais: não são o Presidente da República ou o Interventor do Estado os vilões; estes são tidos como justiceiros, e por isso apelam aos seus sentimentos. Ora, a imagem de que os governantes eram justos estava presente na imprensa, nos programas de rádio, nos discursos: Getúlio era o pai e Nereu Ramos, em nome do pai, devia acolher os pedidos dos desamparados<sup>516</sup>, as súplicas, ainda mais num momento em que a família era vista como o alicerce da nação, num Estado Novo que pretendia reconduzir as mulheres aos lares e cuidar

---

Segurança Pública e Social, São Paulo, 22/02/1943. “Ludwig Weber”, Pront. No. 51.154 DEOPS-SP, DAESP. Citado por PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 203.

<sup>513</sup> Das mulheres, espera-se que dêem conta na ausência dos maridos. Na França, a experiência de penúria durante a guerra levou as mulheres a uma batalha cotidiana na proteção dos filhos e manutenção da casa. Cf. ECK, Hélène. As mulheres francesas sob o regime de Vichy. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). Op.cit., p. 243-277.

<sup>514</sup> O ato de escrever cartas foi desenvolvido na esfera privada da família burguesa, no século XVIII e aperfeiçoada no século XIX, ligado à emergência do olhar-se, da subjetividade; eram impressas e/ou copiadas, servindo de modelos, caros aos manuais de civilidade até o final do século XIX. No século XX, com a alfabetização mais acessível, popularizaram-se e variaram as formas de escrita, sem que deixassem de servir como meio de comunicação íntima. Na década de 1940, as cartas aqui vistas estão contextualizadas no tempo e relações consentidas pelos governantes.

<sup>515</sup> Sobre o assunto, ver: FERREIRA, Jorge. Vagas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945). In: MARTINS, Ismênia et alii. (orgs). *História e cidadania*, v. I. XIX Simpósio Nacional de História, Belo Horizonte. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998. P. 243-253.

<sup>516</sup> A política de massas de Vargas permitia que pessoas comuns se dirigem a ele e seus ministros, como também aos interventores estaduais, com reclames e pedidos de proteção, escolas, trabalho, liberdade, etc. Um estudo sobre cartas nesse sentido foi feito por WOLF, Joel. “Pai dos pobres,” ou Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: *Revista Brasileira de História – Brasil, 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. P. 27-60.

da prole e dos maridos, grandes úteros da nação<sup>517</sup>. Os homens eram reconduzidos aos papéis de provedores.

Hanz e Siegfried foram detidos e enviados ao campo de concentração da Trindade, processados como criminosos contra a segurança nacional por serem alemães e terem ligações com o nazismo. Outros eram detidos porque a polícia política trabalhava na perspectiva da “lógica da suspeição”, ou seja, uma suspeita era passível de detenção, ficando o detido à disposição da Delegacia de Ordem Política e Social até ser finalizado o inquérito, que podia durar dois, três, seis e até doze meses ou mais, como se observa nas entradas e saídas de presos nos documentos da Penitenciária do Estado e nos processos do Tribunal de Segurança Nacional. Priscilla Perazzo estudou este “perigo alemão” e a atuação da polícia política entre 1937 e 1945 - Estado Novo -, mostrando as redes de espionagem e contra espionagem, bem como as prisões no período. Perazzo constata que *os alemães foram presos independentemente de existir sobre eles algo que comprovasse seus “crimes”*<sup>518</sup>, já que o estado de guerra e a suposição de que estes eram perigosos à segurança nacional garantia a polícia que seu isolamento os tirava de circulação, sendo aprisionados ou afastados das cidades do litoral e zonas de fronteira, ou mesmo enviados para outros Estados.

Com o alinhamento do Brasil aos Aliados e contra o Eixo<sup>519</sup>, em janeiro de 1942, recrudescceu a perseguição aos imigrantes e descendentes residentes no Brasil, sendo os alemães identificados com o nazismo e atuantes na causa de Hitler, em favor da Alemanha, assim como os italianos, ao fascismo de Mussolini. Uma caçada a espões, propagandistas<sup>520</sup> do regime nazista e simpatizantes foi montada pela polícia brasileira, comandada por Filinto Muller, Chefe da Polícia Política até 1942, nomeado então chefe de gabinete do Ministério da Guerra, numa bem bolada estratégia de Vargas para dissipar os temores dos Estados Unidos em virtude da áurea germanófila que pairava sobre este chefe de polícia (simpatizante do

<sup>517</sup> REIS, Maria Cândida Delgado. Op. cit.

<sup>518</sup> PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit, p. 148.

<sup>519</sup> Com o ataque japonês a Pearl Harbor, base norte-americana, no dia 07 de dezembro de 1941, os Estados Unidos, no dia seguinte, declaram guerra ao Japão, sendo que no dia 11 de dezembro, Alemanha e Itália unem-se ao Japão e entram na guerra contra os Estados Unidos. Getúlio Vargas convoca os membros do Governo e telegrafa a Roosevelt, declarando que o Brasil está solidário com os Estados Unidos; isso deflagra uma verdadeira guerra de nervos entre embaixadores dos países envolvidos. Na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil alinha-se aos Aliados. Cf. SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., p. 277 e seguintes.

<sup>520</sup> Gustav Engels chefiou a principal organização de espionagem alemã no Brasil, e com o auxílio de colaboradores e um potente radiotransmissor clandestino repassava informações políticas e relacionava-se com vários países da América Latina. Naturalizou-se em 1934, casou com uma alemã e teve um filho brasileiro. Morou em Joinville, onde trabalhou na Empresa Cia. Sul Americana de Eletrecidade, filiada a uma empresa alemã, e, em 1939 já havia sido recrutado como espião a serviço do Reich. HILTON, Stanley (1983). Op. cit., p. 42 a 45. Sobre esta rede de espionagem e contra-espionagem, ver CANCELLI, Elizabeth. Op. cit.

nazismo), farsa encenada para mostrar que o país estava se democratizando<sup>521</sup>. A historiografia mostra que Filinto Muller, se era temido pela sua brutalidade por uma parte da população, também passava a impressão de que tudo o que fazia tinha o sentido da ação legal, ou um policial incapaz de tantos crimes, Ironicamente, fez parte do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, criado pelo Ministério da Justiça em 1971, em plena linha dura da ditadura militar<sup>522</sup>.

As penitenciárias para presos políticos especificamente ligadas à guerra em Santa Catarina foram instaladas quando o Brasil declarou guerra à Alemanha. Antes porém, a partir de 1937, foram feitas detenções e prisões de integralistas em todo o Estado, haja vista a fundação em Itajaí, em janeiro de 1934, do Núcleo Municipal da Ação Integralista Brasileira – AIB. Esta avançou com rapidez nas áreas rurais, elegendo 8 prefeitos e 72 vereadores nas eleições de 3 de março de 1936, fato que provocou pronta reação dos governos federal e estadual, reprimindo o movimento e aprisionando partidários e simpatizantes<sup>523</sup>. Com o Golpe do Estado Novo e a ilegalidade dos partidos políticos, os integralistas são perseguidos e muitos deles acabam na prisão<sup>524</sup>. Entretanto, nem por isso a simpatia por esta agremiação se dissipara. Uma revolta articulada em nível de Brasil, em 10 de março de 1938, e fracassada, também envolveu integralistas do Estado, sendo que de Santa Catarina constam do inquérito 70 nomes para serem processados pelo Tribunal de Segurança Nacional<sup>525</sup>.

Noto que, no ano de 1938, são mais de cem os detidos a darem entrada na cadeia pública de Florianópolis, constados como “presos políticos”, e postos em liberdade semanas depois (exceto os condenados). Este fato coincidiu com a prisão em massa dos integralistas<sup>526</sup>,

<sup>521</sup>Angela de Castro Gomes cita que *durante o mês de julho de 1942, eclode uma crise política envolvendo algumas das mais importantes personalidades do governo, e, dentre estes, Filinto Muller*. O mote da crise era uma disputa entre correntes simpáticas à Alemanha ou aos Estados Unidos, dentro do aparelho do Estado. GOMES, Angela de Castro (1996). Op. cit., p. 129 e 130.

<sup>522</sup> Em 1943, Filinto Muller foi nomeado Presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Foi influente político no Mato Grosso, e, depois do golpe de 1964, líder do governo e da Arena no Senado. Cf. CAMARGO, Aspásia et alii. *O golpe silencioso: as origens da república corporativista*. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1989. P. 240 e seguintes.

<sup>523</sup> Cf. FALCÃO Luiz Felipe (1999). Op. cit., p. 167-198. O filme “*Aleluia Gretchen*” (Sylvio Back, 1977, Brasil) conta a saga de uma família de imigrantes alemães que foge do nazismo em 1937 e vem para o Brasil (RS). Envolve-se com o Integralismo e a quinta-coluna, culminando com represálias e violências.

<sup>524</sup> Há uma participação do Cabo Waldemar Muller ao Sub-Diretor do Presídio do Estado, em 01 de maio de 1938, onde consta que os *presos políticos (integralistas) estavam praticando algazarras, procurando não obedecê-lo, dando anauês e vivas ao Integralismo e fazendo juramento de fé ao Sigma, e tantas outras coisas mais, que demonstram péssimo comportamento de tais presos políticos*. Correspondências da Penitenciária – 1937/38. APESC.

<sup>525</sup> FALCÃO, Luiz Felipe (1999). Op. cit., 198.

<sup>526</sup> Aparecem com os dizeres *Da guarda-chefia da Penitenciária do Estado, ao Escriturário, como deram entrada no Presídio Político*, e, nas mesmas correspondências aparecem listas de nomes com os dizeres *Postos em liberdade por ordem do Exmo Sr. Secretário de Segurança Pública os presos políticos...*. Correspondências da Penitenciária – Livro 1937/8. APESC.

dados estes que não informam números aproximados, ou porque os registros são feitos em letra pouco legível, em bilhetes minúsculos, ou porque grande parte ficou mesmo detida nas cadeias do interior. Em abril de 1938, por exemplo, aparece a relação nominal de presos políticos recolhidos no mês de março, num total de 63 presos<sup>527</sup>.

É pertinente observar que durante o ano de 1938 há correspondências do farmacêutico Osni Pinto da Luz ao Diretor do Presídio, encaminhando relação dos prisioneiros políticos que consumiram medicamentos<sup>528</sup>; há também correspondências de transferências de presos<sup>529</sup>; correspondências sobre as diárias destes presos que estão vencidas e pagamento de cobertores<sup>530</sup>, além de uma correspondência do sub-diretor, Rubens Ramos, ao diretor da Penitenciária dizendo: *Levo ao conhecimento que a remessa do “DER URWALDSBOTE” para o sentenciado Curt Stoepcke resulta inútil, porquanto o regulamento da penitenciária não permite a entrada de jornais*<sup>531</sup>. Esses fragmentos do cotidiano da penitenciária mostram que os presos políticos integralistas ficavam doentes, já que recorriam à farmácia – o que então lhes era permitido<sup>532</sup>. Por outro lado, estavam proibidos de receber jornais, e, neste caso, um jornal de língua alemã editado em Blumenau.

Essa incursão sobre o Integralismo é importante haja vista que, se havia então receio de um “perigo alemão”, a aproximação direta da Alemanha com a Itália – Eixo, e principalmente com a movimentação em torno do Integralismo, o “receio italiano” fez pulular a repressão contra aqueles que se engajaram na Ação Integralista Brasileira - AIB, fundada em 1932, por Plínio Salgado, notadamente de formas fascistóides. Um estudo de João Bertonha mostra a importância da propaganda fascista de Mussolini na formação da ideologia integralista ao público brasileiro, apontando para as especificidades e conflitos, tanto entre os

<sup>527</sup> Ofício Interno do Almoarifado da Penitenciária do Estado, Florianópolis, assinado por Haroldo Vilela, em 01 de abril de 1939. Correspondências.... Idem.

<sup>528</sup> Correspondências do farmacêutico Osni Pinto da Luz, ao Diretor do Presídio, nas datas de 13/03/1938; 09/05/1938; e 03/06/38, onde consta relação nominal dos presos políticos que consumiram medicamentos e o valor em dinheiro. Somam 31 consumidores. Correspondências... Idem.

<sup>529</sup> Correspondência do guarda-chefia da Penitenciária ao Escriturário da mesma, em 19 de março de 1938, comunicando que foram transferidos para a Secretaria de Segurança Pública os presos políticos Carlos Bessa, Carlos Renor e Dr. Antonio Dib Mussi. Noutra correspondência, em 04/05/1938, do guarda-chefia ao Secretário da Penitenciária, comunica que foi conduzido até à Secretaria de Segurança Pública o preso político Evaldo Schaeffer, pelo Tenente e Delegado Timoteo Moreno. Correspondências.... Idem.

<sup>530</sup> Correspondências do ajudante do Almoarifado ao Diretor da Penitenciária informando as diárias vencidas dos preso políticos, em 21/03/1938, 01/07/1938 e 30/12/1938. Correspondência solicitando o *pagamento de 6 cobertores adquiridos da firma Otto Bernhardt para uso dos presos políticos*, em 21/03/1938. Correspondências...Idem.

<sup>531</sup> Correspondência do sub-diretor da Penitenciária, Rubens Ramos, ao Diretor, em 21 de junho de 1938. Correspondências....Idem.

<sup>532</sup> Elizabeth Cancelli faz um bom estudo sobre as condições das Casas de Detenções, prisões políticas e Colônias de Correção no período Vargas (1930-45), e revela as péssimas condições de saúde, higiene e insalubridade destas prisões, onde grassavam doenças, principalmente a tuberculose e a sífilis, assim como o descaso com os doentes e a ausência de medicamentos. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 198 e seguintes.

próprios líderes no Brasil – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale -, quanto com a Itália, que não via no movimento um aliado para a “italianidade”, tendo em vista que o foco nacionalista impossibilitava a difusão do idioma. Mesmo assim, colaborações havia, em meio a intensas contradições e fluidez na aproximação<sup>533</sup>. Noutra obra, de Rosa Cavalari, aparece a importância dos jornais e livros na difusão das idéias, as sessões doutrinárias, símbolos e ritos criados em torno do Sigma, sendo que, em 1937, eram mais de um milhão de associados em todo o Brasil, com 115 jornais em circulação. De Santa Catarina, a autora mapeou 10 jornais integralistas<sup>534</sup>.

Mas, mesmo que muitos integralistas não apoiassem o nazismo, havia laços entre eles, muito embora um documento revele divergências: os nacional-socialistas tinham como princípio manter a limpeza da raça, o que não coadunava com as idéias de mescla racial apregoada pelos integralistas, motivo inclusive de tensões entre partidários da Aliança Integralista Brasileira e Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães - NSDAP (*National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*) em Santa Catarina<sup>535</sup>. Com o acirramento das perseguições aos alemães e italianos por motivo de segurança nacional, os integralistas foram acudados sob a mira da polícia, resultando em mortes<sup>536</sup>. Muitos se desligaram do partido, outros acabrunharam-se nos seus afazeres e/ou se esconderam<sup>537</sup>; entretanto, a idéia

<sup>533</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40. São Paulo: ANPUH, 2001. P. 85-105.

<sup>534</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

<sup>535</sup> Documento 57, pasta 132, Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, encontrado no Arquivo Público do Estado do Paraná, em Curitiba. Citado por FALCÃO, Luiz Felipe, (2000). Op. Cit., p. 164. Sobre o Integralismo, ver GERTZ, René *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; e FALCÃO, Luiz Felipe (1999). Op. cit.

<sup>536</sup> Conforme a crônica, em Jaraguá do Sul o palco dos entreveros foi violento: em outubro de 1936, o delegado Trogílio Mello acompanhado de 40 soldados invadiu salões, prendeu e assassinou alguns homens que resistiam, na chamada “Noite dos tambores silenciosos”. Em 13 de agosto de 1937, Ricardo Gruenwaldt - chefe municipal do Núcleo Integralista de Jaraguá do Sul, presidente da câmara municipal e também diretor do jornal *O Jaraguá* - foi assassinado. Cf. SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *Memória jaraguense. O Integralismo. Estado Novo – 60 anos. A “Noite dos tambores silenciosos” e o assassinato de Ricardo Gruenwaldt*. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora CP, 1997. P. 54 e seguintes.

<sup>537</sup> *Durante o período que vai de maio de 1938 a fevereiro de 1942, a finada AIB se caracteriza não somente por sua ausência física no Brasil, mas também por sua total falta de influência no processo decisório brasileiro. Dentre os líderes, alguns morreram, outros foram julgados e aprisionados, outros foram para o exílio – como foi o caso de Plínio Salgado, que exilou-se no país do Salazarismo – Portugal. Segundo Seitenfus, em Portugal Plínio Salgado foi procurado por enviados especiais alemães e italianos, sendo que a Itália, tendo como certa a vitória militar do Eixo, procurou tê-lo como um possível aliado no futuro. Já a Alemanha tinha ressalvas, haja vista a pouca importância do Integralismo após maio de 1938, bem como a ligação estreita com o nacionalismo exacerbado – a latinitá despertam desconfiança de Berlim em relação a um parceiro que poderia tornar-se incômodo em caso de vitória do Eixo. O autor tem como fonte relatórios secretos de um enviado pelas autoridades italianas para fazer contatos com Plínio Salgado (AI, dossiê no. 27, doc. s/n, datado de 25 de abril de 1942 – relatório Político redigido pela Legação Italiana em Lisboa). SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II**

não morre de todo e, em 1945, alguns daqueles adeptos se engajam na União Democrática Nacional, que nasceu dentre os descontentes com o regime de Vargas, e, no Estado de Santa Catarina, numa luta pelo poder regional<sup>538</sup>.

No depoimento de Hanz Schneider, a mesma população que fora *induzida ao integralismo (...)* esses mesmos agricultores ainda assim meio analfabetos, também o fora a entrar em partidos políticos, quando do retorno à democracia, em 1945; os líderes explicavam o seguinte: UDN, que quer dizer “Undez Deutsch Nation”(?), ou Nossa Pátria Alemã, então vocês têm que entrar aqui, e todo mundo ia, assim induzido, né. Estavam ali as três letras, estava na cara<sup>539</sup>. Depreende-se que a ideologia fascista foi capaz de exercer atração – depois de ter sido, provavelmente, o maior partido de massa do Brasil<sup>540</sup> –, que, num momento de crise, usou da imagem e do discurso que investiu no emocional como regeneradora da ameaça à desagregação de valores<sup>541</sup>, ficando no imaginário como uma aposta fácil de ludibriar, como se pode ver no depoimento citado. Na pertinente análise de Hanz, o significado de engajar-se:

Agora, voltando assim também a parte do Integralismo, as pessoas foram induzidas, porque Hitler estava em ascensão na Alemanha, estava lá tirando a Alemanha daquele caos, e isso repercutiu no mundo inteiro; e Plínio Salgado, que era nacionalista, não tinha nada a ver com Hitler, era nacionalista, também inventou a saudação de levantar o braço, o Anauê, o sigma né, aquele sinal, e tudo era parecido como o que o Hitler fazia na Alemanha. Então essas pessoas simples, a maioria semi-analfabetas, então eles diziam ‘então, tá vendo como é lá’, então o pessoal foi entrando, então lá na minha região pouquíssimas pessoas não se integraram nesse movimento, meu pai não integrou, mas minhas irmãs, meu irmão, todos, e eram essas camisinhas verdes, né, todos eles participaram.

Observo que nesta região (Trombudo Central e arredores de Rio do Sul) a violência esteve presente cotidianamente durante a guerra, local em que inclusive aquartelou-se um batalhão, no salão da família Schroeder, requisitado para esse fim. A instabilidade reinante no Brasil<sup>542</sup>, somada à idéia salvacionista apregoada pelo integralismo, as semelhanças com

Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. P. 399 e seguintes; 405 e seguintes.

<sup>538</sup> Cf. PIAZZA, Walter (org.). (1994). Op. cit., p. 773 e seguintes.

<sup>539</sup> SCHROEDER, Hanz, 75 anos. Depoimento concedido em 09/02/2000, Balneário Camboriú. Concedido a Luiz Felipe Falcão, a quem agradeço a colaboração.

<sup>540</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. Resenha da obra: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*. São Paulo: Annablume, 1999. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 21, n. 40. São Paulo: ANPUH, 2001. P. 278.

<sup>541</sup> CHAUI, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

<sup>542</sup> O movimento de 1930, se levou Getúlio Vargas ao poder, também desencantou muitas lideranças que, sem espaço para participar de partidos políticos, ficaram sem referências. O Partido Liberal Catarinense, tendo à frente Nereu Ramos não se empenhou nas mudanças necessárias; o Partido Liberal Catarinense era então pouco

símbolos e a mística nazi-fascistas, as coreografias (a Alemanha agigantava-se fazendo pulular a imagem de segurança<sup>543</sup>) levou muitas mulheres, homens e crianças desiludidos a vestirem camisas-verdes e sonharem com melhores dias. Para a população catarinense que se engajara no Integralismo, além de uma agremiação política, houve a oportunidade de criar espaços de sociabilidades e encontros. Depois das reuniões, dançavam ao som de bandinhas, namoravam, alegravam-se, contribuindo para isso a idéia que juntava família, religião e propriedade. Para os colonos a terra era, e é, o centro das preocupações; ter a propriedade era a finalidade de anos de luta. Com o fim das reuniões, diminuíram drasticamente essas relações de sociabilidades e veio um tempo difícil; as pessoas endureceram, perderam o sonho. Viveram a experiência traumática e silenciaram; muitos esconderam-se<sup>544</sup>.

Aconteciam coisas no mínimo engraçadas, se não fossem passíveis de prisão e/ou denúncias. Hanz Schroeder provoca o riso ao contar que seu pai tinha um papagaio,

e o papagaio dizia Anauê (risos), e estava proibido, né. Então tinha lá um delegado de Trombudo Central, foi lá em casa e queria ver se de fato lá em casa tinha um papagaio que dizia Anauê. E quando chegaram perto da gaiola, o papagaio falou Anauê e levantou essa pata, e o delegado disse 'eu mato esse desgraçado!' (risos). Mas não aconteceu nada. Nunca me esqueço disso!!<sup>545</sup>

Contando hoje parece piada...<sup>546</sup>. Sim, naquele tempo, só o fato de alguém ser simpaticante ou ter pertencido ao partido integralista contava a seu desfavor, podendo ser

viável, haja vista sua desarticulação pós 1930, bem como as marcas fraudulentas que ficaram visíveis. Cf. FALCÃO, Luiz Felipe (2000). Op. cit., p 125 e seguintes.

<sup>543</sup> Era uma Nova Alemanha que despontava aos olhos do mundo, momento de esfacelamento do liberalismo e ascensão do fascismo, visto então como esperança para a crise mundial, que grassava principalmente após a crise econômica de 1929. Conforme ressalta Eric Hobsbawn, as instituições democráticas recuam na Era da Catástrofe, movimento que se acentuou aceleradamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha, em 1933. HOBBSAWN, Eric (1995). Op. cit., p. 115.

<sup>544</sup> Conta-me Terezinha que seu pai, um fervoroso integralista da região de Nova Veneza, quando da perseguição, levou para Vila Maria, uma comunidade do interior, os uniformes, livros, folhetos e escondeu tudo no sótão da casa: *Meu pai era Integralista, e participava das reuniões em Nova Veneza. Lembro quando ele levou para casa caixas de livros e papéis, sacos de uniformes e escondeu no forro da casa. Ficou aquilo lá por muitos anos guardado. Depois que tudo passou ele usou as roupas dos integralistas por muitos anos prá ir prá roça, usou todas! Duraram uns dez anos!! A gente subia no forro da casa e lia os livros, gostava de folhear. Tinha muita coisa. Se perdeu tudo.* Memórias do tempo de menina. O que pensaria entre desenhos de sigmas e retratos de Plínio Salgado? Recordações da infância; memórias que não escaparam pelas frestas do tempo. FÁVERI, Terezinha Zanelato de, 63 anos. Depoimento concedido em 15 de abril de 2001. Turvo.

<sup>545</sup> SCHROEDER, Hanz. Entrevista citada.

<sup>546</sup> Um caso que virou notícia na imprensa: inconformado com a proibição ao integralismo, Fernando João da Silva, residente em Canasvieiras (distrito de Florianópolis), foi denunciado porque estava distribuindo melancias com a saudação Anauê escrita na casca. *Jornal A Gazeta*, 08/03/1938. Outros depoentes referem-se ao integralismo com nostalgia, riso, raiva, medo – *Anauê, Anauê bate na bunda e vai te escondê!*, era uma brincadeira sugestiva em Florianópolis, conta Nair de Medeiros, Florianópolis.

denunciado como simpatizante do Eixo<sup>547</sup>. Com a ilegalidade, os integralistas foram alvos de revanchismos, humilhações, delatos. Adolfo Silveira, presidente do Núcleo de Nacionalização de Benedito Novo, distrito de Rodeio, no dia 09 de setembro de 1942, enviou um telegrama a Getúlio Vargas com os seguintes dizeres: *Tenho elevada honra comunicar ter ontem chefe integralista Guilherme Gellert diante altar da pátria abjurado solenemente juramento àquele partido. Salve Brasil!*<sup>548</sup> Diretamente a Getúlio Vargas!! A guerra, como se vê, foi outra, e fez anônimos imbuírem-se dos sentidos do momento e irem à forra.

A repressão aos alemães, no contexto do governo Vargas, pode ser identificada em dois momentos: entre 1938 e 1942, *se distinguem a partir da intensidade da ação de ambos os lados – governo brasileiro e imigrantes alemães – e dos contextos políticos nos quais se inserem*, constata Priscila Perazzo. Em 1938, ainda que de maneira isolada, iniciam as hostilidades contra imigrantes alemães, acusados do crime de “*ser estrangeiro*” e, em seguida, “*ser nazista*”. Prisões eram feitas de forma arbitrária, ao que a Embaixada Alemã protestava. Entretanto, desde este ano, percebe-se a prática policial contra alemães em geral, transformando-os em “*suspeitos em potencial*” de ameaça à segurança nacional<sup>549</sup>. Entre 1939 e 1942, as relações diplomáticas estremeceram entre o Brasil e a Alemanha, tendo, em 1942, seu ponto mais crítico, quando os prisioneiros passaram a ser tratados como inimigos de guerra, postos em presídios políticos sem respaldo jurídico. Ou seja, deixou de ser apenas uma questão nacional e passou a fazer parte como um dos elementos de negociação entre o Brasil e Aliados no campo da política internacional<sup>550</sup>.

Lembro que a Constituição do Estado Novo deu ao Poder Executivo plenos e amplos poderes, com um Estado forte e independente de eleições e de partidos. Seus ideólogos entenderam que uma democracia formal, pautada no liberalismo, não dera conta dos problemas da sociedade, portanto, só um poder centralizado e autoritário teria condições para tanto. Com a supressão dos poderes do Supremo Tribunal Federal, no que tangia à guarda dos princípios constitucionais, a este restava acatar ou aplicar as leis que viessem do Executivo<sup>551</sup>.

<sup>547</sup> Acusações nesse sentido apareceram no Rio de Janeiro e Espírito Santo, em outubro de 1942, onde os denunciados ex-integralistas eram tidos como ardorosos simpatizantes do Eixo e estavam sob a vigilância da polícia. Cf. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit. P. 146.

<sup>548</sup> Telegrama de Adolfo Silveira, presidente do Núcleo de Nacionalização de Benedito Novo, a Getúlio Vargas, Interventor Federal, Rio de Janeiro, no dia 09 de setembro de 1942. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941-1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>549</sup> PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 197 a 199.

<sup>550</sup> PERAZZO, Priscilla. *Os campos de concentração brasileiros: episódios da nossa participação na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: 2002. (Digitado).

<sup>551</sup> Sobre este assunto, ver ALVES, Paulo. Op. cit. Também CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982; DUTRA, Eliana. Op. cit.

O presidente era então responsável por todas as medidas, mesmo aquelas praticadas pelas autoridades estaduais e municipais<sup>552</sup>, as polícias (delegados) e Secretários de Segurança Pública. Por esta via, as prisões eram consideradas legais, sem direito de *habeas-corpus* aos presos políticos, sendo que uma simples denúncia ou suspeita tornava legal a prisão<sup>553</sup>.

Em todo o país vigorava, então, esta política repressiva e que retirava qualquer direito de defesa. Mesmo sem provas, muitos homens e mulheres eram detidos nas cadeias locais ou levados às penitenciárias. Pela Constituição de 1937, no artigo 186, foi declarado estado de emergência em todo o território nacional, porquanto, possibilitava a ordem de prisões, exílios e invasão a domicílio; instituiu-se a prisão preventiva e legalizava a censura a todos os meios de comunicações. Ou seja, uma Constituição que, à medida que *excluía politicamente, também incluía mais completamente do que nunca*, ou seja, excluindo do campo político e incluindo, *com a mesma radicalidade no campo social*, num jogo próprio da natureza do Estado totalitário onde, *seja quem for, tenha um lugar definido na sociedade*, analisa Céli Pinto<sup>554</sup>.

Em Santa Catarina, com a guerra declarada, os presos políticos passaram a ser confinados na Penitenciária Agrícola da Trindade, Florianópolis<sup>555</sup>, e no presídio político Oscar Schneider, em Joinville. Em 10 de setembro de 1942, o Diretor da Penitenciária do Estado, Etelvito D'Araújo, comunicou ao Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Ivo D'Aquino, que *por solicitação do Secretário de Segurança Pública e autorização de Sua Excelência o Sr. Dr. Interventor Federal, pôs à disposição do DOPS a Seção Agrícola desta Penitenciária, na Trindade, para que sejam recolhidos e passem a trabalhar presos políticos daquela Delegacia, salientando que os penitenciários que trabalhavam na referida Seção Agrícola foram transferidos para esta penitenciária, a fim de evitar-se o contato deles com os*

<sup>552</sup> Em 07 de novembro de 1939, por exemplo, Filinto Muller, Chefe da Polícia, Rio de Janeiro, enviou a Nereu Ramos, Interventor estadual, de Florianópolis, ofício agradecendo a colaboração das informações ao Serviço de Inquéritos Políticos Sociais – SIPS, *correspondendo a esse sadio espírito de cooperação e patriotismo que o ilustre amigo tem sabido imprimir*, agradecendo a acolhida em todos os municípios de Santa Catarina. Ofícios Recebidos dos Ministérios - 1935/40. Palácio do Governo. APESC.

<sup>553</sup> Cecil de Macedo Borer, um ex-policia, ingresso no “quadro móvel” (espionagem, serviço de inteligência) no início do governo Vargas, em entrevista recente conta que, na época, as casas eram invadidas quando a repressão bem entendia, sem mandado de busca ou apreensão. *A polícia era o poder absoluto*, afirma, e, no *Tribunal de exceção, a priori a pessoa já estava julgada*. *Folha de São Paulo*, 15/04/2001. P. A-11.

<sup>554</sup> PINTO, Céli Regina. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. In: *Educação e Realidade*, n. 24, v. 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS, jul./dez. 1999. P. 47.

<sup>555</sup> Ofício Gab/969, de Etelvito Campelo D'Araújo, Diretor da Penitenciária do Estado, a Ivo D'Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, em 24 de julho de 1941, sobre a criação da Penitenciária Agrícola da Trindade, *visando a reeducação profissional dos sentenciados e ao cultivo em larga escala de legumes e hortaliças para o consumo do estabelecimento(...)*. Ofícios Recebidos da Penitenciária do Estado – 1942. Palácio do Governo. APESC.

*presos políticos*<sup>556</sup>. A preocupação em separar os presos políticos dos presos comuns fica evidente, talvez com receio de que houvesse motins ou entreveros entre os grupos ou para evitar “doutrinações”. Não creio que a intenção do Diretor do presídio fosse proteger estes ou aqueles detentos.

Observo que a partir desta data, o campo de concentração de Trindade passou a ser um lugar de prisão para os ditos “súditos do Eixo”, e era para lá que seguiam os detidos do interior, bem como os da capital. Conta-me Werner Springmann, residente então na rua Nereu Ramos, defronte a Delegacia de Ordem Política e Social – que antes era a Escola Alemã, sendo depois, fechada - que os porões foram feitos prisões e *os mais afoitos eram presos aí*. Pergunto, então, se ali ficavam todos, e ele me diz: *Isso, aqui em Trindade, no campo de concentração. E os que já eram casados com brasileiras foram enviados para Lages por exemplo, como Alberto Ebert, o Czesnat, Otto Wogert, que era dentista aqui...*<sup>557</sup> Não tenho como comprovar se realmente o fato de serem casados com brasileiras poderia livrá-los da prisão, mas parece que isso não ocorria. Em 28 outubro de 1943, os prisioneiros da Colônia Agrícola de Trindade escreveram uma carta ao presidente Vargas pedindo providências para a situação em que se encontravam, constando que dos 69 que assinaram a mesma, 27 eram casados com brasileiras, 42 tinham filhos nascidos no Brasil e um deles possuía dez netos brasileiros<sup>558</sup>.

Muitos detidos nas comarcas do interior do Estado eram enviados para Florianópolis e internados na Penitenciária Agrícola como suspeitos de crimes contra a segurança nacional. O Ministério da Justiça considerava que o internamento dos “súditos de potência inimiga” era admitido pelo direito internacional, sem formalidades, mesmo que não houvesse indício de “atividade criminosa”<sup>559</sup>. Houve muitos comunicados de entradas de presos na Penitenciária nos anos de 1942 e 1943, mas não informam sobre o delito, apenas que vêm de comarcas do interior (Concórdia, São José, Urussanga, Laguna, Lages, Campos Novos, Brusque, Curitiba, Porto União, etc) e supõe-se serem presos políticos. Em 2 de agosto de 1943, estes comunicados passaram a ser assinados pelo Diretor da Penitenciária Agrícola, Rubens

<sup>556</sup> Comunicado de Edelvito Campelo D’Araújo, Diretor da Penitenciária do Estado, a Ivo D’Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, em 10 de setembro de 1942. Carimbo de “Reservado”. Ofícios Recebidos da Penitenciária - Set/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>557</sup> SPRINGMANN, Werner. Entrevista citada.

<sup>558</sup> De 17 a 20 de maio de 1998, os jornalistas Lourenço Flores, Angela Bastos e Dione Kuhn realizaram uma série de reportagens sobre as prisões e campo de concentração no Brasil, no tempo da Segunda Guerra Mundial, e enfatizam Santa Catarina e presídio político da Trindade. “Nos campos da intolerância”. Caderno Especial, Jornal Zero Hora, 17/05/1998, Porto Alegre.

<sup>559</sup> PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 200.

Ramos<sup>560</sup>, evidenciando que eram efetivamente encaminhados para esta cadeia. Por exemplo, em 30 de julho deram entrada na penitenciária procedentes das Comarcas de Blumenau, Hamônia e Jaraguá os sentenciados João Vitor, Carlos Husmann, João Severino, Edmundo Loiseberg, Artur Dias Hostins, João Fagundes Corrêa e Alvino Lorenz<sup>561</sup>.

Necessário se faz aqui perceber que a Penitenciária Agrícola recolheu presos políticos de agosto de 1942 e todo o ano de 1943, mas, no dia 07 de julho de 1944, em ofício de Rubens Ramos, Diretor desta penitenciária, a Ivo d'Áquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, houve um reclame de pouca verba para a manutenção do presídio *com o acréscimo do número de detentos*, e que *a Colônia Agrícola, no ano último, foi mantida sem maiores dispêndios, porque servia à internação de detidos por segurança nacional. Voltando, ultimamente, à gestão da Penitenciária, cumpre movimentá-la (...)*, esperando que o Estado adquirisse uma área de terra maior nas proximidades<sup>562</sup>. Noto que, em 1944, voltaram a ser misturados presos políticos e presos comuns na Penitenciária Agrícola de Trindade, dificultando ainda mais os dados numéricos sobre estas prisões. Numa leitura mais apurada, os gastos com os presos políticos eram menores do que com os presos comuns. Observo que estes estavam detidos/confinados por crimes de segurança nacional e se mantinham com posses particulares na maioria das vezes, sendo que parte destes possuíam boas condições econômicas e era permitido às famílias enviarem mantimentos, roupas, etc, como constam de diversos depoimentos.

A partir de novembro de 1943, aparecem ofícios do diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, Rubens Ramos, endereçados a Ivo d'Aquino, comunicando alvarás de soltura e condicional de presos políticos por terem cumprido pena. São esses: Guilherme Krueger (Joinville), José Juniach, Boleslau Janiewski, Paulo Sepeck, Sebastião H. Paes, Aquilino Ropelatto, Estanislau Brozowski, Vicente Cantisani, Antonio Kolowski (Indaial), Lauro Emílio Grubba (Jaraguá do Sul), João Severino (Blumenau), Edmundo Liesenberg (Blumenau), Carlos Hausmann (Blumenau), Francico Mascarenhas (Campos Novos), Jorge Heinrich (Porto União), Erico Hoffmann (Jaraguá do Sul). Os ofícios foram expedidos pelo

<sup>560</sup> Rubens de Arruda Ramos, nomeado para sub-diretor da Penitenciária do Estado em 03/01/1938, e para o cargo de Diretor da Penitenciária Agrícola do Estado, em 14/07/1943, quando também foi nomeado a conselheiro do Conselho Penitenciário.

<sup>561</sup> Comunicado de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, para Artur da Costa Filho, Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, Florianópolis, responsável pelo expediente da Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, em 2 de agosto de 1943. Ofícios Recebidos da Penitenciária do Estado – jul/dez. 1943. APESC.

<sup>562</sup> Gab/711 – Penitenciária do Estado. Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola, a Ivo d'Aquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 07 de julho de 1944. Ofícios Recebidos da Penitenciária do Estado – Jul/dez. 1944. APESC.

Tribunal de Segurança Nacional<sup>563</sup>. Percebo que os números dos sentenciados chegam a 975, entretanto, é impossível de saber se teriam sido todos presos políticos, ou se a contagem passou a ser feita a partir da criação da Penitenciária Agrícola (antes de abrigar somente presos políticos).

Durante todo o ano de 1944, o diretor do Presídio Agrícola encaminhou ofícios ao Conselho Penitenciário referindo-se a pedidos de perdão e livramento de condicional solicitados pelos presos<sup>564</sup>. Embora não seja possível cruzar os nomes, alguns eram efetivamente presos políticos e condenados. Em 11 de janeiro de 1944, Rubens Ramos, também Secretário do Conselho Penitenciário, encaminhou a Othon da Gama Lobo D'Éça, membro do mesmo Conselho, *pedido de perdão impetrado pelo sentenciado Dr. Vicente Cantisani de matrícula no. 960, condenado a um ano de reclusão pelo Egrégio Tribunal de Segurança Nacional*<sup>565</sup> (já vimos este processo crime). Em 20 de janeiro de 1944, solicitou ao Juiz de Direito de Caçador que enviasse o *processo crime que, nessa Comarca, apenou o sentenciado Antonio Dobreginski, de quem examina o Conselho Penitenciário um pedido de perdão endereçado a Sua Excia. o Senhor Presidente da República*<sup>566</sup>. Na mesma data, ao Juiz de Direito da Comarca de Porto União, solicitou o processo crime de Jorge Hendrich, para pedido de perdão a ser encaminhado ao Presidente da República. Em 02 de junho de 1944, pedido de perdão pelo sentenciado Boleslau Iachniewski a ser encaminhado ao Presidente da República<sup>567</sup>; em 17 de junho de 1944, pedido de livramento de condicional, impetrado por Estanislau Brozowski, solicitando ao Juiz de Blumenau o envio do processo crime<sup>568</sup>.

Noto que os pedidos de perdão eram dirigidos ao Presidente da República. A imagem “paternal e dadivosa” permitia que o fizessem, forma também de controle do governo autoritário e centralizador. A presença do Conselho Penitenciário no Brasil data de 1924 e ficou mais atuante a partir de 1934, transformado em Inspeção Penitenciária, exercendo *então o controle moral sobre todos os estabelecimento penais do país: quanto aos “federais,*

<sup>563</sup> Ofícios Recebidos pela Penitenciária do Estado, Jan/dez de 1943 e 1944, assinados por Rubens Ramos Diretor da Penitenciária Agrícola, endereçados a Ivo D'Aquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde.

<sup>564</sup> Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S –Pe – 1943/4. APESC. Todos esses ofícios estão numerados de 01 a 381.

<sup>565</sup> Of. No. 17/44, de 11/01/1944. Ref. Distribui procuração de perdão. Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S – Pe – 1943/4. APESC

<sup>566</sup> Ofício No. 27/44, de Rubens Ramos, Secretário do Conselho Penitenciário, a Dr. Amilcar Laurindo Ribas, Juiz de Direito da Comarca de Caçador/ SC, em 20 de janeiro de 1944. Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S –Pe – 1943/4. APESC

<sup>567</sup> Of. No. 154/44, de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola, ao Dr. Artur da Costa Filho, Secretário da Viação e Obras Públicas e Agricultura, Florianópolis, respondendo pelo expediente da Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, em 03 de junho de 1944. Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S – Pe – 1943/4. APESC.

*pela inspetoria direta e geral”; quanto “aos estaduais, pelo controle técnico do regime penitenciário”<sup>569</sup>.*

Eram conselheiros do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina, no ano de 1944, Vitor Lima, Vasco Henrique D’Avila, Othon da Gama Lobo d’Éça, Ylmar de Almeida Corrêa, Milton Leite da Cosma, Joaquim Madeira Neves, Rubens de Arruda Ramos e Herique Stodieck<sup>570</sup>. Observo que eram homens ligados ao poder público; seis deles eram formados em Direito e dois em Medicina, tendo exercido cargos na promotoria, interventoria, juizado, secretarias do Estado, médicos nomeados, diretoria de penitenciária, magistério de nível superior, além de perfilarem como membros de diversas instituições filantrópicas, jurídicas, classistas, bem como diretorias, sociedades, etc. Nomes que representavam o poder, tinham tanto a fala autorizada e legitimada<sup>571</sup>, quanto estavam inseridos nas relações da elite na cidade e no Estado. Vitor Lima era, inclusive, membro nato deste Conselho desde 1930. Uma pergunta me intriga: o que fez Nereu Ramos manter como Conselheiro (era do Conselho desde 1928) o ex-integralista<sup>572</sup> convicto Othon Lobo da Gama D’Éça? Relações, redes de poder, por certo.

Bem, ao que se pode depreender, o Conselho Penitenciário fazia o papel de intermediador entre presos políticos e o governo da República, legitimava o controle e a ordem. Para os presos, é possível que fosse a única possibilidade de pleitearem a liberdade, mesmo que às custas de pedir perdão. Se foram todos atendidos, não pude averiguar; entretanto, alguns conseguiram, haja vista os alvarás de soltura que aparecem em 1944. De qualquer forma, um número significativo de alemães e italianos ficaram presos no campo de

<sup>568</sup> Of. No. 164/44, em 17 de junho de 1944, de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola, ao Dr. Oscar Leitão, Juiz de Direito de Blumenau, Blumenau. Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S – Pe – 1943/4. APESC.

<sup>569</sup> Criado em 06 de novembro de 1924, tendo na presidência Cândido Mendes e, com a morte deste, em 1939, foi nomeado Lemos de Brito, que ocupou o cargo até 1957. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 184.

<sup>570</sup> Em dezembro, aparece a lista dos Conselheiros e gratificações de Cr\$ 400,00. Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S – 1943/4. APESC. O Decreto-lei No. 1.128, de 03/10/44, institui gratificação de exercício aos membros do Conselho Penitenciário, em folha de pagamento na quantia de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por sessão comparecida, até o máximo de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) mensais, pago pelo Tesouro do Estado por intermédio da Secretaria de Justiça, Educação e Saúde. *Diário Oficial do Estado*, 13/10/1944. Em maio de 1944 (sem data), aparece um telegrama enviado pelo Conselho Penitenciário ao Interventor Nereu Ramos em comemoração ao Dia do Penitenciário, onde agradece a atenção e prestígio do Interventor *no sentido de completar exato regime penalógico instituído seu patriótico governo*. Ofícios... Idem.

<sup>571</sup> Pierre Bourdieu salienta que a linguagem autorizada depende da posição social daquele que fala porque representa autoridade e concentra capital simbólico acumulado. O poder destes conselheiros é legitimado e tem eficácia, porquanto têm eles autoridade. BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso oficial. In: Op. cit., p. 85 e 96.

<sup>572</sup> Em 1937, Gama D’Éça fora inclusive intimado a prestar depoimento e ameaçado de prisão, pois que enviara ofício com ameaças ao Interventor com a notícia de que um carro alegórico sairia no carnaval satirizando o integralismo. Era chefe provincial da Ação Integralista Brasileira e diretor do jornal integralista *Flama Verde*. Citado por FALCÃO, Luiz Felipe (1999). Op. cit., p. 160.

concentração da Trindade por ordem judicial e parte destes responderam processo no Tribunal de Segurança Nacional.

Além do presídio político da Trindade, em Joinville o Hospital Oscar Schneider, que desde 1921 abrigava doentes mentais, foi desativado em 1942:

(...) fechou suas portas para a colhida de “loucos”, contudo seu prédio foi utilizado durante a segunda grande guerra para retirar do convívio social outras pessoas que poderiam “ameaçar” a sociedade, ou seja foi usado como presídio político de “teutos-brasileiros” de diversas regiões de Santa Catarina<sup>573</sup>.

Por determinação de Nereu Ramos, o prédio em que estava instalado o hospital Oscar Schneider foi *adaptado para servir de presídio político*, cujos gastos de adaptação custaram a *importância de 24:407\$300*, gasto este combinado entre Estado e município, dado *o caráter urgente e imprevisto*, conforme ofício datado de 8 de julho de 1942, do prefeito de Joinville, Arnaldo Moreira Douat, a Nereu Ramos<sup>574</sup>.

Ilanil Coelho salienta que várias prisões foram efetuadas em Joinville, porém sem que ficassem registros em documentos. Todavia, sabe-se que, em 1943, oito alemães e teuto-brasileiros procedentes de Joinville encontravam-se presos na Colônia Penal “Cândido Mendes”, (Ilha Grande, Rio de Janeiro) conforme relatório do Ministério do Exterior em Bonn<sup>575</sup>. Nas memórias encontro as imagens deste hospital/hospício/prisão:

O hospício localizado na parte dos fundos do Cemitério Municipal não existe mais. Quando era criança, nos anos 1960, ainda cheguei a conhecer as ruínas daquele prédio branco alongado, com suas celas e grades de aspecto terrível (...). Este hospício antigo era o conhecido manicômio do Lehmann. Conta meu pai, que na época dizia-se que “quem estava louco era levado para o Lehmann”<sup>576</sup>.

Esse manicômio, e a posterior transformação em prisão política, insiste em reavivar-se na memória coletiva, muito embora o silêncio e o medo de falar ainda mexe com antigos moradores. Na fala de Arno, o sentido desse silêncio: *Era um tempo de medo de falar... não falar! Existia um hospital, e que medo de ir, de ser levado... era a cadeia para os alemães. É,*

<sup>573</sup> FONTOURA, Arselle de Andrade. Aqui “jazz” um hospital... In: GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (org.). Op. cit., p. 103.

<sup>574</sup> Ofício N. 453, Ref: Adaptação prédio para presídio. Ofício de Arnaldo Douat, prefeito municipal de Joinville, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, em 8 de julho de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras - Jul/ago. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>575</sup> COELHO, Ilanil (2000). Op. cit., p. 189. Cita o Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn. Microfilme 24, Arquivo Histórico de Joinville. Trad. Maria Thereza Böebel.

<sup>576</sup> Agradeço a Horst Dieter Hardt essa informação preciosa.

*eu não gosto de falar, parece que volta...*<sup>577</sup> Na idade de colher sabedoria, Arno, já octagenário, prefere esquecer, e nada mais me disse, de olhos longe... fiquei sem jeito e me despedi. Jamais saberei o que se passava naquele olhar azul. Claro que as pessoas tinham medo, num lugar visado e absolutamente vigiado como fora Joinville.

Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, em 19 de julho de 1943, escreveu ao Secretário de Justiça e Negócios Interiores, levando ao conhecimento ofato de *haver a Embaixada da Espanha, encarregada da proteção dos interesses dos alemães no Brasil*, solicitado a intercessão do Itamaraty, no sentido de permitir que o encarregado do Vice-Consulado honorário da Espanha em Florianópolis, pudesse *visitar os súditos alemães que se acham internados nos campos de concentração de “Trindade”, perto de Florianópolis e “Oscar Schneider”, nos arredores de Joinville*. Agradeceu o obséquio de dar as necessárias providências para esta incumbência<sup>578</sup>, solicitação encaminhada a Ivo D’Aquino, então Interventor Federal substituto, em 31 de julho de 1943, para providências e permissão ao Vice-Cônsul de Florianópolis poder *visitar os súditos alemães que se acham internados nos campos de concentração de “Trindade”, perto dessa cidade, e “Oscar Schneider”, nos arredores de Joinville*<sup>579</sup>. Em 30 de maio de 1944, encontro o parecer desta visita:

O Ministério das relações Exteriores cumprimenta o da Justiça e Negócios Interiores e tem a honra de comunicar-lhe que a Embaixada da Espanha, encarregada da proteção dos interesses alemães no Brasil lhe passou nota informando-o de que os alemães internados no campo de concentração de “Trindade” nos arredores de Florianópolis, que necessitam de cuidados médicos são invariavelmente transportados para a sala geral do Hospital da Santa Casa, onde recebem o mesmo tratamento dispensado aos indigentes. Em consequência, a Embaixada da Espanha solicita que esses internados sejam de futuro, hospitalizados na Casa de Saúde São Sebastião, que se acha dotada de um completo serviço cirúrgico e sanitário, acrescentando que todas as despesas correrão por conta do internado. Na hipótese dessa medida não ser viável, solicita a referida missão diplomática que os enfermos sejam recolhidos à sala de primeira classe do referido Hospital da Santa Casa, visto que as mais das vezes, os casos de hospitalagem são de caráter grave e urgente.

<sup>577</sup> K., Arno (prefere ficar anônimo), 87 anos. Depoimento em agosto de 2001, Joinville.

<sup>578</sup> SGX/410/945.1 (81) (42). Carta de Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, ao Secretário dos Negócios Interiores, Rio, em 19 de julho de 1943. Assunto: Visita aos detidos alemães nos campos de concentração de “Trindade” e “Oscar Schneider”. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944 – Palácio do Governo. APESC.

<sup>579</sup> Carta do Ministério das Relações Exteriores, Rio, a Ivo D’Aquino Fonseca, Interventor Federal Substituto, Florianópolis, em 31 de julho de 1943. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941-1944. Palácio do Governo. APESC.

O Ministério das Relações Exteriores agradece ao da Justiça e Negócios Interiores o obséquio de habilitá-lo, com a possível urgência, a dar uma resposta sobre o assunto à Embaixada da Espanha<sup>580</sup>.

Seguindo as cartas, em 14 de junho de 1944, Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, enviou cópia do parecer a Nereu Ramos Filho, Secretário da Interventoria Federal do Estado de Santa Catarina, dizendo que *por ordem do Sr. Ministro, encaminho a Vossa Senhoria cópia do aviso verbal DPD/294/945.1 (81) (42), de 30 de maio último, pelo qual o Itamaraty transmite a este Ministério solicitação da Embaixada da Espanha com referência aos cuidados médicos a serem dispensados aos alemães internados no Campo de Concentração de Trindade, nos arredores de Florianópolis, agradecendo as informações e solicitando urgente resposta*<sup>581</sup>. Não encontrei a resposta; fica a dúvida se houve.

Ora, a solicitação data de julho de 1943, enviada no mesmo mês a Ivo D'Aquino, e como se nota a visita aconteceu entre julho de 1943 e maio de 1944, data em que o parecer foi então enviado para a interventoria do Estado para que fossem tomadas providências. Intrigame a demora desse processo envolvendo relações internacionais, já que só quase um ano depois a interventoria estadual tomou conhecimento deste parecer - a morosidade, ao que parece, era conveniente ao poder público, haja vista ser assunto delicado para o momento. O parecer da embaixada da Espanha é claro: os internos no campo de concentração da Trindade estavam sofrendo maus tratos, eram tratados como indigentes e necessitavam de assistência médica, inclusive havendo *casos de hospitalagem de caráter grave e urgente*<sup>582</sup>. Teriam sido atendidas as recomendações da Embaixada da Espanha? Não tenho como saber... O parecer não fala do campo de Oscar Schneider, que, ao que parece, não foi inspecionado. No Relatório do Ministério do Interior em Bonn (1944), sobre a situação do presídio, consta que:

A instituição "Oskar Schneider" é um prédio antigo, vizinho do Cemitério de Joinville. Funcionava antigamente como hospício. O local não é insalubre. A vigilância está a cargo de uma divisão de polícia, sob as ordens de um sargento, que é comandante da instituição. Os internados estão alojados em celas espaçosas. A administração fornece apenas a cama, mas neste meio tempo os internados já puderam prover-se de colchões e cobertores próprios. Em cada cela há uma mesa e um banco, há chuveiros e pias, bem como um grande salão para jogos de bastão e quintal para passeios e jogos de bola. Os

<sup>580</sup> GPM/594 – 44. DPD/294/945.1(81) (42). Assunto: Assistência Médica dispensada aos internados no campo de concentração "Trindade". Ofício com carimbo do gabinete. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1944. Cartas...idem.

<sup>581</sup> G/3807 (GMP 594-44). Carta de Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, Rio, a Nereu Ramos Filho, Secretário do Interventor Federal, Santa Catarina, em 14 de junho de 1944. Cartas... idem.

<sup>582</sup> O tratamento dos prisioneiros de guerra de 1939 a 1945 era regulamentado pela Convenção de Genebra, ocorrida em 1929, que previa crimes para oficiais militares, porém, a ausência de legislação própria levou a prisões de civis. Só em 1949, nessa Convenção, foi aprovado regulamento para prisioneiros de guerra civis. PERAZZO, Priscila (2002). Op. cit.

presos não são obrigados a nenhuma tipo de trabalho; muitos se dedicam a diversos trabalhos manuais. Periodicamente os internados recebem a visita de um médico. Em casos de acidentes ou doenças graves, ocorre a transferência para o hospital municipal. Não são realizados cultos dominicais. Visitas de familiares apenas são permitidas com autorização especial, com exceção do Natal, quando há uma permissão geral. As cartas são limitadas a 15 linhas<sup>583</sup>.

Este relatório revela que eram “bem tratados” os detidos na prisão política de Joinville, omitindo, porém, o número de presos. Mais parece a descrição de uma pensão, tendo em vista as boas condições físicas e o tratamento para com os detidos. Penso que se fossem tão “bem tratados” não ficaria tanto rancor nas memórias, nem medo e pavor daquele lugar. Não tenho outras fontes para averiguar as condições deste presídio, entretanto, se confinados, estavam na condição de inimigos, sujeitos às normas vigentes. É preciso perceber que a toda norma é uma construção do espaço e tempo – neste caso, no Brasil, nos anos de guerra -, pensadas para demarcar fronteiras no projeto burguês de sociedade, onde os indivíduos deviam/devem seguir condutas expressas em leis<sup>584</sup>. Na concepção deste projeto, os homens são chamados a um contrato social e assim recorrem às leis feitas por alguns para reger a conduta de todos; mas, evidentemente, é o indivíduo o centro dos controles. Assim, se vemos no projeto do Estado Novo uma exacerbação para o corpo coletivo, corpo da nação, são as pessoas como indivíduos que têm a liberdade restringida.

É justamente porque a ordem pode ser quebrada – os indivíduos têm desejos, fazem escolhas – que existem leis. Entretanto, nenhuma norma existe sem quebras - os micropoderes pluralizam-se, produzem saberes e estratégias<sup>585</sup> que as pessoas inventam para se livrarem da ordem, driblarem. Naqueles tempos de guerra, se por um lado a polícia exercia o poder de restringir o livre-arbítreo, também o utilizava para quebrar normas: *Eram as autoridades locais (havia delegados italianos e alemães) que se interessavam para soltar os italianos. Tudo estava entregue à polícia. Ou, como diz um depoente, O inspetor de quartirão era o Arcísio Marchetti. Ele defendia os italianos.* Práticas que têm significados fortes na memória; praticas de micropoderes que alguns delegados utilizavam: *O próprio Leandro Longo que era escrivão e muito respeitado, foi levado porque quis fazer a defesa dos italianos. Os guardas*

<sup>583</sup> Situação dos alemães no estado de Santa Catarina. *Arquivo Político do Ministério do Exterior em Boon*. Microfilme no. 24, Arquivo Histórico de Joinville. Citado por COELHO, Ilanil (2000). Op. cit., p. 190.

<sup>584</sup> Um estudo sobre a historicidade da norma está em BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In: NOVAES, Adauto (org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. P. 247-260.

<sup>585</sup> Nas análise de Michel Foucault, no controle inventam-se poderes, e que são saberes – *Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída socialmente.* MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. Introdução. In: FOUCAULT, Michel (1993). Op. cit., p. X.

*entraram em Pomeranos e quebraram as garrafas de bebidas. O delegado Tupy Barreto de Blumenau veio e tirou*<sup>586</sup>.

Também era possível recorrer às relações de amizade, como mostra C.W.L. a Maria Luiza Renaux, ao relatar como fez para conseguir com que seu marido não fosse para a prisão de Ilha Grande: proprietários de uma fábrica, tinham relações próximas com a elite germânica de Brusque, Pomerode, Blumenau; visitavam-se e sociabilizavam-se. Porém, o marido foi delatado por um sócio, sendo preso juntamente com outros seis homens, ficando 14 dias na cadeia de Blumenau seguindo transferências para Curitiba, depois para São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro. *Em Curitiba moraram por conta própria em um hotel e não podiam sair deste hotel e em São Paulo foram presos numa cadeia miserável, mas só por uns dias e de lá seguiram para o Rio, meu marido com mais 6 outros homens, Erich Bueckmann entre eles.* Conta a depoente que foi uma luta para conseguir hotel no Rio de Janeiro<sup>587</sup>, ficando numa pensão recomendada por amigos da família. Ligou, então, para Adolpho Konder: *De que se trata?*, perguntou ele quando pediu que a recebesse; *Doutor, eu não quero falar por telefone, prefiro que me receba, pelo que lhe serei grata.* Continua:

(...) Então fui até Adolpho Konder e contei-lhe sobre o meu marido. Na minha presença ele pediu ligação telefônica com o chefe de polícia e dissera-lha umas boas verdades (..) o que lhe ocorria enfim, de prender pessoas que nada mais haviam feito no Brasil que trabalha toda sua vida, como puderam fazer isso, que era uma vergonha e assim por diante disse-lhe fortemente sua opinião e, de que se tratava daqueles homens de Blumenau e de Brusque. Pois bem, para mim o Adolpho em seguida disse que eu voltasse de vez em quando. Assim eu fui praticamente todos os dias visitar meu marido, condição que Adolpho Konder logo estabelecera frente ao chefe de polícia: “Ela virá todos os dias e não quero saber de vocês não a deixarem entrar”, disse ele. (...) Ficaram presos na Central, a comida tinham que buscar e naturalmente pagar por conta própria. (...) mais tarde também vieram as mulheres dos outros para o Rio (...). Os homens por fim deveriam seguir para Ilha Grande mas Adolpho Konder se virou por tanto tempo, conduziu as coisas de tal forma que após 17 dias eles os soltaram, por influência de Adolpho Konder e naturalmente pela minha insistência (...) <sup>588</sup>.

Esses detentos ficaram até o fim da guerra no Rio de Janeiro, numa moradia de aluguel e não podiam sair da cidade, tendo que se apresentarem diariamente na polícia, *depois duas vezes por semana, a seguir só uma, até a guerra terminar*, e mesmo assim não foram libertados de imediato. A história que conta C. W. L. não é só sua: muitos presos fizeram este

<sup>586</sup> MOSER, Anita. Op. cit., p 11. Depoimentos concedidos por homens de 86, 76 e 90 anos.

<sup>587</sup> No Rio, os hotéis estavam todos ocupados porque *Os Americanos ricos todos mandavam seus filhos para o Rio de Janeiro a fim de que eles não precisassem ir para a guerra, onde só malandravam*, conta C.W.L. Depoimento concedido por C.W. L., a Maria Luiza Renaux, em 02 de dezembro de 1988, Blumenau.

<sup>588</sup> Idem.

roteiro e, dentre os quais uma parte ficou efetivamente na Ilha Grande. É importante salientar que mesmo homens de posses e poder foram presos por algum tempo, embora, dependendo das relações, podiam recorrer aos amigos e ter a pena atenuada, como foi o caso da interferência de Adolpho Konder<sup>589</sup>.

Outras narrativas revelam que Marcos Konder e seu filho Alexandre foram também presos em 1942 – uma novidade, já que que a memória construída após a guerra foi contada como convinha a quem se sentiu dono da história, sobressaindo o mito do alemão empreendedor; de resto, o silêncio. Em depoimento cedido por Antonio Carlos Konder Reis<sup>590</sup> (sobrinho de Marcos Konder, Adolpho e Vitor, que eram irmãos), revela que Maria Corina Regis Konder, esposa de Marcos, *morreu, mas foi depois de 42 quando ele estava preso e ela era viva, ela teve dois filhos presos e o marido, o Alexandre, foi preso porque achavam que ele era a favor da Alemanha, e o Valério foi preso várias vezes porque era do Partido Comunista (...)*<sup>591</sup>. Já Maria Luiza Renaux recupera relações durante a guerra, quando relembra que *os alemães e descendentes foram colocados em campo de concentração, em Florianópolis e depois levados para o Rio de Janeiro, e quem os defendeu foi Marcos Konder, enfatizando a força dessas relações na defesa dos alemães durante a guerra, quando também toda a diretoria dos Hering teve que sair, bem como outros blumenauenses e brusquenses que foram para o campo de concentração*<sup>592</sup>. Não há dúvida que poderes e forças eram mobilizados na defesa dos alemães, mesmo que também fossem presos ou exilados.

Quantas pessoas foram efetivamente detidas por algum tempo ou processadas com a declaração de guerra, é impossível enumerar, haja vista que os documentos encontrados são esparsos e muitos desapareceram<sup>593</sup>. O jornal *A Gazeta*, em 02 de setembro de 1942, noticiou

<sup>589</sup> A família Konder, antes da Revolução de 1930, dominava a política estadual. Marcos foi Interventor de Itajaí, de 1915 a 1930; Adolpho Konder foi Governador do Estado de Santa Catarina, de 1926 a 1930; e Vitor Konder, Ministro do Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, de 1926 a 1930. Depois de 1930, aliados do poder, continuaram nas hostes do Partido Republicano atuando em Santa Catarina. Adolpho Konder foi Senador da República, eleito em 1930, porém, exilado, retornou em 1933, sendo Deputado de 1935 a 1937, pela coligação “Por Santa Catarina”. De 1937 a 1945, mesmo sem representação efetiva no governo, exerceu influência, tanto que foi um dos fundadores da União Democrática Nacional – UDN, em 1945. Essas elites republicanas voltam ao poder após a guerra, na década de 1950, e o exercem até hoje, entrelaçados à família Bornhausen (Jorge Konder Bornhausen).

<sup>590</sup> Antonio Carlos Konder Reis é filho de Osvaldo dos Reis e Elizabeth Konder, nasceu em Itajaí em 1925. Formado em Direito, foi Deputado Estadual de 1947 a 1955, Deputado Federal de 1955 a 1958 e de 1959 a 1962, Senador da República de 1963 a 1971 (UDN) e 1971 a 1979 (ARENA), e Governador do Estado de Santa Catarina de 1975 a 1979. Foi também Secretário de Estado e Vice-Governador na década de 1980, sendo hoje referência política em Santa Catarina.

<sup>591</sup> REIS, Antonio Carlos Konder, 81 anos. Depoimento concedido em 25 de abril de 1996, Itajaí. Concedido a Cristiane Manique Barreto, a quem agradeço a colaboração.

<sup>592</sup> RENAUX, Maria Luiza. Depoimento concedido em 10 de julho de 1996, Blumenau. Concedido a Cristiane Manique Barreto. Maria Luiza é historiadora e professora da FURB – Fundação Universidade de Blumenau.

<sup>593</sup> *Calcula-se que nos 15 anos do regime Vargas tenha havido, pelo menos, dez mil presos políticos, embora seja difícil precisar, já que Filinto Muller, auxiliado por seus colaboradores próximos e por seu sobrinho, Ivens*

que em todo o Estado, nas últimas 24 horas, haviam sido presos *350 simpatizantes do Eixo*<sup>594</sup>. Nos dias que seguiram, centenas de outras prisões no Estado foram noticiadas, entremeadas a denúncias de eixistas, expulsões, desapropriações, conspirações, rádios apreendidos, demissões, bem como informes do que estava ocorrendo no Brasil, formando a imagem de um inimigo próximo e perigoso, instigando ao delato e ao medo; notícias estas que aparecem quase que diariamente até o final da guerra. *O Estado, A Gazeta, o Diário da Tarde, O Apóstolo, o Diário Oficial*, e os jornais locais, faziam seu papel no momento.

Entrementes, estes jornais noticiavam cartas de apoio dirigidas ao governo federal e estadual, enviadas por ex-integralistas ou pessoas que queriam demonstrar o quanto eram patriotas. No dia 03 de setembro de 1942, vários homens de Rodeio *abjuraram solenemente* as idéias integralistas; também o fizeram alguns homens de Palhoça, Joinville, São Bento. Neste último, Alfredo Kilmack, Donald Ritzmann e Otto Roesler Filho diziam-se *comerciantes e industriais que ainda moços inexperientes, viram-se arrastados por uma nefanda propaganda alienígena*<sup>595</sup>. É compreensível que se defendessem e tentassem manter distância da repressão. Havia negócios, famílias, relações a serem preservados.

Segundo o relatório do Departamento de Ordem Política e Social, entre janeiro de 1942 e janeiro de 1943, foram efetuadas 695 detensões por motivo de segurança nacional, sendo que destes, 456 foram postos em liberdade por *não terem apurado gravidade*, 15, por terem os processos arquivados pelo Tribunal de Segurança Nacional, e 2, por pena cumprida no mesmo Tribunal, *continuando os demais detidos, inclusive 36 que se encontram recolhidos à "Ilha das Flores"*<sup>596</sup>, no Rio de Janeiro<sup>597</sup>.

Sobre esses processados/condenados, pode-se fazer algumas investigações: num quadro demonstrativo dos alemães ligados ao Partido Nazista, internados no campo de Trindade, conforme relatório de 03 de dezembro de 1943, aparecem 69 nomes, local da detenção e atividades praticadas<sup>598</sup>. Já no relatório da Cruz Vermelha Internacional no Brasil,

de Araújo, tenha providenciado a queima de documentos da chefatura de polícia, quando deixara o cargo, em 1942. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 193 e 194.

<sup>594</sup> Jornal *A Gazeta*, 02/09/1942. P. 4.

<sup>595</sup> Jornal *A Gazeta*, 03/09/1942 e 19/09/1942. Outras notas aparecem nas edições de 06/09/1942 e 30/09/1942 do mesmo jornal.

<sup>596</sup> Os presos de Santa Catarina ficaram na Ilha Grande, Colônia Penal "Cândido Mendes", e não na Ilha das Flores - este é o antigo Presídio da Imigração na Ilha da Guanabara, Rio de Janeiro. Informação de PERAZZO, Priscila (2002). Op. cit.

<sup>597</sup> Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, relativo ao período entre 27/01/1942 a 27/01/1943. Março de 1943. Acervo Privado de João Batista Ramos Ribas (Antonio de Lara Ribas), Florianópolis

<sup>598</sup> Conforme Ofício (cópia) de Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina para Antonio Carlos Mourão Rattón, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis 03/12/1943. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional IJ1 1382, ANRJ. Citado por PERAZZO,

em fevereiro/março de 1943, havia 90 alemães internos na Trindade (nenhuma outra nacionalidade). E, no jornal *Zero Hora*, diz que em 3 de dezembro de 1943, apareciam 136 (cita como fonte o DOPS)<sup>599</sup>. Entretanto, os nomes que aparecem como presos políticos, sentenciados e liberados nos Ofícios e Correspondências da Penitenciária e no Presídio Agrícola de Trindade, não conferem com o relatório do DOPS, e só alguns dos que encontro nas entre-folhas dos arquivos coincidem nomes.

Há, portanto, divergências nos próprios dados oficiais, sendo delicado arriscar qualquer estatística, mais ainda se comparados estes dados com aqueles do fichário do Tribunal de Segurança Nacional sobre presos políticos em Santa Catarina. Não há como arriscar qualquer aproximação: neste fichário, o número final é 6.036, porém apenas 293 processos<sup>600</sup> estão disponíveis e em números alternados até o fim da guerra; dos outros, não tive notícias. Considerando que este Tribunal foi instaurado em 11 de setembro de 1936, e que os primeiros processos são de presos ligados ao integralismo, somam-se as incertezas. A exorbitante diferença entre os números faz-me pensar que houve preocupação em “eliminar” provas de arbitrariedades e o “apagamento” de pistas que pudessem vir a ser julgadas mais tarde, ou mesmo a desordem da própria polícia com relação aos registros.

A permanência nos cárceres, segundo Perazzo, *variava em função de fatores arbitrários por parte da instituição policial*. Uns eram detidos e liberados em seguida, outros ficaram presos por algum tempo *aos delegados de polícia foi liberado*<sup>601</sup>. O Pastor Hermann Stoer relata que, após sua segunda prisão, em outubro de 1943, provavelmente ficaria até o fim da guerra, porém,

possivelmente existia uma possibilidade de libertação, se a esposa de um bom amigo em Florianópolis, cujo marido tinha boas relações com o superior chefe da polícia, Sr. Capitão Lara Ribas, visitasse este em sua residência, com o pedido de minha libertação. Se foi resultado desta visita ou não, eu não sei. Em todo caso, eu fui solto dois dias após a citada visita<sup>602</sup>.

Hans Walter Taggesell esteve durante dezesseis meses no Presídio de Trindade. Engenheiro alemão, radicado em Lages, foi preso em 28 de agosto de 1942. Nas palavras da

Perazzo (1999). Op. cit. p. 239 a 144. Ver ANEXO III – Relação dos internos a Trindade, de dezembro de 1943.

<sup>599</sup> Jornal *Zero Hora*, Especial, Porto Alegre, 17/05/1998. P. 29.

<sup>600</sup> Ver ANEXO IV – Relação dos processos crime constantes no Arquivo Nacional.

<sup>601</sup> PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 201. Atualmente, a historiadora está ampliando a pesquisa sobre o tema, intitulada *Prisioneiros de guerra*. Os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945), na Universidade de São Paulo.

<sup>602</sup> ODEBRECHT, Emilio. Op. cit., p. 13. Há diversas correspondências da Penitenciária do Estado, entre 1939 e 1942, versando sobre situação de Ulrich Weigle, de Rio do Sul, expulso do território nacional em 1939, porém ainda na prisão em julho de 1942.

filha Hildegard, os policiais invadiram várias vezes sua residência. *Eles remexiam as gavetas, abriam armários e iam empacotando o que interessava, nem as roupas íntimas de nossa mãe escapavam da chamada averiguação*<sup>603</sup>, conforme depoimento para o jornal *Zero Hora*. Para a polícia, Hans era suspeito em potencial: imigrante, chegara no Brasil com 28 anos (1924), engenheiro pela Universidade de Berlim,  *muito culto*, de situação financeira confortável e, portanto, de visibilidade econômica e social, sendo assim, *era normal que fosse uma referência para os imigrantes mais simples de Lages*, diz Hildegard, além de ter sido, neste lugar, um dos organizadores da Ação Integralista Brasileira, isso por volta de 1933<sup>604</sup>. Na reportagem, aparece o cotidiano da prisão e os dissabores de algumas famílias com a repressão, incluindo depoimentos que, obviamente, demonizam a ação da polícia e omitem ligações que para o momento eram de extrema vigilância.

Explico: em abril de 1943, dia 4, deu entrada no Tribunal de Segurança Nacional o processo de Hans Walter Taggesell, 41 anos, residente em Lages (chegou em Hamônia no ano de 1924, seguiu para Curitiba e depois fixou-se em Lages) e natural de Dresden (Alemanha). Este processo foi aberto em agosto de 1942<sup>605</sup>. Consta dos autos aproximadamente 100 páginas de cartas em alemão, traduzidas para o português, enviadas por Hans para o pai na Alemanha e a outras pessoas de suas relações. A primeira carta data de 3 de outubro de 1929 e é endereçada ao pai, dizendo claramente sobre a idéia de “sangue puro”:

Pois quando eu uma vez casar, então procuro uma mulher que ajuda um pouco ao marido e não uma que apenas saiba vestir-se bem e ainda mais para agradar a outros homens... em todo caso nenhuma brasileira. Meus filhos deverão ter sangue limpo e não virem ao mundo com sífilíticos; (...).

E, noutra, em 1931: *Por pouco no que se refere a preguiça e comodismo o brasileiro certamente não é superado por nenhum povo deste mundo....* (reticências da tradução). Hans reproduzia, então, o ideário eugênico de limpeza da raça e de povo trabalhador no contraste com a “preguiça” do brasileiro, recorrente naqueles anos em que a Alemanha iniciava sua “revanche” e Hitler já estava nos bastidores. Nesse mesmo ano, Hans narrou para o pai sobre sua “doutrinação” em Lages e clareia suas inclinações políticas:

...estava falando de Hitler para alemães aqui, mas minha introdução ainda não estava terminada quando um alemão nascido aqui assim interferiu, mas

<sup>603</sup>Depoimento citado no Caderno Especial do Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 17/05/1998. P. 30. Também aparece, no jornal *A Gazeta*, 31/03/1943, notícia da prisão de Hans Walter Taggesell.

<sup>604</sup>BRANCO, Juçara Castello. Op. cit., p. 31.

<sup>605</sup>Processo-crime n. 3.307 – Hans Walter Taggesell (Apelação n. 1.640). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Da página 05 a 107 do processo estão as cartas em alemão; da página 108 a 124, as traduções para o português.

foi mal sucedido (...) esclareceu primeiramente que deveria saber sobre os judeus para a esse respeito poder fazer sua crítica sobre Hitler. Enfim, o resultado foi de conseguir fazer esclarecer dois brasileiros, não porém aos de raça alemã, isso vem esclarecer ao fato de que todo idiota de sangue puro e que fale dificilmente o alemão, julga poder ter sua opinião sobre Hitler. (...)

No Brasil também nada está cor de rosa. Creio que não demorará muito rebentará também uma revoluçãozinha. Getulio Vargas demonstrou-se um grande zero (uma nulidade), e provavelmente muito em breve desaparecerá do páreo. Depois provavelmente o exército se apossará do poder e isso naturalmente os de Minas Gerais não permitirão. Portanto: revolução. O único homem que poderia por ordem certamente é Artur Bernardes, que durante seu governo empregou e pregou verdadeiramente de idade média, que (...)

Para a polícia política, não havia dúvidas que Hans conspirava: além de ter enlameado a imagem de Vargas, “esclarecia” brasileiros sobre a causa alemã. Seguem muitas cartas até janeiro de 1942 (momento do rompimento das relações com a Alemanha) de conteúdo filosófico e político, informando ao pai sobre os acontecimentos no Brasil e tecendo considerações sobre a Alemanha, o comunismo, o integralismo, os judeus, o partido nazista do qual diz *guardar a papelada*, fazendo comparações que o incriminavam: *O que Hitler fez até hoje é verdadeira surpresa, ao passo que no Brasil que atualmente o aspecto é bem triste;* ou, conforme outra carta, de 7 de setembro de 1939: *Não obstante ter-me posto à disposição da embaixada alemã, nós aqui somente podemos limitarmos a difundir tanto quanto possível a verdade sobre a Alemanha e isto também é feito com todo o esforço.* Em 1941, revela que o cunhado Fritz foi escolhido como dirigente da volta de imigrantes alemães para o Brasil e que eu devo auxiliá-lo nisso. Isso me deixou tão desnordeado que é melhor que eu nem pense nisso” (...).

Já era setembro de 1942 quando Hans W. Taggesell foi interrogado pelo Departamento de Ordem Política e Social, em Lages, ocasião em que confirmou possuir livros em alemão, não os destruindo porque não era proibido comprá-los, e, tendo filhos brasileiros, sua mulher Hildegard comprava-os para estes brincarem. Argumentou, ao ser inquirido, que seu número de telefone casualmente é o 5 e não porque é 5ª coluna; se diz-se favorável à política de Hitler e amava sua pátria, mesmo porque não havia provas de que foram realmente os alemães a fundarem navios brasileiros. Perguntado porque durante a apreensão, repetira a frase “*ai que dor no cu...ração*”, nada disse além de *talvez pelo hábito*. Sobre uma nota no jornal *Correio Lageano*<sup>606</sup>, que noticiara o aniversário de Hitler, disse que efetivamente ele e

<sup>606</sup> O ANIVERSÁRIO NATALÍCIO DO CHANCELER ADOLF HITLER - “A 20 do corrente aniversariou-se o grande Führer alemão Sr. Adolf Hitler, personagem cujo nome se imortalizará na história dos povos como

outros lageanos<sup>607</sup> enviaram ofício ao mesmo jornal, juntamente com o agradecimento pela lembrança da data. Lembrar o aniversário de Hitler não era novidade: em 1940, os adeptos do nazismo, em Blumenau, organizaram uma festa em homenagem ao seu aniversário, onde participaram apenas homens de confiança do Partido, levando muitos destes para a prisão na Trindade. Consta do relatório do delegado regional de Blumenau, Timóteo Braz Moreira, que, solicitada a lista dos convidados, foram colocados dois policiais na *Sociedade do Atiradores, onde se realizava a festa, e as entradas foram conferidas pela relação apresentada, solenidade em que todos compareceram, e todos reafirmaram juramento de fidelidade ao Furer*, constando, ao final da lista, 456 nomes<sup>608</sup>.

Preso em Lages, Hans escreveu um bilhete, anexo ao processo que foi encaminhado ao Tribunal, onde diz: *Esta noite tive que passar sentado na tarimba de madeira lisa. Tiraram-me a cama*. Noutro interrogatório, agora em outubro de 1942, na Delegacia de Ordem Política e Social, em Florianópolis, respondeu que entrou para o Integralismo porque *necessitava ser eleitor para manter os seus negócios, e tinha que votar, sendo este o partido cuja doutrina mais lhe agradava, porque quando saiu da Alemanha a maior parte dos cargos públicos estava ocupado pelos judeus, e os integralistas combatiam justamente os judeus e o comunismo*. Enganou-se, porque também no Brasil *os judeus tinham negócios*, daí ele pensar em *voltar para a Alemanha*. Numa tentativa de explicar-se quanto aos preconceitos étnicos, Hans Taggesell responde que

(...) tem estatísticas publicadas na própria imprensa brasileira que acusa a alta porcentagem de sífilis hereditária da população brasileira, e essa é uma lamentável realidade e nunca poderá significar o desprezo à mulher brasileira; e tanto que quando achei uma moça que supunha que não tivesse sífilis e que considerava digna de ser a mãe dos meus filhos, casei-a e é esta minha atual esposa, com a qual tenho vivido muito feliz.

Este preconceito para com as mulheres brasileiras, por parte dos alemães, advém das idéias de superioridade racial ventiladas na emergência do nacionalismo alemão<sup>609</sup> aliadas depois à “pureza de sangue”, coisa que não é nova. Em meados do século XIX, os imigrantes

---

*símbolo de energia, coragem, intrepidez e organização. E de um forte e guerreiro povo, Hitler é o verdadeiro homem que exprime o valor de sua raça*”. *Jornal Correio Lageano*, abril de 1941. Autos do Processo.

<sup>607</sup> Nomes que assinaram o ofício em agradecimento ao jornal pela menção à data natalícia de Hitler: Hans W. Tagessell, Guilherme Karl, Alfredo Rudolf Junior, Frederico Ebert, Emilio Kuerten, José Hermle, Alberto Henkel, Max Blankenburg, Oscar Muesser, Walter Stark, Fritz Hoessner, José Schuiter, Carlos Wgenfuehf e Carlos Johlch.

<sup>608</sup> Relatório de Timóteo Braz Moreira, Delegado Regional de Polícia de Blumenau, para Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Florianópolis. Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, Estado de Santa Catarina, Blumenau, 06/03/1944. “Anna Prestel”, Pront. No. 80.896, DEOPS-SP, DAESP. Cf. PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit., p. 87.

<sup>609</sup> Cf. SEYFERT, Giralda (1981). Op. cit., p. 45 e seguintes.

solteiros já procuravam casar dentro do mesmo grupo, como fez Julius Baumgarten que, segundo suas cartas aos parentes na Alemanha, almejava uma mulher “trabalhadeira” de preferência alemã<sup>610</sup>. Hanz, como vimos, em 1929, queria uma mulher que o ajudasse no trabalho e *nenhuma brasileira*, mas uma de *sangue limpo* para evitar *filhos sífilíticos*. Tendo que explicar-se, tece o argumento das estatísticas da época, sem contudo negar a idéia inicial. Observo que, mesmo buscando casamentos dentro do mesmo grupo, houve casos de exogamia.

Era já 25 de maio de 1943, Hans estava na prisão agrícola – campo de concentração de Trindade – quando escreveu extensa carta ao Tribunal de Segurança Nacional, onde se diz inocente e jamais ter participado de qualquer partido político da Alemanha, reafirmando que é e será sempre alemão. Disse que, mesmo sabendo que isso não era crime, se merecesse sentença, queria ser expulso do país e voltar para a Alemanha, arrolando testemunhas a seu favor – homens das relações econômica e política do Estado e do município<sup>611</sup>. Consta dos autos do processo a defesa do advogado Dr. Aldo Ávila da Luz, com o testemunho de defesa de Dr. Celso Ramos Branco. Na audiência, em 9 de setembro de 1943, o Tribunal de Segurança Nacional absolveu Hans Walter Taggesell por deficiência de provas e por não considerar o réu como praticante de propaganda política. As redes de amigos e as solidariedades de classe com certeza foram importantes na defesa e no resultado do processo.

É interessante observar, nas declarações de Hans, a sua ligação e admiração explícita pela Alemanha, aparecendo este elo nas cartas e nas 44 fotografias apreendidas com o réu e anexas ao processo, todas mostrando desfiles cívicos da Alemanha, Hitler com crianças, homenagens à pátria alemã, etc. Também havia as correspondências dirigidas ao pai, além daquelas que mantinha com Giovani Batista de Negri, um médico italiano de 43 anos e residente em Anita Garibaldi (SC), *compade e amigo* e a quem enviava notícias da guerra. Interrogado, Negri disse nunca ter respondido as cartas e que o amigo torcia *pela Alemanha*. Amigos delatavam amigos – era imperativo salvar a própria pele!

Voltando à reportagem, os jornalistas constroem uma determinada versão da prisão de Hans, versão esta contada através das memórias dos filhos Walter e Hildegard, os quais consideraram injustas as suspeitas de nazismo que levaram o pai à prisão. Conta Hildegard que *Por amar a Alemanha, meu pai abominava o que Adolf Hitler estava fazendo e sofria*

<sup>610</sup> Cf. AREND, Silvia Maria Favero. Relações interétnicas na Província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana e AREND, Silvia M. Favero. (orgs). Op. cit. P. 32-52.

<sup>611</sup> Arrola como testemunhas: Aristiliano Ramos, ex-interventor estadual nomeado de 1933 a 1935; Otavio Silveira Filho, ex-chefe de polícia de Santa Catarina; todos os ex-prefeitos de Lages, inclusive Vidal Ramos

*desesperadamente por saber o que podia acontecer.* Na documentação – cartas, fotografias, declarações – contida no processo crime de Hans Walter Taggesell, vemos que este tinha estreita ligação com a Alemanha e admiração explícita por Adolf Hitler, bem como idéias de racismo e preconceito étnico. Da memória familiar sobressaem os afetos, obviamente resignificada a partir da experiência de criança (Walter, o filho, tinha em torno de cinco anos) e das histórias contadas e realimentadas no convívio familiar, portanto, uma versão do acontecido. Noutra versão, o jornal *A Gazeta*, em maio de 1943, noticiava que estava *preso em Florianópolis o nazista e ex-comandante da milícia integralista*, o alemão naturalizado Hans Walter Taggesell, por *chamar os brasileiros de “macacos”*<sup>612</sup>. Noutro jornal, agora já em julho de 1944, divulgando fragmentos das cartas apreendidas, Hans aparece como um nazista *falsamente mascarado de brasileiro, que naturalizou-se para melhor agir*<sup>613</sup>.

Vemos que são diferentes versões para o mesmo acontecido, portanto, sugerem diferentes interpretações, dependendo do lugar social, do olhar de quem fala, evidenciando esse caráter inacabado, infinito e fragmentado, *infinitamente problemático* da arte de interpretar, ensina Michel Foucault<sup>614</sup>. Estas que faço são de um olhar e supõem múltiplas outras, com outros sentidos.

Em Joinville, o alemão Hanz Peter Petry foi detido em março de 1942 como *arraigado elemento nazista, cujas atividades são nocivas aos interesses nacionais*. Tinha então 46 anos, viúvo, mecânico riscador, filho de Peter Petry e imigrado no ano de 1924; ex-contribuinte da Frente de Trabalho Alemã (*Deustch Arbeitsfront*<sup>615</sup>) de Joinville e pertencente ao Partido Nazista, foi encaminhado ao Presídio Agrícola da Trindade em setembro de 1942. Nas suas declarações, contidas no processo crime instaurado no Tribunal de Segurança Nacional<sup>616</sup>, Hanz afirmou que, desde 1932, participava de associações e atividades nazistas, sendo fundador do partido em Joinville, juntamente com os senhores Max Lauckmer e Herckert. As reuniões, disse, aconteciam na casa de Carlos Scheffer e delas participavam Georg Groegel, Franz Mueller e Adolfo Geeling; também confirmou ter assinado o jornal alemão *Deutcher*

Junior; Dr. Celso R. Branco, ex-delegado regional; Otacilio Costa, advogado e jornalista lageano e, seguindo uma lista de nomes de médicos, comerciantes, advogados, etc, das suas relações.

<sup>612</sup> Jornal *A Gazeta*, 23/03/1943. P. 3. Na mesma notícia, aparece a prisão de Frederico Kroch, de Cruzeiro, por iguais motivos.

<sup>613</sup> Jornal *O Nacional*, 28/07/1944. Passo Fundo (RS). Acervo da família Kuhene, Florianópolis.

<sup>614</sup> FOUCAULT, Michel (1997). Op. cit., p. 13-27.

<sup>615</sup> A Frente de Trabalho Alemã (DAF) era um organismo estatal criado em 6 de maio de 1933, com objetivo de coordenar o movimento sindical alemão, e lhe eram subordinadas a “Força através da Alegria” (*Kraft durch Freude*) e “A beleza do trabalho” (*Schönheit der Arbeit*), responsáveis pelo lazer e melhoria da qualidade de trabalho e coleta beneficente. Com o fechamento do Partido Nazista, em 1938, a Frente de Trabalho Alemã passou a ser o espaço de organização dos militantes do partido. Cf. SANTANA, Nara. Op. cit.

*Morgem - Aurora Alemã*<sup>617</sup>. Noutro interrogatório, já em março de 1944, argumentou que depois do fechamento da *Frente Alemã* não exerceu qualquer atividade nazista, mas *continua nazista*, opinando que *os que abandonarem o Nazismo serão traidores*, pois o decreto do governo brasileiro fechou o Partido Nazista *mas não extinguiu o sentimento nazista, e que o verdadeiro alemão o traz em seu coração*. Disse que gostava do Brasil e seria incapaz de qualquer ato contra o país, onde estava há 20 anos. Afirmou ter um filho brasileiro com 18 anos, o qual morava em Curitiba com a família de Wilfredo Medel, bem como há 15 anos estava separado de sua filha (desde que enviuvou), pois a mesma vivia em São Paulo como enfermeira. Salienta Petry que não desejaria voltar para a Alemanha, salvo se não encontrasse trabalho no Brasil.

Hanz trabalhava, na ocasião, na Firma Heinemann, sobressaindo nos depoimentos dos colegas de que *é bom companheiro de trabalho*, porém mostrando-se sempre um *apaixonado defensor do nazismo, que quando alguém falava contra a Alemanha, ele exasperava-se e procurava demonstrar o valor do povo alemão*. Ouvia-se que o acusado tinha em sua guarda uma bandeira brasileira, alterada com os emblemas em alemão, além de dizer que *todo o brasileiro era bobo e, assim sendo, era muito difícil os brasileiros derrotarem o povo alemão, falava em alemão, ativo e inteligente, fino e perigoso aos interesses do Brasil e possui uma bandeira brasileira alterada com as cores da alemã*.

Nas declarações de Alfredo Sietschlag, Hanz Peter Petry era defensor rigoroso do nazismo, elemento de destaque do partido e da raça. Noutra ocasião, este o convidou para ir a um baile, ao que Hanz retrucou, argumentando que seu *caráter era formado por uma personalidade superior e assim não se diminuía em dançar com uma mulher brasileira*; disse ainda que Hanz era ativo, orgulhoso e de muita opinião, e que

acha ser a raça alemã superior a todas as outras (...), e que só uma organização nazista poderia endireitar o mundo pois o nosso regime era fraco e da Alemanha forte, e assim as nações do Eixo não poderiam absolutamente perder a guerra. É indivíduo sem caráter, capaz de tudo, e pernicioso aos interesses nacionais.

Essas declarações devem ter pesado contra o incriminado, dadas as ênfases nas suas relações e idéias. Como vemos, Hanz ficou detido de março a agosto, em Joinville,

---

<sup>616</sup> Processo crime n. 5.150 - Hanz Peter Petry. Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Deu entrada na data de 17 de abril de 1944.

<sup>617</sup> O jornal *Deutscher Morgem* era publicado pela *Editora Deutscher Morgem*, de São Paulo, uma das três empresas que divulgavam material sobre o nazismo, juntamente com a *Agência Transocean*, que ocultava-se sob a fachada de agência telegráfica, e a *Estradas de Ferro Alemãs*, distribuidora de panfletos e envolvida nos serviços de espionagem nazista no Rio de Janeiro. PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit., p. 90.

encaminhado então para o presídio político de Trindade, onde ficou até agosto de 1944, quando os juizes do Tribunal de Segurança Nacional anotaram, pelas declarações prestadas, que não há motivo a punir - *é mera narrativa sem aspecto delituoso* -, e mandaram arquivar o processo.

Noto, nestes dois processos - Hans Walter Taggesell e Hanz Peter Petry - que os acusados eram declaradamente favoráveis à Alemanha e preconceituosos com *outras raças* - ambos excluíam a mulher brasileira como raça inferior e incivilizada, deixando claro a preocupação com o “sangue puro” ou arianidade para os filhos. De um lado, é paradoxal que estes homens - acusados efetivamente de pertencerem a relações “inimigas” - um tenha sido absolvido enquanto o outro teve o processo arquivado. Por outro lado, no ano de 1944, a polícia já tinha um melhor controle sobre os estrangeiros e aqueles mais perigosos estavam em presídios políticos, ou em cadeias locais, fato que intimidava os mais afoitos. De qualquer forma, a aproximação do fim do conflito na Europa, somada ao tempo em que estes homens estavam presos, deu ao Tribunal legitimidade para que fossem postos em liberdade, e estes, parece óbvio que dificilmente arriscar-se-iam a voltar à prisão.

As ligações com o partido Nazista e simpatias à Alemanha existiam, sim, porém René Gertz mostra que houve fortes oposições àquelas idéias, motivadas pelo medo de que o partido assumisse a liderança sobre os teutos no Brasil e, por isso, o número de membros permaneceu muito baixo. Analisando fontes diversas, Gertz chega ao número máximo de 5.000 membros no Brasil. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, havia entre 400 e 500 partidários, isso para 25.000 nascidos na Alemanha nestes dois Estados<sup>618</sup>. Quem eram eles? Priscilla Perazzo observa, a partir das profissões dos 69 presos políticos ligados ao Partido Nazista em Florianópolis/Trindade, em dezembro de 1943, que *os partidários nazistas constituíam um distinto grupo social urbano: mantinham ligações diretas com empresas e consulados alemães, dependendo deles para sua sustentação econômica dentro da colônia alemã existente em São Paulo ou Florianópolis*<sup>619</sup>. Essas empresas e alemães que tinham ligação e trabalhavam para o nazismo, estavam sob constante vigilância policial, como se percebe nas ações da polícia e nas prisões pelo Estado<sup>620</sup>.

<sup>618</sup> GERTZ, René (1987). Op. cit., p. 83 e seguintes.

<sup>619</sup> PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit., p. 65. Cita o Ofício (cópia) de Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antonio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis 03/12/1943. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional IJ1 “1382”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>620</sup> A historiadora Ana Maria Dietrich, pesquisando nos arquivos DEOPS/São Paulo, revela como os nazistas estava estruturados no Brasil e agiam na disseminação da ideologia, bem como no envio de remessas de dinheiro no esforço de guerra do III Reich, tendo à frente o alemão Otto Braun. Reportagem - “Heil, Hitler!”, *Revista Veja*, 14/11/2001. P. 91 e 82.

As penitenciárias agrícolas foram uma estratégia governamental para diminuir a superlotação das cadeias, em 1935<sup>621</sup>, vindo a serem utilizadas para presos de crimes contra a segurança nacional, no período da guerra, quando a exclusão e a repressão aos nazi-fascistas obteve o endosso ao alinhamento com os Estados Unidos. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a polícia política eram os responsáveis pelos campos de internamento<sup>622</sup> para prisioneiros do Eixo – foram abertos campos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pará entre 1942 e 1945. Eram 12 os presídios espalhados pelo Brasil<sup>623</sup>, segundo Perazzo, entretanto, não está contabilizado o presídio Oscar Schneider, em Santa Catarina, o que aumenta para 13 esse número – e é possível que fossem mais. A autora fez minuciosa pesquisa sobre a administração, condições e cotidiano nestes campos de concentração, observando que o tratamento diferenciava para cada campo, mas em todos eles era proibida a entrada de impressos em língua alemã, bem como havia em todos a prática de trabalhos forçados para os prisioneiros<sup>624</sup>.

Em Santa Catarina, os presos recolhidos na Trindade eram na maioria imigrantes alemães, radicados no país há vários anos, “*arrancados de seus lares*” e recolhidos no “*campo de concentração*”, estando internados por quase um ano e submetendo-se a trabalhos pesados<sup>625</sup>. Em fevereiro e março de 1943, a Cruz Vermelha Internacional no Brasil visitou os campos de internamento de “súditos do Eixo” do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constatando que no presídio de Trindade, em Santa Catarina, os internos foram impedidos de receber seus familiares, mas podiam receber correspondência regular “*sem atraso*”<sup>626</sup>. Richard Gottsmann, filho de um dos presos políticos ligado ao partido

<sup>621</sup> A questão da superlotação dos presídios foi uma saída encontrada pelo governo Vargas, após 1935, criando presídios em colônias agrícolas ou em navios. Conferir em PEDROSO, R.C. *Os signos da opressão – condições carcerárias e reformas prisionais no Brasil (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

<sup>622</sup> A prática de ‘internar’ pessoas ‘indesejáveis’ e prisioneiros em campos de internamento não inicia com Varga. Nos anos de 1920, a repressão às dissidências políticas e aos pobres já os encaminhava para campos de internamento. Nas décadas seguintes, este sistema de esquadramento e afastamento foi apenas aperfeiçoado. Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 11 e seguintes.

<sup>623</sup> Presídio Daltro Filho (RS); Presídio da Trindade (SC); Presídio de Curitiba (PR); Campo de Concentração de Guaratinguetá (SP); Campo de Concentração de Pindamonhangaba (SP); Campo de Concentração de Bauru (SP); Campo de Concentração de Pirassununga (SP); Campo de Concentração de Ribeirão Preto (SP); Campo de Concentração de Pouso Alegre (MG); Presídio de Niterói (RJ); Campo de Concentração de Chão de Estevam (PE); e Campo de Concentração de Tomé-Açú (PA). PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 211.

<sup>624</sup> Idem, p. 217 a 235.

<sup>625</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>626</sup> Relatório (cópia) de Eric Haegler, da Delegação da Cruz Vermelha Internacional no Brasil sobre os internos civis no Estado de Santa Catarina. Ibidem, p. 217.

nazista, diz-me que podiam sim enviar cartas para o pai, mas que eram *censuradas*<sup>627</sup>. A censura à correspondência dos presos políticos por motivo de segurança nacional era feita de forma deliberada e com o conhecimento das autoridades internacionais, no caso, o Cônsul Geral da Espanha em São Paulo<sup>628</sup>.

No campo de Trindade, as visitas eram expressamente proibidas, só ocorrendo em ocasiões especiais. Vera Molenda conta que na época em que seu pai, Herbert, esteve preso na Trindade por seis meses, sua mãe ficou gravemente doente, e *os soldados permitiram que ele ficasse algumas horas com ela na Casa de Saúde, porém, ele conseguiu sair em duas ocasiões, por duas horas, acompanhado de dois guardas, para falar com os médicos da mãe*. Pergunto se conhecia o campo de concentração. Ela me diz que: *levávamos comida três vezes por semana para o pai, e lavávamos as roupas dele e de outros que estavam lá. Mas minha mãe nunca me deixou ir lá, não fui*<sup>629</sup>. Se em Santa Catarina os internos foram proibidos de receber familiares, em outros presídios, as visitas eram semanais, muito embora nos documentos oficiais/governamentais consta que em todos os estabelecimentos internos os presos recebiam visitas<sup>630</sup>.

Consta das anotações do pastor Hermann Stoer, detido em Rio do Sul, em agosto de 1942, e internado na penitenciária agrícola da Trindade até janeiro de 1943, que este lugar *foi local de trabalho para os presos, que retiravam tocos e cepos de árvores bem como construíam estábulos e capinavam a plantação existente*. Conforme relata,

Dormíamos em colchão dobrável, que de manhã bem cedo era recolhido. A alimentação constituía-se diariamente de feijão preto e dois pãezinhos, que recebíamos da penitenciária. Como éramos diversos Pastores no campo que entre si mantinham bom relacionamento, foi para nós mais fácil agüentar esta prisão com seus lados negativos.

Nestas circunstâncias, festejamos nosso primeiro Natal em guerra. Todos receberam de seus lares, pacotes e doces de natal. Eu privilegiado, recebi pacotes, não só de minha família mas também dos fiéis e membros da Comunidade. Mesa e cadeira não existiam, sobre as quais poderíamos acender velinhas. Quando cantamos conhecidas canções natalinas, a maioria das pessoas estava com lágrimas nos olhos<sup>631</sup>.

<sup>627</sup> GOTTSMANN, Ricardo. Entrevista citada.

<sup>628</sup> No campo de Pindamonhangaba, em São Paulo, bem como nos outros campos, as correspondências eram submetidas ao filtro da censura policial, sob a responsabilidade da Superintendência de Segurança Pública e Social. PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 224 e seguintes.

<sup>629</sup> MOLEND, Vera. Entrevista citada. No Jornal *Zero Hora* – Especial, Porto Alegre, 17/05/1998, há referência à prisão de Herbert Gustav Erich Molenda, preso na Trindade por ter cantado *Noite Feliz* em Alemão. P. 29.

<sup>630</sup> PERAZZO, Priscilla (2002). Op. cit.

A partir dos relatórios da Cruz Vermelha Internacional, de fevereiro de 1943, a prática de trabalhos forçados existiu nesse campo da Trindade - os presos trabalhavam na agricultura, limpeza e arrumação das próprias celas<sup>632</sup>. Consta também que, de forma geral, os presos pareciam satisfeitos com o prédio, a alimentação e que as celas eram grandes e arejadas acomodando 3 a 4 pessoas. Eram severamente vigiados e não constam fugas deste presídio. Em 9 de setembro de 1943, Rubens Ramos enviou ofício ao Secretário da Justiça Educação e Saúde, Ivo D'Aquino, reclamando da falta de vigilantes, já que para a Penitenciária Agrícola fora destacado vigilante especial, solicitando aumentar o quadro de vigilantes de cinco para dez<sup>633</sup>. Em 07 de julho de 1944, o diretor Rubens Ramos reclamou a falta de verbas para aquisição de calçados, roupas de cama e toalhas para os detentos<sup>634</sup>. Como vimos, em 1944 o presídio agrícola voltou a receber presos comuns, sendo provável não fossem só de presos políticos.

A Agência Consular da Suíça, em Florianópolis, era encarregada dos interesses italianos no Estado de Santa Catarina<sup>635</sup>, mas não foi encontrado nenhum relatório de inspeção nesse sentido. Era aos consulados que, por vezes, recorriam os imigrantes em casos de arbitrariedades. Em 26 de março de 1940, por exemplo, o Cônsul Geral da Polônia em Curitiba, Józef Guburovski, enviou carta ao Interventor Nereu Ramos relatando que o polonês José Czyz, ao visitar o pai (estudava em Curitiba), foi preso e detido algum tempo *no xadrez de polícia de Porto União*, e que *durante o inquérito o Sr. Delegado de Polícia insultava o detido cidadão de modo incivil e chamou-o, por fim, de "espião do Consulado Polonês"*<sup>636</sup>. Ao fazê-lo, o Cônsul solicitava providências para que fossem evitados esses modos de tratamento em relação aos *pacatos cidadãos poloneses*, modos que considerava indignos para quem ocupa um cargo de delegado e funcionário do governo. Ora, a guerra nem

<sup>631</sup> Anotações do Pastor Hermann Stoer, publicada em ODEBRECHT, Emílio. *Rio do Sul – Nossa História em Revista* Tomo II, n. 05, nov/2000. Fundação Cultural de Rio do Sul/ Arquivo Público Histórico. P. 7 a 14. Notícias desta prisão aparecem no jornal *A Gazeta*, 12/10/1943 e jornal *Nova Era*, 10/10/1943, Rio do Sul.

<sup>632</sup> Relatório (cópia) de Eric Haegler, da Delegação da Cruz Vermelha Internacional no Brasil sobre internos civis no Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 23/02/1943, Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional, IJ1 1427, ANRJ, (A149, PFP). Citado por PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 217.

<sup>633</sup> Gab/1051 – Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, a Ivo d'Áquino, Secretário de Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 09 de setembro de 1943. Ofícios recebidos da Penitenciária do Estado –Jan/jul. 1943.APESC.

<sup>634</sup> Gab/11 – Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, a Ivo d'Áquino, Secretário de Justiça, Educação e Saúde, em 07 de julho de 1944. Ofícios recebidos da Penitenciária do Estado –Jul/dez. 1944.

<sup>635</sup> Carta de Ernesto Riggembach, da Agência Consular da Suíça em Florianópolis, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, em 18 de dezembro de 1942. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>636</sup> Carta de Józef Gieburowski, Cônsul Geral da Polônia em Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, em 26 de março de 1939. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

começara na Europa e casos como este já ocorriam; eram já as relações que o momento oportunizava. Lembro que, com a invasão da Polônia pela Alemanha, em 1939, os poloneses passaram a ser vistos também como colaboradores do Eixo<sup>637</sup>.

Os campos de concentração foram uma estratégia para tirar de circulação alemães, italianos e descendentes, considerados *elementos indesejáveis*<sup>638</sup>, ou suspeitos que não se enquadravam nos processos legais comuns, sendo que muitos foram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Nesse tempo, *A prisão era a prova de um martírio reservado àqueles que não se enquadravam no novo mundo que pretendia ser construído no Brasil: o do Homem Novo, e da nova brasilidade. Por isso, os criminosos podiam ser considerados políticos ou comuns*<sup>639</sup>. A opressão e a censura procuraram eliminar do convívio social todos aqueles que não compartilhavam do projeto nacional e, no contexto da guerra, todos os possíveis conspiradores. Não há dúvidas que o medo grassou e funcionou como poderoso instrumento de controle social, fazendo, no Estado catarinense, um esquadramento eficaz, margeado por discursos articulados na produção de imaginários políticos, levando mulheres a se mobilizarem na defesa e busca de notícias de seus maridos.

### Outros lugares de “confinamento” para presos políticos

“*É o princípio do fim*”. Assim Mary Anna Zipser Molenda interpretou a notícia de que a guerra tinha estourado, nas palavras da filha, Vera Molenda. Vera é neta de austríacos, bisneta de Carl Hoepcke<sup>640</sup>, e tinha 15 anos quando o Brasil entrou na guerra. Na rua Bocaiúva,

<sup>637</sup> A Polônia foi invadida pelo exército alemão em 01 de setembro de 1939. Em abril, Hitler exigiu da Polônia a devolução do corredor de Dantzig, perdido pelo Tratado de Versalhes; em agosto, Alemanha e União Soviética assinaram um pacto de não-agressão, dividindo a Polônia como zona de influência, seguindo-se a sua invasão pelos alemães, último passo rumo à guerra. Antes, Hitler já havia anexado a Áustria (1938) e, em seguida, a Tchecoslováquia, incorporou a Boêmia, Moldávia e proclamou a Eslováquia como Estado independente; Mussolini conquistou a Albânia. Na onda das invasões, os dois Estados totalitários – Alemanha e Itália – consumaram o *Pacto de Aço*, em maio de 1939.

<sup>638</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. 3. ed. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P. 491.

<sup>639</sup> CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 215.

<sup>640</sup> Carl Franz Albert Hoepcke veio para o Brasil aos 18 anos, em 1863, tornado-se um industrial de grande porte na economia catarinense e brasileira. Faleceu em 1924, deixando os filhos à frente dos negócios. A biografia deste imigrante está em REIS, Sara Regina P. et alii. *Karl Hoepcke: a marca de um pioneiro*. Florianópolis: Editora Insular, 1999. João Klug observa a relação do empresário Karl Hoecke com a manutenção da germanidade em Santa Catarina, preocupado que era com o estabelecimento de escolas alemãs e busca de professores capacitados na cultura alemã. KLUG, João. Fragmentos de vida: Carl Hoepcke e a germanidade em Santa Catarina. In: *Revista Catarinense de História*, n. 4. Florianópolis: Insular, 1996. P. 49-59.

onde morava, o casarão<sup>641</sup> foi imediatamente invadido *quando estourou a guerra, em 22 de agosto de 1942, e fizeram comício, quebraram todos os vidros da minha casa*. Conta ela que *o casarão tinha um porão* que não foi poupado nas várias buscas policiais à procura de alguma pista relacionada à espionagem<sup>642</sup>.

Nas décadas que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a família Hoepcke em Florianópolis era proprietária de grande parte dos imóveis, lojas, fábricas, estaleiros, com filiais em diversos municípios do interior, comercializando direto com a Alemanha<sup>643</sup>. Com o rompimento das relações comerciais com a Alemanha, em janeiro de 1942, e a posterior declaração de guerra, os Hoepcke foram então alvos em potencial<sup>644</sup>, já que mantinham estreitas relações comerciais com aquele país. Portanto, estavam no centro das atenções políticas, inclusive colocados na “lista negra<sup>645</sup>” norte americana, em maio de 1942, só saindo em julho de 1943, quando Aderbal Ramos da Silva assumiu como diretor-presidente da Carlos Hoepcke Comércio e Indústria, empresa que passou a ter *brasileiros natos em todas as suas chefias de departamento*<sup>646</sup>. Herbert Gustav Erich Molenda trabalhava nestas empresas,

<sup>641</sup> O casarão citado localiza-se à Avenida Trompowski, esquina com rua Bocaiúva, próximo à Beira Mar Norte, onde residem hoje descendentes da família Hoepcke.

<sup>642</sup> MOLENDAS, Vera. Entrevista citada. Vera lembra de sua mãe que, doente, permanecia em repouso; de uma campainha, com extensão de 15 metros, que servia para uma emergência. Então, *a polícia viu aquele fio e ficou dizendo “é prá abrir a porta secreta”; e o que reviraram aquela casa à procura de coisas!! Não tinha absolutamente nada, nada, nada!!!*

<sup>643</sup> Eram de propriedade dos Hoepcke a fábrica de rendas, de pregos, de gelo, o estaleiro para conserto de navios; as lojas de ferragens, de ferramentas, fazendas (tecidos), medicamentos (farmácias), e situavam-se na área mais nobre da cidade, onde hoje é a rua Felipe Schmidt (onde estão as lojas Killar, ARS, Arapuã). As fábricas e estaleiro estavam onde há o supermercado Imperatriz, cujo prédio é o mesmo, próximo do terminal Rita Maria (rodoviária). Um estudo sobre a estrutura contábil da Empresa Hoepcke, entre 1882 e 1913, realizado por Ligia de Oliveira Czesnat, afirma que esta ampliou-se, passando a se constituir enquanto um forte grupo econômico forte no Estado. CZESNAT, Ligia de Oliveira. *As estruturas das atividades comerciais da Empresa de Carl Hoepcke e Cia no contexto catarinense*. Florianópolis, 1980. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>644</sup> *A informação de que o governo alemão exigia a colaboração em serviços de espionagem das firmas alemãs estabelecidas no Brasil, contribuiu para reforçar a lógica da ação policial, de que toda firma alemã praticava espionagem, pois assim o governo alemão exigia dela*. PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 161.

<sup>645</sup> Entrar na “lista negra” significava que a empresa era suspeita de colaborar com os nazistas, negociar com a Alemanha, ou uma relação de empresas e pessoas de origem alemã, italiana ou nipônica supostamente ligadas aos países do Eixo (era a *The proclaimed list of certain nationals*). A empresa ou pessoa sofria um “boicote” de produtos importados por parte do governo norte-americano, bloqueando as atividades de pessoas físicas ou jurídicas. Uma empresa que estivesse nestas condições, só poderia sair se provasse o contrário. No caso da Hoepcke, ocorreu com a mudança da presidência e cargos de chefias. Este “expediente” foi utilizado pelos ingleses e norte-americanos tanto na primeira como na segunda guerra, mas, com mais rigor pelos americanos na Segunda Guerra Mundial. Ver *A Gazeta* de 06/07/1943. Outras empresas foram colocadas na “lista negra” em Florianópolis. Ver *A Gazeta*, 07/09/1943; e *Cidade de Blumenau*, de 09/07/1944, este publicou *que novas firmas foram incluídas na “lista negra”*, dentre elas a Victor Kleine, de Itajaí.

<sup>646</sup> *Jornal A Gazeta*, 07/05/42 e 06/07/43. A Circular que anuncia a troca da Presidência da Fábrica de Rendas E Bordados Hoepcke S.A, datada de 31 de março de 1943, assim se expressa: *“Prezado(s) Senhor(es). Temos o prazer de comunicar-lhe(s), que, em sessão de assembléia ordinária realizada no dia 25 deste mês, foram eleitos para os cargos de Diretor – Presidente e Gerente os senhores: Aderbal Ramos da Silva e Acelon Dario de Sousa, ambos brasileiros natos e residentes nesta capital. Permanece nas funções de Diretor-Gerente, o sr.*

era *austriaco ferrenho e contra a anexação da Áustria* - tendo sido inclusive Cônsul honorário daquele país. Argumenta Vera que *meus pais eram convictos austríacos, e não alemães*.

Através das memórias de Vera foi possível recuperar um episódio que ficou marcado na memória coletiva: contou-me que seu pai Herbert Molenda foi afastado da cidade (Florianópolis) e enviado para Bom Retiro quando estourou a guerra. *Então, ele e outros seis homens se reuniram e cantaram Noite Feliz em alemão, a polícia os prendeu e vieram (para Florianópolis) como se fossem assassinos, presos, e ficou preso por mais de meio ano no campo de concentração da Trindade*. Werner Springmann lembra que *alguns foram para Bom Retiro, era o Jung, o Czesnat e mais cinco ou seis. Então festejaram o Natal em Bom Retiro, cantaram em alemão!! E foram repatriados para cá, para o campo de concentração na Trindade*<sup>647</sup>. Também Irene revela que seu pai fora removido para Bom Retiro onde ficou um ano e meio, *aí, no Natal, eu andava na escola com uma moça chamada Zita Lara Ribas e o irmão dela era da polícia, ele morava... (pausa) na escola alemã, que estava ocupada pela polícia. Aí fomos visitar ele (Antonio de Lara Ribas) e como ele nos conhecia, pedimos se o meu pai podia vir para o Natal, “pode, mas tem que voltar depois”; aí depois pedimos pra ele ficar e ele (o delegado) deixou; era difícil, a gente tinha que pagar pensão lá, nós ficamos numa situação difícil*<sup>648</sup>. Sim, era possível recorrer às relações de amizade que, neste caso, possibilitou que a festa de Natal ocorresse em família. Estar lá, longe da família era um castigo – cantar era também uma forma de aliviar, mesmo que o preço tenha sido a prisão; afinal, era Natal<sup>649</sup>.

Estas pistas da memória coletiva me levaram a localizar o processo no Tribunal de Segurança Nacional. Herbert Molenda foi detido e enviado para Bom Retiro, juntamente com outros alemães de Florianópolis e região, afastado do litoral e das relações sociais e econômicas, isso em agosto de 1942, e acomodados no Hotel Probst. No dia 26 de dezembro de 1942, o cabo Sebastião Córdova de Andrade levou ao conhecimento do Delegado de Bom

*Adolfo Beckmann também brasileiro nato e residente nesta cidade*” (...). Nomes e assinaturas de ambos. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>647</sup> SPRINGMANN, Werner. Entrevista citada.

<sup>648</sup> IRENE, entrevista citada.

<sup>649</sup> A festa do Natal é uma data sagrada para os alemães – tempo de reunir a família, cantar, deliciar-se com comidas típicas, e tem na figura de São Nicolau e Nicolau a representação, este último, do Papai Noel. *O costume da árvore-de-natal, por exemplo, foi trazido pelos protestantes alemães no século XIX, com pinheiros enfeitados de algodão, imitando neve. A árvore foi adotada pelos brasileiros, da mesma forma que o presépio latino incorporou-se ao Natal dos teuto-brasileiros*. Cf. SEYFERT, Giralda (1990). Op.cit., p. 54. Num depoimento de Antonio Carlos Konder Reis, conta que *o Natal passavam todos juntos, na paz; tinha comunista, tinha fascista, tinha democrata (na família), mas sempre Natal, em torno da minha avó, todas as festas de Natal*. Ou seja, aí as diferenças davam lugar para a confraternização. REIS, Antonio C. Entrevista citada.

Retiro, Rui Amaral Waltrick, que *os súditos do “Eixo”, por ordem do governo do Estado, reunidos na Pensão Catarinense de Amélia Schmidt Werner* (ficava ao lado do Hotel Probst) e sob o pretexto de ser dia 25 consagrado a comemoração do nascimento de Jesus Cristo, se entregaram a libações cantando hinos no idioma alemão em voz alta, tendo depois mantido algum tempo conversação no idioma alemão. Foi encaminhada a denúncia, via Juiz de Direito de Bom Retiro, Álvaro Rego, a Antonio de Lara Ribas, do Departamento de Ordem Política e Social de Florianópolis. Nos autos do processo, instaurado em 26 de abril de 1943, pelo Tribunal de Segurança Nacional<sup>650</sup>, constam como acusados e processados os alemães Hebert Gustav Erich Molenda, Bruno Jonas, Kal Alpersted, Erich Georg Czesnat, Hugo Schonoor, Herbert Jung, Carlos Pieratzki e Alberto Entres por terem participado da comemoração natalina.

O processo é longo e se as testemunhas (arroladas pelo Cabo Sebastião) reafirmaram o ocorrido, os acusados, ao serem inquiridos, não negaram terem cantado e falado em alemão, entretanto, cada qual deu sua versão. Herbert Molenda (41 anos, comerciante) disse achar que não era proibido porque todas as igrejas cantavam os hinos em qualquer país, e apenas tocaram uma gaita; Bruno Jonas (56 anos, mecânico) disse que ao chegar na pensão, algumas pessoas *repetiam lá, lá, lá...* ao som de uma gaita, e algumas palavras foram trocadas em alemão; Karl Alpersted (37 anos, engenheiro) disse que a reunião não fora combinada, foi ao acaso; Erich G. Czesnat (29 anos, comerciante) disse que Herbert Jung tocava *Noite Feliz* numa gaita e aqueles que não sabiam falar em português falaram, sim, algumas palavras em alemão; Hugo Schnoor repetiu que Jung, com a gaita, fazia *lá, lá, lá...* e a filha da dona da pensão lhes havia oferecido café; Herbert Jung (35 anos, funcionário das Firmas Hoepcke) afirmou que tocava gaita, mas eram todas canções de natal, e disse pensar que podia fazê-lo já que estavam num quarto da pensão alugado por Entres e Alpersted e, que estava só festejando a noite de natal, sem provocar nenhum brasileiro; Carlos Pieratzki (46 anos, mecânico) confirmou as versões dos amigos e, Alberto Entres (58 anos, comerciante) disse que só estava esperando a distribuição dos presentes aos filhos da dona da pensão. Ouvida, Amélia Schmidt Waltrick, proprietária da Pensão Catarinense, disse ter ido à Igreja para a missa e, ao retornar, foi informada do ocorrido; porém se estivesse em casa não teria permitido que usassem sua residência para desrespeitar as leis do Brasil.

<sup>650</sup> Processo n. 3.267 – Hebert Gustav Erich Molenda e outros (Bruno Jonas, Kal Alpersted, Erich Georg Czesnat, Hugo Schonoor, Herbert Jung, Carlos Pieratzki e Alberto Entres). Fichário: Tribunal de Segurança Nacional – Santa Catarina. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Bem, esse fato os levou do Hotel para a cadeia local. Porém, no dia 29 de dezembro, o delegado Waltrick telegrafou a Lara Ribas dizendo ser impossível conservá-los ali, já que todos os cubículos estavam ocupados por presos por crime comum<sup>651</sup>; e então alguns foram encaminhados ao Presídio da Trindade<sup>652</sup>, onde aguardaram o desenrolar do processo. Os presos nomearam Osvaldo Bulcão Viana<sup>653</sup> para a defesa, em 28 de maio de 1943: “*mal sabiam eles que a Noite Feliz se transformaria em noite infeliz*”, argumentou o advogado, tecendo largas considerações sobre a colaboração dos estrangeiros na história do Brasil<sup>654</sup>, que todos têm filhos no país, são trabalhadores e, enfim, “*já chega de estarem presos!*”. No dia 21 de junho de 1943, o Juiz do Tribunal de Segurança Nacional, Raul Machado, sentenciou a absolvição dos acusados. Voltaram para casa.

Em nenhum momento do processo estes alemães foram taxados de nazistas. Estavam afastados pela contingência da lei<sup>655</sup> e acabaram processados por terem cantarolado *Noite Feliz* em alemão. Para a polícia política havia agravantes: dois eram funcionários das Firms Hoepcke, e os outros eram das relações econômicas da região, ou trabalhavam com o público, sendo todos alemães de nascimento. Lendo os diários de Emma Hatski, imigrante vinda da Alemanha em 1916, e que morou em Palhoça até 1939, encontro o nome de Herbert Jung, imigrante alemão e amigo de sua família<sup>656</sup>. Num outro processo<sup>657</sup> encontro Jung envolvido com o envio de cartas para a Alemanha e, por isso, foi parar em Bom Retiro, afastado por ordem policial. Era então namorado de Jutta Andresen, filha de Werner Andresen, processado sob a acusação de ministrar aulas e “germanizar” as crianças, como já vimos. Afastar pessoas das atividades ou da residência foi prática da polícia, o que provocava o desenraizamento das relações familiares e a desestruturação das redes de sociabilidades dos alemães e italianos, ou

<sup>651</sup> Autos do Processo – Telegrama do Delegado Rui Amaral Waltrick, Delegado de Bom Retiro, ao Delegado de Ordem Política e Social, Antonio de Lara Ribas. Bom Retiro, 29 de dezembro de 1942.

<sup>652</sup> Em Of. 198, em 22 de fevereiro de 1943, Etelvito Campelo de Araújo, Diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, envia o seguinte comunicado a Lara Ribas: Comunico que “*por terem tentado subornar uma praça da Seção Agrícola desta Penitenciária da Trindade, para que lhes comprasse bebidas alcoólicas (...) fiz recolher à esta penitenciária por três dias os presos políticos Hebert Maskos e Herbert Jung*. Autos do Processo.

<sup>653</sup> Osvaldo Bulcão Vianna fez também a defesa de Herbert Jung, preso em Bom Retiro (veremos adiante). Nasceu em Florianópolis (1906), estudou Direito no Rio de Janeiro (1932); em 1928, foi nomeado presidente do Conselho Penitenciário. Exerceu a Inspeção das Águas e Correios e Telégrafos, foi Juiz Federal substituto (1935), Coletor Jurídico da Associação Comercial de Florianópolis, Procurador do Estado e um dos fundadores da UDN, em 1945. Foi Deputado Estadual por três vezes. Era então das relações políticas, sendo conhecido na esfera pública; pai de Antonio Henrique Bulcão Vianna, também conhecido político catarinense, exercendo diversos cargos públicos.

<sup>654</sup> Numa exposição do Secretário de Educação e Saúde Pública (RS), em 1939, em defesa ao comprometimento dos alemães pelo Brasil, a afirmativa de que *seria “uma injustiça negar o amor da gente de origem germânica à terra brasileira”*, já que lutaram na Guerra do Paraguai, na Revolução Farroupilha, na Cisplatina, Federalista, Revolução de 1930, etc. Citado por BOMENY, Helena. Op. cit., p. 157.

<sup>655</sup> Decreto Federal 4.766, de 1º de outubro de 1942, que definia os crimes contra a Segurança do Estado.

<sup>656</sup> HATSKI, Emma. Op. cit.

<sup>657</sup> Esse processo será analisado adiante.

uma espécie de exílio onde deveriam ficar confinados. Insubordinando-se, iam presos, como no caso dos homens que cantaram em alemão, o que era proibido, conforme Edital de 28 de janeiro de 1942, como já foi citado anteriormente.

Por que esses homens e mulheres eram afastados de suas relações e da cidade no momento da guerra? A Constituição de 1937 previa que, em estado de guerra ou de emergência, poderia o presidente da República fazer *a detenção em edifício ou local não destinado a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir*<sup>658</sup>, portanto, legitimava o afastamento.

Em ofício a Nereu Ramos, datado de 09 de janeiro de 1943, o general Newton de Andrade da 5ª Região Militar, salientou que *O afastamento dos súditos do Eixo da faixa litorânea é, não há como negar, medida de prudência que vem contribuir eficazmente para a segurança do país, dela se beneficiando muito particularmente nossa navegação de cabotagem*<sup>659</sup>. Essa medida foi colocada em prática em Santa Catarina, como em outros Estados, muito embora houvesse controvérsias: como afastar todos os imigrantes do litoral para o interior? Antes deste ofício, em outubro de 1942, um parecer do Ministério da Justiça e Negócios Interiores anunciou medida paliativa com a qual poder-se-ia obrigar paulatinamente, a evacuação dos referidos estrangeiros da zonas que os Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica entenderem mais expostos a atos nocivos à segurança nacional, como sejam as zonas litorâneas, vizinhanças de estabelecimentos militares<sup>660</sup>. Como se vê, era preocupação do governo afastar os estrangeiros tanto da zona litorânea quanto de lugares considerados zonas de segurança nacional, sendo que muitos *deviam abandonar suas propriedades sob o pretexto de que deveriam ficar retirados a trezentos quilômetros da costa*<sup>661</sup>. Essas medidas previam que do mar vinha o perigo, e os homens que as adotavam também tinham medo, como possivelmente também delegados e inspetores.

Essa forma de *internamento* foi prática comum na Segunda Guerra<sup>662</sup>, todos chamados de campos de concentração, lugar de reclusão dos indesejáveis, ou o *Limbo*, na terminologia

<sup>658</sup> ALMEIDA, Fernando Mendes (org). *Constituições do Brasil (1824-1946)*. São Paulo: Saraiva, 1958.

<sup>659</sup> Ofício No. 9 – B/O, do General de Divisão da 5ª Região Militar, Curitiba, Newton de Andrade, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 09 de janeiro de 1943. Ofícios do Ministério da Guerra para Palácio do Governo – Livro 1942-1944. APESC.

<sup>660</sup> Parecer de Theobaldo Newmann, relator da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. MJNI, Rio de Janeiro, 31/10/1942. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional, IJ1, 1426, ANRJ, (B20, PFP). Citado por PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 207.

<sup>661</sup> FALCÃO, Luiz Felipe (2000). Op. cit., p. 178.

<sup>662</sup> Nos Estados Unidos, os japoneses civis foram retirados da Ilha do Hawái e internados em campos de concentração na costa oeste do país; no norte da África, formaram-se campos de concentração, e, no Japão,

de Hannah Arendt, observando como, nas formas mais duras, essa prática dos regimes totalitários destrói a pessoa jurídica e moral, culminando por aniquilar a dignidade, condição para o inteiro domínio do outro, matando sua identidade por inteiro e justificando, assim, os massacres<sup>663</sup>. Em Santa Catarina, os afastados foram localizados em Bom Retiro, Lages e São Joaquim, segundo relatório da Ordem Social, dizendo ainda que, entre janeiro de 1942 e janeiro de 1943, foram afastados 49 homens de Florianópolis, 100 de Itajaí, 57 de São Francisco do Sul, 26 de Laguna e Imbituba, e 260 de Chapecó<sup>664</sup>, ou seja, portos e região de fronteira. Porém, ao que se vê, outros lugares também recebiam afastados, conforme o mesmo Relatório:

Atendendo a situação financeira de cada um, foi também permitido que ficassem em outros municípios fora do litoral e em diversas zonas, onde os menos desprovidos da sorte tiveram pessoas da família que garantissem seu sustento.

Esta Delegacia de Ordem Política e Social, após exame metuculoso da situação de cada um dos estrangeiros, contra os quais nada se apurou, tem determinado o regresso de vários deles; aliás, assim temos procedido segundo instruções verbais recebidas de V. Excita., em harmonia com o entendimento havido entre os Exmos. Srs. Interventor Federal e Comandante da 5ª Região Militar. Na maioria, são colonos inofensivos<sup>665</sup>.

Como se pode notar, Bom Retiro<sup>666</sup> foi um lugar escolhido pela polícia para confinar estrangeiros afastados da costa. Numa carta, Herbert Jung escreve para Jutta Andresen dizendo que *Nós alemães (os homens) daqui na maior parte temos que deixar Florianópolis, em vista de que os súditos do Eixo não mais poderão residir na costa. Eu tenho que ir para Bom Retiro, Município de Bom Retiro, Hotel Probst, juntamente com muitos outros (...)*<sup>667</sup>; pediu que ela doravante lhe enviasse cartas para este endereço. Não tenho como saber quantos homens efetivamente ficaram reclusos em Bom Retiro, entretanto, aparecem no processo de Herbert Molenda, Herbert Jung e Werner Andressen, os nomes de Herbert G. Erich Molenda,

---

ingleses, norte-americanos e até brasileiros ficaram presos em campos para internos civis e prisioneiros militares. PERAZZO, Priscilla (2002). Op. cit.

<sup>663</sup> A autora faz uma metáfora com as três concepções básicas de uma vida após a morte: limbo, purgatório e inferno, ou as três condições com que são tratados os seres humanos nesses regimes de cárceres. Mostra que esses campos surgiram pela primeira vez entre os Boers, na África do Sul, no início do século XX, portanto, não são invenção desses sistemas. ARENDT, Hannah (1989). Op. cit., p. 496 e seguintes.

<sup>664</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Rattón, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.

<sup>665</sup> Idem.

<sup>666</sup> Município distante aproximadamente 300 quilômetros de Florianópolis, tinha, em 1940, 27.842 habitantes.

*Censo Demográfico - 1940*. IBGE.

<sup>667</sup> Carta (tradução) de Herbert Jung, Florianópolis, para Jutta Andresen, Badenfurt (Blumenau), em 12 de setembro de 1942. Anexa ao Processo crime 576 – Cx. 60; Segunda Vara da Comarca de Florianópolis. Acervo do Fórum, Florianópolis.

Bruno Jonas, Karl Alpersted, Erich Georg Czesnat, Hugo Schnoor, Herbert Jung, Carlos Pieratzki, Alberto Entres, Ulrich Schliemann, Werner Andresen, Germano Reichel, Ricardo Nass, Hugo Topschy, Leopoldo Koern, Enrique Wolkman, Eduardo Dawe, Max Butzke e Berta Kreutzfeld. O fragmento dá um indício: se Berta Kreutzfeld consta na relação de detidos afastados, posso pensar que mulheres podiam receber o mesmo tratamento que os homens, muito embora as fontes revelem que elas eram sim afastadas da família, mas não para esses lugares de confinamento coletivo.

Havia, além de Bom Retiro, outros locais de confinamento dispersos pelo Estado, e dos quais praticamente inexistem registros escritos, embora estes lugares e formas de aprisionamento tenham sido encontrados nas memórias. Maria de Lima casara-se com Waldemar Wagner, alemão imigrado no início do século XX, instalando-se o casal na localidade de Praia Grande, município de Araranguá, extremo sul do Estado. Eram então proprietários de casa comercial e Waldemar tropeava para Lages até que... conta-me Maria:

Assisti quando vieram buscar ele, vieram de carro, eram dois policiais, pararam na frente de jipe e chamaram ele e disseram “Agora deixa o armazém, arreja o serviço e embarca aqui que nós vamos prá Rocinha” (Timbé do Sul); e ele “O que eu vou fazer lá?”; “Você sabe, já tem muitos lá e você tem que ir também. Você não é estrangeiro?”, “Sou”. “Então pega seus papéis e vamos”. Só deu tempo de ele pegar os papéis e ir. Não disseram mais nada, só chegaram pegaram ele e levaram... levou algumas roupas (segue um silêncio profundo...) <sup>668</sup>.

Waldemar ficou cinco meses internado em Timbé do Sul, numa casa onde ficavam alemães, *porque o hotel estava cheio deles* (de presos), de Sombrio, de Alfredo Wagner, de outros lugares. Maria lembra do medo que sentiu, *porque uns diziam que ele não vinha mais, que era levado para o estrangeiro e não voltava mais. Eu chorava, tinha muito medo*. Ficou na casa dos pais com os filhos pequenos, *e a gente não podia nem ir lá*. A casa e o armazém foram depredados – depois, venderam por pouco o que restou e mudaram de cidade, recomeçaram a vida <sup>669</sup>. Waldemar era farmacêutico prático, falava perfeitamente o alemão – *curou muita gente*, diz. Maria (re)constrói lembranças como se estivesse a despejar seus ressentimentos. Por vezes, parava o olhar no passado; calava, como se estivesse a ouvir a si mesma. Eu ouvia este silêncio feito de sentidos, tensões e sofrimentos vividos no passado,

<sup>668</sup> LIMA, Maria Angélica de, 76 anos. Depoimento concedido em 13 de maio de 2000, Turvo.

<sup>669</sup> Um filho de Maria, Victor Hugo Wagner, hoje professor em Turvo, teceu um fragmento deste episódio: *A mãe teve um choque com a prisão do pai, sofreu de paralisia agitante devido ao trauma, tinha acabado de dar à luz há dois, três dias. Quando ele voltou da prisão, o filho tinha falecido, e ele curou ela com Racoá Francês*. WAGNER, Victor Hugo. Depoimento concedido em dezembro de 1999, Turvo.

lembranças que reconstroem relações, identificam, ou um discurso de sentidos nos seus limites mais porosos.

Perguntei a Maria como era a vida lá no campo de Timbé do Sul, a partir do que o marido contou:

Ele falou que botavam de castigo, botavam fazer valo, cavoucar aquilo que mandavam fazer, às vezes dez deles cada lugar para fazer esses serviços. Eles não paravam nunca (...). Contou que havia presos que nunca tinham pego num cabo de enxada ou machado, e eles faziam pegar. (...) botaram escolher milho, arroz, cavar valo...

Disse ainda que os eles cuidavam da própria roupa e recebiam comida dos soldados. A história narrada por Maria detalha o cotidiano no campo de reclusão de Timbé do Sul, para onde foram talvez centenas de alemães e italianos. Era um lugar afastado, uma vila ao pé da serra da Rocinha, de difícil acesso (as memórias citam Pindura, Molha Côco, Rocinha, Amola Faca, pé da serra, o que quer dizer nos arredores de Timbé do Sul).

O delegado de polícia de Turvo, distrito de Araranguá, recebia ofícios via correio onde constavam nomes de italianos e alemães, com ordens expressas de detê-los e enviá-los para Timbé do Sul, e, conforme relato de Hercílio Ferro, *ou iam por bem, ou eram presos e encaminhados para Araranguá*. Os italianos ficavam confinados numa fazenda *dos Savi* (Carlos Savi) e os alemães noutra, *dos Becker* (Fritz Becker), *então não misturavam os italianos com os alemães já que não sabiam falar a mesma língua*<sup>670</sup>. Lugares de confinamento, lugares da memória, porque pouco ou nada se tem registrado sobre os acontecimentos que mexeram com a vida daqueles colonos, as estratégias de sobrevivência e o medo que perturbou a até então pacata vila de Timbé do Sul. Há um silêncio sepulcral. Morei em Turvo muitos anos e não ouvi histórias destas prisões, que hoje me vêm narradas como se tivessem acontecido ontem. A escuta com a curiosidade histórica e o respeito à memória do outro é condição indispensável neste ofício de ouvir experiências colhidas da memória – *quanto mais esquecido de si mesmo está quem escuta, tanto mais fundo se grava nele a coisa escutada*, salienta Walter Benjamin<sup>671</sup>. Segundo as memórias, o medo da prisão fazia silenciar – mulheres pouco saíam de casa e as crianças eram lembradas constantemente sobre a necessidade de calar...

Tinha *gente que vinha* de Nova Veneza, Turvo, Araranguá, Urussanga, Siderópolis, Itaipava, Caravaggio, Tubarão, Meleiro, Praia Grande, Alfredo Wagner... e de outros lugares.

<sup>670</sup> FERRO, Hercílio, 71 anos. Depoimento concedido em 28 de dezembro de 1999, Turvo.

Quem era essa gente a quem se reportam os narradores? Italianos, na sua maioria, mas também alemães, embora a memória vá arrolando sobrenomes<sup>672</sup>, condição indispensável para se reconhecerem enquanto grupo identitário naquele momento: Conti, Pirolo, Bortoluzzi, Macarini, Maragno, Mafioletti, Pagnan, Búriço, Manenti, Panatto, Malgarezzi, Lázaris, Mezari, Bonoto, Tramontim, Moro, Paganini, Damiani, Zilli, e outros tantos, como também alemães, que os fios do caudal de lembranças vão avivando.... Intrigante a ausência de documentos sobre este lugar que parece só pertencer às reminiscências de velhos moradores da região. Angelo Biava, filho de italianos belunenses, lembra que

os Brillinger pararam internados no Fritz Becker, vieram de Itoupava, levaram uns 8 ou 10 na boca da serra (...) e lá no Savi tinham internos de Nova Veneza, Turvo, Sapiranga, vinham porque eram italianos, e porque eram alemães. Tinha medo, o governo tinha medo... de que eles se comunicassem com a Itália, medo decerto de que eles incentivassem alguma revolta<sup>673</sup>.

Hilda Brillinger volta no tempo, reconstitui: na comunidade de Itoupava (Araranguá), moravam os Brillinger, o pai, o Noimann, o Peplau, Faber, Rogleger, Gustaw Blumm, Arthur Herr, Moritz, Hanz, Luttemberg, e.... (...) Os nazistas eram os Blumm, né, aquele que te mostrei (fotografia num porta retrato), ele era alguma coisa de polícia, ele estava sempre de terno, bem vestido... e tinha o Bretz, Bretz... me fugiu da memória... Sim, a memória também foge e Hilda se emociona. Suas lembranças vêm aos poucos:

Não sei se foi a polícia que levou eles para o Timbé, mas foi ordens de Araranguá. Eu era nova ainda, não sei... só sei que todo mundo tinha que ir em Araranguá, assinar lá, deixar a casa e a família, tudo, e ir para o Timbé na Pindura; eles falavam Pindura, os homens. E minha mãe estava na lista para ir também. Aí ela voltou, disse que deixassem ela porque ela era viúva, pediu que deixassem ela... Aí quando da segunda vez que foi prá Araranguá, o homem lá que fazia os documentos, os registros, ele olhou o documento da mãe e disse “a senhora não precisa ir porque a senhora nasceu na Polônia”. Era Amalie Peplau Brillinger. (...) Aí ela ficou feliz da vida!<sup>674</sup>

A experiência de Hilda, então com vinte e alguns anos, revolve fatos que ela e sua mãe tiveram que enfrentar, driblar, sofrer, ficar feliz porque era, enfim, polonesa e, porquanto,

<sup>671</sup> BENJAMIM, Walter. O narrador. In: *Os pensadores* – textos escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. Tradução de José Lino Grunnewald et alii. São Paulo: Abril Cultural, 1982. P. 62.

<sup>672</sup> No sul de Santa Catarina, o sobrenome era sinônimo de pertencer a um grupo, ou pelo menos de ser aceito sem desconfianças. Nas décadas de 1970 e 1980, lembro-me que namorar ou fazer amizade com pessoas que não fossem italianos, ou no mínimo alemães, constituía-se para as famílias italianas uma afronta, um desconsolo quando um filho ou filha se enamorasse de um “brasiliani”. As famílias das comunidades se conheciam, sabiam da vida pública e privada dos outros, controlavam-se. Nomes repetiam-se, mas era o sobrenome a dar o significado e a identificação do morador da linha tal, da vila tal, da família tal.

<sup>673</sup> BIAVA, Angelo, 85 anos. Depoimento concedido em 28/12/1999, Timbé do Sul.

estava a salvo de ser afastada de sua casa. O lugar da memória é ímpar; os lugares da memória podem ser coletivos, mas a experiência é profundamente pessoal e vivida por pessoas reais, pulsantes. Envolver-se nas entrelinhas das lembranças é também uma aposta na sensibilidade, na leitura dos silêncios e das margens – de que outra forma saberíamos hoje dessas miúdas práticas cotidianas, do medo de Hilda, da dor de Maria de Lima, dos detalhes e lugares de prisões? A história não é senão a vida lembrada nas suas mais intrincadas lides, sejam duras, torpes, leves ou raivosas; em cada pequeno fragmento, vai tecendo sua trama.

Timbé do Sul foi um destes lugares onde ficaram confinados estrangeiros, afastados da costa litorânea ou da residência. Dentre eles, havia aqueles que efetivamente simpatizavam com o nazismo e/ou fascismo, torciam pelo Eixo e sabiam exatamente porque estavam sendo afastados. Por outro lado, não eram necessariamente só os brasileiros a denunciarem: estrangeiros e descendentes também o faziam quando lhes convinha, em troca de benesses, ou mesmo como provas de brasilidade. Anita Moser constatou que muitos italianos foram delatados pelos próprios italianos na região do Médio Vale do Itajaí, revelando pequenos poderes<sup>675</sup>, ressentimentos, ambições, agressividades, revanchismos. Assis Inácio Cadorin conta que seu pai era delegado em Nova Trento, sobrinho de Atilio Piazza,

... e ele não sabia falar o português – então um dia ao meio dia ele esteve lá em casa do pai, bateu na porta, nós estávamos almoçando e ele disse “Jordão” – meu pai se chamava Jordão – “Jordão, eu tenho medo, eu queria perguntar uma coisa” .... Sempre me lembro! “Que é tio, entra, vem cá”, disse a ele, “sente-se suquá, manhe quá noi antre”, (ou sente-se aqui, coma conosco, “Non quene paúra de parlar italian cá com noi antre”, “não tenha medo, embora eu sou o delegado, não tem problema” Aí ele ficou contente, sentou ali e conversou com meu pai sobre negócios...<sup>676</sup>.

Obviamente as solidariedades existiam – no cotidiano, a guerra era outra – o que não exclui o medo que as pessoas sentiam de falar. Esse fragmento recordado e falado no dialeto é rico na medida em que mostra relações que aconteciam nas colônias, onde muitos delegados e inspetores de quarteirão eram de origem italiana ou alemã, bem como intendentess mantidos no cargo. Foram citados os delegados Luiz Cirimbelli, de Turvo, e Antonio Rovaris, de Timbé do Sul, ou seja, italianos das relações dos detidos. Irineu Busnardo, neto de italianos da região de Vêneto e morador de Nova Trento na época da guerra, mostra que neste município foi sentido o peso da repressão, haja vista o dialeto e os costumes praticados pelos habitantes, na grande maioria colonos estrangeiros e filhos destes vindos da Itália ou do Tirol Austríaco. Diz

<sup>674</sup> BRILLINGER, Hilda. Entrevista citada.

<sup>675</sup> MOSER, Anita. Op. cit., p. 110.

Irineu que aí *se falava quase que exclusivamente o italiano*<sup>677</sup>, e, com a declaração de guerra à Alemanha, sentiu-se na obrigação de deixar o cargo de prefeito que então exercia (foi prefeito de 1940 a 1945), por considerar que, sendo descendente de italianos, seria embaraçoso para a administração. Conforme diz, seu pedido de demissão não foi aceito por Nereu Ramos. Por conta disso, continuou na função, e *então como prefeito peguei esse abacaxi e tinha que defender a nossa gente*, já que havia, inclusive, tensões entre neotridentinos e alemães. Conta que procurou *aplicar a lei com tolerância, sem exageros*, embora sempre na mira dos delatores; enfrentou intrigas e envolveu-se em disputas de poder com delegados, negociou na defesa de sua *gente*, e, nas ocasiões em que colonos eram presos, *procurava contornar, assim sempre com bastante jeito, para não causar problemas maiores*.

Embora Irineu tente mostrar um lugar sem tantas tensões na medida em que a aliança com Nereu Ramos lhe oportunizava cuidar da população (lembro que Nereu Ramos usou de astúcias e acordos quando lhe convinha), os depoimentos revelam que a polícia foi repressiva ao extremo, aplicando todo tipo de violência e controle sobre os imigrantes e descendentes neste lugar. São, portanto, diferentes versões que compõem as narrativas: a do ex-prefeito, que naquele momento diz ter minimizado as tensões por conta da ligação com o poder estadual, e as versões de homens e mulheres, anônimos sujeitos que revelam o medo, o esconderijo, a violência e o abuso de poder para com os colonos.

Voltando aos afastamentos, vemos que Timbé do Sul e Bom Retiro constam como dois lugares onde eram confinados estrangeiros tidos como “perigosos”. Dependendo das circunstâncias, as autoridades determinavam a mudança para outras cidades, como consta do requerimento enviado ao comando da 5ª Região Militar, em julho de 1944. Alfred Erich Bach - alemão, 42 anos e há 24 morando no Brasil, proprietário de um estabelecimento comercial, pai de quatro filhos em idade escolar – requereu autorização para voltar a residir em Porto União, então afastado na cidade de Lages por ordem das autoridades do Estado. O comando militar solicitou a Nereu Ramos informações sobre o *súdito alemão* Alfred Erich Bach, relatando que no inquérito a que respondeu *parece que nada aprovou contra o mesmo com referência ao exercício de suas atividades nocivas ao interesse nacional*<sup>678</sup>, salientando não existir *nenhuma ordem deste comando determinando a detenção de qualquer indivíduo cuja*

<sup>676</sup> CADORIN, Assis Inácio, 70 anos. Depoimento em 26 de fevereiro de 2001, Nova Trento. Concedido a Anderson Sartori.

<sup>677</sup> BUSNARDO, Irineu, 82 anos. Depoimento concedido em 10/01/2001, Nova Trento. Concedido a Anderson Sartori.

<sup>678</sup> Estado Maior, Of. No. 82 – B/O. Ofício do General Heitor Augusto Borges, da 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 29 de julho de 1944. Ofícios Recebidos do Ministério a Guerra – 1942/1944. Palácio do Governo. APESC.

*volta ao local anterior de residência tenha sido ou venha a ser endossada pelas autoridades do Estado.* Ao que parece, a decisão ficou por conta do interventor do Estado; o comando, como se vê, sugere uma resposta favorável ao acusado.

Lages aparece aqui como um lugar para onde eram enviados estrangeiros – Juçara Castello Branco ouviu homens e mulheres que viveram os anos da guerra em Lages e mostra que os alemães ficaram inicialmente com os presos comuns, depois foram recrutados para trabalhar na Rodovia Lages-Florianópolis, numa espécie de exílio, onde ficavam por determinado tempo às ordens policiais e trabalhavam na abertura da estrada, com picaretas. Ali estiveram detidos José Suiter, Oscar Nusser, Pulfrich, José Stefens, Walter Tagessell, Frederico Haotmann, Walter Gilm, Guilherme Kall e, como recorda Maria Luiza Suiter Aquino, *eram uns 15 alemães, mas eles eram todos de paz*<sup>679</sup>. É recorrente nas memórias a prática da polícia em utilizar estrangeiros detidos e/ou afastados para os trabalhos em obras públicas, como abertura de estradas, valos, etc. Nas lembranças de Emilio Odebrecht, este diz que:

Torturas diretamente não, mas no tempo em que eu estava preso tinha uns 15 ou 20 alemães presos, e lá, onde hoje é a catedral (Rio do Sul) havia uma pequena colina e eles toda manhã iam lá com picareta e enxadas e pás. Abaixaram este morro, quer dizer, fizeram trabalho forçado. Eles não foram por livre e espontânea vontade, mas isso só durante uns meses, depois foram todos deportados para Florianópolis, ficaram lá até o fim da guerra...<sup>680</sup>

Hanz Schroeder conta que, em Trombudo Central, os policiais aquartelados administravam a construção de uma estrada, e os agricultores que falavam em alemão eram requisitados com suas ferramentas, carroças, etc, para trabalharem na construção, obviamente sem receberem pagamento<sup>681</sup>. Em Rio do Sul, os detidos foram obrigados a trabalhar com picaretas na abertura da estrada de ferro. Conta João Bosco que seu amigo Guilherme Gemballa *era teimoso e não deixou de falar alemão e por conta disso ficou preso e teve que trabalhar com a picareta*<sup>682</sup> - fato que está na memória coletiva. Domingos Dallabrida me disse que seu pai ficou preso por doze dias junto com muitos outros. Era mês de janeiro e os colocaram para trabalhar nas estradas, abrir valo; recebiam pouca comida e água, então *os próprios brasileiros ficavam com pena e levavam água prá eles. De dia trabalhavam abrindo*

<sup>679</sup> BRANCO, Juçara de Souza Castello. Op. cit., p. 35 e seguintes.

<sup>680</sup> ODEBRECHT, Emilio, 88 anos. Depoimento concedido em 29/06/2000, Rio do Sul. Concedido a Marineusa Doerner Olivo, a quem agradeço a colaboração.

<sup>681</sup> SCHROEDER, Hanz. Entrevista citada.

<sup>682</sup> BOSCO, João, 76 anos. Depoimento concedido em 9/06/2000, Rio dos Sul. Agradeço a Marineusa Doerner Olivo.

*valas e à noite iam lá na delegacia, tinha camas, a delegacia era em Indaial e tinha bastante homens que ficavam presos e tinham que trabalhar. A ordem era do delegado Tupy Barreto (de Blumenau) e que levava também pessoal de escritório, pessoal da alta. Eu sei que passei um dia lá e estavam com a mão cheia de calo, inchada, do cabo da picareta*<sup>683</sup>. Depreende-se que os detidos trabalhavam em obras públicas e inegavelmente eram obrigados a trabalhos forçados.

E as mulheres? Se elas não aparecem nos campos de concentração, eram consideradas menos perigosas que os homens? Ou tratadas diferentemente? Vejamos: Emilie Mayer escreveu para Nereu Ramos, em 20 de maio de 1943, suplicando que este a autorizasse voltar a residir em Hamônia, pois que se achava em Curitiba e longe da família, por ordem do Secretário de Segurança Pública do Estado, desde o mês de fevereiro do mesmo ano. Disse da extrema necessidade de voltar à antiga moradia, dadas as condições pecuniárias suas e de seu marido, Augusto Mayer. Seu único filho homem estava desde fevereiro servindo como voluntário no Rio de Janeiro, no Primeiro Regimento de Artilharia Anti-Aérea<sup>684</sup>. Em 10 de junho de 1943, o Delegado de Polícia de Hamônia respondeu ao Secretário de Segurança Pública, Mourão Ratton, informando que Emilie Mayer tinha nacionalidade alemã e constava da relação dos *elementos totalitários* desde 3 de março de 1942, sendo presa e processada por determinação do DOPS, em 18 de agosto de 1942, *por ter, na noite de 17 do mesmo mês, promovido um banquete em regozijo ao torpedeamento dos navios brasileiros, conforme ficou constatado no inquérito respectivo*. Em 4 de setembro de 1942 foi encaminhada à Regional de Rio do Sul; em 27 de janeiro de 1943 apresentou-se na Delegacia de Hamônia, ficando sob liberdade vigiada; em 16 de fevereiro do mesmo ano, por determinação verbal do Secretário do DOPS, foi transferida para Curitiba. Além disso, informa que Augusto Mayer, *marido da mesma e súdito alemão*, encontrava-se em Hamônia sob vigilância<sup>685</sup>.

Esta carta e seus desdobramentos levou-me ao processo crime, instaurado em 26 de novembro de 1942, pelo Tribunal de Segurança Nacional, contra Emilie Mayer, alemã, 46 anos, doméstica, e Emilio Buckendahl, alemão, 46 anos, contador da Tecelagem Kuenrich (Blumenau)<sup>686</sup>. Ambos foram acusados de terem festejado, na noite de 17 de agosto, o torpedeamento de navios brasileiros, no Hotel Hamônia, de propriedade de Emilie Mayer. No

<sup>683</sup> DALLABRIDA FILHO, Domingos. Entrevista citada.

<sup>684</sup> Carta de Emilie Mayer, Curitiba, ao Interventor Federal do Estado, Nereu Ramos, Florianópolis, em 20 de maio de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos - Jan/dez 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>685</sup> Informe do sub-Tenente Pedro Nogueira de Castro, Delegado de Polícia de Hamônia, ao Secretário da Delegacia de Ordem Política e Social, Florianópolis, em 10 de junho de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos - Jan/dez 1943. Palácio do Governo. APESC.

inquérito foram também acusados Antonio Broch, Luiz Langer, João Potta, Jayme Pieper, João Scherer, Otto Stolte, Carlos Hantschel e Otto Rogge, todos citados e contra os quais foi aberto processo no Tribunal de Segurança Nacional individualmente<sup>687</sup>. Bem, os acusados afirmaram que festejaram, mas não para se agraciar do torpedeamento e nada tinham com a Alemanha... As testemunhas dividiram-se: Elvira Krueger, 17 anos e empregada do Hotel não mediu palavras e disse que ali no Hotel falavam alemão, faziam reuniões secretas e falavam da vitória da Alemanha; tinham os piores conceitos das autoridades brasileiras e ainda se comunicavam com Fritz Mayer, funcionário da Condor no Rio de Janeiro. E mais, o hotel era *um verdadeiro cabaret* onde reinava falta de respeito, sendo que Emilie era *elemento agitador* e o fazia com *sinismo*, e a festa foi mesmo em regalo ao torpedeamento, com *grandes bebedeiras*, sendo que a acusada *declara a todos que não tem receio de ser presa e se assim acontecer é uma honra para ela*. Elvira terminou seu depoimento delatando outros elementos suspeitos das relações de amizade de Emilie: Martin Schmoelz, Alberto Laun, Paulo Nuessner, Germano Schlup e outros. Já Érica Fats, a amiga, disse que foram consumidas sete garrafas de champagne na festa em rigozijo, sim, e assumiu ter levado flores para Emilie na cadeia pública, não ignorando que a detenção era em caráter incomunicável.... Arnoldo Wloch vendeu as champagnes e sabe que o motivo era este mesmo; Ida Krause confirmou todas as acusações e acrescentou ser Emilie pessoa perigosa e que *declara a vitória da Alemanha e que os brasileiros iam pagar tudo o quanto corria com os alemães no Brasil*; Hermann Spiegel, bem, este disse que só foi convidado para o banquete... Após estes depoimentos, o relatório do Tenente Pedro N. de Castro afirmou ter ficado

(...) exuberantemente provado que o banquete fora promovido pelos alemães Emilie Mayer e Emilio Buckendahl, em rigozijo ao torpedeamento dos navios brasileiros pelos submarinos do Eixo, custando o banquete a pequena soma de 1.500\$00; provado que no Hotel Hamônia sempre é falado o idioma alemão, sendo o idioma pátrio tratado com o maior desprezo, e que o Hotel Hamônia é ambiente de pouca moral,

e, por conta desses delitos, em 25 de fevereiro de 1943, informou ao juiz que Emilie Mayer *retirou-se do município por ordens superiores, para Curitibanos, visto tratar-se de elemento altamente nocivo aos interesses nacionais, não podendo permanecer na região*. Vimos que Emilie escreveu ao Interventor em maio, estando então há dois meses afastada de casa. A audiência aconteceu no dia 14 de julho de 1943. O advogado alegou o alto preço das bebidas

<sup>686</sup> Processo crime n. 2.823 – Emilie Mayer e outro (Emilio Buckendahl). Fichário: Santa Catarina, Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>687</sup> Processos crime n. 2.828 – Antonio Broch; n. 2.825 – Luiz Langer; n. 2.827 – João Potta; n. 2.829 – Jayme Pieper; n. 2.826 – João Scherer; n. 2.831 – Carlos Hantschel; e, n. 2.832 – Otto Rogge.

e o horário da festa anterior ao torpedeamento – como poderia ela saber se haveria torpedeamento se este aconteceu após as 23 horas do dia 17 e só noticiado no dia 18? Os juizes do Tribunal de Segurança Nacional aceitaram e absolveram os acusados... Nessas alturas Emilie já estava afastada há quase cinco meses.

Este processo mostra que as mulheres também eram incriminadas e consideradas *elementos nocivos*, podiam ir para a cadeia em regime incomunicável e serem afastadas da residência e das relações familiares como convinha às ordens policiais. Se aparecem pouco, não é porque desconheciam as tensões do momento ou se escondiam; estão pouco visíveis porque, na ótica da polícia, os homens seriam perigosos em potencial e ignoravam que as resistências muitas vezes partiam delas. Esse caso mostra o grau de controle e vigilância a que estava submetida a sociedade. Noto que os passos de Emilie estavam sendo esquadrinhados desde março de 1942, o que me leva a questionar o suposto festejo com banquete; seria por demais imprudente nas condições de uma vigiada! Além do mais, a festa é citada como um *cabaret de libações* e bebedeiras num ambiente de *pouca moral* – que palavras seriam usadas se não fosse uma mulher a dona do Hotel?

A polícia agia e exercia o poder para fazer calar, esquadrinhar paralelamente às delações que no momento eram feitas, sendo possível que nem houvesse banquete, mas uma fagulha de contentamento que, expressado em público, foi o estopim para uma rede de intrigas e denúncias. Foucault, ao analisar a forma de exercício do poder no Estado contemporâneo, mostra que este reserva-se aos procedimentos, reflexões e táticas permitindo a governamentalidade, cujo alvo é a população – *Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe*<sup>688</sup>. Ora, mas o Estado é uma *abstração mitificada*, argumenta o autor, de importância menor que se crê. Posso ver a festa como transgressão ao controle disciplinar, e por mais que a polícia – a Instituição – tendesse a reprimir, os micropoderes saltam aos olhos.

É importante avaliar como e porque as prisões aconteciam neste momento em que o Brasil estava em estado de guerra. Antes, por mais que a campanha nacionalizadora tenha se empenhado em cercear a língua estrangeira, comemorações à Alemanha aconteciam sem que fossem presos aqueles que o fizessem. Rui Nogueira, ao inspecionar a região de Blumenau, salientou que *festividades de caráter nazista eram usuais tanto no ambiente familiar como público, sendo que em todas elas jamais era esquecida a bandeira da cruz gamada, que hasteada na frente da casa onde estavam sendo realizadas, nas paredes e até mesmo sobre*

<sup>688</sup> FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Op. cit., p. 291 a 293.

*bolos*<sup>689</sup>. Sim, conta Emma Hatzky<sup>690</sup> que nos anos de 1930 festejava-se e dançava-se ao som de bandinhas alemãs, falava-se na mesma língua... como em todo o Estado onde residiam alemães e descendentes, italianos e descendentes, poloneses e descendentes. Quando Emilie resolveu – se é que o fez - festejar, foi imediatamente presa; o tempo é outro e a festa agora é transgressão, ou seja, há um discurso que criminaliza essas práticas.

Em Joinville, Gentil Steiner também foi detida na cadeia local. Era 1º de fevereiro de 1943 quando Pio Freitas (bispo de Joinville) escreveu longa carta a Nereu Ramos, intercedendo pela transferência da *senhora Gentil Steiner, que se acha detida nesta cidade por ordem da Segurança Pública, se possa recolher fora deste Estado a algum estabelecimento de confiança que ali se conserve enquanto o exigir a autoridade competente*<sup>691</sup>. Apresenta possíveis lugares onde possa ela alojar-se (casas de Irmãs Vicentinas no Paraná, Rio de Janeiro ou Minas Gerais), argumentando que, inclusive, a administração estadual poderá *assim aliviar-se de elemento que deveria guardar e sustentar*. No verso, o parecer da polícia: professora particular, Gentil Steiner foi presa em Joinville na data de 10 de setembro de 1942, *por exercer atividades prejudiciais à segurança nacional, lecionando em língua alemã fora do horário escolar e, dessa forma, considerada elemento nocivo à segurança nacional*<sup>692</sup>. Teria sido atendido o pedido do bispo? Não encontrei resposta; depreende-se desta correspondência oficial que a Igreja não comprava brigas de frente, mas interferia de modo sutil na defesa de seus fiéis.

Se essas duas mulheres – Emilie e Gentil - solicitaram interferência do interventor e do bispo para atenuar o castigo da prisão e do afastamento, outras tiveram que dar conta com a ausência compulsória dos maridos detidos. Quando Richard Gottsmann foi preso no Presídio da Trindade, sua mulher recebeu *ordens de despejo* e foi enviada para Rancho Queimado, quando

(...) a gente teve que desmontar a casa em uma semana, e os móveis ficaram espalhados. (...) Depois ela fez requerimento, não queria ficar em Rancho Queimado para morar em Blumenau, e que concederam. Então ela ficou em Blumenau em 1943, 1944, e foi quando estudei no Colégio Santo Antonio. Nós tivemos que morar no apartamento do Hospital, de aluguel,

<sup>689</sup> NOGUEIRA, Rui. Op. cit., p. 69.

<sup>690</sup> HATZKY, Emma. Op. cit.

<sup>691</sup> Ofício do bispo Pio Freitas, Joinville, a Nereu Ramos, Interventor de Santa Catarina, Florianópolis, em 01 de fevereiro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>692</sup> Decreto Estadual n. 2.755, de 11/9/1942 – A Inspeção das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino apurou o delito de Gentil Steiner, seus livros didáticos e de propaganda nazista foram apreendidos e fechada definitivamente a escola onde a mesma trabalhava. *Diário Oficial do Estado*, 11/09/1942. P. 1.

recorda o filho Ricardo<sup>693</sup>. Noto que havia concessões, como neste caso, o que não significa que fosse prática da polícia concessões como esta. Na carta enviada a Jutta Andresen, Herbert Jung comenta: *Minha mãe fica aqui (em Florianópolis), dissolverá a casa e mudar-se-á para alguma parte, provavelmente para a casa dos Boetcher*<sup>694</sup>. Estas e outras personagens destas histórias mostram que as mulheres se viram, têm poderes, *no plural*, como ensina Perrot; *ele se estilhaça em fragmentos múltiplos... Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes*<sup>695</sup>.

Esse momento foi de intolerâncias, mas também de solidariedades: Olinda Schappo recorda de *que tinha gente de Blumenau que vinha lá em casa passar uns tempos, né, porque eles disseram que lá em Blumenau, eram perseguidos, então vieram passar uns tempos*. Conforme relata, o revendedor Hainemann e sua família ficaram hospedados na sua casa, *depois eles voltaram quando acalmou um pouco a perseguição. Mas aqueles eram assustados com isso, e com isso a gente muito se assustava, né*. Por outro lado, das memórias recolho sentimentos de pesar para com os perseguidos, *porque muita gente boa foi sacrificada, menosprezada... o Dr. Gottsmann, eu não me conformo!!*, diz-me Nair Lima de Medeiros<sup>696</sup>. E muitos outros depoimentos...

No Estado foram inúmeros os casos de pessoas e famílias que tiveram que se deslocar para outras cidades, para o interior, alojarem-se em hotéis, pensões, casas de conhecidos (houve famílias que reconstruíram suas vidas por lá e nunca mais voltaram à antiga moradia). Alguns tiveram que sair por ordem policial; outros iam por conta própria, em busca de segurança, antes que a polícia obrigasse. Dagoberto Blease recorda que *de Itajaí várias famílias saíram ou por medo da guerra ou porque eram alemães – aliás, a minha mãe também teve que ir para São Bento do Sul, ela ficou num hotel durante um mês, porque veio uma ordem de que todos os alemães natos saíssem de Itajaí em 24 horas. Quem não saísse ia preso*<sup>697</sup>. Vilna Pretti mostra o medo do afastamento recuperando palavras de seu sogro: *Vocês, por favor, não falem mais em alemão, em italiano, porque eles vão mandar vocês lá pro Oeste, lá na divisa com a Argentina!!*, procurando imitar o pai na tonalidade da voz. *Eram as ameaças, diz*<sup>698</sup>. De Florianópolis, *Teve muita gente que fugiu!!! Conheci a família Zanette*

<sup>693</sup> GOTTSMANN, Ricardo. Entrevista citada.

<sup>694</sup> Carta (tradução) de Herbert Jung, Florianópolis, a Jutta Andresen, Badenfurt (Blumenau). Op. cit.

<sup>695</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Tradução Denise Bottann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 167.

<sup>696</sup> SCHAPPO, Olinda, e MEDEIROS, Nair Lima de. Entrevistas citadas.

<sup>697</sup> BLEASE, Dagoberto, 78 anos. Depoimento em 18/09/2000, Itajaí. Concedido a Juliana Maes de Carvalho.

<sup>698</sup> PRETTI, Vilna Corrêa. Entrevista citada.

*que foi embora mato adentro, mato adentro! E nunca mais se viu falar deles. Foram perseguidos, ficaram com medo e fugiram....*, conta Betariz Nair Fernandes<sup>699</sup>.

Imagina-se como as pessoas recebiam esta ordem e quantos transtornos, medos, ódios, inseguranças eram ativadas no momento. Para as mulheres era imperativo resistir<sup>700</sup> – o fato de não serem consideradas tão perigosas quanto os homens (ledo engano!) se as liberou dos campos de concentração e de ficarem presas (exceto em casos extremos, como vimos), tiveram que dar conta, administrar os negócios, fazer mudanças, recolocar os filhos na escola, obrigar-se a falar em português, enfim, nessa guerra de “homens” eram elas a segurar a retaguarda – experiência de resistência e de medo, perdas, separações. Supõe-se que foi difícil viver a insegurança de mudar repentinamente de casa, o marido preso, explicar a ausência às crianças... refazer e reinventar; só podiam, por ora, contar com a solidariedade... ou com a sorte; ou, se tinham posses, iam para um hotel, senão, restava escrever cartas implorando clemência. Era outra guerra nas franjas da mesma guerra.

Observo que fora dos campos de concentração da Trindade e Oscar Schneider, outros lugares de confinamento foram improvisados e destinados ao recolhimento de presos detidos por motivos de segurança nacional, como Bom Retiro, Timbé do Sul, Rio do Sul e Lages. Outros iam para cadeias comuns em diferentes lugares como Rancho Queimado, Canoinhas, São Bento do Sul. Ou seja, dependendo das condições do detido e da ordem policial, podiam inclusive ficar em casas de parentes, desde que vigiados.

Dentre as formas de repressão praticadas durante a guerra, o afastamento da residência foi uma delas, e não há dúvidas de que o medo estava presente na experiência das pessoas de origem estrangeira. Esse tempo foi carregado de subjetividades, perdas, desestruturas familiares, problemas de toda ordem, que só aconteceram porque havia uma guerra lá do outro lado, mas caíam aqui as fagulhas da intolerância. Homens e mulheres foram colocados na condição de criminosos, na maioria das vezes sem que fossem ouvidos, ou pudessem ao menos saber porque tais arbitrariedades lhes acontecia.

A narrativa de um depoente, trinta anos depois de finda a guerra, mostra a sua percepção da intolerância: *Os soldados saíam para a colônia e prendiam os colonos que falavam o alemão; uma vez trouxeram um que falava em alemão com os cavalos. Deixaram os animais e o arado no campo e trouxeram o homem*<sup>701</sup>. Muitos, mas muitos colonos não

<sup>699</sup> FERNANDES, Beatriz Nair. Entrevista citada.

<sup>700</sup> Na França ocupada pelos nazistas, se as mulheres foram “perigosas” na Resistência, tiveram que driblar com astúcias a ausência dos homens; a aprendizagem forçada, a organização e as solidariedades na vida cotidiana as fizeram resistir, dissimular, secretar. Ver ECK, Hélène. Op. cit., p. 257 a 270.

<sup>701</sup> ALBERSHEIN, Úrsula. Op. cit., p. 184.

tiveram como se explicar; e na maioria as vezes a explicação só poderia ser em alemão, ou italiano, o que seria assinar o próprio delito. As prisões grassaram enquanto os discursos da imprensa faziam por incitar os delatos. Os anos de 1942, 1943 e 1944 ficaram nas memórias de homens e mulheres nas referências das relações tensas, medos e silêncios. O tempo na memória dos depoentes é contado pelo dia em que veio a prisão, quando levaram um parente, quando um conhecido foi torturado, quando a casa foi invadida, quando o delegado prendeu, quando deu uma briga na vila, quando nasceu um filho, quando o parente/vizinho teve que tomar óleo, quando ordens delineavam onde, como e o que falar, como agir, onde ir ou não ir. Ou seja, o tempo da memória é o tempo das narrativas ainda pulsantes, marcadas pelo presente e inseparavelmente ligadas a este; resignificadas, imaginativas, narradas a partir de enredos, tantos quantos forem as lembranças.

### **Humilhação e cicatrizes: memórias de violências**

O medo da prisão ao menor deslize na língua agravou-se com o temor de castigos físicos, estratégia disciplinadora presente nas representações deste contexto de absoluto controle, sobretudo sobre estrangeiros e descendentes. Eduardo Will, aos setenta anos morador de Barra do Tigre (Agrolândia), emociona-se ao relatar sua história:

Vi meu pai sofrendo nas mãos dos soldados, quis conversar com ele mas ele apenas mandou-me para casa avisar minha mãe que estava tudo bem. Foi quando falei a palavra “já” (sim) e com isso me forçaram a tomar óleo. Dois soldados armados me forçaram a tomar uma coisa nojenta, parecia óleo cru, óleo queimado, gasolina, óleo de rícino, era uma mistura total. Tomei mais ou menos meio litro desse óleo nojento. Como não me defendi, apenas obedeci, fui logo solto e mandado embora. Tive uma desintéria muito forte, mas logo passou. O mesmo não aconteceu com meu pai, que tentou se defender, e com isso foi surrado, amarrado, e como não abria a boca, foi colocado óleo pelo cano do fuzil, machucando-o muito, deixando-o muito doente, e sofreu muito até o final de seus dias, não foi mais o mesmo<sup>702</sup>.

Eduardo e Leopoldo sofreram a pior humilhação para um estrangeiro durante a repressão nas anos da guerra: ingerir óleo. *Eram dois policiais armados, deixaram ele deitado e ameaçaram com o fuzil carregado, e com isso o fizeram tomar. Era mais ou menos meio litro; era uma vasilha tipo molheira, misturado óleo, gasolina, óleo de rícino e colocaram*

<sup>702</sup> WILL, Eduardo, 78 anos. Depoimento concedido em março de 2000, Agrolândia. Concedido a Olga M. Grimm, a quem agradeço a colaboração.

com o fuzil na boca, conta Max Will sobre a tortura sofrida por Leopoldo, que ficou com a língua dura e várias rachaduras na cabeça com a violência para segurá-lo deitado. Então,

A polícia achou que Leopoldo Will ia morrer e com isso o mandaram para casa, a cabeça inchou e o levaram para casa. Ele não morreu por ser forte. Quebraram os dentes dele e por 14 dias não conseguia enxergar devido a agressão, e o dedo do pé estava quebrado devido à violência<sup>703</sup>.

Irma, filha de Leopoldo e irmã de Eduardo, recorda a angústia daqueles dias: *Ajudei a cuidar do pai e do irmão, depois de tomarem óleo, e quebraram os dentes com a espingarda. Eles foram judiados demais para serem cidadãos brasileiros...*<sup>704</sup> Memória familiar e memórias ainda aflitas mostram a política do medo praticada naqueles anos; memórias da violência cujas cicatrizes ainda sangram. Era das mulheres a função de cuidar dos homens machucados, manter o lar, assegurar que a vida seguisse, aliviar as dores... Na construção cultural dos gêneros, estes papéis cabiam a elas e, por certo, dominavam os sentimentos na intrepidez desses acontecimentos<sup>705</sup>, ou os dissimulavam.

A prática de violentar o estrangeiro, obrigando-o a engolir óleo (diesel, óleo queimado, de rícino, misturado com gasolina), aparece com sentido simbólico de “batismo”: *Tomei óleo de motor, agora sou brasileiro*, falava Max Weber ao amigo que aqui depõe<sup>706</sup>; ou, noutra leitura, forma de humilhar e fazer abrasileirar-se através da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar sua cultura e seus valores. Ritual de passagem forçado para a brasilidade? Um significado simbólico de fazer abrasileirar-se introjetando no corpo do outro o “óleo escuro”, fazer circular o “sangue da pátria”?

Ora, tornar-se *brasileiro* daria garantia de ser cidadão? Em termos clássicos, a cidadania condiciona um conjunto de direitos civis, sociais e políticos do Estado de pertencimento, o que quer dizer ter o direito de participar das decisões, à defesa, dispor da palavra para exprimir a vontade política, essência da democracia formal, ou, nos argumentos de Norberto Bobbio, um Estado que garanta aos cidadãos uma situação de segurança<sup>707</sup>. Não

<sup>703</sup> WILL, Max, 70 anos. Depoimento concedido em março de 2000, Agrolândia. Concedido a Olga M. Grimm.

<sup>704</sup> WILL, Irma, 75 anos. Depoimento em março de 2000. Idem.

<sup>705</sup> Alessandro Portelli recuperou memórias de um massacre provocado pelos alemães, em 1944, numa vila da Toscana, onde as mulheres sobreviventes tiveram que administrar o retorno aos lares, carregar seus mortos, enterrá-los, tocar a vida na contingência da dor. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiano (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. Tradução Luiz Alberto Monjardin et alii, In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 103-130.

<sup>706</sup> BOSCO, João. Entrevista citada.

<sup>707</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varriale et alii. Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

havia garantias de cidadania no governo Vargas; um governo despótico<sup>708</sup> alçado à imagem do corpo político da nação, com a totalidade do poder, precisando ser amado e temido, não coadunava com instituições democráticas. Um estrangeiro abrasileirado com a ingestão de óleo seria visto/tido como cidadão? No jogo da inclusão/exclusão, os estrangeiros, mesmo que naturalizados eram excluídos de direitos de cidadania e incluídos na sujeição de penalidades. O fato de *tornar-se brasileiro* não dava ao torturado nenhuma garantia de eximir-se de culpas, pelo contrário, o discurso o desenhava traidor.

A narrativas aparecem contundentes. Hanz Schroeder recorda coisas que aconteciam em Braço do Trombudo, práticas que revelam passagens sobre relações da comunidade com a polícia:

Olha, era assim, muitas pessoas lá tomaram óleo, eu me lembro assim de um caso grave, ele era um dirigente de uma empresa pequena uma serraria, e eu não sei o que houve exatamente, eu sei que a polícia foi lá prendeu ele, por ele ter falado alemão, talvez alguma política, trouxeram lá para o quartel e era prá tomar óleo, e ele se recusou. Ele era brasileiro inclusive, o nome dele era Henrique Heusi (?), aí eles derrubaram, os guardas do quartel, botaram um fuzil na boca dele, tiraram o ferrolho e botaram o fuzil na boca dele, e botaram o óleo pelo cano do fuzil prá ele beber. Bom, ele saiu de lá, todo lambuzado foi prá casa. No outro dia a gente soube que naquele mesmo dia ele veio à noite ficou escondido a noite inteira, tinha ali uma roça de cana, para matar o capitão. Só que o capitão, naquele dia de tardezinha, foi prá Lages, onde era a sede do 2º Batalhão Rodoviário. Ele não falou prá ninguém, ele ficou lá assim prá matar! Imagine se ele mata!! A comunidade toda ia sofrer, ia ter mais perseguição. Então essa fama do óleo, né, essa fama se generalizou, esse óleo foi dado em outros lugares. Só que eu acho assim que a culpa muitas vezes foi dada a quem não merecia, como o caso do governador interventor, os policiais diziam que esses eram os culpados, era o Getúlio que mandava, era o Nereu que mandava, mas não era... O Batalhão quando manda você sabe como é que é, aconteceu agora a mesma coisa, no golpe de 64, a mesma coisa, o exército, e esse pessoal fizeram o que queriam<sup>709</sup>.

Noto que a resistência existia, sim, e não é de estranhar que a violência policial se exacerbasse com a recusa do detido em ingerir óleo. Parece que, por pouco, o capitão escapa de morrer pelas mãos do violentado. Sim, o depoente avalia que teria sido uma tragédia ainda maior para a comunidade e com certeza haveria retaliações mais violentas; um caso desses construiria, certamente, um mártir da nacionalização, e não ficaria impune. No

<sup>708</sup> Marilena Chauí faz instigantes análises sobre as formas tirânicas de governar. *No caso do Brasil, o despotismo se manifesta menos em períodos de ditadura (quando o reino da força é visível) e muito mais em período de populismo (quando a violência está dissimulada pelos sentimentos de veneração ou ódio à pessoa do governante que pretende governar numa relação direta e imediata com o "povo", seja na qualidade de pai, seja na de "doutor")*. CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 382.

<sup>709</sup> SCHROEDER, Hanz. Entrevista citada.

depoimento de Osvaldina Fusinato, neste mesmo lugar – Trombudo Central –, por volta de 1942, imigrantes alemães *eram caçados o os que não falavam português tinham que engolir óleo queimado e outras barbaridades. Chegaram a se esconder em porões para fugirem das torturas*<sup>710</sup>. Reagir à prisão podia ser fatal. Dallabrida lembra de um homem preso que reagiu e foi levado para Rio do Sul, então *pegaram uma arma que tinha dois canos, isso era no tempo da guerra, tinha arma de dois canos que era carregada com pólvora e chumbo, então botaram aquele cano na boca, e botaram um litro de óleo queimado boca abaixo! E ele veio a falecer seis meses depois com o intestino todo perfurado! O óleo perfurou todo o intestino dele!!*<sup>711</sup>

De quando em vez, a prática vem como um boato, um *ouvi dizer* que aconteceu com o outro, um vizinho, um conhecido - *Falavam que tinham dado um garrafão de óleo para alguém que não sabia falar português. Isso se escutava, não se sabe! Garganta abaixo como se dá para o gado! Escutava-se isto, e por isso todos ficavam com medo e não se falava. Ficavam de boca fechada e não saíam de casa. Isto foi muito forte*, diz um depoente a Anita Moser. Ou, noutra narrativa, o grau de humilhação que este castigo circunscrevia na pele do torturado: *Amarraram os braços nas costas e colocaram a garrafa na boca e deram óleo. Aí ele teve que andar, com as pernas da calça amarradas, para que quando o óleo fizesse efeito, as fezes ficassem dentro da roupa. E assim ele ficou por dois dias*<sup>712</sup>. Por um lado se vê a absoluta sensação de impotência do torturado que, sob a mira de armas, não pode defender-se e nem obter ajuda de familiares; por outro, a vergonha de não poder segurar-se e expor às vistas públicas o que sai do “baixo corporal”, considerado como sujo e incivilizado. Norbert Elias mostra como a sociedade de corte vai lentamente “educando” os homens e mulheres para a polidez, os sentimentos de vergonha e repugnância das fezes e urina, num esforço para o autocontrole das pulsões<sup>713</sup>; nos anos de 1940, os sujeitos estavam “educados” no processo de civilidade, sendo óbvio que se envergonhavam deste martírio.

Bestializado, humilhado, destruído na sua integridade, obrigado a defecar em público, o torturado é individualizado, objeto então de um poder dentro de dispositivos para uma certa

<sup>710</sup> FUSINATO, Osvaldina, 68 anos. Depoimento concedido em abril de 2000, Trombudo Central. Depoimento concedido a Zenilda Reinhold, a quem agradeço. A memória de porões e esconderijos é recorrente, porém envolta num “ouvi dizer”, ou “vi o porão quando era criança”, “entrei no esconderijo”, etc. Em Ibirama, segundo uma depoente que não quis se identificar, existiam esconderijos secretos, inclusive um relógio/elevador, no antigo hospital, feito pelos alemães para fugirem à repressão. No mais, é um silêncio que às vezes ouvi como um “não mexa nisso”, ou desconversando, evidenciando um assunto tabu.

<sup>711</sup> DALLABRIDA F., Domingos. Entrevista citada.

<sup>712</sup> MOSER, Anita. Op. cit., p. 116 a 118.

<sup>713</sup> ELIAS, Norbet. *O processo civilizador: uma história dos costumes* - v.1. 2. ed. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. P. 135 a 147.

política dos corpos, que disciplina, dociliza, sujeita – síntese da genealogia do indivíduo moderno, nas argumentações de Foucault<sup>714</sup>. Os torturados preferem o silêncio, ou remetem a um outro o espetáculo grotesco, nunca a si mesmo. Segundo Moser, esta era uma prática fascista na Itália de Mussolini, com consequências de ser o torturado reduzido à condição de animal, e provocar mortes nas prisões em função da desidratação<sup>715</sup>. A autora chama a atenção para o fato de que entre os italianos a tortura é lembrada mais como ameaça, diferentemente do que aconteceu com alemães, entretanto, percebo que a origem étnica não eximia da expiação. Otilia Costa Marchi – Nova Trento - conta que seu irmão, *porque ele não falava brasileiro, não sei o que foi, depois botaram ele na prensa que fez ele tomar (...) fez tomar até óleo cru. É, aquela vez meu irmão quase morreu. Foi lá no Ribeirão d'Ouro... lá em Botuverá (...)*. Otilia conta que outros também foram presos: *Ele foi lá, num baile, sei lá, e pegou conversa, acho que pegou a fazer "Viva, viva o italiano!", sei lá, gritava viva (...). Oh, prenderam quase o baile inteiro. Ele ficou um tempo fora, antes de soltarem ele. E ainda ele pegou uma chicotada, cada uma que cortaram quase as costas. E disse assim: "Aprende a falar agora", é<sup>716</sup>*. Sinais que a memória traz com angústia, memórias familiares carregadas de emoções e de ressentimentos, onde expia *a experiência da humilhação e, igualmente, a experiência do medo*, na expressão de Pierre Ansart<sup>717</sup>.

Há vários relatos que interpretam a tortura física diante da *teimosia* do detido em não acatar uma ordem policial, desafiando a lei – *Os italianos, coitados, que não eram teimosos, mas os alemães tiveram que tomar óleo puro!*, rememora Cipriani (Nova Trento). Como vimos anteriormente, Guilherme Gemballa *era teimoso e não deixou de falar alemão*, e por isso foi obrigado a trabalhos forçados, recorda o amigo João Bosco<sup>718</sup>. Claro é que *teimosia* remete a resistência, e tanto os italianos quanto os alemães (e descendentes) foram obrigados a ingerir óleo. Possivelmente, a interpretação dos depoentes tenha relação com a repressão mais visível, a que perseguia os alemães devido sua ligação mais forte com o nazismo, entretanto, posso perceber representações étnicas nestas falas.

<sup>714</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 4. ed. Tradução Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>715</sup> MOSER, Anita. Op. cit., p. 118. Observa a autora de que um entrevistado, de 86 anos, demonstra conhecimento desta prática na Itália.

<sup>716</sup> MARCHI, Otilia Costa. Entrevista citada.

<sup>717</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. Stela e NAXARA, Márcia (orgs). Op.cit., p. 22.

<sup>718</sup> CIPRIANI, Antonio, 79 anos. Depoimento em 10 de janeiro de 2001, Nova Trento. Para Anderson Sartori. BOSCO, João. Entrevista citada. A prática de utilizar prisioneiros políticos para trabalhos forçados não é exclusiva deste tempo e lugar: na Alemanha, recrutavam prisioneiros para os campos de concentração e trabalhos na "máquina da guerra"; na Rússia eram mandados para a Sibéria, etc.

No sul do Estado, os depoimentos não citam que entre os italianos tivesse sido praticada esta tortura, embora apareça na narrativa que *Na época os alemães sofreram, ou eram deportados ou davam óleo queimado prá eles ou batidas de manganelo, pauladas*<sup>719</sup>. Arnaldo Schmitt, de Itajaí, diz-me que *o pai do Paulo (Bauer) parece que teve de tomar até óleo de rícino, uma barbaridade...*<sup>720</sup> Observo, concordando com Moser, de que há um silêncio sobre a tortura humilhante, remetidas ao outro. Em Itajaí, a memória coletiva insiste: de algum lugar, quem viveu o tempo da guerra ouviu que “davam óleo para eles beberem”.

Na região da grande Florianópolis encontro mais referências sobre o “tomar óleo”. Olinda Schappo recorda desta prática com outro nome: *Mas a gente tinha muito medo de alguém nos perseguir, nós escutávamos... porque gente amiga que morava em Ituporanga foram xaropeados com óleo cru, né, e isso a gente temia*<sup>721</sup>. Medo de ter que engolir o líquido visguento e pegajoso, misturado com óleo e porcarias, da mesma maneira que se dava para o gado, de garganta abaixo – esse era o significado para aquele momento<sup>722</sup>. O medo da humilhação que seria inevitável estava também presente em Bethânia, interior de Angelina. O termo vem de outro depoente: *Aqui em Atalanta, morreram gente que xaropearam com óleo diesel*<sup>723</sup>. Medos construídos com boatos e notícias que vinham de lá; os rumores rolavam soltos. Jean Delumeau percebeu esta imperiosa fatalidade argumentando que *o rumor, no mais das vezes, é a espera do infortúnio*; o rumor identifica uma *ameaça*, intensifica o *medo coletivo*<sup>724</sup>. Esse medo coletivo que se espalhou aos quatro cantos, foi eficaz em Santa Catarina; tanto foi que está contundente nas memórias. Sim, a memória guarda significados subjetivos, invisíveis, mas cruentos de recordar.

Nas relações de forças, o medo foi construído intencionalmente para imobilizar e fazer calar, ou seja, o poder instituído construiu o imaginário do castigo, que se disseminou em rumores e boatos, exercendo assim o papel controlador e esquadrihador dessas populações e mantendo as pessoas autovigilantes, mortificando-se e silenciando. *A gente não gosta de lembrar. Deram tanta chicotada, deram tanto óleo. A gente não gosta de lembrar.*

<sup>719</sup> TRICHÊS, Silvino, 62 anos. Depoimento concedido em 28 de dezembro de 2000, Turvo.

<sup>720</sup> SCHMITT, Arnaldo, 81 anos. Depoimento concedido em 31 de janeiro de 1995, Itajaí.

<sup>721</sup> SCHAPPO, Olinda. Entrevista citada.

<sup>722</sup> Lausimar Laus, no romance literário *O guarda-roupa alemão*, dá destaque às tensões do Estado Novo com a perseguição aos alemães, o medo daí decorrente, as humilhações impostas a um dos protagonistas, o velho Werther no final da guerra: *Uma avalanche de gente reunida na praça. Banda de música e tudo (...), vinha o velho Werther com um saco pendurado no pescoço, com a cara de Hitler desenhada em cima. Na praça, (...), mais morto do que vivo, foi sentado numa cadeira de barbeiro (...) e obrigado a beber óleo de carro.* LAUS, Lausimar. *O guarda-roupa alemão*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989. P. 117.

<sup>723</sup> SEBOLD, Cornélio, 76 anos. Depoimento concedido em abril de 2000, Ituporanga. Concedido a Joelma Kersbaumer, a quem agradeço.

<sup>724</sup> DELUMEAU, Jean. Op. cit., p. 184.

*Está muito traumatizado*, diz uma mulher de 70 anos para Anita Moser<sup>725</sup>. A memória esconde, bloqueia quando é dolorido lembrar, o que não significa esquecimento. Silenciar a dor é também resistir, não re-apresentar, calar. Cicatrizes fundas acompanham homens e mulheres nas amargas lembranças. *Às razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais*, argumenta Michael Pollak, sobre o “esquecimento” do pós-guerra francês<sup>726</sup>. Na vida cotidiana, os colonos também pouparam seus filhos e netos dessas histórias, de muitas histórias...

Um luso-brasileiro enviado para Jarim (Ibirama) em 1944, diretor de grupo escolar, elucida sua obra: *Senti-me como membro de uma tropa de ocupação em território estrangeiro*<sup>727</sup>. Já havia se passado vinte anos desta ‘ocupação’ e o tom zombeteiro na memória do ex-diretor evidencia como pensavam muitos daqueles homens designados para efetivamente ocupar postos e policiar o lugar do outro, submeter esse outro a sua vontade. Elizabeth Cancelli argumenta que, no contexto do primeiro governo Vargas, *a polícia começou a exercer um novo papel. No momento em que o governo passara a ser o Estado, e a polícia, o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço do executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político*<sup>728</sup>. Esta polícia era responsável pelo domínio/controlar das pessoas, e eram estes que usavam da força das armas para obrigar o outro a tomar óleo, muito embora seja quase impossível localizar mandantes. É possível perceber nesse entranhado de comandos, sub-comandos, sub-delegados, a dispersão do poder – os poderes de domínio que a sociedade moderna criou na burocracia de Estado, observa Foucault.

Hannah Arendt salienta esse domínio de ninguém – *um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a maioria nem a minoria, pode ser tomado como responsável*, percebendo que talvez fosse essa *a mais formidável forma de dominação*<sup>729</sup>. Tanto que, acabada a guerra, nenhuma responsabilidade foi apurada; pelo contrário, construiu-se uma memória estadual de heroísmo na luta contra os ditos “quistos étnicos”, ou dos pracinhas no *front*. Nada mais... e queimaram-se muitos documentos. Nota Ives Michaud que nos regimes totalitários manipulam-se as dimensões da obediência de forma a garantir a credibilidade repressiva do poder, numa complexa rede de

<sup>725</sup> MOSER, Anita. Op. cit., p. 11.

<sup>726</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Vértice; FGV, 1983. P. 6.

<sup>727</sup> ALBERSEIN, Úrsula. Op. cit., p. 184.

<sup>728</sup> CANCELLI, E. Op. cit., p. 47.

dependências, ameaças, exclusões e tornando a *dominação total ilocalizável, invisível e sufocante. A violência se apaga em proveito de uma multiplicidade de controles*<sup>730</sup>. Fez-se um roubo da memória, roubo da história, o mais cruel dos crimes.

A violência física aparece nas memórias, desfiada em dispositivos intolerantes onde o direito a defesa inexistia: (...) *O Stanzel, esse até cortaram o bigode dele à faca na praça da igreja. (...) O pai do Paulo Bauer é um dos que foi perseguido (...) ele estava tomando cerveja com outra pessoas, quando chegaram lá, e eram esse pessoal do Porto, esses caboclos aí, e aí eles acabaram com a festa (...)*, recupera Arnaldo Schmitt<sup>731</sup>. Paulo Bauer ratifica as palavras de Arnaldo: *E na segunda guerra, meu pai tinha uma... uma linha de ônibus para Brusque, eles estavam lá no Bar Democrático, de repente o Delegado e um Sargento que tinha aqui (em Itajaí), eles fecharam o bar e foi tudo prá cadeia! Eu estava no escritório e recebi um bilhete de meu pai “meu filho estou preso, estou com fome”* (fala com sentimento, com lágrimas nos olhos cansados). *Era coisa muito séria*, diz Paulo. E mais: *O Spezer eles pegaram aí na frente da igreja e fizeram a barba com vidro, cortaram o homem todo... Bárbaros, verdadeiros bárbaros!*<sup>732</sup> As memórias vão mostrando a geografia da violência: no bar, na frente da igreja.... Memórias dizem que o passado está presente, reaviva-se hoje o que foi ontem; pode mudar alguns sentidos, mas está ali, inscrito naquele tempo e espaço das lembranças e só acontece num mundo onde está/coexiste a dimensão profunda da existência humana. *Se o sofrimento físico possui uma trajetória na experiência humana*, na pertinente análise de Richard Sennett<sup>733</sup>, as marcas inscritas no corpo são as marcas da história; marcas que desorientam porque estigmatizam e sedimentam, eliminam de certa forma o supliciado do convívio igual com seus pares.

Não há dúvida de que rumores intencionais eram disseminados para intimidar; outros resultavam de deduções, desconfiança, vingança, revanchismos e intrigas pessoais. Nas narrativas, os sentimentos falam por si. Antonio Cipriani conta episódios de homens presos em Nova Trento porque falaram italiano – mas todos falavam naquele lugar!! Denunciados por *um tal de Acácio Bernardes, um brasileiro, fomos para a gaiola, em onze homens*, e ali estavam velhos agricultores, trabalhadores, cujo crime era não ter aprendido falar em português. *E era tudo italiano daqui, cristiani! Mas, a lei tinha que cumprir, tinha que cumprir a lei, sabe como é*, referindo-se ao delegado, também italiano, e que fazia as prisões.

<sup>729</sup> ARENDT, Hannah (1994). Op. cit., p. 33.

<sup>730</sup> MICHAUD, Ives. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989. P. 58 e 59.

<sup>731</sup> SCHMITT, Arnaldo. Entrevista citada.

<sup>732</sup> BAUER, Paulo, 86 anos. Depoimento concedido em 13/05/1995, Itajaí.

Era de dar *paixão* ver o italiano *lá na cadeia, com um porco nas costas*, conta Cipriani - *coisa de outro mundo!*, diz<sup>734</sup>.

*Tinha que cumprir a lei* – o depoente mostra a ponta da meada: nas colônias as pessoas eram denunciadas, detidas e encaminhadas para a cadeia local e, dependendo do caso, abria-se inquérito, encaminhava-se para o presídio da Trindade. Muitas vezes esses colonos eram detidos e levados para a capital sem saber o porquê, muito embora havia aqueles que efetivamente transgrediam e faziam campanha nazista e fascista. Se os homens aparecem como potencialmente mais “perigosos”, e por isso são detidos e confinados, as mulheres pouco aparecem, porém, não significa que fossem menos perigosas, pelo contrário, a permanência da língua e os costumes dependiam sobremaneira delas, bem como os afazeres que davam conta com a ausência dos maridos. Se eles lembram mais da prisão, dos trabalhos forçados, elas lembram das lides cotidianas em torno da mesma prisão, de como driblaram as ausências e cuidaram das feridas, do medo, ou uma memória que retém papéis para os quais estas mulheres foram educadas, e os significam nos sentidos entrecruzados.

O tempo da memória é diferenciador sim, mas não específico e separado; é o tempo que cada um lembra, porque capitalizou de experiências boas ou ruins, porém prenes de sentidos e da educação de gênero. Por educação de gênero entendo o lugar, as relações e os discursos onde se produzem sujeitos, e a guerra foi um lugar privilegiado no âmbito das relações sociais. Pontuam as mulheres que o cotidiano vai além da esfera do doméstico, ou um cotidiano de resistências; afinal, lembram-se de coisas das lides mais miúdas, como cuidar do torturado, por exemplo. Também tomaram as rédeas da vida quando da ausência dos homens, driblaram, escreveram cartas e pediram pela soltura delas ou dos maridos, negociaram, fizeram mudanças... *Reabilitar a subjetividade e introduzi-la na interpretação das fontes*, através da história oral, é também *falar de um certo lugar*, ou aquele do ocultamento, reconstituindo identidades e, irrigando *essas vozes do silêncio*<sup>735</sup>.

<sup>733</sup> SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997. P. 305.

<sup>734</sup> CIPRIANI, Antonio. Entrevista citada.

<sup>735</sup> DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). 2. ed. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. P. 229 e 230.

## Quinto Capítulo

### Estratégias de controle do Estado

Noutra ponta das relações vividas nesta “outra” guerra, aparecem o medo do desemprego, de perder bens acumulados através de desapropriações ou extorsões, relações permeadas de provocações acintosas, premeditadas. A polícia, autorizada por leis e decretos federais e estaduais, esquadrinhou empresas, exigiu a demissão e a exoneração de funcionários, ao mesmo tempo em que invadiu residências de colonos e cidadãos à procura de armas, aparelhos de rádio, livros, dinheiro, ou qualquer objeto que estava proibido possuir.

Homens e mulheres endereçaram cartas desesperadas às autoridades, ou na tentativa de reaver o emprego, demitidos pelo “crime” de serem estrangeiros, ou denunciando extorsões, prisões, apreensões, ou ainda requerendo bens apreendidos. Ousavam fazê-lo e, mesmo que movidas e movidos pelo medo, ainda criam ser possível reivindicar clemência das autoridades e receber a indulgência e o perdão. Desses sentimentos prenes de angústia, o cotidiano da guerra também se fez.

#### **Demissões e exonerações: o medo do desemprego**

Alfredo Del Priore, natural da Itália, obreiro especializado na arte de cerâmica e morador de Imbituba, trabalhava na Cerâmica Henrique Lage desde 1927; tinha então 42 anos quando demitido e afastado da cidade, fato que o levou a escrever para o Comandante da 5ª Região Militar, em 01 de dezembro de 1942:

Os meus conhecimentos políticos são muito elementares e não ultrapassam o amor e dedicação que devoto à minha família, composta de minha senhora Ondina Cardozo e quatro filhos, todos legítimos brasileiros.

Por ordem do Comandante de Laguna, fui obrigado a deixar o emprego e a família na miséria, sem probabilidade de melhorar a situação, dado a especialidade de minha profissão, que não comporta neste Estado a prospectiva de uma ocupação.

Excelência, a minha senhora é brasileira e meus filhos também, e é doloroso assistir ao espetáculo angustiante desses cinco inocentes que imploram o retorno do pai que lhes traz pão, trabalho e sossego<sup>736</sup>.

<sup>736</sup> Carta (cópia) de Alfredo Del Priore, Imbituba, ao Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, em 01 de dezembro de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.

Com esta carta, Alfredo invocou *clemência* e retorno ao trabalho, em nome da *condição pietosa desses cinco brasileiros*, requerendo o retorno à antiga moradia, pois estava em Lauro Muller, afastado por ordem das autoridades. A carta (cópia) foi encaminhada a Nereu Ramos no dia 9 de janeiro de 1943, anexada a um ofício do General da Divisão, Newton de Andrade Cavalcanti, onde dizia que *O afastamento dos súditos do Eixo da faixa litorânea é, não há como negar, medida de prudência que vem contribuir eficazmente para a segurança do país, dela se beneficiado muito particularmente nossa navegação de cabotagem*. Entretanto, como disse, acontece

que muitos desses estrangeiros de há muito radicados em nosso país, casados com brasileiras e pais de brasileiros menores, me tem encaminhado petições em que pontuam dificuldades de ordem econômica, consequente ao afastamento que lhes é imposto, já que suas atividades especialmente só poderiam ser aproveitadas em indústrias próximas ao litoral, como só acontece na região carbonífera de Santa Catarina.

De conformidade com a orientação estabelecida, pelo Sr. Presidente da república, que visa o trabalho e a substituição a todos os que se mostraram indignos de nossa hospitalidade, e ainda no superior propósito de não prejudicar a vida econômica do país, parece-me medida humana (...) a concessão de algumas exceções, na medida solicitada aos interessados, desde que tenham mais de trinta anos e permanecerem no Brasil, que fiquem suficientemente esclarecidos os seus antecedentes, bem como a conduta atual. Além de tudo isso, seria necessário que sobre tais elementos exercesse o Estado efetiva vigilância<sup>737</sup>.

Embora não tenha encontrado nenhuma concessão nesse sentido – o militar enfatizou os *muitos* pedidos -, noto que a preocupação com o afastamento de estrangeiros do emprego estava, conforme o militar, atrelada ao *superior propósito* de não prejudicar a economia do país, desde que devidamente esquadrihados. A *medida humana* proposta pelo general não me parece tão humanitária e duvido que o *espírito humanitário* fosse de piedade para com o *espetáculo angustioso desses cinco inocentes* e a *miséria* em que estava vivendo a família de Del Priore. Poucos foram (se foram) os beneficiados, portanto. De qualquer forma, o medo das autoridades, de que fossem espíões, levava-as a práticas como essa, e, na lógica do medo e da suspeição, essas medidas faziam sentido.

Também de Imbituba, o italiano Pilade Sensi - era então 12 de setembro de 1942 -, escreveu ao governador Nereu Ramos, dizendo ter deixado sua *Pátria* (Itália) há 22 anos, e, *repudiando a doutrina fascista*, trabalhava como contador na Cerâmica Henrique Lage, sempre obediente às leis do país. Educado na disciplina da escola e ao culto sagrado da

<sup>737</sup> Ofício n. 9 – B-0. Do General de Divisão Newton de Andrade Cavalcanti, 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de janeiro de 1943. Ofícios do Ministério da Guerra para o Palácio do Governo – 1942/44. APESC.

Liberdade, *as minha idéias foram sempre contrárias a todas as formas de violência e de usurpação, tendo como predominante paixão: o trabalho, para o bem estar de meus filhos e da minha segunda Pátria adotiva*, tendo inclusive um filho brasileiro, próximo a entrar nas fileiras do Exército Nacional. Escreveu dizendo ter recebido intimação do Delegado Especial de Laguna para deixar o emprego e a cidade em 24 horas, e argumentou:

Sou pobre e sem recurso: que será de mim e de minha Família que vive exclusivamente do meu trabalho? Sou um devotado da causa brasileira e em nome de meus filhos, que tudo esperam do pai, faço apelo aos sentimentos humanitários de V. Excia para que seja revogada essa ordem a meu respeito. Os habitantes de Imbituba e autoridades locais, podem fornecer a quem de direito, informações sobre a minha conduta<sup>738</sup>.

Aparece, no verso da carta, um informe da Delegacia de Ordem Política e Social sobre Pilade dizendo ser *o mesmo indivíduo inteligente e de ação, e sobre o qual esta delegacia pôs vistas, meses atrás (...) é pessoa um tanto desconhecida nesta zona, pois que se acha em Imbituba apenas a partir de janeiro do corrente ano* - isso em 28 de setembro, assinado por Trogilio Mélo, Major Delegado Especial de Polícia.

Na data de 30 de setembro de 1942, o chefe da Delegacia de Ordem Política e Social informou que Pilade Sensi estava registrado na Delegacia Especial de Tubarão, desde fevereiro, *onde menciona ser italiano e ter sido contratado como guarda-livro pela Cerâmica*. Na resposta, constava que, em abril, Pedro Bittencourt, de Imarui, relatou que, conversando com Sensi, *presenciei que ele é simpatizante do partido Fascista. Para ficar mais convencido (...) conversei com outros residentes em Imbituba que disseram-me que ele possui documentos que prova ser amigo do Duce*, e que este tivera uma *discussão com um russo de nome Anatoli Romenski, de Barreiros (Florianópolis)*, discussão essa onde o russo teria declarado *que prova o referido italiano ser elemento péssimo ao Brasil*. Interrogado, Pilade declarou *não ter idéias fascistas* e ser seu filho *guarda-marinha no Rio de Janeiro*, nada mais.

Nas declarações de Anatol Romenski, assinado pelo escrivão de São José (sede de Barreiros) prestadas em 26 de outubro de 1942, declarou ter 47 anos, natural de Moscou (Rússia), comerciante no distrito de João Pessoa (São José). Disse que numa *discussão com Pilade Sensi, italiano, em virtude de ter o mesmo ofendido sua pátria com palavras injuriosas, (...) pôde verificar a simpatia de Pilade Sensi pelo regime fascista e conseqüentemente partidário do "Eixo"*. Disse não ter provas e não ser verdade ter dito que

<sup>738</sup>Carta de Pilade Sensi, Imbituba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos - Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

era ele elemento péssimo ao Brasil, *mas pela forma como falou só poderia supor ser o mesmo elemento nocivo, ou um desses elementos que se hoje pudesse voltar para a Itália, voltaria, e que nada mais podia dizer porque não mantinha amizade com o italiano com quem poucas vezes falou.*

Sobre o pedido de clemência de Pilade para reintegração no emprego, o veredicto saiu em 27 de outubro de 1942: *Em se tratando de pessoa pouco conhecida neste Estado, e que, apesar dessa circunstância já estabeleceu desinteligência por questões de guerra, sou de parecer que não se deve atender ao requerente, sobre melhor juízo*<sup>739</sup>. A desinteligência atribuída ao acusado fundamentava-se em suposições a partir de denúncias feitas por Pedro Bittencourt e Anatol Romenski, e, na lógica da suspeição, primeiro demitia-se e afastava-se da cidade, depois averiguava-se. Neste caso, Sensi ficou mesmo afastado sem retorno ao trabalho. A rede de vigilância e controle contribuía eficientemente nas observações e suposições, afinal, pessoa pouco conhecida, estrangeiro, só podia ser suspeito. Os sentimentos humanitários do governador foram implacáveis neste caso.

José Seifert, alemão naturalizado e morador de Coqueiros/São José, contou sua história através de uma carta ao Ministro de Estado e Negócios Interiores, Francisco Campos, em 23 de julho de 1943. Nascido na Alemanha em 1901, veio para o Brasil em 1934 e contraiu matrimônio com uma brasileira, ingressando, como mecânico, naquele ano, na Força Policial em Florianópolis. Em agosto de 1935, *fui incluído no estado efetivo da Força como voluntário por 3 anos na forma da lei, e promovido a 3º Sargento e depois elevado ao posto de 2º Sargento mecânico*<sup>740</sup>, sendo que, em agosto de 1938, requereu engajamento por mais três anos, sem obter despacho; em 10 de abril de 1939 *fui posto na rua, isto é, excluído, apesar de haver requerido engajamento pois, o meu desejo era continuar nas fileiras da Força, não somente para garantir o pão, como o futuro dos meus filhos. Continua:*

Debalde, Exmo. Sr. Ministro, tenho apelado para todos, pois, o Sr. Comandante acha que o fato de ser eu brasileiro naturalizado me impede de prestar serviços profissionais à Corporação. Entretanto, sou um brasileiro naturalizado que falo e escrevo com desembaraço o idioma do País, sou casado com uma brasileira e pai de 7 filhos brasileiros, assistindo-me o direito de amar e me sacrificar pelo Brasil. Além disso, sou de boa conduta social, e o meu comportamento na Força Policial foi irrepreensível, conforme atesta o próprio Sr. Comandante geral, que em data de 17 de

<sup>739</sup> Anexa aos documentos, a Carteira de Sensi: *Partito Repubblicano Italiano. Tessera di Reiconoscimento per l'anno 1919. Il cittadino Sensi Pilade é iscritto alla Sezione di Cava dei Tirreni-Circolo G. Bovio. Li Gennaio 1919.*

<sup>740</sup> Carta (cópia) de José Seifert, Coqueiros, São José, a Francisco Campos, Ministro de Estado e Negócios Interiores, Capital Federal (Rio de Janeiro), em 23 de julho de 1940. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/1940. Palácio do Governo. APESC.

agosto de 1939, certifica que José Seifert, serviu nesta corporação como 2º Sargento Mecânico, de 21 de agosto de 1935 a 10 de abril de 1939, tendo revelado honestidade, zelo, competência e ótima conduta.

Com estes argumentos, José Seifert implorou o retorno ao cargo, dizendo que *o faço, não tanto por mim e por minha mulher, mas, por sete filhos menores, sete brasileiros que algum dia poderão ser úteis ao Brasil*. Nas entrelinhas está explícito seu orgulho ao regime de justiça que *não é surda aos clamores do pequenos e humildes*, pois tanto o Ministro como o Presidente da República *têm ouvido e amparado os pequenos nos seus justos anseios de justiça*. Disse ainda:

Sou um homem pobre e não posso pleitear os meus direitos judicialmente. Lembrei-me (de) falar pessoalmente ao Exmo. Sr. Presidente da República quando aqui estive e clamar justiça, à S. Excia., mas, não me foi possível, lembrei-me também (de) dirigir este apelo aos elevados sentimentos de justiça do grande e digno chefe da nação, mas, considerei que era meu dever, primeiramente, apelar para a nobreza de sentimentos e a grandeza de alma de seu grande ministro, daquele que encarna digna e nobremente a verdadeira e sã justiça no regime inaugurado a 10 de Novembro e assim é, que, respeitosamente me dirijo à V. Excia. por meio desta, esperando que V. Excia, considerando um filho de um país amigo, que por amor ao Brasil se tornou brasileiro e já deu à Nação sete filhos brasileiros, se interesse junto ao Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos, digno e Humano Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no sentido de ser José Seifert, reincluído nas fileiras da Força Policial do Estado, como 2º sargento mecânico, de onde fui excluído sem motivo algum que justificasse visto achar-se como os demais brasileiros com o direito de amar e defender o Brasil, instruindo-se para tal fim.

Estou certo, Exmo. Sr. Ministro, que seu generoso coração se confrangerá ante a injustiça que respeitosamente lhe exponho, e promoverá a justiça que tornará o nome de V. Excia. eternamente abençoado por mim, por minha mulher e meus sete filhos reconhecidos.

Com o mais alto respeito e reconhecimento, o patrício e admirador.

Esta carta (cópia) foi remetida a Nereu Ramos, em 29 de julho de 1940, para que este considerasse o assunto<sup>741</sup>; depois encaminhada ao Comando Geral da Força Policial, que a enviou, então, ao Secretário da Segurança Pública para o parecer. No dia 02 de setembro de 1940, o Comandante Geral, Tenente Cantídio Quintino Régis, informou que José Seifert *não foi realistado ou engajado, como requereu, por não ser brasileiro nato, de acordo com o art.*

<sup>741</sup> Correspondência de Negrão de Lima, Chefe de Gabinete, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 29 de julho de 1940. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/1940. APESC.

18, da Lei No. 53 de 30 de dezembro de 1935, e Lei Federal No. 192, de 17 de janeiro de 1936, art. 3<sup>o</sup><sup>742</sup>.

Era dramática a situação daquele imigrante naturalizado, porquanto excluído da força policial<sup>743</sup>; a família vivendo numa situação de miserabilidade. A súplica em nome dos sete filhos brasileiros *futuros patriotas*, dirigia-se ao espírito *justiceiro e humanitário* que não os deixaria definhar à míngua. Titubeou antes de escrever; tentou *falar pessoalmente* com o presidente, mas... está claro que ele, cidadão anônimo, o faria partindo da imagem paternal exaustivamente construída do bom governante; no seu argumento, o significado de ser brasileiro: escrever com *desembaraço a língua do País* e estar naturalizado. Teria o Ministro lido a carta? Mesmo com uma lei restritiva, Seifert continuou na força policial até 1939, quando passou a ser perigoso para a segurança nacional, ou seja, mesmo naturalizado não mais tinha direito de exercer a profissão, agora por conta da repressão aos estrangeiros.

Os três homens que escreveram cartas às autoridades queriam o direito ao trabalho e alegam a sobrevivência da família, faziam uso de recursos como a pobreza e a *situação calamitosa* e o futuro dos filhos, sendo, provavelmente, auxiliados na escrita devido as dificuldades com a língua, ou em como deviam redigir às autoridades. É paradoxal que a *Constituição de 1937 adotava o critério de que o trabalho era dever de todos (Art. 136), o que implicava a desocupação ganhar estatuto de crime contra o próprio Estado*<sup>744</sup>; como se vê, valia apenas para os brasileiros.

À medida que empresas entravam na “lista negra”, demitiam-se funcionários e os substituíam por outros, brasileiros de nascimento. Em janeiro de 1943, o jornal *O Estado*, assim como *A Gazeta* em fevereiro, publicaram que a Empresa Força e Luz de Santa Catarina pedia permissão ao Ministério do Trabalho para demitir 24 funcionários, com a alegação de serem súditos do Eixo, embora nada tivesse contra eles<sup>745</sup>. Diz a nota que, com exceção de cinco que estavam presos, todos residiam há muito tempo no Brasil e trabalhavam já há muitos anos na Empresa: Carl Hautmann, 18 anos; Geraldo Dressler, 18 anos; Oscar Welse,

<sup>742</sup> Of. No 919. Informe de Cantídio Quintino Régis, Comandante Geral da Foça Policial, Florianópolis, ao Secretário da Segurança Pública, Florianópolis, em 02 de setembro de 1940. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/1940. APESC.

<sup>743</sup> Através da Constituição de 1937, o *Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça aos “interesses nacionais”*. SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. P. 266.

<sup>744</sup> GOMES, Angela de Castro (1999). Op. cit., p. 67.

<sup>745</sup> Jornal *O Estado*, 06/01/1942, e jornal *A Gazeta*, 23/02/1943. Pelo Decreto-lei Federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, no seu artigo 40º - *Só os brasileiros natos ou naturalizados poderão exercer funções ou cargos públicos ou empregos dos Estados ou dos municípios, ou de entidades por eles criadas ou mantidas (...)*, paragrafando que os estrangeiros deviam pedir a naturalização.

28 anos; João Brem, 20 anos de serviço. Em Joinville, também a Firma Arp e Cia. fez igual solicitação em janeiro, cujos nomes foram publicados: Friedrich August Dietrich, 12 anos; Erich Max Pitzold, 13 anos; Fernand Armim Max Gosse, todos por não falarem o português<sup>746</sup>. O Decreto-lei n. 4.638, de 31 de agosto de 1942, tornou facultativa a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações do Eixo, e, sendo *lícito a suspensão* de empregados, essas medidas eram legais<sup>747</sup>.

Se o tempo de serviço e a qualificação não lhes dava nenhuma segurança de continuarem nas funções, o medo do desemprego rondava estrangeiros e naturalizados, que via de regra tinham que deixar o litoral, afastando-se das relações e agravando ainda mais a situação econômica (são muitas as cartas nessa direção). Isso desestruturou muitas famílias e deixou homens, mulheres e crianças no mais completo abandono. Era essa a política de valorização da família apregoada pelo Estado Novo? Ora, se o Brasil era uma “grande família”, excluía-se os dramas particulares em nome do corpo/nação/pátria, na tentativa de incluir todos na grande marcha para o futuro<sup>748</sup>, muito embora essa política tivesse limites advindos dos embates e interesses ideológicos e econômicos. Se o Estado mostrava-se então soberano, abstrato, inatingível, esquadrinhador - lembro que eram pessoas a geri-lo, pessoas que disputavam idéias, relações, poderes, portanto, não homogêneo porque sujeito a interesses<sup>749</sup> -, a ideologia do trabalhismo era personificada no pai que presenteava os trabalhadores com realização nas área da política social<sup>750</sup>; tanto que a comemoração do Dia do Trabalho ocorreu pela primeira vez em 1º de Maio de 1938, quando Vargas anunciou a lei do salário mínimo e comprometeu-se, a partir de então, a presentear os trabalhadores nessa área<sup>751</sup>. De 1942 a 1945, Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, falou

<sup>746</sup> Jornal *O Estado*, 16/01/1943. Este jornal noticia, da data de 27/08/1942, conflitos no Rio de Janeiro ocorridos nas empresas da Brahma e Mesbla, e no dia seguinte, na Fábrica de Tecidos Corcovado, ambos para excluir súditos do Eixo. Em 09/12/1942, *O Estado* noticia que a S. A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo é autorizada a demitir um empregado de vários anos – Giovanni Payer – com a alegação de *que este professava ideologia contrária ao regime*.

<sup>747</sup> Decreto-lei n.4.638, de 31/08/1942 – Art. 1º – *Fica facultativo aos empregadores o direito de rescindir os contratos de trabalho com estrangeiros. Súditos(...); Art 2º – (...) é lícito a suspensão dos empregados. Art. 3º – (...) será pago indenização (...). Coleção de Leis de 1942. Volume III – abril a junho. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro:Imprensa Nacional,1942. APESC.*

<sup>748</sup> Conferir LENHARO, Alcir. (Capítulos Pátria como família e A nação em marcha). Op. cit.

<sup>749</sup> Michel Foucault mostra essa dispersão ou descentralidade do poder do Estado, as táticas dos governos que redefinem o tempo todo os limites, enfim, a própria governamentalidade. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Op. cit., p. 277-292.

<sup>750</sup> Sobre este assunto, ver GOMES, Angela de Castro(1988). Op.cit.

<sup>751</sup> De 1938 a 1945, em todos os discursos de 1º de Maio, Vargas relacionava uma iniciativa de seu governo na área da política social: o regulamento da lei do salário mínimo, e o decreto-lei relativo à isenção e impostos para habitações proletárias, em 1938; a criação da Justiça do Trabalho, em 1939; a fixação do salário mínimo, em 1940; a instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, juntamente com o lançamento da Campanha da Marcha para o Oeste; o anúncio do esforço da Batalha da Produção, em 1942, já no contexto do envolvimento

semanalmente aos “Trabalhadores do Brasil”, obviamente uma iniciativa de doutrinação no campo político<sup>752</sup>.

Com a declaração de guerra, *ficaram mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação*, incluindo-se aí a mobilização de trabalho humano<sup>753</sup>. Dessa forma, e através da Coordenação de Mobilização Econômica, o Estado extingue direitos dos trabalhadores e cobrou maior produção no “esforço de guerra” - de 1942 a 1944, vários decretos interferiram sobremaneira nas relações de trabalho<sup>754</sup>.

É no governo Vargas que a leis trabalhistas são efetivadas<sup>755</sup>, mesmo porque a questão social até o final dos anos vinte, não passara de leis esparsas; o salário mínimo exposto como justificativa em 1931, só entrou em vigor em 1940. Segundo os pressupostos burgueses, o trabalho é uma virtude, liberta o homem do mundo da natureza e lhe garante a condição de ser livre<sup>756</sup>; é privação, obrigação e renúncia, maldição na concepção mais clássica (“*ganharás o pão com o suor do teu rosto*”)<sup>757</sup>. Nos anos de 1930 e 1940, o trabalho retinha a idéia de virtude imbuída do liberalismo, onde ser cidadão era produzir riquezas, possuir carteira de trabalho e estar moralmente dentro da concepção dos direitos e deveres para com o Estado,

*brasileiro com a Segunda Guerra; a CLT, em 1943 e a nova Lei Orgânica da Previdência, em 1944. Idem, p. 255.*

<sup>752</sup> O discurso deste programa era então divulgado no dia seguinte, às sextas-feiras, no jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*. A partir de 1944, Marcondes passou a falar diariamente na *Rádio Mauá*, estação chamada “Rádio dos Trabalhadores”, que também emitia chamadas curtas nos horários de maior audiência sobre as leis que eram implantadas bem como dando explicações acessíveis ao público. *Ibidem*, p. 229 e seguintes.

<sup>753</sup> CARONE, Edgar. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. P. 206.

<sup>754</sup> Roney Cytrynowicz salienta um problema: as leis trabalhistas específicas promulgadas durante a guerra, ou a suspensão das já existentes, especialmente artigos da CLT, confundem-se com a historiografia que engloba os anos 1930-1945. O autor arrola algumas: Decreto-lei 4.637, de 31 de agosto de 1942, exigiu que reuniões de conselhos ou representantes só poderiam ser feitas com a autorização do Ministério do Trabalho; Decreto-lei 4.639, de 31 de agosto de 1942, revogou o limite à jornada de trabalho e autorizou, nas empresas de serviço público ou de interesse de produção à defesa nacional, o regime de dez horas com 20% de salário a mais; Decreto 4.868, de 23 de outubro de 1942, autorizou o adiamento das férias dos trabalhadores e facultou às empresas pagá-las em dinheiro nas atividades consideradas de defesa nacional; Decreto 5.516, de 24 de maio de 1943, proibia fundar entidades ou promover atividades aos trabalhadores; Decreto-lei 6.361, de 22 de março de 1944, alterou direitos da CLT enquanto durasse o estado de guerra para funcionários ferroviários, aumentando as horas trabalhadas. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). *Op. cit.* p. 199 e seguintes.

<sup>755</sup> O Decreto n. 21.186, de 22 de março de 1932, regula o horário de trabalho no Comércio em oito horas diárias e seis dias semanais; o Decreto no. 21.364, de 01 de maio de 1932, regula em oito horas semanais e seis dias semanais aos trabalho industrial; o Decreto no. 21.417, de 17 de maio de 1932, regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais; o Decreto no. 21.761, de 23 de agosto de 1932, institui a Convenção Coletiva de Trabalho; e, o Decreto no. 22.042, de 03 de novembro de 1932, estabelece as condições do trabalho de menores na indústria. COLLOR, Lindolfo. *Origens da legislação trabalhista brasileira*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1991. P. 260 a 278.

<sup>756</sup> Para Hannah Arendt, o trabalho é o mundo da vida ativa, atributo da condição humana, espaço da fronteira entre homem e natureza, entre a existência coletiva e individual; espaço que corresponde ao artificialismo: o trabalho, e seu produto, tem o caráter efêmero do tempo humano. Porém, é exigência da existência humana que o trabalho supra as necessidades. ARENDT, Hannah (1987). *Op. cit.*

numa relação contratual entre o presidente e o povo; um povo que devia amá-lo já que dele emanava a doação; o povo como coletivo abstrato, onde cada um devia dar sua parte para o progresso e engrandecimento da pátria, ou num contrato entre o povo e seu soberano<sup>758</sup>. Assim, as pessoas entendiam ser possível o contato direto com os governantes e por isso escreviam com tanta ênfase nas palavras ao “pai”, provedor que nada deixaria faltar a seus filhos. A colegial Maria C. Fracalazzi, em maio de 1942, escreveu no jornal da escola que o presidente sabe *satisfazer os desejos do povo*, pois foi *ele quem melhorou o trabalho, e aumentou o ordenado dos funcionários públicos, que não faz distinção entre o rico e o pobre, entre o preto e o branco, um dos mais grandiosos brasileiros*<sup>759</sup>.

Imbuída deste ideário, Amabilia Borges da Silveira escreveu ao Presidente da República, em 08 de julho de 1944, uma carta suplicante: seu marido era então intendente numa colônia de italianos e descendentes em Ascurra, convidado pelo prefeito *para fazer a vigilância contra os inimigos do Brasil (quinta-colunas)*, reclamando que o soldo do marido era de apenas *400 cruzeiros e tem uma família de oito pessoas, sendo que as duas últimas são gêmeas com 7 meses de idade, para as quais gastamos 45 litros de leite por mês*<sup>760</sup>. Porém, ela soube que não tinha direito ao abono de família, podendo inclusive perder o emprego se não pagasse uma fiança num prazo fixado para obter o abono. Assim, *considerando os predicados de Vossa Excelência, de homem justo e que tem sabido amparar classes menos favorecidas*, apelou ao *elevado espírito de justiça de que sois possuidor*, e o fez em seu nome e em nome de *todas as esposas de todos os intendentes deste Estado (...), fiéis colaboradores dos poderes competentes*. Amabilia condensou, nesta carta, a forma como se estabeleciam as relações do povo com o seu governo: a família, as crianças, o emprego, o salário, o abono deviam estar nas preocupações do presidente para com seus trabalhadores. As mulheres escreviam às autoridades, como também fez Maria Amorim Colônia, de Florianópolis, que *na qualidade de mãe e esposa extremosa implorou ao alto espírito filantrópico* de Getúlio

<sup>757</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. A bendita maldição do trabalho. In: *Revista Alcance*, n. 1, v.1. Itajaí: Univali, 1994. P. 51-62.

<sup>758</sup> Nas idéias de Rousseau, os homens renunciam a sua liberdade ao concordarem com um contrato, ou pacto social, através do qual deliberam ao soberano os poderes de legislar sobre toda a sociedade; são cidadãos enquanto partícipes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado. Muito embora esta seja a idéia de democracia, foi utilizada para forjar a cidadania na Era Vargas. Conferir WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

<sup>759</sup> *Jornal A Criança Brasileira*, 1º/05/1942. Florianópolis.

<sup>760</sup> Carta (cópia) de Amabilia Borges da Silveira, Ascurra, a Getúlio Vargas, Presidente da República, em 08 de junho de 1944. Tem carimbo da Secretaria da Presidência da República n. 25896/44. Anexa a encaminhamento da Presidência da República a Nereu Ramos, em 25 de julho de 1944. Ofícios Recebidos do Ministério da Justiça - 1944. Palácio do Governo. APESC.

Vargas que *como todo bom chefe de família* sensibilizar-se-ia com o fato de que seu esposo, o Tenente Otaviano Rômulo Colônia, fora preterido da promoção<sup>761</sup>.

Escrever cartas às autoridades não é novidade no Estado Novo e nem se esgota com ele; neste momento, homens e mulheres escreviam na qualidade de pais e mães/esposas, cujos filhos deviam se amparados. Cabia às mulheres assumirem o cargo de provedoras na ausência do pai, porquanto o espírito *justiceiro e filantrópico* do governo devia, na qualidade de *pai dos pobres*, prover os filhos da pátria. No discurso sobre a criança, o Estado Novo justificou a criação de um programa materno-infantil – Departamento Nacional da Criança, 1940 – voltado à saúde, à “*pureza da infância*”, à “*profilaxia do mal*” e educação homogênea, cabendo às mães (e, a nível institucional ao médico, a professora, ao prefeito e ao juiz) o dever de manter e edificar a família, discurso que *reelaborou toda uma simbologia inscrita na mentalidade coletiva*. Tornando a criança *o centro da política*, incluiu as mulheres no papel de mães afetivas, excluindo-as da imagem de trabalhadoras<sup>762</sup>. Era, enfim, um tempo e um lugar de mães e filhos a serem cuidados pelo Estado, daí as cartas e as tentativas de clemência às situações que envolviam os pequenos *filhos da pátria*.

O esquadramento para com os funcionários de empresas públicas e privadas que fossem de origem estrangeira<sup>763</sup> ocorreu de forma bastante minuciosa, como aconteceu com funcionários das empresas Hoepcke, quando a Companhia de Navegação Carl Hoepcke (Florianópolis) bem como a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Joinville), sofreram intervenção federal<sup>764</sup>. Mas outras empresas também foram alvo de inspeção: em janeiro de 1941, Jayme Ormino de Carvalho, Chefe da 16ª Circunscrição de Recrutamento (Florianópolis), respondeu a Nereu Ramos, em caráter reservado, informando o número e a origem de *chouffeurs* existentes na Auto Viação Catarinense (empresa de ônibus), dizendo

<sup>761</sup> Carta de Maria Amorim Colônia, Florianópolis, a Getúlio Vargas, Presidente da República, Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1944. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC. Em 15 de junho de 1939, Amanda Heidt, residente em Saudades – Distrito de São Carlos, Chapecó - escreveu ao Secretário da Segurança Pública do Estado contando que seu esposo, Guilherme Artur Heidt, fora assassinado no cargo de Inspetor de Quarteirão, deixando sete filhos na orfanidade e todos abaixo de 8 anos, solicitando auxílio, pois, *sem recurso de vida (...) para salvar-nos da miséria que estamos prevendo*, invocando ao seu espírito humanitário. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1939. Palácio do Governo. APESC.

<sup>762</sup> PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 38 – Identidades/Alteridades. São Paulo: ANPUH; Humanitas, 1999. P. 196, principalmente.

<sup>763</sup> No início do governo de Vargas, pelo Decreto no. 20.291, de 12 de agosto de 1931, art. 1º, as empresas deviam ter pelo menos dois terços de brasileiros natos nos quadros. No Art. 7º, em caso de necessitar reduzir o número de trabalhadores, a dispensa devia ser de preferência aos estrangeiros. COLLOR, Lindolfo. Op. cit., p. 232 e 233.

<sup>764</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. (2000). Op. cit., p. 176.

constar 8 alemães natos e 3 húngaros brasileiros, 25 com sobrenomes alemães<sup>765</sup> (lembro que em 1935, a Auto Viação Catarinense fez o transporte de Integralistas para Florianópolis, e gratuitamente!<sup>766</sup>).

Em 1942, mês de setembro, Heitor Blum, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, enviou informações a Nereu Ramos (mediante anterior solicitação) sobre a nacionalidade dos contratantes dos serviços de Força e Luz e telefone do município de Cruzeiro (Joaçaba), bem como *a relação de parentes que possam ter com os súditos do “Eixo”*<sup>767</sup>. Noto que são informações solicitadas pela interventoria estadual, e não se sabe se tais investigações resultaram em demissões ou exonerações, sendo provável que sim.

Exonerações de funcionários públicos e/ou com cargos políticos<sup>768</sup> foram uma prática daqueles anos: Segundo Dalla Costa foi exonerado do cargo de Prefeito Municipal de Concórdia, em fevereiro de 1940 (era prefeito desde 4 de abril de 1939), recebendo então os vencimentos devidos<sup>769</sup>. Muitos professores foram demitidos<sup>770</sup>, ou exonerados, desde 1936 até o final da guerra, sendo que aparecem no *Diário Oficial* os nomes<sup>771</sup>, e por vezes as substituições (nem todos eram por motivo de segurança nacional, mas observando os locais e nomes, nota-se que uma parcela significativa o foi). Exonerações<sup>772</sup> são uma prática nos serviços públicos, entretanto, naquele momento tinham conotação política, delatados como “quinta-colunas”.

Como já vimos anteriormente, as denúncias eram muitas e por diferentes motivos, porém, em se tratando de trabalho, havia um imperativo: estrangeiros empregados estavam

<sup>765</sup> Informe (Reservado) de Jayme Ormino de Carvalho, Tenente Coronel Chefe da 16ª Circunscrição de Recrutamento, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 27 de novembro de 1941. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>766</sup> Informação do historiador Luiz Felipe Falcão, a partir de nota no *Blumenauer Zeitung*.

<sup>767</sup> Ofício de Heitor Blumm, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, ao Interventor Nereu Ramos, em 9 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos dos Departamentos Autônomos 1941/1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>768</sup> Os integralistas eleitos nas eleições realizadas em 03 de março de 1936 foram todos exonerados nos primeiros dias que se seguiram ao golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

<sup>769</sup> Informe (Reservado) de Ormuz Jardim dos Santos, Tenente Coronel Chefe da 10ª Circunscrição Militar, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 17 de fevereiro de 1940. Acompanha telegrama do Prefeito Interino de Concórdia, Mario Ramos, informando o total de vencimentos – dez contos, trezentos e quarenta e dois mil e novecentos réis, em 19 de fevereiro de 1940. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC. Em 05 de junho de 1940, o mesmo Tenente solicita ao Interventor Nereu Ramos que envie o processo sobre averiguações do Serviço Militar do civil Segundo Dalla Costa, ex-prefeito de Concórdia. Ofícios... Idem.

<sup>770</sup> Em abril de 1942, o professor Sebastião Kermmers da escola Santa Filomena, em São José, foi demitido por falar e rezar em alemão, notícia o jornal *A Gazeta*, 01/04/1942. Elizabeth Canceli mostra que vários professores foram exonerados no Maranhão. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 144-145.

<sup>771</sup> A partir de julho de 1942, houve um aumento significativo de exonerações, principalmente de professores, divulgadas no *Diário Oficial do Estado*, de todas as regiões do Estado.

<sup>772</sup> Exonerar significa destituir do emprego, o mesmo que demitir; porém, pode ser o ato de desobrigar alguém ao compromisso ou ao cargo que ocupa, dispensá-lo das funções.

ocupando lugares almeçados por brasileiros. Em setembro de 1943, João de Oliveira Silva escreveu de Brusque ao General da 5ª Região Militar (Curitiba), relatando o tratamento que *diversas firmas industriais vêm dispensando a certos estrangeiros, digo alemães exercendo cargos, os quais não dispõem de documentos legais*. Denunciou o alemão João Baques, então Fiscal Construtor Engenheiro na Firma Renaux, de *exercer influência na firma e outras construções particulares, e além de boicotar-nos diariamente com as influências quem sabe da “quinta-coluna”, tirando assim nossos direitos como brasileiros construtores licenciados de acordo com a lei em vigor*, e que este engenheiro exercia influência sobre as autoridades locais<sup>773</sup>. Nestas denúncias, mais que o “espírito patriótico” dos delatores, havia revanchismos e disputas. Na data de 11 de setembro de 1942, o prefeito de Urussanga, Zeferino Búrigo, enviou ofício a Nereu Ramos (em resposta à solicitação) informando que dentre os nomes propostos para constituírem a Comissão Administrativa do Hospital daquela cidade, *um é estrangeiro, circunstância que não foi prevista na ocasião. É ele o cônego Luiz Gilli, propondo outro nome (Torquato Tasso) para a comissão*<sup>774</sup>. Dois dias depois, 14 de setembro, o mesmo Cônego Luiz Gilli celebrou missa solene numa festa cívico-religiosa *concitando a todos (...) a cumprirem religiosamente seus deveres para com a Pátria!*<sup>775</sup> Ora, coisas do momento – com que sentimentos o Cônego experimentou esta circunstância?

Por outro lado, havia a solidariedade da comunidade em casos<sup>776</sup> específicos: um abaixo-assinado enviado a Nereu Ramos pelos moradores de Boa Vista, distrito de Tijucas, em 10 de junho de 1941, solicita que *seja despronunciado um processo que está envolvido por calúnias e falsos profetas, o nosso amigo snr. Alberto Piazza, que vinha de longos anos servindo honrosamente no ministério Policial deste distrito*. São aproximadamente 20 assinaturas de alemães, 36 de italianos e 37 de brasileiros, contados os sobrenomes que compõem o documento<sup>777</sup>. É possível que houvesse interesses na manutenção do policial na comunidade, já que a maioria dos assinantes eram de origem/descendência alemã e italiana; ou então que tenha sido denunciado justamente por favorecer ou manter a ordem de forma

<sup>773</sup> Carta de João de Oliveira Silva, Brusque, ao General Comandante da 5ª região Militar, Curitiba, em 22 de setembro de 1943. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>774</sup> Ofício de Zeferino Búrigo, Prefeito de Urussanga, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, em 11 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. de 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>775</sup> Ofício de Zeferino Búrigo, Prefeito Municipal de Urussanga, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, em 14 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. APESC.

<sup>776</sup> Do distrito de Lebon Legis, município de Curitiba, com 19 assinaturas (16 de com sobrenomes brasileiros), um abaixo-assinado foi enviado ao Interventor Nereu Ramos, no dia 10 de setembro de 1942 – solicitaram a promoção de José João Pacheco de cabo para soldado. Noto que o momento permitia esse tipo de pedidos. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>777</sup> Abaixo-assinado de moradores do distrito de Boa Vista, Município de Tijucas, ao Interventor Nereu Ramos, em 10 de junho de 1941. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1941. Palácio do Governo. APESC.

menos brutal para com os compatriotas italianos. Numa outra carta, enviada a Nereu Ramos, em 30 de abril de 1939, contei 612 abaixo-assinados do distrito de Encruzilhada, sendo a maioria de italianos/descendentes, onde apresentavam o nome de Faustino Fiamoncini para substituir o prefeito de Timbó, *Walter Muller que pediu ou vai pedir sua exoneração do cargo*<sup>778</sup>. Parece compreensível que moradores de uma comunidade cuja maioria era descendente de italianos, intervissem em favor de um italiano.

É possível afirmar que a demissão foi outro fantasma nas relações da guerra. Perder o emprego significa, em qualquer tempo, ficar destituído do meio de sobrevivência; no caso dos estrangeiros, o drama familiar era maior, haja vista a obrigatoriedade do afastamento do lugar de moradia, além de que dificilmente seria admitido em outra empresa, acentuando os problemas. As cartas mostram que as palavras deviam ser comedidas e cuidadosamente elaboradas para “tocar” no coração do presidente, provocar a benevolência e conseguir clemência para situações em que pulsavam dor, medo, insegurança, e onde os *filhos da pátria* não deviam ser esquecidos.

### **Apreensões, extorsões, desapropriações**

Próspero Reiser era então um jovem professor estadual (21 anos) exercendo suas atividades em Benedito Novo (Rodeio), quando disse ter sido convidado para ouvir rádio na casa do alemão Hubert Schaps. Ali chegando, viu uma bandeira alemã com a cruz gamada de mais de um metro de comprimento; também viu, na casa de Mater Rings, uma mesa enfeitada de flores e sobre a mesma uma fotografia de Adolf Hitler, mas sabia que nem a bandeira e nem a foto foram apreendidas na última diligência feita pela polícia àquelas bandas, mais precisamente na Colônia Heimat, naquele mês de agosto de 1942. O denunciante depreendia que o fato do desaparecimento da bandeira e da foto tivesse relação com uma conversa que ouviu na casa comercial de Germano Hoffschulte, onde palestravam o alemão Carlos Roess com o Escrivão de Paz, Tercilio Murara, ocasião em que este teria declarado publicamente que as armas naquela região não foram apreendidas porque ele recomendara a Carlos Groni

<sup>778</sup> Abaixo-assinado de moradores da comunidade de Encruzilhada, distrito de Timbó, a Nereu Ramos, em 30 de abril de 1939. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1939. Palácio do Governo. APESC.

que avisasse<sup>779</sup> aos colonos que haveria diligência e, porquanto, que escondessem todo o material de propaganda nazista e integralista, bem como as armas que possuíam.

Este relato consta do processo crime instaurado no mês de abril de 1943 no Tribunal de Segurança Nacional, contra Tercilio Murara e Germano Mueller<sup>780</sup>, cujos depoimentos de testemunhas se contradizem. Mater Rings disse que Hubert Schaps era o único alemão nazista do lugar; Jorge Schutz Junior disse que foi Murara o mandante para esconderem o material; Carlos Groni disse que sim, mandou avisar os conhecidos da apreensão; Walter Mueller negou que tenham avisado; Georg Schult disse que os acusados eram súditos do Eixo e proprietários de armas; e Tercilio Murara, bem, disse que as acusações eram falsas e que *sempre fez diligências para busca de armas* sem jamais cobrar este trabalho do Estado (como Escrivão de Paz, não era sua função). Murara o *fazia a serviço da pátria*, mas sabia que existiam disputas pelo cargo de professor do lugar e *inimizades resultantes de fatos políticos* por parte de Carlos Groni, súdito do Eixo e integralista, pai da namorada de Próspero Raiser. Este processo foi arquivado ainda em abril de 1943, constando do relatório que o caso não passava de *mera vingança entre denunciante integralistas, uns às claras e outros às escuras, e visando resolver velhos desafetos políticos do tempo do Integralismo, quando o escrivão foi obrigado a pedir garantia de vida, e Próspero Raiser visava apoderar-se do Cartório*, depois de investigado o passado político de cada um dos envolvidos.

Este processo confirma o que já vem sendo mostrado, ou seja, pendengas pessoais e desafetos políticos acabavam no Tribunal, e, neste caso, envolvendo o Escrivão de Paz numa possível calúnia arquitetada para obter ganhos e cargos. Apreensões de armas não era uma novidade, porém, a proibição aos estrangeiros e descendentes de possuí-las justificava o ato da apreensão. No relatório da viagem de inspeção ao Estado de Santa Catarina, em abril de 1943, o General da 5ª Região Militar José Agostinho dos Santos, além de apontar *falhas e senões* no Estado - que disse apresentar *a maior densidade de população de origem germânica e quistos raciais*, propício a atos de sabotagem -, aconselhou como medida de *elementar prudência a apreensão de todo armamento pertencente às antigas sociedades de atiradores alemães e sua imediata remoção para lugar seguro*, ao que seria necessário *realizar severa busca nas propriedades dos cidadãos francamente simpatizantes do Eixo, de*

<sup>779</sup> Vários depoimentos dizem que, ao terem conhecimento de que haveria diligência, avisavam os vizinhos e a notícia corria; estabeleciam-se redes - ... *quando vinha a repressão na cidade, batia lá também* (em Limeira, Brusque). *Era tudo avisado, tudo escondido, tudo! Não falava-se mais... (...) todos ficavam com medo porque diziam "Ah, em casa, quem tem essas coisas, vão botar na cadeia! E o velho Maneca tirou, arreventou tudo e botou fora, com medo (...)*, recorda Victor Bertolini sobre a repressão aos integralistas. BERTOLINI, Victor, 72 anos. Depoimento concedido em 1996, Limeira, Brusque. Concedido a Honório Bertolini, a quem agradeço.

*forma a mantê-los todos desarmados*<sup>781</sup>. Desta sugestão, disse serem duas as vantagens daí decorrentes:

1°. A diminuição dos meios à disposição dos possíveis sabotadores; 2°. A obtenção de algum armamento que poderia ser muito bem aproveitado na guarda e na vigilância do litoral e de certos pontos sensíveis do interior, tais como obras d'arte de certo vulto, entroncamentos importantes de estradas de ferro ou de rodagem, usinas geradoras de energia elétrica, etc.

Não havia dúvidas quanto a vantagem para a polícia em utilizar os armamentos recolhidos dos civis, fato que efetivamente ocorreu. O militar acrescentou estar informado de que nas cidade de Indaial e São Bento, o armamento ainda estava sob a guarda de civis, *alemães de nascimento ou de origem e que, em virtude de ideologias políticas que propagam, mais do que suspeitos se tornam*. No relato, foi propondo sugestões de execuções e medidas ante as informações que disse serem *fidedignas*, de que *será ensaiado entre nós um vasto programa de sabotagens*, e, como as forças do exército não eram suficientes para se disporem em cordão ao longo das vias de transporte, fazia-se necessário que fossem guardados e vigiados os pontos críticos de passagem obrigatória, tarefa esta que *poderia ser posta em prática pelas autoridades estaduais, com o concurso de elementos da população civil, reconhecidamente diligentes e patriotas*. Mas, de que fontes *fidedignas* falava? No clima de guerra, a idéia de sabotagem era constantemente veiculada visando instigar a população ao delato e justificar as apreensões. Aliás, a imprensa noticiava com insistência apreensões, planos de sabotagens, traição à pátria e espionagem pelo país e no Estado<sup>782</sup>.

Mais contundente, o militar-inspetor sugeriu que os prefeitos locais, em conjunto com a força policial ou com os oficiais da guarnições federais, fizessem *um levantamento de todos os pontos sensíveis que exigem vigilância atenta e permanente*; além disso, que se distribuíssem vigilantes, selecionados *entre os cidadãos que patriótica e voluntariamente se apresentassem* para desta forma assegurar vigilância completa. Em períodos de calma, seriam feitas inspeções ou vistorias em horas descontraídas do dia ou da noite, assim como em momentos de crise, vigilância permanente com revezamento de responsáveis. Dessa

<sup>780</sup> Processo crime n. 3.437 – Tercilio Murara e outro (Germano Mueller). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>781</sup> Ministério da Guerra. Estado Maior. Of. No. 71 –B/S. Relatório de Inspeção ao Estado de Santa Catarina, realizado pelo General José Agostinho dos Santos, Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Interventor Federal de Santa Catarina, em 26 de abril de 1943. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1942/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>782</sup> Principalmente a partir de 1942, agosto, os jornais de circulação estadual reproduziam notícias de jornais de circulação nacional, ou da capital do país, informando planos de sabotagens e redes de espionagem descobertos pela polícia política. No Jornal *A Gazeta*, por exemplo, na data de 23/2/1943, trazia amplo noticiário sobre a

forma, o *armamento apreendido pelo Estado poderia ser distribuído aos chefes de grupos que seriam responsabilizados pela guarda e conservação, sob a superior fiscalização dos prefeitos locais*. Foi, como se pode perceber, estratégia de controle, utilizando a população e suas próprias armas nos *pontos sensíveis* possíveis de invasão e sabotagem<sup>783</sup>.

É tranquilo supor que muitos delegados e policiais colocassem em prática tais sugestões e se aproveitassem para extorquir algum dinheiro e/ou apropriar-se de armas. Por exemplo, em junho de 1942, o prefeito de Hamônia, Rodolpho Koffke levou ao conhecimento de Nereu Ramos que o cabo Brasil apreendeu de André (Andreas) Schwarz<sup>784</sup>, no distrito de Gustavo Richard (Hamônia), uma arma Geco, calibre 5,4 no valor de 800\$000 aproximadamente, vendendo-a em seguida a Celso Moura, por 200\$000. Ainda, informou que foi apreendido um revólver calibre 32, no distrito de Getúlio Vargas, e que estava sendo usada pelo delegado local, e que o soldado Lourenço havia praticado diversos furtos desta ordem<sup>785</sup>. É evidente que o prefeito estava delatando policiais, mas, que medidas teriam sido tomadas?

Possuir armas era, para os imigrantes e colonos, uma necessidade de defesa pessoal (ataques de animais, índios) e sobrevivência com a caça. Obviamente, nem todos possuíam porte de arma e muitos colonos as tinham de herança ou trazidas d'além mar; eram objetos preciosos e úteis e serviam também para divertimento, já que as utilizavam nos torneios de caça e tiro. Até janeiro de 1942, não era proibido possuir arma pessoal, desde que com o devido registro de porte<sup>786</sup>, porém, com o rompimento de relações com o Eixo, a Secretaria de Segurança Pública fez publicar Edital declarando *cassadas as licenças para porte de armas e registros de posse que tenham sido concedidas aos súditos do "eixo"*, além de serem consideradas sem efeito as licença anteriores, tanto para posse quanto para o comércio de

---

prisão de espões no Rio de Janeiro, inclusive com a colaboração de um ex-delegado do DOPS e até um procurador do TSN. P. 8.

<sup>783</sup> Conforme reportagem recente, documentos inéditos do DOPS revelam que a presença alemã no Brasil, além da espionagem, teve intensa ação de sabotadores nazistas, acentuada com o rompimento das relações com os países do Eixo. Num documento, a revelação de Georg Blass, preso em 1943, confessando que havia um plano dos alemães para explodir a Usina de Cubatão. Em 1945, 47 espões alemães estavam presos no Brasil. DIEGUES, Consuelo. Casablanca tropical. *Revista Veja*, 7/02/2001. P. 45.

<sup>784</sup> Andreas Schwaz foi incriminado no Tribunal de Segurança Nacional por permitir o uso do idioma alemão na sua casa comercial e fazer reuniões eixistas, em junho de 1943 – processo visto anteriormente.

<sup>785</sup> Ofício de Rodolpho Koffke, Prefeito Municipal de Hamônia, ao Interventor Nereu Ramos, em 12 de junho de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Mai/jun. – 1942. APESC. Os portos eram vigiados desde antes de declarada a guerra. Em 09 de junho de 1939, Raymundo Sampaio, General Comandante da 5ª Região Militar enviou ao Interventor Nereu Ramos um pedido de fiscalização nos portos de Laguna e Imbituba para que não entrasse material bélico no país. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>786</sup> Com a declaração de guerra, e por determinação do Ministro da Justiça, foi proibida a posse de qualquer arma de fogo aos ditos "súditos do Eixo". O jornal *A Gazeta*, ainda em 20/01/1940, publicou um Edital da Secretaria de Segurança Pública/DOPS, onde diz que todos devem registrar as armas, quem não o fizer será preso; se a arma for de guerra, deve ser entregue imediatamente à força policial.

armas, munições e explosivos, obrigando a entrega, nas Delegacias, de quaisquer armas no prazo de 15 dias<sup>787</sup>. Conforme o Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, entre janeiro de 1942 e janeiro de 1943, foram apreendidas, no Estado, 1.654 armas de diversos calibres, munições, balas e pólvora<sup>788</sup>.

No *Diário Oficial* publicavam-se notas do Serviço de Fiscalização de Armas e Munições/DOPS, sendo que nos anos de guerra chama a atenção o número de requerimentos de registros e porte de armas por civis, homens, na grande maioria com nomes estrangeiros (alemães, italianos, poloneses e russos) de comunidades e municípios do interior do Estado (Porto União, Canoinhas, Campos Novos, Lages, Joaçaba, Ibirama, Rio do Sul, Hamônia, etc.) e alguns de Florianópolis. Houve deferimentos e indeferimentos, mas também casos como estes: João Aurich, de Ibirama, recebeu o despacho *requiera na forma da lei*; Paulo T. Posito, de Florianópolis, *Aguarde oportunidade, pois as armas estão sendo utilizadas em serviços relacionados com a segurança pública*<sup>789</sup>.

Qualquer denúncia que envolvesse armas era imediatamente averiguada e o proprietário detido, como ocorreu a Francisco Lorenzi, italiano de 59 anos, lavrador e morador de Novo Horizonte (Orleans). Denunciado, teve sua residência vasculhada em busca de armas, sendo encontradas, dentro de uma mala *oculta cheia de roupas velhas*, uma Winchester, uma espingarda, uma pistola de fogo, uma Mauser, cartuchos carregados e os livros *A palavra e o pensamento Integralista*, o *Hino do Sigma* e o *Manifesto de Plínio Salgado*, conforme Portaria do delegado de Orleans, Antonio da Silva Pascal, expedida dia 30 de agosto de 1942 e anexa ao processo crime aberto no Tribunal de Segurança Nacional, em fevereiro de 1943<sup>790</sup>. As testemunhas José Cardoso Filho, João Geremias, Alfredo Westphal, Manoel Lima da Luz, Machado Bittencourt e Nelson de Souza Siqueira confirmaram a ligação de Lorenzi com o integralismo, porém não sabiam se este continuava adepto. Inquirido, Lorenzo contou uma história para a compra das armas e dos livros; sobre a *Mauser*, *comprou quando sua senhora estava em Treviso no hospital e era muito mato, não quis viajar desarmado*, isso 1912. Os defensores Osvaldo Araes Horn e José Ollse argumentaram o mau

<sup>787</sup>Edital de 29/01/1942, incluso no Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Raton, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.

<sup>788</sup> Idem. Consta do Relatório: Apreendidas 769 balas de espingarda, 113 balas de pistola automática, 213 balas de revólver, 2.350 gramas de pólvora, 9.300 gramas de chumbo, 300 espoletas e 700 cartuchos.

<sup>789</sup> Estes casos estão no *Diário Oficial do Estado*, em 11/12/1944. P.1. Noto que, em 1944, aparecem mais estes requerimentos. Um lembrete aparece invariavelmente no *Diário Oficial*: *Não deixe de registrar sua arma pois evitará incômodos perfeitamente desnecessários*.

<sup>790</sup> Processo crime n. 3.107 (Apelação n. 1.442) – Francisco Lorenzi. Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

estado das armas, usadas apenas para defesa, portanto, não integrava figura delituosa, argumento que os juizes do Tribunal de Segurança Nacional aceitaram; mandaram apreender as armas e os livros e, absolveram o acusado - era então 3 de maio de 1943 -, depois de nove meses detido.

Existem outras denúncias, como a que foi feita contra Fiovo Minatto (Criciúma), em cuja residência, após rigorosa busca *nos cantos e móveis, encontraram debaixo de um pelego em um paiol nos fundos*, uma *Parambellum* e cartuchos. Este caso envolveu Pedro Guglielmi (Içara/Vila Nova) e Otavio Morais<sup>791</sup>. Teve o caso de Domingos Lunelli (de Rio Feno, distrito de Gustavo Richard, Hamônia), com quem estava guardada em casa uma *Parambellum*, em perfeito estado, com 13 balas, pertencente ao Exército Nacional Brasileiro, onde testemunharam Orestes Meneguelli e Luiz Pandini<sup>792</sup>. Outro caso envolveu Adolar Schwarz, Carlos Jansen, Emilio Stok Junior, Germano F. Stan – residentes em São Francisco, em cujas residências foram encontradas não armas, mas revistas velhas em alemão, um binóculo, latas de gasolina<sup>793</sup> - todos foram incriminados no Tribunal de Segurança Nacional. Apreendidas as armas, foram arquivados os processos – já era final de 1944. Vemos que a polícia estava atenta a qualquer indício de que algum tipo de material nazista, integralista, ou fascista, poderia estar sendo produzido ou divulgado - fotografias, panfletos, livros, bandeiras, etc. Esta estava respaldada pelo decreto-lei de 1938, que vedava atividades políticas a estrangeiros<sup>794</sup>.

Era mês de setembro de 1944, dia 26, quando Clarinda Neumann, de Rio do Sul, dirigiu uma carta ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Na carta, disse ser doméstica, brasileira, viúva de poucos meses, sendo que o marido *nunca aceitou nem se conformou com a situação criada na Europa pelo Nazismo*, tanto que ele *considerava-se austríaco e não alemão*. Mas, com a declaração de guerra, a polícia apreendeu duas espingardas de caça de sua propriedade – *espingarda marca Böhlerstrhl, fabricação alemã, calibre 16,9, 2 canos, e marca Aço Especial, fabricação belga*, ambas com número de registro. Com o falecimento do marido e desejando inventariar os bens, requereu a devolução das armas ao Delegado de

<sup>791</sup> Processo crime n. 5.874 – Fiovo Minatto e outros (Pedro Guglielmi e Otavio Morais). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>792</sup> Processo crime n. 3.816 – Domingos Lunelli. Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

<sup>793</sup> Processo crime n. 5.725 – Adolar Schwarz e Outros (Carlos Jansen, Emilio Stok Junior, Germano Augusto Frederico Stan). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

<sup>794</sup> Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938. Legislação Federal. Ver ANEXO V.

Ordem Política e Social, recebendo o despacho *Dirija-se a quem de direito*<sup>795</sup>. Argumentou que, sendo brasileira, nada impedia que ficasse com a guarda e posse das duas espingardas, solicitando ao Ministro que ordenasse a Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina que as entregasse para que fossem inventariadas e partilhadas. Bem, não sabemos se foi atendida, mas, ao que tudo indica, “perderam-se” nas mãos de policias ou amontoaram-se e acabaram em fundos de delegacias, já gastas. No depoimento de Hanz Schroeder, *as espingardas foram requisitadas (...) e algumas foram devolvidas depois, mas não pelo Batalhão, mas pela polícia... em Rio do Sul*<sup>796</sup>.

Uma pista para o destino das armas aparece neste documento: era 17 de novembro de 1945, já finda a guerra, quando o Diretor da Penitenciária do Estado, Rubens Ramos, encaminhou a Ivens de Araújo, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, um ofício com o seguinte teor:

1 - Está sendo divulgado um edital da DOPS no qual se determina que todas as armas recebidas daquela delegacia sejam a ela devolvidas dentro de um prazo fixado. 2. Esta penitenciária, há alguns anos, tinha para casos de emergência, uma guarda externa, integrada por 24 praças e um sargento da Força Policial do Estado. 3. Esta direção, de acordo com exigências da moderna penologia, promoveu a dispensa dessa guarda militar (...). 4. Prevenindo-se, todavia, para emergências de indisciplina (...) providenciou-se à época da dispensa da guarda militar a obtenção de algumas armas para a guarda civil. 5. Ante o exposto, não pode esta direção concordar com a devolução imediata dessas armas, que lhe foram cedidas pela DOPS, sem outra providência acauteladora, que possibilite a esta direção condições e garantias para manutenção da ordem nos já mencionados casos de emergência<sup>797</sup>.

Bem, essas palavras deixam claro que nada estava claro: muitas armas sumiram. A apreensão de armas foi feita com base na lei – aos “súditos do Eixo” foi proibido o uso e guarda de armas após a declaração de guerra -, e se fazia ou através de diligências de “assalto”, ou em caso de denúncias. Os militares Antonio de Lara Ribas e João Kuehne, responsáveis pelas ações da repressão no Estado, organizaram uma *Exposição de Material Nazista*, apreendido em Santa Catarina desde o início da campanha de nacionalização, exposta

<sup>795</sup> Carta (cópia) de Clarinda Neumann, Rio do Sul, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1944. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC. O despacho foi publicado no *Diário Oficial do Estado*, em 15/09/1944.

<sup>796</sup> SCHROEDER, Hanz. Entrevista citada.

<sup>797</sup> Gab.1134. Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária do Estado, a Ivens de Araújo, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 17 de novembro de 1945. Recebidos da Penitenciária do Estado – Jan/dez. 1945. IJ/E/S. APESC. Há uma carta de Romeu Boiteux Piazza, Nova Trento, encaminhada ao Ministério da Guerra, em março de 1946, onde reclama que o prefeito local, José Burgonovo, o perseguia agindo aos modos da *Gestapo* impedindo-o de revalidar o Registro Sumário de Venda de Armas e Munições, deduzindo que *não passa de perseguição política (...)*, interrogado-se se este gesto *é fascismo ou democracia? Por que então lutamos contra Hitler e seus satélites? Por que então enterramos em Pistóia nossos irmãos? Foi pela*

ao público de Florianópolis, em 27 julho de 1942<sup>798</sup> onde se expunham fotografias dos mais variados objetos apreendidos, sobressaindo-se as armas de diversas formas e tamanhos. Lembro que na construção do imaginário, essa exposição alimentou medo e fascínio. Emiliana B. Silva era jovem na época; visitou a exposição por curiosidade e conta que levou um susto – *Eu nunca tinha visto tanta arma junta!!! Um perigo, um perigo essa gente!*, disse-me com ênfase<sup>799</sup>. Perigo remete a medo. *De que se tem medo?*, pergunta Chauí; *Da morte, sempre foi a resposta, e de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la*<sup>800</sup>, argumenta. Se as imagens de armas revelaram *um perigo* para Emiliana, foi também o olhar para a exposição que instigou o tema da redação do aluno José Hamilton (1º ano), do Grupo Escolar “Lauro Muller”. Escreveu:

Exposição de Material de Propaganda Nazista.

No dia 28 de julho, à tarde, o nosso Diretor, sr. Sálvio Oliveira, levou-nos à Secretaria de Ordem Política e Social para vermos a exposição de utensílios de propaganda nazista. Existiam aí: bandeira de seda, de um lado alemão e do outro lado brasileira; o busto de Hitler feito à canivete; um depósito para selos em forma de tanque de guerra, tendo em cima a bandeira alemã; alguns quadros feitos com asas de borboleta. Havia, ainda, retratos de Hitler; condecorações com o distintivo alemão; livros, jomais, dicionários, revistas e álbuns; livros escolares ensinando o alemão; aparelhos rádio-transmissor e máquinas de cinema. Encontravam-se também muitas armas alemãs; um canhão de fogo, espingardas, revólveres, pistolas. Visitamos também o presídio onde se encontravam muitos alemães presos<sup>801</sup>.

Imagens que falam por si. Como os alunos as representaram? Como entenderam a visita a uma prisão política de alemães? O que disseram aos pais sobre esta experiência? Por que a direção da escola autorizou a publicação desta redação e nenhuma que continha o significado do olhar? É justamente na apreensão do olhar que os militares pensaram ao montar a exposição, dispendo, em série, os objetos apreendidos, tornando-os mais visíveis. Vistos, formariam opiniões; fotografados, seriam divulgados. Não se pode esquecer que *a fotografia é uma redução de um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num*

---

*democracia ou pelo fascismo?* Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra - 1945/1952. Palácio do Governo. APESC.

<sup>798</sup> Jornal *O Estado*, 27/07/1942. P. 1. No convite para a exposição, assinado por João Kuehne, Comandante de Polícia, Chefe do Serviço de Ordem Política e Social, da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, numa face está uma fotografia com o material exposto – *Aspecto Parcial do Material* - e, noutra face, a frase: “*Procurando solapar os alicerces da nossa terra imortal, cuja história é um feixe de glórias imorredouras, os déspotas e os tiranos nazis foram esmagados pelo acendrado patriotismo do nosso povo, amante da liberdade*”. (não dá o crédito). Acervo da família Kuehne, Florianópolis.

<sup>799</sup> SILVA, Emiliana B., 74 anos. Depoimento concedido em 29 de julho de 200. Estreito, Florianópolis.

<sup>800</sup> CHAUI, Marilena. Sobre o medo. Op. cit., p. 36.

<sup>801</sup> Jornal *A Criança Brasileira*, 12/11/1942. Órgão mensal do Grupo Escolar “Lauro Muller”. Florianópolis. Existem, no *Museu das Armas* – localizado ao pé da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis – algumas destas armas apreendidas durante a campanha de nacionalização em Santa Catarina.

*determinado instante*<sup>802</sup>, portanto, as fotografias do material apreendido, publicadas exaustivamente na imprensa local, regional e nacional, devem ser lidas como reveladoras da ideologia, ou uma exposição montada de modo a permitir interferências nos sentidos das pessoas, instar ao medo, ao subjetivo e/ou susto.

Esta exposição *museu*, montada nas dependências da Delegacia de Ordem Política e Social, teve ampla cobertura da imprensa estadual e nacional. O jornal *A Noite* (Rio de Janeiro) enunciou que *milhares de pessoas* visitavam *diariamente* este *repositório* de materiais do Reich, cujo *sentido é criar quistos raciais no Brasil*. A *exposição*, diz a nota, *consta de um exemplar apenas de cada documento, símbolo, bandeira, dística, etc*, apreendidos desde 1937, tendo *sido destruído cerca de 18 caminhões de material em duplicata*, mostrando, de um lado, as atividades dos inimigos da Pátria, de outro, o *trabalho afanoso e prudente* das autoridades de Santa Catarina<sup>803</sup>. A mesma exposição foi levada para o Rio de Janeiro pela *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, em julho de 1943 e, em agosto, para São Paulo, *pela Liga de Defesa Nacional e Sociedade Amigos da América*<sup>804</sup>, o que rendeu elogios rasgados à obra nacionalizadora de Nereu Ramos na imprensa nacional, publicando fotografias de capa e chamadas em letras garrafais – claro, reproduzidos exaustivamente na imprensa estadual e jornais locais<sup>805</sup>. O jornal *A Manhã*, por exemplo, enfatizou a quantidade de literatura infantil e material escolar apreendido, as fotografias – *há Hitler de todos os tamanhos, de todos os modos - quadros a óleo, bustos, medalhões, desenhos, postais distintivos, fotografias (Hitler aborrecido, alegre, marcial, talvez amoroso, elegante, sentado, deitado, em pé...)*, além de 1.654 armas diversas<sup>806</sup>. As armas distinguiam-se nas fotografias, perfiladas para melhor visualização.

<sup>802</sup> LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993. P. 19. (Coleção Texto e Arte, vol. 9).

<sup>803</sup> *Jornal A Noite*, 14/08/1942. Rio de Janeiro. Acervo da Família Kuehne.

<sup>804</sup> A *Sociedade Amigos da América* – SAA – foi fundada no dia 7 de janeiro de 1943 como entidade de caráter nacional voltada para o entrelaçamento dos países americanos e luta contra o nazi-fascismo; à frente, militares, intelectuais, estudantes, comunistas, etc. No discurso de inauguração, o embaixador norte-americano Jefferson Caffery exaltou a *consciência de todos os brasileiros que desejam a vitória dos aliados contra as doutrinas nefandas do fascismo germânico, romano e amarelo e do subfascismo indígena, o integralismo*. Cf. FALCÃO, João. Op. cit., p. 165-166.

<sup>805</sup> Jornais como *A Noite*, *Folha da Manhã*, *O Radical*, *Jornal do Brasil*, *Diário da Noite*, dentre outros da capital federal e de São Paulo, bem como a imprensa escrita de Santa Catarina deram grande divulgação às exposições, publicando fotografias, depoimentos, impressões de pessoas ilustres e autoridades, informes do DIP, e toda sorte de representações sobre o fato, sempre exaltando o empenho do DOPS e de Nereu Ramos.

<sup>806</sup> *Jornal A Manhã*, 30/05/1943. Rio de Janeiro.



Em nome da Interventoria e da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, tenho a honra de convidar V. S. para uma visita à exposição de material nazista apreendido em nosso Estado, a qual funcionará diariamente das ..... às ..... e das ..... às ..... horas, na sede da ..... à ..... sendo encerrada a .....

Grato antecipadamente pela honra da visita, cumprimenta atentamente,

João Kuehne

Com. de Pol., Chefe do S. O. P. S. da Del. da Ord. Pol. e Social de Santa Catarina.

“PROCURANDO SOLAPAR OS ALICÉRCES DA NOSSA TERRA IMORTAL, CUJA HISTÓRIA É UM FEIXE DE GLÓRIAS IMORREDOIRAS, OS DÉSPOTAS E OS TIRANOS NAZIS FORAM ESMAGADOS PELO ACENDRADO PATRIOTISMO DO NOSSO POVO, AMANTE DA LIBERDADE”.

Fig. 1 – Convite para a Exposição de Material Nazista, organizada pelo Departamento de Ordem Política e Social. Florianópolis, julho de 1942.

Fonte: Álbum – Acervo da Família Kuehne. Florianópolis.

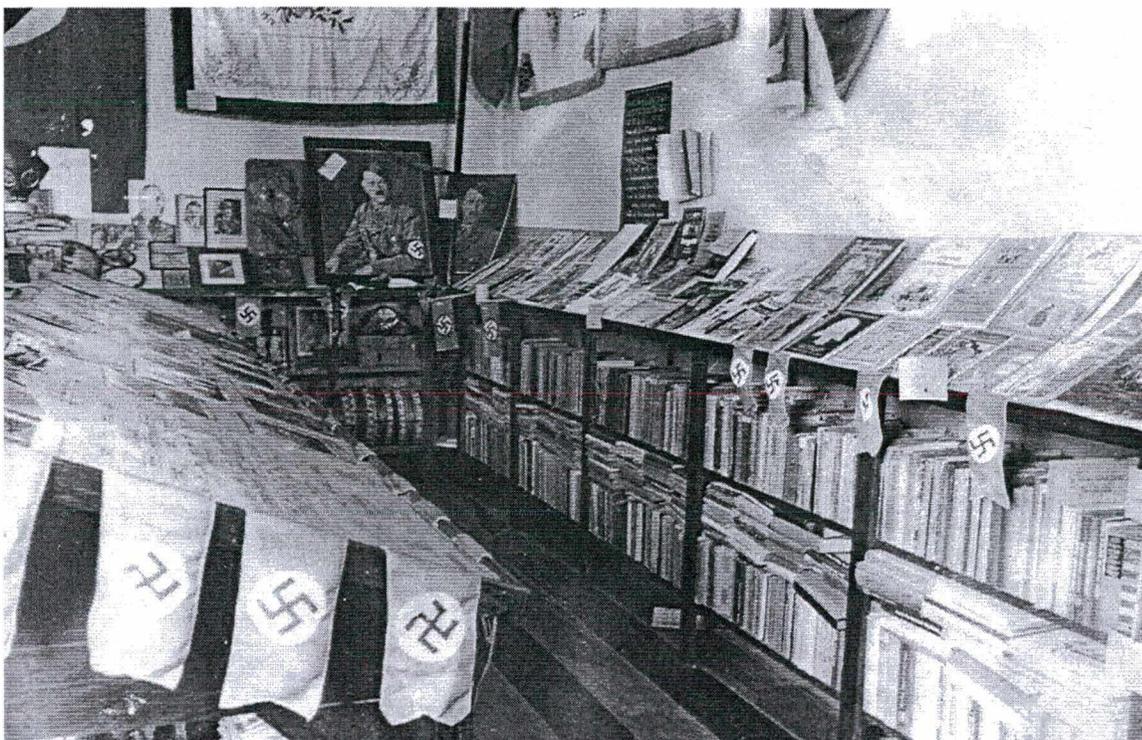


Fig. 2 – Fotografia de parte da Exposição de Material Nazista, organizada pelo Departamento de Ordem Política e Social. Florianópolis, julho de 1942.

Fonte: Álbum – Acervo da Família Kuehne. Florianópolis.

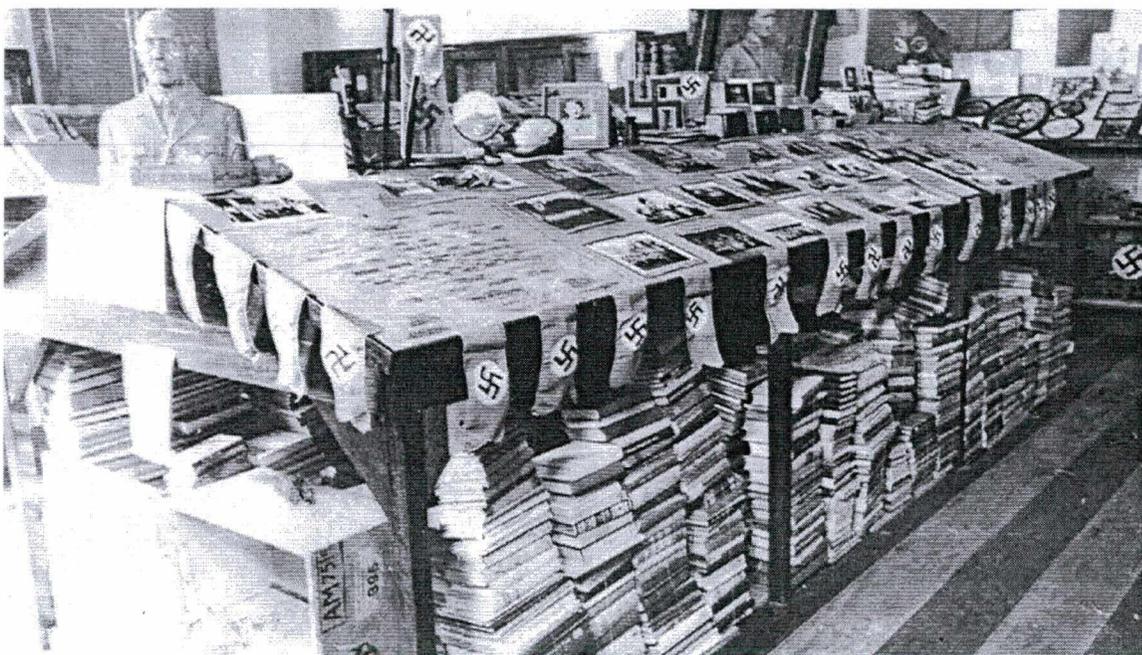


Fig. 3 - Fotografia de parte da Exposição de Material Nazista, organizada pelo Departamento de Ordem Política e Social. Florianópolis, julho de 1942.

Fonte: Álbum – Acervo da Família Kuehne. Florianópolis.

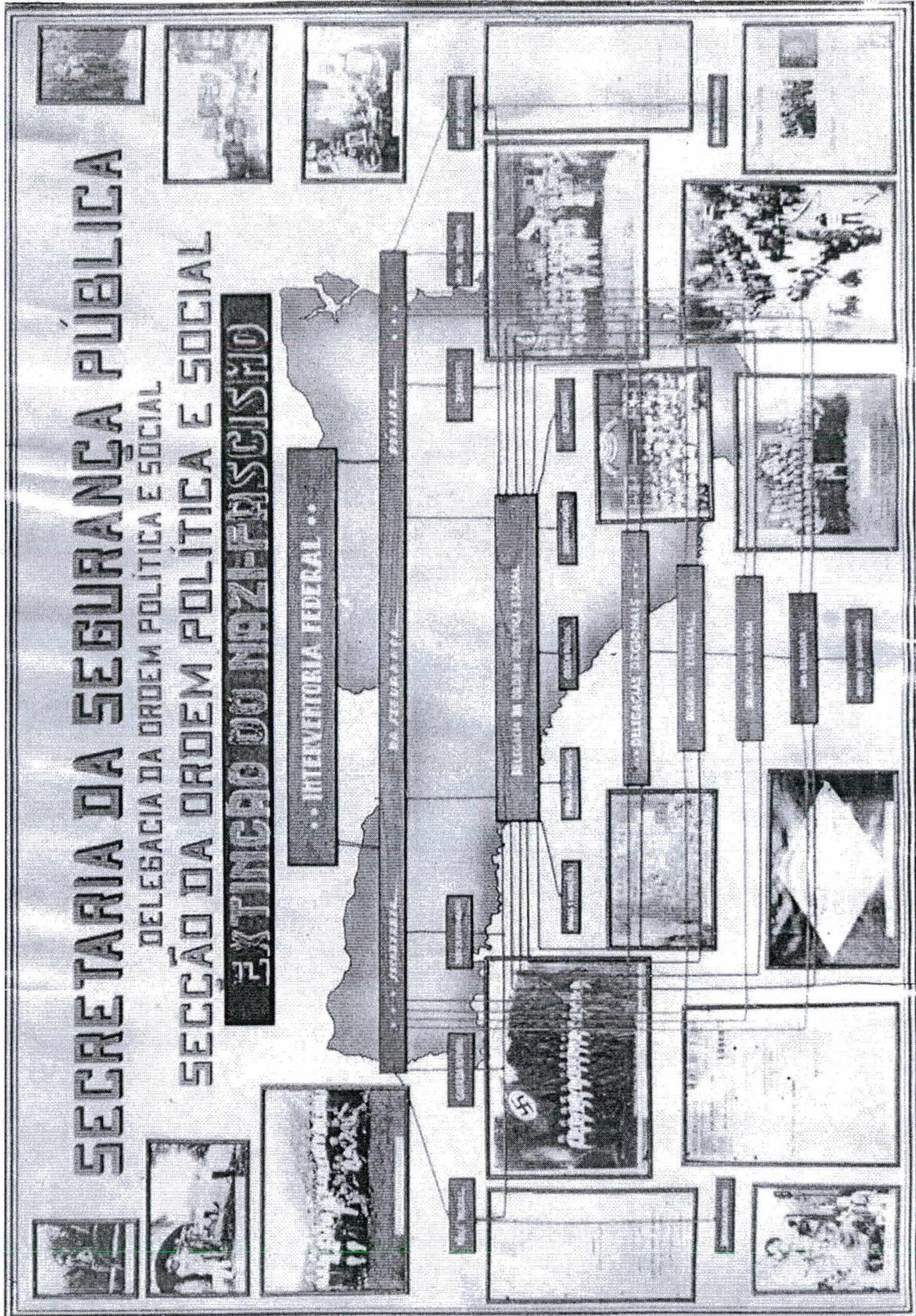


Fig. 4 – Painel montado pelo Departamento de Ordem Política e Social: ações da polícia política na repressão ao nazi-fascismo. Florianópolis, julho de 1942.

Fonte: Fonte: Álbum – Acervo da Família Kuehne. Florianópolis.

# CONSPIRAÇÃO CONTRA TODO O CONTINENTE

**Em breve, no Rio, uma grande exposição do material de propaganda nazista, no Brasil**

**FALSOS SACERDOTES PARA ENVENENAR A JUVENTUDE**

Florianópolis, a florescente capital catarinense, passou o a um pedido da Sociedade Amigos de Alberto Torres, afirm de que o povo catarinense possa avaliar a amplitude do perigo que nos

meia singular museu do país: um museu que mostra com todas as minúcias a trama hedionda que os nazistas armaram contra o Brasil. Será esse museu exposto em breve nesta capital, por

decisão do interrentor catarinense, sr. Nereu Ramos, atendendo com documentação feita e ineficaz, que os aliados de Hitler ali-

mentavam de um dia implan-

tar neste terra de liberdade o

domínio brutal de cruz go-

mada.

**CONSPIRAÇÃO CONTRA**

**TODO O CONTINENTE** — O

museu é uma impressionante

preta de ingenuidade e força das

autoridades catarinenses, para

desmontar a conspiração na-

zista, que — digamos de pas-

sagem — ameaçava também

seriamente todo o continente

americano.

Realmente, os documentos

ali expostos demonstram o in-

timo conceito que existia entre

os dominadores espelhados pelas

zonas coloniais do vale do Itajaí,

de Brusque, de Xapacá e outras,

com as organizações ins-

teledas no estrangeiro, notadamen-

te, nos países vizinhos, for-

mando uma espécie de escalonamento

que se achava nas mãos do delirante

"Führer" alemão.

**PUNHAL DO NAZISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL** —

A tarefa gigantesca de saneamento de Santa Catarina coube

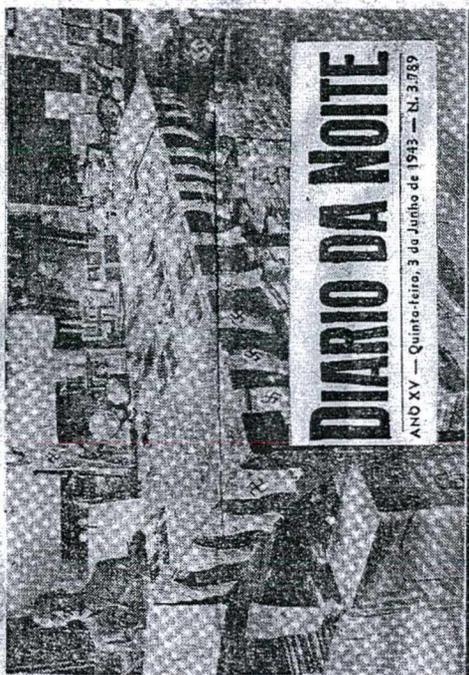
ao capitão Antônio Cordeiro de Mello, secretário da Se-

gurança Pública, e Aniceto de Lencina, delegado de Ordem

Pública e Social do Estado, auxiliares dos mais apegados e ef-

icientes do governo do Estado.

Esperam ambos oferecer, em breve ao país, um cuidadoso.



**DIÁRIO DA NOITE**

ANO XV — Quinto-feira, 3 de Junho de 1943 — N. 2.789

A polícia catarinense organizou um curioso museu que mostra com todas as minúcias a trama hedionda que os nazistas armaram contra o Brasil. Desse museu, que será exposto no Rio, é o flagrante que o gravura acima reproduz.

trabalho realizado de revêloções acerca da trama nazista sob o sugestivo título "Punhal do Nazismo no Coração do Brasil".

Essa obra, que também contém a colaboração de funcionários estaduais João Kuchner, compreendendo quatro capítulos, cujos títulos, são expressivos, dispõem maiores comentários. São eles: Fangermanismo — Nazismo — Inegralismo — Medidas Policiais.

**BANDEIRAS DO BRASIL  
DO PROFANADAS**

O museu, que funciona em dependências da delegacia de Ordem Pública, em Santa Catarina, está repleto de documentos.

(Continua na 3.ª página)

Fig. 5 – Detalhe do Jornal *Diário da Noite* (Rio de Janeiro), de 03 de junho de 1943, divulgando a mesma Exposição de Material Nazista no Rio de Janeiro.  
Fonte: Álbum – Acervo da Família Kuehne. Florianópolis.

**Programm**

Feier des „Tages der deutschen Arbeit“ am 1. Mai 1935  
im Schuetzenhause zu Florianopolis!

**FESTFOLGE**

1.) **Kinderfest:** Nachmittags 2 - 5  $\frac{1}{2}$  Uhr.  
(Spiele, Tänze, Gesaenge)

Die Kinder werden mit Kaffe und Kuchen bewirtet.

2.) **FESTABEND:** Beginn 8 Uhr abends.

1. Eröffnungsmarsch
2. Begrüßungsansprache (deutsch und brasilianisch) anschliesend brasilianische Nationalhymne
3. Musikstück (Orchester Rünzer)
4. Sprechchor
5. Festrede (1. Strophe vom Deutschlandlied)
6. Lied gesungen von der Ortsgruppe
7. Turnerische Vorführung hiesiger und auswärtiger Turnvereine
8. Rezitation
9. Schlusswort (1. Strophe vom Horst Wessellied)

**PAUSE:**

10. Theaterstück — Deutsche Spielschar
11. Maitanz

Deutsches Konsulat  
FLORIANOPOLIS

N. S. D. A. P. — Ortsgruppe  
FLORIANOPOLIS

Fig. 6 – Cartaz divulgando Programa de Festividades do Dia do Trabalho, organizado pelo N.S.D.A.P. – Partido Nazista –, e Consulado Alemão. Florianópolis, maio de 1935.

Fonte: Cartaz encontrado avulso em um Sebo de Florianópolis, em 2000.



Fig. 7 – Capa do livro *O punhal nazista no coração do Brasil*, publicado em 1943. Organizado por Antonio de Lara Ribas e João Kuhene, do Departamento de Ordem Política e Social, Florianópolis. Fonte: Exemplar do Acervo da família Kuhene. Florianópolis.

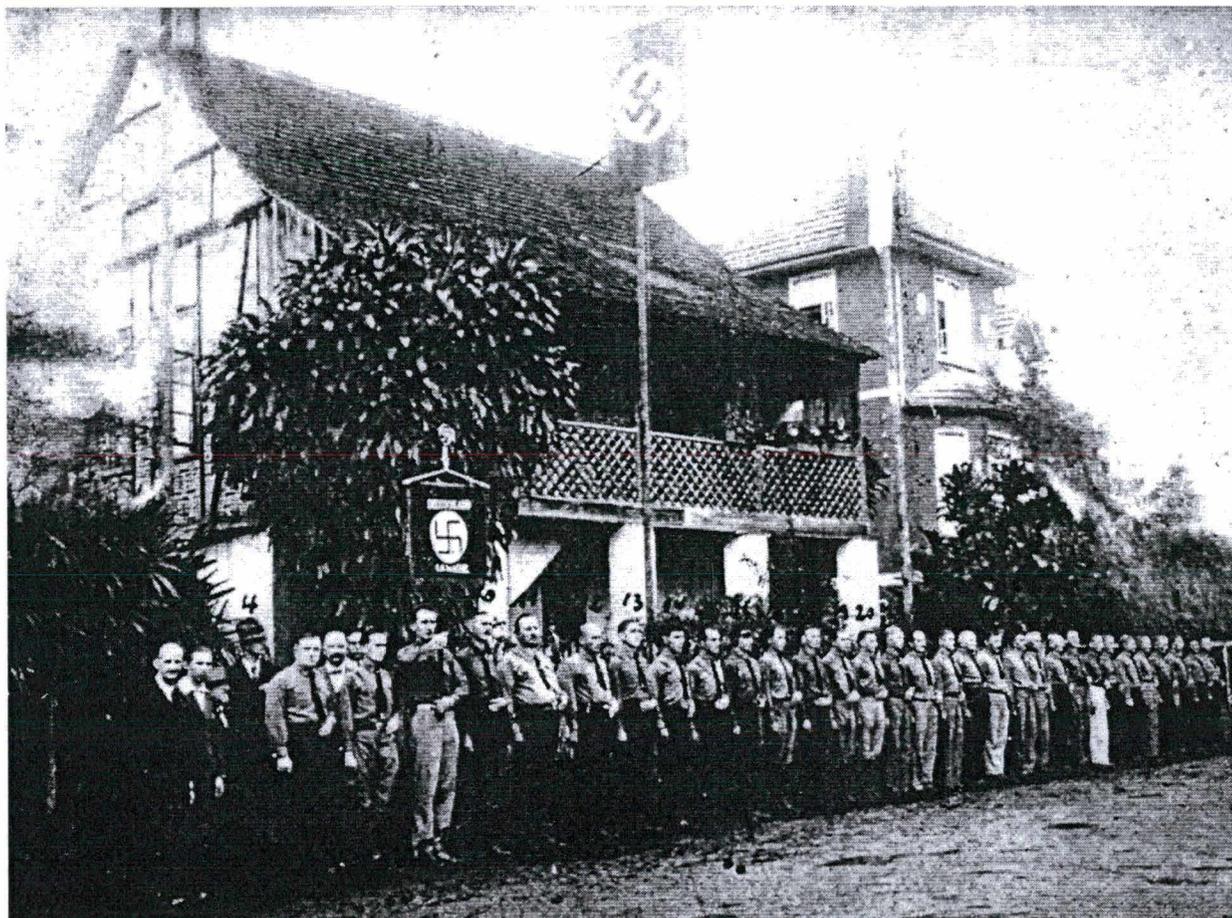


Fig. 8 – Imagem: Grupo Nazista de Blumenau, divulgada no livro *O punhal nazista no coração do Brasil*.



Fig. 9 – Imagem: Juventude Hitlerista desfilando num campo de esportes do interior catarinense, divulgada no livro *O punhal nazista no coração do Brasil*.

Como eram feitas essas apreensões? Em novembro, ano de 1944, o lavrador Paulo Richter – de Rafael, Ibirama –, alemão de 72 anos e imigrado para o Brasil em 1905, pai de 14 filhos (13 brasileiros), escreveu a Nereu Ramos um extenso reclame, onde diz jamais ter-se envolvido em atividades políticas, vivendo sempre do trabalho da lavoura e apenas para o sustento. Contou que, no dia 01 de outubro, o sargento Carvalho, acompanhado *de três praças e um chauffeur*, entraram na sua casa *sem pedir licença para fazer uma radical devassa revirando todas as camas, armários, recantos da casa, abrindo os colchões e procurando por toda parte*, argumentando que estavam procurando armas<sup>807</sup>.

Bem, nada encontrando, deparou-se o policial com um velho baú, tentando abri-lo com sua chave; sem sucesso, ordenou a um soldado que o arrombasse, mas foi impedido pelo proprietário, que lhe entregou a chave. O baú era uma lembrança de sua finada esposa trazida da Alemanha. Aberto o baú, guardavam-se ali documentos de terras e notas promissórias, que foram tomadas pelo delegado, bem como a quantia de Cr\$ 8.005,00 cruzeiros<sup>808</sup>, produto de seu trabalho de lavrador durante anos; tudo levado à sede da Comarca sem que fosse declarada a apreensão. Passados uns dias, Helmuth, filho de Paulo Richter e reservista do Exército Nacional, solicitou ao sargento Carvalho que cedesse o auto de apreensão, o que lhe foi negado. Preso diversas vezes na cadeia pública da cidade, sem atendimento médico e mau tratado, Richter, conforme a carta, estava sendo

(...) constantemente aconselhado que promova a responsabilidade do Sr. Sargento pelos meios legais. O suplicante porém não quer se incomodar. Velho alquebrado lhe é penoso levar uma vida de atribulações. Vem com isso recorrer à justiça de V.Exa., certo de que, honesto como é, ordenará o Sr. Delegado Carvalho lhe forneça certidão do auto de apreensão, que por certo deve ter sido lavrado, para que o suplicante e seus filhos fiquem documentados e oportunamente reivindicarem seus direitos de acordo com as leis do país. O pedido que ora faz é justo e legal.

Como se vê, é uma cópia da original, porém com falhas do compilador. Observo uma contundente denúncia, entretanto, o que queria o denunciante era apenas o auto de apreensão para futuramente reaver o dinheiro. Não se atrevia a requerer devolução imediata, já que *não quer se incomodar*, o que era perfeitamente compreensível: no calor da hora, sua casa fora

<sup>807</sup> Carta (cópia) de Paulo Richter, Rafael, Ibirama, ao Inteventor Nereu Ramos, em 07 de novembro de 1944. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>808</sup> O Decreto-lei Federal No. 4.791, de 05/10/42, instituiu o novo sistema monetário no país, passando a vigorar a partir de 01 de novembro de 1942: ficaram abolidos os mil-réis e a vigorar em Cruzeiros. Com Portaria No. 98, de 31/10/42, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a par da Circular No. 50 do Departamento as Municipalidades, determinou que se fechassem os numerários em mil réis dia 31 de outubro e abrissem em Cruzeiros dia 01 de novembro de 1942. Fundo P.M.F, Caixa 02. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

diversas vezes devassada e ele preso (por cinco semanas, numa das ocasiões). O que fariam se fosse insistente??

Bom, tem resposta: a carta (cópia) foi encaminhada ao capitão Antonio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública, que a encaminhou ao delegado Lara Ribas, que, por sua vez, passou-a ao delegado de Rio do Sul, o qual obteve a resposta, incluindo o parecer seu e devolvendo-a a Ratton, isso em 24 de novembro de 1944, e que deve ter sido encaminhada a Nereu Ramos, com o seguinte teor:

O Sargento Delegado Márcio José Soares de Carvalho, recebendo uma denúncia de que o súdito alemão Paulo Richter, tinha em seu poder uma espingarda e respectiva munição, transportou-se pessoalmente a residência daquele indivíduo e ali procedeu uma busca, pois, aos súditos do “eixo” está proibido, por determinação do Exmo. Sr. Ministro da Justiça a posse de quaisquer armas de fogo. Em meio a diligência, deparou-se com um baú velho, que estava fechado a chave e interpelou a respeito o seu proprietário que titubeou em responder-lhe o que ele continha, negando-se a lhe entregar a chave (...)...o Sargento Mario tinha em seu poder um molho de chaves, experimentou-as no baú e quando se achava nesse mister, resolveu Paulo Richter abri-lo, tendo o delegado encontrado no mesmo, diversas notas promissórias num total de 23 notas, no valor global de Cr\$ 26.318,00 (vinte e sei mil, trezentos e dezoito cruzeiros), emitidas por diversas pessoas em favor de Paulo Richter e de seus filhos Hans Richter, também alemão, e Helmuth Richter, este brasileiro, bem como a quantia de Cr\$ 8.005,00 (oito mil e cinco cruzeiros) em notas (...). Inquirido Paulo Richter se houvera prestado as declarações de bens, constantes no decreto-lei n. 4.166 de 21 de março de 1942, recebeu resposta negativa, tendo por essa razão ficado na posse do numerário já referido, bem como as notas promissórias e demais documentos, dos quais se verifica a propriedade de Paulo e Hans Richter sobre dois terrenos. Em seguida (...) o sargento depositou no Banco Industrial e Comércio de Santa Catarina, em Ibirama a importância de oito mil e cinco cruzeiro (Cr\$ 8.005,00), em nome de Paulo Richter, conforme caderneta n. 2.956 daquele estabelecimento de crédito. Comunicou a apreensão ao Banco do Brasil, filial de Blumenau, juntando uma relação de documentos apreendidos. Tomou nome Helmuth, a fim de esclarecer se de fato as notas eram suas realmente (...) e este não soube nem os nomes das pessoas que emitiam promissórias a seu favor, o que vem constatar que seu pai, para burlar as determinações do Decreto-lei 4.166, emprestara o numerário em nome dele. (...)

Isso fez o Sgto. Mario, tudo no cumprimento dos deveres do cargo e plenamente amparado na lei, pois, a busca a que procedeu foi em razão de uma denúncia que recebeu e não necessitava de mandado uma vez que, quando assim procede a própria autoridade não há necessidade de mando escrito e o sargento deu-se a conhecer no momento em que chegou na residência de Paulo Richter, bem como a que fim ia. Não houve tentativa de arrombamento de qualquer objeto, o que pode haver, uma vez se negue o morador a franqueá-los a autoridade que faz a busca (Cod. Penal – Artg. 245, & 3°)

O Sr. Paulo Richter, foi realmente preso três vezes, porém, não sem motivos, mas sim, por ter feito uso da língua alemã em público, no que era um

indivíduo obstinado. As comunicações de tais prisões, foram enviadas a essa DOPS.

Quanto ao uso de apreensão, deixou o Sgto. Mario de confeccioná-lo, porém isso não reflete que o mesmo tenha agido de má fé, com o intuito de se apossar dos documentos e numerário apreendidos, mas ao contrário; (...), revelam a boa fé e honestidade do Sgto. Mario de Carvalho, que assim fazendo, procurou apenas obrigar ao estrangeiro Paulo Richter, a cumprir com as determinações do Decreto-lei no. 4.166, de 22-3-942, as quais vinha burlando já á dois anos. (...) <sup>809</sup>.

Deste parecer, Antonio de Lara Ribas ressaltou um telegrama do Ministro da Justiça, onde solicitou “...zelar para que tenham fiel execução as disposições do Decreto-lei no. 4.166, de 11 de março, relativo aos bens dos súditos do “eixo”, e demais que forem adotadas na matéria”, acrescentando um comunicado de 31 de março de 1942, dirigido ao Secretário de Segurança Pública, onde solicitava

“mandar informar a esta Fiscalização Bancária, sobre as importância ou valores que pelas autoridades dessa Secretaria tenham sido ou venham a ser encontradas em poder de quaisquer das mencionadas pessoas (súditos do eixo), acrescentando, para efeito de controle financeiro que nos cumpre exercer, o destino dos valores ou importâncias”.

No seu artigo 1º, o Decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942, dizia que *os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos* respondiam pelos *prejuízos dos bens do Estado Brasileiro* praticados por agressão dos países do Eixo. Sendo assim, (Artigo 2º), seria *transferido para o Banco do Brasil* uma parte de todos os depósitos bancários de que fossem titulares os *súditos* dos três países, devendo estes (Artigo 4º) comunicar em quinze dias a natureza e o valor de quaisquer bens, assim como lhes era proibido alienar qualquer bem a partir desta lei (Artigo 9º) <sup>810</sup>. Este decreto, portanto, legitimava quaisquer apreensões que envolvessem dinheiro ou bens não declarados, o que não significa que todos os imigrantes “correram” para declarar. Em agosto (o decreto é de março), os jornais continuavam exigindo o seu cumprimento! <sup>811</sup>

Somado a tudo isso, Lara Ribas imputou a Richter o crime de ter mentido quando disse serem seus filhos todos brasileiros (um não era). Os argumentos da polícia estavam pautados na lei, assim, os reclames de Richter não tiveram respaldo. Não teve por onde

<sup>809</sup> N. 1.937-44 – P.F. Informações de Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social, a Antonio Carlos de Mourão Raton, Secretário de Segurança Pública, Florianópolis, em 24 de novembro de 1944. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>810</sup> Decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942. *Coletâneas de Decretos-lei de 1942*. Vol. 1. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. P. 323-325. APESC. Ver ANEXO VI.

<sup>811</sup> No jornal *A Gazeta*, em 27/08/1942, o informe que o Decreto-lei no. 4.166, de 11/03/1942 exige em 15 dias a declaração de bens de cidadão do “Eixo” no Banco do Brasil. P. 8.

escapular, pois todos os seus atos eram tidos como criminosos; e, obviamente, os delegados fizeram a réplica e inocentaram o Sargento que não deu o auto de apreensão. Teria Paulo Richter recuperado o dinheiro? A caderneta no banco foi realmente aberta? Se foi, teria sido comunicado ao senhor Richter? Por que o Sargento não concedeu o auto de apreensão? Incógnitas. Segundo Lara Ribas, de *má fé Paulo defraudava os objetivos legais*, portanto, sujeito a pena de 1 a 5 anos de prisão.

O decreto 4.166, se dava legitimidade para apreensões, oportunizava extorsões e apropriações que, por conta da guerra, aconteciam. Anita Moser chama de *extorsão institucionalizada* aos procedimentos autoritários desta época de domínio pelo agressor nas colônias, onde o dinheiro ganho pelo trabalho na lavoura era escasso, e as perdas materiais e as atitudes de extorsão monetária constituíam-se numa forma particular de mortificação do “Eu”. Nos depoimentos, como este de uma mulher de 70 anos, o significado destas perdas: *As armas como espingarda, eles levavam embora, e se tinha livros, eles queimavam e a pessoa era denunciada, tinha que se apresentar na delegacia e ia para a cadeia, por 24 horas e depois era solto. Cobravam 10 mil réis naquele tempo. Era o dinheiro que interessava pra eles. Ainda, nas memórias de um homem de 86 anos: Aí eu me apresentei, mas ele só queria isto.... (dinheiro). Eles faziam isso só para ganhar dinheiro. Falou italiano, ia para a cadeia. Ia lá, dar os cinco ou dez mil réis*<sup>812</sup>. Claro que muitos colonos pagavam para não serem denunciados, conforme diz a autora, e os casos de roubos pelos policiais, durante as inspeções, eram comuns, além dos possíveis subornos.

Lembro que extorsões não são existem no tempo da guerra, ou resultam dela: existiam antes, existem hoje; entretanto, o momento era usado para obter ganhos. Era 14 de setembro de 1941, quando Mario Mariotti, então detido na Penitenciária do Estado, fez grave denúncia ao delegado de polícia do distrito de Lauro Muller (Orleães), Elesiário Ferreira dos Santos: ao ser detido, o delegado propôs-me que se eu desse a quantia de 200\$000, não seria processado e o inquérito não iria adiante. Confiante e satisfeito não vacilou, tomou emprestado a quantia e entregou ao delegado. Mas, passados alguns meses, foi condenado pela Comarca de Orleães e aqui estou para cumprimento da pena que me foi imposta, rogando ao sub-diretor que lhe conseguisse reaver o dinheiro, visto não ter o dito delegado de polícia cumprido com sua palavra<sup>813</sup>. A carta (cópia) foi encaminhada, no dia seguinte, a Ivo d’Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, no dia seguinte, para que averiguasse a grave acusação ao sub-Delegado

<sup>812</sup> Depoimentos citados por MOSER, Anita. Op. cit., p. 120.

<sup>813</sup> Carta de Mario Mariotti, de Orleães, ao sub-Diretor da Penitenciária do Estado, Rubens Ramos, em 14 de setembro de 1941. Ofícios Recebidos da Penitenciária – Jun/set. 1941. APESC.

de Polícia de Lauro Müller<sup>814</sup>, e nada mais encontrei sobre o caso. O sub-delegado foi punido? Não se sabe.

Vimos já os entreveros nos salões de baile em Rio do Texto, por conta das proibições em falar língua estrangeira. Pois bem: uma longa narrativa, Ney Aragão denunciou que num desses bailes o escrivão Constansky, conluiado com o sub-delegado local, *extorquia ou procurava extorquir dinheiro de pessoas para resolver brigas entre alemães, e exigiu-lhes o pagamento de 90\$000 (noventa mil réis cada um), inclusive da vítima, a fim de resolver o caso amigavelmente. A vítima pagou logo, mas, como os outros envolvidos se negaram, acabou intimando a todos a pagarem a importância de 230\$000, alegando ser para pagamento de médico e farmácia*<sup>815</sup>. Era o ano de 1940, e já estavam sendo praticadas extorsões por conta da perseguição a estrangeiros.

No mesmo ano, em Itajaí, Adolfo Blease ficou sem emprego com o fechamento da escola alemã onde lecionava. Conta seu filho Dagoberto que,

Graças à influência da Igreja, meu pai foi trabalhar de cobrador na Força e Luz de Blumenau (...) Um dia meu pai chegou em casa com a bolsa que usava a tiracolo, onde colocava o dinheiro (das cobranças). De repente, a polícia entrou e levou meu pai preso sob a acusação de espionagem, dizendo que aquele dinheiro da bolsa era dinheiro arrecadado para ser enviado para os nazistas<sup>816</sup>.

Preso e acusado de nazista colaboracionista, Adolfo não teve como reclamar o “roubo”. Onde foi parar o dinheiro, jamais saberemos. Esta forma de apropriação de bens ou dinheiro foi comum naqueles anos de guerra e é evidente que também rádios, armas, objetos de valor, carros eram cobiçados por policiais que se utilizavam do poder<sup>817</sup> e da ocasião para ganhos pessoais<sup>818</sup>. Clelia Maria Nascimento Schulze colheu memórias de descendentes de

<sup>814</sup>Gab/1071 - Penitenciária do Estado: encaminha cópia de uma carta. Enviada por Edelvito C. d'Araújo, Diretor da Penitenciária, a Ivo d'Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, em 15 de setembro de 1941. Ofícios Recebidos da Penitenciária – Jun/set. 1941. APESC.

<sup>815</sup> Carta (cópia) de Ney de Aragão Paz, Inspetor do Departamento Nacional de Produção Animal, Rio do Testo, ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 18 de outubro de 1940. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/41. Palácio do Governo. APESC.

<sup>816</sup> BLEASE, Dagoberto. Entrevista citada.

<sup>817</sup> Se a ocasião instigava tanto o poder público como interesses privados a atos inescrupulosos, não nos enganemos: pela história, os judeus foram extorquidos pela Igreja Católica, depois pelos nazistas; os ‘não russos’ pelos russos na época czarista, só para dar alguns exemplos. Em tempos de guerra, e nesta ‘outra’ guerra, a extorsão foi uma das violências espúrias.

<sup>818</sup> *A face policial do Estado Novo (...), movida por verbas secretas e abrangendo numeroso pessoal, em todas as classes e categorias sociais, incluindo-se oficiais das Forças Armadas, que se prestaram a receber gratificações policiais por informes que forneciam. Como os chefes de polícia e os Delegados de Ordem Política e Social eram escolhidos nas fileiras dos militares da ativa, era fácil estabelecer os laços com os outros, que faziam da atividade policial meio de vida mais ou menos escondido, espúrio em suas finalidades e espúrio na forma com que era exercido.* SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. P. 278-279.

alemães em Santa Catarina e constatou que muitas narrações denunciaram a perseguição, *aos quais haviam forçado suas casas, roubados seu dinheiro e os obrigado a comer seus documentos*<sup>819</sup> alemães e a beber gasolina, simplesmente por sua origem alemã<sup>820</sup>.

Dos estrangeiros, a polícia apropriava-se de armas e de carros<sup>821</sup> para usá-los na repressão. Walter Taggesell recorda que quando seu pai, Hans, esteve preso na Trindade, os bens da família em Lages<sup>822</sup> foram sequestrados: uma biblioteca, coleção de selos, discos, automóvel, rádio: *Foi um inferno. A gente não entedia a perseguição. Eu ficava vendo o delegado Edson Valente desfilando com o carro de papai sem compreender o que aquilo significava*<sup>823</sup>. Em Florianópolis, as memórias pontuam: o carro do Dr. Gottsmann foi apreendido e ficou *ali na rua Nereu Ramos*, ao lado da Delegacia de Ordem Política e Social; *o carro se desintegrou naquele páti. Eu cresci, fiquei moça vendo aquele carro se desintegrar*, lembra Maria Lina<sup>824</sup>. Herman Stoer, após seis meses de prisão, recebeu *um ofício do Ministério da Justiça onde dizia que poderia ser libertado, desde que a multa de (7.500) sete mil e quinhentos réis fosse paga na Justiça*, quantia que foi paga, seguida da liberação do campo de concentração<sup>825</sup>.

Mas, evidentemente essas coisas também envolviam desafetos, concorrências comerciais e interesses em jogo, num momento onde era possível obter ganhos. Num depoimento a Maria Luiza Renaux, uma mulher já idosa de Blumenau, proprietária de uma fábrica, filha de industriais, faz o seguinte relato:

E então aí veio a guerra e em 1942 meu marido foi preso e isto por seu colaborador que em realidade também era alemão, ativo para a Mão Negra. Este o comprometeu para dominar sozinho. Eu própria vi que ele não saía mais da polícia, depois, quando meu marido estava preso, eu o observei

<sup>819</sup> Não encontrei referências a esse “comer os documentos”, que pode ser lido como uma metáfora para o “apagamento de arquivos” pelos próprios alemães com medo da polícia, como também é possível que, sob pressão, fossem obrigados a mastigá-los para destruí-los.

<sup>820</sup> NASCIMENTO-SCHULZE, Clelia Maria. Memória colectiva y representaciones sociales de la Germanidad en Brasil. In: ROSA, Alberto, BELLELLI, Guglielmo, e BAKHURST, David (Eds.). *Memória colectiva e identidad nacional*. Argentina, Buenos Aires: Biblioteca Nueva, 1998. P. 426. Tradução minha.

<sup>821</sup> Noto que o jornal *A Gazeta*, de 23/09/1942, informa que estavam sendo apreendidos todos os carros e caminhões dos súditos do Eixo, em Blumenau. A Portaria n. 103, de 09/11/1942, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, determinou a disposição de um funcionário para o levantamento dos veículos registrados no Município, para fins de estatística militar. Fundo P.M.F, Caixa 02. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

<sup>822</sup> Há um silêncio na historiografia de Lages referente à Segunda Guerra Mundial. Licurgo Ramos Costa, jornalista, formado em Direito, hoje com 97 anos, disse: *Da segunda Conflagração Mundial que, de 1939 a 1945, abalou nos seus alicerces a vida do Planeta, não há referências especiais a fazer, na História de Lages, exceto um maior impulso na indústria madeireira ocasionada pela procura do produto, na Europa, após o término da guerra*. Citado por BRANCO, Juçara C. Op. cit., p. 10.

<sup>823</sup> TAGGESELL, Walter, 61 anos. Lages. Concedido ao Jornal *Zero Hora*. Op cit.

<sup>824</sup> NICONOMUS BASTOS, Maria Lina. Entrevista citada.

<sup>825</sup> ODEBRECHT, Emilio. Op. cit, p. 11.

várias vezes. (...) O sujeito ia diretamente para a polícia e então para o correio e depois para o café; à tarde voltava à fábrica,

ênfatizando a traição de pessoa das relações próximas<sup>826</sup>.

Padre Agenor Neves Marques, pároco em Criciúma na época, salienta que famílias italianas cresceram economicamente antes e durante a guerra, explorando pobres nas minas de carvão e fazendo negócios vultuosos: *Gente inteligente (...) que se aproveitou da guerra na Europa prá exportar e passaram para o lado de cima*, fazendo uma metáfora ao enriquecimento de famílias tradicionais da cidade<sup>827</sup>. Lembro que este foi um momento em que a economia catarinense obteve benefícios com a substituição de importações, mais precisamente no setor das indústrias do carvão e madeira – Criciúma era então pólo da produção carbonífera<sup>828</sup>. Não é de estranhar que houve extorsões instigadas na possibilidade de denúncias.

Uma carta de Michael Hosche, encaminhada a Fernando Ferreira de Mello, então secretário de Gabinete do Governo do Estado em 1946 (não diz a data exata), relatou a perda de bens imóveis e móveis, na contingência de ter sido alemão foragido durante a guerra. Vejamos: Michael se disse emigrado da Alemanha em 1892, estabelecendo-se em Lontras, depois em Taió, onde adquiriu terras e bens, em sociedade com Oswaldo Odebrecht. Denunciado como chefe da “quinta-coluna” (tinha sido representante do Consulado Alemão<sup>829</sup>), foi preso no dia 20 de agosto de 1942, juntamente com o pastor Hermann Stoer (já vimos que este Pastor ficou no campo de concentração da Trindade). Dizia a carta: *Fui processado e condenado a prisão de três (3) meses e uma multa de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros)*. Mas, certo de que ficaria no campo de concentração da Trindade até o fim da guerra, preferiu a fuga, escondendo-se nas matas da região serrana, período em que *A minha família sofreu (...) toda sorte de humilhação e extorsões*, afirmando que *perdi em hasta pública todos os meus bens*. Na carta, expunha que, durante o exílio nas matas, de 1942 a 1945,

Minha propriedade em bens de raiz consistia em 1942, de mais de 200 geiras de terra, uma serraria movida a água, idéia de uma atafona, luz elétrica tocada a água, uma casa com salão de dois andares medindo 12 x 14 metros,

<sup>826</sup> C.W.L. . Entrevista citada.

<sup>827</sup> MARQUES, Padre Agenor Neves. Entrevista citada.

<sup>828</sup> Cf. CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC, 1982.

<sup>829</sup> Pelo Decreto n. 1.280, de 28/01/1942, foram declarados sem efeito o reconhecimento de todos os funcionários consulares da Alemanha, Itália e Japão, no território de Santa Catarina, e suspensas todas as referidas atividades. *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. P.1.

diversos ranchos e grandes plantações na roça. O meu lançamento em impostos foi elevado.

No prazo de 10 anos, em consequência das perseguições consentidas, perdi um capital de cerca de Cr\$ 300.000,00, e fui posto na rua com minha família, inclusive com 3 filhos nascidos aqui no Brasil.

Constato aqui que devido a situação anormal no tempo da guerra, relativa aos alemães, foi possível ao exato e impostor Oswaldo Odebrecht de me arruinar e por no olho da rua.

Estando desnudado de recursos, só me resta dirigir-me ao Governador de Santa Catarina na esperança que os Chefes do Governo intervenham a meu favor, achando meios de me indenizar em terrenos ou dinheiro, pois hoje com meus 62 anos, ninguém pode supor que eu comece de novo sem ter meios nas mãos.

Permito-me Va. Exia. que eu comunique o resultado de Vosso empenho e intervenção neste assunto ao representante do governo alemão<sup>830</sup>.

Vemos questões pessoais e interesses privados, movidos por revanchismos, nas acaloradas tensões da guerra. E não eram quaisquer bens já que a briga foi entre alemães ricos na cidade, envolvendo terras e propriedades de vulto. Os Odebrecht<sup>831</sup> tinham relações na esfera pública desde muito antes da guerra, inclusive na Coletoria Federal e no Legislativo estadual; hoje são grande empreiteiros. A guerra foi central na narrativa de Hosche e fica a interrogação: o que o levou a pensar que seria indenizado pelo governo estadual nesta questão<sup>832</sup>? E, por que o representante do governo alemão devia ser comunicado?

Extorsão é o crime de constranger alguém mediante violência e/ou grave ameaça com o intento de obter vantagem econômica. Na narrativa, Michael Hosche relatou que antes de escapular-se da prisão, foi ter com o credor para saldar a dívida, porém Odebrecht *não aceitou o dinheiro, dizendo que ficasse com ele para fazer frente às despesas imprevistas, o que*

<sup>830</sup> Carta enviada a Fernando Ferreira de Mello, Secretário de Gabinete do Governo do Estado, Florianópolis, por Michael Hosche, Taió, em 1946 (sem data exata). Encontrada no Arquivo Pessoal da Família Konder – 1917/1962, FMK/CXI/296. Arquivo Histórico de Itajaí. Agradeço a Isaias Sena Venera a possibilidade desta informação.

<sup>831</sup> Emilio Odebrecht veio da Alemanha para o Brasil em meados do século XIX. Era engenheiro de projetos contratado por Hermann Blumenau para avaliar a abertura da estrada de ferro que deveria ligar o Vale do Itajaí a planalto catarinense. Félix Odebrecht nasceu em 1900 (Blumenau), estudou na Alemanha (químico), e foi Coletor Federal em Rio do Sul, de 1923 a 1946. Filiou-se ao PSD e foi eleito a Deputado Estadual em 1947. Emilio Odebrecht (terceira geração) é membro da Comunidade Evangélica de Rio do Sul desde 1937, também membro do Conselho Editorial de *Rio do Sul – Nossa História em Revista* (publicação do Arquivo Histórico). Cf. PIAZZA, Walter (1983). Op. cit., p. 438 e seguintes. Ver também PIAZZA, Walter F. (1994). Op. cit., p. 493.

<sup>832</sup> Talvez Michael interpretasse que os republicanos no poder fossem ‘camaradas’ com perseguidos políticos? Em meados de 1945, rearranjos políticos e interesses diversos sinalizavam uma agremiação em torno da União Democrática Nacional – UDN (fundada a nível nacional em 22/04/1945), agregando partidários do Partido Republicano Catarinense, cuja meta era a derrubada de Vargas e a retomada do poder a nível local (em 6/11/1945, Nereu Ramos nomeou Luiz Gallotti à Interventoria, que foi substituído por Udo Deeke em 08/02/1946, ficando no cargo até 26/03/1947), sendo Aderbal Ramos da Silva eleito Governador. Esses rearranjos permitiram que Republicanos anti-getulistas voltassem ao poder, sem, entretanto, obter maioria, que continuou nas mãos do Partido Social Democrático – PSD (fundado em março de 1945 por Getúlio Vargas).

aceitei com gratidão. (...) alguns dias depois que me safei daqui, o referido senhor moveu contra mim uma ação judicial, não exigindo CR\$ 2.000,00 mas sim CR\$ 6.800,00. Bem, era já 1946 quando a missiva chegou às mãos do governador; nada mais pude averiguar deste caso<sup>833</sup>.

Além de bens de valor econômico, carros, armas, objetos de valor afetivo apreendidos, as desapropriações para fins militares, ou não, aconteciam. Em Florianópolis, o Clube Germânia, agora Clube Sete de Setembro, foi desapropriado e declarado de utilidade pública, em outubro de 1944, para abrigar associações de cultura e filantrópica animadas para o amor à Pátria Brasileira<sup>834</sup>. Foi desapropriado por 200 mil cruzeiros, valor declaradamente inferior ao do mercado, informa o jornal *A Gazeta*, que também reproduziu uma carta assinada por Henrique da Silva Fontes (pelo Instituto Histórico e Geográfico/SC), Osvaldo R. Cabral (pela Cruz Vermelha Brasileira/SC), Ivo D'Aquino (pela Academia Catarinense de Letras), Batista Pereira (pela Associação Catarinense de Imprensa); e, Rogério Vieira (pela Defesa Civil), assegurando na missiva que *nem a legislação nacional, nem os nossos sentimentos de brasilidade, mobilizados e vigilantes, tolerarão que, fundadas em razões étnicas, possam perturbar os sentimentos de fraternidade que sempre existiram nos brasileiro*<sup>835</sup>.

A mudança de nome<sup>836</sup> e desapropriação do Clube Germânia na capital foi um processo tenso: afinal, ali agregava-se a elite germânica das relações de poder e econômicas da cidade. Na narrativa de Werner Springmann, *o Clube Germânia era constituído na maioria por adeptos do Partido (Nazista), e reuniam-se ali os maiores da cidade, evidenciando a importância deste clube para as sociabilidades das famílias de mais posses e prestígio; e, talvez por isso, só em 1944 foi possível a desapropriação efetiva. Maria Lina Niconomus é enfática:*

Deixa eu te dizer, os alemães de Florianópolis tinham status. Eles era muito fechados, tinham a vida deles. Vou te falar com franqueza, a sociedade mesmo de Florianópolis não se manifestava (...) porque eles gostavam muito dos alemães. Foi a turba, a manezada, o povão insuflado que fez tudo isso<sup>837</sup>.

<sup>833</sup> Conforme depoimento de João Batista Ramos Ribas, no início dos anos de 1950, o Dr. Richard Gottsmann entrou com ação judicial contra o Estado e o Delegado do DOPS, Antonio de Lara Ribas, ação esta de indenização, entre outras coisas, de um carro Adler. O advogado Renato Ramos da Silva fez a defesa e o processo foi totalmente favorável ao Estado e a Antonio de Lara Ribas. RIBAS, João Batista Ramos. Depoimento informal concedido em 07/02/2002, Florianópolis.

<sup>834</sup> *Diário Oficial do Estado*, 09/10/1944. P. 1.

<sup>835</sup> *Jornal A Gazeta*, 07/10/1944. A carta foi publicada no *Diário Oficial do Estado*, em 09/10/1944.

<sup>836</sup> No jornal *A Gazeta*, de 01/03/1942, está o informe que o Clube Germânia fora fechado por não terem seus sócios modificado o nome até então, conforme exigência.

<sup>837</sup> SPRINGMAN, Werner, e NICONOMUS BASTOS, Maria Lina. Entrevistas citadas.

Depreende-se que havia sociabilidades entre as elites, ou redes de amizades e interesses que podem ter estabelecido uma certa solidariedade e entreajuda; e se o clube agregava gente de posses e poder, isso ajuda a entender as reticências em desapropriá-lo mais cedo. Em todo o Estado, clubes foram fechados ou desapropriados, obrigados a mudar a denominação por uma genuinamente nacional<sup>838</sup>. O *Schutzen Verein Itajahy* foi utilizado como quartel e daí em diante chamou-se *Clube de Caça e Tiro Vasconcelos Drummond*<sup>839</sup>

Houve um fato deveras insidioso nas relações dos moradores de Hamônia. No dia 27 de setembro de 1942, em Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Caridade e Hospital Hamônia<sup>840</sup>, presidida pelo prefeito Rodolpho Koffke, foi aprovado que doravante fosse esta Associação de utilidade pública. Seria um ato celebrado no calor do patriotismo exacerbado e ideais de boa vontade aos pobres, sinceramente filantrópico? Nuancemos: o prefeito inicia a reunião dizendo ser do conhecimento de todos o Decreto-lei no. 2.459, de 19 de junho de 1942, da Interventoria Federal do Estado, onde declarou ser de utilidade pública a referida associação e hospital, para fins de desapropriação. Num silêncio, que imagino sepulcral, apenas um dos sócios – Ivo Muller - salientou que a desapropriação *foi um ato patriótico que bem visava acautelar os interesses nacionais*, e propunha que se doassem todos os acessórios e demais pertences da Associação ao Estado (não atingidos pelo decreto), ao que foi aprovado por unanimidade, como o fora, claro, a desapropriação, ainda mais com a presença do Major Victor Mendes, interventor do referido Hospital. Conforme as assinaturas, foi-me possível contar 74 sobrenomes alemães e russos, alguns possivelmente poloneses, cinco italianos e dois brasileiros (uma do interventor enviado pelo Estado). Conforme consta no ofício do Prefeito Municipal ao Governador, *a reunião transcorreu num ambiente de perfeita harmonia e espontaneidade*. Imagino que sim, regada a incontáveis pensamentos absolutamente raivosos de impotência diante da lei e da ordem. Quem se atreveria a contestar? Ah, apenas uma mulher assina a Ata da Assembléia – Marta Werner – , o que me faz pensar nas relações de poder e de gênero numa estrutura de papéis públicos masculinos e comandada por homens, mas que, com certeza, as mulheres discutiam e se inteiravam dos

<sup>838</sup> Decreto-lei n. 35, de 13 de janeiro de 1938. Sobre o assunto, ver PETRY, Sueli Maria Vanzuita. *Os clubes de Caça e Tiro na região de Blumenau – 1859-1981*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. P. 81 e seguintes.

<sup>839</sup> Com o Decreto-lei n. 9.727, de 03/09/1946, que incorpora bens ao patrimônio nacional e dá outras providências, ficaram dissolvidas todas as sociedades civis cujos bens tinham sido ocupados ou utilizados durante a guerra, incorporados ao patrimônio nacional, não sem avaliação e computadas no plano de indenizações, conforme o Decreto-lei n. 4.166, de 11/03/1942. *Diário Oficial do Estado*, 03/09/1946.

<sup>840</sup> O ofício do prefeito, a relação dos credores e a cópia da Ata constam dos Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942 – Palácio do Governo. APESC.

acontecimentos, ainda mais em se tratando de um hospital, necessidade básica para a saúde familiar, cuidados ditos femininos.

Desapropriar significa privar alguém da propriedade de algo que é seu, expropriar, desapossar - o que, regra geral, é crime. No momento, face às leis, tornava-se legítimo para a segurança nacional sem direito a reclames. O Hospital Cruzeiro, em Rio do Sul, foi declarado de utilidade pública, incluindo terreno, edificações e acessórios, através do Decreto No. 2.752, de 31 de agosto de 1942<sup>841</sup>. Foi bastante tenso o processo de desapropriação, haja vista um ofício do prefeito municipal, a Nereu Ramos, em 18 de agosto, onde diz não ter sido possível conseguir a *doação em favor do município porque a Diretoria é contra*<sup>842</sup>. Pelo jeito, foi um ato arbitrário, sem o consentimento dos sócios. E precisava? Mas, há mais: Hermann Stoer foi preso na Trindade, pagou fiança e foi solto; porém, *mesmo tomando o máximo de cuidado, eu caí nas mãos de espiões, que desta vez tinham interesse em nosso Hospital Evangélico Cruzeiro para apoderar-se dele*. Era outubro de 1943. Conta que houve uma festa de aniversário no hospital quando a polícia surpreendeu a todos os presentes e *apreenderam todos com o motivo de que era proibido fazer reuniões*, inclusive as Irmãs diaconistas, ao que

(...) constatou-se que foi uma trama premeditada e bem planejada. Com a volta das Irmãs ao hospital, estas foram surpreendidas com o fato de que, neste intervalo, mudaram as Irmãs e as substituíram por freiras católicas, que assumiram a administração do hospital.

Alguns dias mais tarde, igualmente, prenderam homens e familiares da diretoria de nosso hospital e forçaram-nos para que assinassem um documento, pelo qual o hospital passou a ser da prefeitura. Era um tempo de arbitrariedades a que fomos expostos.

Da diretoria do hospital foram aprisionados: o presidente Walter Budag, sua esposa e seu filho mais velho Ralf; o secretário Emilio Odebrecht, sua esposa e seu filho de cinco meses, que ainda era amamentado, seu pai de setenta e cinco anos, que casualmente estava na cidade de passagem, seu irmão Afonso Odebrecht e seu ajudante na farmácia, Siegfried Baumgarten<sup>843</sup>.

Bem, o Hospital Cruzeiro foi desapropriado; mas, de qual trama fala o pastor Stoer? O Hospital Evangélico era dirigido por alemães e descendentes, torná-lo de utilidade pública foi um ato legitimado por decreto, desconsiderando em absoluto a vontade da Diretoria. As *tramas* não eram unilaterais – tramava-se de qualquer lugar social, origem étnica ou posição econômica. Era tempo de fazer vingar sentimentos de todos os tons. Nas memórias de Emilio Odebrecht, um dos diretores, eles *queriam obrigar a fazer a doação* e, nas reuniões para

<sup>841</sup> *Diário Oficial do Estado*, 01/09/1942. P. 1.

<sup>842</sup> Ofício de Roberto Machado, Prefeito Municipal de Rio do Sul, a Nereu Ramos, em 19 de agosto de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Jul/ago. 1942. APESC.

discutir, a maioria dos sócios, *colonos de origem alemã, não vinham, então, para que fosse tomado o Hospital*. Prenderam sua família e outros membros, sendo que o que *consta dos anais como doação, na verdade, foi uma apropriação, tudo estava preparado, planejado, só estavam esperando uma oportunidade*<sup>844</sup>, concordando em detalhes com as memórias de Stoer.

Se as memórias dizem do desconsolo com esta arbitrariedade, a imprensa local tinha outras versões: *A quinta-coluna pretende fazer negociata com o “Hospital Cruzeiro” que é patrimônio dos riosulenses*, enfatizou, denunciando o *assanhado ferreiro Budag de insurgir-se cavilosamente contra o respeitável ato da Interventoria de Santa Catarina*, largando o *malho da bigorna* para contestar a *ação em juízo exigindo do Executivo* uma quantia tal pelo Hospital, *num diabólico e astuto intento*. E continuaram as palavras de baixo calão. Dias depois, o mesmo jornal incitou: *Desarticulada, em Rio do Sul, uma grande célula nazista!*, disse enfático o articulista do jornal *Nova Era*, denunciando o pastor Hernan Stoer de fazer reuniões clandestinas *de caráter nazista*, no Hospital Cruzeiro, quando a *polícia surpreendeu, em feliz diligência um grupelho suspeito (...) sintonizado para Berlim, utilizando-se assim, no seu caviloso conluio, do idioma e do sistema de ação dos apaniguados de Hitler*<sup>845</sup>.

Versões diferentes, o que é óbvio: o jornal incitou o imaginário de espionagem e conluio com Hitler, conectado ao ideário vigente e aos anseios e leis do Estado e da polícia, e os depoentes tinham claro que foi uma trama planejada para apoderar-se do Hospital<sup>846</sup>. Nas disputas que compõem os enredos históricos, essas versões mostram que nada é definitivo – as representações permitem que separemos os fios das narrativas, mas nunca poderão ser (re)trançados da mesma maneira, sequer dirão o que realmente aconteceu. Ficamos à mercê das diferentes interpretações.

Naqueles anos do Estado Novo e no contexto da guerra, Vargas governava via decretos (portanto, sem o parlamento) e Nereu Ramos seguia na mesma direção, fazendo valer os decretos federais, acoplando-os aos estaduais, e fazendo ainda outros específicos para este Estado. Noto que as demissões, apreensões, exonerações, apropriações, extorsões e incorporações tinham respaldo em decretos-lei federais, sendo legitimadas no Estado. A polícia, por sua vez, assumiu a função de levar a cabo os decretos e muitas vezes exercia

<sup>843</sup> ODEBRECHT, Emilio. Op. cit., p. 12 e 13.

<sup>844</sup> ODEBRECHT, Emilio, 88 anos. Depoimento concedido em 29 de junho de 2000. Rio do Sul. Concedido a Marineusa Doerner Olivo.

<sup>845</sup> Jornal *Nova Era*, 04/10/1942, e 10/10/1942. Rio do Sul.

<sup>846</sup> Cabe aqui referência aos jornais como produtores de sentidos. Enquanto o jornal local incita para a legitimidade das prisões, este discurso é um instrumento de poder de quem o detém para domínio, ou o poder que quer se apoderar e legitimar. Ver FOUCAULT, Michel (1996). Op. cit.

poderes de extorquir ou desapropriar sem critérios legítimos, porém legais, porquanto, não reclamados – ou, se reclamados, procediam castigos. Não há dúvidas de que dentre os estrangeiros e descendentes, havia quem efetivamente era ligado ao Eixo e mantinha contatos, portanto perigoso para a segurança nacional; o que se discute é a intolerância indiscriminada e os proveitos particulares e abusos de poder por parte da polícia, mas também entre vizinhos, sócios, amigos (até então!), que fizeram do momento um tempo de ganhos pessoais.

Quando, em 1949, Antonio Carlos Konder Reis fez uso da tribuna num discurso à Assembléia Legislativa do Estado, foi enfático: condenou a campanha contra a colonização alemã – *vítima de trabalho de desmoralização que visa apresentá-la ao Brasil como “quisto racial alemão”, “núcleo de maus patriotas”, “reduto de teuto-brasileiros inimigos do Brasil”, e outras asneiras desse jaez (...)* - num protesto à violência e perseguições durante a campanha de nacionalização e a *confusão lamentável que se faz entre alemão e nazista, quando o nazismo, nas colônias, foi, pela grande maioria, repellido, tendo conquistado apenas 10% da simpatia das populações de origem teuta*<sup>847</sup>. O parlamentar estava com razão no arrazoado, sim; entretanto, seu discurso não é neutro, já que produziu estratégias de construir uma versão histórica centrada no colono alemão, na *robusta capacidade de trabalho, ou baluartes da economia catarinense*, nas suas aptidões para a esfera pública, negócios, política, artes, enfim, na sua contribuição e *manifestações da alma rica que o descendente de alemão herdou*. O discurso dominante constrói uma memória porque é instrumento de poder; e o parlamentar estava entre seus pares, esfera de poder por excelência, que detém o discurso que predomina na sociedade; ou, como as representações sociais passam a ser construídas a partir dos interesses de grupos, dos grupos que as constroem e as forjam<sup>848</sup>. Ora, as representações, como os discursos, não são neutras, e produzem as práticas que tendem a impor uma autoridade e reger formas de viver, até de sentir, gostar ou não.

Nesse sentido, o discurso de Konder Reis pode ser lido como a afirmação de uma certa memória do empreendedor que fora violentado à revelia de sua importância econômica e social no Estado antes e durante a guerra. Não há, neste discurso, tensões adversas, nem a matança impune de índios, a exploração dos caboclos, as rugas entre os próprios imigrantes, as extorsões, tensões, revanchismos. Passou-se, daí em diante, ao ocultamento dos enfrentamentos como se nada tivesse acontecido, numa espécie de esforço da negação das

<sup>847</sup> Em defesa da colonização alemã. Discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sessão de 13 de maio de 1949. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII – N. 1-2. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, Janeiro/Fevereiro de 2001. P. 42-53.

<sup>848</sup> Sobre estas considerações, ver FOUCAULT, Michel (1996). Op. cit. No que se refere às representações, CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

diversidades, muito embora ninguém que esteve nas entranhas desta outra guerra pode afirmar que nada aconteceu. Nos escritos posteriores, a vida não aparece nas frases mortas; os verbos escolhidos expulsaram os sentidos para avivar mitos... até hoje são Duques de Caxias e coronéis a povoar imagens das crianças, nos exércitos, nos nomes de ruas e praças. Quase se vai o tempo de rever lembranças, quase.

As imagens que prevaleceram não conferem com as denúncias e usos do poder aqui pontuadas; e, de qualquer forma, é bom termos claro que havia mesmo intolerância dos dois lados e que não há como negar que ambos se aproveitaram quando era conveniente e quando havia uma boa ocasião.

Mas, não é bom que pareça obra demoníaca da opressão deliberada: as ações tinham razões econômicas, sim, e políticas. Em 1936, por exemplo, os partidários de Hitler atenderam ao seu chamado e participaram das eleições, como prova de fidelidade ao regime e seu chefe. O Capitão Antonio de Lara Ribas, então Delegado do Departamento de Ordem Política e Social no Estado, na obra *O punhal nazista no coração do Brasil*, escrita em 1943, registrou que, em Santa Catarina, houveram 10.000 assinaturas de fidelidade (no Brasil, 41.000) ao *Fuhrer*<sup>849</sup>. Conta Emma Hatski que *um navio alemão enfeitado de bandeirinhas* atracou próximo à Ilha (Florianópolis); ela e mais *uns cem alemães* embarcaram em mar aberto – o resultado foi *noventa e nove por cento sim*, só tinha *um não* na urna<sup>850</sup>. Solidariedade que também aconteceu em Itajaí – *no dia do plebiscito, o dia inteiro vi alemães descendo o rio para votar dentro de um navio de guerra alemão*, conta Ludovino D'Ávila<sup>851</sup>. E mais solidariedade ao *Fuhrer*, quando muitos alemães e alguns descendentes atenderam a outro chamado: enviaram jóias, dinheiro e alimentos, ou mesmo voltaram para a Alemanha, como também fez a família Hatzky<sup>852</sup>, para auxiliar a obra iniciada por Hitler, o ditador ensandecido. De Joinville, Blumenau, e outras regiões, famílias venderam os bens e embarcaram para a terra natal. As narrativas... bem, só Emma Hatsky teve coragem de contar em seu diário memorialístico os pesares desta decisão. Os outros, calaram-se. O que é compreensível.

Não há dúvidas de que a imprensa foi um meio eficaz da propaganda nazista tanto quanto do governo Vargas: a preocupação era evidente, como veremos.

<sup>849</sup> RIBAS, Antonio de Lara. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943. P. 27 e seguintes. Neste livro, publicado no calor dos acontecimentos da repressão, aparecem dezenas de fotografias e documentos apreendidos durante a campanha nacionalizadora.

<sup>850</sup> HATSKY, Emma. Op. cit., p. 335.

<sup>851</sup> Citado em conversa informal com o professor e historiador Edison d'Ávila, em Itajaí. Novembro de 1999.

## O controle da imprensa: o rádio e os periódicos

Era mês de agosto de 1943 quando Valentim Theobaldo Goellner foi *acusado de possuir um rádio transmissor e de ter sido convidado para organizar uma fábrica de bombas, justamente com outros acusados também presos*, conforma as palavras do filho Armim Gustavo Goellner, na carta dirigida ao presidente Getúlio Vargas, dizendo fazê-lo com *o coração oprimido daqui desse recanto de nossa querida Pátria, confiante na sua clarividência e grandeza de sentimentos*<sup>853</sup>; morava então em Perdizes<sup>854</sup> (Campo Novos). Sim, disse ele, os esforços em zelar pela segurança *do nosso povo, nessa guerra odienta*, eram louváveis, mas *muitos inocentes sofrem as consequências do destino*, como o de seu pai que, afastado da família e dos negócios, estão à mercê de toda sorte de sofrimentos: *Vossa Excia, que é chefe de família exemplar, avô extremoso, como também o é meu pai, poderá bem avaliar o que seja de doloroso e quanto de tristeza nos invade o coração o seu afastamento do nosso convívio e principalmente taxado como estigma de traidor de sua Pátria*. Quem o acusou? *Um concorrente de negócios, Edmundo Freire, inimigo gratuito, que se julga melhor brasileiro do que os outros e, por conta disso, seu pai teve a casa e as benfeitorias revistadas várias vezes sem que encontrassem qualquer coisa que desabonasse sua boa conduta como cidadão brasileiro*, continuando preso em Joinville havia oito meses, *completamente inocente e sendo que o denunciante geralmente está foragido, para esquivar-se de depoimentos e temendo um processo por calúnia*.

Na carta, o autor citou o que chama de *Alguns dados sobre nossa família*, que disse residir no Brasil<sup>855</sup> há aproximadamente 200 anos, sem jamais algum de seus membros ter sido preso, ou tomado parte de revoluções, manifestações, ou partido político nacional ou estrangeiro; pelo contrário, seu pai forneceu donativos à Campanha da Aviação Nacional. Sócio da firma Goellner & Schueler Ltda, do Tiro de Guerra, Clube Comercial, Associação Comercial, Instituto do Pinho, na ocasião da prisão fazia negócios com venda de pinhais, terras e, turbinas e máquinas, *sendo a diversos anos seu concorrente o denunciante Edmundo Freire*. E, disse Armin,

<sup>852</sup> HATSKY, Emma. Op. cit., p. 335 e seguintes.

<sup>853</sup> Carta de Armin Gustavo Goellner, Perdizes, Campos Novos, a Getúlio Vargas, em 2 de agosto de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>854</sup> Perdizes, distrito de Campos Novos, tinha uma população de 5.730 habitantes em 1940. Dados do *Censo Demográfico – 1940*. IBGE. P. 159.

<sup>855</sup> Valentim Theobaldo Goellner nasceu em 1895, em Estrela (RS), filho de Frederico Goellner e Elizabeta Trentini Goellner, ambos nascidos no Brasil; casou-se com Guilhermina Mueller, em Carazinho (RS), mudando-se para Caçador em 1935.

para informar sobre a sua conduta em Caçador está lá também todo o povo, com exceção de 4 ou 5 fabricantes de quinta-colunas nas rodinhas de café, como está acontecendo com muitos bons brasileiros. Nosso pai sempre foi, é e será bom brasileiro, trabalhando pelo bem e progresso de todos os brasileiros, para fazer frente aos nossos inimigos.

Como se pode ver, desavenças antigas nas relações comerciais, envolvendo homens de poder econômico e posição social eram utilizadas para transformar um concorrente em inimigo da pátria – possuir *rádio transmissor*, construir uma *fábrica de bombas* - nada mais incriminador para o momento. Na carta de Armim aparecem os *fabricantes de quinta-colunas nas rodinhas de café* como maus brasileiros, ou aqueles que delatavam os bons brasileiros, “fabricando” o inimigo por conta de interesses particulares.

Possuir rádio transmissor era, sim, motivo dos mais óbvios para a polícia política: em 1942, foram detectadas estações de rádio clandestinas com antenas transmissoras, inclusive na sede da Embaixada Alemã do Rio de Janeiro, por onde seriam enviadas mensagens de caráter secreto para a Alemanha<sup>856</sup>. Sabemos que o rádio era fundamental para as comunicações, tanto com os submarinos e navios de guerra em alto mar, ou na costa. Carlo Zampari, um espião italiano e preso pelo serviço secreto brasileiro, admitiu ter vindo para o Brasil com a missão de montar uma rede de rádio que espionasse e informasse sobre ações inimigas<sup>857</sup>.

O rádio foi um aliado eficaz no projeto de Vargas naquele momento, fazendo dele uso político: levava aos rincões o programa *Hora do Brasil*<sup>858</sup> produzido, a partir de janeiro de 1942, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela *Rádio Nacional*<sup>859</sup> (a mesma que fez a primeira apresentação do *Repórter Esso*, em 28 de agosto de 1941, noticiando o torpedeamento de navios brasileiros como *Testemunha ocular da História*). Em

<sup>856</sup> PERAZZO, Priscilla (1999). Op. cit., p. 104-105.

<sup>857</sup> DIEGUEZ, Consuelo. Casablanca tropical. Op. cit. Existia, em toda a América do Sul, 40 emissoras de rádio controladas pelo *III Reich*, além de jornais e cinemas. Em 9 de janeiro de 1942, através de ofício Confidencial, o Ministro das Relações Exteriores comunicou ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores que, segundo informações de Londres, agentes nazistas na América do Sul estariam financiando infiltrações continente, usando emissoras clandestinas de rádio, localizadas no Brasil, Argentina, Chile e no Equador, as quais estariam informando os movimentos dos navios Aliados. Ofício NP/38/94 (00) – 945. 1(81) (30). IJ1 “1382” – Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional. “Cópia de Ofícios Recebidos” de Autoridades Diversas (1941-1942). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>858</sup> O rádio brasileiro nasceu sob o controle estatal, firmando-se na década de 1930 e adquirindo prestígio entre os ouvintes com programas humorísticos, radionovelas, etc, servindo então para a reprodução de discursos políticos. O programa “*Hora do Brasil*” foi criado em 1931, reestruturado em 1939 e, tinha finalidades de ser informativa, cultural e cívica. Os números mostram que, em 1937, havia 63 estações de rádio no Brasil, e em 1945 já eram 111 estações. CAPELATO, Maria Helena Rolin. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Op. cit., p. 176.

<sup>859</sup> Inaugurada em 12 de setembro de 1936, a *Rádio Nacional* passou a ser monopolizada pelo governo em 1940, irradiando programas que garantiam o caráter ideológico, voltado aos trabalhadores; artistas e músicos de aceitação popular como Lamartine Babo, Ari Barroso, foram lançados nesta rádio. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. P. 92. Sobre a

Santa Catarina, as pessoas ouviam a *Rádio Nacional* e se inteiravam do que era divulgado. Num abaixo assinado a Nereu Ramos, os moradores de Coqueiros, distrito de João Pessoa (São José), reclamaram das frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica, pois ficavam os *moradores privados de ouvirem a irradiação da “Hora do Brasil”, pela qual são divulgadas notícias e determinações oficiais que quase sempre são urgentes e atingem intimamente a todos e a cada um (...)*. O abaixo-assinado é de maio de 1943, onde consta o nome de 34 pessoas (aproximadamente 23 brasileiros e 11 com sobrenomes alemães)<sup>860</sup>. Noto que estes documentos tinham claro que as determinações oficiais deviam ser conhecidas, e se atingiam o coletivo, mas também afetavam *a cada um* em particular. Essa era a função ideológica do programa, pois.

Mas, se os programas radiofônicos eram um baluarte da imprensa oficial, por que a proibição? Programas eram recebidos em ondas curtas dos países da Europa, e os jornais inclusive divulgavam os horários. O jornal *A Gazeta* trazia a programação de irradiação da Alemanha e uma coluna escrita totalmente na língua alemã – *Deutsche Teill*, secção alemã – com informações políticas, música, programas para a juventude, etc., isso até 1937, sendo que a programação de rádios alemãs, notícias da guerra e da Alemanha apareceram até novembro de 1941<sup>861</sup>. É paradoxal que *A Gazeta* continuasse a divulgar a programação radiofônica da Alemanha, haja vista a Portaria de No. 213, de 25 de maio de 1940, proibindo *terminantemente, a recepção radiofônica de noticiário, notas ou críticas de guerra, em praças públicas, cafés, casas comerciais, ou qualquer lugar em que possa haver ajuntamento, sendo severamente castigados os que infringirem esta Portaria*<sup>862</sup>.

Por conta desta portaria, o proprietário do *Café São Pedro*, Isidoro Pedro Coelho, morador da Rua Trajano, centro de Florianópolis, no dia 10 de junho de 1940, pouco antes de fechar o bar (às 23 horas e 30 minutos), ouvia samba na programação da *Rádio Nacional*, acompanhado de cinco fregueses a bebericar os últimos goles... cotidiano de um bar qualquer. Repentinamente e inadvertidamente, entrou no ar notícias da guerra no momento em que um comissário de polícia fazia a ronda. Ele ouviu a notícia, apreendeu o rádio e autuou seu proprietário. Os depoimentos das testemunhas confirmaram a versão de Isidoro, mas mesmo assim o acusado foi considerado culpado, recebendo três meses de detenção conforme o grau

---

radiodifusão no Brasil, ver TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. 2. ed. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

<sup>860</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Coqueiros, distrito de João Pessoa, São José, ao Interventor Nereu Ramos, em maio de 1943 (não cita o dia). *Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943*. Palácio do Governo. APESC.

<sup>861</sup> Citado por FALCÃO, Luiz Felipe (2000). *Op. cit.*, p. 172.

mínimo como consta dos autos do processo. Apelou e conseguiu a condicional mas devendo pagar todas as custas do processo no prazo de noventa dias<sup>863</sup>. Já era 23 de maio de 1941...

Para a polícia, para além do delito, era importante provocar o fato e dar publicidade. Durante quase um ano, o proprietário Café esteve envolvido em idas e vindas às voltas com a lei - é preciso a desordem para que se mantenha a ordem? -, ficando no prejuízo econômico. É claro que os fregueses espalharam o ocorrido e na cidade o boato correu de forma que cumpria sua função: incitava ao cumprimento da ordem e mostrava quem tinha poder. Cenário mais que perfeito, diria.

Vimos, nos capítulos anteriores, uma série de denúncias envolvendo rádio – ou porque o possuíam, ou ouviam, ou convidavam amigos para ouvir em casa e fazer “reuniões eixistas”, ou vendiam, ou compravam... de qualquer forma constava como um delito para os estrangeiros e as denúncias grassavam. Possuir um aparelho de rádio<sup>864</sup> por si só transformava o estrangeiro/naturalizado/descendente em um possível “quinta-coluna”, que se comunicava ou ouvia a Itália e/ou a Alemanha<sup>865</sup>. Uma fotografia datada de 1942, guardada nos acervos do Arquivo Histórico de Itajaí, revela a intransigência da lei: um grupo de alemães, escoltados por um policial, levam rádios nas costas em plena praça, na rua principal. Os aparelhos são grandes e os transeuntes observam... Penso que a humilhação foi o sentido mais forte para seus proprietários. Os depoimentos relatam que os aparelhos foram depositados no meio da praça e queimados sob o olhar atônito dos curiosos e antigos donos – ou “sumiram”, *voaram, sabe? Muitos policiais carregavam, então criavam asas!!*, enfatiza Irene Boemer<sup>866</sup>. *Tiravam o rádio dos alemães porque diziam que eles se comunicavam com os navios que estavam na costa brasileira e com os nazistas de outras cidades, e também prá eles não terem acesso às notícias da guerra*, recompõe Isaulina Maes Werner, recuperando relações vividas em Itajaí no tempo da guerra<sup>867</sup>. Cenas que ficaram impressas nas memórias de Didymea Lázzaris,

<sup>862</sup> Portaria n. 213, de 25 de maio de 1940. Secretaria de Segurança Pública – Florianópolis, assinada por Ivens de Araújo, Secretário. A mesma Secretaria já havia editado a Portaria n. 77, de 12/09/1939, proibindo afixação de cartazes jornalísticos com noticiários de guerra. Ver ANEXO VII.

<sup>863</sup> Processo n. 484, Caixa 51 – Isidoro Pedro Coelho. 2ª Vara da Comarca de Florianópolis. Secretaria de Segurança Pública – Delegacia Regional de Polícia. Arquivo do Fórum – Estado de Santa Catarina.

<sup>864</sup> Final da década de 1980: o escritor catarinense Silveira Junior narra episódios pitorescos do casal de colonos Vitoldo e Brune. Vitoldo fascina-se com o aparelho que fala e troca o cavalo pelo rádio! Envolvido com os discursos de Hitler positivando a Alemanha, Vitoldo fala com os vizinhos, entusiasma-se, de modo que o delegado leva-o preso... juntando história e ficção, a narrativa desenrola-se mostrando as prisões, leis, convocações para a guerra, traições, apreensões de rádio, ligações com o nazismo, disputas, escola alemã, proibições, clubes... perpassando o cotidiano do casal Brune e Vitoldo, de maneira que a guerra é outra, vivida nas franjas da realidade, num lugar que chama-se Blumenthal. SILVEIRA JUNIOR. *Nossa guerra contra a Alemanha* (crônica de um tempo de arbítreo). Florianópolis: Lunardelli, 1988.

<sup>865</sup> *Enquanto permanecemos em Joinville, com o rádio no hotel que tocava o dia inteiro, não ouvimos uma só música nacional, nem estação brasileira. nem mesmo uma transmissora que existe em Blumenau*, escreveu Hugo Bethlem sobre sua estadia naquela cidade no final dos anos de 1930. BETHLEM, Hugo. Op. cit., p. 141.

<sup>866</sup> BOEMER, Irene de Souza, 81 anos. Depoimento concedido em 16/05/2001, Itajaí. Concedido a Glória Alejandra Luna Guarnizo, a quem agradeço.

<sup>867</sup> WERNER, Isaulina Maes, 81 anos. Depoimento concedido em 16/09/2000, Itajaí. Concedido a Juliana Maes de Carvalho.

então menina amedrontada com os enfurecidos policiais, que obrigaram os alemães a desfilarem com o rádio nas costas, *cada qual com o seu*, quando *ficávamos no escuro com as janelas entreabertas*, vendo os alemães passarem... *é uma coisa assim que a gente guardou desagradável*, diz<sup>868</sup>. Imagens sensíveis, enraizadas naquilo que identificam homens e mulheres às suas histórias.

Era abril de 1944 quando Walter Ernest Kiedzer, brasileiro, casado, lavrador e morador de Ribeirão Sellim (Ibirama<sup>869</sup>), reservista do Exército Nacional, comprou de Clemens Kranbeck um aparelho de rádio marca “Zenith” (número 691330) e o instalou em sua casa. Porém, em outubro deste ano, o delegado especial de Polícia de Ibirama, Sargento Carvalho, prendeu Walter e apreendeu o aparelho, levando-os para a delegacia. Walter escreveu então a Nereu Ramos, reclamando da atitude do delegado e pontuando que esta arbitrariedade só aconteceu porque seu pai, Frederico Kiedzer, era de nacionalidade alemã. O suplicante declarou ser seu pai

um velho lavrador inofensivo, vivendo apenas do trabalho, tendo imigrado para o Brasil e aqui se estabelecendo em 1901, sentindo-se feliz na nossa pátria e considerando-se tão bom brasileiro como qualquer outro, nunca tendo professado ideologia política ou qualquer outro pelo que não pode ser considerado como elemento suspeito ou perigoso<sup>870</sup>.

Com o argumento de que *Ouvir rádio não é crime - No Rio e em São Paulo, nacionais e estrangeiros ouvem rádio. Não deverá pois um pobre velho trabalhador rural que vive num remoto recanto do interior ser considerado como elemento nocivo*, solicitou que o Interventor Estadual mandasse restituir o aparelho, *porquanto não existe motivo algum que legitime sua apreensão*, mas, se assim não fosse, pelo menos que as autoridades fornecessem o *auto de apreensão, sendo de justiça e direito*. A Portaria proibia a recepção em locais públicos e em quaisquer lugares de ajuntamentos de pessoas, mas nas casas as pessoas ouviam escondido. Entretanto, os policiais faziam a ronda e “caçavam” aparelhos nas residências, apreendiam ou lacravam. Entre janeiro de 1942 e mesmo mês de 1943, conforme relatório policial, foram *apreendidos 192 aparelhos de rádio de propriedade de súditos do “eixo” e lacrados 836*<sup>871</sup> (lacre ou selagem, veremos adiante).

<sup>868</sup> OLIVEIRA, Didymea Lázzaris, 72 anos. Depoimento concedido em 18 de outubro de 2001, Itajaí. Concedido a José Isaias Venera, a quem agradeço.

<sup>869</sup> Hamônia passa a chamar-se Ibirama com o Decreto-lei estadual n. 941, de 31/12/1943.

<sup>870</sup> Carta de Walter Ernest Kiedzer, Ribeirão Sellin, Ibirama, ao Interventor Nereu Ramos, em 7 de novembro de 1944. Ofícios Recebidos de Diversos – 1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>871</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Ratton, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.



Fig. 10 – Alemães escoltados por um policial, na rua principal de Itajaí, levando os aparelhos de rádio. Itajaí, ano de 1942.

Fonte: Arquivo Histórico de Itajaí.

Nas colônias, os estrangeiros e descendentes de alemães, italianos, poloneses não estavam alheios à proibição, porém, o rádio era a comunicação essencial para acompanhar a guerra, e embora proibido, reuniam-se geralmente em casa de algum vizinho para ouvir. Hilda Brillinger conta-me que, em Itoupava, as famílias se reuniam para escutar notícias, *aí pelas oito horas, nove horas, a gente sentava ali e o rádio falando, o rádio falando. Aonde tinha um rádio, a gente ia, iam quase todos, ali contava como é que estava a guerra. Então passava um e dizia 'olha, tal dia, tal hora tem programa de rádio' e a gente ia.* Perguntei quem ia e respondeu-me que *Ah, iam todos, né, a mãe levava todos...*<sup>872</sup> Itoupava era então uma comunidade rural e pertencia ao município de Ararangua, no sul do Estado, onde moravam exclusivamente alemães e descendentes, sendo que só falavam em alemão.

Posso depreender que além de inteirar-se das notícias, esses espaços de sociabilidades em torno do rádio aproximavam grupos de interesses comuns. É óbvio que numa comunidade de alemães e descendentes, sendo proibida a escuta de programas radiofônicos da Alemanha, só eram convidados os pares de mesma afinidade cultural e possivelmente ideológica – o que não significa que todos torcessem para a Alemanha. Imagino os ânimos e as conversas em alemão, as crianças com ouvidos atentos – constroem-se subjetividades no calor dessas reuniões, sim, e as pessoas recebiam ali uma multiplicidade de interferências, construindo-se pela comunicação, imagens, sentidos, ao que Maffesoli incita para avaliar a abertura para as diversas características de eu re-elaboradas nas relações e trocas<sup>873</sup>.

Olinda Schappo, de Bethânia (Alfredo Wagner), conta: *Lá em casa a gente escutava o jornal em alemão transmitindo de lá as notícias, mas bem baixinho e alguém sempre vendo se não tinha ninguém por perto, tínhamos medo. À noite, sempre a rádio alemã!!* Em Trombudo Alto, *Escutávamos o rádio alemão na casa de Leopoldo Koch, vinham pessoas para escutar, mas era bem baixinho porque tinha espião. A polícia subia em árvores para espionar e ver se escutavam rádio para prender,* rememora Helmuth Koch. Como se pode perceber, se a

<sup>872</sup> BRILLINGER, H. Entrevista citada. Urda Klueger narra a história da família Sonne nos anos da guerra, em Blumenau. Com a declaração de guerra, os alemães continuaram fazendo tudo o que faziam, e, *Na casa de Julius Humberto Sonne, a única mudança aparente eram os vizinhos que vinham à noite para ouvir as notícias do rádio. Quase todas as noites vinha um ou mais, dependendo das notícias que circulavam durante o dia entre a população.* KLUEGER, Urda Alice. *No tempo das tangerinas.* Florianópolis: Lunardelli, s/d. p. 30.

<sup>873</sup> Cf. MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências.* Tradução Bertha H. Gurowitz. Petrópolis: Vozes, 1996. P. 210.

polícia caçava os proprietários de aparelhos radiofônicos, estes também utilizavam de artimanhas para esconder, dissimular: alguém ficava à espreita, escutavam bem *baixinho* – por certo devia ser difícil a escuta, mas é evidente que a lei e a ordem eram burladas. Em Timbó, um homem *tinha um rádio, mas ele não queria ficar sem o rádio. Então, ele tinha um poço e ele cavou dentro do poço e instalou o rádio lá dentro do poço, e na hora do noticiário, ele descia o poço e escutava!!!*, recorda Maria Dallabrida<sup>874</sup>. Resistência, sem dúvida!

Nesse tempo, o rádio era raro e a curiosidade misturava-se ao espanto, ou vice-versa. Conta Hanz Schroeder que, em Trombudo Central, havia dois aparelhos de rádio, *um era de uma mecânico aí de Brusque, o Slessler, tinha uma pequena oficina, e que veio morar na casa de um agricultor e tinha o rádio, e o outro era de meu irmão. À noite, sua casa recebia os vizinhos para ouvir as notícias, os mais curiosos olhavam atrás do rádio prá ver de onde é que vinha aquele som, né, não conheciam, eu também não conhecia. Reuniam-se para escutar as notícias da guerra. Claro, eles torciam, assim no íntimo, porque estava aquele sucesso na Alemanha, mas depois os rádios foram lacrados e não podia mais escutar as ondas curtas, só podia escutar as notícias brasileiras. Eram sete, oito pessoas, mas, com a repressão, meu irmão disse “olha, é melhor não virem mais senão vai complicar a vida de todo mundo”*<sup>875</sup>.

Celina Langui era menina; recorda-se que em Palhoça na sua casa, *toda noite a casa ficava cheia, ficavam sentados lá na sala ou no chão escutando o noticiário, né, do Repórter Esso*<sup>876</sup>. Havia poucos aparelhos e então as pessoas iam ouvir o Repórter Esso *na casa do avô do Gilberto Nahas, ele junto, era um rádio desses compridos, assim (gesticula). Então ele ligava bem alto prá gente escutar. Então quando dizia que os alemães tinham matado muitos brasileiros, aquilo tudo, então aquilo prá ele era uma glória, né porque ele era da Alemanha...*<sup>877</sup>.

São incontáveis os depoimentos mostrando que brasileiros e descendentes reuniam-se para escutar os noticiários da guerra, e as “torcidas” dividiam-se – os aparelhos provocavam curiosidade e as notícias eram esperadas e discutidas. Nas memórias de Maria Luiza, neta de italianos e moradora de Nova Trento, o significativo sobre a guerra e que lhe marcou: seu marido era proprietário de uma rádio e havia bem poucos aparelhos naquela época; eram vizinhos da família de Julio Baumann, alemães, e quando ouvia que Hitler estava discursando, chamava: *“Julio, Hitler está falando”* (entona a voz puxando o alemão), *e ele vinha correndo*

<sup>874</sup>SCHAPPO, Olinda; DALLABRIDA, Maria Conti. Entrevistas citadas. KOCK, Helmuth, 65 anos. Entrevista concedida a Olga M. Grimm, em abril de 2000, Agrolândia.

<sup>875</sup>SCHROEDER, Hanz. Entrevista citada.

<sup>876</sup>LANGUI, Celina. Entrevista citada.

<sup>877</sup>SILVA, Amélia Correia da, 69 anos. Depoimento concedido em 10/12/1997, Palhoça.

para ouvir. [Depois, tiveram que *se esconder...*<sup>878</sup>. Hilário Savi morava em Timbé do Sul e diz que escapou das teias da polícia: *No meu rádio eles não mexeram; a reunião era lá em casa, pegava tanto a Alemanha quanto a Itália, era as 8 horas da noite, meia noite lá (na Europa). Eu era um dos poucos que tinha rádio, iam os vizinhos, parentes lá em casa ouvir. Torcia para a Itália, claro!!!*, enfatiza. Sua memória é primorosa:

Meu pai tinha um radiozinho... então tinha um vizinho que comentou “Será que ainda tem avião por lá?”, aí, “Por quê?”; “Porque eu acho que cada dia tanto os italianos como os alemães, os ingleses e os americanos derrubam, será que ainda tem prá derrubar?”. Em tempo de guerra é tempo de mentiras... mas as notícias, era difícil de acreditar, porque cada um, da Alemanha, os americanos, cada um dizia que tinha derrubado tudo, mas ainda tinha avião!!<sup>879</sup>

Tempo de mentiras, tempo de ouvir as notícias e discutir, tentar entender, avaliar. Vemos formas de recepção das notícias, como ouviam, imaginavam e representavam o que ouviam - *era difícil de acreditar*, diz o depoente, interpretando esse tempo de enganos e muitas representações. Hilário mostra um atributo da memória: recuperar no fragmento um diálogo que pode ser compartilhado nos sentidos entrecruzados da memória social, entretanto, profundamente pessoal. A memória é um trabalho que faz irromper coisas e relações há muito guardadas nas gavetas do tempo; a um toque e lá vêm as imagens reconstruídas, transfiguradas, emergindo em sentidos – são os *trabalhos da memória*<sup>880</sup>, nos diz Chauí; são partes da história que não cabem em formas.

Ali perto, em Turvo, Hercílio Ferro acompanhava o padrasto – Antonio Castro - nas buscas e apreensões (conta que o padrasto era analfabeto. Então ele, garoto, era quem preenchia o “livro preto” com os nomes dos presos). Recorda que o delegado retirava os rádios das casas dos italianos e guardava em sua casa:

um dia meu padrasto chegou em casa com um rádio meio redondo e o alemão junto, e disse “quando voltar pode parar aqui que o rádio é teu”, ele devolvia. Todos os alemães tinham um revólver no estojo ou uma espingarda, mas ele não tirava, não. Nem procurava arma, não tirava porque conhecia todos. O rádio tirava, com medo que fosse um rádio-amador.

A possibilidade de existir um rádio-amador era imediatamente investigada: uma denúncia em Rodeio levou os policiais a revistarem o sacrário da igreja em busca de uma

<sup>878</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Vale de, 95 anos. Depoimento concedido em 09/01/2001, Nova Trento. Concedido a Anderson Sartori.

<sup>879</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada.

<sup>880</sup> CHAUI, Marilena. Os trabalhos da memória. Apresentação de BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 29.

emissora clandestina, *mas não tinha nada*, recorda-se Eugênio Depiné<sup>881</sup>. Já em Biguaçu, o aparelho *rádio receptor* escondido atrás do altar da Igreja Matriz foi apreendido e o padre alemão, Antonio Kondlick, preso, acusado de acionar emissora clandestina da Alemanha e *filtrar notícias para os nazistas*<sup>882</sup>. Era agosto de 1942 quando frei Francisco Xavier von Goldern foi preso e acusado de *possuir uma rádio-emissora pela qual transmitia notícias bélicas ao governo alemão*, conta o cronista da Residência Franciscana<sup>883</sup>. Ou seja, os padres não estavam imunes a estas denúncias.

Não tenho dúvidas de que ouviam rádio, mesmo sendo proibido; sintonizavam na *Hora do Brasil* bem alto, mas, na surdina, era a voz da Europa a fazer sentido! Programas de rádio em língua alemã foram proibidos em 1938. Conforme cita Ilanil Coelho, neste ano foi criada a *Rádio Difusora de Joinville*, então com uma *programação voltada a temas educativos e culturais exclusivamente nacionais*<sup>884</sup>. Esta proibição deve ter sido um ‘golpe’, que muitas pessoas só ‘ouviam’ nesta língua, cantavam, entendiam e riam ... Isso modificou cotidianos, pois práticas que antes eram comuns tornaram-se proibidas, sendo possível afirmar que ‘entristeceu’ muita gente e sensibilizou mulheres e homens. Mesmo assim, não significa que não ouvissem.

Emissoras de rádio também eram apreendidas. No *A Gazeta*, de julho de 1942, a notícia de que foram apreendidas em Chapecó duas “*estações transmissoras*” de propriedade de alemães; também em Indaial a polícia apreendeu e lacrou todos os rádios de súditos do eixo, sendo que ainda em 1938, a *Rádio Clube de Blumenau* teve seu patrimônio incorporado à prefeitura<sup>885</sup>. Como vimos anteriormente, aparelhos de rádio foral alvos da polícia, e as emissoras que não se ‘definissem’ eram imediatamente fechadas e/ou apreendidas.

O controle dos meios de comunicação era feito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP<sup>886</sup>), criado com o Decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939<sup>887</sup>,

<sup>881</sup> FERRO, Hercílio; DEPINÉ, Eugênio. Entrevistas citadas.

<sup>882</sup> REITZ, Raulino. Op. cit., p. 246.

<sup>883</sup> I.N.D. *Crônica da Residência Franciscana*. Op. cit., p. 10.

<sup>884</sup> COELHO, Ilanil (2000). Op. cit., p. 188.

<sup>885</sup> *Jornal A Gazeta*, 07/09/1942; 11/10/1938; *Jornal O Estado*, 03/09/1942.

<sup>886</sup> Precederam ao DIP o Departamento Oficial de Publicidade (2 de julho de 1931); Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (10 de julho de 1934); Departamento Nacional de Propaganda (início de 1938). Em novembro de 1935, as licenças para operar com rádios de ondas curtas foram suspensas e o noticiário das rádios restringiram-se ao que estava sendo publicados nos jornais. A Delegacia de Ordem Política e Social coube fiscalizar e controlar tudo o que saía na imprensa e nas rádios, inclusive letras de música. Cf. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 116-117. Sobre como o Estado Novo conduziu a propaganda ideológica e criou base de apoio às propostas de harmonia, unidade nacional e centralização política, bem como a censura, ver GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero; CNPQ, 1990.

<sup>887</sup> Na data de 3 de outubro de 1939, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores enviou ao Interventor Nereu Ramos as *Instruções Especiais para a Censura da Imprensa, em relação à guerra européia*, onde se lê regras de

diretamente vinculado ao gabinete presidencial e organizado, nos Estados, como Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Sua função básica era fiscalizar a imprensa em todo o território nacional, aplicar a censura às mensagens contrárias ao regime, promover a figura de Vargas e divulgar o noticiário oficial, supervisionando os meios de comunicação de massa, e, para tanto foi dividido em cinco seções: radiodifusão, propaganda, cinema e teatro, turismo e imprensa. Integrando a seção de imprensa foi também criada a revista *Cultura Política*, voz oficial da proposta estado-novista, onde escreviam os intelectuais, totalmente alinhada às diretrizes do Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>888</sup>. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda foi criado em Santa Catarina, em maio de 1941<sup>889</sup>, e, em setembro de 1942, outro decreto dispôs sobre *o comércio de aparelhos de rádio, transmissores e receptores, seus pertences e acessórios*, que diz:

Artigo 2º – Os indivíduos ou sociedades que exerçam o comércio de mercadorias acima, não podem transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas (...); Artigo 4º - A violação importará no confisco da mercadoria e sujeito aos responsáveis a pena de reclusão por um a dez meses; Artigo 5º – Aparelhos que estejam sob a posse de súditos alemães, italianos e japoneses ficam sob a fiscalização imediata que poderá apreender (...); e, Fica a cargo das autoridades policiais e subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores<sup>890</sup>.

Com essa lei, os aparelhos de rádio ou eram apreendidos e levados para as delegacias, ou então selados – a selagem do rádio (aparelho) correspondia a um selo adesivo o que impedia de ser ligado. Nas correspondências do DEIP ao Interventor aparecem informes sobre *a renda obtida com a selagem*<sup>891</sup>, *pela censura de programas de rádio e cinema*, ou *a renda em selos estaduais aplicados com a aprovação de programas de cinema e rádio e auto falantes*<sup>892</sup>. Ou seja, cobrava-se um imposto para liberar programas radiofônicos e salas de cinema. Alberto Kanitz conta que lá em Trombudo Alto (Rio do Sul),

---

esquadrinhamento para o cinema, rádio, imprensa, etc. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/44. Palácio do Governo. APESC.

<sup>888</sup> Sobre o assunto, ver GOMES, Angela de Castro (1996). Op. cit., p. 125 e seguintes. Também PAULO, Heloísa Helena de. O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939-1945). In: *Revista Brasileira de História - Instituições*, vol. 7, n. 14. São Paulo: ANPUH; Marco Zero. Mar/ago. 1987. P. 99-113.

<sup>889</sup> Decreto-lei n. 543, de 30 de maio de 1941. *Relatório do DEIP* enviado ao Interventor Nereu Ramos – Exercício de 1942 -, em 30/04/1043. Pelo Decreto n. 996, de 19/06/1941, valida o Regimento do DEIP - Art. 2º, letra b) *censura do teatro, cinema, radio-difusão, literatura de feição social e política e imprensa*. Ofícios Recebidos do Departamento de Autônomos – Jan/jun. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>890</sup> Decreto-lei Federal n. 4.701, de 17/9/1942. *Diário Oficial do Estado*, 24/09/1942. P. 7.

<sup>891</sup> Selagem ou aplicação do selo, ou estampilha adesiva de um valor convencional, ou um imposto que incidia sobre certos papéis, documentos ou autos.

<sup>892</sup> Correspondências do DEIP ao Interventor Nereu Ramos, anos de 1941 a 1944. Aparecem nos Ofícios Recebidos dos Departamentos de Autônomos. Palácio do Governo. APESC.

as notícias da guerra eram recebidas pelo rádio, e só podia ter rádio quem era brasileiro. Os estrangeiros que tinham rádio a polícia vinha e selava, então passaram a ouvir as notícias na casa do Oscar Zwicher. A polícia vinha uma vez por mês e passava nas casas para ver se o rádio ainda estava selado. Após a guerra, aí foi retirado o selo dos rádios...<sup>893</sup>

Intolerância ou necessidade no esforço de guerra? De qualquer forma, os colonos davam um jeito de ouvir as notícias! Em julho de 1942, quando o Diretor da Divisão de Rádio (Rio de Janeiro) solicitou ao diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda providências urgentes para que fosse organizado, no Estado de Santa Catarina, um *corpo de escutas radiofônicas*, pontuou rigorosas instruções, onde competia *ao escuta apresentar um relatório dactilografado resumido das crônicas, palestras, comentários, comerciais*. As punições aos transgressores seria a advertência verbal, escrita ou punição. Ainda disse que *os escutas não devem assinar seus relatórios, a fim de que não sejam os mesmos identificados pelas emissoras*, substituindo a assinatura por um número só conhecido pelo encarregado do serviço<sup>894</sup>. Todo esse cuidado respaldava-se no Decreto Federal n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, que definia os crimes contra a segurança do Estado e, segundo um de seus inúmeros artigos, constituía-se crime instalar e possuir aparelho transmissor de telegrafia, ou radiotelegrafia, para comunicação a distância, bem como utilizar qualquer tipo de comunicação que pusesse em perigo a segurança nacional. Havia, sim, rádios clandestinas espalhadas em vários pontos de capitais brasileiras e onde agia uma rede de espionagem – em 1941, por exemplo, a *Rádio Ipanema* foi comprada pela Embaixada Alemã, divulgando mensagens até meados de 1943, quando foi detectada pela polícia política<sup>895</sup>.

A preocupação com a rádio esteve na pauta das estratégias durante a campanha de nacionalização, sendo mais acentuada durante a guerra. O delegado Antonio de Lara Ribas escreveu, em 1943, que para os alemães *A “ordem do dia” sempre foi a de escutar a emissora de ondas curtas de Berlim, especializada em propaganda mentirosa do nazismo, mística ideológica a serviço do plano pan-germanista*, reclamando que os colonos não se interessavam em ouvir a *Hora do Brasil* e sim a *Hora Alemã*, que era irradiada por estações brasileiras, constituindo-se num instrumento de propagação do nazismo<sup>896</sup>. Todo o esforço para impedir que os imigrantes e descendentes ouvissem emissoras de seus países vinha

<sup>893</sup> KANITZ, Alberto. Entrevista citada.

<sup>894</sup> Ofício do Capitão Amílcar Dutra de Meneses, Diretor da Divisão de Rádio, Rio de Janeiro, ao Diretor do DEIP, Florianópolis, em 12 de junho de 1942. Ofícios Recebidos dos Departamentos de Autônomos – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.

<sup>895</sup> PERAZZO, Priscila (1999). Op. cit., p. 49 e 119.

<sup>896</sup> RIBAS, Antonio de Lara. Op. cit, p. 42 a 44.

paralelo ao esforço de produzir programas educativos em prol da nacionalização, do regime e da política de “boa vizinhança”. Os militares de Blumenau implantaram, em 1939, o programa “*Hora do 32º BC*”, com a locução de sargentos, totalmente voltada à leitura de fatos históricos e à integração da população<sup>897</sup>. A *Hora do Brasil*, da *Rádio Nacional*, era a voz oficial; e, ligando o país com os Estados Unidos, a *Voz da América*<sup>898</sup>, programa utilizado para contrabalançar a propaganda alemã, que alcançou o mundo como instrumento de propaganda de guerra norte-americana.

Conforme constata Alcir Lenharo, o rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional<sup>899</sup>. Efeitos sonoros exploravam as emoções, provocavam a imaginação; afinal, era a voz do pai/presidente a entrar nas casas, “visita” de viva voz a penetrar na intimidade dos ouvintes, oferecendo abrigo. Em outras palavras, um poder persuasivo e controlador a entrar na cotidianidade dos brasileiros. Rádios eram aparelhos raros que nem todos possuíam; objetos de desejo e de curiosidade<sup>900</sup>, eram agora alvo de denúncias e leis proibitivas, e deve ter sido doloroso perder a possibilidade de contato com o mundo lá fora, com a música, os costumes, a língua. É evidente que ouviam, dissimulavam, escondiam-se para ouvir, mas ficou muito difícil com a espionagem e a vizinhança atenta.

O rádio, os jornais e o cinema eram instrumentos da propaganda nazista e fascista, como também o era para Vargas (que “copia” os métodos daqueles países<sup>901</sup>) na divulgação do regime. Lara Ribas disse que a imprensa escrita – livros, jornais e material de propaganda – era a *alma da propaganda nazi* e que chegava nas colônias transportados por *caminhos lamacentos e pedregosos*, onde o rádio era raríssimo<sup>902</sup>.

<sup>897</sup> NOGUEIRA, Rui. Op. cit., p. 109 e 110.

<sup>898</sup> Em 1939, os Estados Unidos tinham 12 horas semanais de programas para a América Latina, enquanto a Alemanha tinha 7 horas; em 1941, os Estados Unidos irradiavam 24 horas por dia com noticiários em espanhol e português. O *Office of War Information* (OWI) fez irradiar o programa *A Voz da América*, que alcançou impacto mundial, como instrumento de propaganda de guerra norte-americana. Ver PRADO, Maria Lígia. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. In: *Revista da USP*- Dossiê 50 anos de final de Segunda Guerra, n. 26, jun/jul/ago. 1995. São Paulo: USP, P. 59.

<sup>899</sup> LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 40 e seguintes. Lembro que a primeira radionovela no Brasil foi ao ar em 1941, com o tema Em busca da felicidade (feita em Cuba). Sta, como as outras da época, explorava conflitos humanos e sentimentos, assim como o radioteatro – *durante a vigência od Estado Novo, as emissoras de rádio exibiam novelas cubanas e argentinas completamente apolíticas e alienantes do ponto de vista participativo*. CAPELATO, Maria Helena Rolin (1998). Op. cit., p. 177.

<sup>900</sup> Para uma leitura sobre a experiência da rádio em Florianópolis, nas décadas de 1940 e 1950, ver MACHADO, Aldonei. *A cidade no dial: Florianópolis nas ondas médias e curtas do Rádio* (décadas de 40 e 50). Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Univesidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>901</sup> A propaganda política de Goebbels na Alemanha deixou impressionados intelectuais, jornalistas, homens do poder, os quais se encantavam com as técnicas de persuasão utilizadas naquele país desde o início do nazismo. Getúlio Vargas e seus colaboradores vão, então, “copiar a receita” e aplicá-la na propaganda, através do DIP.

<sup>902</sup> RIBAS, Antonio de Lara. Op. cit., p. 44 e 45.

Desde a fundação das colônias, a necessidade levou os colonos a criarem seus próprios jornais, como fizeram em Joinville e em Blumenau, obviamente na língua de origem. A nacionalização bateu de frente com esses periódicos e, a partir de 1937, as notícias só eram liberadas depois do consentimento da polícia do Distrito Federal, ou do governador do Estado; ou seja, a vigilância nas redações ficou explícita e fazia com que a autocensura funcionasse<sup>903</sup>. Em abril de 1942, o redator do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda responde a solicitação do Interventor Nereu Ramos

sobre os procedimentos do envio de telegramas e noticiários para os jornais locais – Quanto aos noticiários (...) como sejam reportagens sobre atividades totalitárias (...), tenho o cuidado de retê-los (...) pois não poderia haver divulgação sem o beneplácito de Sua Excelência o Senhor Interventor de qualquer nota (...) <sup>904</sup>.

Ainda antes do rigor da censura, em fevereiro de 1938, o inspetor Ary de Alencastro Guimarães escreveu a Nereu Ramos reclamando dos benefícios do governo à imprensa alemã com a isenção de imposto no papel-jornal: *Circula nesta zona de colonização o “DER URWALDSBOTE” e que publica notícias favoráveis àquele país, bordando-as com uma aura de glória e grandeza, incentivando no espírito de seus leitores (...) a superioridade da raça alemã em confronto com a nossa, da qual só noticia fatos corriqueiros, crimes e críticas severas aos atos dos nossos homens públicos, atacando e ridicularizando os funcionários públicos*<sup>905</sup>. Sugeriu que o governo obrigasse este e outros jornais a editarem somente em língua nacional, pois *só assim iriam aprender a nossa língua, os nossos hábitos, as nossas necessidades e a conhecer os nossos homens*. Dizia-se incomodado com o fato de que, quando interpelados os meninos da mais tenra idade, orgulhavam-se em se declarar alemães. Este jornal, continuou ele, *domina esta zona, bem como circula o “DER KOMPARS”*, editado no Paraná, prejudiciais aos interesses da nação. Mais: viajando pelo interior do Estado, havia observado que os jornais circulavam em ônibus e caminhões, sem pagamento da taxa postal, onerando ainda mais os cofres da União.

<sup>903</sup> No dia 6 de setembro de 1939, o Secretário de Segurança Pública enviou ao Interventor Nereu Ramos ofício dizendo da advertência e censura ao diretor do “*Jornal de Joinville*”, com a ordem que *vedem a publicação de qualquer matéria jornalística que contenha ataques ou louvores as potências em luta na Europa*. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/41. Palácio do Governo. APESC. Em 1940, a polícia invadiu os jornais *A Noite*, *A Manhã*, e as instalações do Estado de São Paulo, ficando ambos sob intervenção do Estado até 1945. CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 116-117.

<sup>904</sup> Ofício do Redator do DEIP, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 24 de fevereiro de 1942. Ofícios Recebidos dos Departamentos Autônomos – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.

<sup>905</sup> Carta de Ary de Alencastro Guimarães, Joinville, ao Interventor Nereu Ramos, em 21 de fevereiro de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos – 1938. Palácio do Governo. APESC.

Não estava errado o indignado inspetor: os jornais *Der Urwaldsbote* e *Blumenauer Zeitung* (Blumenau), e o *Kolonie Zeitung* (Joinville), eram escritos em língua alemã e veiculavam as ideologias nacionalistas daquele país. Em dezembro de 1938, o *Blumenauer Zeitung* foi fechado com a campanha de nacionalização; o *Der Urwaldsbote* continuou a ser redigido em idioma alemão até agosto de 1941, quando mudou de nome para *Correio do Povo* e morreu<sup>906</sup>; o *Kolonie Zeitung* passou a publicar artigos de militares a partir de 1º de setembro de 1938, e só em 2 de setembro de 1941 passou a ser editado totalmente em português - 80 anos após sua fundação. Esses e outros jornais de língua alemã terminaram seus dias no desfecho da acirrada disputa durante a nacionalização forçada. Giralda Seyfert mostra que em 1939, havia cerca de 60 jornais em circulação no país, sendo que quase um terço deles era publicado em alemão; com a campanha, inicialmente tiveram publicar edições bilíngues e artigos patrióticos de autores brasileiros, passando à proibição definitiva e a extinção da maioria dos jornais e revistas<sup>907</sup>.

É interessante perceber como as pessoas faziam a “política do puxa-saquismo”: em outubro de 1941, o Interventor Estadual recebeu telegramas de Indaial, Timbó, Rodeio, Ascurra e Aquidabã (hoje Apiúna), onde assinaram as autoridades (distribuídos, somam 74 nomes) destes municípios, todas congratulando-se com o Conselho Nacional de Imprensa pelo fechamento definitivo do “*Der Urwaldsbote*”<sup>908</sup>; obviamente, a maioria dos que assinaram tinham sobrenomes estrangeiros. Não há dúvidas que essa medida modificou o cotidiano de muitos homens e mulheres que só liam naquela língua, deixando-os praticamente “órfãos” de literatura. Liam escondido e podiam ler outras coisas – Kalenders, revistas, livros... se não fossem também apreendidos (veremos sobre isso).

Paralelamente à proibição de leitura em língua estrangeira, toda propaganda estava voltada à produção de imaginários sociais, arma ideológica do regime político, como mostra Maria Helena Capelato, observando estas práticas na Argentina e Brasil nos tempos de Perón e Vargas<sup>909</sup>. Os fenômenos modernos de propaganda apelam, interpelam, dramatizam, sensibilizam, persuadem e intensificam o emocional para despertar sentimentos políticos,

<sup>906</sup> Em Santa Catarina havia *uma imprensa de língua alemã com uma tradição respeitável para as condições brasileiras*, destacando-se três grandes jornais: o *Der Urwaldsbote* (desde 1898) e o *Blumenauer Zeitung* (desde 1881), ambos de Blumenau, e o *Kolonie Zeitung* (desde 1862), de Joinville, e que tinham uma tiragem de pouco mais de 100.000 exemplares. GERTZ, René. (1987). Op. cit., p. 72-73.

<sup>907</sup> SEYFERT, Giralda (1999). Op. cit., p. 221.

<sup>908</sup> Telegramas dos municípios de Indaial, Ascurra, Timbó, Rodeio e Aquidabã, em outubro de 1941, ao Interventor Nereu Ramos. Ofícios Recebidos de Diversos – 1941. Palácio do governo. APESC.

<sup>909</sup> A autora mostra como a propaganda política, estratégia de poder, adquire mais ênfase nos regimes de tendência totalitária, sendo que os ideólogos do Estado Novo adotaram métodos do nazi-fascismo no controle dos meios de comunicação e persuasão, como eram feitos na Alemanha e Itália. CAPELATO, Maria Helena Rolin. (1998). Op. cit.

afirma Pierre Ansard, analisando a produção de mensagens e a pluralidade e diversidade das configurações em torno dos afetos e paixões particulares, utilizadas a rigor nos sistemas totalitários<sup>910</sup>. Muito embora a imprensa tenha sido o baluarte para assegurar o regime de Vargas, não houve, no Brasil, o uso sistemático deste veículo como o foi nos modelos alemão e italiano. E, conforme argumenta Capelato, e *não se pode exagerar sua importância no que se refere ao controle das consciências*, lembrando que mesmo os regimes mais rígidos no controle da imprensa não conseguiram uma “*opinião única*”, ou seja, não se pode ver uma *onipotência da propaganda política* já que é, sim, reforçadora de *anseios e interesses predominantes num dado momento*<sup>911</sup>. Vimos que as resistências ao projeto de sociedade homogênea esteve presente todo o tempo da guerra em Santa Catarina, e por isso mesmo a repressão justificou-se.

Nos anos da guerra, se a imprensa estava censurada, o esforço de “imprimir” práticas culturais “americanizadas” fez circular a revista *Seleções*<sup>912</sup>, enfatizando o “modo de viver americano” (*American way of life*), garantindo a formação de imaginários de “boa vizinhança”<sup>913</sup>. *Seleções* chegou no Brasil, em 1º de fevereiro de 1942, com o objetivo claro de fazer propaganda anti-nazista (posteriormente, anticomunista) e divulgar a versão dos Aliados sobre a guerra - ainda hoje acreditadas<sup>914</sup>. Através de Walt Disney, o personagem Zé Carioca foi construído para receber o Pato Donald e simbolizar a estreita amizade entre os

<sup>910</sup> ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne, L'Age d'homme, 1983.

<sup>911</sup> CAPELATO, Maria H. Rolin. (1999). Op. cit., p. 177 e 178.

<sup>912</sup> Em fevereiro de 1942, ao ser lançada, distribuído no Brasil 300 mil exemplares. No final da guerra já eram 8 milhões circulando no país. Para se ter uma idéia, a revista *Veja* só teria 300 mil exemplares em 1980. Conforme José Roberto Severino, proprietário do sebo *Casa Aberta* (Itajaí), a quantidade de *Seleções* antigas que circulam e são trocadas aí dão uma idéia do quanto eram lidas nos anos de 1940 a 1970. Outra revista publicada em Nova Iorque pelo *Bureau de Assuntos Interamericanos* era a *Em Guarda*, que circulava no Brasil, lembrada como uma “*revista da guerra*”, dadas as imagens fortes evidenciando o poder bélico dos Estados Unidos e textos emotivos contra o Eixo.

<sup>913</sup> Vimos já como os Congressos de Brasilidade convergiram para essa política, como faziam também muitos intelectuais. Por exemplo, a *Sociedade Felipe D'Oliveira*, fundada em agosto de 1933, visando fins artísticos, culturais e intelectuais, edita, em agosto de 1943, um número de sua revista totalmente voltado aos *aspectos e vida norte-americana*, prestando assim *uma homenagem à admirável democracia do hemisfério Norte*, onde escrevem intelectuais brasileiros como Astrogildo Pereira, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Sérgio Milliet, Viana Moog, Tristão de Ataíde, Vinícius de Moraes, Moacir W. de Castro, dentre outros (são 27 colaboradores). *Boletim Lanterna Verde*, n. 7. Boletim da Sociedade Felipe D'Oliveira. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Mauá Ltda, agosto de 1943.

<sup>914</sup> *A Reader's Digest* - conhecida no Brasil como *Seleções* - foi fundada em 1922, no Oeste dos Estados Unidos, tornando-se sucesso absoluto ao tratar de temas enraizados no imaginário social norte-americano, distribuída para quase todo o mundo; nos anos de 1940, o conteúdo passou a fazer a propaganda pró-Aliados, leia-se Estados Unidos. Entrou no Brasil em 1942 (até 1970 possuía escritórios aqui) quando havia terreno fértil para recebê-la. Tematizava a Marcha para o Oeste (ocupar o interior vazio, principalmente com interesse na Amazônia), objetivava eliminar a influência do Eixo, formar o imaginário maniqueísta (amigos e inimigos) com imagens elucidativas. Ver JUNQUEIRA, MARY Anne. *Ao sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em *Seleções*: Oeste, Wilderness e fronteira (1942-1970). São Paulo, Bragança Paulista: EDUFSC, 2000.

dois países (filme *Saludo, Amigos!, Alô, Amigos!*<sup>915</sup>). O cinema<sup>916</sup> foi largamente explorado através do uso imagem de Carmem Miranda, immortalizando as “bananas” aos “amigos do norte”, bem como na feitura de filmes que colaboravam na produção da imagem dos inimigos da pátria. Os cinemas de Florianópolis exibiram *Confissões de um espião nazista, O ditador, Gunga Din*<sup>917</sup>, absolutamente conectados ao ideário do momento. Maria Lina detalha sobre as propagandas ou *um noticiário antes do filme, e que era sobre a guerra*, quando ia assistir aos *musicais com Carmem Miranda*, ou filme *O Ditador*, com Charles Chaplin; imagens que amedrontavam e ficaram gravadas – *imagina só o que me gravou!*, salieta<sup>918</sup>. Lembro que também na literatura<sup>919</sup>, na arquitetura<sup>920</sup>, nas artes, educação, enfim, em todos os setores da sociedade, o governo e os intelectuais projetavam uma determinada cultura nacional.

Não há dúvidas de que a imprensa falada e escrita, bem como o cinema, influenciaram práticas culturais no Estado Novo e mais ainda depois da entrada do país na guerra. No cinema, *a maioria dos filmes era justamente filmes de guerra e espionagem, além dos tradicionais e já popularizados filmes de banguê-banguê*, mostrando “bandidos” contra “mocinhos”, além de padrões de comportamento exigidos para o “moderno” e o “civilizado” no contraponto de um passado a ser enterrado. Naquele momento, o discurso da modernidade exaltou com apologias a técnica e a ciência, que vinhamdos “vizinhos do norte”<sup>921</sup>. Em Santa

<sup>915</sup> “*Saludo, amigos*” – Direção de Walt Disney, 1943 (EUA). Este filme mostra a criação do personagem Zé Carioca para acompanhar o Pato Donald nas ruas do Rio de Janeiro, metáfora da amizade entre americanos do norte e brasileiros; enaltece os índios peruanos, a cultura chilena e os costumes da região platina, onde o Pateta come churrasco e dança a chula.

<sup>916</sup> Para um entendimento dos vínculos entre cinema e política no século XX, ver FURHAMMAR, Leif e FOLKE, Isaksson. *Cinema e política*. Tradução Julio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Para análise de produção técnica e de filmes, ver VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema*. Tradução Paulo Roberto Pires. São Paulo: Scritta, 1993; e, CASTRO, Nilo André Piana de (coord.). *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: Editora da Universidade; PMPA/Secretaria Municipal da Cultura, 1999.

<sup>917</sup> Filmes anunciados, com sinopses, nos jornais de Florianópolis: *O Estado*, de 09/05/1940, 19/02/1940, 19/10/1940, dentre outros. Os filmes exibidos durante a década de 1940 são em sua maioria de empresas norte-americanas como a *Paramount*, a *Metro* e *Fox*. Cf. SAYÃO, Thiago Juliano. *Guerra de imagens – cinema e representações durante a guerra (1939-1945) em Florianópolis*. Relatório de Pesquisa/PIBIC. Florianópolis: UDESC/DAPE, 2000.

<sup>918</sup> NICONOMUS BASTOS, Maria Lina. Entrevista citada.

<sup>919</sup> Uma análise sobre como os textos literários deste momento não eram nem totalmente autônomos, nem auto-suficientes, mas constituíam uma rede dinâmica de relações sociais vinculadas às sutilezas do poder e autoridade, ou uma produção cultural desenvolvida dentro dos parâmetros do Estado Novo, expressando valores, preocupações e ansiedades que ajudaram a explicar seu poder, sua autoridade e função social - tempo em que cultura e política tornam-se inseparáveis. JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). Tradução Antonio Dimas. In: *Revista da USP*, n. 26. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jun/jul/ago. 1995. P. 164-181.

<sup>920</sup> Cf. CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org). Op. cit., p. 179-189.

<sup>921</sup> Sobre este assunto, um estudo mostra como os embates e seduções foram representados em Blumenau nos anos da guerra. CARESIA, Roberto Marcelo e ROCHA, Balbino Simor. Ruptura com as formas do passado: entre a modernidade e a tradição. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, nos. 3/4. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, mar/abr. 2001. P. 90 e seguintes.

Catarina, a “boa vizinhança” se fazia nas diversas redes: o discurso de monsenhor Ary Bauer para as formandas de 1943 (Colégio Sagrado Coração de Jesus) foi enfático:

Professoras, a vós cabe explicardes, para a geração que será adulta no pós-guerra, aquilo que o grande presidente democrata Franklin D. Roosevelt acentuou numa mensagem há alguns anos: A democracia, o respeito pela pessoa humana, a liberdade e a boa fé internacional possuem a sua base mais sólida na religião e fornecem à religião as melhores garantias!<sup>922</sup>.

No tenso mês de dezembro de 1943, esse discurso reproduzia com clareza o lugar de quem falava, sua importância e condições de sua produção - tão carregado de truísmo que já era acreditado como “verdade”!

Vimos, então, que as estratégias de controle excediam-se, interferindo no cotidiano – desemprego, exonerações, extorsões, apreensões, desapropriações, apropriações – concomitante à produção de imagens na qual a imprensa oficial e os órgãos de controle esmeravam-se, na tentativa de neutralizar posições favoráveis aos países do Eixo. Entretanto, aos esforços sobrevinham dissimulações e resistências; ao olhar panóptico e esquadrinhador do policial, táticas e esconderijos. Sem dúvida, também negociações no calor da hora e ganhos para um ou para ambos os lados – dinheiro em troca do silêncio, e, porque não, subornos. As pessoas escreveram cartas, colocaram-se, exigiram ressarcimento, e, se nem sempre – ou quase nunca – tiveram os pedidos aceitos, vêm mostrar que não ficaram quietas – rebelaram-se, ou de maneira sutil, ou raivosa. Ora as relações se estranhavam, ora delatavam-se entre vizinhos, ora acabavam nos tribunais. Não há dúvidas: se *Homens e mulheres não apenas habitam, mas fazem este mundo*<sup>923</sup>, e isso dito hoje, bem serve para o ontem, o anteontem...

Se as cartas dizem do medo, destes e de outros e, de mais um pouco, havia outros dramas cotidianos, já que a vida era imperativa e os sonhos, dores e medos, risos e angústias eram vividas no balouçar dos dias e dos anos da guerra. Vamos em frente.

<sup>922</sup> Revista *Pétalas*, dezembro de 1943. Op. cit.

<sup>923</sup> LOURO, Guacira Lopes. Por que estudar gênero na era dos *cyborgs*? In: FONSECA, Tania M. Galli et alii. (orgs). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. P. 123.

## Sexto Capítulo

### Retalhos de Dramas Cotidianos

Viver esta outra guerra exigiu das pessoas, entre outras coisas, dribles em situações constrangedoras, desembaraçando-as nos improvisos; lugar de resistências inscritas na cotidianidade, nas rupturas com o mundo habitual, pessoas de carne e osso como o são estas que hoje revigoram e reavivam, em desdobramentos narrativos, detalhes resignificados do passado e tecidos de sentimentos.

Desse tecido tênue e largo que as memórias deixam entrever, as mulheres tiveram que inventar subterfúgios no trato com crianças, os racionamentos, os esconderijos. Obrigaram-se a se desfazer de objetos preciosos, estes que fazem o elo com o passado – fotografias, livros, enfeites, quadros religiosos, lápides – , foi preciso destruir tudo o que lembrasse a língua e a origem. Se há rancor nessa gente que lembra, também há ternura, solidariedades, desejos, mostrando que se vivia, resistindo; mas a vida seguia em cursos diversos... triturada às vezes, pontilhada de ressentimentos feridos com todos os problemas advindos da intolerância e arroubos de ocasião, era imperativo viver. Na cotidianidade, a vida se fazia preme de medo e urdiduras próprias de tempos de crise - as narrativas se abrem e revelam coisas da memória que brotam, insistentes, como segue dizendo este capítulo.

#### **Estratégias para viver a “outra” guerra**

Resistir: contingência de mulheres e homens, crianças, velhos. Como calar as crianças quando a prisão podia acontecer por um descuido inocente? *Lembro de um menino que cortou o dedo, levado ao hospital ficou berrando em alemão, e a mãe disse “fala português!”, e ele gritou: “se quiser que eu falo português então me dê uma barra de chocolate”, mas em alemão!* Fragmento do cotidiano em Florianópolis rememorado por Vera Molenda, e que mostra sentidos vividos na sua contingência.

Noutra ocasião, Vera conta de uma família que tinha três meninas, e, ao saírem de casa a mãe recomendou: *“nós vamos sair agora, mas por favor, na rua falem português porque tem polícia”*. A menina, *“e na Alemanha falam português?”*, retruca; e a mãe, *“não, falam em*

alemão”. “Então lá não existe polícia?”<sup>924</sup>. A inocente pergunta recorre a uma lógica infantil e mostra relações difíceis de explicar. Como a mãe teria resolvido este problema aparentemente frugal? Improvisou, por certo. Posso entender que qualquer explicação teria embutida a construção da imagem da polícia, e, para a criança, como seria reelaborada? Sabemos que as marcas da infância ficam impressas e são resignificadas na medida em que são remexidas, vêm em lapsos, e outorgam o princípio da recordação – Vera faz este elo entre a memória e a história, *porque lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito*, diz preciosamente Ecléa Bosi<sup>925</sup>. Ao trazer essas teias miúdas e aparentemente frugais, reatualizou o *instante*, operacionalizou um “retorno” de algo que foi vivido no passado, porém (re)avivado no presente e fulminante de sentidos, o que para Prost seria a *memória involuntária*, ou aquela que vem, *condensa* afetividades<sup>926</sup>.

Era preciso acomodar as coisas de modo que se evitasse delações e prisões, sendo tarefa das mulheres aquietar os pequenos:

A mãe dizia “olha, reza e vai dormir, porque de noite vem vigia e eu não quero conversa nenhuma aqui”. Tinha medo, mama!! A gente não era livre de dizer porque em casa tinha sempre gente vigiando, escutando. Às vezes o pai tinha vontade de botar um cachorro brabo, não se podia (risos). É isso, é, mas não se podia...

rememora Otilia Marchi, sobre como sua mãe lidava com o medo quando a depoente era menina, isso em Nova Trento<sup>927</sup>. Na casa de Anita Maria Bötcher Schutz, em Joinville, *as crianças eram escondidas em baús que ficavam guardados embaixo da escada que levava ao andar superior da casa*, para evitar que se traíssem na língua, ou para *esconder o idioma praticado*, rememora Anita, dizendo da *amargura e rancor* que o marido Afonso sentiu, por conta da repressão, até o final de sua vida<sup>928</sup>. Estes depoimentos somam-se a dezenas de outros que ouvi e onde as crianças estão no centro dos cuidados. Como exigir que calassem, acostumadas que estavam a só falar na língua da família? Como compreendiam essas proibições? Nas palavras de Otilia, *a gente não era livre de dizer* – falar era de dar medo – *paúra* - como rir, brincar, chamar a mãe. Aquietar-se e dormir era preciso.

O capitão Rui Guilhon Pereira de Mello, então delegado da Capitania dos Portos de Itajaí naquele janeiro de 1942, teve, na ocasião de uma ronda, a *atenção despertada* para um

<sup>924</sup> MOLENDAS, Vera. Entrevista citada.

<sup>925</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 39.

<sup>926</sup> Para essa análise de Proust, ver SEIXAS, Jacy Alves. Op. cit.

<sup>927</sup> MARCHI, Otilia Costa. Entrevista citada.

<sup>928</sup> SCHULZ, Anita Maria Bötcher. Depoimento concedido em setembro de 2001, Joinville. Concedido a Luciane Schulz Muniz Teixeira, a quem agradeço a possibilidade desta informação.

grupo de crianças *palestrando em língua alemã*. Aproximou-se e *indagou se não sabiam exprimir-se em português*; tanto bastou para que a mãe, Anelise Paul, *interviesse e desrespeitosamente repelisse aquele representante do poder público, declarando ainda de modo agressivo: “Sou alemã e as crianças só falarão a língua alemã”*. Bem, é o que diz a nota de primeira página do jornal intitulado *“Repelido desrespeitosamente o comandante da Capitania dos Portos de Itajaí”*, quando em cumprimento da *obra patriótica e relevante de nacionalização dos jovens descendentes de estrangeiros, exprobando o procedimento da acusada, que passou a expressar-lhe em alemão impropérios a dignidade do Brasil e a pessoa do oficial*, sendo que o marido também o fizera com *palavras e gestos obscenos*<sup>929</sup>.

Deste episódio resultou que o capitão enviou a Antonio de Lara Ribas a denúncia, sendo aberto processo crime no Tribunal de Segurança Nacional, onde foram acusados Richard Paul Junior, Richard Paul Neto e Anelise Paul<sup>930</sup>, residentes em Timbó e naquela ocasião veraneando na praia de Camboriú. O processo é longo: Anelise foi em defesa das crianças que, disse, assistiam uma rede sendo puxada com peixes e comentaram o fato, ao que o capitão teria dito diante da resistência da mulher *então vá para a Alemanha, vá ter com Hitler, tu és 5ª coluna*, sacudindo-a nos ombros e forçando-a a ir para o automóvel, foi acudida pelo filho adolescente, e, na versão do capitão, teria Anelise dito *“du dummer esel”*, ou “burro estúpido”, e, para o filho, *“Au ihn eine in die fresse”*, ou “dê-lhe uma na cara”. Anelise então telefonou para o marido em Timbó (da Firma Fritz Meurer), que veio... E começou outro enredo: Richard foi tomar satisfações com o capitão, e no bate-boca, teria falado com a autoridade *com as mãos na altura dos quadris* e feito *uma banana* para o capitão (gesto mostrando o cotovelo), uma *cruz com os braços em tom agressivo*... O acusado disse que não fez gestos imorais e quanto a pôr as mãos nos quadris e cruzar os braços no peito *é um costume que tem*, e que sua esposa foi desrespeitada e ele chamado de *sujeito*, o que não gostou. Salientou que criara os filhos como bons brasileiros, e iria procurar seus direitos... Eram 12 testemunhas<sup>931</sup>, cada qual aumentando um ponto na versão, traduzindo os *impropérios* e frases ditas em alemão como entendiam, confirmando a versão das *bananas* e dos gestos... Bem, era 20 de abril de 1942 quando os juizes do Tribunal de Segurança Nacional consideraram que só uma testemunha soube traduzir as palavras ditas em alemão e

<sup>929</sup> *Jornal do Povo*, 01/03/1942. Itajaí. P. 1.

<sup>930</sup> Processo crime n. 2.065 – Richard Paul Junior e outros (Anelise Paul e Richard Paul Neto). (Apelação n. 1006). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>931</sup> Testemunham: Hilda Guerreiro Heusi, Maria Carolina Guerreiro, José Raimundo de Souza, Faustino Antonio Correia, João Vitor, José Fernandes, João Batista da Costa, João Severino da Silva, Martinho Fernandes, Nicanor Seara Heusi, Luiz Martins de Almeida e Apolinária Fidel.

não ficou provado que houvesse havido injúrias ao oficial, fato de pouca relevância para que o processo prosseguisse, e tal... foram absolvidos por deficiência de provas.

Neste processo, que curiosamente foi resolvido em três meses pelo Tribunal, percebo a disputa de poder, onde os sujeitos se constroem na imprevisibilidade do cotidiano, do fortuito, para acirradas versões e interpretações. No cotidiano está anunciada a possibilidade do não previsto, ou lugar onde as regras são constantemente quebradas, onde aquilo que parece ser de um jeito se abre para o inusitado. As crianças estavam na ponta da meada e foram usadas no jogo das disputas entre adultos: se para o capitão era ponto de honra o que entendeu como desacato e injúria – esse sentimento de agravo, insulto e afronta –, usou seus poderes de autoridade; já para o acusado, era mister que defendesse a honra da mulher que, afinal, fora desrespeitada pela autoridade. De qualquer ângulo, o que está em jogo são lutas de interpretações e posições de poder e de forças. Neste caso, a polícia desconcertou-se<sup>932</sup> com a “ousadia” de Olga.

Ousadia ou poder? Olga mostra que o poder está disseminado, *vem de baixo*, diz Foucault, se arranja e desgoverna. Ou, *lá onde está o poder há resistência*, está o seu caráter *relacional*, ou,

alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lugar de resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder<sup>933</sup>.

Naqueles anos, as crianças “de origem” eram visadas sim, e de forma imprevisível e surpreendente, como aparece neste fragmento da memória de Irma Will:

Algumas meninas ganharam sombrinhas vermelhas e estavam passeando na estrada com suas sombrinhas; nisso alguns soldados viram e acharam que era representação do partido comunista. Foi um pouco trabalhosa a explicação, mas no fim deu tudo certo. Essas meninas chamavam-se Lúcia Hobus, Tecla Hobus e Gerta Betta. E nisso passou o senhor Leopoldo Prochnow e disse

<sup>932</sup> Se as mulheres aparecem pouco nos processos, posso pensar que a polícia não as considerava tão perigosas quanto os homens, ignoravam os poderes femininos na medida em que as entendia mais ligadas as coisas do privado. Na França, na época da Segunda Guerra, as mulheres da resistência fizeram uso dos estereótipos construídos sobre a natureza e fragilidade feminina, desconcertando as autoridades com as estratégias dos esconderijos, canções de ninar, dissimulações, maternidade, procura de alimentos. CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. France – Allemagne – Bolivie – Argentine, Deuxième Guerre mondiale – années 1970-1980. In: *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. Tome 108, numéro 2, Année 2001. Presses Universitaires de Rennes.

<sup>933</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. Tradução Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. P. 91.

“O que é isso? É comunismo? Será que o mundo vai acabar?” Qualquer objeto vermelho era motivo de medo pois representava o comunismo<sup>934</sup>.

Essas meninas moravam em Trombudo Alto, uma minúscula colônia rural. O momento era de subjetividades afloradas, sim, porque *A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*, nas palavras de Guattari<sup>935</sup>. Como devem ter sentido as meninas, filhas de Paulo Richter, quando numa diligência que a polícia de Ibirama fez em sua casa *tudo foi devassado, não respeitando nem mesmo pequenas bonecas de pano, que eram destripadas para averiguações policiais??*<sup>936</sup>. E o medo das crianças e adultos, quando, em 1942, a *senhora Berta Prust teve um bebê ao anoitecer e, ouvindo barulhos, os filhos acharam que era o batalhão, o exército, e correram e tiraram os travesseiros, esconderam quadros e almofadas, panos onde estava escrito em alemão e colocaram debaixo da cama, esconderam tudo?*; mas, por sorte, *eram só os vizinhos que vieram visitá-la, ufa!* Na lembrança de Úrsula Grimm<sup>937</sup>, detalhes do que ocorria em Trombudo Central, como também em muitos, muitos outros lugares. Sim, era um medo de dar susto; eram sustos de suspirar de medo: vivia-se de susto e de medo.

Florianópolis. A guerra era lá do outro lado do oceano, mas as encrencas tomavam conta e no meio dela as crianças sofriam. Conta-me Werner que sua irmã menor frequentava a Escola Alemã, *e como nós não éramos do Partido mas os professores vindos da Alemanha eram todos nazistas, perseguiram aqueles alunos cujos pais não eram filiados*. Segundo recorda o depoente, sua irmã só foi aceita porque brincava com o filho do Gottsmann, filiado ao partido, *então ele (o professor) sossegou*. Há vários depoimentos desta natureza, ou seja, se por um lado sofriam porque a família não era solidária com a Alemanha ou Itália, por outro, as crianças “de origem” eram achincalhadas e estigmatizadas. Bastava portar um sobrenome que as denunciassem e eram vistas como “quinta-colunas” – a brincadeira de chamar colegas desta forma é recorrente nas memórias; ficou impressa. “*Aquele é quinta-coluna*”, *a gente dizia para os alemães*, recorda Beatriz Nair Fernandes. *Agora eu me lembro que às vezes as meninas brincavam, se enticavam “tú és quinta-coluna”*, diz-me Luiza Francisca Menini. Provocação e implicância de crianças, que o faziam a partir das representações construídas naquele momento e do que estava sendo dito nas relações familiares e de vizinhança. Na

<sup>934</sup> WILL, Irma. Entrevista citada.

<sup>935</sup> GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 33.

<sup>936</sup> Carta (cópia) de Paulo Richter, Rafael, Ibirama, a Nereu Ramos, em 07 de novembro de 1944. Op. cit.

<sup>937</sup> GRIMM, Úrsula. Entrevista citada.

brincadeira de garotos adolescentes, diziam “*tu és quinta-coluna*”, recorda Werner Springmann<sup>938</sup>. O ato de nomear o outro, mesmo que na brincadeira, tem um sentido forte nas memórias, e mostra que aí constroem-se subjetividades.

Por outro lado, as crianças brasileiras externavam conceitos que ouviam em casa. Conta Alice Mendonça (Lages) da surra que recebeu após responder a uma senhora alemã: *Ela disse que brasileiro era vadio. Eu tinha 14 anos e respondi para ela: “É, brasileiro é vadio, mas vocês estão aqui, comendo o pão dos brasileiros”*<sup>939</sup>. A associação de imagens que uns faziam dos outros estavam a floradas nas relações da guerra; as crianças ouviam as conversas e acabavam por estabelecer fronteiras e demarcar diferenças. Ao externar conceitos aprendidos, mostram o caráter relacional da etnicidade, lugar dos conflitos, que faz das pessoas partícipes de um universo simbólico onde se inscrevem sentimentos de pertencimento<sup>940</sup>. A etnicidade é também um aprendizado e tem raízes nas representações que aprendemos desde que nos educamos; no caso da menina, mostra uma noção “educada” do que era ser brasileiro.

As crianças brasileiras também amedrontavam-se com os boatos que corriam soltos. Maria de Lurdes morava no Saco dos Limões (Florianópolis), era menina e se assustava muito com as notícias de que os submarinos alemães estavam por perto, com o ronco de aviões, o medo de bombas, invasões, dos soldados, do escuro .... *minha mãe tinha medo, não deixava ninguém ir na rua, nem no quintal brincar, não podia ver avião, à noite não podia falar alto, era assim tudo escuro, foi um sufoco, isso eu me lembro bem. Diz que iam na porta olhar a escuridão, e que medo!*<sup>941</sup>. Dependendo ou da identificação étnica, ou do lugar social, as representações se diferenciavam, afinal, “nós e os outros”<sup>942</sup> é uma construção histórica que imprime um lugar social; no tempo da guerra, as fronteiras ficaram mais expostas.

As mulheres estavam vivendo situações que rompiam com os costumes habituais: suas memórias reportam-se aos cuidados com crianças, racionamento de alimentos, o escuro que limitava os afazeres à noite, a impossibilidade de costurar sem luz suficiente, o cuidado de *botar panos pretos nas janelas*, a maternidade, a escola, as doenças. Beatriz Nair lembra que

<sup>938</sup> SPRINGMANN, Werner; FERNANDES, Beatriz Nair; MENINI, Luiza Francisca. Entrevistas citadas.

<sup>939</sup> MENDONÇA, Alice, 68 anos. Citada em BRANCO, Juçara de Souza Castello. Op. cit.

<sup>940</sup> Sobre este caráter relacional da etnicidade, ver POUTIGNAT, Philippe. Op. cit.

<sup>941</sup> CARDOSO, Maria de Lurdes, 68 anos. Depoimento concedido em 08/07/1997, Saco dos Limões, Florianópolis. Concedido a mim e a Liliane Brignol.

<sup>942</sup> Tzvetan Todorov foi buscar nos clássicos do pensamento francês (final do século XVIII e XIX) reflexões sobre a diversidade humana, para compreender a relação tensa entre o grupo de pertencimento – Nós – e o grupo adverso – Outros. Percebe naquelas idéias e doutrinas as justificativas de projetos racialistas e representações intolerantes. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

*Foi um alvoroço nesta cidade! Porque muita gente daqui era embarcada, tinham parentes também*, citando o nome dos navios afundados no mês de agosto de 1942. Lembra também da dificuldade de conseguir remédios, comida, carne... os preços subiram<sup>943</sup>. Beatriz fala de um bairro da capital, Estreito. No centro da cidade, havia necessidade de preocupar-se em abastecer a casa: ir para a fila<sup>944</sup> bem cedo, como fazia Nair Lima de Medeiros - *...depois de um tempo que é que a gente começou a sentir falta, veio aquela aflição (...), aí então eu ia de madrugada prá fila prá pegar açúcar (...), ah, o pão, a farinha era horrorosa, era escura, era marrom; e faltava leite*. Irene também lembra das filas, *o leite era um litro para cada um, ia cinco horas da manhã, (...) e faziam aquela mistura com farinha de mandioca horrível, o pão ficava duro*. Ambas recordam que mesmo com a guerra finda, demorou para restabelecer a oferta de produtos<sup>945</sup>.

A farinha escura advinha da mistura do trigo com outros farináceos (milho, mandioca, ou mesmo grãos de qualidade inferior). Em São Paulo, na falta de farinha de trigo, o “pão de guerra” ou “pão de macarrão” era feito dissolvendo-se o macarrão com reaproveitamento da farinha de trigo<sup>946</sup>. O pão está no imaginário e na vida dos ocidentais como alimento básico – Michelle Perrot mostra que, no final do século XVIII, aconselhava-se às boas donas-de-casa “a melhor maneira de fazer seu pão”, bem como foram elas a provocarem motins e revoltas quando os rumores anunciavam a falta do trigo – “*Se não há pão na casa, a mulher se mete*”, conforme fragmento colhido dos subúrbios de Paris em 1895<sup>947</sup>. Sim, as mulheres amedrontavam-se; era a ameaça da escassez a fazer alvoroços; em tempo de ameaças e rumores, falava-se nas filas, nas casas, nos burburinhos da rua, afinal, era tempo de guerra, tempo de crise e boatos, as línguas ficavam mais soltas e as pessoas inquietas.

<sup>943</sup> FERNANDES, Beatriz Nair. Entrevista citada. Iaponan Soares também conta que *Na época da guerra os preços subiram muito e faltava gasolina e açúcar no Estreito*. SOARES, Iaponan (org). *Estreito: vida e memória*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990. -

<sup>944</sup> Na cidade de São Paulo, *as filas foram uma novidade naqueles anos de guerra: pela primeira vez normatizou-se a formação de filas para aguardar os bondes*, movidos à gás pobre (gasogênio); também nos cinemas, mercados, açougues. Conforme o autor, *era uma escassez controladas mas naturalizada para parecer universal*. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). Op. cit., p. 88, 89 e seguintes;

<sup>945</sup> MEDEIROS, Nair Lima de; Irene. Entrevistas citadas. Josué Guimarães deu aos personagens Dom Eleutério e Dona Conceição a memória desta economia: *...Então precisamos economizar – disse ele. – Como fizemos tantas vezes durante a Grande Guerra. – E isso não era só farinha de trigo que a gente precisava economizar naquele tempo, mas também sal, açúcar, gasolina, querosene e energia elétrica. – Carne, estás lembrada? Tantas semanas sem um pedacinho de carne – disse ele*. GUIMARÃES, Josué. *Enquanto a noite não chega*. Porto Alegre: LPM, 1997. P. 77.

<sup>946</sup> No ano de 1944, houve a maior queda na produção nacional de trigo, que teve menor produção entre 1939 e 1946. Também foi o momento em que o governo federal tomou iniciativas para fazer frente a questões da alimentação: a “sopa de guerra” e o estímulo ao plantio da “horta da vitória” foram medidas para minimizar a falta de vitaminas e mobilizar o front interno. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). Op. cit., p. 52.

<sup>947</sup> PERROT, Michelle (1988). Op. cit., p. 190 a 192.

Se a farinha e o pão estavam racionados, a carne<sup>948</sup>, ou a sua falta, preocupava os cidadãos: *Como o charque que era comida, naquela época se chamava “comida dos pobres”, a carne seca que chamavam, vinha do Rio Grande do Sul, estava racionada e vinha em pequenas quantidades, ou vinha pouco, na lembrança de Beatriz. Em Santa Catarina, uma Portaria determinou que a carne bovina não mais seria distribuída nas segundas-feiras<sup>949</sup>, ao que se percebe um racionamento controlado e não a escassez. Por outro lado, num telegrama às prefeituras do Estado, em dezembro de 1942, o Departamento de Autônomos solicitou, por ordem da Interventoria, o imediato tabelamento dos gêneros de primeira necessidade nos municípios<sup>950</sup> para fazer frente aos abusos de comerciantes que se aproveitavam do momento e aumentavam os preços à revelia. Em fevereiro de 1943, o jornal *A Imprensa* (Tubarão) denunciou os comerciantes que aumentavam os preços, chamando-os de *gananciosos*, o que se constitui um crime contra a economia<sup>951</sup>, reclame que aparece em outros jornais.*

Ainda antes da entrada do Brasil na guerra, houve denúncias de crimes desta natureza. Em outubro de 1939, foram intimados Augusto Klimmek, proprietário da Fábrica “Condor”, de São Bento, e Teodoro Engel, gerente, para se explicarem sobre o aumento de até 25% nos produtos (escovas de dente, pentes, etc), conforme telegramas enviados aos clientes, justificados com a guerra na Europa, portanto, tinham a finalidade de suspender as vendas e formar estoques, conforme o processo crime impetrado no Tribunal de Segurança Nacional, e arquivado no final de dezembro<sup>952</sup>. Também Dietrich von Wangenheim, alemão naturalizado e diretor-presidente da Sociedade Anônima Carlos Hoepcke, estabelecida como indústria de pregos Rita Maria (Florianópolis), foi denunciado por telegrafar aos clientes suspendendo a entrega de pregos, com o objetivo de *aproveitando-se da situação, auferir lucros*, segundo parecer da Delegacia de Ordem Política e Social. Dietrich argumentou que o arame vinha da Europa e o estoque só daria para cumprir compromissos anteriores, não sendo possível obter

<sup>948</sup> Em 1944, mês de novembro, a população de São Paulo enfrentou extensas filas junto a caminhões de entrega de leite, bem como para adquirir carne, que era vendida duas vezes por semana, passando madrugadas nas filas. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). Op. cit., p. 231. Também Bóris Fausto assinala as dificuldades da vida cotidiana em São Paulo, o uso do gasogênio, as filas, o blecaute – *fazia-se filas, muito cedo, nas padarias para entregar os cartões de racionamento e obter, em troca, a parcela correspondente de pão e açúcar mascavo*. FAUSTO, Bóris. Lembranças da guerra na periferia. In: *Revista da USP*, n. 26. Op. cit., p. 17.

<sup>949</sup> Portaria No. 26, de 16/12/44, informando ainda (Portaria No. 27, mesma data) que entraria em vigor em 02 de janeiro de 1945, já que as segundas-feiras cairiam no Natal e Ano Novo. *Diário Oficial do Estado*, 26/12/1944.

<sup>950</sup> Ofício No. 13/584, de Heitor Blumm, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, ao Interventor Nereu Ramos, em 06 de março de 1943, informando o envio, aos prefeitos, de telegrama, em 29/12/1942. *Ofícios Recebidos dos Departamentos de Autônomos – Jan/jun.1943. Palácio do Governo. APESC.*

<sup>951</sup> *Jornal A Imprensa*, 27/02/1943, Tubarão. A Portaria No. 36 e Resolução da Coordenação de Mobilização Econômica exigem o tabelamento dos preços, publicadas no *Diário Oficial do Estado* nos dias 14 e 15 de março de 1943. O problema foi ventilado já em 25 de setembro de 1942, quando o *Diário Oficial* publicou extensa nota sobre o tabelamento de Preços dos Gêneros de Consumo Geral.

este arame nas usinas nacionais. Enfim, os argumentos do advogado, Mario Bulhões Pedreira, foram aceitos pelo Tribunal de Segurança Nacional e o réu foi absolvido<sup>953</sup>. Casos como estes são comuns, porém, neste contexto foram parar no Tribunal de Segurança Nacional por atentarem contra a segurança e a economia nacional. Os acusados, filhos e alemães das relações econômicas de firmas visadas pela polícia (tanto os Hoepcke quanto os Klimmek tiveram outros problemas com a polícia política, como vimos), foram imediatamente investigados.

Denúncias de populares acabavam nos tribunais, como fez o jornalista Augusto Montenegro de Oliveira, ao denunciar Rosa Wendel, proprietária da Pensão Wendel, em Joinville. Segundo Oliveira, esta aumentara o aluguel mensal alegando alta de gêneros de primeira necessidade e ele, indignado, recuperou avisos do gabinete do Ministro, onde fixava-se os preços por conta da mobilização econômica de guerra, proibindo a majoração de preços de hotéis, restaurantes e similares. Rosa não se amiedou e depôs dizendo que avisou aos demais hóspedes (Armando Cordeiro, Alberto de Alencastro, Reinaldo Bruker e outros) que aceitaram o aumento; e este... bem, que procurasse outra pensão. Era agosto de 1944 e Rosa Wendel recorreu à promotoria pública, tendo o processo arquivado em novembro deste ano, pelos juizes do Tribunal<sup>954</sup>.

Libório Soncini foi acusado de majorar preços de móveis na Firma Comercial H. Soncini, em Florianópolis, isso em junho de 1941. Esta empresa recebia móveis da Companhia Zipperer, de Rio Negrinho, e o processo rolou no Tribunal de Segurança Nacional até março de 1942, quando foi arquivado. Neste caso, a ligação da Firma Soncini com a Cia. Zipperer levou ao cuidado no processo. Vimos anteriormente que José Zipperer foi acusado, em 1942, de ouvir rádio e promover reuniões eixistas... Ou seja, as denúncias que envolviam alemães e italianos especulando eram imediatamente averiguadas, relacionadas, investigadas as possíveis ligações com sabotagens, envio de dinheiro para a Alemanha, etc. Outro exemplo: era ainda julho de 1939 quando Francisco Santi foi denunciado por Joaquim Silveira da Mota, diretor da Estação Experimental de Vinicultura, Etnologia e Frutos de Clima Temperado, do distrito de Perdizes, Campos Novos. O italiano Francisco Santi teria entrado na referida Estação *procurando desviar o serviço* e oferecendo serviços a funcionários com melhor preço, e *falando em língua estrangeira, sendo evidente a tentativa de sabotagem*,

<sup>952</sup> Processo crime n. 893 – Augusto Klimmek (A. K. S/A). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>953</sup> Processo crime n. 851 – Dietrich von Wangenheim (Apelação n. 401). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

conforme o relatório do delegado Lara Ribas. As testemunhas<sup>955</sup> conferiam: oferecia mesmo um melhor salário para um empregado que dirigisse um caminhão. Santi confirmou que foi procurar um empregado e negou que tenha falado em italiano. O Tribunal de Segurança Nacional fez arquivar o processo em janeiro de 1940<sup>956</sup>.

Nos exemplos acima vemos que, se a regra do mercado é a concorrência, essas coisas aconteciam como acontecem hoje – a diferença está no fato de que os acusados “carregam” um nome e falavam uma língua estrangeira. Noto que a ação de especuladores serviu também como “efeito de guerra”, intensificando a mobilização e o imaginário de escassez<sup>957</sup>. Num momento em que o Estado de Santa Catarina teve um crescimento nas exportações, com a integração do Estado no mercado nacional (carvão, têxteis, erva-mate, madeira/pinho), foram os grandes empresários a se beneficiarem às custas da exploração e controle em nome da ordem. Iara Costa observa que, em Joinville, *as relações sociais “paternalistas” engendraram condições especialmente favoráveis para uma expressiva acumulação de capital a partir de uma mão de obra disciplinada, treinada e barata*, no contraponto do discurso de empreendedores e de um Estado disciplinador que tentou eliminar as contradições de classe e conflitos<sup>958</sup>. Não é de estranhar que especuladores utilizassem do momento para ganhos pessoais, afinal, era tempo de crise e as denúncias forjavam intrigas. Por conta do momento, Otilio Pagnoncelli, proprietário do Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli S.A. (Joaçaba), foi denunciado pôr estar provocando um colapso no comércio de carne, oferecendo preço maior para os produtores do gado a fim de excluir outro açougue da localidade, *entravando o fornecimento normal de carne verde à população, ferindo a lei em vigor*<sup>959</sup>, onde consta crime contra a economia popular, conforme o processo crime aberto em agosto de 1944, no Tribunal de Segurança Nacional<sup>960</sup>.

<sup>954</sup> Processo crime n. 5.591 – Rosa Wendel. Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>955</sup> Testemunharam: Aurelio Bisol, Julio dos Santos Lamaison, José Manoel da Silva, Manoel Francisco Vieira, Paulo Bisol.

<sup>956</sup> Processo crime n. 828 – Francisco Santi. Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>957</sup> Nos anos da guerra, o país teve um crescimento e uma diversificação nas indústrias, mas, segundo Cytrynowicz, a guerra de especulação associou-se a guerra de escassez: *a especulação, tornada também categoria naturalizada de uma economia supostamente em guerra, contribuiu para obscurecer as causas da escassez*. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). Op. cit., p. 232.

<sup>958</sup> COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1942. In: GUEDES, Sandra (org). Op. cit., p. 110-111.

<sup>959</sup> Decreto-lei estadual n. 220, de 22/10/1943 – Fixou em Cr\$ 45,00 o preço da arroba do boi morto.

<sup>960</sup> Processo crime n. 5.118 – Otilio Pagnoncelli (Apelação n. 2.340). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. O réu foi absolvido em 2 de setembro de 1944, com a defesa do advogado Dr. Murtinho Pinheiro, por insuficiência de provas.

Nas memórias, a falta de querosene e outros combustíveis aparece sempre associada à guerra, e tem lógica, muito embora o esforço de guerra fizesse por aumentar o receio da escassez total. A querosene era utilizada em pombocas e lamparinas na iluminação das casas, para quem não tinha ainda iluminação elétrica, e, portanto, foram os populares e moradores das colônias que mais sentiram. As prefeituras encarregaram-se de instituir cotas mensais para a compra de querosene. Aldemira de Albuquerque lembra das dificuldades com o sumiço de produtos em Bom Retiro: *O café que era nosso, era brasileiro, era a riqueza do Brasil, não tinha no tempo da guerra (...) O trigo, o açúcar e a querosene que eram os produtos principais da região que não tinha luz (elétrica), e a prefeitura dava para cada casa uma cota de querosene*<sup>961</sup>, muito embora as táticas de conseguir eram utilizadas; por exemplo, a amizade com o dono da venda era uma forma de burlar a lei das cotas e conseguir um pouquinho mais. Em alguns momentos, esse racionamento foi mais forte e a cota semanal era controlada por cartão, podendo-se adquirir um quilo de farinha de trigo e açúcar; já o sal era quinzenal, enquanto que cada família tinha direito a um litro de querosene ou dois por semana, controlado através de cartão expedido pela prefeitura. O governo do Estado decretou o racionamento do petróleo e derivados, em 27 de junho de 1942 - Decreto n. 271 -, atendendo recomendação do Conselho Nacional de Petróleo<sup>962</sup>.

Para resolver o problema da escassez de petróleo e a falta de combustíveis, através do Decreto-lei No. 1.125, de 28 de fevereiro de 1939, o governo criou a Comissão Nacional do Gasogênio e o Curso de Gasogênio, no Ministério da Agricultura, objetivando promover o seu uso em tratores agrícolas, caminhões e instalações fixas, incrementar a fabricação no Brasil e incentivar o replantio das florestas<sup>963</sup>. Em Santa Catarina, a Comissão Estadual do Gasogênio foi instalada, em outubro de 1941, com a presidência de Haroldo P. Pederneiras, e, em julho de 1942, Nereu Ramos decretou as cotas e cartões de racionamento<sup>964</sup>: por semana,

<sup>961</sup> ALBUQUERQUE, Aldemira Albino de, 67 anos. Depoimento concedido em 20 de maio de 2000. Ituporanga. Concedida a Alessandra Doose do Prado, a quem agradeço a colaboração.

<sup>962</sup> A querosene, como os outros combustíveis, foi racionada e controlada a venda através de cartões de controle. Através do Decreto No. 271, de 27 de junho de 1942, o Governo do Estado, atendendo recomendação do Conselho Nacional de Petróleo, decretou o racionamento de petróleo e seus derivados líquidos, o que passou a ser feito pela Secretaria de Segurança Pública nos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça; nos demais municípios ficou a cargo dos prefeitos municipais, com cotas em cartões de racionamento. *Diário Oficial do Estado*, 01/07/1942.

<sup>963</sup> DIAS, J. C. (org). *Coletânea de Decretos-leis* – Fevereiro de 1939. São Paulo: Cultura Moderna, s/d. APESC.

<sup>964</sup> A partir de julho de 1942, os prefeitos enviaram, face a uma notificação, mapas quinzenais dos estoques de combustíveis e a discriminação de onde estavam localizados (firmas, particulares), e noto que em torno de 95% dos estoques pertenciam a firmas ou particulares com sobrenome alemão e, em menor número, italianos. Alguns prefeitos reclamaram do exíguo estoque. Por exemplo, o prefeito de Porto Belo, Ironido Conceição, enviou ofício ao Interventor Nereu Ramos, em 16 de julho de 1942, reclamando a absoluta falta de gasolina nos limites do município, impossibilitado inclusive de expedir os cartões de racionamento. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Jul/ago. 1942 a 1944. Palácio do Governo. APESC.

automóveis particulares, 8 litros; automóveis particulares de médicos, 15 litros; automóveis de aluguel, 50 litros, sendo o fornecimento proibido aos domingos e feriados, e nos dias úteis das 07 às 18 horas<sup>965</sup>. Os proprietários de postos de venda ficaram obviamente vulneráveis ao racionamento. Ermenegildo Corbelini, de Caçador, apresentou queixa contra Pedro Ponzoni por lhe ter cobrado um preço majorado no combustível; inquirido, Ponzoni argumentou falta de estoque e, portanto, mandou buscar em Perdizes, cobrando assim o frete, fato confirmado pelas testemunhas e aceito pelos juizes do Tribunal de Segurança Nacional<sup>966</sup>; era então dezembro de 1943 e o processo foi arquivado.

No mesmo ano, em agosto, a justiça pública abriu denúncia contra Vitor Hugo Baumgarten e Ingo Scheidemantel, da Cia. Petrolífera “COPEBA” S/A, situada em Hamônia, acusando-os de terem aberto a empresa e vendido ações a 86 acionistas, porém ocultando a estes lesados compradores uma proibição do Conselho Nacional de Petróleo para funcionar como empresa de mineração de petróleo, além de terem transformado a empresa em uma imobiliária sem que os acionistas soubessem o motivo. O processo foi arquivado por reconhecerem os juizes a inexistência de crime não havendo lei proibindo abrir este tipo de firma, permanecendo o crime, contra a economia popular; isso em então setembro de 1943<sup>967</sup>. Por que um caso destes foi parar no Tribunal de Segurança Nacional? Elementar: os jovens empresários (ambos tinham 25 anos) eram das relações econômicas, estando em contato direto com acionistas, além de serem de Hamônia, lugar visado pela repressão (Baumgarten inclusive já havia exercido o cargo de promotor público na comarca de Blumenau).

Com a dificuldade de importação durante a Segunda Guerra, apareceram no Brasil oficinas de chassis e peças de reposição, porém, a diminuição da importação de combustíveis levou ao fabrico de “gasogênios”, os quais, adaptados a automóveis, utilizavam como combustível o carvão<sup>968</sup>, e que pareciam mais uma *geringonça esquisista, acoplada na*

<sup>965</sup> Resolução Estadual No. 185, de 22 de setembro de 1941. O Decreto No. 271, de 01/07/1942 instituiu as cotas e dias para fornecimento. O *Diário Oficial do Estado* em 01/07/1942 comunicou aos proprietários de veículos e motoristas que deveriam comparecer ao órgão competente para receberem os cartões de racionamento de gasolina – das 10 às 12 horas: transportes de aluguel; das 14 às 15 horas: médicos; das 16 às 17 horas: particulares e motoristas. No dia 02/07/1942, o *Diário Oficial do Estado* publicou uma extensa matéria intitulada “Racionamento do Petróleo e seus Derivados” insistindo na necessidade de racionar.

<sup>966</sup> Processo crime n. 1.984 – Pedro Ponzoni. Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>967</sup> Processo crime n. 3.955 – Vitor Hugo Baumgarten – Cia. Petrolífera “COPEBA” S/A e outro (Ingo Scheidemantel). Fichário: Santa Catarina - Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>968</sup> SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: FAUSO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*, vol. 11 - O Brasil Republicano – 1930-1964. São Paulo: Difel. P. 221.

*traseira dos veículos, produzia gás combustível através da queima de carvão!*<sup>969</sup> O que significou o uso do gasogênio<sup>970</sup> na substituição da gasolina para os usuários? Substituir o líquido por carvão de lenha não fora nada agradável – enfumaçava e enegrecia roupas<sup>971</sup>, mãos, o carro, além dos problemas. Werner Springmann explica que quem tinha carro colocava “*gás pobre*”<sup>972</sup>, como também nos ônibus urbanos: *para subir o morro, pegar a ponte antiga, porque só tinha a de ferro no morro (Florianópolis), todo mundo saía, empurra para cima, entra de novo, e do outro lado faziam a mesma coisa*. O racionamento de energia elétrica levou algumas fábricas a se adaptarem, como fez o pai de Werner, proprietário de uma marcenaria. Rememorando detalhes de como utilizaram o motor velho de um Chevrolet com “gás pobre”:

(...) era um recipiente, a gente botava carvão e acendia o carvão, e o carvão fornecia um gás na queima que era então dirigido para dentro do motor mas este gás pobre não tinha muita força para movimentar, vamos dizer, duas, três máquinas, então quando tinha uma máquina em movimento a gente engatava uma terceira, duas engatava uma segunda, e quando eram três engatava uma primeira; mas daí também as serras andavam mais devagar, e assim a gente manobrava a tarde toda primeira-segunda-terceira, e ainda remuniando o cilindro onde era fornecido o “gás pobre”<sup>973</sup>.

Para as empresas que dependiam do transporte, o racionamento as afetou sobremaneira, tanto que o prefeito municipal de Itaiópolis enviou extensa carta ao Comandante do 2º Batalhão Ferroviário de Rio Negro, suplicando uma solução para a falta de gasolina no intento de *minorar a situação angustiosa em que se encontram os industriais e comerciantes do município*, e sugerindo assegurar a *evasão de produtos por via férrea*, carta esta enviada a Nereu Ramos<sup>974</sup>. Entretanto, foi uma forma bastante eficaz de controle - a

<sup>969</sup> BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999. P. 49.

<sup>970</sup> Folhetos explicativos para instalação e funcionamento de carros com gasogênio, “Gasogênio à lenha KAA”, distribuído em Florianópolis pelos representantes Carlos Hoepcke S. A., Comércio e Indústria. S/d. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>971</sup> Das memórias recolho detalhes significativos: Thays Antunes Casagrande morava em Porto Alegre; conta que num passeio de carro ao Rio de Janeiro, levou vestidos claros, todos engomados. Como o carro era movido à gasogênio, todas as roupas ficaram absolutamente enegrecidas da fumaça preta! CASAGRANDE, Thays Antunes, 78 anos. Depoimento concedido em agosto de 2001. Florianópolis.

<sup>972</sup> Em São Paulo, o uso do gasogênio gerou polêmicas entre aqueles que achavam um absurdo destruir florestas para obter carvão, e aqueles que defendiam o esforço de mobilização. A Comissão Estadual do Gasogênio produziu um filme, “*Nosso amigo, o Gasogênio*” (1944) mostrando ser um *milagroso “amigo de todas as classes”*, ou “*um pobre que fará o Brasil rico*”, obviamente com caráter ideológico *que permitia mobilizar em torno do ideal interclasses, alinhando pobres e ricos por meio do front interno*. CYTRYNOWICZ, Roney (2000). Op. cit., p. 69.

<sup>973</sup> SPRINGMANN, Werner. Entrevista citada.

<sup>974</sup> Ofício de João Francisco de Assis, Prefeito Municipal de Itaiópolis, ao Ten. Cel. Luiz Felipe de Albuquerque, Comandante do 2º Batalhão Ferroviário de Rio Negro, em 11 de julho de 1942. Enviada (cópia) ao Interventor Nereu Ramos. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1942/1944. Palácio do Governo. APESC.

Secretaria de Segurança Pública (Inspetoria de Veículos) fazia publicar no *Diário Oficial* coisas como estas: *Ludovino Niedzurecki pede cota de gasolina*; ou *Paulo Jorgensen pede autorização para instalar no seu automóvel o aparelho de gasogênio*<sup>975</sup>.

Somado ao problema dos combustíveis, o fornecimento de energia elétrica foi também racionado e alterou sensivelmente o cotidiano de empresas e famílias naqueles anos. Se para os pequenos fabricantes era preciso paliar, os industriais têxteis de Blumenau e região uniram-se para fazer frente ao racionamento de 1943 e 1944, provocado pela forte estiagem nesses anos, e acionando recursos no incremento da Empresa Força e Luz<sup>976</sup>. Mas, mesmo a par da estiagem<sup>977</sup>, ficou a memória associada aos blecautes, auxiliando na construção do imaginário da “falta” de coisas causadas pela guerra e seus perigos.

Com o blecaute, as mulheres dizem que faziam os trabalhos depressa *antes que escurecesse*; depois, só uma vela ou lamparina, e com as janelas e portas cobertas com panos pretos, tudo muito escurecido. Eram suas tarefas arranjar tecidos escuros, acoplar nas frestas com uso de facas ou espátulas: *a mãe pegava panos pretos e tapava os vidros para o avião não ver a claridade*, diz Maria de Lurdes<sup>978</sup>; memória coletiva na população de Florianópolis e também em outras cidades do litoral, associados ao medo de que a claridade “denunciasse” focos de invasões de “eixistas”<sup>979</sup>. *Vivíamos em sobressalto*, lembra Didymia Lázzaris, *mamãe colocou um pano preto com velcro na janela, e dizia “Cuidado, não deixem aparecer luzes!”*, *nós tínhamos medo*; tomava-se todo o cuidado, *tínhamos medo que levassem o papai...* cenas do cotidiano em Itajaí<sup>980</sup>. Em setembro de 1942, o *Diário Oficial* divulgou nota da Interventoria de que *o escurecimento da cidade deve continuar*, mas, se alguns persistirem no erro de não obedecer, *desligada será a luz enquanto durar o estado de guerra*<sup>981</sup>.

<sup>975</sup> *Diário Oficial do Estado*, 19/12/1944.

<sup>976</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987. P. 295 e seguintes. A direção da Força e Luz Santa Catarina S.A., em 20 de maio de 1943, enviou ofício a Nereu Ramos sobre o telegrama recebido do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, informando do racionamento para as regiões de Blumenau, Brusque, Garcia e Itajaí. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>977</sup> *O racionamento em Santa Catarina iniciou-se na década de 1940 na zona de concessão da Empresa Força e Luz Santa Catarina, que foi autorizada pelo Cnaee, em junho de 1944, a estabelecer restrições no fornecimento da força motriz em Blumenau, Brusque e Itajaí, em decorrência da estiagem forte na região*. DIAS, Feliciano R. (org). *Memória da eletrecidade*. Notas sobre racionamento de energia elétrica no Brasil (1940-1980). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1996. P. 119.

<sup>978</sup> CARDOSO, Maria de Lurdes. Entrevista citada.

<sup>979</sup> A *Liga de Defesa Nacional* divulgou a seguinte nota: *O governo deliberou realizar hoje e nos dias 6, 7 e 8 a experiência do escurecimento nesta capital (...), e dentre outras normatizações, c) restringir o mínimo possível a iluminação das residências mantendo fechadas as portas e janelas (...), ocultando-se focos luminosos (...)*. *Jornal A Gazeta*, 06/09/1942.

<sup>980</sup> OLIVEIRA, Didymia Lázzaris. Entrevista citada.

<sup>981</sup> *Diário Oficial do Estado*, 09/09/1942. P. 1.

Para os pescadores, o ritmo costumeiro foi alterado com as proibições e o medo. Em Canasvieiras, *tinham medo até de sair para pescar*, com receio de encontrar algum navio, conta Luiza Menini. Em Porto Belo, praia aberta frontal com a Ilha (Florianópolis), era proibida qualquer iluminação que pudesse chamar a atenção de navios inimigos, e os pescadores eram obrigados a dar guarda, revezando-se. Edir Sodré e sua mãe preparavam o balaio forrado com fazenda para levar ao mar quando aventuravam-se à pesca na noite: *pedaço de fazenda em cima do balaio de forma que só saísse fumaça da luz para não chegar a queimar a fazenda, para não passar a claridade no mar*. Era também trabalho das mulheres forrar as frestas das janelas, preparar o azeite de peixe para queimar nos candeeiros. *Candeeiro era uma luz com três bicos que a gente fazia torcida de algodão*, explica; mas deixava *um cheio aborrecido e pegava na roupa*<sup>982</sup>. Sim, com o racionamento de querosene e da energia elétrica era preciso inventar, como conta Ana (Camboriú): sua mãe derretia *figado de cação para servir de óleo na pomboca, um óleo que queima igual querosene, mas fede que o outro dia você só catिंगava de cação, todo mundo fedia*, rememora mostrando os improvisos<sup>983</sup>.

Para os agricultores que moravam até 300 quilômetros do litoral havia a proibição de fazer queimadas (costume no preparo da terra para o plantio) o que poderia dar visibilidade e provocar invasões – já vimos como foi construído esse medo quase absurdo. Hilário Savi recupera esta proibição lá em Timbé do Sul:

Eu uma vez derrubei uma coivara, que era proibido porque os alemães podiam ver. Eu taquei fogo e minha mulher se apavorou e foi chamar meu pai para ajudar a apagar, e eu disse “deixa! Lá do mar acima de 60 quilômetros quem vai ver??”. O juiz acabou liberando, ao invés de me prender, mandou liberar. Daí a notícia correu: “fulano botou fogo!, fulano botou fogo!” Porque os outros colonos não botavam fogo com medo. Teve alguns que perderam a coivara porque não podia queimar, e não queimavam porque tinham medo de ir preso. Isso durou um ano, mais ou menos<sup>984</sup>.

Muitos agricultores e pescadores tiveram o mundo do trabalho modificado com a interferência das leis proibitivas. Neste último caso, o juiz liberou a infração e a notícia correu! O momento era de escassez, que aviltava na cotidianidade a vida dos colonos, dos pescadores, de quem dependia do combustível, da querosene para iluminação, de ferramentas. Osmarino Cardoso trabalhava como carpinteiro em Saco dos Limões e recorda da falta de

<sup>982</sup> MENINI, Luiza. Entrevista citada. SODRÉ, Edir, 64 aos. Depoimento concedido em 23/08/1997. Porto Belo. Concedido Lúcia Regina Pereira, a quem agradeço.

<sup>983</sup> Citado por PRADI, Ilizabet. *De frente para o mar*. Monografia (Graduação em História). Itajaí: UNIVALI, 1999. P. 14.

ferramentas como as *lima Nickeson, a melhor lima que tinha, o anzol, o serrote, ferramentas mesmo de carpinteiro, porque o Brasil ainda não produzia, ou era de má qualidade....*<sup>985</sup>, mostrando parte deste cotidiano alterado. Noutra episódio, agora envolto com a repressão em Orleães, Henrique Ernesto Hilbert me conta sua experiência com a riqueza dos detalhes que só a memória pode cavoucar, e diz do seguinte episódio:

Em Orleans, na época da guerra, os policia vieram e pegaram o manual escrito em alemão que estava dentro da gaveta do toldo. Eles iam levar o manual de instruções de mecânica escrito em alemão – Dreher & Schloffer - e eu disse “este eu não entrego, só se vocês me derem um igual em português”. E eu reclamei, “olha, para que eu continue esse serviço de meu pai, preciso do manual”, e eles deixaram... se levassem, como eu era o único que sabia fazer aquilo, não teria mais ninguém para ensinar o ofício. Naquele tempo era difícil. Então, eles não levaram... Eu tenho até hoje este manual!!<sup>986</sup>

O mundo do trabalho vasculhado e a possibilidade de resistência que deu certo: “seu Haine”, como é conhecido, conseguiu preservar o manual e continuou seu trabalho. Noto que a necessidade de sobrevivência da própria comunidade propiciavam os enfrentamentos, e não há dúvidas de que se essas coisas davam medo também permitiam a inventividade. Na memória de Haine,

Nós todos trabalhávamos com serrarias, funilarias, e faltou lâminas de serra porque vinham da Alemanha, assim como ferramentas. Começou a faltar e então nós mesmos passamos a fabricar nossas ferramentas. Faltou ferro, mas aqui se dava um jeito: arrancavam os trilhos velhos da estrada de ferro e vendiam, então os ferreiros transformavam aquilo em ferramentas, foices, machados, martelos, até lâminas de serraria eram feitas de trilhos velhos! Aprendemos a fazer!!

Já a marcenaria de Fernando Springmann, no centro de Florianópolis, teve uma queda de aproximadamente 70% no faturamento e só continuou funcionando porque os empregados eram todos brasileiros. Os clientes, na sua maioria alemães, boicotaram as encomendas motivados, conforme diz o depoente, pelo fato de não ter seu proprietário aderido ao partido nazista; *mantinha-se praticamente com as encomendas do Estado principalmente suportes de bandeirinhas para os desfiles do dia da pátria e outras comemorações cívicas, encomendadas em milhares*, ocasião em que ele e seu irmão adolescentes tiveram que trabalhar nas

<sup>984</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada.

<sup>985</sup> CARDOSO, Osmarino de Deus, 75 anos. Depoimento concedido em 08 de outubro de 1997, Saco dos Limões, Florianópolis. Concedida a mim e a Liliane Brignol.

“varetinhas” com a dispensa de funcionários, ou porque foram convocados para o serviço militar. Por conta disso, o ritmo da casa alterou-se; sua mãe dispensou a empregada da casa e passaram a economizar<sup>987</sup>.

Noutros depoimentos percebo as dificuldades de alguns comerciantes, ou proprietários de barbearias, açougues, vendas, farmácias, bares, etc, que, ao chegar para abrir o comércio, deparavam-se com pichações nas paredes e muros externos, geralmente a cruz suástica e palavras depreciativas como “traidor”, “quinta-coluna” e, vendo-se obrigados a lavar e até raspar a tinta para poder iniciar o trabalho – a polícia não perdoava! Outras vezes, para humilhar os proprietários, “besuntavam” as portas e maçanetas com fezes humanas, de animais... e a limpeza era feita sob o olhar prazeroso dos pichadores.

Ainda, para completar os “cortes” de coisas necessárias à vida, os deslocamentos foram limitados. O controle da população de estrangeiros<sup>988</sup> já vinha sendo feita desde muito, a bem da verdade, desde que grande parcela de população imigrante passou a fazer parte da força de trabalho nos centros urbanos e nas fazendas de café, porém, esse controle tornou-se mais acirrado a partir de 1924, momento em que o Estado aplicou medidas para impedir o ingresso de determinadas categorias de imigrantes. Mas, como resultado da ação policial, a Constituição de 1934 e dois decretos, de 1938 e 1939, regulamentou a entrada e expulsão de estrangeiros do país<sup>989</sup>, quando a polícia conseguiu *apresentar o estrangeiro como o grande inimigo social, utilizou-se dele para promover a centralização do aparato policial, mote para sua modernização como braço de sustentação do regime*<sup>990</sup>. Para os brasileiros, bastava apresentar um documento oficial para viajar; para os estrangeiros e descendentes ligados aos países do Eixo, exigiu-se um salvo-conduto especial e obrigatório, e renovado a cada viagem, mais repressivo com a declaração de guerra.

<sup>986</sup> HILBERT, Henrique Enesto, 82 anos. Depoimento concedido em 08 de julho de 2001, Orleans. Seu Haine mostrou-me o manual trazido da Alemanha por seu avô (de Altemburg), recentemente encadernado, e com as páginas escurecidas do óleo e manuseio. O depoente foi prefeito de Orleans de 1970 a 1973.

<sup>987</sup> SPRINGMANN, Werner. Entrevista citada.

<sup>988</sup> Pelo Decreto Estadual n. 09, de 21/12/1938 – respaldado no Decreto-lei Federal n. 253, que dispõe sobre as taxas e custas do Serviço de Registro de Estrangeiros e Delegacias de Polícia - Artigo único, aprova o Regulamento para o Registro de Estrangeiros, subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública. Conforme o Regulamento, Art. 3º – Item IV. Corresponder-se com o Conselho de Imigração e Colonização sobre todos os assuntos relativos ao desembarque de estrangeiros (...); Item V. expedir documentos comprobatórios das condições de permanência de estrangeiros no país; Item VII. Receber e anotar as comunicações de mudança de residência ou emprego; Item VIII. Fazer o controle de estrangeiros que entrarem no país em caráter temporário, evitando que se demorem mais de seis meses (...). *Imprensa Oficial do Estado – Florianópolis*, 1938. APESC.

<sup>989</sup> Decreto-lei No. 406, de 04 de maio de 1938; Decreto-lei No. 3.010, de 20 de agosto de 1938; e Decreto-lei No. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Em 1936, no Congresso Policial, o item “expulsão dos alienígenas” foi o ponto mais alto das discussões.

<sup>990</sup> CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 121 e seguintes.

Em Santa Catarina, a partir de março de 1940, conforme Portaria n. 150 da Secretaria de Segurança Pública, *pessoa alguma poderá viajar pelo Estado, sem estar munida de salvo-conduto*, incidindo não só sobre os estrangeiros e descendentes, mas sobre a população em geral<sup>991</sup>. Em janeiro de 1942, quando recém rompidas as relações com o Eixo, um Edital da Delegacia de Ordem Política e Social reeditou a normatização anterior, dizendo então serem documentos hábeis para viajar o *salvo-conduto ou carteira de identidade*, exceto às altas autoridades federais, estaduais e militares. O salvo-conduto era um documento onde se afixava uma fotografia 3x4, expedido nas Delegacias, mediante pagamento de estampilha no valor de mil réis (1\$000) e uma taxa de saúde (não estipula o valor). Em caso de desobediência, o Edital foi claro: poderá o transgressor ser processado, publicando-se o mesmo por cinco dias consecutivos no *Diário Oficial do Estado, para que ninguém alegue ignorância*<sup>992</sup>. No ano de 1942, só de Florianópolis foram expedidos 8.726 salvo-condutos a nacionais, e, no Estado, 481 para estrangeiros, conforme relatório policial<sup>993</sup>. As pessoas requeriam o salvo-conduto para qualquer eventual viagem a passeio ou a negócios, aparecendo, no *Diário Oficial*, como Requerimentos Despachados – a maioria são de municípios do interior do Estado solicitando o salvo-conduto para viagens internas, algumas para outros Estados. O esquadrinhamento sugerido pelos despachos dá a dimensão do controle: ou são *deferidos*, ou tem como resposta *aguarde a oportunidade e volte querendo*, ou *indeferido*, e, dependendo do destino, aparece a validade (três a dez dias)<sup>994</sup>. Noto que a exigência de duas fotografias e taxas a serem pagas devem ter impedido muitas pessoas de se deslocarem, mesmo porque a fotografia era ainda um objeto raro e caro, e, somada aos gastos, essas medidas exerceram efetivo controle sobre a população flutuante.

<sup>991</sup> Portaria n. 150, de 04 de março de 1940, assina Ivens de Araújo, Secretário de Segurança Pública. *Decretos – leis, Decretos, Resoluções e Portarias – Janeiro a junho de 1940*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado. APESC. Ver ANEXO VIII.

<sup>992</sup> Edital da Delegacia de Segurança Pública, assinado por Antonio de Lara Ribas, Capitão Delegado de Ordem Política e Social, publicado no *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942, p. 4. Florianópolis. Ver ANEXO IX.

<sup>993</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Raton, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis. O mesmo Relatório informa que, conforme Lei n. 619, de 31/03/1942, *Dos automóveis de passagem, só podem viajar depois de provarem à polícia a identificação de seus passageiros*.

<sup>994</sup> Em novembro de 1944, as Irmãs Benedita (Marta Kock), Ismalina (Joana Hamschmidt), Gerviga (Ana Borchelt), Gertruda (Louise Aschulze Wischeler), de Tubarão, Laguna e Florianópolis requereram salvo-conduto para viajarem a Florianópolis, Rio Grande do Sul e Curitiba, e foram atendidas; Marta M. Delitsch, Florianópolis, requereu salvo-conduto para viajar a passeio para São Paulo, e foi *Indeferido*, mas o requerente Carlos Stoltemberg, de Brusque, que queria ir a Florianópolis, obteve deferimento. Emma Grossweiler viajou de Blumenau para o Rio, autorizado por dez dias; Hanz Steppat, de Joinville tem concedido o salvo-conduto para ir à capital; Ervin Betschel teve que aguardar oportunidade. *Diário Oficial do Estado*, 29/11/1944; 11/10/1944; 16/11/1944; 11/12/1944.

Werner Springmann reclama que *até para ir para Palhoça precisava o salvo-conduto, que era tirado na Delegacia de Ordem Política e Social*. Ele guarda ainda o seu, tirado em 22 de janeiro de 1942, e válido por 60 dias, com a fotografia colada, assinado pelo Capitão Lara Ribas. A memória sobre esse documento está impressa nas pessoas “de origem”, o que não aparece para os brasileiros. Anir Manenti, de Turvo, recorda que seu pai e outros italianos do sul tinham que ter o salvo-conduto para qualquer viagem, fato que os constrangia<sup>995</sup>. Gertrud Lorenz Mayr lembra que para ir de Timbó para *Blumenau só com salvo conduto, documento que valia por trinta dias, podendo ser renovado*<sup>996</sup>. Alberto Bernardes estava a serviço do Tiro de Guerra, em Itajaí, quando teria recebido gracejos de dois cabos que estavam de férias, os quais *o encabularam com pilhérias* (José Anacleto Cardoso e Zacarias Saboleski), isso em julho de 1942. Incomodado, Bernardes pediu-lhes a *apresentação do salvo-conduto* e abriu processo contra os mesmos, enviando ao 32º Batalhão de Caçadores (Blumenau), acabando por ter mais um entrevero a resolver com seus homens da guarda<sup>997</sup>. Coisas do momento, das infladas tensões. Lembro que os reservistas tinham cartões especiais de livre trânsito no território catarinense, fornecido pela Delegacia de Ordem Política e Social<sup>998</sup>.

Não há dúvidas de que, para os estrangeiros e descendentes, este momento foi de absoluto cuidado e cerceamento do direito de ir e vir – como também é compreensível que, na contingência das leis e estratégias de repressão aos “súditos do Eixo”, tais medidas fossem razoáveis haja vista as redes de espionagem alemãs que tinham ligações no Estado. Extremismos ou não, para mudar de residência também exigia-se requerimento, conforme Edital de 28 de janeiro de 1942 – *Art.3º – É vedado aos súditos dos países mencionados (Japão, Itália e Alemanha): a) – mudar de residência sem comunicação prévia ao Registro de Estrangeiros, na Capital, e nas Delegacias de Polícia, no interior do Estado*<sup>999</sup>. Frida Seyfert morava em Curitiba e requereu autorização de transferência de residência para Canoinhas, recebendo como resposta *Sim, à vista das informações*; Gabriela Wette, de Brusque, obteve autorização para residir em São Paulo<sup>1000</sup> - ou seja, ao efetivar um requerimento, a vida e as relações dos requerentes passavam por intensas investigações, que mobilizavam a polícia de diferentes locais até que fosse fornecido o parecer.

<sup>995</sup> MANENTI, Anir, 75 anos. Depoimento concedido em 30 de dezembro de 1999, Turvo.

<sup>996</sup> MAYR, Gertrud Lorenz, 75 anos. Depoimento concedido em 19 de novembro de 1999, Florianópolis.

<sup>997</sup> Ofício No. 82, do Delegado da 7ª Zona do S/R, Itajaí, ao Comandante do 32º Batalhão de Infantaria, Blumenau, em 01 de julho de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>998</sup> Ofício da 5ª Região Militar, Curitiba, ao Intevetor Nereu Ramos, em 20 de fevereiro de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>999</sup> Edital da Secretaria de Segurança Pública, de 28/01/1942, assinado por Francisco Gottardi, Secretário. *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. P. 4. Ver ANEXO 2.

<sup>1000</sup> *Diário Oficial do Estado*, 11/12/1944.



Estado de Santa Catarina

Secretaria da Segurança Pública

Delegacia da Ordem Política e Social

# SALVO CONDUTO

N. 754



O Cap. Antônio de Lara Ribas, Delegado da

Ordem Política e Social, concede salvo conduto ao sr.

Werner Springmann, que provou

ter 17 anos de idade, natural deste Estado, estado

civilsolteiro, cor branca, filho de

Fernando Springmann, profissão

estudante, residência N/Capital

e se destina a Int. ao Estado viajando

em via terrestre

VALIDO POR 60 DIAS

Florianópolis,

*22 de*  
*Antônio de*  
*Prof. Dr. de*  
 de 1942  
  
*Antônio de*  
*Prof. Dr. de*

Obs.:  
.....  
.....  
.....

Fig. 11 – Salvo-conduto de Werner Springmann, Fonte: Acervo privado de Werner Springmann. Florianópolis.

Segundo o Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, entre janeiro de 1942 e o mesmo mês de 1943, o Serviço de Registros de Estrangeiros recebeu 6.522 comunicações sobre residência de súditos do “eixo”<sup>1001</sup>, resultado do mesmo Edital acima: *1º - Os estrangeiros naturais dos países com os quais o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais, isto é, o Japão, Alemanha e a Itália, devem comunicar a sua residência às autoridades policiais, no prazo de 15 dias, a contar desta data.* Conforme o Censo de 1940, havia, no Estado, 21.532 estrangeiros, o que depreende que cerca de 30 % da população estrangeira fez o registro. Conforme o Relatório, assim se distribuem os registros:

Florianópolis.....	370	Imaruí.....	09
Orleães.....	450	Rodeio.....	240
Indaial.....	127	Gaspar.....	29
Concórdia.....	410	Porto União.....	515
Lages.....	46	Tijucas.....	27
Nova Trento.....	33	Camboriú.....	16
São José.....	23	Ca mpo Alegre.....	37
Chapecó.....	718	Palhoça.....	63
Urussanga.....	255	Criciúma.....	217
Parati.....	07	São Francisco do Sul.....	131
Jaraguá do Sul.....	536	Blumenau.....	1.254
Joinville.....	625	Rio do Sul.....	620

Esta tabela mostra as concentrações de estrangeiros nos municípios, muito embora noto que está incompleta. Em outros municípios, como Brusque, os números podem estar contabilizada com outros, já que não aparecem.

Na mesma direção, aparecem requerimentos de Atestado de Antecedentes Políticos – Werner August Albrecht Frillman, Robert Hinrich Tiedmann (Blumenau) e Werner Heinrich (Rio do Sul) pediram-no e foi *Indeferido*; Frederico Missner (Rio do Sul) teve como resposta *Aguarde oportunidade*; Henrique Schroeder (Timbó) recebeu um *Mencione claramente o motivo a que se destina e volte requerendo*; Pedro Bettio (Urussanga), *Deferido*<sup>1002</sup>. Estes requerimentos, encaminhados aos órgãos da Ordem Política e Social, mostram que para os estrangeiros e descendentes a vida cotidiana estava absolutamente intrincada de redes de controle; vivia-se às sombras do silêncio com a lei à porta, ou tendo que ir à porta da lei para poder mover-se.

<sup>1001</sup> Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Ratton, Florianópolis, em março de 1943. Pasta: Acervo privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas). Florianópolis.

<sup>1002</sup> *Diário Oficial do Estado*, 16/11/1944; 11/12/1944; 28/11/1944. Esse atestado só era fornecido depois de averiguada a vida pregressa e as redes familiares e de amigos do requerente, observadas as ligações com ideologias ou partidos políticos (integralismo, nazismo, comunismo).

As contas bancárias bloqueadas foi outro problema para os imigrantes e descendentes. Vera Molenda me conta que *durante a guerra, as contas bancárias das famílias eram bloqueadas, e tinha que apresentar notas fiscais de todas as despesas da casa para liberar o dinheiro. Lembro de ir no banco, na Praça XV, tirar o dinheiro, aí eles carimbavam as notas, e só aí pude retirar o dinheiro*. Vera estava com a mãe doente e o pai detido na Trindade, e então lhe cabia fazer os negócios da casa, ainda adolescente. Werner Springmann, o narrador que me acompanha ao largo de sua experiência e memória, mostra este controle: *Bem, lá tinha um espia, nós chamávamos de “espia garrafa”, se não me falha a memória era Macedo o sobrenome, então ele ficava junto ao caixa do Banco do Brasil<sup>1003</sup> com um olho fechado, sempre com um olho fechado e observava os movimentos dos alemães que descontavam ou pegavam cheques ou dinheiro, depositavam<sup>1004</sup>*. Sim, diz-me Irene, quando detido e levado para Bom Retiro, seu pai deixou *dinheiro no banco, mas foi tudo confiscado, nunca mais ninguém recebeu nada, nada!!*, lamenta<sup>1005</sup>.

Os depoentes falam dos problemas no cotidiano provocados pelo Decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, que dispôs sobre *as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens dos brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil*. Este decreto obrigava aos súditos alemães, japoneses e italianos a passarem *à administração do Governo Federal os bens das pessoas físicas ou jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão(...)*, e, ainda, quantias em *obrigações de natureza patrimonial* (percentuais), transferidas para o Banco do Brasil para pagar os *prejuízos do Estado brasileiro* com os ataques aos navios mercantes, além de outros artigos proibindo alienação de bens, recusa de heranças, sobre títulos e dívidas, etc<sup>1006</sup>.

Este decreto interferiu decisivamente nas transações econômicas dos estrangeiros que tiveram suas contas bancárias controladas e proibidos de qualquer transação comercial, ou guarda de dinheiro sem declaração. Como vimos, esta lei fez a festa da repressão, que exercia o poder decretado na busca de bens, dinheiro e objetos de valor. Nos depoimentos, poucas foram as pessoas que se sentiram confortáveis para falar deste assunto, o que me leva a pensar

<sup>1003</sup> No início de janeiro de 1942, o Banco do Brasil bloqueou as contas dos alemães, o que provocou dificuldades de funcionamento da própria embaixada alemã no Brasil, decisão tomada durante a Conferência do Rio de Janeiro, nas acaloradas discussões sobre manter a neutralidade ou romper com os países do Eixo. Pressionado pelos Estados Unidos, o governo brasileiro resolveu romper relações comerciais e financeiras com o Eixo e controlar as operações bancárias vinculadas a pessoas que pudessem ter ligações com o Eixo. SEITENFUS, Ricardo (2000). Op. cit., p. 284 e 293.

<sup>1004</sup> MOLENDAS, Vera; SPRINGMAN, Werner. Entrevistas citadas.

<sup>1005</sup> IRENE. Entrevista citada.

<sup>1006</sup> Decreto-lei n. 4.166, de 12 de março de 1942. *Coletânea de Decretos-lei – Leis de 1942 – Volume I. Atos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. APESC. Ver ANEXO VI.

no significado destas perdas e suas conseqüências. Ricardo Gottsmann conta que *Os bens estavam bloqueados, o dinheiro estava no banco, e os estrangeiros que tinham conta bancária deviam dar uma quantia...*, descontada direto como obrigação de guerra. Conforme suas lembranças, *O governo liberava mensalmente o dinheiro para sobreviver, isso das aplicações que o pai tinha no banco. Era a mãe que administrava as contas, tirava o dinheiro do banco, pagava o colégio, o aluguel. Com a prisão do pai, ela teve que assumir isso, antes ela era caseira, não fazia esses trabalhos*<sup>1007</sup>. Emma Gottsmann assumiu a direção da casa com a prisão do marido, mudou-se para Blumenau (foi afastada, como já vimos) e cuidou para que os filhos estudassem, administrou a família até o final da guerra, quando Richard Gottsmann foi libertado; a família voltou a reunir-se e Gottsmann reassumiu as funções de médico em Florianópolis<sup>1008</sup>. É bem verdade: coube às mulheres tomarem conta dos negócios na ausência dos maridos, quando presos ou afastados, e não foram poucos os casos, como já vimos. Se na França a guerra foi a *aprendizagem forçada desse saber-fazer*, realidades do cotidiano que tornaram obrigatórias a *proteção da família e a gestão doméstica*<sup>1009</sup>, as lides dessas mulheres de Santa Catarina tiveram também que ser aprendidas de outro jeito.

Mesmo para quem este decreto 4.166 nada interferiu, viu-se na obrigação de participar da mobilização econômica - o governo emitiu “bônus de guerra” e “obrigações de guerra” de forma que todos podiam/deviam participar do esforço. Werner me diz que o “*bônus de guerra*” era para todos, recolhido para financiar os gastos com a guerra. Em outubro de 1942, o governo federal decretou uma subscrição compulsória para obrigações de guerra<sup>1010</sup>, comprometendo empresas e particulares a contribuírem. E contribuía, mesmo que decerto fosse à força. Em Orleães, foi instalada uma Sub-Comissão Executiva de Propaganda Nacional de Obrigações de Guerra, constando Ata da Instalação e nomeando os colaboradores da cidade, obviamente os homens das esferas pública política e econômica: juiz, prefeito,

<sup>1007</sup> GOTTSMANN, Ricardo. Entrevista citada.

<sup>1008</sup> Conforme o depoente, Richard Gottsmann serviu na Alemanha durante a Primeira Guerra como general-médico. Imigrou para o Brasil em julho de 1923, era noivo na Alemanha, e, em 1925, com a vinda da noiva, casaram-se no Rio de Janeiro. Veio contratado pelo médico Fritz Gofferge para trabalhar no Hospital de Caridade como cirurgião plástico, e tencionava ficar cinco anos e voltar para Alemanha. Foi preso em setembro de 1942, ficando até o início de 1945 na Trindade. Em seguida, o Dr. Djalma Moellman ofereceu a ele o centro cirúrgico da Casa São Sebastião, onde aposentou-se em 1966. Faleceu aos 86 anos, em junho de 1973.

<sup>1009</sup> ECK, Hélène. Op. cit., p. 263.

<sup>1010</sup> Obrigações de Guerra, instituídas pelo Decreto-lei No. 4.789, de 05 de outubro de 1942; subscrição compulsória, porém, podiam ser debitados da conta bancária. Para os funcionários públicos, estes contribuía ‘compulsoriamente’ com 3% do salário. As empresas também não foram poupadas: a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S. A. (Brusque) foi outorgada como estabelecimento de interesse militar, incluída na subscrição compulsória para obrigações de guerra. Cf. HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit., p. 306.

delegado, professor, padre, coletor, médico e comerciantes locais<sup>1011</sup> assinaram o documento numa pomposa cerimônia de enfáticos discursos. Nada melhor para dar visibilidade da adesão à causa patriótica, num lugar visado pela polícia face à força do integralismo em anos anteriores e as etnias predominantes.

Entrementes, as Campanhas pró-Aviação Nacional mobilizaram crianças e adultos no recolhimento de dinheiro e recipientes de alumínio. O *Diário Oficial do Estado* divulgou – como o faziam os jornais outros – apelo às rádios para a campanha do alumínio, cobre e zinco em favor da aviação, ao que a Interventoria solicitou o levantamento de material metálico no Estado; entendeu não ser *sacrifício considerável para ninguém desfazer-se de objetos imprestáveis ao uso particular, e que, no entanto, serve de muito como elementar suprimento à produção de material de guerra, em ato de oportuna intenção patriótica*<sup>1012</sup>. Escolas<sup>1013</sup> e prefeituras<sup>1014</sup> se mobilizaram; as crianças iam nas casas pedir panelas velhas de alumínio, recipientes de creme dental vazios, etc. As mulheres separavam panelas velhas, objetos de ferro corroídos pelo tempo, pedaços de ferramentas... tudo era entregue para a prefeitura, isso no centro de Florianópolis. Uma limpeza no quintal, diria! *Eles pediam que a gente usasse só panelas de barro, eles recolhiam as panelas velhas, tudo o que tinha de alumínio. A gente dava porque eles mandavam, todo mundo colaborava, era material de guerra...*, enfatiza Hilda Bencecevi<sup>1015</sup>. Tarefa das mulheres esta de separar panelas, descartar, lidar com o “desfazer-se” de coisas.

Mas, seria mesmo tanta a necessidade de metais, ou mais uma das formas de mobilizar e fazer crer no iminente perigo? O prefeito de São Bento, Joaquim Salles, escreveu uma “irada” carta ao Interventor Nereu Ramos, dizendo que os metais coletados no município estavam *amontoados em frente à prefeitura* havia meses, sem que fossem levados para o destino... Já havia tentado diversas formas e os materiais permaneciam encaixotados prontos para o embarque: *De qualquer maneira, com o decorrer do tempo, tudo irá se deteriorando.*

<sup>1011</sup> Ofício de José Antunes Mattos, Presidente da Sub-Comissão Executiva de Propaganda Nacional das Obrigações de Guerra, Orleães, ao Interventor Nereu Ramos, em 24 de junho de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC. Assinaram: José Antunes Mattos, prefeito; Dr. Eugênio Trompowski Toulous Filho, juiz de direito; Padre Germano Peters, vigário local; Manoel Bertoncini, coletor federal; Edmundo Anguski, comerciante; e, Dr. Antonio Dib Mussi, diretor do hospital.

<sup>1012</sup> *Diário Oficial do Estado*, 29/07/1942; 31/07/1942; 4/08/1942. P. 1.

<sup>1013</sup> “Campanha Patriótica”. *A mais bela e também a mais louvável campanha da atualidade, é, sem dúvida, a da aquisição de metais para a construção de aviões que virão enriquecer a nossa Aviação já composta de um pessoal que é exemplo de amor e coragem à pátria brasileira!*, escreve o aluno Amauri Calado. *A Criança Brasileira*, ano 1, nos. 4 e 5, 12/11/1942. P. 3. Grupo Escolar “Lauro Muller”, Florianópolis.

<sup>1014</sup> Ofícios das prefeituras enviavam a soma arrecadada, como este: o prefeito de Joinville, Arnaldo Douat, enviou ofício ao Interventor Nereu Ramos com *a importância de Rs 2.806\$000 (dois contos, oitocentos e seis mil réis) à Campanha pró-Aviação Nacional*, em 8 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Set/out. 1942. Palácio do Governo. APESC.

*Resolve o que achar Vossa Excelência conveniente, vende para uma metalúrgica e usa o dinheiro para a Defesa Nacional, diz o prefeito*<sup>1016</sup>. Noto que as pessoas colaboravam, sim, ou por patriotismo, ou por medo da guerra, ou para mostrar-se brasileiro, ou mais brasileiro do que outros.

Ao compulsar processos, leis, memórias, discursos diversos, foi possível aqui percorrer pistas nas suas dobras e olhar algumas das estratégias dos populares, e não só destes, na experiência de terem vivido esta “outra” guerra. Vejo que não foram “mansos” com as leis proibitivas: também enfrentavam, driblavam, ou as usavam em benefício próprio. O cotidiano é isso mesmo: lugar do enfrentamento, onde nada é universal ou estático, e nem as pessoas vivem as normatizações o tempo todo; delas se escapam, inventam, negociam, pervertem, informalizam, medeiam, lêem, representam e representam-se, e o fazem na condição de seres humanos, porquanto, históricos.

### **Rancores e resistências: os afetos, a guerra e a dor**

Somos feitos de afetos, lembranças, coisas que guardamos e, quando morremos, *morremos ricos de amores e tribos, sabores que engolimos, copos nos quais entramos e nadamos como rios. E, de medo que escondemos*<sup>1017</sup>. Das palavras de Hanna, no seu diário, retenho a experiência, a saudade, a dor, o silêncio. As astúcias de cada um quando a contingência cala a liberdade. *Para driblar a repressão as pessoas mentiam, mas depois de muita insistência dos policiais, acabavam contando a verdade. Em casa, os filhos estavam sempre apavorados e temerosos, pois os castigos eram cruéis. Tudo em casa que lembrava a Alemanha era escondido a sete chaves, recorda Úrsula Grimm*<sup>1018</sup>. E era mesmo: Lurdes Bonotto morava em Vila Maria (interior de Nova Veneza), e o que fizeram seus pais com medo da polícia? *Lembro que lá em casa esconderam os retratos do rei da Itália debaixo de quadros de santos. Tirava a moldura e colocava o papel embaixo do outro quadro, e ninguém podia ver. Falávamos italiano em casa*<sup>1019</sup>.

<sup>1015</sup> BENCCEVINI, Hilda Theodoro. Entrevista citada.

<sup>1016</sup> Ofício de Joaquim Salles, prefeito de São Bento, ao Interventor Nereu Ramos, em 28 de novembro de 1942. Ofícios Recebidos das Prefeituras – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>1017</sup> “O Paciente Inglês” (filme). Direção Anthony Minghella, 1997. EUA.

<sup>1018</sup> GRIMM, Úrsula. Entrevista citada.

<sup>1019</sup> BONOTTO DE FÁVERI, Lourdes, 63 anos (In memoriam). Depoimento em 27 de dezembro de 1999. Vila Maria, Nova Veneza. Anita Moser enuncia outro depoimento: *A maioria tinha medo. Havia pessoas que queimavam muitos livros, talvez muitas lembranças, por exemplo, imagem de um santo que estava escrito embaixo em italiano, eram queimados e jogados fora. Eram muitas coisas, documentos foram jogados fora,*

Essas coisas mexeram com a vida, quebraram o ritmo que era próprio das colônias, das visitas, rezas, brincadeiras, reuniões, leituras, cantos. A maioria nem entendia direito, mas era preciso dissimular, esconder, matar lembranças, “queimar” a memória. *Foi um tempo de medo*, diz-me Hilda Brillinger, *minha mãe enterrou a bíblia, essas coisas, tinha medo que eles iam passar e queimar o que era em alemão. Então ela enterrou, dentro do paiol, no chão; o Haine é que ajudou a enterrar. Depois, quando acabou, desenterraram*. Ou, na memórias de Irma Will, *os livros eram jogados em buracos feitos para guardar rama de aipim no inverno, ou jogados em tocos de árvores*; os quadros eram quebrados, espingardas eram escondidas, rádios camuflados...<sup>1020</sup> Reitz conta que, no distrito de Antonio Carlos, as buscas e apreensões de *bíblias, devocionários, livros, bordados com provérbios nas paredes e quadros emoldurados com artísticos dizeres religiosos ou cívicos em idioma alemão* provocaram uma devassa total nas igrejas, residências e cemitérios<sup>1021</sup>.

Em Rio dos Cedros, o professor tinha uma *vasta biblioteca*, pois ele recebia tudo da Itália; escondeu os livros *debaixo de pedras*: molharam, perderam-se; todas as fotos eram recolhidas quando *eles invadiam* as casas e tiravam,

eles juntaram todas as fotos e levaram para a delegacia, era tanta foto que não tinham mais onde guardar no colégio, então iam queimar tudo porque não tinha lugar onde dar aula! Era tanta foto, que tinha na delegacia um quarto e quando abria a porta vinha tudo!! Eram fotos de família, italianos, alemães, livros, tantos que não acabava mais!,

conta, condoído, Domingos Dallabrida. Em Orleães, *os policias queimaram todos os livros... minha avó tinha muitas cartas, e minha mãe tinha muitos livros de história, bíblia, e queimaram na frente delas, tiraram da escrivania as fotografias e queimaram tudo!!*, relembra Enrique Hilbet<sup>1022</sup>. Em São Bento Baixo, Roque Manique Barreto me conta que sua mãe, *com medo queimou uma coleção de livros em alemão, e, em 1942, quando faleceu o irmão, ela tinha guardado uma mecha de cabelos dele num livro, depois lembrou que queimou junto! Sempre que lembrava, chorava muito*. Outros vizinhos enterraram no fundo do quintal...<sup>1023</sup>. Como deve ter sido dolorido para as famílias esta estúpida repressão, num tempo em que fotografias eram raras, objetos de desejo muitas vezes a única lembrança de um ente querido na velha Europa! Jacques Le Goff

---

*queimados, escondidos. Eu lembro daqueles jornais que tinha falado antes: meu pai pegou, botou num caixão, pregou e levou num capinzal, lá em cima, no meio do mato.* MOSER, Anita. Op. cit, p. 125.

<sup>1020</sup> BRILLINGER, Hilda; WILL, Irma. Entrevistas citadas.

<sup>1021</sup> REITZ, Raulino. Op. cit., p. 247.

<sup>1022</sup> DALLABRIDA, Domingos; HILBERT, Henrique Ernesto. Entrevistas citadas.

<sup>1023</sup> MANIQUE BARRETO, Roque, 77 anos. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2001, Itajaí.

nos diz que a fotografia *revolucionou a memória: multiplica-a, democratiza-a*, inscreve-se na memória social. Seria o álbum de família *um vestígio da função feminina de conservação da lembrança?*, pergunta-se<sup>1024</sup>.

No processo violento de nacionalização forçada, a destruição da memória afetiva e familiar foi de extrema intolerância, na medida em que condenou o outro a renegar sua cultura em nome de um projeto nacional homogeneizador. Tanto os policiais queimavam/rasgavam ou levavam, conforme entendiam fazê-lo, quanto os próprios colonos escondiam, ou davam fim com medo das buscas e apreensões. Anita Moser colheu depoimentos, como esse:

Famílias de Rio dos Cedros tinham pequenas bibliotecas, revistas vindas da Itália, jornais da Itália, quadros, verdadeiras jóias e tesouros e outras lembranças do Rei Humberto I e da Rainha, Francisco II da Áustria e a rainha Regina. As famílias, com medo, queimavam os livros, às vezes cartas e retratos também.

Ou, noutra fala: *Quadros da Rainha Margherita e Victor Emanuele III. Tudo foi queimado. Os soldados queimavam tudo o que encontrassem*.<sup>1025</sup> Uma violência que pretendeu eliminar o reconhecimento das raízes culturais representadas nos elementos simbólicos que os uniam à terra de origem, aos ancestrais – além da língua, como já vimos. O ato de enterrar livros, documentos, fotografias foi uma forma de resistência mas não assegurou a recuperação: os depoimentos são unânimes em dizer que tudo foi perdido no contado com a umidade, desintegraram-se e apodreceram: *Meu pai tinha espingarda e livros italianos, teve que levar tudo embaixo de uma pedra no morro do Alduino Dalpiaz. Se viessem os investigadores, todos iam para a cadeia. Os livros apodreceram*<sup>1026</sup>. Os imigrantes e descendentes mostram uma “prática de leitura” que não era comum aos brasileiros.

Outras vezes, a polícia encontrava o esconderijo, e adeus livros:

De repente veio um grupo de investigadores para ver o que a gente tinha em casa, porque não podia ter livro alemão nada. Eu tinha livros escolares, para estudo, nem romance e política, mas o homem que ia lá não sabia ler alemão! A gente pedia para os vizinhos guardarem, e tinha um revista muito boa alemã, minha mãe ficou com dó de jogar fora, sabe. Pegou o papel impermeável, embrulhou as revistas e enterrou, mas acharam e acabaram com todas as revistas<sup>1027</sup>.

<sup>1024</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Tradução Bernardo Leitão. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 1996. P. 466. Para uma leitura pormenorizada da função dos retratos de família, condições de produção, ver LEITE, Miriam Moreira. Op. cit.

<sup>1025</sup> MOSER, Anita. Op. cit., p. 124

<sup>1026</sup> Idem, p. 125.

<sup>1027</sup> ROGASCH, Emilia Anna, 72 anos. Depoimento concedido em 12 de maio de 1999, Itajaí. Concedida a Araci de Medeiros Pinto.

Ida Rogasch recorda do tempo de estudante; tempo da memória, tempo de lembrar hoje que o policial não sabia ler em alemão! Noto que a polícia estava treinada para encontrar esconderijos, desenterrar livros, pressionar. Não tenho dúvidas de que nos substratos da memória estão guardadas as histórias, compartilhados ao objetos, “*mil nada*” como disse Michelle Perrot<sup>1028</sup>, mas que possibilitam a retenção do tempo que se esvaiu. *É a busca de construção e reconhecimento da identidade que motiva os homens a se debruçarem sobre o passado em busca de marcos temporais ou espaciais que se constituem nas referências reais das lembranças*<sup>1029</sup>. Os signos – objetos – são lugares de memória e ativam os sentidos do olhar, toque, cheiro, sons; e quem somos nós se não a soma de nossas lembranças onde estão definitivamente plantadas nossa história e nossa vida? Por que não nossa identidade? Para milhares de colonos, a situação de guerra provocou o aborto das lembranças com a morte do signo, arrancou o significante, tentou engolir o significado. Não matou por inteiro, porque é direito dos homens e mulheres sonharem e lembrarem, mesmo que a violência seja farta e a dor incomensurável.

Ora, eram as mulheres guardiãs das lembranças da terra distante, da pátria perdida no espaço, mas guardada no tempo da memória. A experiência de chegar na América foi extremamente dura, especialmente para elas, que tiveram que lidar num lugar estranho e inóspito e, ao mesmo tempo, transmitir à prole – quase sempre numerosa – as tradições dos antepassados. Essas mulheres, *distantes do mundo público socializavam seus filhos contando histórias familiares passadas na velha e reconhecida geografia européia*, preocupadas em *preservar a família com todos os aspectos que essa guarda comporta: desde a defesa física à solidariedade cultural familiar*<sup>1030</sup>. Além das tensões e repressões, tiveram que redirecionar práticas, dissimular a cultura, aprender outra língua, dar fim a pertences caros à memória familiar e de grupo. Janine Gomes da Silva percebe, nas memórias de mulheres de Joinville, como elas foram “obrigadas” a deixar, ou pelo menos dissimular a língua que aprenderam e

<sup>1028</sup> As cartas, diários, fotografias, pequenos objetos da memória afetiva, *Na rememoração, as mulheres são, em suma, porta-vozes da vida privada*. PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina In: *Revista Brasileira de História*, volume 9, No. 18. São Paulo: ANPUH, ago/set. 1989. P. 17. Pp. 09-18. Sobre este assunto, ver também VENÂNCIO, Ana Chrystina et alii (orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

<sup>1029</sup> NEVES, Lucilia de Almeida. Memória e história: substratos da identidade. In: NODARI, Eunice et alii. (orgs). *História: fronteiras*, vol. II. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 1999. P. 1065.

<sup>1030</sup> Cléia Schiavo, ao mostrar memórias de mulheres *compulsoriamente pioneiras*, observa que vão construindo *uma identidade-solidária familiar*, ativando *suas memórias genealógicas no sentido de organizar, a curto prazo, novos conteúdos rotineiros de vida e novos capitais históricos que, transmitiram cada vez com mais intensidade, quanto mais foram avançando no tempo cronológico*. SCHIAVO, Cleia. América: invenção masculina/reinvenção feminina. In: SALOMÃO, Jaime (dir.). *América: descoberta ou invenção*. 4º Colóquio/UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, 1992. P. 324-328.

até então ensinavam aos filhos, das dificuldades que enfrentaram e do medo que sentiram com a nacionalização forçada e a perseguição; tempo de *tristeza*, dizem<sup>1031</sup>.

Eram elas que bordavam os panos de parede com frases em alemão, ensinavam às filhas a arte de ornar a casa. Na casa de Lucy Sonne, quatro policiais armados a empurraram para o lado e começaram a abrir armários e gavetas, até que *deram com os panos de parede* que ornavam quase todas as cozinhas da cidade e *os arrancaram com pregos e tudo* ateando fogo nestes e outros objetos que acharam ser propaganda nazista, conta Urda sobre a experiência da família Sonne durante a guerra, em Blumenau<sup>1032</sup>. Da ficção para a história, as mulheres recordam com dor a perda dos enfeites de parede, singelas frases conhecidas na velha Europa e renovadas a cada enxoval de noiva... Sim, eram elas que costuravam – *a costura era, para as mulheres, um trabalho compulsório*, como os bordados, as cortinas, o enxoval, e eram todos *uma forma de memória*, na pertinente análise de Peter Stallybrass sobre roupas e seu significado simbólico no século XIX, o século de Marx<sup>1033</sup>.

Os estrangeiros e descendentes temiam pelos parentes na Europa, e, claro, as cartas iam e vinham... isto é, não sem censura, exceto quando a driblavam. Vera Molenda possui cartas recebidas por sua mãe de parentes na Alemanha, escritas em alemão e constando notícias breves de quem morreu, casou, que estavam todos bem e abraços, somente. Disse-me que *As cartas eram enviadas pela Cruz Vermelha, com o máximo de 25 palavras, e passavam pela censura tanto aqui no Brasil quanto lá na Europa. Parecia telegrama... tenho essas cartas*. Numa delas há um bilhete dactilografado, grampeado em anexo, com carimbo da Cruz Vermelha e datado de 30 de maio de 1942. Ele assim se expressa:

“Bielitz, den 30. Mal 1942.

Se desejar V.S. responder à presente carta, obedeça as seguintes instruções: Use o verso do formulário; escreva em português, francês ou inglês, limite-se a dar notícias de caráter pessoal ou familiar, não exceda 25 palavras.

Não envie diretamente e sim por intermédio de quem lhe entregou a carta ou a Filial da Cruz Vermelha que a distribuiu.

Pague o porte em selos postais, para facilitar”<sup>1034</sup>.

Noto que a comunicação por cartas só podia conter poucas frases sem mencionar nada sobre a guerra, ou qualquer notícia além dos assuntos estritamente privados. Estas cartas, sabemos, contam das coisas do privado, sentimentos, *derramamentos do coração*, numa

<sup>1031</sup> SILVA, Janine Gomes. Op. cit,

<sup>1032</sup> KLUEGER, Urda. *No tempo das tangerinas*. Op. cit., p. 120 e 121.

<sup>1033</sup> STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. 2. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 31 e 42.

<sup>1034</sup> Cartas e bilhete são do acervo pessoal de Vera Molenda.

expressão de Habermas<sup>1035</sup>. Para os imigrantes, eram as cartas o mais importante meio de comunicação entre as famílias<sup>1036</sup>; contavam coisas do cotidiano, dificuldades, alegrias, nascimentos, casamentos, mortes, enfim, a vida desenhada em narrativas envoltas em emoções e afetos.... Quando veio a guerra, quebraram-se estes laços. Concordando com Barthes, quem envia uma correspondência sempre espera uma resposta<sup>1037</sup>, e nesse tempo a resposta só podia vir em minguados verbos, recebida com muita ansiedade e poucas notícias. As irmãs do Colégio Sagrado Coração de Jesus deixaram registradas as angústias com a falta de notícias e o medo do que estava acontecendo na Alemanha, já que as cartas praticamente acabaram com a guerra<sup>1038</sup>.

Não há como duvidar de que essas medidas interferiram sobremaneira nas relações cotidianas e na vida privada de muitas pessoas. Porém, era possível driblar a censura; e por certo algumas, ou muitas pessoas saíram ilesas, porém não Jutta Andresen e Herbert Oscar Jung. Herbert, natural de Hamburgo (Alemanha), 35 anos, funcionário das Casas Carlos Hoepcke Sociedade Anônima, residente em Florianópolis<sup>1039</sup>; Jutta, natural de Tankerade (Alemanha), 16 anos, morava em Badenfurt, interior de Blumenau, há dez anos, desde que chegara com os pais Werner e Téa. Herbert e Jutta conheceram-se em 1937, quando surgiu uma amizade que se transformara em namoro. É nada mais comum do que trocarem cartas num tempo em que deslocar-se era difícil e telefone era raro. Mas... era 14 de setembro de 1942 quando Herbert escreveu uma carta para Jutta, comunicando que estava sendo

<sup>1035</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1984. P. 65 a 67.

<sup>1036</sup> Cristina Scheibe Wolff percebeu as dificuldades de adaptação, o trabalho e cotidiano dos imigrantes alemães através de cartas e outros documentos, principalmente a participação das mulheres. WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia Blumenau – cotidiano e trabalho, 1850-1900*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Um estudo pioneiro sobre cartas de camponeses poloneses imigrantes para a Alemanha e América foi realizado por William Thomas e Florian Znaniecki, os quais recuperaram as dificuldades de adaptação dos colonos, e para os quais as cartas têm a função de manter a solidariedade familiar. THOMAS, William e ZANANIECKI, Florian. *The polish peasant in Europe and America*. Chicago, University of Illinois Press, 1984. Outros estudos sobre cartas, observadas diferentes épocas e missivistas, estão na obra organizada por GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>1037</sup> BARTHES, Roland. *Fragmentos do discurso amoroso*. 2. ed. Tradução Ortensia dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1981.

<sup>1038</sup> *Livro de Crônicas da Província do Colégio Sagrado Coração de Jesus – 1939-1948*. Op. cit.

<sup>1039</sup> É interessante como as redes de relações se faziam entre os imigrantes. Emma Hatski escreveu em suas memórias: *Como não tínhamos tios, tias, primos e primas para alcançar, Herbert Jung substituiu todos estes parentes com a sua presença. Ele veio ao Brasil pouco depois de nós (os Hatzki vieram em 1924), era de Hamburgo, estudou comércio e veio para Florianópolis, para a Casa Hoepcke, a mando de uma empresa hamburguesa. Assim, não teve a luta por uma existência nova como imigrante. Para abafar um pouco a saudade da pátria e da família, cultivava uma amizade com muitas meninas, todas de olhos azuis e tranças compridas*. HATZKY, Emma. Op. cit, p. 276 e 277.

transferido para Bom Retiro<sup>1040</sup>; solicitou ao amigo Oswaldo Lehmkuhl, então encarregado da Seção de Expedição da empresa Hoepcke, que levasse um pacote, endereçado para Bedenfurt, e o entregasse na agência da Auto-Viação Catarinense e o despachasse para Jutta.

O funcionário da agência, Alberto Stuart, perguntou a Osvaldo o que continha no pacote e este disse tratar-se de fazendas (conforme depoimento, foi o que lhe veio à cabeça, pois não sabia o conteúdo). Encafifado com o peso – fazenda não pesa tanto - Alberto resolveu abrir o pacote... eram dois tijolos e dentro estava a carta escrita em alemão, além de um comprovante de envio de encomenda à Cruz Vermelha em São Paulo, endereçadas para a Alemanha. Não teve dúvidas: levou ao conhecimento do sargento Andrelino Natividade da Costa, e começou o drama dos jovens namorados. Foi aberto processo<sup>1041</sup>, no dia 01 de setembro de 1942, o qual estendeu-se até 23 de junho de 1943. Conforme autos, assim procediam: Albert Oscar Jung servia de intermediário para Jutta Andresen, recebia as cartas envoltas em tijolos, utilizava-se da amizade com Lehmkuhl no trabalho, que despachava à Cruz Vermelha em São Paulo, com o carimbo da Hoepcke, enviadas então para a Alemanha. Mas por que, neste caso, enviara a carta pela Auto-Viação Catarinense e não pelo correio? A censura limitava cartas para o exterior em língua estrangeira (países do Eixo) e as proibia em território nacional, porém um decreto de 1939 permitia que encomendas acima de dois quilos circulassem sem serem abertas<sup>1042</sup> (um contra-senso da lei, conforme consta dos autos), e era assim que a Catarinense interpretava, portanto, não abria os pacotes.

Bem, foram chamados para depor o funcionário da Auto-Viação Catarinense, Alberto Stuart, que disse desconfiar do peso e abriu o pacote contendo os tijolos e a carta, e Orlando Elpo, que estava presente neste ato. O encarregado da Seção de Expedição da Hoepcke, Oswaldo Lehmkuhl, disse ter levado por diversas vezes pacotes iguais, a pedido de Herbert Jung, para a agência da Catarinense e endereçados a Jutta. O termo de declarações do Sargento Andrelino Natividade da Costa, resume os fatos, acrescentando que o acusado tinha o costume de enviar pacotes e malas tanto pela Viação Catarinense quanto em outras companhias de transporte, e que o remetente não era a Empresa Hoepcke, mas sim Herbert Jung.

<sup>1040</sup> Herbert Jung ficou detido em Bom Retiro e transferido para o campo de concentração de Trindade, junto com outros, como vimos no processo crime de Herbert Molenda, por terem cantado *Noite Feliz* em alemão.

<sup>1041</sup> Processo n. 576 – Caixa 60. Herbert Jung. 2ª Vara da Comarca da Capital, Florianópolis. Arquivo do Fórum de Florianópolis.

<sup>1042</sup> Decreto-lei no. 1.681, de 13 de outubro de 1939. Dispõe sobre o monopólio postal da União e estabelece penas aos contraventores de coleta, transporte e distribuidores de correspondências. DIAS, J. C. (org). . *Coletânea de Decretos-lei* – outubro de 1939. São Paulo: Cultura Moderna, s/d. APESC.

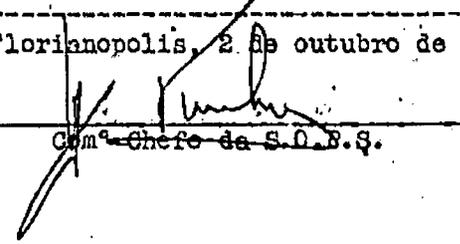
TRADUÇÃO

aos 12.9.42

Querida Jutta!

Hoje pela manhã recebi tua prezada carta de ontem, cujo envio agradeço-te de coração, Jutta, e também pelo pão preto, que teve excelente gosto. A notícia referente a teu pai entristeceu-me bastante e já 3 semanas? Sómente soube disto antes de ontem, do pai da Anni, aqui! Que triste aniversário para ele e para vocês, quem poderia prever isso. Esperamos que ele brevemente seja solto ou não há esperança? Em todo caso dê lembranças a teu pai na primeira oportunidade e diga-lhe que aperto os dedos; si isso pudesse adiantar. E tudo isso por causa de uma toalha de altar? Assim contou hoje a senhora Schroeder, que visitou sua Dagmar. Nós alemães (os homens) daqui na maior parte temos que deixar Fl., em vista de que súditos do seis não mais poderão residir na costa. Eu tenho que ir para Bom Retiro, Município Bom Retiro, Hotel Probst, juntamente com muitos outros. Falta de companhia portanto não terá, tenho horror unicamente ao não fazer nada. Minha mãe fica aqui, dissolverá a casa e mudar-se-á para alguma parte, provavelmente para a casa dos Boetcher! Estou preocupado sobre como me agrada o local (940 metros sobre o nível do mar fica B.R.) Dizem não ter luz. Porém o Hotel consta ser bom. Futuramente faça o favor de escrever para o endereço acima. Mun. Bom Retiro, sem falta deve ser indicado, pois há mais B.R. em Santa Catarina. Ulrich Schliemann também irá para lá. Jutta voce devolveu-me o papel amarelado errado. Si for possível envie-m'o ainda esta semana, por favor, ou então para Bom Retiro. A Anke também ainda escreverei por estes dias, ou está novamente em companhia de vocês? Heumers ficaram satisfeitos com a blusa? A outra talvez ainda fique pronta esta semana, caso contrário minha mãe lhes fará remessa. O que cometeu o senhor Clebsch? Agora quero terminar. Escreva-me, por favor em breve, sim? Sejam todos cumprimentados afetuosamente e por favor não se esqueçam de mim neste período de separação! Quando nos veremos de novo? Talvez visitam-me uma vez em B. Retiro? Seja saudada afetuosamente pelo teu a) Herbert."--

Florianópolis, 2 de outubro de 1942.

  
Com. - Chefe da S.O.B.S.

*aos auts.  
12.10.42  
Herbert Oscar Jung*

Fig.12 - Carta (tradução) de Herbert Oscar Jung, a Jutta Andresen, em 12/09/1942.

Fonte: Reproduzida nos Autos do processo n. 576 - Herbert Oscar Jung. Caixa 51. 2ª Vara da Comarca de Florianópolis, Secretaria de Segurança Pública. Acervo do Fórum de Florianópolis.

Nessas alturas, e já era 08 de outubro de 1942, Herbert Jung estava afastado em Bom Retiro por força do salvo-conduto<sup>1043</sup>. Foi interrogado pelo delegado daquela delegacia, Rui Amarante Waltrick, declarando que enviou a carta a Jutta Andresen com quem mantinha amizade e correspondência pelo correio, e como namorava com ela, escreveu para que enviasse as próximas cartas a Bom Retiro. Disse que onde Jutta morava não havia correio, sendo mais fácil e rápido utilizar a encomenda, já que o caminhão da Catarinense passava em frente de sua casa e por isso utilizara os tijolos; que a carta não tinha intenções criminosas, embora fosse escrita em alemão; sabia ser permitido mandar pacotes acima de dois quilos, e nada mais disse. Interrogada Jutta Andresen, em 15 de janeiro de 1943, pelo delegado de Blumenau, Timóteo Brás Moreira, disse que desde que se conheceram Herbert lhe mandava carta, sendo as últimas em português; que recebia pela Auto Viação Catarinense pacotes de doces, caixas com livros e outras pequenas coisas; que sabia da estadia de Herbert em Bom Retiro na ocasião em que todos os estrangeiros tinham que se retirar da costa do mar; que de lá lhe mandava cartas, e inclusive, numa ocasião, uma caixa de pêssegos. Nada mais.

Seguem-se extensos interrogatórios no inquérito: Herbert, na data de 24 de fevereiro (Florianópolis), e Jutta, em 11 de março (Blumenau). Para Jutta, então com 17 anos, foi lida a carta traduzida para o português, da qual não sabia o conteúdo até então, dizendo não ter posses para constituir advogado, ainda mais com o pai detido em Bom Retiro<sup>1044</sup> e sua mãe com cinco filhos, sendo ela a mais velha. Um drama ... a adolescente estava à beira de ser incriminada... por uma carta que nem recebera. Bem, mas Jutta realmente escrevia tais cartas?

Outra testemunha, agora Geraldina Maria Albino, funcionária da agência do correio, em Salto Weissbach, próximo a Rio do Testo (a mais próxima de Badenfurt), disse ter a senhorita Jutta Andresen intensa correspondência quase diária, mas que não era seu hábito nem tinha tempo de verificar os remetentes, porém, havia dias Jutta teria lhe mostrado uma fotografia de um primo que julga ser Jung. Disse ainda que as pessoas chegavam pouco antes de fechar o malote (o correio fica ao lado da Estrada de Ferro) e, nesse momento, o movimento era intenso; que não podia dizer se Jutta era capaz de enviar correspondência clandestinamente; que *a correspondência tem diminuído* e que pensava que isso ocorria porque a maioria das pessoas do meio colonial em que residia não conhecia o idioma brasileiro, isto é, não sabia escrever e ler o português; com a proibição do uso do idioma estrangeiro, muitos deixaram de manter relações por correspondência. Além disso, disse que

<sup>1043</sup> Salvo-Conduto Especial No. 175, da Delegacia de Ordem Política e Social.

<sup>1044</sup> Werner Andresen, processado pelo Tribunal de Segurança Nacional, como vimos no segundo capítulo.

*Jutta mocinha de modos delicados e bem educada, nunca tendo ouvido nada que das abonasse sua conduta.*

Bem, já é tempo de definir esta rede de depoimentos: Jutta Andresen e Herbert Oscar Jung foram processados por violação do artigo 70, da Lei das Contravenções Penais<sup>1045</sup>, remetendo clandestinamente correspondência sem o pagamento do selo devido. O juiz Edgar de Lima Pedreira, da 2ª Vara de Florianópolis, julgou Jutta Andersen inocente e Herbert Oscar Jung culpado, com a pena de três meses de reclusão. Todo o processo teve a defesa do advogado Osvaldo Bulcão Vianna, argumentando a inexistência de crime e que Herbert pagara a quantia necessária para o envio do pacote, falando sobre a ausência de lei proibitiva para envio de pacotes com menos de dois quilos, e outras astúcias mais da defesa.... O advogado fez a apelação da sentença, ao que o juiz concedeu a Herbert o benefício “*Surcis*”<sup>1046</sup>, pelo prazo de dois anos, com suspensão condicional da pena e o pagamento das despesas do processo. Era 23 de julho de 1943.

O que aconteceu depois, se Jutta e Herbert casaram... não sei. Dos Jung de Florianópolis, este nome, dizem, é desconhecido. Há outros, com outras histórias.... É intrigante que não houve buscas na Cruz Vermelha e o processo acabou mesmo como crime de contravenção, num momento em que a coerção e repressão eram fortes – o advogado deve ter-se valido de relações, afinal, tinha a fala autorizada e legitimada. Retenho desta história a forma de como a polícia movia-se nos interrogatórios, esquadrinhando pessoas e informações. Jutta, a adolescente enamorada, ao que parece, enviava mesmo cartas para a Alemanha e utilizava-se dos préstimos do namorado, e por que não o fazia naquelas circunstâncias? Herbert Oscar Jung, por sua vez, por causa mantinha nas relações de amizade e pelo fato de ser funcionário da Hoepcke, usava isso como estratégia para burlar a lei. É possível que outras pessoas tenham usado de táticas e burlaram a lei, única maneira de manter contato e ter notícias.

Se as cartas passavam pelo crivo da censura, telegramas e fonogramas (mensagens transmitidas por telefone, dactilografadas e entregues ao destinatário) eram fiscalizados com rigor; os correios e agências de telefonia eram lugares de escuta, minuciosamente vistoriados pela polícia. Em Blumenau, conforme relato de Rui Nogueira (o militar que escreveu na época) dezenas destes fonogramas eram distribuídos em língua alemã diariamente, sendo que,

<sup>1045</sup> O Artigo 70 da Lei de Contravenções Penais prevê crime para “*Praticar qualquer ato que importe violação do monopólio postal da União*”.

<sup>1046</sup> Benefício “*Surcis*” significa suspensão condicional da pena. Aplica-se quando o crime cometido é leve e a pena de até dois anos. Não há a condenação, suspende-se a pena e se durante o prazo da condição o cidadão se comportar bem é como se ele nunca tivesse cometido crime. Agradeço a Eva Gavron pela pesquisa.

no esforço de nacionalização, *todos os fonogramas traziam carimbada uma frase apropriada: “Aprenda e fale sempre a língua nacional”* Nos telefonemas interurbanos, quando a chamada era feita em alemão, *a telefonista insistia: “Fale a língua nacional para ser atendido”*. Além disso, as correspondências que circulavam no Vale do Itajaí, e perímetros urbanos, *traziam escritas com tinta lilás, a célebre frase do general Muller, ilustre militar catarinense: “Quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou é traidor”*<sup>1047</sup>. Essas estratégias de controle diminuíram os contatos e sociabilidades entre imigrantes e descendentes, porém outras estratégias eram inventadas para burlar as primeiras – enviar cartas camufladas, driblar a escuta, silenciar – , mesmo porque num ambiente de repressão, as astúcias e redes de solidariedades se reproduzem. Michel de Certeau, recuperando Foucault, mostra que numa sociedade de práticas organizadoras e *instituições normativas* há outras, *que ficaram como “menores”, sempre no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso*, sugerindo que se busque esses outros espaços de linguagens e silêncios<sup>1048</sup>.

Não há dúvidas de que essas proibições “silenciaram” afetos e notícias. Como diz Peter Burke, todo silêncio tem um sentido e precisa de interpretação; pode ser símbolo de modéstia feminina em algumas culturas, ou uma arte, em outras; os silêncios podem ser naturais ou culturais, voluntários ou forçados, espontâneos ou estratégicos, mas nem sempre um fenômeno negativo – silenciar é também resistir<sup>1049</sup>. Entremeados a esses silêncios forçados, outras proibições marcaram fundo a experiência de homens e mulheres: a intolerância ao ritual de morte e seus significados. Era ainda o ano de 1938 quando um Decreto-lei passou a vigorar em Florianópolis, *proibindo terminantemente inscrições nos túmulos, carneiras, mausoléus, lousas, cruzeiros ou quadros dos cemitérios, em línguas vivas estrangeiras*<sup>1050</sup>, devendo ser removidas, ou escritas em língua nacional, sob pena de pesada multa. Outro Decreto-lei, meses depois, reafirmou a proibição, exigindo ainda um requerimento para a construção de quaisquer dos acima citados, com os dizeres a serem gravados<sup>1051</sup>, o que deixa entrever que a lei não era cumprida. A proibição veio do

<sup>1047</sup> NOGUEIRA, Rui. Op. cit., p. 112 e 113.

<sup>1048</sup> CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano* (Artes de fazer). Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lucia Orth. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 115.

<sup>1049</sup> BURKE, Peter. Escutar o silêncio. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 19/09/1999. P. 4 e 5.

<sup>1050</sup> Obviamente, era na língua estrangeira que as lápides e similares eram identificadas para os estrangeiros, tanto que Rui Nogueira, ao visitar Brusque, observou que *Os mausoléus dos cemitérios, situados nos fundos das igrejas protestante e católica e, também o portão de entrada dos mesmos, possuíam inscrições nesse idioma*. NOGUEIRA, Rui. Op. cit., p. 35.

<sup>1051</sup> Decreto-lei n. 110, de 07/12/1938, e Decreto-lei de No. 119, de 24/02/1939, assinados por Mauro Ramos, Prefeito de Florianópolis. Fundo P.M.F.; Sub-Fundo: Gabinete do Prefeito, Caixa 02. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Ver ANEXO X.

Departamento Municipal do Estado, portanto cada município devia fazer a própria fiscalização<sup>1052</sup>, o que efetivamente foi feito<sup>1053</sup>.

Elzeário Schmitt cita que, em São Pedro de Alcântara,

Todos os inocentes pagaram por uma dúzia de culpados, e os próprios mortos pagaram por alguns vivos, quando as inscrições alemães e italianas nas cruzeiras, até estas, tinham que ser apagadas nos cemitérios. Era a filosofia da irritação, que só à irritação podia conduzir<sup>1054</sup>.

Raulino Reitz, nos seus escritos sobre Alto Biguaçu e Antonio Carlos, comenta do *grotesco quebra-quebra de lápides sepulcrais* onde havia inscrições em alemão, dos *epitáfios* destruídos *à talhadeira* e cruzeiras quebradas e *jogadas no mato - apagou-se assim esta memória do terror político da época*<sup>1055</sup>, lastima o escritor. E tem razão: a historiografia posterior à guerra fez com que sobressaíssem homens intemeratos sob o manto do silêncio – mexer nessas dores virou tabu, ainda mais com as elites políticas rearranjando-se no poder, e isso devia ser feito sem máculas. Melhor silenciar... Brecht foi um desses homens que deixou dizeres enfáticos sobre práticas do Estado esquadrinhador, que bem cabe para ilustrar a destruição de uma memória dos mortos:

(...)
   
Cuide, quando pensar em morrer,
   
Para que não haja sepultura revelando onde jaz
   
Com uma clara inscrição a lhe denunciar
   
E o ano de sua morte a lhe entregar
   
Mais uma vez:
   
Apague os rastros!<sup>1056</sup>

Rastros que ficaram inscritos nas paredes da memória, ressentidos, sentidos, remexidos, doloridos – uma memória de dor.

Tendo decretado a proibição de inscrições em língua estrangeira nas lápides e similares<sup>1057</sup>, o prefeito de Jaraguá do Sul, tenente Leônidas Cabral Herbster, foi processado por um grupo de alemães daquela cidade, após ordenar a retirada das inscrições tumulares, *inclusive uma que fora coberta com uma placa de bronze no jazigo de família por Godofredo*

<sup>1052</sup> Jornal *A Gazeta*, 08/12/1938. P. 1.

<sup>1053</sup> Pelo Decreto-lei No. 12, de 08/12/1938, o prefeito de Blumenau, José Ferreira da Silva proíbe inscrições nos cemitérios em língua estrangeira. Citado por MOSER, Anita. Op. cit. P. 125. Também em Joinville, *inscrições em língua alemã em lápides dos cemitérios tiveram que ser substituídos ou retirados*, conforme Decreto-lei No. 39, de 28 de dezembro de 1938. COELHO, Ilanil (2000). Op. cit., p. 188. Ver ANEXO X.

<sup>1054</sup> SCHMITT, Elzeário. *A primeira comunidade alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1979. Em Indaial, o antigo cemitério foi declarado Cemitério Municipal. FONSECA, Edltraud Z. Op. cit., p. 141.

<sup>1055</sup> REITZ, Raulino. Op. cit., p. 247.

<sup>1056</sup> BRECHT, Bertold. *Poemas*. Tradução Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 69 e 70.

<sup>1057</sup> Jornal *A Gazeta*, 27/07/1938. P. 1.

Guilherme Lutz Luce, ex-líder integralista<sup>1058</sup>, ganhando “habeas-corpus” da justiça. Numa correspondência a Nereu Ramos, em junho do mesmo ano, o general Manoel Rebelo, da 5ª Região Militar, informou que *brasileiros degenerados resolveram combater medidas patrióticas das autoridades estaduais e constituíram advogado para processarem o Prefeito de Jaraguá, pelo “crime” de ter proibido as inscrições nos cemitérios em línguas vivas estrangeiras*, citando os nomes de Godofredo Guilherme Lutz Luce, Walter Breithaupt, Ricardo Harnack, Henrique Koppman, os quais teriam passado procuração a Plácido Olímpio de Oliveira para tal finalidade<sup>1059</sup>. Salientando ainda o cuidado no sentido de se evitar *que aquele prefeito venha a sofrer qualquer vexame*. Para além da encrenca, nota-se a resistência e a ousadia dos alemães em abrir processo contra o prefeito sobre uma norma municipal, além de que esta medida deve ter promovido a falência de quem trabalhava com os túmulos.

Essa proibição doeu fundo nos imigrantes e descendentes: mexeu com o sagrado e a representação simbólica da religiosidade; os *lugares da memória*<sup>1060</sup> foram aviltados. Lair Scheidt Hoeller tinha seus parentes e amigos sepultados no cemitério de Palhoça: *Mas nós aqui perdemos o cemitério! Quando meu avô vendeu o terreno para o cemitério municipal, ele reservou um pedaço que era o cemitério da Igreja Evangélica, ele doou aquele... aí eles tomaram e nunca mais devolveram. (...) Aí fizeram o diabo!*, lembrando que os policiais esculhambaram com a organização, amontoaram tumbas e... *hoje ainda está lá*. Na representação de Lair, o sagrado e o profano – *eles* eram os diabos que invadiram o lugar sagrado. Em Bethânia (Angelina), Olinda Schapo fala com compaixão: *Lá no nosso lugar apareceram um dia e foram no cemitério, arrancaram as cruzes e inscrições em alemão eles arrancaram. A gente tinha muito medo, isso a gente tinha*<sup>1061</sup>. No sul do Estado<sup>1062</sup>, numa conversa informal durante um enterro, foi-me dito que era *uma pena* não poder ver os nomes em italiano nas lápides, e a causa era *a guerra*. *Pena* é dor compadecida, é dor funda, subjetiva e perene (*com mais padecida*). Mas é também castigo, punição, sofrimento, aflição, padecimento; é dor compartilhada. Na tradição católica, a morte leva à espera do Juízo Final,

<sup>1058</sup> Jornal *A Gazeta*, 21/05/1939. P. 1.

<sup>1059</sup> Informe do General Manoel Rebelo, 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, em 06 de junho de 1939. Ofício Recebidos do Ministério da Guerra – 1939/194. Palácio do Governo. APESC.

<sup>1060</sup> Pierre Nora nos mostra que os *lugares da memória* substituem a memória que estava incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume, deixando de ser atributo, no mundo moderno, do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns sujeitos. Os epitáfios nomeiam pessoas e lugares, estabelecem regras de funcionamento das sociedades e atribuem *status*; são também uma linguagem. NORA, Pierre. “*Entre mémoire et histoire*”, em *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard, 1984.

<sup>1061</sup> SCHAPPO, Olinda; HOELLER, Lair Scheidt. Entrevistas citadas.

<sup>1062</sup> Visitei o antigo cemitério, em Itoupava, sul do Estado, onde eram enterrados os alemães, e observei que lápides de mortos antes da guerra, continuam com inscrições em alemão. Isso mostra que em alguns cemitérios a repressão não chegou, talvez pelo isolamento da comunidade.

portanto, o morto deve ser lembrado nas preces. O Dia de Finados, para além da arrumação dos jazigos, túmulos, tem o significado de rememorar aqueles que foram e rezar por eles. Mexer com este lugar foi uma espécie de purgação dorida, corroendo de nostalgia (*nostos*, retorno; mais *algos*, dor) mesmo com a dor da saudade. Um dia todos encontrar-se-ão no Juízo Final (ameaça, porém tão cara ao imaginário religioso)<sup>1063</sup>.

Georges Duby foi buscar nas entranhas dos escritos medievais, os rituais da morte e o destino do corpo: *Como o corpo dos recém-nascidos, o corpo dos defuntos pertence às mulheres*. A elas competia *lavá-lo, adorná-lo*; delas era a função pública de dar vistas ao luto<sup>1064</sup>; delas era o ofício de guardiãs e repositárias da memória familiar. As mulheres se compadecem ao lembrar a intolerância da destruição real dos cemitérios; representação simbólica contida nos nomes. O serviço de rememoração necessitava de reconhecimento de seus nomes, diz Duby, e, como os túmulos, as letras deviam ficar *em uma de suas faces, neles se lê o nome do defunto que eles encerram, e os descendentes devem certificar-se de que a inscrição não se apague*<sup>1065</sup>. Françoise Héritier avalia esta intolerância como a negação do outro como humano, para destruí-lo, e até mesmo *negar-lhe uma “sobrevida” post mortem*<sup>1066</sup>. Essa interferência na vida privada investindo sobre seus mortos, ou sobre a memória destes, pode ser lida como cenário de crueldade para com a crença do outro; depená-lo do direito de ter esperanças... mais ainda, de sua cultura religiosa tão impregnada no cotidiano<sup>1067</sup>.

<sup>1063</sup> Karine Simoni fez um belo trabalho de memórias dos velhos em Xavantina, meio Oeste catarinense, observando a importância do imaginário religioso nas representações da morte para italianos - *A morte era considerada um dos mais importantes acontecimentos familiares. (...) O sacramento da unção dos enfermos e da confissão eram a última chance de reconciliação e de abolição de alguma falta não perdoada durante a vida*. SIMONI, Karine. *Sonhar, viver, recordar: memórias dos nonos de Xavantina (1920-1950)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

<sup>1064</sup> DUBY, Georges. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 21.

<sup>1065</sup> Idem, p. 18.

<sup>1066</sup> HERITIÉR, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. Op. cit., p. 25.

<sup>1067</sup> Lúcio Kreutz analisou a importância do professor paroquial católico e o papel que desempenhou nas comunidades rurais de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, percebendo seu papel fundamental como elemento de unificação e síntese na manutenção da cultura, onde a religiosidade e a vida cotidiana mesclaram-se em torno da escola, lugar de práticas pedagógicas rígidas. Conectadas ao projeto chamado Restauração Católica, no qual condenavam os valores do mundo moderno e centralizavam na infalibilidade papal (Concílio Vaticano I, em 1870), esses professores solidificaram a religiosidade de forma a implementar valores, dentre os quais a vida espiritual no alcance do céu após a morte. No tempo da guerra, esses valores estavam plenamente solidificados. KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. Também Norberto Dallabrida mostra a nucleação comunitária em torno das capelas, lugar de sociabilidades e associações de caráter sócio-políticas, com a organização do clero franciscano. DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açú (1892-1918)*. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Se as inscrições em jazigos denunciavam, que dizer do nome? *O meu pai era Domênico, meu avô era Domênico, eu tive que me assinar Domingos!! Aquelas pessoas que se chamavam Giovani, eles mandaram, naquele tempo, a se chamar João!*, rememora Domingos Dallabrida, *coisas que davam muita confusão*. Quando era preciso fazer inventário, documentos, os nomes não coincidiam e recorria-se a pessoas *para testemunhar por exemplo que um era filho do outro, porque o nome não combinava nos documentos por causa das mudanças*<sup>1068</sup>. Heitor para Héctor, Luigi para Luiz, Piero para Pedro, Mateo para Mateus, Adolf para Adolfo, Henri para Enrique, e outros tantos que as memórias recompuseram. Em Jaraguá do Sul, o pastor Herman Waldner foi impedido pelo juiz de registrar sua filha como Ortrud, e acabou registrada como Ortrudes!<sup>1069</sup>. No sul do Estado, contou-me Hilário Savi, um sujeito que, ao ir pagar o imposto, deu o nome em português ao coletor - *ele tinha medo de falar o nome em italiano!* -, e este não o localizara; *depois acharam, era Adolfo Cechinel*<sup>1070</sup>. Essa medida gerava constrangimentos e agredia fundo. Contam algumas narrativas que os moços, ao ingressarem no Exército (muitas vezes forçados), quando da inscrição, o nome era “abrasileirado” para *esquecer os antepassados*, diziam os comandantes<sup>1071</sup>. Temos *medo do inominável e do horror à perda do nome próprio, essa “doença mortal” que, um dia, Kierkegaard chamou de desespero humano*<sup>1072</sup>, argúi Chauí.

O medo também fazia as pessoas tomarem atitudes extremadas, como trocar deliberadamente o nome e, em alguns casos, o sobrenome, como forma de ver-se livre da admoestação policial. Assim fez Jacó Biagio, 42 anos, residente em Florianópolis, fotógrafo ambulante e natural de Cosenza, Itália. Solteiro, mas vivendo maritalmente com a viúva Imaculada Fabio, fez uso dos documentos do falecido marido da companheira e trocou de nome para André Sábio e assim poder viajar sem problemas. Descoberto, foi processado, em abril de 1944, e condenado a sete anos de reclusão<sup>1073</sup>. Driblar era também resistir/transgredir.

Trocar de nome, trocar de pátria e trocar de língua: provas de patriotismo e brasilidade. É claro que as pessoas reagiam! Lembra Hilário Savi: quando *andavam prendendo* em Timbé do Sul, a polícia levou, sob pressão, *muita gente para se naturalizar*,

<sup>1068</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada.

<sup>1069</sup> FALCÃO, Luiz Felipe (2000). Op. cit., p. 175.

<sup>1070</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada. Mudar de nome é uma prática em ocasiões de medo do delato ou reconhecimento pela origem. Nos esconderijos durante guerra, na Toscana, Itália, os homens trocaram de nome como medida de segurança, como aparece no filme “*A noite de São Lourenço*”.

<sup>1071</sup> Anita Moser colheu diversas narrativas mostrando essa prática policial. MOSER, Anita. Op. cit., p. 125 e 126.

<sup>1072</sup> CHAUI, Marilena. Sobre o medo. Op. cit., p. 37.

<sup>1073</sup> Processo n. 602 – Cx. 62. Jacó Biagio ou André Sábio. 2ª Vara da Comarca de Florianópolis, Secretaria de Segurança. Acervo do Fórum de Florianópolis.

*mais italianos. Conta que a mulher do Felipe Moro, (...) chegou em Florianópolis e só sabia dizer “sim senhor” em português, e não se intimidou, dizendo ao delegado “eu trabalhei a vida inteira aqui, agora vem me dizer prá ficar com outra bandeira??? Não fico!!”, e não se naturalizou, com ela não aconteceu nada. Mas, com os homens acontecia: ficavam presos. Nas lembranças sobre este episódio, diz-me Savi que Não tinha ônibus na época, botaram todos em cima de um caminhão, de Araranguá para Florianópolis para se naturalizar. Tudo velho e tudo assustado!! E depois tinha que jurar a bandeira!! Noto que jurar a bandeira brasileira era a condição para não ficar/ser preso, prova de brasilidade. Velhos e assustados; velhos e amedrontados: como teriam sentido esse momento?*

Os debates a respeito da imigração<sup>1074</sup> e a posterior naturalização sempre estiveram presentes nos discursos do governo e dos intelectuais, quer para apontar a necessidade de imigrantes brancos e morigerados, quer para impedir/limitar a entrada de “indesejáveis” raciais e étnicos<sup>1075</sup>. Mesmo naturalizados, os estrangeiros continuavam vigiados<sup>1076</sup> e muitos devem ter-se naturalizado para evitar maiores problemas, o que fica evidenciada na enorme procura que levou o Ministério da Justiça a instruir normas para naturalização em setembro de 1942<sup>1077</sup>. Muito embora *ninguém era obrigado*, muitos o faziam com *medo da polícia*, se *naturalizavam para viver mais livres, porque quem não se naturalizava era considerado quinta-coluna*, conta Henrique Hilbert (Orleães)<sup>1078</sup>. Outros depoentes confirmam: naturalizar-se era dar uma “prova” de brasilidade naquele momento – como se fosse possível “trocar” de sentimento via assinatura de um papel!

Se ir para Araranguá jurar a bandeira, e/ou a Florianópolis para naturalizar-se, foi um desnordeio para muitos colonos, muitas vezes era lá que se conheciam, e as histórias de como

<sup>1074</sup> O Decreto lei n. 3.175, de 07/04/1941, restringia a imigração e suspendia a concessão de vistos temporários e permanentes para a entrada e residência de estrangeiros no Brasil, salvo exceções de praxe.

<sup>1075</sup> Cf. SEYFERT, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*, Brasil 2000. Brasília: CNPD/Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001. P. 137-150.

<sup>1076</sup> Em julho de 1942, o Interventor Nereu Ramos respondeu ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e deu esclarecimentos sobre os brasileiros naturalizados que constavam dos arquivos do DOPS de Santa Catarina. Ofício Reservado, em 9 de julho de 1942. IJ1 “1382” Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional. “Cópias de Ofícios Recebidos” de Autoridades Diversas (1941 e 1942). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>1077</sup> No mês de setembro de 1942, o Ministro da Justiça, Marcondes Filho, baixou instruções para os pedidos de naturalização, justificando que havia, nesta data, 14.000 pedidos. Dentre as normas, o solicitante não devia professar ideologias contrárias às instituições vigentes, e provar que não manifestava desejo de conservar a nacionalidade de origem. *Diário Oficial do Estado*, 02/09/1942. P.7. Pedidos de naturalização são divulgados na imprensa oficial, como este: Processos de Naturalização – Secretaria de Justiça e Saúde. Charles Frederico Pittet – Compareça para receber seu título de cidadão brasileiro; Margot Coirolo, Idem. *Diário Oficial do Estado*, 10/10/1944.

<sup>1078</sup> HILBERT, Henrique Ernesto. Entrevista citada.

era “ficar brasileiro” são lembradas hoje com certo riso, mas principalmente com uma pitada de orgulho quando alguém resistia<sup>1079</sup>. Na narrativa de Hilário Savi, os significados de resistir:

Teve um que foi até comigo, Piero Baez, ele foi ali de Araranguá, aí o delegado disse “Tá pronto”. Aí ele disse “agora sou brisiliano, agora posso fazer velhacaria”. E ficou preso 24 horas por ter dito isso!! E teve um alemão que era de Blumenau, ele foi preso e chamou o delegado de “delegado papelão” porque ele não marchava, andava. E o delegado disse “olha que eu te prendo de novo!” Só falar já era motivo de prisão. Então, tinha que ficar quieto<sup>1080</sup>.

Este fragmento é muito rico para perceber as representações que uns tinham dos outros, ou seja, os “de origem” viam os brasileiros – *brisilianos* - como velhacos (trapaceiros, não confiáveis). A identificação étnica é clara neste e noutros depoimentos, sendo que a fronteira entre o “nós” italianos e “os outros” brasileiros (neste caso) era vivida de forma explícita. Falo de experiências de pessoas reais, que viviam uma multiplicidade de relações sociais, portanto de pessoas que se construía e eram construídas na educação e na cultura, nas relações todas que as cercavam, entendendo a cultura como parte intrínseca de *todas as atividades humanas* onde estão *a representação ou a reelaboração simbólica das estruturas materiais* que dizem respeito a *todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido*<sup>1081</sup>.

Uma das preocupações dos estrangeiros, durante a guerra, eram os surtos de doenças como o tifo e a malária, que, claro, atingia a todos Mas a dificuldade era agravada com a necessidade de ir em busca de medicamentos, quando as farmácias eram severamente vigiadas. Como falar da dor, pedir um remédio em língua desconhecida? Dissimulavam. Inventavam. Domingos Dallabrida entrou para o serviço de farmacêutico prático em 1942 e conta, com detalhes, dos surtos de malária no tempo da guerra e dos remédios que vinham da Itália por intermédio da Bayer: *era então grande a procura de remédios, vinham alemães de longe procurar o remédio, mas não tinha mais*. Lembra que o dono da farmácia, em Rio dos Cedros, fez um

quartinho nos fundos para atender os alemães e italianos, e eu ficava de guarda na porta vendo se os praças vinham enquanto ele, o dono da farmácia, conversava em alemão ou italiano lá nos fundos, explicava como

<sup>1079</sup> Lembro que a violência de ser obrigado a engolir óleo também era tida como forma de abraçileirar-se, porém, não prescindia de juramentos ou naturalização. Era humilhação sempre lembrada com muita raiva e ressentimentos.

<sup>1080</sup> SAVI, Hilário. Entrevista citada.

<sup>1081</sup> Aproprio-me de CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. P. 18 e 29.

usar o remédio. E eu ficava cuidando na porta para ver se vinha a polícia! Então, ele escrevia um bilhete lá nos fundos em alemão, botava dentro do sapato; e então ele colocava os medicamentos dentro de um saco, ia até o cemitério e colocava os bilhetes dentro do saco, e os alemães que vinham de longe, de carros de mola, ficava na frente do cemitério olhando se não vinha policiais, e ele entregava e explicava como usar. Não se podia conversar nada. E assim foi, foi, durante aqueles anos. E aqueles iam, davam chicotada nos cavalos e iam embora. Foi tão difícil, tão difícil, tão difícil!! E eles, todos assustados<sup>1082</sup>.

Há, nessa relação, o sentido da dissimulação, das táticas de ocasião somadas às estratégias deliberadamente pensadas para driblar a polícia. O proprietário da farmácia *falava alemão e italiano, era preciso para atender a clientela*, recorda Domingos, recuperando as dificuldades com a língua e o preço dos remédios naqueles anos. Não resta dúvidas que a possibilidade de adoecer e ter que recorrer a hospitais e farmácias estava presente e causava medo. Em maio de 1942, o comandante do 32º Batalhão de Caçadores solicitou ao Interventor Federal que tomasse providências e sugeriu uma campanha de saneamento contra o flagelo da malária e do tifo, anexando estatísticas da Delegacia de Higiene de Blumenau<sup>1083</sup>, preocupação com a epidemia que se espalhava. Também, durante o ano de 1942, o “tifo” se proliferou por Criciúma e região, quando uma grande barraca de madeira foi construída para atender os doentes, conforme registrou a cronista do Hospital São José, salientando que *Os casos de tifo aumentam cada vez mais e que Não há medicamento específico para o tifo, doença esta que levava aproximadamente três meses para curar*, mostrando que a população contraía-se com medo do contágio, doença que matou também nos anos seguintes<sup>1084</sup>.

Se na vida cotidiana, além das normatizações impostas, as pessoas viviam o medo da doença, e portanto da morte, também eram por vezes ameaçadas pelos vizinhos de envenenamento. Conta-me um depoente que, em Itajaí, por causa da estiagem de 1943 e 1944, muitos poços secaram, ocasião em que uma família de brasileiros, vizinha e até então amiga, aproveitara-se para “roubar” a pouca água do poço... Mas não se podia *reclamar em alemão*, e se reclamasse ia preso, não tinha saída<sup>1085</sup>. No sul, encontro histórias de ameaças de brasileiros que, diziam, iam *colocar veneno na água do poço e envenenar todos os italianos e*

<sup>1082</sup> DALLABRIDA, Domingos. Entrevista citada.

<sup>1083</sup> Ofício de Oscar Rosa Nepomuceno da Silva, Tenente Coronel Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 05 de maio de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC. Em 1941, mês de fevereiro, o mesmo Batalhão colocou-se à disposição da prefeitura municipal de Gaspar para vacinar a população contra um surto epidêmico de tifo. Idem.

<sup>1084</sup> Livro de Crônicas do Hospital São José-1936-1973. Livro 1, p. 57. Op. cit.

<sup>1085</sup> Conversa informal, e o depoente não autorizou a divulgação de nomes.

*alemães*, lembra Roque Manique Barreto<sup>1086</sup>. Observeis que, em diversos processos crime encaminhados ao Tribunal de Segurança Nacional, apareceram ameaças desta natureza (envenenar a terra, a água, etc.). *Os soldados iam no pasto, roubavam galinhas, porcos, leite, e ninguém podia reclamar pois só falavam em alemão, e se o fizessem, iam presos*, conta Afonso Schulz, de Joinville<sup>1087</sup>. Um cotidiano onde as relações se estranhavam. A guerra é central, embora não seja a detonadora dessas revanches e ameaças.

Mas astúcias e resistências estavam presentes o tempo todo, e nas barbas da própria polícia. Irma Richter e o marido eram proprietários de uma venda em Joinville. Conta Irma que um homem ia às compras com *a lista e um dicionário...* se causa riso hoje, deve ter sido difícil a situação<sup>1088</sup>. Como acontecia em Rio do Testo, *No comércio, a população solicitava seus pedidos de compra através de mímica ou bilhetes*<sup>1089</sup> e, as famílias mais abastadas contrataram empregadas brasileiras para ir às compras e fazer outras voltas na rua. Muitas vezes tolhidas em suas próprias casas, as pessoas tinham medo de sair, e, como diz Úrsula Grimm, além do medo da prisão, as pessoas *iam rir do modo como a gente falava; falava-se muito mal o português*. Úrsula mostra um dos efeitos imediatos, tanto durante quanto no pós guerra: a vergonha de falar, ou seja, diante de todo um discurso que denunciava o estrangeiro e depreciava sua língua *exótica e atrasada*, ligada ao colono, portanto, avessa ao moderno. José Carlos Radin percebeu que entre os ítalo-brasileiros, no Oeste (Joaçaba), a língua italiana foi sendo restringida; a própria escola, assim que um número maior de filhos desses imigrantes passou a frequentá-la, contribuiu para marginalizar cada vez mais a língua materna – *é feio falar italiano* – que passou a ser vista como *idioma ridículo ou estrangeirismo exótico*<sup>1090</sup>.

Hanz Schroeder diz de um açougueiro alemão, em Trombudo Central, que não falava português, então *botaram um soldado na porta do açougue para espionar proprietário e clientes, e se alguém falasse o alemão, eles levavam lá pro quartel*. Como faziam? *Então as pessoas que quase não sabiam falar, então elas não iam lá, pediam para outro ir comprar a carne*. De uma feita, o depoente presenciou quando duas pessoas foram ali comprar carne, mas não sabiam falar em português, então,

um levantou o dedo e disse ‘catela’, o açougueiro então sabia que ele queria um quilo de costela; o outro, que sabia menos do que esse, levantou o dedo e

<sup>1086</sup> MANIQUE BARRETO, Roque. Entrevista citada.

<sup>1087</sup> SCHULZ, Afonso. Entrevista citada.

<sup>1088</sup> SILVA, Janine Gomes da. Op. cit.

<sup>1089</sup> ZIMMER, Roseli. Op. cit., p. 40.

<sup>1090</sup> RADIN, José Carlos. Op. cit., p. 95.

disse ‘ripa’, em alemão se escreve ‘riper’(?), então assim eles se identificavam. E o açougueiro também não falava nada, ele servia, embalava e entregava.

Faz-se idéia de uma situação dessas? Tem uma certa dose de comicidade aos nossos sentidos, porém, devia ser difícil submeter-se a estas práticas repressivas. *Eles quase não saíam de suas casas, tinham medo (...)*. Conta que as carroças traziam o leite do interior das colônias para a venda, *e vinha um saco, no saco um bilhete lá dentro que era o pedido* (das compras), *não vinha o dinheiro, fiado né, eles pagavam depois*<sup>1091</sup>. Códigos foram criados, como se vê, naquele momento em que a vida cotidiana foi tenazmente alterada e a casa era um refúgio, mesmo que às vezes vigiada.

Não há dúvidas que na experiência destas pessoas ficaram as marcas do medo, mesmo que inventassem de outro jeito. Olinda Schappo conta-me que na venda que cuidava, em Bethânia (Angelina), *o ambiente era de medo, a gente estava sempre com um pé atrás. Na venda, com os conhecidos a gente falava em alemão mesmo, mas ficava cuidando né, mas se tinha alguém junto, daí não!! Mas quando tinha alguém fanático aí por perto, de jeito nenhum!!!*, enfatiza, instigando na percepção dos significados da memória, ou de como as coisas “significam” e marcam. Os “fanáticos” nesta representação eram os espiões, pessoas que iam lá *para entregar*, denunciar; daí o cuidado extremo. Nas casas de comércio, o problema se agravava, o que é óbvio. Como comprar/vender sem falar? Às vezes, o pedido era feito em sussuros. Irma Will conta que foi na venda e... *então pedi no ouvido “druk knopfer”(?), botão de pressão no ouvido, baixinho, porque tinha desconhecidos por perto...*<sup>1092</sup>. Retalhos de pequenas ousadias, de um particular que focaliza algo do vivido nas entranhas da guerra, que, para Maria Odila, permite *espraiar olhares sobre paisagens a perder de vista*<sup>1093</sup>.

Nas narrativas, são as mulheres que mais falam dos afazeres da casa, dos esconderijos, dos cemitérios adulterados, das cartas, dos sussuros, da maternidade, do escuro, do medo da falta de alimentos, das solidariedades, do parto, das astúcias de calar a boca dos filhos, das

<sup>1091</sup> SCHROEDER, Hanz. Entrevista Citada.

<sup>1092</sup> SCHAPPO, Olivia; WILL, Irma. Entrevistas citadas.

<sup>1093</sup> Na sua historicidade, o conceito de cotidiano é vertente de vanguarda, polêmica e engajada, e que vem trabalhando tensões e conflitos que clamam por uma hermenêutica radical: a politização do privado, das relações de gênero, de uma pluralidade de sujeitos e de diferentes processos históricos de construção das subjetividades. Ao refutar uma história do cotidiano folclorizada e que repete chavões e estereótipos (porque vendável) da cultura dominante, aposta no desafio da teoria do conhecimento que possa apreender a experiência da vida em sociedade, na inserção dos sujeitos históricos no conjunto da relações de poder(...), pois através do esmiuçar das mediações sociais, e onde a reconstrução das experiências vividas, na medida em que papéis informais foram focalizados e iluminados, propiciaram a análise da ambiguidade e mesmo a fluidez dessas práticas, costumes, estratégias de sobrevivência. DIAS, Maria Odila Silva. Op. cit., p. 231, 232 e 237.

filas, do blecaute, dos panos pretos, da escola. Os homens? Nas relações múltiplas, dos homens se ouve mais os rumores da política que da casa, da prisão, da falta de combustíveis e ferramentas. Falam da guerra como batalha, mais que de enfrentamentos cotidianos; do trabalho provedor, mais que das panelas e com que enchê-las; da vigilância nas praias, mais que das filas para adquirir alimentos. Deles se ouve mais sobre o que comumente diz respeito ao *espaço público*.

Mas essas memórias também se entrecruzam, quebram a idéia de uma memória em separado, masculina e feminina. Há, sim, especificações de transtornos que cada um rememora de maneira diferente, ou sensivelmente ligadas ao que se pode chamar de uma “educação da memória” e cujos significados a cultura organizou como bens simbólicos, onde estão inscritos os saberes e poderes de gêneros; uma memória dos afazeres aos quais tinham que dar conta.

Esse lugar da memória é também o lugar da experiência<sup>1094</sup>, da vida vivida dentro e também fora dos padrões exigidos, dos desatinos e alegrias, do inseguro e do certo, da dor e do medo, das tantas contas e contos que só no cotidiano se encontra. Se a experiência não é evidente<sup>1095</sup>, as mulheres e homens dos quais estou colhendo narrativas são efeitos de signos, os quais têm um significado à luz da experiência vivida nas práticas sociais, vendo, portanto, a experiência como efeito da interação entre a subjetividade e prática social. São sim memórias que refletem o lugar, o tempo e o modo como viveram e vivem, e que são *também reflexões sobre ações e sentimentos*, e não só *ações e sentimentos*, como notam Piscitelli e Kofes<sup>1096</sup>.

Nas suas experiências, as mulheres e os homens que viveram a guerra experimentaram subjetividades que os construíram e foram por estas construídos, fizeram suas próprias representações de mundo, relações com a política, com a etnia, com a classe, com a geração, com a cultura, com o gênero, nas suas singularidades e temporalidades próprias. Nessa perspectiva, ouvir suas narrativas é construir um armazém de informações que adquirem vida, porque há pessoas com artérias para narrar, explicar, recordar, rememorar, preencher vácuos

<sup>1094</sup> A própria palavra implica significados: ex (do grego), é o movimento para fora, o externo; peri (grego) significa o movimento em torno de, ao redor, enquanto encia (do latim *entia*), a ação, ou o resultado da ação. Se analisarmos, percebemos que está aí embutida uma via de mão dupla – um vaivém de movimento de dentro para fora, que puxa coisas de fora para dentro, o que resulta em ações que significam e são (re)significadas pelas pessoas, de acordo com a posição em que se encontram – posições de sujeito. Desse movimento se fazem as experiências, que são obviamente diferentes para quem as vivencia.

<sup>1095</sup> SCOTT, Joan. Experiência. Op. cit. A autora se refere a TOEWS, John. Intellectual History after the Linguist Turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of experience. *American Historical Review*, v. 92, No. October 1997. P. 879-907.

<sup>1096</sup> KOFES, Sueli e PISCITELLI, Adriana. Op. cit., p. 345.

que só aqueles que viveram, lidaram, driblaram e sonharam podem dar, ou, como escreve Joutard, em qualquer caso, *a investigação oral permite reconstituir um clima, esclarecer uma decisão e apresentar o reverso da decoração*, fazendo com que apareçam *outras motivações – o lugar do imaginário na ação, por exemplo -, as redes paralelas de poder, as formas de resistência ao enquadramento*<sup>1097</sup>. Em palavras de todo outras, é a vida que pulsa, e a história é o lugar das pulsões vitais por excelência.

Em meio a tantas ações e proibições, as mulheres enfrentavam ainda outras situações que lhes destoava a rotina e as enchia de raiva. Conversando com Urda Klueger, eis que esta recupera fios de memórias, tal qual uma narradora de artefatos porque ouviu e sentiu quando ouviu, singrou-lhe de significados. Como artesã de minúcias e coisas que nosso mundo massificado não tem tempo de ouvir - e aqui uma olhadela para Walter Benjamin faz sentido<sup>1098</sup> - , me conta de sua mãe, da avó, das relações que viveram e ela cresceu ouvindo. Sim, os sentidos da memória permitem idas e vindas que são a identificação de cada um com sua história, retidas do experimento e enleadas a histórias de outros, dos outros, sempre em curso, como água de um rio imenso, mas cheio de curvas e misturas de tudo um pouco; um pouco de tudo o que fica e significa, mexe e caldeia o nosso viver. De Urda, esses fragmentos me vieram com sentidos da então menina, recuperados no tempo maduro das reminiscências.

Urda me contou sobre sua avó que viera da Lituânia e chegara ao Brasil com sete anos de idade; chamava-se Emma Katswinkel, nome de solteira, e era mãe de seu pai; com o casamento somou Klueger ao nome. Os avós moravam, nos idos dos primeiros anos da década de 1940, num terreno grande, próximo ao quartel no Bairro Garcia, em Blumenau, quartel este instalado pelo Batalhão de Infantaria, em 1939, para “assegurar o abasileiramento” de estrangeiros e descendentes naqueles anos de guerra e nacionalização forçada. Eram soldados que vieram de fora, de longe, do Rio de Janeiro, e *estes não gostavam nem um pouco de quem não falava português*. Emma falava em alemão - como falou a vida inteira - e um Capitão irado a mandou calar-se. Não calou, e por isso teve sua horta com as plantinhas verdinhas, ainda recém transplantadas, rastejadas pelos soldados a mando do Capitão. Emma pulou de súbito e enfrentou os homens do exército, desfiando todos os dasaforos e xingamentos obviamente ditos em alemão; aí o Capitão espumou de raiva com a arma em punho para atirar. Intimidada? Nem um pouco: Emma tirou o vestido num rasgo,

<sup>1097</sup> JOUTARD, P. Oral (History). In: BURGUIÈRE, André. (org). *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. P. 583.

<sup>1098</sup> Walter Benjamin mostrou como o individualismo moderno prenunciou a morte da comunidade de ouvintes; com isso, as experiências ficaram no limbo da comunicação e as narrativas extinguíram-se para dar lugar ao imediato, noticiar o novo, o efêmero. BENJAMIN, Walter (1986). Op. Cit.

deixando o peito de fora e gritou *Mata, pode atirar que vais matar uma mulher de verdade!*<sup>1099</sup> Não, ele não atirou. Porém, esse entrevero revolveu ânimos, resultando que seus avós tiveram que mudar de cidade, tão grave era o problema para a política estadual do momento. *A sorte, diz-me a narradora, que quando meus avós tiveram que prestar contas ao comandante do Batalhão do Exército, meu pai era soldado e serviu de intérprete, pois meu avô também não falava português.* O moço ficou em Blumenau a serviço e os seus pais foram mandados embora pelo exército; venderam a propriedade e compraram outra em Lontras.

A memória tem esse sabor doce/amargo de rememoração, mesmo que os fragmentos sejam de dissabores: revelar fios do passado, trançá-los à história, de sorte que no presente fica possível revirar aquele chavão antigo de que as mulheres não estavam na história e eram submissas. Ora!! Emma revelou, através da narrativa de Urda, outras formas de como foi vivida esta ‘outra’ guerra, onde a resistência fez frente à intolerância, como esta que vimos. Mas, tem mais: eram os anos de guerra e Minervina, também moça, saíra de Tijucas para trabalhar em Blumenau, na fábrica – tempo em que muitos moços e moças fizeram esse percurso; era forma de sobrevivência. Ali, em meio ao reboiço, que por causa da guerra se espalhava, a mãe de Urda, *cabocla de origem*, conheceu e enamorou-se do jovem soldado Roland. Casaram-se na clandestinidade porque aos soldados era então proibido o matrimônio. Foi em Lontras, no religioso apenas; toda discrição era necessária, pois que a sua mãe, órfã de menina, teve o cuidado de levar pessoas importantes para testemunhar o casamento escondido e assim livrar-se de possíveis fuxicos e ficar mal-falada por viver maritalmente sem as bênçãos sagradas: *até hoje ela cuida muito da imagem*, diz-me. Bem, quando acabou a guerra, casaram no civil, *tanto que minha irmã mais velha nasceu lá em Lontras*, conta Urda.

De uma feita, e ainda não conhecia Roland, estava Minervina num ônibus próximo do Bairro Garcia, quando foi interpelada por um soldado, que não raro eram estes soldados inconvenientes com a moças do lugar. Não se intimidou com a paquera indelicada do policial e deu-lhe com a bolsa. Na tentativa de revidar, foi ele segurado por outros soldados; de resto, o engraçadinho deve ter saído com a pecha de ter apanhado em público de uma mulher que não levou o desaforo a nenhum lugar. Em Blumenau, como em outras cidade do Estado de Santa Catarina onde aquartelaram-se soldados por ocasião da guerra, se por um lado moças olhavam esses moços como futuros maridos, por outro, eles delas se aproveitavam e muitas vezes as histórias terminavam em desonras, muito sofrimento e vergonha. Deles, a cobrança das aventuras era ínfima; delas esperava-se o recato e o maior cuidado de si, afinal, nas

---

<sup>1099</sup>KLUEGER, Urda Alice. Depoimento concedido em 23/05/2001, Blumenau.

representações sociais desse tempo eram vistas ainda como úteros férteis. Em Blumenau, nos anos de guerra e com a chegada de muitos soldados, a prostituição aumentou consideravelmente e delineava exclusões e preconceitos de gênero<sup>1100</sup>.

Três gerações de mulheres de um mesmo lugar e ligadas pela contingência da guerra: a avó que enfrentou a polícia, cujo desfecho poderia ter sido trágico; a mãe que se enamorou do soldado, casando no esconderijo; e Urda Alice Klueger, a filha, a rememorar coisas que jamais saberíamos não fossem as mulheres das gerações passadas lhe ensinarem a ter coragem. Três mulheres, cada qual no seu tempo, que têm as experiências guardadas na memória familiar: Emma, Minervina e Urda. Mulheres que, como tantas outras, viveram sonhos, medos, desejos, sofrimentos, alegrias; mulheres cujas trajetórias de vida sabemos a partir do compulsar de perguntas, cujas respostas e sentidos, reorquestrados, dão origem a novas narrativas e inusitados lugares e sentidos da história.

---

<sup>1100</sup> Informações da historiadora Sueli Maria Vanzuita Petry, diretora Arquivo Histórico “José ferreira da Silva”, Blumenau. Em 23 de maio de 2001. Irene Boemer recorda do medo que as moças tinham dos soldados aquartelados em Itajaí, e, em Florianópolis, as moças cuidavam-se e não mais saíam às ruas como costumavam – as mães preocupavam-se sobremaneira, haja vista a presença constante de batalhões e policiais.

## Epílogo

*Talvez a história não fosse construída de realidades, e sim de sonhos. Os homens sonhavam fatos, e depois a escritura inventava o passado.*

Tomáz Eloy Martínez<sup>1101</sup>

No dia sete de maio de 1945, *à noitinha, veio a notícia de que a guerra tinha acabado*. Houve festa. Revoada de chapéus, lenços, lágrimas e risos entrecortados de comentários soltos ao vento; as ruas das cidades encheram-se de gente, que davam vivas ora a Getúlio Vargas, ora a Roosevelt, ao Brasil e à paz, e xingavam os “eixistas”. Nas casas e vilas do interior, ansiava-se por notícias – seria mesmo verdade? Enfim, boatos confirmados e a notícia correu de boca em boca. A alegria era justa, necessária: os homens do *front* voltariam, os soldados iriam embora, a vida continuaria e os vizinhos teriam que acertar-se e conversar como dantes. Sonhos de então, acalentados fazia anos, e, enfim, a guerra era finda! Os jornais, por sua vez, estamparam o feito - “*Quem for dormir é 5ª-coluna*”!, adverte o articulista do *A Nação*<sup>1102</sup>, chamando aos *patriotas* de Blumenau para que *celebrassem o grande acontecimento da rendição da Alemanha*, informando dos festejos e oratórias das autoridades, que *estimularam o ardor cívico da multidão* num grande desfile ao *Dia da Vitória*. O cronista esperava ter tocado no que *a alma popular sentiu e viveu nestes instantes excepcionais de nossas vidas - Graciosos, dramáticos, trágicos, ridículos e até vergonhosos todos os episódios que fazem parte da vida*. É certo que a *alma popular* fazia parte da exórdia do articulista, como o é que boa parte dos blumenauenses torcia mesmo para o Eixo; estes não festejaram, esconderam-se nas suas ressentidas fráguas.

Desses momentos, as pessoas lembram muito. Falam das bandeiras, passeatas, caixões carregados com o “esquife de Hitler”, bonecos queimados, revanches, sentidos para todos os tons e diferenças postas. *Aí, quando terminou a guerra fizeram um boneco de madeira e vestiram o boneco e diziam que era Hitler... trouxeram o boneco como troféu e gritavam “olha o Hitler no pau, olha o Hitler”...e nós não podíamos chegar em frente de casa, só o meu pai que veio prá frente, acha de lenha na mão...,* rememora Lair<sup>1103</sup>, sobre o instante do final da guerra em Palhoça.

<sup>1101</sup> MARTÍNEZ, Tomáz Eloy. *Santa Evita*. Tradução Sergio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P 152.

<sup>1102</sup> *Jornal A Nação*, 08/05/1945. P. 1. Blumenau.

<sup>1103</sup> HOELLER, Lair Scheidt. Entrevista citada.

Como Lair, muitas pessoas falam desse momento, as quais, contrariamente às crônicas homogeneizantes da imprensa e dos escritos da história posterior, mostram tensões que não aliviaram, ainda que mais de meio século se fora. Vimos que o Estado catarinense esteve envolto numa teia de intrigas étnicas e de classe, que permitiram os usos do momento para interesses particulares, desforras e desafetos pessoais e políticos, exacerbando velhos conflitos às circunstâncias, estímulos à recrudescência do enfrentamento do “nós” perante os “outros”, cada qual com suas razões e argumentos.

Mas, daí para a frente, depois dela, da “outra” guerra, ninguém podia dizer que nada tinha acontecido. Esteve impregnada no cotidiano, e mesmo com a tentativa de apagar os sinais, as memórias os guardaram - nos silêncios, no mais das vezes. A história que se escreveu depois fez-se comprometida aos desejos de uma classe que precisava do “apagamento” das tensões, ou de homens que tinham e têm um nome e relações a zelar, re-arranjaram-se nas esferas pública<sup>1104</sup> e política. Esses mesmos que, seja qual fosse o lugar e a posição que ocuparam nos anos de conflito, preservaram-se de possíveis denúncias para que seus nomes perfilassem sem máculas, ambiciosos do poder e estabelecidos nas redes de mando e dominação. Os outros tantos homens e mulheres de certa forma foram “obrigados” ao silêncio e a mitigarem até o pensamento, mas não tiveram mortas as suas lembranças. Ao “manto do esquecimento” esta pesquisa se contrapõe. Sim, porque mostra outras relações e posições, torna nuas partes de histórias que não poderiam jamais serem formatadas, pois que, para além das decisões oficiais e leis normativas, são os homens e mulheres que falam do que viveram, sentiram, pensaram, sofreram, alegraram-se, esconderam-se, tiveram medo; sonharam, enraivecaram-se, delataram; em palavras outras, tiveram desejos, e desejo é pulsão humana onde habita e se move a história, a sensibilidade.

Finda a guerra, qual história prevaleceu? A 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi banido do poder. Em Santa Catarina, o Partido Social Democrático, liderado por Nereu Ramos, e a União Democrática Nacional, que trouxe ao cenário político as lideranças do antigo Partido Republicano e alijadas no tempo de Vargas, degladiavam-se em torno do poder e representação na Constituinte. Em 1947, mês de janeiro, aconteceram então as eleições para governadores e representantes no senado e legislativo – os nomes perfilarão os dois partidos, que dividiam representações e cargos. Em 1950, foi eleito Irineu Bornhausen para governador (e, mais tarde, Senador), significando a “revanche” das urnas: a volta ao poder do grupo que

<sup>1104</sup> A esfera pública é lugar de concorrência e interesses; ali se fazem as leis supostamente em nome do bem comum, mas que favorecem grupos privados que se utilizam de artifícios para legitimar certas decisões como se fossem de interesse geral. Cf. HABERMAS, Jürgen. Op. cit., p. 110 a 168.

pagara o maior ônus com a guerra, perseguido e silenciado. Isto posto, essas elites políticas precisavam contar um tipo de História que as resguardasse de possíveis mal-estares e as legitimassem, como a seus atos passados, independente das relações nas quais se envolveram.

Para os alemães, sobressaiu-se a ênfase ao imigrante empreendedor e seu sucesso econômico, assim como em boa medida aos italianos. Passada a guerra, as famílias continuaram nos seus afazeres, não sem ressentimentos guardados devido a tantas perdas materiais e simbólicas e às humilhações. A língua passou a delimitar a fronteira entre o *atrasado* colono e o *civilizado*, ou seja, a geração do pós-guerra cresceu com vergonha do sotaque, aprendeu o português e “desaprendeu” a língua dos pais e avós, emudeceu. A campanha de nacionalização forçada, somada ao medo de falar e os traumas daí resultantes, a necessidade de inserção na sociedade brasileira, no contraponto ao sentimento penoso de rebaixamento, e o medo de cair no ridículo diante dos outros, os obrigou ao “esquecimento” da língua materna. Em palavras diferentes, os esforços governamentais de nacionalizar à força deram resultado. A geração que viveu efetivamente os enfrentamentos da “outra” guerra ainda se ressent e nas suas narrativas encontro retalhos de sonhos e rancores; aí está a vida, porque a vida está na memória, fronteira entre o dito e o silenciado, nas emoções e resistências.

Em Santa Catarina, como no Brasil, sobre a guerra prevaleceu a memória de homens intemeratos, que lutaram na Força Expedicionária Brasileira, vitoriosos. Para tanto, fizeram construir monumentos<sup>1105</sup> comemorativos na perpetuação de uma memória pública. Lembro das inúmeras ruas, praças e colégios espalhados pelo Estado, com nomes de ex-combatentes, de Getúlio Vargas, Nereu Ramos, Lara Ribas, Roosevelt, etc<sup>1106</sup>. A memória oficial celebrativa rouba e sufoca outras versões, porque enseja uma explicação única para os fatos na tentativa de eliminar as diferenças, quase sempre a versão do vencedor. *Afinal, o que justifica a escolha dos marcos que caracterizam o tempo e que se expressam como narrativas históricas? O que sobrevive e desaparece?*, interroga-se Janice Theodoro, pensando sobre os lugares do lembrar e esquecer<sup>1107</sup>. Sem dúvidas, a espoliação das lembranças é uma das mais cruéis práticas de opressão, porque desenraiza e mata laços de identificação.

Depois, nada mais foi dito sobre esta “outra” guerra. A historiografia encarregou-se de oficializar os heróis da pátria contra os perversos “eixistas”, na ótica dos ex-combatentes,

<sup>1105</sup> Cf. LE GOFF, Jacques (1996). Documento/monumento. Op. cit., p. 535-549.

<sup>1106</sup> No Estreito, bairro de Florianópolis, a praça Nossa Senhora de Fátima abriga o Monumento às três forças - Marinha, Exército e Aeronáutica -, onde, a cada 8 de maio, reúnem-se os ex-combatentes numa solenidade de rememoração, com salva de tiros, discursos das autoridades e minuto de silêncio aos combatentes mortos na Segunda Guerra. Comparecem uniformizados e medalhados, cantam o Hino do Expedicionário, emocionados. Respeito as memórias desses homens e o empenho em preservar vivas suas lembranças.

preferindo entrincheirar-se no desenrolar dos nós e alianças políticas, ou na esfera da economia, omitindo as relações conflituosas, virando estas páginas da história. Continuou-se a fabricar outros heróis para outros bandidos; estes últimos, os comunistas, no contexto da guerra fria e das ditaduras militares, agora já bem atados os laços aos desejos da política e da cultura norte-americanas, planejados cuidadosamente no contexto da Segunda Guerra, quando o Brasil foi invadido por *missões de boa vontade americanas*, conforme pertinente análise de Gerson Moura<sup>1108</sup>. Uma história, portanto, controlada para o domínio – como bem afirma Marc Ferro, *Controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações quanto as rebeldias*<sup>1109</sup>. Financiados por grupos de interesse, os livros didáticos, como o material fílmico e iconográfico, expressaram as idéias dominantes que legitimaram, justificaram e glorificaram ações e homens responsáveis por essas ações, e, *Onde cada peça desta narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada*, enuncia Christian Laville, num estudo sobre o ensino de história em diferentes países<sup>1110</sup>. A História, sabemos, é o saber que mais acalora debates nas esferas governamentais pelo poder que representa; e incomoda, obviamente.

O Estado Novo cuidou de construir uma memória histórica de unidade nacional, e para tanto as ações convergiram na eliminação das diferenças regionais, na tentativa de dar forma ao passado, emoldurá-lo no presente e festejá-lo ruidosamente, indiferente aos desejos, idéias e sentimentos de pessoas e grupos que, na maioria das vezes, silenciaram, o que não significou o seu apassivamento. O Estado catarinense, na sua diversidade cultural e étnica, foi sobremaneira afetado, como vimos, interferindo na vida das pessoas de forma ora drástica, ora provocando o medo com as ameaças de prisão e expulsão, coisas sentidas na cotidianidade. O tempo da Segunda Guerra Mundial é lembrado como um tempo de aflição, angústia, medo. *Guerra não presta*, salienta com mágoa funda um depoente, *a gente queria mais é que acabasse logo!*<sup>1111</sup>, suspende a voz, e diz do desejo mais presente naqueles anos. Essas coisas por certo deixaram marcas, tanto do lado de quem sofreu a violência, quanto do outro, de quem fez a violência. Nesse confronto, os silêncios são uma espécie de recolhimento

<sup>1107</sup> THEODORO, Janice. Memória e esquecimento: nos limites da narrativa. In: *Tempo Brasileiro*, n. 135. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, out./dez. 1998. P. 62.

<sup>1108</sup> MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. A penetração cultural americana. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. P. 11.

<sup>1109</sup> FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. 2. ed. Tradução Wladimir Araujo. São Paulo: IBRASA, Instituição Brasileira de Difusão Cultural Ltda, 1999. P. 11.

<sup>1110</sup> LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Tradução Francisco P. de Lima. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 38. São Paulo: ANPUH, Humanitas, 1999. P. 126.

<sup>1111</sup> CARDOSO, Osmarino de Deus. Entrevista citada.

ressentido. As imagens que saltam dos recortes históricos selecionados por Marcelo Masagão<sup>1112</sup>, não deixam dúvidas: nos pequenos personagens aparecem as grandes histórias, fragmentos entregues à loucura como legado do século que mal se foi.

Passado o conflito bélico, advieram outros silêncios. A maioria das pessoas que sentiu o peso das normatizações preferiu calar, e é compreensível que preferissem esquecer. Michael Pollak ensina que buscar a memória subterrânea, apanhada na oralidade, se opõe à “*memória oficial*” ou nacional, estabelecendo *batalhas da memória*. Ou, lugar dos *ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente*, diz o autor, mostrando como hoje os europeus despertaram para essa memória “*clandestina*”<sup>1113</sup>, rompendo tabus que há muito os incomodavam. Pois bem: a memória oficial não existe isolada, é construída no contexto social e circunstâncias para determinados fins, ou narrativas negociadas que interferem decisivamente para a construção de um tipo de história que legitime uma ideologia. As datas, os monumentos, os livros, as imagens, as comemorações são marcos arbitrários, como são as fronteiras territoriais, o traçado das ruas, o lugar de uma ponte, mas que acabam incorporados como tempos e lugares de memória, porque “contam” uma história cujo enredo é unívoco e interessado.

As mulheres e os homens lembram desse passado, e mesmo que nem todos se sintam confortáveis, a memória rebusca o tempo – *aquele sexto sentido da idade que costuma marcar o tempo* - quando a pergunta abre o cone da memória - *tanta coisa para lembrar de antigamente, que a gente chega a esquecer o que se passa hoje*<sup>1114</sup>, nas sábias palavras do personagem Dom Eleutério. Folheando o álbum das lembranças, guardado na caixa das recordações, os depoentes falam e identificam-se com seu próprio enredo; lembram da *história como memória social*, na expressão de Burke<sup>1115</sup>, conectadas ao grupo social, mas individuais, seletivas, em pedaços que se juntam e se dispersam. Cada qual, nas suas reminiscências, deixa enlear-se nos seus *instantes* de recordar, ligado aos lugares e afazeres que tinham que dar conta. Portanto, no tempo em estudo, são as mulheres que mais enfatizam

<sup>1112</sup> Filme/documentário “*Nós que aqui estamos por vós esperamos*” – Marcelo Masagão, 1999. Brasil. Filme/memória do século XX, a partir de recortes biográficos reais e ficcionais, imagens de arquivos, efeitos sonoros e silêncios. As guerras do século sobressaem nas imagens.

<sup>1113</sup> POLLAK, Michael. Op. cit., p. 4 e 5. Num ensaio, o teórico, literato e professor da Universidade de Stanford (EUA), Hanz Ulrich Gumbrecht, mostra que os intelectuais da crítica social teriam produzido uma “*desmemoriação*” patológica do Holocausto, ou levado a uma *incapacidade de tematizar o passado alemão de outro modo senão como pré-história do Holocausto*, uma *atrofia da consciência histórica alemã*. Ou seja, faz pouco tempo que a “redenção” do passado alemão nazista tem sido tema de debates suscitando um juntar de memórias que pesam, porque há, sim, um profundo “mal-estar” que ainda cobre-se nas relações de quem pode tertemunhar. GUMBRECHT, Hanz Ulrich. O Holocausto e a consciência histórica alemã. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 25/11/2001. P. 14 e 15.

<sup>1114</sup> GUIMARÃES, Josué. Op. cit., p. 18 e 59.

o cotidiano como lugar da tensão, do medo, das crianças, da comida racionada, mas não separadas do contexto e suas relações copiosamente reguladoras, tanto das condutas quanto dos enfrentamentos no espaço público; e depreende-se, que mesmo nas circunstâncias adversas, mantiveram-se fiéis, reforçados os papéis normativos. O fim da guerra não promoveu mudanças significativas para nas relações de gênero; têm elas, sim, uma “memória educada”, como todos nós temos, falamos do que vivemos e fomos cobrados, pelo que transgredimos e resistimos, até onde nos submetemos.

Quero dizer que, se a vida foi vivida e experimentada com seus dramas e cicatrizes, na cotidianidade homens e mulheres de Santa Catarina construía outros sentidos para suas práticas. Era proibido viajar sem ordens policiais; as contas bancárias estavam bloqueadas; os jornais e livros em língua estrangeira proibidos; possuir/ouvir rádio podia levar à prisão; como também era proibido possuir armas, guardar fotografias e objetos pessoais que lembrassem o país de origem; ter o nome “de origem” denunciava, bem como nomear os túmulos, fazer mudança, rezar na língua materna; as cartas eram censuradas; acender a luz era motivo de denúncia; e, tudo somado ao medo da prisão, de sair à rua, do “outro”, do escuro, do mar, do céu, da doença, do nazista, do comunista, do soldado, da lei, da delação, do policial, da extorsão, da demissão, de “tomar óleo”, de fazer compras, dos vizinhos, de falar, da traição, de calúnias, dos tribunais, das ausências. E se tudo isso foi vivido, nem por mero acaso é possível pensar que ficaram todos calados.

Foi também esta “outra” guerra um tempo de dribles, resistências, estratégias, inventividades, solidariedades, enfrentamentos e sentidos, muitos sentidos fundos e largos que a memória retém, cuidadosamente desenhada em fragmentos, e cujos retalhos de dramas e astúcias nos ensinam, dentre outras coisas, que a intolerância, o preconceito e os abusos de poder devem ser extirpados. Esta pode ser a melhor aposta de quem se atreve a mexer na história daquele tempo, e de outros.

Este trabalho não contemplou muitas coisas, como, por exemplo, as histórias das famílias cujos homens foram para a Itália e deixaram viúvas e parentes inconsoláveis. Nem mesmo as histórias desses homens que, recrutados à força, muitos deles maldizem a experiência: tratados como animais nos quartéis, humilhados por sua origem étnica teuta ou ítala, obrigados a falar em português, enxovalhados e ridicularizados devido ao sotaque carregado, falam do medo e da angústia, versões omitidas para dar lugar a inúmeros relatos do *front*, porque é mais confortante construir heróis, sem dúvidas. E, das mulheres, aquelas que

---

<sup>1115</sup> BURKE, Peter (2000). Op. cit., p. 66-89.

ficaram esperando seus homens, dos seus medos, e mais ainda do desconforto de dizer “meu marido voltou louco de guerra”, de como eles passaram a beber e/ou ter comportamentos violentos, ou voltaram doentes, acabrunhados, amedrontados, ressabiados, desconfiados, traumas e dramas misturados a outras violências... Desses relatos a história também se fez. E das penúrias da parca aposentadoria, ou daqueles que, por falta de um documento qualquer, jamais conseguiram aposentar-se. E dos outros que desertaram. Então, essa “outra” guerra tem mais pontas do que se imagina: *É necessário o desaparecimento dos últimos sobreviventes, daqueles que poderiam testemunhar?*, pergunta-se René Remond<sup>1116</sup>. Penso que não, e ainda há tempo.

O autoritarismo e os vícios torpes de uma esfera política e suas redes corruptas existem hoje, legados, em boa medida, da centralização do poder e inviabilização das decisões democráticas dos anos de Vargas<sup>1117</sup>. O mito político encarnado na sua figura ainda povoa imaginários de pessoas vivas e fez produzir um amontoado de biografias edificantes. Afinal, bem o sabia ao morrer que saía da vida para “ficar na história”. Os historiadores dão-se conta de que não basta um amontoado de documentos; é preciso escovar à contrapelo, como disse Benjamim, buscar os significados díspares e penetrar nos domínios da interpretação. Naqueles anos autoritários, e não os únicos a perfilarem a história brasileira, a justiça passara longe: a discussão entre o justo e o legal ficou insípida; afinal, se está na lei é legal, então não se discute justiça - essa a herança com a qual ainda convivemos, de clientelismo e falência dos direitos elementares da vida humana, vícios privados e públicos que continuam calando o “outro” ao estampido das armas.

E, tudo isso somado à violência atual e suas dobras, inauguramos um século de guerras outras, da guerra declarada a ninguém e a todos, de guerras cotidianas. A ciência sonhou com o progresso; aos sonhos, sobrevieram os cacos metálicos das *bombas inteligentes*<sup>1118</sup>, criadas com os avanços tecnológicos, as armas atômicas e químicas, recursos cada vez mais frequentes aos caminhos da destruição. O que ganhou a humanidade? Para retornar ao início, muito medo. Se aparentemente os *ismos* intolerantes do passado não existem mais – nazismo, fascismo, stalinismo, varguismo, peronismo, franquismo, etc., -, essas

<sup>1116</sup> REMÓND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (orgs). Op. cit., p. 207.

<sup>1117</sup> Sobre este caráter dúbio de Getúlio Vargas, o autoritarismo e o legado deste tempo, ver os diversos artigos em SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. I.O feixe. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

<sup>1118</sup> HOBBSAWN, Eric. *O novo século*. Tradução Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 18.

idéias não desapareceram, tomaram outras formas e continuam acionando horrores, favorecidas com as técnicas de persuasão e acessibilidade das informações.

Mais do que nunca, os preconceitos estão postos, outros demônios e deuses apareceram nestes anos e meses últimos; nunca se falou tanto em direitos humanos e cidadania, e nunca se excluiu e se inferiorizou tanto o outro por ter sotaque, ou por ser negro, ou ser mulher, ou ter uma religião diferente, ou ser pobre.... Nunca dantes a tentativa de unificar o planeta – globalizar, ou *uma globalização assassina das diversidades*<sup>1119</sup> – esteve tão presente, e nunca se liquidou tantas culturas e povos na mais absoluta intolerância, nem se viu tanto sangue e ódio provocados por guerras civis. As guerras, todas elas, são feitas para destruir o “outro” com o discurso de “construir” um mundo melhor em nome de alguém ou de alguma idéia civilizadora. Concordo com Milan Kundera quando diz que, *Para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhe escreve outros livros, lhes dá outra cultura e lhes inventa outra História*<sup>1120</sup>. Domínio dos homens, o mundo dos humanos se ressentia ainda daquela guerra de ontem, tem medo desta de hoje e teme pelas guerras de amanhã.

---

<sup>1119</sup> LE GOFF, Jacques. Vamos construir a globalização que nos convém. In: *Revista Veja*, 26/12/2001. P. 158-160. Diz, ainda: *A destruição da memória, da história, do passado, é algo terrível para uma sociedade. A globalização deve assumir as histórias particulares anteriores, não as eliminar.*

<sup>1120</sup> KUNDERA, Milan. *O livro do riso e do esquecimento* (1978). Apud LAVILLE, Christian. Op. cit., p. 126.

## FONTES DE PESQUISA

### 1. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO:

#### 1.1 Processos crime – Tribunal de Segurança Nacional. Fichário: Santa Catarina

- N. 828 - Francisco Santi
- N. 851 - Dietrich Von Wangenheim (Casa Carlos Hoepcke S/A) (Apelação n. 401)
- N. 893 - Augusto Klimmek (A. Klimmek S/A)
- N. 1.807 - Libório Soncini e outro (Miguel Oady Malty)
- N. 1.984 - Pedro Ponzoni
- N. 2.065 - Richard Paul Junior e outros (Anelise Paul e Richard Paul Neto) (Apelação n. 1.006)
- N. 2.154 - Hermann Muller Hering e outros (Henrique Martins (ou Martius), Maria Knapper, Cristoph Knapper)
- N. 2.227 - Roberto João Tenfen (Apelação n. 1.155)
- N. 2.544 - José Zipperer e outro (Guilherme Patz) .
- N. 2.823 - Emilie Mayer e outro ( Emilio Buckendahl)
- N. 2.959 - Fernando Panancione
- N. 3.107 - Francisco Lorenzi
- N. 3.221 - Firmino Dandolini
- N. 3.267 - Herbert Gustav Erich Molenda e outros (Bruno Jonas, Karl Alpersted, Erich Georg Czesnat, Hugo Schnoor, Herbert Jung, Carlos Pieratzki e Alberto Entres) (Apelação n. 1.501)
- N. 3.279 - Julio Rossoni
- N. 3.280 - Valter Engel
- N. 3.307 - Hanz Valter Taggesell (Apelação n. 1.640)
- N. 3.437 - Tercilio Murara e outro (Germano Muller)
- N. 3.477 - Emilio Hoffmann e outro (Siegfried Martin H. Assler)
- N. 3.550 - Vicente Cantisani (Apelação n. 1.686)
- N. 3.585 - Primo Meneguetti
- N. 3.609 - Andreas Schwarz
- N. 3.712 - Jacó Alberto Schneider
- N. 3.748 - Jacó Alberto Schneider
- N. 3.816 - Domingos Lunelli
- N. 3.836 - Fernando Jacomelli
- N. 3.955 - Vitor Hugo Baumgarten (Cia. Petrolífera “COPEBA” S/A) e outro (Ingo Scheidemantel)
- N. 4.138 - Julio Dal Molim e outro (Marcos Dal Molin)
- N. 4.405 - Cesar Rossi e outros (Carlos Thiesen, José Holz, Estevão Schneider)
- N. 4.463 - Defendi Possamai
- N. 4.979 - Hanz Niemeyer
- N. 4.993 - Werner Andresen
- N. 5.118 - Otilio Pagnoncelh (Apelação n. 2.340)
- N. 5.150 - Hanz Peter Petry
- N. 5.591 - Rosa Wendel
- N. 5.636 - José Schreider (Apelação n. 2.674)
- N. 5.725 - Adolar Schwarz e outros (Carlos Jansen, Emilio Stok Junior, Germano Augusto Frederico Stan)
- N. 5.775 - Pedro Formaggi e outro (Curt Von Gilsa). (Apelação n. 2.834)
- N. 5.821 - Marinho Mioteli

- N. 5.874 - Fiovo Minato e outros (Pedro Guglielmi, Otávio Moraes)  
 N. 6.035 - José Lunardi e outros (José Tubim, Zelindo Rissi)

## 1.2 “Cópias de Ofícios Recebidos” de Autoridades Diversas (1941-1942) – IJ1 “1382:

- Cópia – JNI- (G/1038 – SECRETO). Informações de Major Antonio José Coelho dos Reis, Chefe do Serviço Sigiloso da 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Interventor de Santa Catarina, Florianópolis, em 24 de janeiro de 1941. IJ1 “1382”. Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional.
- Ofício “Reservado” do Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1942. IJ1 “1382”. Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional.
- Recortes dos jornais *La Vanguarda*, *La Prensa*, *La Hora* e *La Critica*. IJ1 “1382”, Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional.
- Ofício NP/38/94 (00) – 945. 1(81) (30). Ofício Confidencial, do Ministro das Relações Exteriores ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1942. IJ1 “1382”. Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional.
- Ofício Reservado, do Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em julho de 1942. IJ1 “1382”. Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional.

## 2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - APESC

### 2.1 Ofícios Recebidos de Diversos ao Palácio do Governo:

- Carta de José Svoboda, Joinville, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 2 de outubro de 1938. Jan/dez. 1938.
- Ofício de Pedro Niedrielski, presidente da Sociedade Escolar Serra das Mortes, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 7 de junho de 1938. Jan/dez. 1939.
- Carta de Ary de Alencastro Guimarães, Inspetor Fiscal, Blumenau, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 26 de fevereiro de 1938. Jan/dez. 1938.
- Carta de Ary de Alencastro Guimarães, Joinville, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 21 de fevereiro de 1938. Jan/dez. 1938.
- Abaixo-assinado - comunidade de Encruzilhada, distrito de Timbó, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 30 de abril de 1939. Jan/dez. 1939.
- Ofício de Alexandre A. Gevaerd, Tabelião, Brusque, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de setembro de 1939. Jan/dez. 1939.
- Ofício de Manoel Figueiredo dos Santos, ex sub-delegado e Polícia, Trombudo Central, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 20 de fevereiro de 1940. Jan/dez. 1940.
- Abaixo-assinado - Bairro Garcia, Blumenau, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 4 de dezembro de 1940. Jan/dez. 1940.
- Abaixo-assinado - distrito de Boa Vista, Tijucas, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 10 de junho de 1941. Jan/dez. 1941.
- Telegramas dos municípios de Indaial, Acurra, Timbó, Rodeio, e Aquidabã, em outubro de 1941, a Nereu Ramos, Florianópolis. Jan/dez. 1941
- Abaixo-assinado - Salto Grande, Bom Retiro, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 7 de dezembro de 1941. Jan/dez. 1941.
- Carta de Pilade Sensi, Imbituba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de setembro de 1942. Jan/dez. 1942.

- Ofício de Dr. Joaquim M. Neves, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de março de 1942. Jan/dez. 1942.
- Ofício de Oswaldo Rodrigues Cabral, presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 23 de abril de 1942.
- Ofício de Oswaldo Rodrigues Cabral, presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 18 de julho de 1942. Jan/dez. 1942.
- Abaixo-assinado - Alto-Paraguassú, Itaiópolis, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 15 de abril de 1942. Jan/dez. 1942.
- Ofício de Otton da S. e Souza, presidente do II Congresso de Brasilidade, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos, Florianópolis, em outubro de 1942. Jan/dez. 1942.
- Abaixo-assinado - Guabiruba do Norte Alta, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 15 de janeiro de 1942. Jan/dez 1942.
- Carta e cópia da Ata da Reunião Cívica dos moradores de Hamônia (discurso inaugural da 3ª Conferência de Chanceleres, proferido pelo Dr. Getúlio Vargas), a Nereu Ramos, Florianópolis, em 17 de janeiro de 1942. Jan/dez. 1942.
- Carta de Cirilo Minelli, agente de Polícia em Hamônia, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 27 de janeiro de 1942. Jan/dez. 1942.
- Folhetos explicativos "Gasogênio à lenha KAA", distribuído em Florianópolis pelos representantes Carlos Hoepcke S. A., Comércio e Indústria. S/d. Jan/dez. 1942.
- Carta da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Joinville, a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, e Nereu Ramos, Florianópolis, em 18 de agosto de 1942. Jan/dez. 1942.
- Of. N. 64, do Professor Manoel Donato de Souza, Diretor Geral Técnico-Fundador e Orientador, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 27 de junho de 1942. Jan/dez. 1942.
- Ofício do Arcebispado de Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 10 de abril de 1942. Jan/dez.1942.
- Ofício de Irmã Carola, Assistente Provincial das Irmãs da Divina Providência, ao Interventor em Exercício, Altamiro Guimarães, Florianópolis, em 28 de julho de 1942. Jan/dez. 1942.
- Ofício de Pio Freitas, Bispo de Joinville, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 2 de fevereiro de 1943. Jan/dez. 1943.
- Ofício do Diretor da Indústria Klimmek S/A, São Bento, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 28 de outubro de 1943. Jan/dez.1943.
- Ofício de José Antunes Mattos, Presidente da Sub-Comissão Executiva de Propaganda Nacional das Obrigações de Guerra, Orleães, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 24 de junho de 1943. Jan/dez. 1943.
- Carta de Armin Gustavo Goellner, Perdizes, Campos Novos, a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1943. Jan/dez. 1943.
- Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 10 de fevereiro de 1943. Jan/dez. 1943.
- Abaixo -assinado - Coqueiros, distrito de João Pessoa, São José, a Nereu Ramos, Florianópolis, em maio de 1943. Jan/dez. 1943.
- Abaixo-assinado - Baixo-Salto, Nova Trento, responsáveis Luiz Tridapalli e Joaquim Voltolini, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 23 de maio de 1943. Jan/dez. 1943.
- Carta de Fridolino Schwarz, Blumenau, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 8 de junho de 1943. Anexos os pareceres da SOPS e da DOPS. Jan/dez. 1943.
- Carta de Herta Hassler, Trombudo Central, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 4 de outubro de 1943. Jan/dez. 1943.

- Informe de Antonio de Mourão Ratton, Secretário de Ordem Política e Social, Florianópolis, ao Delegado de Ordem Política e Social, Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, em 11 de outubro de 1943. Jan/dez 1943.
- Ofício (cópia) de Pio Freitas, Bispo de Joinville, Joinville, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 17 de março de 1943. Jan/dez. 1943.
- Ofício (cópia) do Padre Sebastião Atela, Joinville, ao Presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1942. Jan/dez. 1943.
- Carta (cópia) de Paulo Richter, Rafael, Ibirama, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 07 de novembro de 1944. Jan/dez. 1944.
- Carta de Walter Ernest Kiedzer, Ribeirão Sellin, Ibirama, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 7 de novembro de 1944. Jan/dez.1944.

## **2.2. Ofícios Recebidos das Prefeituras ao Palácio do Governo:**

- Ofício de Newtom Macuco, Prefeito Municipal de Cruzeiro, a Nereu Ramos, Interventor Federal, Florianópolis, em 24 de agosto de 1942. Jul/ago. 1942.
- Ofício de Zeferino Búrigo, prefeito municipal der Urussanga, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 14 de setembro de 1942. Set/out. 1942.
- Ofício de Zeferino Búrigo, Prefeito de Urussanga, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, Florianópolis, em 11 de setembro de 1942. Set/out. de 1942.
- Ofício de Joaquim Salles, prefeito de São Bento, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 28 de novembro de 1942. Jan/dez. 1942.
- Ofício de Germano Schaufert, prefeito municipal de Brusque, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 21 de fevereiro de 1942. Nov/dez. 1942.
- Ofício de Joaquim Sales, prefeito municipal de São Bento, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 21 de setembro de 1942. Set/out. 1942.
- Ofício N. 453, Ref: Adaptação prédio para presídio. Ofício de Arnaldo Douat, prefeito municipal de Joinville, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, Florianópolis, em 8 de julho de 1942. Jul/ago. 1942.
- Ofício de Antonio Douat, Prefeito Municipal de Tubarão, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 21 de setembro de 1942. Set/out. 1942.
- Ofício de Joaquim de Sales, Prefeito Municipal de São Bento, ao Interventor Nereu Ramos, em 8 de julho de 1942. Jul/ago. 1942.
- Ofício de Julio Cesar de Oliveira Lima, Professor Municipal, Lageado dos Tombos, São Carlos, Chapecó, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 7 de setembro de 1942. Set/out. 1942.
- Ofício de Rodolpho Koffke, Prefeito Municipal de Hamônia, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de junho de 1942. Mai/jun. 1942.
- Ofício de Roberto Machado, Prefeito Municipal de Rio do Sul, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 19 de agosto de 1942. Jul/ago. 1942.

## **2.3. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra ao Palácio do Governo:**

- Ofício do General Emilio Lúcio Esteves, 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 5 de agosto de 1939. Livro 1939/1941.
- Ofício do Comandante Tancredo Faustino da Silva, 13º Batalhão de Caçadores, Joinville, ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 25 de junho de 1940. Livro 1939/1941.
- Ofício do General Emilio Lúcio Esteves, 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de fevereiro de 1940. Livro 1939/1941.

- Carta (cópia) de Alfredo Del Priore, Imbituba, ao Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, Curitiba, em 01 de dezembro de 1942. Livro 1942/44.
- Informe (Reservado) de Jayme Ormino de Carvalho, Tenente Coronel Chefe da 16ª Circunscrição de Recrutamento, Florianópolis, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 27 de novembro de 1941. Livro 1939/1941.
- Carta de João de Oliveira Silva, Brusque, ao General Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, em 22 de setembro de 1943. Livro 1942/1944.
- Of. No. 71 –B/S. Relatório de Inspeção ao Estado de Santa Catarina, do General José Agostinho dos Santos, Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Interventor Federal de Santa Catarina, Florianópolis, em 26 de abril de 1943. Livro 1942/1944.
- Informe do General Manoel Rebelo, 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 06 de junho de 1939. Livro 1939/1941.
- Carta (cópia) de Ney de Aragão Paz, Inspetor do Departamento Nacional de Produção Animal, Rio do Teste, ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 18 de outubro de 1940. Livro 1939/1941.
- Ofício do General Manoel Rebello, 5ª Região Militar, Curitiba, Ministério do Exército, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 11 de julho de 1939. Livro 1939/1941.
- Ofício Reservado/Urgente do General Emilio Lucio Esteves, 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 26 de setembro de 1939. Livro 1939/1941.
- Ofício do General Emilio Lucio Esteves, da 5ª Região Militar, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de outubro de 1939. Livro 1939/1941.
- Ofício (cópia) de Luiz Miranda Leal, Capitão Secretário do Quartel General – Acantonamento da Linha São João, Rio Negro, Paraná, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 5 de setembro de 1940. Livro 1939/1941.
- Ofício de Ney Aragão Paz, Inspetor do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Rio do Teste, ao 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 18 de outubro de 1940, e cópia a Nereu Ramos, Florianópolis. Livro 1939/1941.
- Ofício de Manoel Rebello, Comandante da 5ª Região Militar, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 4 de março de 1943. Livro 1939/1941.
- Carta de moradores de Alto Perimbó, Bom Retiro, ao Capitão Eduardo Augusto Bastos, Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 22 de dezembro de 1939. Livro 1939/1941.
- Ofício No. 1130, de Luiz Corrêa Barbosa, Comandante do 13º Batalhão de Caçadores, Joinville, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 20 de julho de 1942. Livro 1942/1944.
- Ofício de Oscar Rosa Nepomuceno da Silva, Tenente Coronel Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 05 de maio de 1942. Livro 1942/1944.
- Ofício de João Francisco de Assis, Prefeito Municipal de Itaiópolis, ao Ten. Cel. Luiz Felipe de Albuquerque, Comandante do 2º Batalhão Ferroviário de Rio Negro, e cópia a Nereu Ramos, Florianópolis, em 11 de julho de 1942. Livro 1942/1944.
- Ofício No. 82, do Delegado da 7ª Zona do S/R, Itajaí, ao Comandante do 32º Batalhão de Infantaria, Blumenau, em 01 de julho de 1942. Livro 1942/1944.
- Ofício da 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 20 de fevereiro de 1942. Livro 1941/1944.
- Ofício N. 77 – B/O, do General Pedro de Albuquerque, 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 16 de abril de 1942. Livro 1942/44.
- Ofício n. 9 – B-0. Do General de Divisão, Newton de Andrade Cavalcanti, 5ª Região Militar, Curitiba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de janeiro de 1943. Livro 1942/44.

- Ofício de José Agostinho dos Santos, 5ª Região Militar, Curitiba, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 26 de janeiro de 1944. Livro 1942/1944.

#### **2.4. Cartas Recebidas dos Ministérios ao Palácio do Governo:**

- Carta do Diretor da Firma Indústrias Augusto Klimmek S/A, São Bento, ao Comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Blumenau, em 7 de novembro de 1942. Livro 1941/1944.
- Carta do Chefe da Polícia, Filinto Muller, a Nereu Ramos, Florianópolis, em abril de 1938 (exemplares do retrato-cartaz de Getúlio Vargas). Livro 1935/40.
- Carta (cópia) de José Seifert, Coqueiros, São José, a Francisco Campos, Ministro de Estado e Negócios Interiores, Capital Federal, Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1940. Livro 1935/1940.
- Correspondência de Negrão de Lima, Chefe de Gabinete, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 29 de julho de 1940. Livro 1935/40.
- Of. No 919. Informe de Cantídio Quintino Régis, Comandante Geral da Foça Policial, Florianópolis, ao Secretário da Segurança Pública, Florianópolis, em 02 de setembro de 1940. Livro 1935/40.
- Abaixo-assinado dos moradores de São Maurício, Tubarão, ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1944. Livro 1941/1944.
- Carta (cópia) de Matos Costa, ao Presidente da República, Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1944. Livro 1941-1944.
- Carta de Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, ao Secretário dos Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1943, e encaminhada a Nereu Ramos, Interventor, Florianópolis. Assunto: Visita aos detidos alemães nos campos de concentração de “Trindade” e “Oscar Schneider”. Livro 1941/1944.
- Carta do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, a Ivo D’Aquino Fonseca, Interventor Federal Substituto, Florianópolis, em 31 de julho de 1943. Livro 1941-1944.
- Carta de Ernesto Riggembach, da Agência Consular da Suíça em Florianópolis, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 18 de dezembro de 1942. Livro 1941/1944.
- Telegrama de Dalilo Quintino Pereira, Brusque, a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 14 de março de 1942. Livro 1941-1944.
- Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao Presidente da República, Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 1943. Livro 1941/1944.
- G/3807 (GMP 594-44). Carta de Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos Filho, Secretário do Interventor Federal, Santa Catarina, em 14 de junho de 1944. Livro 1941-1944.
- Carta de Vasco Tristão Leitão da Cunha, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Gabinete do Ministro, a Nereu Ramos, Interventor Estadual, Florianópolis, em 6 de abril de 1942. Livro 1941/44.
- GPM/594 – 44. DPD/294/945.1(81) (42). Carta de Julio Trinton, Chefe Interino de Gabinete, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, em 30 de maio de 1944. Assunto: Assistência Médica dispensada aos internados no campo de concentração “Trindade”. Carimbo do Gabinete. Livro 1941-1944.
- Carta de Józef Gieburowski, Cônsul Geral da Polônia em Curitiba, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, em 26 de março de 1939. Livro 1939-1941.
- Carta de Maria Amorim Colônia, Florianópolis, a Getúlio Vargas, Presidente da República, Distrito Federal, em 24 de julho de 1944. Livro 1941-1944.
- Carta (cópia) de Clarinda Neumann, Rio do Sul, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1944. Livro 1941-1944.

- SGX/410/945.1 (81) (42). Carta de Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, ao Secretário dos Negócios Interiores, Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1943. Assunto: Visita aos detidos alemães nos campos de concentração de “Trindade” e “Oscar Schneider”. Livro 1941-1944.
- Carta do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, a Ivo D’Aquino Fonseca, Interventor Federal Substituto, Florianópolis, em 31 de julho de 1943. Livro 1941-1944.
- Carta de Ernesto Riggembach, da Agência Consular da Suíça em Florianópolis, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 18 de dezembro de 1942. 1941/1944.
- Carta de Józef Gieburowski, Cônsul Geral da Polônia em Curitiba, a Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 26 de março de 1939. 1941/1944.
- Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao Presidente da República, Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 1943. Livro 1941/1944.
- Carta (cópia) de Amabilia Borges da Silveira, Ascurra, a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 08 de junho de 1944, em 25 de julho de 1944. Livro 1941/1944. .

### **2.5. Ofícios Recebidos dos Departamentos de Autônomos ao Palácio do Governo:**

- Correspondência de Marcolino Martins Cabral, prefeito de Tubarão, a Heitor Blum, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, Florianópolis, em 27 de julho de 1941. Livro 1941/1942.
- Ofício de Heitor Blumm, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de setembro de 1942. Livro 1941/1942.
- Ofício do Capitão Amílcar Dutra de Menezes, Diretor da Divisão de Rádio, Rio de Janeiro, ao Diretor do DEIP, Florianópolis, em 12 de junho de 1942. Livro 1939/1941.
- Ofício do Redator do DEIP, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 24 de fevereiro de 1942. Livro 1941/1942.
- Ofício No. 13/584, de Heitor Blumm, Diretor Geral do Departamento das Municipalidades, a Nereu Ramos, em 06 de março de 1943. Livro Jan/jun.1943.

### **2.6 Ofícios Recebidos da Penitenciária - JD/IJ/E/S:**

- Ofício N. 17/44 – Ref. Distribui pedido de perdão. De Rubens Ramos, Secretário, a Othon da Gama Lobo D’Eça, Membro do Conselho Penitenciário, Florianópolis, em 11 de janeiro de 1944. Pe. 1943/4.
- Gab.134/44. Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária do Estado, a Ivens de Araújo, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 17 de novembro de 1945. Pe. Jan/dez. 1945.
- Ofício No. 27/44, em 20 de janeiro de 1944, de Rubens Ramos, Secretário do Conselho Penitenciário, a Dr. Amilcar Laurindo Ribas, Juiz de Direito da Comarca de Caçador/ SC. Pe.1943/4.
- Of. No. 154/44, de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola, ao Dr. Artur da Costa Filho, Secretário da Viação Obras Públicas e Agricultura, respondendo pelo expediente da Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, em 03 de junho de 1944. Pe. 1943/4.
- Of. No. 164/44, de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola, Florianópolis, ao Dr. Oscar Leitão, Juiz de Direito de Blumenau, em 17 de junho de 1944. Pe – 1943/4.

### **2.7 Correspondência da Penitenciária do Estado:**

- Carta de Mario Mariotti, de Orleães, ao sub-Diretor da Penitenciária do Estado, Rubens Ramos, Florianópolis, em 14 de setembro de 1941. Livro Jun/set. 1941.

- Gab/1071 - Penitenciária do Estado. De Edelvito C. d'Araújo, Diretor da Penitenciária, Florianópolis, a Ivo d'Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, Florianópolis, em 15 de setembro de 1941. Jun/set. 1941.
- Ofício Interno do Almojarifado da Penitenciária do Estado, Florianópolis, assinado por Haroldo Vilela, em 01 de abril de 1938. Livro 1937/8.
- Correspondências do farmacêutico Osni Pinto da Luz, ao Diretor do Presídio do Estado, Florianópolis, em 13 de março de 1938 e 13 de junho de 1938. Livro 1937/8.
- Correspondência do guarda-chefia da Penitenciária do Estado, Florianópolis, ao Escriurário, em 19 de março de 1938. Livro 1937/8.
- Correspondência do sub-diretor da Penitenciária, Rubens Ramos, ao Diretor, Florianópolis, em 21 de junho de 1938. Livro 1937/8.

## **2.8. Ofícios Recebidos da Penitenciária do Estado:**

- Comunicado de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, Florianópolis, a Artur da Costa Filho, Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, no expediente da Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 2 de agosto de 1943. Livro Jul/dez. 1943.
- Gab/1051 – Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola da Trindade, a Ivo d'Áquino, Secretário de Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 09 de setembro e 1943. Livro Jan/jul. 1943.
- Gab/711 – Penitenciária do Estado. Ofício de Rubens Ramos, Diretor da Penitenciária Agrícola, a Ivo d'Aquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, em 07 de julho de 1944. Livro Jul/Dez. 1944.
- Ofícios Recebidos pela Penitenciária do Estado, de Rubens Ramos Diretor da Penitenciária Agrícola, Florianópolis, a Ivo D'Aquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis,. Livros Jan/dez. 1943 e 1944.
- Ofício Gab/869, de Edelvito Campelo d'Araujo, Diretor da Penitenciária do Estado, Florianópolis, a Ivo D'Aquino Secretário do Interior e Justiça, Florianópolis, em 24 de julho de 1941. Livro Mai/ago. 1942.
- Comunicado "Reservado", de Edelvito Campelo D'Araújo, Diretor da Penitenciária do Estado, Florianópolis, a Ivo D'Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, Florianópolis, em 10 de Setembro de 1942. Livro Set/dez. 1942.

## **2.9 Relatórios das Paróquias – Arquidiocese de Florianópolis – 1942, 1943, 1944.**

Índice Duplex Numérico por Assunto dos Relatórios Avulsos – 46.2 - Caixa 150.

- Relatórios das Paróquias de Nossa Senhora da Conceição, Angelina.
- Relatório da Paróquia de São João Batista, Alto Tijucas.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Oração, Rio Turvo.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Tubarão.
- Relatório da Paróquia de de Nosso Senhor do Bom Fim, Braço do Norte.
- Relatório da Paróquia de Boiteuxburgo, Tijucas.
- Relatório da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, Boiteuxburgo.
- Relatório da Paróquia de São Luiz Gonzaga, Brusque.
- Relatório do Santuário Nossa Senhora do Caravaggio, Azambuja.
- Relatório da Paróquia de São Pedro do Armazém, Capivari.
- Relatório da Paróquia de Camboriú.
- Relatório da Paróquia de Porto Belo.
- Relatório da Paróquia da Natividade de Nossa Senhor, Cocal.
- Relatório da Paróquia de Criciúma.
- Relatório da Paróquia de Florianópolis, sede.

- Relatório da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, Forquilha.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora Mãedos Homens, Araranguá.
- Relatório da Paróquia de São João Batista, Imaruí.
- Relatório da Paróquia do Senhor do Bom Jesus do Socorro, Pescaria Brava.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora do Sacramento, Itajaí.
- Relatório da Paróquia da Penha.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, Jaguaruna.
- Relatório da Paróquia de Santo Antonio dos Anjos, Laguna.
- Relatório da Paróquia de São Vicente de Paula, Luiz Alves.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhorada Glória, Meleiro.
- Relatório da Paróquia de Santana, Mirim.
- Relatório da Paróquia de São Virgílio, Nova Trento.
- Relatório da Paróquia de São Marcos, Nova Veneza.
- Relatório da Paróquia de Santa Otilia, Orleães.
- Relatório da Paróquia de São José, Porto Franco (Botuverá).
- Relatório da Paróquia de São Gabriel Arcanjo, Pedras Grandes.
- Relatório da Paróquia de São Marcos, Rio Fortuna.
- Relatório da Paróquia de Santo Amaro, Cambirela.
- Relatório da Paróquia de São José, São José.
- Relatório da Paróquia de Nosso Senhor Bom Jesus de Nazaré, Palhoça.
- Relatório da Paróquia de Santo Estevão, Salto Grande, Ituporanga.
- Relatório da Paróquia de São Ludgero, Braço do Norte.
- Relatório da Paróquia de São Pedro de Alcântara.
- Relatório da Paróquia de Santo Antonio, Sombrio.
- Relatório da Paróquia de São Sebastião, Tijucas.
- Relatório da Paróquia de São Sebastião, Anitápolis.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Trindade e Ilha.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Tubarão.
- Relatório da Paróquia de Nossa Senhorada Conceição, Urussanga.
- Relatório da Paróquia de São Sebastião, Vargem do Cedro.
- Relatório da Paróquia de São João Evangelista, Biguaçu.
- Relatório da Paróquia de Paulo Lopes.
- Relatório da Paróquia de Enseada do Brito.
- Relatório da Paróquia São João Batista (inclui Canelinha, Boa Vista, Major).

### 2.10 Relatórios e Decretos-lei:

- *Coleção de Decretos, Decretos-lei, Resoluções e Portarias* – Legislação Estadual. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, jan./jun., 1940.
- *Coleção de Decretos-lei de 1939*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939.
- *Coleção de Decretos-lei de 1942*- Vol. I e II. Atos do Poder Executivo. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942.
- *Coleção de Decretos-leis de 1938*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.
- Decreto-lei 124, de 18 de julho de 1938. *Coleção de Decretos-lei de 1938*. Florianópolis.
- Decreto Estadual No. 09, de 21/12/1938. *Imprensa Oficial do Estado*. Florianópolis, 1938.
- Decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942. *Coletâneas de Decretos-lei de 1942*. Vol. 1. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- DIAS, J. C. (org). *Coletânea de Decretos-leis* – Fevereiro de 1939. São Paulo: Cultura Moderna, s/d. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial, 1938.

- *Relatórios da Secretaria do Interior e da Justiça*, Departamento de Educação, Inspeção das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Relatório de 1939
- *Relatório do Delegado de Ordem Política e Social*, Antonio de Lara Ribas, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos de Mourão Rattón. Janeiro de 1942 a janeiro de 1943. Florianópolis, março de 1943. (Acervo privado de João Batista Ramos).

### 3. PERIÓDICOS:

#### 3.1 Periódicos (décadas de 1930 e 1940) – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

- Jornal *O Apóstolo*, Florianópolis
- Diário Oficial do Estado*, Florianópolis.
- Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro.
- Diário da Tarde*, Florianópolis.
- Jornal *A Gazeta*, Florianópolis.
- Jornal *O Estado*, Florianópolis.

#### 3.2 Outros:

- Jornal *O Futurista*, Itajaí.
- Jornal *Nova Era*, Rio do Sul.
- Jornal do Povo*, Itajaí.
- Jornal *A Imprensa*, Tubarão
- Jornal *O Radical*, Rio de Janeiro.
- Jornal *A Tribuna*, São Paulo.
- Jornal *A Nação*, Blumenau.
- Gazeta de Blumenau*, Blumenau.
- A Notícia*, Joinville.
- A Manhã*, Rio de Janeiro.
- A Noite*, Rio de Janeiro.
- O Nacional*, Rio de Janeiro, 28/07/1944.
- Zero Hora*, Porto Alegre, 17/05/1998.
- Folha de São Paulo*, 15/04/2001.

### 4. BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

- *Relatório do DEIP* enviado ao Interventor Nereu Ramos – Exercício de 1942.
- *Anais do Primeiro Congresso de Brasilidade* em Santa Catarina. Florianópolis: DEOPS, 1941.

### 5. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE:

- *Censo Demográfico de 1940* – IBGE, Departamento Estadual de Estatística – 1939. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1940.

### 6. ACERVO DO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – FLORIANÓPOLIS:

- *Livro de Crônicas da Província do Colégio Sagrado Coração de Jesus* – 1939-1948. Florianópolis.
- *Revista Pétalas*, julho de 1940, dezembro de 1943 e 1944.
- MASTAI, Maria Leticia. *Memórias de Um Internato* - Colégio Sagrado Coração de Jesus. Florianópolis.

## **7. ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA:**

*Revista Estudos Educacionais*, Ano III, n. 4. Instituto de Educação. Florianópolis, jun. 1943.  
*Revista Estudos Educacionais*, Ano III, n. 5. Instituto de Educação, Florianópolis, dez. 1943.

## **8. ACERVO DO MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE:**

*Jornal A Criança Brasileira*, órgão bimensal do Grupo Escolar “Lauro Muller”, edições de 1942 a 1945. DAPE/UEDESC, Florianópolis.

## **9. ACERVO DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DE CRICIÚMA:**

*Livro de Crônicas do Hospital São José, 1936-1973*. Biblioteca do Hospital São José de Criciúma. Livro 1.

## **10. ACERVO DO COLÉGIO CATARINENSE, FLORIANÓPOLIS:**

I.N.D. – *Crônica a Residência Franciscana em Florianópolis - 1942, 1943, 1944, 1945*.

## **11. ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE ITAJAÍ:**

- Carta enviada a Fernando Ferreira de Mello, Secretário de Gabinete do Governo do Estado, Florianópolis, por Michael Hosche, Taió, em 1946 (sem data exata). Encontrada no Arquivo Pessoal da Família Konder – 1917/1962, FMK/CXI/296.
- Acervo Iconográfico.
- *Jornal do Povo*, Itajaí.

## **12. ARQUIVO HISTÓRICO “JOSÉ FERREIRA DA SILVA”- BLUMENAU:**

- *Jornal A Nação*, Blumenau.

## **13. ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS:**

- *Coleção de Decretos, Decretos-leis, Resoluções e Portarias - anos de 1938, 1939, 1940 e 1942*. Fundo: PMF. Sub-fundo: Gabinete do Prefeito. Série: Leis, Caixa 02.

## **14. ARQUIVO DO FÚRUM DE FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA:**

- Processo n. 484, Caixa 51 – Isidoro Pedro Coelho. 2ª Vara da Comarca de Florianópolis. Secretaria de Segurança Pública – Delegacia Regional de Polícia.
- Processo n. 602, Caixa 62 – Jacó Biagio ou André Sábio. 2ª Vara da Comarca de Florianópolis. Secretaria de Segurança Pública.
- Processo n. 576 – Caixa 60. Herbert Oscar Jung. 2ª Vara da Comarca de Florianópolis, Florianópolis. Secretaria de Segurança Pública.

## **15. ACERVOS PRIVADOS:**

- Álbum fotográfico e outros documentos - Acervo da família Kuehne. Florianópolis.
- Relatório da Delegacia de Odem Política e Social, relativo ao período de 27/01/1942 a 27/01/1943. Acervo de João Batista Ramos Ribas (Antonio de Lara Ribas), Florianópolis.
- Salvo-Conduto. Acervo de Werner Springmann.
- Cartas. Acervo de Vera Molenda. Florianópolis.

## **16. FONTES ORAIS – ENTREVISTAS:**

- ALBUQUERQUE, Aldemira Albino de. Ituporanga, 20/05/2000. Concedida a Alessandra Doose do Prado. Acervo da autora.
- ANA. Balneário Camboriú, 1999. Concedida a Ilizabet Pradi. Acervo da entrevistadora.
- ANDRADE, Iracema Brito. Jurerê, Florianópolis, 03/09/1999. Acervo da autora.

- BAUER, Paulo. Itajaí, 13/05/1995. Acervo da autora .
- BENCCEVINI, Hilda Theodoro. Florianópolis, 20/01/1998. Acervo da autora.
- BERTOLINI, Victor. Limeira. Brusque, 1996. Concedida Honório Bertolini. Acervo do entrevistador.
- BIAVA, Angelo. Timbé do Sul, 28/12/1999. Acervo da autora.
- BLEASE, Dagoberto. Itajaí, 18/09/2000. Itajaí. Concedida a Juliana Maes de Carvalho. Acervo da autora.
- BOEMER, Irene de Souza, 81 anos. Depimento concedido em 16/05/2001, Itajaí. Concedido a Glória Alejandra Luna Guarnizo, a quem agradeço.
- BONOTTO DE FÁVERI, Lourdes. Vila Maria, Nova Veneza, 27/12/1999. Acervo da autora.
- BOSCO, João. Rio do Sul, 09/02/2000. Concedida a Marineusa Doerner Olivo. Acervo da entrevistadora.
- BRILLINGER, Hilda. Turvo, 28/12/1999. Acervo da autora.
- BUSNARDO, Irineu. Nova Trento, 10/01/2001. Concedida a Anderson Sartori. Acervo da autora.
- CADORIN, Assis Inácio. Nova Trento, 26/02/2001. Concedida a Anderson Sartori. Acervo da autora.
- CARDOSO, Maria de Lurdes. Saco dos Limões, Florianópolis, 08/07/1997. Acervo da autora.
- CARDOSO, Osmarino de Deus. Saco dos Limões, Florianópolis, 08/10/1997. Concedida a autora e a Liliane Brignol. Acervo da autora.
- CASAGRANDE, Thays Antunes. Florianópolis, em agosto de 2001. Acervo da autora.
- CIPRIANI, Antonio. Nova Trento, 10/01/2001. Concedida a Anderson Sartori. Acervo da autora.
- DAL PONT, Antonio. Timbé do Sul, 27/12/1999. Acervo da autora.
- DALLABRIDA FILHO, Domingos. Florianópolis, 05/07/2001. Acervo da autora.
- DALLABRIDA Maria Conti. Florianópolis, 05/07/2001. Acervo da autora.
- DEPINÈ, Eugênio. Rodeio, 13/10/2001. Rodeio. Concedida a Janiane Dolzan. Acervo da entrevistadora.
- FÁVERI, Therezinha N. Zanelato. Turvo, 15/04/2001. Acervo da autora.
- FERNANDES, Beatriz Nair. Monte Verde, Florianópolis, 25/08/1999. Acervo da autora.
- FERRO, Hercílio. Turvo, 28/12/1999. Acervo da autora.
- FUSINATO, Osvaldina. Trombudo Central, abr./2000. Concedida a Zenilda Reinhold. Acervo da entrevistadora.
- GOTTSMANN, Ricardo. Florianópolis, 11/09/1999. Acervo da autora.
- GRIMM, Úrsula. Agrolândia, jan./2000. Concedida a Olga Marcília Grimm. Acervo da autora.
- HILBERT, Henrique Ernesto. Orleães, 28/07/2001. Acervo da autora.
- HOELLER, Lair Scheidt. Palhoça, 19/07/1999. Acervo da autora.
- HOFFMAN, José Lino. Nova Trento, 17/02/2001. Concedida a Anderson Sartori. Acervo da autora.
- IRENE. Florianópolis, 3/04/1999. Acervo da autora.
- J. H. . Joinville, 3/09/2001. Entrevista concedida a Dieter Hardt. Acervo da autora.
- KANITZ, Alberto. Agrolândia, jan./2001. Concedida a Olga Marcília Grimm. Acervo da autora.
- KLUEGER, Urda Alice. Blumenau, 23/05/2001. Acervo da autora.
- KOCK, Helmuth. Agrolândia, abr./2000. Concedida a Olga Marcília Grimm. Acervo da autora.
- KORTMANN, Margarida. Joinville, 07/10/1998. Concedida Irene Sprung. Citada por Janine Gomes da Silva.
- LANGUI, Celina. Palhoça, 19/07/1999. Acervo da autora.

- LETZOW, Harold Heinrich. Concedida a Brigitte Fouquet Rosembrock. Citada em *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII – N. 5/6. Maio/Junho, 2001.
- LIMA, Maria Angélica. Turvo, 13/05/2000. Acervo da autora.
- MANENTI, Anir Maragno. Turvo, 30/12/1999. Acervo da autora.
- MANIQUE BARRETO, Roque. Itajaí, 19/08/2001. Acervo da autora.
- MARCHI, Otilia Costa. Nova Trento, 10/01/2001. Concedida a Anderson Sartori. Acervo da autora.
- MARQUES, Padre Agenor Neves. Criciúma, 28/04/2001. Concedida a Emerson Cesar de Campos. Acervo do entrevistador.
- MARTINHAGO, Elizabeth Feldhaus. Lages, 12 de fevereiro de 1997. Concedida a Juçara de Souza Castello Branco. Acervo da entrevistadora.
- MAYR, Gertrud Lorenz. Florianópolis, 19/11/1999. Acervo da autora.
- MEDEIROS, Margareta Clara Baumgarten. Blumenau, 08/02/2001. Concedida a Rejane Berka. Acervo da entrevistadora.
- MEDEIROS, Nair Lima de. Florianópolis, 13/08/1997. Acervo da autora.
- MENDONÇA, Alice. Lages, 16/01/1998. Concedida a Juçara de Souza Castello. Acervo da entrevistadora.
- MENINI, Luiza Francisca. Capoeiras, Florianópolis, 23/09/1999. Acervo da autora.
- MICHELSON, Edith. Ituporanga, 24/03/2000. Concedida a Alessandra Doose do Prado. Acervo da autora.
- MOLENDIA, Vera. Florianópolis, 01/09/1999. Acervo da autora.
- NASPOLINI, Maria Lina. Itajaí, 19/08/2001. Acervo da autora.
- NICOMOMUS BASTOS, Maria Lina. Florianópolis, 21/08/1999. Acervo da autora.
- ODEBRECHT, Emilio. Rio do Sul, 29/07/2000. Concedida a Marineusa Doerner Olivo. Acervo da autora.
- OLIVEIRA, Didymea Lázzaris. Itajaí, 18/10/2001. Itajaí. Concedida a José Isaias Venera.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Vale de. Nova Trento, 09/01/2001. Concedida a Anderson Sartori. Acervo da autora.
- PRETTI, Vilna Corrêa. Itajaí, 07/03/1997. Concedida a José Bento Rosa da Silva. Acervo do autor.
- PRETTI, Vilna Corrêa. Itajaí, 22/11/1999. Concedida a Araci M. da Silva Pinto. Acervo da autora.
- REIS, Antonio Carlos Konder. Itajaí, 25/04/1996. Itajaí. Concedida a Cristiane Manique Barreto. Acervo da entrevistadora.
- RENAUX, Maria Luiza. Blumenau, 10/07/1996. Concedida a Cristiane Manique Barreto. Acervo da entrevistadora.
- RIBAS, João Batista Ramos. Florianópolis, 07/02/2002. Informal.
- RICHTER, Irma. Joinville, 11/10/1998. Concedida a Janine Gomes da Silva. Acervo da entrevistadora.
- ROGASCH, Ida Emilia Anna. Itajaí, 12/05/1999. Entrevista concedida a Araci de Medeiros Pinto. Acervo da autora.
- SAVI, Hilário. São José, 12/10/2000. Acervo da autora.
- SCHAPPO, Olinda. Florianópolis, 15/09/1999. Acervo da autora.
- SCHMITT, Arnaldo. Itajaí, 31/01/1995. Acervo da autora.
- SCHMOEGEL, Valter. Agrolândia, jan./2000. Concedida a Olga Marcília Grimm. Acervo da autora.
- SCHROEDER, Hanz. Balneário Camboriú, 09/02/2000. Concedida a Luiz Felipe Falcão. Acervo da autora.
- SCHULZ, Anita Maria Bötcher. Joinville, set./2001. Joinville. Concedida a Luciane Schulz Muniz Teixeira. Acervo da autora.

- SEBOLD, Cornélio. Ituporanga, abr./2000. Ituporanga. Concedida a Joelma Kersbaumer. Acervo da entrevistadora.
- SILVA, Emiliana B. Estreito, Florianópolis, 29/07/2001. Acervo da autora.
- SILVA, Amélia Corrêa. Palhoça, 10/12/1997. Acervo da autora.
- SILVA, Jainira Alves da. Bairro de Fátima, Florianópolis, 30/07/1998. Acervo da autora.
- SODRÉ, Edir. Porto Belo, 23/08/1997. Concedida Lúcia Regina Pereira. Acervo da autora.
- SPRINGMANN, Werner. Florianópolis, 14/09/1999. Acervo da autora.
- TAGGESELL, Valter. Lages, mai./1998. Entrevista ao Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 17/05/1998. (*Nos Campos da Intolerância*, Reportagem de Angela Bastos, Lourenço Flores e Dione Kuhn). Acervo do jornal.
- TRICHÊS, Silvino. Turvo, 28/12/2000. Acervo da autora.
- VERGINI, Irmã Anunciata. Luiz Alves, ano de 1995. Concedida a Norberto Dallabrida. Acervo da DAPE/UDESC (Relatório de Pesquisa)
- VOLPATO, Félix. Grão Pará, jul./2001. Concedida a Marilene Volpato. Acervo da autora
- WAGNER, Victor Hugo. Turvo, dez./1999. Acervo da autora.
- WERNER, Isaulina Maes. Itajaí, 16/09/2000. Concedido a Julaina Maes de Carvalho. Acervo da autora.
- WILL, Eduardo. Agrolândia, mar./2000. Concedido a Olga M. Grimm. Acervo da autora.
- WILL, Irma. Agrolândia, mar./2000. Concedido a Olga M. Grimm. Acervo da autora.
- WILL, Max. Agrolândia, mar./2000. Concedido a Olga M. Grimm. Acervo da autora.

## 17. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernando Mendes (org). *Constituições do Brasil (1824-1946)*. São Paulo: Saraiva, 1958.
- BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.
- BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917.
- BOLETIM Lanterna Verde*, n. 7. Boletim da Sociedade Felipe D'Oliveira. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Mauá Ltda, agosto de 1943.
- COSTA, Otacílio. *História de Lages* (Apontamentos). Lages: Edição do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944.
- D'AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.
- ESPINDOLA, Leonan. Enfermeiras do Brasil. *Jornal das Moças*, 08/06/44. In: *Album biográfico das Febianas*, Revista Semanal Ilustrada, mai. 1971.
- NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Volume CXX, 1947.
- PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.
- REIS, Antonio Carlos Konder. Em defesa da colonização alemã. Discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sessão de 13 de maio de 1949. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII – N. 1-2. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, Janeiro/Fevereiro de 2001.
- RIBAS, Antonio de Lara. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.
- ROMERO, Silvio. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

#### 18. FILMES E DOCUMENTÁRIOS CITADOS:

“*O Resgate do Soldado Ryan*” - Steven Spielberg, 1998. EUA.

“*Por quem os sinos dobram*” – Sam Wood, 1943. EUA.

“*O paciente inglês*” – Anthony Minghella, 1997. EUA.

“*Saludo, amigos*” (Alo, Amigos) – Walt Disney, 1943. EUA.

“*Aleluia Gretchen*” – Sylvio Back, 1977. Brasil.

“*Roma, cidade aberta*”- Roberto Rossellini, 1946. Itália.

“*A noite de São Lourenço*” – Paolo e Vittorio Taviani, 1983. Itália.

“*Nós que aqui estamos por vós esperamos*”- Marcelo Masagão, 1999. Brasil.

Programa “*Diálogos Impertinentes*” – “*O Medo*”. 1998 (TV.PUC/SP), SESC/SP-PUC/SP-FSP.

Documentário “*Skin ou morte*” - Rede GNT, 12 de setembro de 1999.

#### 19. SITES CONSULTADOS:

*O fator Deus*. De [ocara@yahoo.com.br](mailto:ocara@yahoo.com.br) . Colhido em 19 de setembro de 2001.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Wanusa Aparecida de. *Representações dos bugreiros através das memórias*. (Índios Xokleng, - Vidal Ramos, 1915-1930). Monografia (Graduação em História). Trombudo Central: UDESC/FAED, 2000.(Projeto Magister).
- ALBERSHEIM, Úrsula. *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro: INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 1962.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo. In: *História*, n. 12. São Paulo: UNESP, 1993.
- ALVIN, Zuleika M. F. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. Stella e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Tradução Jacy Alves de Seixas. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne, L'Age d'homme, 1983.
- AQUINO, Maria Aparecida de. A América vai à guerra. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, FFLCH/USP, 1995.
- AREND, Silvia Maria Fávero. Relações interétnicas na Província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana e ARENDT, Silvia M. Favero (orgs). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. 3. ed. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1984.
- AZEVEDO, Celia Maria. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Anthropos-Homen). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de Francois Rabelais. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1993.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político).
- BALHANA, Altiva Pilatti. Religião e imigração no Brasil meridional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque e CAPELATO, Maria Helena (orgs). *Relações de gênero e diversidades*

*culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999. (América: raízes e trajetórias; v. 9).

BARSTOW, Anne L. *Chacina das feiticeiras* – uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

BARTHES, Roland. O mito hoje. In: *Mitologias*. Tradução Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BARTHES, Roland. *Fragments do discurso amoroso*. 2.ed. Tradução Ortensia dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1981.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENJAMIM, Walter. O narrador. In: *Os pensadores* – textos escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. Tradução de José Lino Grunnewald et alii. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras escolhidas; v. 1).

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40. São Paulo: ANPUH, 2001.

BESEN, Pe. José Artulino. *Dom Joaquim Domingues de Oliveira*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1979.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varriale et alii. v. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Sagrado Coração de Jesus na educação catarinense (1889-1988)*. Florianópolis: Colégio Sagrado Coração de Jesus: Lunardelli, 1989.

BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In: NOVAES, Adauto (org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BOSCHILIA, Roseli. *O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial*. Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins/Fundação Cultural de Cultura. v. 22, n. 107, out. 1995.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução Sérgio Micelli et alii. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRANCO, Juçara de Souza Castello. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas na memória*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- BRECHT, Bertold. *Poemas*. Tradução Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stela e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma* (a campanha de nacionalização em Joinville). Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BURKE Peter. *Variedades de história cultural*. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BURKE, Peter. Escutar o silêncio. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 19/09/1999.
- CAMARGO, Aspásia et alii. *O golpe silencioso: as origens da república corporativista*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. France – Allemagne – Bolivie – Argentine, Deuxième Guerre mondiale – années 1970-1980. In: *Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest*. Tome 108, numéro 2, Année 2001. Presses Universitaires de Rennes.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Vargas, 1999.
- CAPELATO, M .H. Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papirus, FAPESP, 1998. (Coleção Textos do Tempo).
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.
- CAREZIA, Roberto Marcelo e ROCHA, Balbino Simor. Ruptura com as formas do passado: entre a modernidade e a tradição. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, ns. 3/4. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, mar/abr. 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Vargas, 1999.
- CARONE, Edgar. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

- CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. In: *Estudos Históricos* – comemorações, n. 14. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Jul/dez. 1994.
- CASTRO, Nilo André Piana de (coord.). *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: Editora da Universidade; PMPA/Secretaria Municipal da Cultura, 1999.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano* (Artes de fazer). Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. Medo banco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Revista Brasileira de História*, v 8, n. 16. São Paulo: ANPUH, mar/ago., 1988.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CHAUI, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CHAUI, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio et alii (orgs). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. (org.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2000.
- COELHO, Ilanil. *Joinville e a campanha de nacionalização*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, FFLCH/USP, 1995.
- COLLOR, Lindolfo. *Origens da legislação trabalhista brasileira*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1991.
- COLODEL, João. *Turvo: terra e gente*. Florianópolis: FCC; Turvo: P.M.T. 1987.
- CORNWELL, John. *O papa de Hitler: a história secreta de Pio XII*. 2. ed. Tradução Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1942. In: GUEDES, Sandra (org). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2000.
- CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, FCC, 1982.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra mundial*. São Paulo: EDUSP, Geração Editorial, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. Resenha da obra: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*. São Paulo: Annablume, 1999. In: *Revista Brasileira de História*, volume 21, no. 40. São Paulo: ANPUH, 2001.

CZESNAT, Ligia de Oliveira. *As estruturas das atividades comerciais da Empresa de Carl Hoecke e Cia no contexto catarinense*. Florianópolis, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

D'ACAMPORA, Márcia. *A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939/1945)*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

D'ÁLESSIO Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Habwachs e P. Nora. In: *Revista Brasileira de História*, v. 13, ns. 25/26. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set./1992, ago./1993.

D'EÇA, Othon. *...Aos espanhóis confinantes*. Edição do Centenário. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil; Editora da UFSC, 1992.

DALLABRIDA, Norberto (coord.) *Memória das escolas Ítalo-brasileiras no Vale do Itajaí (1875-1930)*. Florianópolis: UDESC/FAED, 1995. Projeto de Pesquisa CNPQ. Relatório. Entrevista 3.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites. O Ginásio catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura; UDESC, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. A menina dos olhos: a Diocese de Florianópolis e a educação escolar na Primeira República. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

DALLABRIDA, Norberto. *À sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açú (1892-1918)*. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DALLABRIDA, Norberto. Catolicismo de imigração e conflitos ítalo-germânicos. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri (orgs). *Visões do Vale*. Perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DETIENE, Marcel. Demónios. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 12. Mythos/logos/sagrado/profano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Casa da moeda, 1987.

DIAS, Feliciano R. (org). *Memória da eletrecidade*. Notas sobre racionamento de energia elétrica no Brasil (1940-1980). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletrecidade no Brasil, 1996.

DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In: *Projeto História*, v. 17 (trabalhos da memória). São Paulo: PUC, Novembro de 1998

DIEGUES, Consuelo. Casablanca tropical. *Revista Veja*, 07/02/2001.

DIRKSEN, Valberto. *Viver em São Martinho*. A colonização alemã no Vale do Capivari. Florianópolis: Ed. do Autor, 1995.

DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUBY, Georges. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ECK, Hélène. As mulheres francesas sob o regime de Vichy. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.) *História das Mulheres no Ocidente: o século XX*. Tradução portuguesa: Alda Maria Durães et alii. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, v.1. 2.ed. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.

FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª Guerra: testemunho e depoimento de um soldado conyocadas*. Brasília: UNB, 1999.

FALCÃO, Luiz Felipe. A bendita maldição do trabalho. In: *Revista Alcance*, Revista de Divulgação Científica da Universidade do Vale do Itajaí, n. 1, v.1. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1994.

FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. Itajaí vai à guerra. In: *Revista Alcance*, Revista de Divulgação Científica da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v. 1, n. 3. Itajaí: Editora da Univali, jul. 1995.

FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: ARIÈS, P. e DUBY, F. (dir.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*, v. 3. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e intimidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

FAUSTO, Boris. Lembranças da guerra na periferia. In: *Revista da USP – Dossiê 50 anos de final da Segunda Guerra*, n. 26. São Paulo: USP, jun./jul./ago. 1995.

FAUSTO, Boris. Questões sobre o patriotismo. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 24/09/2000.

- FERREIRA, Jorge. Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945). In: MARTINS, Ismênia et alii. (orgs). *História e cidadania*, v. I. XIX Simpósio Nacional de História, Belo Horizonte. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998.
- FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1995.
- FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. 2. ed. Tradução Wladimir Araujo. São Paulo: IBRASA, Instituição Brasileira de Difusão Cultural Ltda, 1999.
- FIORI, Neide. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- FIORI, Neide. Corporação militar e rumos da educação brasileira: o exército e a escola nos tempos do Estado Novo. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, ns. 7/8. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, Jul/ago., 2001.
- FLEM, Lidia. "Bouche Bavarde et oreille curieuse". In: *La remeur. Le genre huma*. Revue Trimestrielle. Paris: Seuil, 1982.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, Alcione da et alii. (orgs). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. A política da beleza. Nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. In: *Diálogos latinoamericanos*, 1/2000. Centro de Estudos Latinoamericanos/CLAS – Universidade de Aarhus, Dinamarca.
- FONSECA, Edltraud Zimmermann. *Indaial. Cidade das plantas e das flores* (sua história, sua gente, seus costumes). Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1992.
- FONTOURA, Arselle de Andrade. Aqui "jazz" um hospital... In: GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (org.). *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2. ed. Tradução Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed. Tradução Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. Tradução Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum*. Tradução Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio Editora, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 4. ed. Tradução Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1986.

- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*. Tradução Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hanz Staden, 1974.
- FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. *Almanaque 5: cadernos de literatura e ensaio*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, Agnès (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 1999.
- FUCK, Irmã Clea. *100 anos de história (1895-1995): Congregação das Irmãs da Divina Providência no Brasil*. Florianópolis: EDEME, 1995.
- FURHAMMAR, Leif e FOLKE, Isaksson. *Cinema e política*. Tradução Julio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GAGNEBIN, J.M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994. Apud CARDOSO, Irene. *A narrativa silenciada*. São Paulo: USP/FFLCH. (digitado).
- GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1991.
- GINZBURG, Carlo, *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. 2. ed. Tradução Frederico Capoti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, Angela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988
- GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero; CNPQ, 1990.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUIMARÃES, Josué. *Enquanto a noite não chega*. Porto Alegre: LPM, 1997.
- GUMBRECHT, Hanz Ulrich. O Holocausto e a consciência histórica alemã. In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 25/11/2001*
- HABERMAS, Jurjen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução Flávio R. Kohte. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HATZKY, Emma. *Uma mulher do século passado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). *A intolerância*. Fórum Internacional sobre a Intolerância (1997: Paris, França). Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HERKENHOFF, Elly. *História da imprensa em Joinville*. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Cultural de Joinville, 1998.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. A espionagem alemã e a contra espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HOBSBAWN, Eric. ....

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *O novo século*. Tradução Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

HOBSBAWN, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric. *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito e realidade*. Tradução Carlos Lains. Lisboa: Terramar, 1998.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

ISAIA, Artur Cesar. *O cajado da ordem*. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo. Porto Alegre, 1992. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

IUSKOW, Cristina. *Brasilidade e embelezamento: o canto orfeônico e a assepsia dos gestos corporais*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). Tradução Antonio Dimas. In: *Revista da USP*, n. 26. São Paulo: Universidade de São Paulo, jun/jul/ago. 1995.

JOUTARD, P. Oral (History). In: BURGUIÈRE, André. (org). *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande*. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e fronteira (1942-1970). São Paulo, Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.

KLUEGER, Urda. *No tempo das tangerinas*. 5. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1982.

KLUG, João. Fragmentos de vida: Carl Hoepcke e a germanidade em Santa Catarina. In: *Revista Catarinense de História*, n. 4. Florianópolis: Insular, ANPUH/CFCH/UFSC, 1996.

- KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina* (a comunidade alemã em Desterro). Florianópolis: Papa Livro, 1994.
- KOCHAKOWICZ, Leskek. Diabo. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 12. Mythos/Logos Sahrado/Profano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memória de “histórias femininas, memórias e experiências”. In: *Cadernos Pagu: gênero, narrativas memórias*, ns. 8/9. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 1997.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- KUNDERA, Milan. *O livro do riso e do esquecimento* (1978). Apud LAVILLE, Christian. . A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Tradução Francisco P. de Lima. In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38. São Paulo: ANPUH, Humanitas, 1999.
- LAUS, Lausimar. *O guarda-roupa alemão*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989.
- LAVILLE, Christan. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Tradução Francisco P. de Lima. In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38. São Paulo: ANPUH, Humanitas, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Tradução Bernardo Leitão. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 1996.
- LE GOFF, Jacques. Vamos construir a globalização que nos convém. In: *Revista Veja*, 26/12/2001.
- LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Tradução de Carlos E. Leal. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993.(Coleção Texto e Arte, v. 9).
- LENARD, Andrietta. *Lealdade linguística em Rodeio (SC)*. Florianópolis, 1976. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1986. Letras, 1994.
- LIPPI, Nadia. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Por que estudar gênero na era dos *cyborgs*? In: FONSECA, Tania M. Galli et alii. (orgs). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- MACHADO, Aldonei. *A cidade no dial: Florianópolis nas ondas médias e curtas do Rádio* (décadas de 40 e 50). Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Tradução Bertha H. Gurowitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, v. 17, no. 34. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 1997.

MAGALHÃES, Marionilde B. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 1998.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (orgs). *História dos jovens*, v.2: a época contemporânea. Tradução Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARQUES, Gabriel García. *O amor nos tempo do cólera*. Tradução Antonio Callado. São Paulo: Editora Record, 1985.

MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARTINS, Cleusa Kropfel. *O medo vai à guerra* (Imaginário do Golpe Militar de 1964 em Catuira – Alfredo Wagner/SC). Monografia (Graduação em História). Itajaí: UNIVALI, 1998. Universidade do Vale do Itajaí.

MARTINS, Paulicéia Isabel. *Memórias da escolarização dos anos 30 e 40 numa área rural do litoral catarinense*. Monografia (Graduação em História). Florianópolis: UDESC, 2000. Universidade do Estado de Santa Catarina.

MARTONANO, Dante. Desbravadores do Oeste catarinense. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3(4), 1982/83.

MEMEL-FOTE, Harris. O outro e o mesmo. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise. *A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco/Academia Universal de Culturas. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MEY, Jacob. Etnia, identidade e língua. In: SIGNORINI, Inês (org). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Tradução Maria da Glória de Moraes. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas*. Retratos da elite brasileira (1920-1940). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICHAUD, Eric. “Soldados de uma idéia”: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (orgs). *História dos jovens – 2: a época contemporânea*. Tradução Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICHAUD, Ives. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino: uma contribuição à história da educação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. .

MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MORAIS, Fernando. *Olga*. 7. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

MOSER, Anita. *A violência do Estado Novo contra os “coloni” descendentes de italianos em Santa Catarina*. (Um estudo interdisciplinar sobre a identidade étnica e a violência do Estado). Progressão Vertical – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *FEBVRE – História* (Coleção grandes cientistas sociais). São Paulo: Ática, 1978.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. A penetração cultural americana. 6. ed. São

NASCIMENTO-SCHULZE, Clelia Maria. Memória colectiva y representaciones sociales de la Germanidad en Brasil. In: ROSA, Alberto, BELLELLI, Guglielmo, e BAKHURST, David (Eds.). *Memória colectiva e identidade nacional*. Argentina, Buenos Aires: Biblioteca Nueva, 1998.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória e história: substratos da identidade. In: NODARI, Eunice et alii. (orgs). *História: fronteiras*, v. II. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 1999.

NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NOGUEIRA, Carlos. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: EDUSC, 2000.

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire”, em *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard, 1984.

ODEBRECHT, Emílio. *Rio do Sul – Nossa História em Revista*. Tomo II, n. 05, nov. 2000. Fundação Cultural de Rio do Sul/ Arquivo Público Histórico.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Tradução Maria da Glória de Moraes. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre (org). *Papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes 1999.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

ORTIGUES, Edmond. Interpretação. *Enciclopédia Einaudi* – 11 (Oral/escrito, argumentação). Rio de Janeiro: Casa da Moeda; Imprensa Nacional, 1987.

PAULO, Heloísa Helena de. O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939-1945). In: *Revista Brasileira de História* - Instituições, v. 7, n. 14. São Paulo: ANPUH; Marco Zero., mar/ago. 1987.

Paulo: Brasiliense, s/d.

PEDRO, Joana et alii. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa em Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PEDROSO, R.C. *Os signos da opressão – condições carcerárias e reformas prisionais no Brasil (1890-1940)*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, FLCH/USP, São Paulo.

- PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- PERAZZO, Priscila. *Os campos de concentração brasileiros: episódios da nossa participação na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: 2002. (Digitado).
- PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38 – Identidades / Alteridades. São Paulo: ANPUH; Humanitas, 1999.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Tradução Denise Bottann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina In: *Revista Brasileira de História*, v.9, n. 18. Tradução Claudio H. de Moraes Batalha e Miriam Pillar Grossi. São Paulo: ANPUH, ago/set. 1989.
- PETRY, Sueli Maria Vanzuita. *Os clubes de Caça e Tiro na região de Blumenau – 1859-1981*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982.
- PIAZZA, Walter F. *A Igreja em Santa Catarina – notas para sua história*. Florianópolis: IOESC, 1977.
- PIAZZA, Walter (org). *Dicionário político catarinense*. 2. ed. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1994.
- PIAZZA, Walter (org.). *As Constituições do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1984.
- PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli, Editora da UFSC, 1983.
- PIETROCOLLA, Luci Gati. Anos 60/70: a violência e o medo na construção da experiência do exílio e da clandestinidade. In: *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31 e 32. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1996.
- PILCHER, Rosamunde. *Os catadores de conchas*. 13. ed. Tradução Luísa Ibañez. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão – a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINTO, Céli Regina. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. In: *Educação e Realidade*, 24(2). Porto Alegre: UFRGS, jul/dez. 1999.
- POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: *Para uma história do Oeste catarinense* (10 anos de CEOM), ns. 1 a 8. Chapecó: UNOESC, 1995.
- POLIAKOV, Léon, *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva/ USP, 1974.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Vértice; Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Tempo, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiano (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. Tradução Luiz Alberto Monjardim et alii. In:

- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e História Oral. In: *Projeto História* (15). São Paulo: PUC, abril/1997.
- POUTIGNAT, Phillippe e STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1988.
- PRADI, Ilizabeth. *De frente para o mar*. Monografia (Graduação em História). Itajaí: UNIVALI, 1999. Universidade do Vale do Itajaí.
- PRADO, Maria Ligia. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. In: *Revista da USP- Dossiê 50 anos de final de Segunda Guerra*, n. 26. São Paulo: USP, jun/jul/ago., 1995.
- RADIN, José Carlos. *Ítalo-brasileiros em Joaçaba*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de destinos: mulher e educação*, São Paulo, 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.
- REITZ, Raulino. *Alto Biguaçu* (narrativa cultural tetra-racial). Florianópolis: Lunardeli, UFSC, 1988.
- REIS, Sara Regina P. et alii. *Karl Hoepcke: a marca de um pioneiro*. Florianópolis: Editora Insular, 1999.
- REMÓND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução. Tradução Luiz Alberto Monjardin et alii. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RENAULT, Abgar et alii. *Nereu Ramos: homenagens a um estadista: discursos e artigos*. Florianópolis: Associação Portobello de Cultura, 1989.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- RENK, Arlene. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. In: *Grifos*, Revista de Divulgação Científica e Cultural da UNOESC/Campus de Chapecó, n. 6. Chapecó, 1999.
- REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução Silvana Serrani-Infante. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; FAPESP, 1989.
- RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação*. As minorias na Idade Média. Tradução Antonio E. da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- RODEGHERO, Carla. Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf/Editora Universitária, 1998. (Série Ciência Histórica).
- RODRIGUES, Rogério Rosa. “Os sertões catarinenses”. Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do contestado. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História):

SALOMON, Marlon Jaison e VOIGT, André. Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri (orgs.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. Tradução Maria T. Janine Ribeiro e Vera H. Prada Maluf. In: *Projeto História*, n. 14. São Paulo: PUC, fevereiro/1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, D. Bernuzzi (org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTANA, Nara. *Associações nazistas no Brasil (1938-1945)*. Niterói, 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1993.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. *Protocolo do bom cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Editora Terceiro Milênio, 1998.

SANTOS, Silvio Coelho. *Índios e brancos no sul do Brasil*. A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SAYÃO, Thiago Juliano. *Guerra de imagens – cinema e representações durante a guerra (1939-1945) em Florianópolis*. Relatório de Pesquisa/PIBIC. Florianópolis: UDESC/FAED/DAPE, 2000.

SCHIAVO, Cleia. América: invenção masculina/re-invenção feminina. In: SALOMÃO, Jaime (dir.). *América: descoberta ou invenção*. 4º Colóquio/UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, 1992.

SCHMITT, Elzeário. *A primeira comunidade alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1979.

SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *Memória jaraguaense*. O Integralismo. Estado Novo – 60 anos. A “Noite dos tambores silenciosos” e o assassinato de Ricardo Gruenwaldt. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora CP, 1997.

SCOTT, Joan. Experiência. Tradução Ana Cecília Acioli Lima. In: SILVA, Alcione Leite da et alii (orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da Universidade/EDIPUCRS, 2000.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. Stela e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SERPA, Élio e FLORES, M. Bernardete R. Os açorianos na história e na literatura em Santa Catarina. Raça, nacionalismo e poder. Digitado (no prelo da *Revista Alcance*, Revista de Divulgação Científica da Univali, especial de História, n. 6).

SERPA, Elio. *A guerra do contestado* (1912-1916). Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SERPA, Élio. Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937 – “a insensatez maravilhosa da militarização das vogais”. Nacionalismo, raça e língua. In: *Diálogos Latinoamericanos*, n. 3. Centro de Estudos Latinoamericanos – CLAS. Universidade de Aarhus, Dinamarca, 2000.

SERPA, Elio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1999.

SEYFERT, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEYFERT, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SEYFERT, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*, Brasil 2000. Brasília: CNPD/Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001.

SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERT, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEYFERT, Giralda. Racismo e identidade nacional: paradoxos e utopias. In: *Ciência Hoje*, v. 19, n. 109. SBPC, maio, 1995.

SIEBERT, Itamar. Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro em meados do século XIX, In: BRANCHER, Ana e AREND, Silvia M. FAVERO (orgs). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SIGNORINI, Inês. Desconstruindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, Inês (org). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Tradução Maria da Glória de Moraes. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Irene Pereira da. Contexto do desenvolvimento profissional. In: NUNES, Zenilda Lins (org.). *Histórias de Professor*. v. 2 Florianópolis: EDEME, 1996 (Coleção FUCAPRO)

SILVA, Janine Gomes da. Memória de um “tempo de esquecer”: vivências femininas durante a Campanha de Nacionalização em Joinville. Texto apresentado em Mesa Redonda no *XII Simpósio Nacional de História*, Niterói, julho de 2001.

SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. 1 - O feixe. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Tathianni C. da. *Série Fontes e a re-atualização das condutas masculinas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: UFSC, 1999. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVEIRA JUNIOR. *Nossa guerra contra a Alemanha* (crônica de um tempo de arbítreo). Florianópolis: Lunardelli, 1988.

SIMONI, Karine. *Sonhar, viver, recordar: memórias dos nonos de Xavantina (1920-1950)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: UFSC, 2000. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*, v. 11, o Brasil Republicano – 1930-1964. São Paulo: Difel, 1980.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Iaponan (org). *Estreito: vida e memória*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 9. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

SOUSA FILHO, Alípio. *Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUSA, Cynthia Pereira et alii. Memória e autobiografia. Formação de mulheres e formação de professoras. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 2. ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Mai/ago.1996.

SOUSA, Laura de Melo. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Rogério Luiz de. *A construção de uma nova ordem*. Catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945). Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. 2. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. 2. ed. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981-1984.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY Georges e PERROT, Michelle (orgs). *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Tradução Alda Maria Durães et alii. São Paulo: Edabril; Porto: Afrontamento, 1991.

THEODORO, Janice. Memória e esquecimento: nos limites da narrativa. In: *Tempo Brasileiro*, n. 135. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, out./dez. 1998.

- THOMAS, William e ZANANIECKI, Florian. *The polish peasant in Europe and America*. Chicago, University of Illinois Press, 1984.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- TOEWS, John. Intellectual History after the Linguist Turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of experience. *American Historical Review*, v. 92, No. October 1997.
- TOMELIN, Vitor. *Pedagogia do silêncio*. Blumenau: Editora da FURB, 1992.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VALERIN, Vera Regina Alves. *A cura das almas: Padre João Reitz e a comunidade da Paróquia de Sombrio (1938-1963)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- VENÂNCIO, Ana Chrystina et alii (orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- VEYNE, Paul. *Como se escreva a história*. 2. ed. Tradução Alda Baltar e Maria Kneipp. Brasília: Edunb, 1982.
- VICENT, Gérard. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário. In: PROST, Antoine e VICENT, Gérard (orgs). *História da vida privada*, v. 5. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema*. Tradução Paulo Roberto Pires. São Paulo: Scritta, 1993.
- VOIGT, Márcio André. *Imigração e cultura alemã no Vale do Itajaí*. Educação, religião e sociedades na história de Timbó (SC) – 1869-1939. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado e História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- WERLANG, Alceu. *A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo Oeste catarinense*. Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil (1925/1954). Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. In: *Revista Fronteiras: Revista de História*, n. 6. Florianópolis: UFSC; ANPUH, 1998.
- WOLF, “Pai dos pobres,” ou Mãe dos ricos”?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: *Revista Brasileira de História – Brasil, 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia Blumenau – cotidiano e trabalho, 1850-1900*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- WOLFF, Juçara Nair. Porto dos Cantadores: a construção da colônia ao ritmo e ao som das bandinhas. In: *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, n. 2 . Florianópolis: UFSC, 1995.
- ZIMMER, Roseli. “Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil”. As manifestações de germanidade em uma festa teuto-brasileira. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

**ANEXOS**

## ANEXO I

### SERVIÇO DE PREVENÇÃO CONTRA A QUINTA-COLUNA. COMO IDENTIFICAR OS “QUINTA-COLUNISTAS” (S.P.C.Q.C.)

“Para identificar os “quinta-colunistas”, que andam por aí tentando sabotar a unidade nacional, observe as seguintes regras:

1 – Se alguém lhe disser: “Não desejo combater pelos Estados Unidos; nós, brasileiros, não temos nada que ver com esta guerra”, esse indivíduo é um “quinta-colunista”, porque todos nós, no continente americano, estamos sob a ameaça de agressão do Eixo Tóqui-Roma-Berlim e temos, portanto, que ver com esta guerra, que envolve e atinge todo o mundo civilizado.

2 – Quando alguém disser: “É um absurdo a supressão da imprensa em língua estrangeira no Brasil, pois a coluna repele tal coisa e nas escolas brasileiras se ensinam línguas estrangeiras”, esse indivíduo é um “quinta-colunista”, porque está não só insurgindo contra uma medida patriótica do nosso governo, como ainda confundindo as coisas. Uma coisa é um brasileiro aprender alemão, italiano ou japonês. Coisa muito diferente é não quererem certos estrangeiros que os filhos aprendam nosso idioma. Pior ainda é haver brasileiros que achem isso natural. É que esses brasileiros não são bem brasileiros. Já estão se tornando novos “Quislings”, a serviço da “quinta-coluna”.

3 – Se um indivíduo lhe disser: “Esta guerra foi provocada pelos judeus e pela finança internacional”, eis aí um “quinta-colunista”. Porque ninguém ignora que esta guerra foi gerada pela loucura hitlerista, cujo sonho é submeter o mundo e realizar o sonho delirante do pan-germanismo. A Constituição Brasileira não estabelece distinções de raça e a alusão ao “judaísmo” faz parte da técnica nazista, para estabelecer confusão e ódio racial.

4 – Se lhe disserem que o Brasil está sendo arrastado a esta guerra pelos Estados Unidos, eis aí um “quinta-colunista”. Porque isto constitui uma infâmia, uma injúria contra o caráter de Getúlio Vargas e contra a Nação Brasileira. Nossa atitude foi espontânea. O presidente é e sempre foi panamericanista. Aí estão, para prová-lo, os seus inúmeros atos públicos, discursos, etc, DIRETRIZES posse um desses documentos, que lhe diz respeito: uma carta do presidente, de 1939, louvando a nossa campanha de aproximação panamericana. Não se pode duvidar da sinceridade do presidente nem se pode, também, duvidar que os que dizem e contrário sejam “quinta-colunistas”.

5 – Se lhe disserem que os Estados Unidos e a Inglaterra querem cassar a nossa soberania, o indivíduo que tal coisa disser é um “Quinta-colunista”. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a nossa independência. Ninguém ignora os esforços de Cuningham, quando chanceler da Inglaterra, no Ministério de Duque de Wellington, para que Portugal aceitasse e reconhecesse o império de D. Pedro I. Nações que de tal modo procedem para conosco são nações amigas e não nos ameaçam. O que nos ameaça é o imperialismo nazista, servido pela “quinta-coluna”.

6 – Se o leitor abrir um jornal ou revista, com anúncios da Atebrina, da Cia Merck, da R.D.V., da Editorial Século XX, das firmas alemãs que estão na lista negra, acompanhados, de notas e comentários, falando demasiada e fortemente em patriotismo, nacionalismo, etc., essa espécie de nacionalismo é um nacionalismo suspeito, porque é mentiroso e ligado ao Eixo, visando apenas afastar-nos, cheios de prevenções injustificadas, da família unida e leal das nações, americanas. Tais jornalecos e revistecos são quinta essência da quinta-colunismo em letra de forma.

7 – Quando uma estação de rádio começar o seu “broadcasting” dando telegramas de Roma, Berlim ou Tóquio, com as iniciais “T. O.”, “D.N.B.”, “S”. ou “D”, estará dando a palavra de ordem do Eixo para os “quinta-colunistas”. Esses programas só podem ter uma denominação: “a voz da quinta-coluna”.

8 – Se alguém ao seu lado sustentar que, na Alemanha, o clero tem uma vida calma e feliz, que os cultos são respeitados e que o Papa Pio XII está muito amigo de Hitler, tendo abençoado as tropas italianas e alemãs que servem de instrumento de agressão, esse indivíduo é um “quinta-colunista”, está invertendo os fatos e mentindo descaradamente. O maior inimigo da Igreja católica no mundo é o nazismo (artigo do padre Arlindo Vieira no Correio da Manhã) e o Papa Pio XII absolutamente não gosta de H err Hitler...

9 – Se alguém lhe disser que no Brasil não existe “quinta-colunista” e que isso é uma infâmia, uma invenção, uma fantasia da propaganda americana, olhe esse sujeito, que ele não passa de um “quinta-colunista” disfarçado.

10 – Se alguém lhe prognosticar a vitória do Eixo na guerra contra o mundo civilizado, a coligação de 26 nações, em que os Estados Unidos estão integrados, esse indivíduo é um “quinta-colunista”, da pior espécie, pois quer infundir desânimo e descrença no espírito popular, com o intuito de favorecer o Eixo através de “desarmamento psicológico”, pois sabem que admitir a certeza da derrota equivale já a meia derrota. Foi esse o trabalho feito na Europa, nos países que caíram sob o flagelo nazista. Reajamos contra os “Quislings”, ferreteemos a “quinta-coluna”! O presidente Getúlio Vargas nos indicou a caminho a seguir, dizendo que as nações, como os indivíduos, atravessam grandes momentos, em que é preciso enfrentar o destino. E acrescentou, corajosamente, dizendo que estará com os brasileiros, no momento do perigo, para lutar, para vencer, para morrer. Portanto, brasileiros, fiquemos atentos, como quer o chefe da Nação, em atitude de decidida repulsa à fecundia dos boateiros e à solerte inventiva de propagandas oriundas de fontes suspeitas e interessadas.

(Distribuído pelo S.P.C.Q.C. – Serviço de Prevenção contra a Quinta-coluna - Da “DIRETRIZES”.)

Leia e passe adiante”.

**Fonte:** Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, Blumenau. Citado em MOSER, Anita (1995). Anexo XII.

## ANEXO II

### SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EDITAL

O Doutor Francisco Gottardi, Secretário dos Negócios de Segurança Pública, de ordem superior, faz público que:

1º – Os estrangeiros naturais dos países com os quais o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais, isto é, o Japão, Alemanha e a Itália, devem comunicar a sua residências às autoridades policiais, no prazo de 15 dias, a contar desta data;

2º – Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados;

3º – É vedado aos súditos dos países mencionados:

- a) – mudar de residência sem comunicação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Capital, e às Delegacias de Polícia, no interior do Estado;
- b) – reunir-se, ainda que em casas particulares a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc);
- c) viajar de uma para outra localidade sem licença da Polícia (Salvo-Conduto).

4º – A Delegacia de Ordem Política e Social, faça cumprir o presente edital.

Secretaria de Segurança Pública, aos vinte e oito de janeiro de um mil e novecentos e quarenta e dois.

Francisco Gottardi  
Secretário de Segurança Pública.

**Fonte:** *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. P. 4. Florianópolis.

---

### ANEXO III

Quadro demonstrativo com nomes e atividades dos alemães ligados ao Partido Nazista e internados em Trindade, Florianópolis, Santa Catarina (anos 40)

Nome	Local da detenção	Atividades praticadas
Jacob Karsten	Cruzeiro do Sul	- partidário exaltado do nazismo, manifestou-se inimigo do Brasil
Hans Otto Vorberg	Blumenau	- um dos mais destacados elementos da causa pró Alemanha - oficial superior reformado do exército Alemão
Paulo Ohl	Florianópolis	- nazista fanático - colaborador do anuário <b>Volk und Heimath</b> - mandou o filho servir o exército Alemão na guerra, morrendo como herói da pátria alemã
Carlos Marx Hilmar Willy Toepfer		- nazista fervoroso
Ricardo		- secretário de imprensa da chefia nazista de Florianópolis - detinha em sua residência grande quantidade de material de propaganda nazista
Joanes Blumel		- pastor evangélico, nazista confesso e dirigente da Escola Preparatória de Professores, da Liga Escolar de Santa Catarina (organização semi-nazista) e Associação de Professores
Paulo Gebhardt		- condenado pelo TSN a seis meses de prisão. Motivos: reincidente na observância de determinações legais
Augusto Kiel		- Técnico eletricitista - Frequentou cursos de especialização de chefe nazista na Alemanha
Franz Strube		- Chefe regional do Partido Nazista em Rio do Sul - detinha em sua residência material de propaganda nazista (quadros de Hitler, suásticas e revistas)
Bruno Dieckmann		- membro do Partido Nazista, núcleo de Florianópolis
Ernest Zeibig		- chefe do núcleo da Frente de Trabalho Alemã do Rio Grande do Sul - integrante do Estado Maior da Chefia Regional
Hanz Frieze	Brusque	nazista exilado detinha em sua residência material de propaganda nazista
Paulo Gresser	Blumenau	- propagandista
Hans Kugler	Timbó	- nazista confesso
Kurt Zoch	Blumenau	- tenente do Exército Alemão
Carl Otto Schmidt		- fez parte da Organização de Ex-Combatentes filiada ao nazismo em Blumenau - guarda livros da organização de transporte rodoviário de Santa Catarina
Hans Peter Petry (TS.N.)	Joinville	- filiado ao nazismo - fundador do núcleo de Joinville
Ernest Clebsch	Blumenau	- Chefe do departamento na chefia nazista de Blumenau
Willy Ofenay	Brusque	- integralista e nazista - propagandista do nazismo
Georg Gustav Schutkuss	Harmonia	- nazista filiado ao núcleo Pastor Evangélico - membro do conselho pela Liga do Racismo Alemão

Jorge Reddiger	Brusque	<ul style="list-style-type: none"> <li>- participava de reuniões convocada pelo cônsul alemão em Brusque</li> <li>- promovia reuniões de simpatizantes nazistas em sua residência</li> </ul>
Fritz Schmidt	Blumenau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- secretário de imprensa da chefia nazista de Santa Catarina</li> <li>- viajou para a Alemanha em 1938, retornando em 1939 com cartas do chefe nazista Kurt Prayon, nas quais mencionava algumas opiniões da AO sobre o Brasil</li> </ul>
Guilherme Egeler	Cruzeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- transmitia para outros alemães o noticiário escutado na Alemanha</li> <li>- seu nome constava da caderneta de apontamentos que o Secretário Consular Heins Schmidt, levava para a Alemanha</li> </ul>
Alfredo Grosweiler	Blumenau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- fez parte dos grupos de ex-combatentes filiados ao nazismo no Brasil</li> <li>- montou uma estação radiotransmissora em 1932 para servir aos interesses da causa revolucionária de São Paulo</li> <li>- Recebia da Alemanha o noticiário de guerra e entregava ao jornal <i>Urwaldsbote</i>, para ser publicado</li> </ul>
Friedrich Karl Kurt Luscke	Blumenau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Industrial em Blumenau</li> <li>- ex-oficial da Marinha Alemã</li> <li>- jurou fidelidade a Hitler na festa de seu aniversário</li> </ul>
Eugen Keller	Passarinhos (fronteira com Xapecó)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nazista perigoso</li> <li>- conhecia a confecção de granadas</li> <li>- envolvido com a entrada de armamentos em Xapecó destinado ao levante integralista</li> </ul>
Alberto Artur Stolt	Xapecó	<ul style="list-style-type: none"> <li>- elemento pró-eixo</li> </ul>
Franz Zander	São Bento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ex-sargento Alemão</li> <li>- simpatizante da Alemanha nazista</li> </ul>
Johan Wortsmeyer	Harmonia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- reincidente em desobedecer a determinações legais das autoridades brasileiras (MJNI)</li> </ul>
Werner Andresen (TS.N.)		<ul style="list-style-type: none"> <li>- pastor evangélico</li> <li>- sob observação policial desde 1938 por ser elemento anti-nacionalista</li> <li>- propagandista e partidário nazista</li> </ul>
Hans Fuhmann		<ul style="list-style-type: none"> <li>- era visto fazendo ronda nas imediações do consulado inglês em Florianópolis</li> <li>- membro da Frente de trabalho Alemã filiada ao NSDAP de Santa Catarina</li> </ul>
Hans Niemeyer	Itajaí	<ul style="list-style-type: none"> <li>- em 1937 foi um dos signatários do convênio secreto das sociedades de Blumenau com o Partido Nazista, pelo qual se comprometia em nunca desenvolver atividades contra Hitler ou o Terceiro Reich</li> <li>- em 1942, ofendeu aos brasileiros e exaltou Hitler</li> </ul>
Frederico Hroch	Cruzeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- entusiasta do nazismo</li> <li>- propagandista</li> </ul>
Reinoldo Baudich	São Francisco do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>- chefe nazista em São Francisco do Sul</li> <li>- profissão: açougueiro</li> </ul>
Augusto Hochappel	Rio do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nazista destacado em Rio do Sul</li> <li>- destruiu o material nazista que detinha</li> </ul>

Franz Von Knoblauch	Blumenau	- chefe do núcleo de Blumenau - sob vigilância desde 1938 - detinha material de propaganda em sua residência (publicações e fotografias)
Gerhard Adam	Hausa (Jaraguá)	- ex-mecânico do Sindicato Condor em Florianópolis - simpatizante do nazismo
Fritz Frischknecht	Blumenau	- brasileiro - serviu ao Exército Alemão - professor de ginástica em Blumenau - autorizado pela Liga do Racismo Alemão a fazer exames de ginásticas
Herbert Otto Gerog Boehn	Blumenau	- foi contrário às medidas de nacionalização do governo Vargas
Cornelius Zirwes	Harmonia	- condenado pelo TSN - reincidente em desobedecer a determinações legais das autoridades brasileiras (MJNI)
Hermann Kudiess	Xapecó	- motorista - envolvido no caso do transporte clandestino de armamento
Roberto Holzmann	Itajaí	- chegou ao Brasil em 1933 - esteve na Alemanha entre 1938 e 1940 - engenheiro civil - membro da frente de trabalho Alemã
Ernest Pulfrichs	Lajes	- detinha jornais e livretos nazistas - esteve presente na reunião convocada quando da estada do cônsul alemão em Lajes
Júlio Augusto Laub	Brusque	- Quinta colonista - Propagandista Arrecadador de dinheiro entre os alemães e firmas de Brusque, para enviá-lo a Alemanha, pôr intermédio de um banco argentino em 1942
Paul Boecher	Blumenau	- em 1940, foi convocado pelo consulado alemão para reafirmar sua fidelidade a Hitler
Max Adolf Gottlieb Konradt	Blumenau	- em 1940 esteve na lista dos convidados pelo consulado Alemão de Blumenau para festejarem o aniversário de Hitler e reafirmar a fidelidade ao Führer
Werner Garni	Blumenau	- Fichado desde 1940 em Blumenau como nazista - Convidado pelo consulado alemão para reafirmar seu juramento de fidelidade a Hitler, em 1940
Gerg Traeger	Blumenau	- chefe do departamento da chefia geral do nazismo em Blumenau - chefe do núcleo nazista em Itapeva Seca - viajante comercial
Burghardt Wedemeyer		- oficial da Marinha de Guerra alemã - estabelecido no Brasil desde 1938 - entregador de encomendas em Porto Alegre - auxiliar no Hospital construído pela Liga do Racismo Alemão em Harmonia - médico - serviu à Aeronáutica Alemã

Erick Bueckmann	Brusque	Integralista e nazista Diretor técnico da Carlos Renaux S. <sup>a</sup> de que se servia a organização nazista "Fichete-Bund", para distribuir material de propaganda, em 1941, no Brasil, bem como para fazer publicar em jornais noticiário referente à Alemanha
Johannes Kieckbusch	Blumenau	- membro das Tropas de Assalto de Hitler - diácono evangélico - trabalhava numa loja - era encarregado da difusão cultural no consulado alemão
Johann Maar	Blumenau	- adepto ao nazismo - membro da frente de Trabalho Alemã
Frietz Goehring	Araranguá	- chegou ao Brasil em 1935 - filiado ao Partido Nazista - desenvolvia atividade política em comum acordo com o consulado alemão em Florianópolis
Josef Menke	Indaial	- encarregado da usina de luz em Indaial - membro do Partido Nazista desde 1934 - chegou ao Brasil em 1932 - recebia material de propaganda
Rolf Saarstedt	Brusque	- propagandista do nazismo entre a juventude - empregado da firma Renaux
Herman Globic	São Bento	- encarregado da doutrinação nazista do grupo de Hansa, Jaraguá (SC) - chegou à São Bento em 1942, vindo de São Paulo
Alberto Bretzler	Cruzeiro	- suspeito como adepto do nazismo - documentação de identidade irregular, não esclarecendo a sua nacionalidade
Fritz Konopfler	Perdizes	- membro do Partido Nazista na Alemanha - fundador do núcleo de Perdizes - propagandista do integralismo
Frederich Wilhelm Henschke	Blumenau	- indícios de que era encarregado da distribuição de correspondência clandestina pôr intermédio da Auto Viação Catarinense, firma em que trabalhava - irmão de um ex-tripulante do navio Windhuk - participou da festa de aniversário de Hitler em 1940, Quando jurou-lhe fidelidade
Herbert Johan Maskus	Rio do Peixe	- pastor evangélico - chegou ao Brasil em 1938 - propagandista
Gustav Huedephol	Concórdia	- pastor evangélico - denunciado como agente nazista
Oscar Martin Funcke	Blumenau	- partido nazista - técnico de rádio - esteve na Alemanha em 1938 e retornou ao Brasil
Heinz Neumann		- pastor evangélico - veio da Alemanha em 1939 - relacionava-se com pessoas suspeitas
Carlos Busch		- sofria processo para expulsão
Hugo Petersen	Blumenau	- veio para o Brasil em 1937 - servia no cruzador alemão Karlsruhe - participou da festa de aniversário de Hitler em 1940, Quando jurou-lhe fidelidade
Curt Cristian Erhard Stanze	Blumenau	- membro da Frente de Trabalho Alemã

Fritz Lucht	Cruzeiro	- distribuidor de material de propaganda nazista
Hans Steppat Junior	Florianópolis	- filiado ao grupo nazista de Florianópolis - detinha material de propaganda em sua residência

**Fonte:** Ofício (cópia) de Antônio Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antônio Carlos Mourão Ratton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina.

Florianópolis, 03/12/1943. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional, IJ1 “1382”, ANRJ.

Observações: Os locais de detenção citados são cidades do Estado de Santa Catarina.

O motivo da prisão, alegado no ofício, foi em nome da “segurança nacional”.

Citado por PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. P. 239 a 244.

## ANEXO IV

**Fichário: TSN – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro**

Processos crime – Santa Catarina (entre 1937 e 1945, aproximadamente).

Processos numerados de 59 a 6.036. Disponíveis: 293 processos.

No. do Processo	Nome
59.....	Francisco Palma e outros
60.....	Inácio Salomon e outros
61.....	Alvim Meier e outros
182.....	Humberto Freund e outros
183.....	Mieslau Wielewski
226.....	Ismael Jully Osório
227.....	Alvaro Soares Ventura e outros
228.....	Ponciano Armando de Lima e outro
229.....	Rodolfo Dietrich e outro
352.....	Donatilio Pereira de Ariel e outro
353.....	Sebastião (Padre)
355.....	José Ferreira Lima
489.....	Max Edgard Scheffer e outros
526.....	Paulo Vieira da Rosa e outros
572.....	Primo Assi e outros
648.....	Luiz Hubert
652.....	Wilhelm Koch
653.....	Alano Muniz do Amaral e outros
676.....	Carlos Adam
765.....	Guilherme Gruenwaldt e outros
795.....	Álvaro Darella e outros
811.....	Pedro Enor Pereira Calado
821.....	Francisco Kotzias
828.....	Francisco Santi
837.....	Paulo Witte
851.....	Dietrich Von Wangenheim (Casa Carlos Hoepcke S/A)
893.....	Augusto Klimmek (A. Klimmek S/A)
898.....	José Casagrande e outros
929.....	Alberto Roesner
968.....	Herbert Laubmeyer e outros
1.051.....	João Manoel Estacio e outros
1.120.....	Aníbal Costa
1.129.....	Erich Grossmann ou Henrique Grossmann
1.238.....	Manuel Klauck e outros
1.239.....	Manuel Farias Goulart e outros
1.246.....	Herbert Alberto Schwartz
1.304.....	Edgar Barreto
1.305.....	Fidêncio Melo e outros
1.422.....	José Petry
1.439.....	Severino Beuttemmüller e outro
1.466.....	Oto Weickert
1.529.....	Sebastião Jacó Neiss
1.533.....	José Petry e outro
1.585.....	Gustavo Werner
1.656.....	Bento Pessoa
1.688.....	João Inácio Weihs

1.711.....	Angelo Fernandes e outros
1.753.....	Alexander Von Zubitzky
1.807.....	Libório Soncini e outro
1.842.....	Alfredo Hermano Briese e outros
1.860.....	Edwin Pock
1.872.....	Augusto Mayer
1.896.....	José Carlin dos Santos
1.927.....	Wilhelm Henseler e outros
1.971.....	Conrado Kzizanovski
1.984.....	Pedro Ponzoni
1.998.....	Bonifácio de Melo Cesar
2.042.....	Vicente Kachinskas ou Vincas K.
2.065.....	Richard Paul Filho e outros
2.097.....	Guilherme Unbehaun
2.115.....	Freimundo Huscher e outros
2.134.....	Antonio Ruchti
2.139.....	Ludwig Appel
2.140.....	Arvino Valter Gaertner
2.141.....	Alexandre Doneda
2.142.....	Guilherme Ilg e outros
2.150.....	Godofredo Entres
2.152.....	Paulo Alfredo Rodolfo Hubner
2.153.....	José Aminger
2.154.....	Hermann Muller Hering e outros
2.169.....	Luiz Guentner
2.211.....	Paulo Sprenger e outra
2.227.....	Roberto João Tenfen
2.253.....	Guilherme Bittelbraun e outros
2.254.....	Luiz Nesi
2.262.....	Rodolfo Beims
2.281.....	Armando Jurgensen Sobrinho e outros
2.290.....	Frederico Schonberger
2.293.....	Hermann Purnhagem e outros
2.294.....	Geraldo Vicente
2.328.....	Bernardo Lange e outros
2.329.....	Corbiano Koesler
2.348.....	Elias da Mota
2.365.....	Wilhelm Hofmann
2.366.....	Alfredo Gustavo Lederer e outro
2.416.....	Pedro Guckert Junior
2.418.....	Ernest Ludwig Rosenfelder
2.422.....	Frederico Sandhas
2.423.....	Carmelo Greca
2.446.....	Antonio Vivian
2.477.....	Marino Messagi e outros
2.479.....	Hugo Carlos Claumann e outros
2.544.....	José Zipperer e outro
2.666.....	Valentin Alvisio Gauer
2.696.....	Kurt Stoll
2.823.....	Emilie Mayer e outro
2.825.....	Luiz Langer
2.826.....	João Scherer e outro
2.827.....	João Rotta
2.828.....	Antonio Broch
2.829.....	James Pieper

2.831.....	Carlos Antschel
2.832.....	Oto Luiz Rogge
2.836.....	Jacinto Bonin
2.898.....	Paulo Gebhardt
2.899.....	Carlos Voss
2.900.....	Heinrich Cartens (Henrique)
2.905.....	Arno Laesker ou João Arno Laesker
2.931.....	José Castelo Pinto
2.959.....	Fernando Panancione
2.980.....	Max Schurt
3.004.....	Conrado Auffinger
3.007.....	Severo Piuco e outros
3.008.....	Domingos Joaquim Veloso
3.033.....	Teodoro Treis
3.034.....	Luiz Keiler
3.036.....	Max Friedrich
3.037.....	Vitor Leitis e outros
3.042.....	Georg Bulge
3.071.....	Batista Nesi
3.107.....	Francisco Lorenzi
3.126.....	Guilherme Ernesto Schneider
3.190.....	Rudi Bayer
3.221.....	Firmino Dandolini
3.236.....	Francisco Schnitzer
3.237.....	Gebhard Mendel
3.238.....	Adriano Hock
3.239.....	Natanael Cidade
3.245.....	Alfredo Barbosa Born
3.247.....	Half Heinirich Otte
3.249.....	Jovino Lucof e outro
3.251.....	João Reinert
3.253.....	Domingos Bert
3.255.....	Isidoro Reinaldo Schmh
3.267.....	Herbert Gustav Erich Molenda e outros
3.270.....	Alfredo Oechsle
3.278.....	Luiz Feiler
3.279.....	Julio Rossoni
3.280.....	Valter Engel
3.282.....	Francisco Prada
3.283.....	Oto Heyse
3.284.....	Arnaldo Dreher
3.286.....	Francisco Kenena Sobrinho (ou Cenena)
3.298.....	Alfredo Kretzsmar
3.302.....	Antonio Astrogildo Rodrigues
3.307.....	Hans Valter Taggesell
3.312.....	Hugo Krumholz
3.354.....	Evaristo Duarte e Silva
3.368.....	Valter Rhode
3.373.....	Kurt Hosang
3.379.....	Gustavo Kremer
3.385.....	Primo Meneghetti
3.437.....	Tercilio Murara e outro
3.443.....	Julio Schulz e outro
3.468.....	Alfredo ou Valentini Alvicio
3.469.....	Pasqual Rotta

3.475.....	Nilo Prince Paraná e outro
3.477.....	Emilio Hoffmann
3.534.....	João Napp
3.540.....	Reinaldo Horlle
3.550.....	Vicente Cantisani
3.556.....	Guido Koepsel e outros
3.585.....	Primo Meneguetti
3.603.....	Ari Bhering de Ribeiro.
3.609.....	Andreas Schwarz
3.666.....	Antonio Kliemann e outros
3.711.....	Carlos Koelsch
3.712.....	Jacó Alberto Schneider
3.748.....	Jacó Alberto Schneider
3.754.....	Augusto Jorge Bruggemmann
3.768.....	Eduardo Lemos Meme (Meume)
3.778.....	Ervin Albrecht
3.779.....	Olavo João de Sá e outros
3.785.....	Francisco Doerlitz
3.787.....	Johann Wort Meyer (ou Wortmeyer)
3.792.....	Enio M. Viana
3.801.....	Reinaldo Horle
3.816.....	Domingos Lunelli
3.836.....	Fernando Jacomelli
3.844.....	Joao Caldart
3.850.....	Alex Trein
3.857.....	José de Almeida Pimpa
3.859.....	Leonhard Backhaus (ou Backhams)
3.861.....	Oscar Schmidt
3.882.....	Francisco Sepetiba Filho
3.907.....	João Custódio
3.908.....	Lotar Luiz de Lara e outro
3.955.....	Vitor Hugo Baugarten e outros
3.963.....	João Cristiano Boell
3.965.....	Carlos Chaves Cabral
3.966.....	Caetano Câmera
3.996.....	Caetano Esteves de Aguiar
3.998.....	Carlos Francisco Oehne ou Carlos Oehne Filho
4.049.....	Ernesto Buntkiel
4.059.....	Francisco Zardo
4.086.....	Artur Zindars e outro
4.092.....	João Hillesheins
4.098.....	Ernesto Barbosa Roesch
4.113.....	Nilo Valentin
4.132.....	Georg Heinrich Vogel e outros
4.138.....	Julio Dal Molim e outro
4.147.....	Leonardo Sell e outro
4.170.....	José Ostrowski Junior
4.149.....	Adolfo Gschvendtuer
4.234.....	Lino José Lastra
4.262.....	Ervin Butzke e outros
4.291.....	Guilherme Berg
4.297.....	Raimar Von Tonnmann
4.314.....	Bertoldo Deuker
4.373.....	Rodolfo R. Skalee
4.386.....	Carlos Kausburg

4.405.....	Cesar Rossi
4.411.....	Estevão Schneider e outros
4.451.....	José Ehanot (ou Chanot)
4.452.....	Afonso Burger
4.463.....	Defendi Possamai
4.484.....	Beno Eugenio Fritscher e outros
4.489.....	Nikolaus Rehm
4.491.....	Germano Kruger
4.494.....	José Venâncio Finger
4.497.....	Georg Leistner e outro
4.513.....	Carlos Adolfo Guilherme Schmalz
4.538.....	Jacó Reitembach
4.559.....	Oto Koerth e outros
4.568.....	Ildefonso Valdemar Reimer
4.570.....	Paulo Silva e outro
4.587.....	Alvaro Dippold
4.617.....	Nascimento João Pereira
4.644.....	José Marik
4.645.....	Emiliano Elias
4.745.....	Paulo Dams e outros
4.760.....	Reinoldo Baudisch ou Reinoldo Fernando Baudisch
4.775.....	Antonio Machado da Rosa e outros
4.802.....	Godofredo Guilherme Renoldo Mattge
4.852.....	Genésio Oliveira Bastos
4.920.....	Galeno Johnson Pianta
4.944.....	Carlos Stark
4.947.....	Rubens Bez Batti
4.960.....	Dilermando Freitas
4.973.....	Hanz Buendgens
4.975.....	Paulo Boettcher
4.976.....	Fernando Rosa
4.979.....	Hanz Niemeyer
4.983.....	Manoel José Machado
4.985.....	Hermann Richard Waidner
4.987.....	Osmar Cândido da Silva
4.989.....	Celino Barbosa ou Celino de Sousa Barbosa
4.993.....	Werner Andresen
5.010.....	Oscar Oyenart
5.061.....	Olimpio Antonio Olinger e outros
5.075.....	Paulo Hahn e outro
5.084.....	Antonio Hammeslstein
9.090.....	Carl Wick
5.109.....	Hanz Steppat e outros
5.112.....	Herbert Johan Markus
5.117.....	Sebastião Cordova
5.118.....	Otilio Pagnoncelli
5.126.....	Paulo Hobold
5.145.....	Pompílio Pereira Bento
5.150.....	Hanz Peter Petry
5.198.....	Geraldo Brehner
5.199.....	Carlos Gerbeeck
5.280.....	Vitor Faria e outros
5.430.....	Julius August Laub
5.436.....	Anatolio Oliveira
5.446.....	Alfredo Koch e outros

5.526 .....	André Rocha
5.577 .....	Fernando José Bernardo e outro
5.591.....	Rosa Wendel
5.636.....	José Schreider
5.666.....	Alfredo Feiller e outros
5.679.....	Leopoldo Lux
5.701.....	Karl Kuester
5.725.....	Adolar Schwarz
5.731.....	Leopoldo Sander
5.752 .....	João Augusto de Lima
5.823 .....	Leopoldo Fiedler
5.825 .....	Erminio Moser
5.827 .....	Arthur Henschel
5.868 .....	Aristides Kister de Camargo
5.874 .....	Fiovo Minato e outros
5.905 .....	Pedro Heitor de Mira
5.911 .....	Antonio Luciano do Prado Maia
5.917 .....	Carlos Zech
5.923 .....	Henrique Hardtmann e outros
5.971 .....	Ernesto Brusky e outros
5.772 .....	Antonio Martinho Meurer
5.775 .....	Pedro Formaggi e outros
5.977 .....	Ernesto Puffrich e outros
5.815 .....	José Carraro e outro
5.816 .....	Willy Schulz
5.821 .....	Marinho Mioteli
5.874 .....	Fiovo Minato e outros
6.035 .....	José Lunardi e outros
6.036 .....	Gustav Huedephol

## ANEXO V

**Decreto-lei n. 383**, de 18 de abril de 1938: Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º - Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se achem em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º - É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estender-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessas de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesão a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer que seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou pôr meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º - É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º - Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, subvenções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º - As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º - As proibições contidas nos artigos anteriores alcançaram as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos pôr estrangeiros ou brasileiros e pôr sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniformes escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º - Das entidades a que se refere o artigo 3º não podem, no entanto, fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão ipso facto os cargos públicos que possuírem e ficarão inabilitados, pelo prazo de 5 anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art 10º.

Art. 6º - As entidades referidas nos artigos 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei nº 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto nº 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º - As entidades cujo funcionamento é proibido no artigo 2º ficam dissolvidas na data da publicação desta lei sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º - O ministro da Justiça e Negócios Interiores, poderá ordenar a interdição das sedes e todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por estas leis, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringistes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações e fechar as respectivas oficinas gráficas.

Parágrafo único. Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º - O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo ministro e a critério deste.

Art. 10º - Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do governo.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo, aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

Art. 11º - Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido para esse fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas – Francisco Campos.

**Fonte:** Legislação Federal – *Coletânea de Decretos-lei*, abril de 1938. APESC.

## ANEXO VI

**Decreto-lei n. 4.166**, de 11 de março de 1942: Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;

Considerando que atos de guerra são praticados contra o continente americano;

Considerando que, ao passo que o Brasil respeitava, com máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, pôr forças de guerra da Alemanha;

Considerando que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado pôr esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;

Considerando que após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

Considerando que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

Considerando que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

Considerando que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados uma íntima participação na sua economia;

Considerando que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

### DECRETA:

Art. 1º - Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 2º - Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

A parte dos depósitos ou obrigações, à qual se refere este artigo será:

10% dos depósitos e obrigações até 20:000\$0;

20% dos depósitos e obrigações até 100:000\$0;

30% dos depósitos e obrigações cuja importância exceda de 100:000\$0.

§ 1º - O depósito a que se refere este artigo será da totalidade, quando se tratar de obrigação do Governo Brasileiro para com os súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º - O recolhimento será feito mediante recibo isento de selo, ficando as importâncias recolhidas em depósito, que terá escrituração especial e só poderá ser levantado mediante ordem do Governo Federal.

Art. 3º - O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere ao artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Parágrafo único: As indenizações pela forma desta lei serão pagas segundo o plano que o Governo estabelecer e tendo em vista o valor dos bens em depósito, avaliados previamente.

Art. 4º - Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade, e o valor provável daqueles bens.

Art. 5º - A ação ou omissão, dolosa ou culposa, de que resultar diminuição do patrimônio de súdito alemão, japonês ou italiano, ou tendente a fraudar os objetivos desta lei, é punida com a pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 1 a 10 contos de réis, se outra mais grave não couber.

§ 1º - A redução, em contrário aos usos e costumes locais, do valor das prestações devidas a tais súditos, é considerada ação dolosa, para os fins deste artigo.

§ 2º - Pelas pessoas jurídicas responderão solidariamente os seus administradores e gerentes.

§ 3º - Para a caracterização do crime o juiz poderá recorrer à analogia.

Art. 6º - Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, feito a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-á menção do depósito previsto no artigo 2º.

Art. 7º - Quando a prestação em favor de súdito alemão, japonês ou italiano não for devida em moeda corrente, a repartição incumbida da arrecadação estimará o seu valor em espécie, segundo os critérios de que se serve o fisco para a imposição de tributos.

Art. 8º - As execuções contra o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anteriormente à data desta lei, salvo quando a responsabilidade civil decorrer de ato ilícito.

Art. 9º - Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos móveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir desta lei.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição os atos de comércio usualmente praticados no interesse na manutenção e da prosperidade do estabelecimento. Dos lucros líquidos verificados em balanços trimestrais será, porém, recolhida em depósito a parte indicada no artigo 2º.

Art. 10º - Os súditos alemães, japoneses e italianos não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

Art. 11º - Passam a administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que não estejam na posse de brasileiros.

Parágrafo único: Os bens das sociedades culturais ou recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12 - Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda expedirão as instruções que se tornarem necessárias para a execução desta lei.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1942; 121º da Independência e 54º da República.

Getúlio Vargas.  
 Vasco T. Leitão da Cunha.  
 Romero Estelita.  
 Eurico Gaspar Dutra.  
 Henrique A Guilhem.  
 Victor Tamm.  
 Osvaldo Aranha.  
 Apolonio Sales.  
 Gustavo Capanema.  
 Alexandre Marcondes Filho.  
 J. P. Salgado Filho.

## ANEXO VII

**Portaria n. 213**, de 25 de maio de 1940: Proíbe a recepção radiofônica de notícias de guerra.

“Cópia:

**Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.**  
Florianópolis, 25 de maio de 1940.

**Portaria n. 213** – O Doutor Ivens de Araújo, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no uso das suas atribuições, considerando que, pela Portaria n. 77, de 12 de setembro de 1939, desta Secretaria, foi proibida a afixação de cartazes jornalísticos com noticiário de guerra; considerando que, ditaram esse ato graves considerações de ordem pública; considerando, ainda, que pelas mesmas razões que fundamentaram aquela proibição, não deve ser consentida, em lugares públicos, a recepção radiofônica de notícias e comentários de guerra,

**PROÍBE** terminantemente, a recepção radiofônica de noticiário, notas ou críticas de guerra, em praças públicas, cafés, casas comerciais, ou qualquer lugar em que possa haver ajuntamento, sendo severamente castigados os que infringirem esta Portaria.

Dê-se ciência ao sr. Capitão Delegado de Ordem Pública e Social.

Expeça-se circular a todas as Delegacias de Polícia. Cumpra-se.

Secretaria de Segurança Pública, em Florianópolis, 25 de maio de 1940.

(Assinado) Ivens de Araújo, Secretário de Segurança Pública.

Confere com o original, do que dou fé, eu (assinado) Silvio Silva, escrivão que a dactilografei.  
(Assinada: Maria Julia DIAS – Dactilógrafa)”.  
Confere com o original, do que dou fé, eu (assinado) Silvio Silva, escrivão que a dactilografei.  
(Assinada: Maria Julia DIAS – Dactilógrafa)”.

**Fonte:** Autos do Processo n. 484 – Pedro Isidoro Coelho. Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Florianópolis, aos 22 de junho de 1940. Caixa n. 51.

**Acervo:** Fórum de Florianópolis.

## ANEXO VIII

**Portaria n 150** – O Doutor Ivens de Araújo, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

a) Pessoa alguma poderá viajar pelo Estado, sem está munido de salvo-conduto, exarado pelo Delegado da Ordem Política e Social, em Florianópolis, e, no interior, pelas Delegacias Regionais ou Delegacias de Polícia;

b) Esse salvo-conduto está sujeito aos selos e emolumentos do decreto-lei estadual n. 223, de 4 de novembro de 1938, ou sejam, duas estampilhas estaduais, sendo uma de um mil réis (1\$000) e outra, de quinhentos réis (\$500), de saúde e mais as custas de mil réis (1\$000) à autoridade que o expedir, e quinhentos réis (\$500), ao escrivão;

c) no salvo conduto será posa uma fotografia do portador com as dimensões de quatro por quatro centímetros que será rubricada pela autoridade que conceder o documento, de modo que a rubrica comece e acabe fora do retrato atravessando-o num dos ângulos. Poderá ainda Ter fotografia, em outro ângulo, o carimbo da Delegacia competente. Não havendo fotógrafo no lugar que for concedido o salvo-conduto, deverá isso constar do documento, sendo, então referidos os principais sinais característicos;

d) as autoridades competentes fixarão, por edital, o horário para expedição de salvo-conduto, devendo quem deste necessitar apresentar os selos estabelecidos na letra b) desta portaria;

e) o salvo-conduto é válido pelo prazo de sessenta (60) dias;

f) as empresas de viação férrea, terrestre, aérea ou marítima não poderão vender passagens sem apresentação do salvo-conduto pelo passageiro;

g) quem quer que necessite de salvo-conduto devem apresentar à autoridade competente carteira de identidade ou qualquer, outro, documento que sirva para esse fim, e, caso não o possua, deverá, então, comparecer à repartição expedidora com duas pessoas idôneas, conhecidas da autoridade, que lhe afirmem a identidade;

h) os escrivães de polícia deverão anotar, no salvo-conduto, todas as circunstâncias da sua concessão;

i) nas estações de estradas de ferro que não sejam sede de Delegacia Regional ou Delegacias de Polícia, poderão as autoridades policiais locais conceder o salvo-conduto, de acordo com os itens anteriores;

j) a Delegacia da Ordem Política e Social enviará a todas as autoridades policiais o modelo oficial de salvo-conduto, podendo, até que isso ocorra, ser expedido este em papel timbrado da Delegacia competente;

k) podem viajar, em todo território do Estado, sem salvo-conduto, bastando a declaração de seu nome e qualidade, as autoridades superiores da República, Secretários de Estado, oficiais gerais das forças de terra e mar e comandantes de corpos de tropas desembargadores do Tribunal de Apelação, membros do Departamento Administrativo do Estado, prefeitos municipais e chefes de serviços militares. Oficiais das forças de terra e mar e autoridades policiais, quando em serviço, não terão obrigação de apresentar salvo-conduto, desde que nessa qualidade viajem e exibam carteira de identidade;

l) os automóveis, ônibus e caminhões que vierem de outros Estados serão apresentados, na primeira localidade onde haja Delegacia de Polícia, devendo seus motoristas e passageiros apresentar documentos que provem sua identidade e justificar os fins da viagem e sendo, também, examinadas cargas e bagagens que conduzam.

Publique-se e cumpra-se.

Secretaria da Segurança Pública, em Florianópolis, 4 de de março de 1940.

**Ivens Araujo**

Secretário da Segurança Pública

**Fonte:** *Coleção de Decretos, Decretos-lei, Resoluções e Portarias* – Legislação Estadual. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, Jan. a jun. 1940. APESC.

## ANEXO IX

Edital de 29 de janeiro de 1942: Exige o salvo-conduto com fotografias, e dá outras providências..

### DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

#### EDITAL

O Capitão Antonio de Lara Ribas, delegado de Ordem Política e Social no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em cumprimento às determinações do exmo. sr. dr. Secretário de Segurança Pública,

Faz saber a quem interessar possa, que, desta data em diante, por absoluta exigência do serviço, só serão reconhecidos como documentos hábeis para viajar, em todo território do Estado, inclusive estradas de ferro, o salvo-conduto ou carteira de identidade, devendo ser observados, porém, as concessões especiais, feitas às altas autoridades federais, estaduais e militares, conforme instruções baixadas anteriormente.

Os interessados, quando necessitarem obter Salvo-Conduto, deverão comparecer perante a autoridade policial, munidos de duas fotografias 3x4, uma estampilha de um mil réis (1\$000) e uma taxa de saúde estaduais.

Não é permitido o fornecimento do salvo-conduto sem as fotografias.

Os senhores viajantes e forasteiros deverão prestar, nos postos de controle, todos os esclarecimentos que lhes forem pedidos, sob pena de serem processados, nos casos de desobediência.

E, para que ninguém alegue ignorância, será o presente Edital publicado no Diário Oficial do Estado, durante cinco dias.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos vinte e oito de janeiro de um mil e novecentos e quarenta e dois. Eu, Silvio Silva, escrivão.

Antonio de Lara Ribas  
Capitão Delegado de Ordem Política e Social.

Fonte: *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. P. 4. Florianópolis.

## ANEXO X

### Decreto-lei – Prefeitura Municipal de Florianópolis.

**Decreto n. 119**, de 24 de fevereiro de 1939: Proíbe inscrições tumulares em língua estrangeira.

Mauro Ramos, Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e em face da circular n. 48, de fevereiro de 1939, ao Departamento de Administração Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - São expressamente proibidos nos cemitérios inscrições nos túmulos, carneiras, mausoléus, lousas, cruzes, nichos ou quadros de cidadãos brasileiros, em línguas vivas estrangeiras.

Art. 2º – No ato de requerer a necessária licença, o interessado juntará à petição a minuta dos dizeres que pretende mandar inserir na respectiva sepultura, sem o qual não será o requerimento encaminhado a despacho.

Art. 3º – Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, 24 de fevereiro de 1939.

Mauro Ramos, Prefeito Municipal

Manuel Ferreira de Melo, Diretor do Expediente Geral.

**Fonte:** *Coleção de Decretos, Decretos-lei, Resoluções e Portarias de 1939*. Fundo PMF – Sub-fundo: Gabinete do Prefeito. Série: Leis – Cx. 02. Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

\*\*\*\*

### Decreto-lei – Prefeitura Municipal de Blumenau.

**Decreto n. 12**, de 08 de dezembro de 1938: Proíbe inscrições em túmulos, mausoléus, lousas, cruzes, etc., em língua estrangeira, nos cemitérios deste Município.

“José Ferreira da Silva, prefeito do município de Blumenau, no uso das suas atribuições, e tendo em vista a circular nº 33, de 5 de dezembro de 1938, do Departamento de Administração Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam terminantemente proibidas inscrições nos túmulos, mausoléus, lousas, cruzes ou quadros dos cemitérios deste Município, em línguas vivas estrangeiras.

§ único – As inscrições assim existentes devem ser no prazo de sessenta dias, vertidas para a língua Nacional ou retiradas, sob pena de a Prefeitura o fazer, além da multa de 100\$000 (cem mil réis) que será aplicada aos infratores.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Blumenau, 8 de dezembro de 1938.

José Ferreira da Silva Theodolindo Pereira.”

**Fonte:** Citado em MOSER, Anita. *A violência do Estado Novo contra os “coloni” descendentes de italianos em Santa Catarina*. (Um estudo interdisciplinar sobre a identidade étnica e a violência do Estado). Progressão Vertical – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1995. Anexo XIII.

## ANEXO XI

**Questionário utilizado pela polícia política de Vargas sobre atividades os estrangeiros.**  
Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – ANH – IJ1 “1346”.

1 – Nos últimos dez anos tem-se verificado a entrada, no município, de imigrantes estrangeiros? Qual o total aproximado pôr nacionalidade? Alemães, japoneses, sírios, italianos, espanhóis, judeus, outros. A que atividade se tem dedicado? Agricultura, indústria, comércio (por nacionalidade).

2 – Há, no município, colônias ou núcleos estrangeiros? Quais? Indicar a nacionalidade, o número de habitantes e outras informações de caráter local e nacional.

3 – Qual o número aproximado de estrangeiros residentes na sede do município? Alemães, japoneses, sírios, italianos, espanhóis, judeus, outros?

4 – Quais as sociedades civis, recreativas culturais, beneficentes etc., fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão?

5 – Há sociedades civis de súditos desses países funcionando? Quais? Declarar se foram nacionalizadas e se estão efetivamente afeitas ao ambiente nacional.

6 – Há sociedades estrangeiras de outras nacionalidades? Quais? As mesmas indicações da questão anterior.

7 – Há sociedades cooperativas de estrangeiros? Sua denominação, nacionalidade, número de associados, notícias gerais de organização e desenvolvimento.

8 – Possuem os estrangeiros escolas particulares para a educação de seus filhos? Quantas? Pôr nacionalidade.

9 – Indicar, por nacionalidade, quantos filho de estrangeiros frequentam escolas públicas ou grupos escolares?

10 – Há famílias estrangeiras cujos filhos não frequentam escolas? De que nacionalidade?

11 – Há no município propriedades agrícolas (chácaras, sítios ou fazendas) pertencentes a estrangeiros? Qual a denominação de cada, nome, nacionalidade do proprietário, época em que foi adquirida, distância da sede do município. Extensão, valor de aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidades e valor aproximados da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço?

12 – Há propriedades agrícolas arrendadas a estrangeiros? Qual a denominação, distância da sede do município, extensão, data anual do arrendamento, espécie de gêneros que produz, quantidades e valor aproximados da produção anual e o número de empregados estrangeiros a seu serviço?

13 – Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros localizadas na mesma zona?

14 – Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros que estão próximas de leitos de ferro?

15 – Quais as que estão próximas a estradas de rodagem?

16 – Quais as que estão próximas a aeroportos ou campos de aviação?

17 – Quais as que estão próximas a usinas de eletricidade?

18 – Quais as que estão próximas a rios navegáveis?

19 – Quais as que estão próximas de fábricas de armas, munições ou explosivos?

20 – Quais as que estão localizadas em elevações de terreno que dominem a sede do município ou as principais estradas que a esta vão ter?

21 – Há residências de estrangeiros (alemães, italianos ou japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer pontos estratégicos mencionados nas perguntas anteriores?

22 – Há, no município, estabelecimentos industriais? Quais? Firma ou nome da empresa, sócios ou diretores, ramo, número de operários, quantidade e valor da produção anual.

23 – Há falta de operários para a indústria?

24 – Qual a percentagem, por nacionalidade, de operários estrangeiros?

25 – Há falta de trabalhadores no campo?

26 – Possuem os estrangeiros armas, munições ou explosivos?

27 – Suas atividades ou profissões justificam a necessidade de armas, munições e explosivos?

Por quê?

28 – Os estrangeiros que vivem no município manifestam, manifestaram antes do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, simpatia pelas doutrinas políticas vigorantes nesses países, ou entusiasmo pôr seus feitos de guerra?

29 – Há no município brasileiro naturalizados que não estejam efetivamente adaptados ao ambiente nacional?

30 – Quais as nacionalidades em que, mesmo depois da naturalização, se verifica o apego do indivíduo à nacionalidade de origem?

31 – Há no município estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivos aos interesses e à segurança do país?

32 – Os suspeitos estão sob vigilância policial?

33 – Há possibilidade de perturbação de ordem legal pôr parte de estrangeiros no momento?

34 – Se for retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem?

35 – Em caso afirmativo, quais as medidas preventivas aconselháveis, dada a situação do município, densidade e localização da população estrangeira e outros fatores locais?

36 – Possuem as autoridades locais meios locais de uma ação preventiva permanente?

37 – De que recursos carecem?

38 – Havendo perturbação da ordem, tanto na hipótese 33 quanto nas hipóteses 29 e 30, poderão as autoridades do município debelá-la com seus próprios meios?

39 – De que recursos, pessoal e material, carecerão em tal emergência?

40 – Há no mínimo antigos integralistas que se mantêm fiéis à doutrina de seu extinto partido?

41 – Muitos? Quais?

42 – Há no município, brasileiros manifestamente contrários ao atual regime político nacional?

43 – Muitos? Quais?

44 – Há no município, brasileiros partidários, na atual guerra, da Alemanha, Itália e Japão?

45 – Muitos? Quais?

46 – Há no município, brasileiros que se manifestem contrários ao rompimento de relações diplomáticas com esses países?

47 – Muitos?

48 – Qual a percentagem aproximada?

49 – Há no município, brasileiros que se afigurem capazes de auxiliar estrangeiros em atividades contrárias aos interesses ou à segurança nacional?

50 – Muitos, Quais?

51 – Há no município, elementos suspeitos de professarem idéias comunistas?

52 – Muitos? Quais?

53 – Há no município fábricas de armas, munições ou explosivos? Indicar relativamente às fábricas pertencentes a particulares: nomes, nacionalidades e residências dos proprietários, sócios principais e diretores da empresa; o tipo de armas, munições ou explosivos e a média da produção anual.

54 – Há no município casas comerciais negociando armas, munições ou explosivos? Indicar nome da casa, firma dos proprietários ou nome da empresa, nome e nacionalidade do comerciante, dos sócios ou dos diretores, e há quanto tempo negociam com tais artigos e o estoque atual de cada casa.

55 – Quais os nomes, nacionalidades, profissões e residências das pessoas que adquiriram maior quantidade de armas, munições e explosivos de janeiro de 1941 a junho de 1942?

56 – As vendas de armas, munições e explosivos, em qualquer quantidade, dependem de prévia licença da autoridade?

57 – A verificação dos estoques é feita mensalmente?

58 – Qual a orientação da polícia local quanto ao porte de armas? Há liberdade? Tolerância na cidade? Na zona rural? Concessão de licença especial? Rigor na repressão?

59 – Qual o número de prisões efetuadas de 1935 a 1941, por porte?

60 – Qual o total de armas proibidas apreendidas no mesmo período, com ou sem processo?

61 – Quais os nomes e as nacionalidades dos estrangeiros autuados por porte de armas durante o ano de 1941?

62 – Durante o ano de 1941 foram apreendidas armas nas residências de estrangeiros?

63 – Quais os nomes e nacionalidades desses estrangeiros?

64 – É o município sede de unidade ou destacamento do Exército nacional? Qual? De polícia ou Força estadual? Qual o efetivo da guarnição?

65 – De que elementos dispõe a Polícia Civil, no município? Indicar o nome das autoridades e dos agentes.

66 – Há linhas de tiro e de guerra? Denominação e frequência?

67 – Há centros de preparação de oficiais da reserva?

68 – Há sociedades civis de tiro? Ao alvo, aos Pombos, outras?

69 – Há estações transmissoras e receptoras de radioamadores? Quais os nomes, nacionalidade e residências dos proprietários de cada uma? Qual o seu efetivo?

70 – Há no município organização de corpo de bombeiros? De que recursos dispõe? Quantos leitos tem o respectivo hospital?

71 – Possui serviço de pronto-socorro? De quantas ambulâncias dispõe? Quantos leitos tem o respectivo hospital?

72 – Quantos e quais os hospitais existentes no município indicar, relativamente a cada um, o número de leitos.

73 – Quantos médicos há no município?

74 – Quantas farmácias?

75 – Quantos enfermeiros?

76 – Há no município empresas de transporte e cargas pertencentes a firmas estrangeiras? Quais? Indicar cada empresa, nome, firma, nomes e nacionalidades dos sócios, cidades a que servem e número e tipo dos veículos. Nos municípios onde houve muitas empresas deverá ser feita uma relação separada.

77 – Há particulares – estrangeiros – que possuem automóveis, caminhões, ou embarcações? Quais? Indicar a cada um o número e tipos de veículos, natureza das embarcações e fins de sua utilização.

78 – Quais os nomes do prefeito, juizes de direito, promotores de justiça, coletores, escrivães, tabeliães, etc.? Delegado de estrangeiros?

79 – Quais os distritos que formam o município e qual a população de cada um?

**Fonte:** CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era de Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1993. P. 173 a 177.